U.PORTO

DOUTORAMENTO

ARQUITECTURA

O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX

Gisela Lameira

D

2017

U.PORTO

Gisela Lameira. O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX

O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX

Gisela Lameira

FACULDADE DE ARQUITETURA

VOL. I

D.FAUP **2017**

O prédio de rendimento portuense.

Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX

Maria Gisela Antunes Lameira

Volume 1

Tese de Doutoramento em Arquitectura
orientada pelo Professor Doutor Francisco Barata Fernandes
apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

D. FAUP **2016**

O trabalho de investigação que suporta esta tese teve o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia [FCT] do Governo Português através da atribuição da bolsa individual de doutoramento **SFRH/BD/72996/2010**. Teve ainda o apoio do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo [CEAU] da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto [FAUP].

À memória do meu Pai,
Manuel de Abreu Lameira
e da minha Orientadora e Amiga,
Marieta Dá Mesquita

POEMA

A poesia está guardada nas palavras – é tudo que eu sei.

Meu fado é o de não saber quase tudo.

Sobre o nada tenho profundidades.

Não tenho conexões com a realidade.

Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro.

Para mim poderoso é aquele que descobre as insignificâncias (do mundo e as nossas).

Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil.

Fiquei emocionado e chorei.

Sou fraco para elogios.

Tratado geral das grandezas do ínfimo, Manoel de Barros

VOLUME 1

AGRADECIMENTOS

Uma tese é uma tarefa comprida, longa, que quando cumprida, não representa mais do que uma síntese possível do que alguém, num processo inevitavelmente atribulado, conseguiu coligir, interpretar e concretizar, após anos de interacção racional, emotiva e às vezes até obsessiva, com um conjunto alargado de pessoas, escritos e obras. Nesse sentido, estes agradecimentos sintéticos inevitavelmente pecarão por defeito ou omissão. Como forma de o colmatar, o meu primeiro agradecimento é dirigido, portanto, a todos aqueles que de uma forma ou de outra me ofereceram o seu generoso apoio, e que confiam que este documento materializa o melhor que consegui construir.

Os meus agradecimentos mais directos remetem-se, inevitavelmente, às instituições e às pessoas sem as quais esta investigação não teria sido possível. Ou se apresentaria de outra forma, com menos dimensões e tempo de reflexão, menor clareza e objectividade, ou até com mais gralhas e erros. Seria naturalmente outra que não esta. Assim, agradeço particularmente:

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia [FCT], pela atribuição da bolsa individual de doutoramento que viabilizou este percurso.

À Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto [FAUP], Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo [CEAU], grupo de investigação Atlas da Casa, as entidades de acolhimento. Mas, mais do que isso, a minha Casa, em muitos aspectos cor-de-rosa.

Ao Arquivo Municipal da Câmara do Porto, Arquivo Histórico / Casa do Infante e Arquivo Geral, onde se realizou grande parte da recolha documental, ressaltando o profissionalismo, dedicação e boa vontade de todos os seus directores, técnicos e funcionários, Dra. Maria Helena Gil Braga, Chefe da Divisão Municipal de Arquivo Histórico, Dr. João Paulo Fernandes Lopes, Chefe da Divisão Municipal de Arquivo Geral, Dra. Olga Matos Maia, Directora Municipal de Sistemas de Informação, Dra Madalena Peixoto Fernandes, Dra. Rosário Guimarães, Dra. Rute Reimão, Dra. Branca Rocha, Isabel Cristina Ribeiro, Manuela Ferreira, Fernanda Freitas, Marta Brandão, Teresa Ribeiro, Liliana Teixeira, Paula Silva Joaquina Santos, Sr. Morais e todos os técnicos com os quais me cruzei, e cujo nome me falha a memória.

Ao Centro Português de Fotografia, ao Dr. Bernardino Castro, seu Director, e à Joana Gomes, pelo apoio prestado.

Aos Professores da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Professor Doutor Domingos Tavares, Professor Doutor Rui Ramos, Professor Doutor Carlos Machado, Professor Doutor José Quintão, Professor Doutor Luís Soares Carneiro, Professor Doutor Carlos Guimarães, pelas conversas, comentários e contributos críticos que, directa ou indirectamente, e em diferentes momentos, enriqueceram esta tese. Ao Arquitecto Carlos Prata, pelo suporte a todos os níveis ao longo dos anos.

Aos colegas investigadores, professores e amigos, habitantes da Cavalariça e da Casa Cor-de-Rosa, pela partilha do quotidiano de trabalho e permanente boa disposição no CEAU, Nuno Travasso, Mariana Carvalho, Bruno Moreira, Teresa Cálix, Pedro Leão Neto, Álvaro Domingues. Um especial agradecimento à colega e amiga Luciana Rocha, companheira de luta diária e de partilha de trabalhos conjuntos de investigação.

Aos colegas e amigos, pela generosidade e apoio efectivo no alcançar de determinados resultados e objectivos, Marta Cruz, Ana Silva Fernandes, Pedro Fonseca Jorge, Susana Oliveira Marques, Viviane Soares da Silva, Eliana Pinho, Andreia Amaral.

Aos amigos de sempre, Mónica Nogueira, Daniela Costa, António Pais, Catarina Prata, Cátia Menezes, Joana Mendes, Cláudia Velho, Cláudia Monteiro. Aos amigos e pessoas importantes que se foram juntando, Cláudia Pereira, Mariana Barreira. A sua constante presença, mais do que suficiente, foi sempre infinitamente muito.

À minha família, em especial à minha irmã Alexandra, por ter sido mãe, pai e amiga durante todo este percurso. À minha sobrinha Maria Rita, símbolo de um futuro que, apesar de incerto, valerá sempre a pena. E à Índigo e ao Jung, sempre lá.

O meu último e mais forte agradecimento é dirigido ao meu mestre e amigo, orientador desta investigação, Professor Doutor Francisco Barata Fernandes. Não cabem nestas páginas todas as razões pelas quais lhe tenho que agradecer. O meu maior privilégio foi ter tido sempre a oportunidade de aprender e trabalhar, viver e crescer, entre quem me inspira pessoalmente, academicamente e profissionalmente.

Palavras-chave:

prédio de rendimento, Porto, habitação plurifamiliar, tipologia, topologia, 1ª metade do século XX

RESUMO

O 'prédio de rendimento' portuense – edifício de promoção privada estruturado em apartamentos distribuídos por andares destinados a habitação de arrendamento e partilhado por vários grupos familiares – começa a ser construído de raiz em meados da década de 20 do século passado, enquanto alternativa à casa para uma ou duas famílias. Esta forma de habitação urbana surge em diferentes escalas e especificidades, formando variações que se relacionam com um extenso leque de factores. Para além da diversidade de conceitos de cidade e de arquitectura dessa época, destaca-se a localização urbana, a capacidade económica e as expectativas de quem encomenda e, acima de tudo, o perfil de cliente ao qual estes edifícios se destina.

Este trabalho de investigação centra-se na problemática da adopção e transformação dos modelos de habitação ao longo do tempo, e o papel do contexto (socio-económico, regulamentar, político, urbano, cultural) nesse processo. Nesta perspectiva, o estudo foca três questões específicas: [1] *a genealogia e características particulares do edificado*; [2] a sua relação com as *morfologias do centro da cidade e contextos específicos*; [3] *os tipos de edifícios e modelos de habitação plurifamiliar* efectivamente construídos.

Partindo de uma pesquisa arquivística abrangente e de uma análise sistematizada das matrizes de organização interna dos edifícios em estudo, esta investigação pretende demonstrar que:

[1] a incorporação da dimensão estreita de frente de lote enquanto módulo estruturador, a localização central do acesso vertical e a opção por apenas um apartamento por piso, constituem parâmetros definidores de uma permanência portuense na concepção do prédio de rendimento, indiciando lógicas de continuidade com tradições construtivas consuetudinárias. Na mesma medida, o tipo e localização dos sistemas de ventilação, a configuração do edifício e a opção por modelos em esquerdo-direito sugerem uma filiação distinta, apontando para uma adaptação de modelos de habitação consolidados noutros contextos urbanos, como Lisboa, Paris ou Genebra.

[2] os regulamentos, apesar de não se constituírem, naturalmente, como as únicas determinantes nas opções tipológicas, assumem-se como factores decisivos na perpetuação de determinadas soluções arquitectónicas. Na realidade, em determinadas partes de cidade, os modelos adoptados encerram-se num conjunto de intervenções circunscritas temporalmente, ainda que de grande escala; pelo contrário, noutras situações, constroem-se de modo prolongado no tempo, adquirindo soluções formais que se estabilizam, repetem e se afirmam na arquitectura da cidade. Assim, neste processo, as diferentes variantes não resultam de um determinismo gerado pela dimensão da frente do lote, mas da combinação de factores diversos que incorporam este dado como gerador de experimentação.

[3] existe um conjunto circunscrito de tipos de edifícios em uso na 1ª metade do século XX. Estes tipos, no confronto com as particularidades dos lotes urbanos, condições regulamentares, programas específicos de encomenda e opções tipológicas, geraram ao longo de várias décadas um número significativo de variantes formais.

Os resultados da investigação conduzida permitem relacionar: prédio de rendimento e ruas, habitação e espaço urbano, arquitectura e cidade. É legitimo concluir, assim, que a abordagem metodológica e as lógicas de pensamento associadas, mais do que circunscritas a um arco temporal ou a uma forma de habitação particular, constituem uma estratégia de investigação em aberto, e disponível, também, para o estudo de outros tipos de edifícios, outras partes de cidade, outros contextos e outras realidades.

Mots-clés:

immeuble de rapport, Porto, habitation plurifamiliale, typologie, topologie, 1ère moitié du XXème siècle

RÉSUMÉ

À Porto, l'immeuble de rapport - immeuble de promotion privée composé d'appartements distribués par étages à partager entre plusieurs familles - ne commence à être battu qu'aux années 20 du XX^{ème} siècle, an tant qu'alternative à la maison individuelle destinée à une ou deux familles. Ce genre d'habitation urbaine apparaît en différentes échelles et spécificités, composant une variété de formations dont les motivations sont très variées. Au delà des variations des concepts de ville et d'architecture de l'époque, les principales motivations de ces variations sont la situation urbaine, la capacité économique et les expectatives du commanditaire, et, surtout, le profil du client.

Ce travail de recherche est centré sur la problématique de l'adoption et transformation des modèles d'habitation dans le temps et le rôle du contexte (socio-économique, réglementaire, politique, urbain, culturel) en ce processus. Dans cette perspective, l'étude est ciblée sur trois questions particulières : [1] *la généalogie et caractéristiques du bâti*; [2] sa relation avec *les morphologies et les contextes spécifiques du centre-ville*; [3] *les types d'immeuble et les modèles d'habitation plurifamiliale* effectivement construits.

Ancrée dans une vaste recherche archivistique, suivie d'une analyse systématisée des matrices d'organisation interne des immeubles en étude, cette investigation cherche à démontrer que:

[1] l'incorporation de l'étroitesse du lot en tant que module structurant, la localisation des accès verticaux et le nombre d'appartements desservis par chaque accès, constituent des paramètres qui définissent un système de permanences dans la conception de l'immeuble de rapport à Porto, suggérant une pratique de continuités, ainsi que des traditions constructives correspondantes. Dans la même mesure, le type et la localisation des systèmes de ventilation, ainsi que la configuration de l'édifice suggèrent une filiation distincte: l'adaptation de modèles d'habitation issus d'autres contextes urbains.

[2] les règlements, en dépit de ne pas être, à eux seuls, les uniques déterminantes des options typologiques, sont des éléments décisifs dans la perpétuation de certaines solutions architecturales. En réalité, dans certaines parties de ville, les modèles adoptés s'inscrivent dans un ensemble circonscrit temporellement; au contraire, dans d'autres situations, les modèles sont construits dans un temps long, stabilisant des solutions de forme qui se répètent et s'affirment dans l'architecture de la ville. De ce fait, dans ce processus, au lieu d'être issues d'un déterminisme de l'étroitesse du lot, les variantes résultent de la combinaison de facteurs divers qui incorporent cet élément comme générateur d'expérimentation.

[3] il est possible d'identifier un ensemble circonscrit de types d'immeubles en usage dans la 1ère moitié du XX^{ème} siècle. Ces types, confrontés aux particularités des lots urbains, aux conditions réglementaires, aux programmes spécifiques des commandes et aux options typologiques, ont généré un nombre significatif de variantes formelles au long de plusieurs décennies.

Finalement, les résultats de l'investigation conduite permettent établir une relation entre: immeuble de rapport et rues, habitation et espace urbain, architecture et ville. Il est ainsi légitime conclure que l'approche méthodologique, aussi bien que le raisonnement qui lui est associé, plus que circonscrits à une temporalité ou à une forme d'habitation particulière, constituent une stratégie de recherche ouverte et disponible pour l'étude d'autres types d'immeubles, d'autres parties de la ville, d'autres contextes et d'autres réalités.

Key-words:

rental apartment building, Porto, multifamily housing, typology, topology, 1ª half of the 20th century

ABSTRACT

In Porto, rental apartment buildings, built by private promoters, appear as an alternative to the single-family house around the mid-twenties of the 20th century. Its concretisations come in various scales and specificities, originating variations due to several factors. In addition to the diversity of concepts regarding the city and architecture, these factors can be found among the urban location, the contractors' economic capacity and expectations, and above all, the intended profile of the client.

This research work approaches the following problematic - the adoption of housing models and its transformation throughout time and the role of the context (socio-economic, regulatory, political urban, cultural) in this process. Under this perspective, the study is focused on three main questions: [1] *the built environment genealogies and characteristics*; [2] its relation with *the city centre specific morphologies and contexts*; [3] *the building types and the multifamily housing models* actually produced.

Anchored in an extensive archive survey, followed by a systematic analysis of the internal structure of the buildings, this research seeks to demonstrate that:

[1] the incorporation of the narrowness of the lot as a structuring module, the vertical accesses' emplacement and the number of apartments served by each access, constitute the parameters by which a system of permanencies is defined regarding the rental apartment building in Porto, suggesting a practice of continuities, as well as the corresponding building techniques traditions. In equal measure, the type and the emplacement of the ventilation systems, as well as the configuration of the building indicate a different filiation: the adaptation of housing models from other urban contexts.

[2] solely by themselves the regulations do not constitute the unique typological determinant factors, in spite of being important elements in the perpetuation of certain architectural solutions. In fact, in certain parts of the city, the adopted models correspond to a particular period of time; on the contrary, in other situations, the models are built in the long term, stabilising formal solutions repeated and reinforced in the architecture of the city. Thus, within this process, the variants are issued from the combination of diverse factors that embody the narrowness of the lot as an experimental generator.

[3] it is possible to identify a limited set of building types at use in the 1st half of the 20th century. These types, in confrontation with particularities of the lot, with the regulatory frame, with the specific programs commissioned and with the typological options, generated a significant amount of formal variants throughout several decades.

The results achieved within this investigation allow to relate: apartment buildings and streets, housing and urban space, architecture and city. It is, thus, rightful to conclude that the methodological approach as well as the reasoning implied, more than circumscribed to a particular time or housing type, constitute an open research strategy available for other studies concerning either other buildings, other city parts, other contexts and realities.

ÍNDICE

Volume 1

Introdução 1

PREMISSAS DE INVESTIGAÇÃO E METODOLOGIA 17
Objecto dos estudos específicos. Delimitação 19
Problematização e pertinência do tema 35
Hipóteses temáticas de investigação 38
Uma ideia de investigação em arquitectura e habitação urbana 41
A informação/documentação existente 71
Parâmetros para a construção de processos interpretativos 111

SOBRE O PRÉDIO DE RENDIMENTO PORTUENSE 133

I. **GÉNESE. TRANSFORMAÇÃO. ESPECIFICIDADES** 135
O processo de produção do prédio de rendimento. Precedentes e referências 137
Parâmetros específicos da habitação plurifamiliar 158
Síntese. A adaptabilidade do prédio de rendimento. Motores de experimentação 171

II. **RUAS ENQUANTO LABORATÓRIOS TIPO-MORFOLÓGICOS NO CENTRO URBANO** 175
A transformação do tecido urbano portuense na 1ª metade do século XX 180
Metamorfoses morfológicas e tipológicas. Alguns casos particulares 194
Síntese. A dimensão do lote e as opções tipológicas na concepção da habitação plurifamiliar 230

III. **A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IMAGEM DE CIDADE** 235
A representação (fotográfica) da cidade: a 'produção de imagens' 236
A cidade como representação (social): a produção de uma 'imagem' 255
Síntese. O prédio de rendimento enquanto veículo de modernização. Anacronia e hibridez de linguagens 263

IV. **A REGULAMENTAÇÃO, AS FORMAS EDIFICADAS E A FORMA DA CIDADE** 271
Um contexto e sociedade particulares. A higiene e a salubridade enquanto problemas da habitação 272
Os regulamentos enquanto instrumentos de controlo 277
O discurso normativo e a habitação plurifamiliar portuense 284
Síntese. O impacto dos regulamentos. Hipotéticas consequências tipológicas e urbanas 294

V. **INSTRUMENTOS DE COMPOSIÇÃO NA CONCEPÇÃO DA HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR** 299
A simetria e a adaptação topológica enquanto instrumentos de composição 300
O reconhecimento de simetrias e de adaptações topológicas no desenho da habitação plurifamiliar portuense 312
Síntese. Adaptação, complexidade e racionalidade no desenho da habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX 325

VI. **PROGRAMAS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR. OPÇÕES CORRENTES. VARIAÇÕES EMERGENTES** 327
Um programa específico de habitação para a pequena e média burguesia urbana 329
A organização funcional do apartamento 362
Síntese. A dimensão urbana dos programas de habitação. Contexto e inovação 372

VII. **REFERÊNCIAS E TRANSFERÊNCIAS. LEITURAS A PARTIR DE 'A ARQUITECTURA PORTUGUESA'** 375
"A Arquitectura Portuguesa" enquanto reflexo de um contexto particular: pensamento da época, temáticas, preocupações 378
Projectos e obras publicadas. Hipotéticas referências para os projectistas portuenses 394
Síntese. Contexto, cultura e mediatização de modelos. Hipotéticos reflexos na prática arquitectónica portuense 411

VIII. **O PRÉDIO DE RENDIMENTO ENQUANTO UNIDADE DE CONSTRUÇÃO DA CIDADE. LISBOA** 417
A habitação plurifamiliar lisboeta na 1ª metade do século XX 419
Tipos de edifícios e modelos de habitação correntes na 1ª metade do século XX em Lisboa. Contrapontos 429
Síntese. Opções lisboetas, particularidades portuenses. Algumas considerações 469

IX. **TIPOS DE EDIFÍCIOS E MODELOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR NA CIDADE DO PORTO. UMA SÍNTESE** 473
Tipos de edifícios plurifamiliares portuenses 476
A frente estreita como 'estrutura generativa'. Continuidade 480
Novos tipos de edifícios. Experimentação e adaptação de referências diversas 497
Edifícios com grande frente. Blocos: aumentar a escala de construção e de investimento 514

X. **CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS. TOPOLOGIAS, TIPOLOGIAS E MODELOS** 521
[1] Genealogia e características particulares do edificado 522
[2] Morfologias do centro da cidade e contextos específicos 532
[3] Tipos de edifícios e modelos de habitação 537
Perspectivas. Do prédio de rendimento à habitação contemporânea. Relações entre investigação, teoria e projecto 541

Fontes e referências bibliográficas 549

Fontes iconográficas 550

Núcleos documentais 551

Referências bibliográficas 553

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA 569

1. GLOSSÁRIO 571

2. MATERIAL PEDAGÓGICO. Modelos de Fichas de análise | Quadros síntese 609

3. CRONOLOGIA INDICATIVA. Legislação. Regulamentos. Cartas. Levantamentos. Planos 619

4. LISTAGEM DOS EDIFÍCIOS EM ESTUDO. PORTO 625

5. PROGRAMAS DOS EDIFÍCIOS EM ESTUDO. PORTO 647

6. LISTAGEM DOS EDIFÍCIOS REFERENCIADOS NA BIBLIOGRAFIA. PORTO 655

7. LISTAGEM DOS EDIFÍCIOS REFERENCIADOS NA BIBLIOGRAFIA. LISBOA 659

8. EDIFÍCIOS REFERENCIADOS NA CARTA DO PATRIMÓNIO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DO PORTO 671

9. PAINÉIS EXPOSITIVOS. "Quarteirões portuenses enquanto laboratórios tipo-morfológicos" 683

Volume 2

10. DESENHOS SÍNTESE

A – Sectores urbanos em estudo. Levantamento topográfico de 1939 [arquivo da câmara municipal do porto]

B – Sectores urbanos em estudo. Sectores urbanos com potencial interesse de estudo. Esc. 1/10000

C1 – Tabela síntese. Frente estreita. continuidade. 1 apartamento por piso. Esc. 1/500

C2 – Tabela síntese. Frente Alargada. Adaptação. Importação. 1 apartamento por piso. Esc. 1/500

C3 – Tabela síntese. Esquerdo-direito com configuração complexa. Hibridez e adaptação a novas lógicas. 2 apartamentos por piso. Esc. 1/500

C4 – Tabela síntese. Esquerdo-direito regular compacto. Fixação de um modelo. 2 apartamentos por piso. Esc. 1/500

C5 – Tabela síntese. Edifícios com grande frente. Esc. 1/500

D1 – Rua de Fernandes Tomás. Sector _ FT1. Plantas de piso tipo. Esc. 1/500

D2 – Rua da Regeneração. Sector _ RG1. Plantas de piso tipo. Esc. 1/500

D3 – Rua de Rodrigues Sampaio. Sectores _ RS1 e RS2. Plantas de piso tipo. Esc. 1/500

D4 – Quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira. Sectores _ SB1, SB2, SB3, SB4. B1. Plantas de piso tipo. Esc. 1/650

D5 – Rua de Diogo Brandão. Sectores _ Sectores C1 e C2. Plantas de piso tipo. Esc. 1/500

D6 – Quarteirão Rua do Campo Lindo, Rua do Covelo e Rua de Lima Júnior. Sectores _ COV1, COV2, LJ1 e CL1. Plantas de piso tipo. Esc. 1/500

D7 – Rua da Boavista. Sectores _ BV1 e BV2. Plantas de piso tipo. Esc. 1/500

D8 – Rua de António Cândido. Sector _ AC1. Plantas de piso tipo. Esc. 1/500

D9 – Rua do Doutor Alves da Veiga. Sectores _ AV1 e AV2. Plantas de piso tipo. Esc. 1/500

D10 – Rua da Constituição. Sector _ CN1. Plantas de piso tipo. Esc. 1/500

D11 – Rua de Ceuta. Sectores _ DB1 e DB2. Plantas de piso tipo. Esc. 1/500

E – Edifícios em estudo. Lisboa

LISTA DE ABREVIATURAS

AHMP – Arquivo Histórico Municipal do Porto

AML – Arquivo Municipal de Lisboa

DMAG – Divisão Municipal de Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

CITTA – Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

CMP – Câmara Municipal do Porto

AFP-CPF/MC – Arquivo de Fotografia do Porto - Centro Português de Fotografia/Ministério da Cultura

ESBAP – Escola Superior de Belas Artes do Porto

GEAEM – Gabinete de Estudos Arqueológicos e Engenharia Militar

GEPGU – Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização

GU – Gabinete de Urbanização (denominação a partir de 1940)

MOP – Ministério das Obras Públicas

IGE – Instituto Geográfico do Exército

STCMP – Serviços técnicos da Câmara Municipal do Porto

DGPU – Direcção Geral de Planeamento Urbanístico

RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas

RSEU – Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas

RGCU – Regulamento Geral das Construções Urbanas (Lisboa)

RPRCP – Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto

LO – Licença de Obras

Outras abreviaturas e sinais

arq. – arquitecto

doc. – documento

ed. – edição

eng. – engenheiro

fol. – fólio

fls. – fólios

nº – número

op. cit. – obra citada

cf. – confira-se

idem – o mesmo autor

ibidem – no mesmo local

p. – página

pp. – páginas

séc. – século

vol. – volume

vols. – volumes

(?) – palavra ilegível numa transcrição

Introdução

No século passado, até meados da década de 20, dominavam no Porto as habitações de tipo unifamiliar. Contudo, numa época de significativas alterações na estrutura da cidade, que se consolida através da criação de novas áreas centrais modernas, entre os anos 40 e 50 — face a alterações do ponto de vista socioeconómico e demográfico, entre outras —, a habitação urbana começa a construir-se em distintas formas e escalas, transportando diferenças significativas nos próprios modelos de habitação (e consequentes opções tipológicas).

A emergência gradual de edifícios com características diversas motiva um questionamento sobre a sua especificidade arquitectónica, referências, processos de transformação tipológica e particularmente o seu papel na renovação ou expansão da cidade, que é indissociável da construção da identidade dos seus habitantes e da própria edificação. A cidade deixa de assentar unicamente na construção da frente de rua, vendo surgir na sua estrutura novas malhas e quarteirões gerados a partir de prédios de rendimento, que se estendem e se reformulam pelas antigas e novas ruas da cidade.

O 'prédio de rendimento' – edifício de promoção privada estruturado em apartamentos distribuídos por andares destinados a habitação de arrendamento e partilhado por vários grupos familiares – começa a ser construído de raiz em meados da 2ª década de novecentos, enquanto alternativa à casa para uma ou duas famílias. Esta forma de habitação urbana surge com diferentes escalas e especificidades, formando variações que se relacionam com um leque extenso de factores: para além da diversidade de conceitos de cidade e de arquitectura dessa época, destaca-se a localização urbana, a capacidade económica e as expectativas de quem encomenda e, acima de tudo, o perfil de cliente ao qual estes edifícios se destina. Estes edifícios apresentam, de igual modo, diferentes formalizações relativamente ao tipo de acessos verticais, áreas de entrada, programa da habitação e respectiva distribuição.

Esta investigação incide sobre a habitação plurifamiliar de promoção privada, uma vez que esta constitui a grande massa de construção do tecido urbano. Ao longo do texto da tese assume-se a designação 'plurifamiliar', como referente à habitação independente de diversas famílias – entendidas num sentido lato –, no mesmo edifício. Optou-se por utilizar este termo, claramente de carácter erudito, em alternativa ao termo 'colectivo', já que se constatou numa fase preliminar do estudo que os edifícios portuenses não possuíam, regra geral, estruturas dedicadas a uma utilização colectiva, como garagens comuns, salas de reuniões ou espaços de tratamento de roupas (resumindo-se estes, frequentemente e apenas, aos espaços de entrada e acesso

vertical, ainda que se observe uma introdução progressiva de arrecadações, ou espaços de garagem, por exemplo).

A expressão 'prédio de rendimento' constitui uma denominação corrente nas décadas de 20-60 do século XX, já que se pode encontrar um número significativo de memórias descritivas de processos de licenciamento, referindo-se a edifícios de habitação plurifamiliar de raiz, destinados a arrendamento. São edifícios projectados e construídos com o objectivo assumido de rentabilização de investimento, pautando-se, portanto, por preocupações de controlo de custos e estratégias para cativar potenciais arrendatários.

Viver numa 'casa' independente ou num 'prédio com apartamentos em andares'[1] representam experiências naturalmente distintas e, nesse sentido, a implementação de novas formas de habitação teve impacto não só na edificação, mas também na própria construção de uma identidade social e urbana. Esta identidade ancorava-se nos 'modernos' modos de vida, aos quais os portuenses ambicionavam (também) aderir, e que se mediatizavam através das revistas, da rádio e do cinema (ou sessões de documentários).

Apesar do modelo do 'prédio de rendimento' destinado à burguesia abastada ou às famílias da média burguesia se apresentar como uma realidade urbana corrente em Lisboa em oitocentos (ou mesmo em épocas anteriores), em contexto portuense constitui um fenómeno mais recente[2]. Tal facto determina particularidades no âmbito das formas e modelos adoptados.

Conforme constatado nesta investigação, no Porto, e na época em estudo, alguns proprietários encaram a edificação como uma forma de investimento das suas poupanças, visando um retorno garantido. Estas lógicas aparentam manter-se desde meados da década de 20 até à promulgação da lei que regula a propriedade horizontal, em 1955. A regulamentação da aquisição de fracções independentes e respectivas áreas comuns abre novas possibilidades, tanto nas estratégias de investimento, como nos modelos e tipos de habitação.

---

[1] Ou 'viver num andar', expressão comum na época, num 'prédio de rendimento' ou 'casa de rendimento', designações utilizadas pelos projectistas nos processos de licenciamento.

[2] Observando-se outros fenómenos de habitação plurifamiliar, como a sobreocupação de edifícios existentes, ou a construção de 'ilhas' nos espaços de logradouro de edifícios existentes.

Naturalmente, a crescente dinâmica de edificação de novas tipologias de habitação urbana criou a necessidade de formulação e aprovação do novo *Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto*, em 1956, que originou igualmente um impacto no processo de desenho e concepção dos edifícios. Estas alterações do quadro regulamentar tiveram como consequência a permanência de determinados modelos de habitação, o que permite apontar o início dos anos 60 como limite temporal superior da investigação.

Enquanto forma de habitação, o prédio de rendimento constitui-se como uma peça fundamental para a compreensão da realidade contemporânea da habitação urbana portuense de promoção privada, construída de raiz, quer como modelo de investimento, quer como elemento de estruturação do espaço urbano. O estudo da transformação desta forma de habitação urbana desde os primeiros edifícios construídos até 1960 permitirá a percepção do abandono ou da fixação de modelos de habitação plurifamiliar anteriormente adoptados, a partir das décadas seguintes até aos dias de hoje. Nesse processo, factores como a dimensão de frente das parcelas ou a proibição da incorporação de saguões, terão tido um papel relevante.

Estudo de casos específicos

O foco de interesse desta investigação é a habitação de produção corrente, ou seja, em toda a arquitectura que é fruto da actividade quotidiana de arquitectos, engenheiros e construtores civis, não se destacando necessariamente pela sua qualidade, ou pela excepcionalidade da encomenda, do programa ou da localização urbana[3]. Trata-se de uma produção arquitectónica que não se destaca na cidade, pautando-se, pelo contrário, por traços de aparente anonimato, menor qualidade construtiva, apresentando-se, em suma, como uma arquitectura do quotidiano.

---

[3] *A delimitação desta temática é o resultado de uma progressão e aprofundamento de interesses abordados em pesquisas que sobre ela se centraram sistematicamente, em distintos fases de estudo académico, cidades e épocas, no âmbito da Prova Final de Licenciatura em Arquitectura [Lameira, Maria Gisela Antunes (2002). A condição experimental da habitação contemporânea. Adaptabilidade e dimensões na habitação plurifamiliar. Prova Final de Licenciatura. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP).] e do Mestrado em Estudos do Espaço e do Habitar em Arquitectura [Lameira, Maria Gisela Antunes (2010). A Rua de Sá da Bandeira no Porto. Topologia(s) do Habitar Colectivo. Tese de Mestrado. Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL)].*

A proposta de caracterização do 'prédio de rendimento', enquanto forma de habitação urbana, está ancorada na análise de um conjunto alargado de edifícios, que se considera representativo e suficiente para explicitar as opções de transformação tipológica no âmbito da habitação plurifamiliar urbana na 1ª metade do século XX.

Do ponto de vista urbano, a selecção de edifícios teve por base as próprias dinâmicas de consolidação e crescimento da cidade. No Porto, na época em estudo, o desenvolvimento urbano estruturou-se em função da abertura de novas ruas no centro, no prolongamento de ruas existentes, consolidando-se a preexistência através da construção edifício a edifício. Trata-se de um processo distinto do de Lisboa, no qual a expansão urbana esteve apoiada não só no desenvolvimento linear de arruamentos, mas também na criação de novas áreas/malhas urbanas com carácter de centralidade.

Numa abordagem que se centra na relação entre o edificado e a cidade, e na construção da sua urbanidade e identidade, a concentração de edifícios num mesmo 'sector urbano' assumiu-se como um critério de selecção objetivo, que permite avaliar o potencial significado destes sectores enquanto património da cidade, para além das particularidades de cada edifício individualmente.

Nesse sentido, a análise centra-se num conjunto de edifícios integrados em sectores urbanos particulares, identificados nos seguintes locais: Rua de Sá da Bandeira/Rua Firmeza, Rua do Bolhão, Rua de Ceuta, Rua de Rodrigues Sampaio (centro urbano), Rua da Constituição, Rua do Campo Lindo/Rua do Covelo e Rua da Boavista (ruas de expansão), e Rua de Fernandes Tomás, Rua de Alves da Veiga, Rua de Diogo Brandão, Rua de António Cândido, Rua da Regeneração (ruas em distintas zonas da cidade). Os sectores apontados nestas ruas representam uma selecção num conjunto mais vasto de opções possíveis, tendo-se revelado suficiente para a abordagem das questões delimitadas.

A análise destes conjuntos assenta em objectivos de investigação específicos, que podem ser sintetizados em quatro pontos:

- ***identificação e constituição de um corpo de estudo representativo***: referência a situações urbanas específicas, que permitam a exemplificação dos modelos adoptados no âmbito da habitação plurifamiliar de promoção privada, edificada de raiz, no enquadramento temporal em análise;

- ***sistematização dos tipos de edifícios e modelos de habitação*** dominantes no Porto: análise das suas referências, sublinhando os nexos e divergências entre esta realidade e contextos análogos;
- ***caracterização dos seus processos de transformação***: explicitação das regras/lógicas de concepção/construção que lhe são inerentes, e as suas metamorfoses e permanências;
- ***síntese analítica e construção de quadros comparativos***: apresentação de variantes tipológicas e topológicas de formas de habitação plurifamiliar; análise comparada.

Enquadramento do tema. Hipóteses de investigação

Este trabalho de investigação procura contribuir para o enquadramento de três questões específicas, relacionadas com as problemáticas quer da concepção e transformação de modelos de habitação ao longo do tempo, quer da relação entre determinadas opções tipológicas e o seu contexto:

1. a genealogia e características particulares do prédio de rendimento portuense;
2. a relação entre as opções tipológicas no âmbito desta forma de habitação particular e o seu contexto específico, focando a transformação da cidade do Porto num determinado período e o papel da Arquitectura nesse processo;
3. a identificação e caracterização dos tipos de edifícios e modelos de habitação implementados na 1ª metade do século XX.

Assim, coloca-se a hipótese de que os modelos de habitação adoptados se relacionam com os processos históricos de formação da habitação corrente portuense que os antecede, consoante a estratégia de desenho relativamente a parâmetros específicos: sistemas de acessos, configuração do edifício ou localização dos sistemas de ventilação, abastecimento de água e saneamento. Nesta perspectiva, avança-se duas linhas interpretativas relativamente à concepção de habitação plurifamiliar de raiz em contexto portuense. A primeira aponta para que certas opções tipológicas — nomeadamente a incorporação da dimensão estreita de frente de lote enquanto módulo estruturador, a localização e modelo dos acessos verticais, e o número de apartamentos por núcleo de acesso — evidenciam permanências de um modo de pensar e construir a cidade e a habitação portuense. Na segunda linha interpretativa, considera-se que determinadas opções

ao nível da configuração do edifício e das soluções de ventilação se relacionam com modelos de habitação consolidados noutros contextos urbanos.

Nesta pesquisa pretende-se enquadrar igualmente a relação entre o 'prédio de rendimento' e o contexto social, económico e legislativo na 1ª metade do século XX portuense, assim como o papel desta forma de habitação na transformação da morfologia da cidade. No caso particular dos regulamentos municipais, apesar destes não constituírem factores isolados na permanência de determinados modelos de habitação, considera-se a possibilidade de uma influência relevante nesse processo. De igual modo, avança-se a hipótese de que as formas adoptadas pelo prédio de rendimento assumem distintos papéis nas dinâmicas de transformação da forma da cidade, consoante a sua localização, linguagem e programa.

Relativamente aos processos de transformação das formas de habitação, não foi ainda realizada uma identificação objectiva dos tipos de edifícios em vigor e modelos de habitação plurifamiliar efectivamente construídos no Porto, na 1ª metade do século XX. Tal facto dificulta uma visão abrangente e conclusiva sobre esta temática. Embora se constate uma manifesta diversidade nas variantes de facto construídas, esta investigação procura demonstrar a hipótese de existência de um conjunto restrito de tipos de edifícios e modelos de habitação no Porto, na época em análise.

O estudo desenvolvido permite considerar a existência de identidades específicas da cidade do Porto. Assim, defende-se a pertinência deste objecto de estudo, quer para a discussão científica no âmbito da problemática da relação entre as opções tipológicas e a morfologia da cidade (contributo abrangente para a Arquitectura enquanto campo disciplinar, do ponto de vista científico, pedagógico e profissional), quer para o conhecimento das especificidades e identidades locais (valor simbólico e cultural no processo de transformação do tecido social e das Arquitecturas da cidade do Porto).

Com efeito, os prédios de habitação para arrendamento, forma de habitar intrinsecamente ligada às condições da época compreendida entre a década de 20 e o início dos anos 60, apresentam de igual modo características específicas enquanto obras arquitectónicas: são edifícios com qualidades espaciais e potencialidades de transformação que se podem constituir como referências fundamentais a considerar na actualidade.

Instrumentos e estudos existentes

O estudo da arquitectura do prédio de rendimento portuense não se apresenta como um tema inédito no panorama da investigação arquitectónica. Em todo o caso, conforme será exposto, os estudos existentes — essencialmente teses de doutoramento, inventários e guias[4] – focam-se em aspectos sectorizados, não esclarecendo aprofundadamente questões relacionadas com os processos de produção e transformação dos modelos de habitação, a sua relação com a forma da cidade, ou a incidência de condicionamentos do contexto social e regulamentar sobre a forma dos edifícios.

A investigação sobre o prédio de rendimento, relativamente ao Porto, circunscreve-se à inventariação parcial (centrada em obras de autores com produção vasta na cidade, como José Porto, Júlio José de Brito, José Ferreira Peneda, Manuel Passos Júnior, Arménio Losa e Cassiano Barbosa, entre outros, ou edifícios de excepção no panorama da construção da época), ao enquadramento tipo-morfológico da transformação do unifamiliar em plurifamiliar (através de processos de sobreocupação do edificado existente) e à abordagem panorâmica das suas características gerais, exemplificada através das especificidades de determinados exemplares concretos.

Os estudos sobre a realidade lisboeta nestas temáticas[5] foram de grande utilidade, face à ausência de um inventário mais criterioso e de uma visão global apoiada num corpo de edificação alargado relativamente ao Porto. E em contexto lisboeta, a existência desde tipo de documentação traduz-se no resultado de uma tradição de investigação de longa data sobre o património de arquitectura do quotidiano[6], assim como da disponibilidade de levantamentos sistematizados ainda que parciais.

As particularidades do prédio de rendimento portuense ao nível das formas e dos modelos adoptados tornam-se mais evidentes se comparadas, ainda que de forma subsidiária, com os

---

[4] *cf*. capítulo "*Premissas de investigação e metodologia", ponto "A informação/documentação existente"*.
[5] *idem*
[6] *cf*. trabalhos de investigação conduzidos por José-Augusto França, Nuno Teotónio Pereira, Raquel Henriques da Silva, entre outros.

edifícios plurifamiliares lisboetas, como enquadramento e veículo de abertura de campos de estudo. Nesse sentido, foi analisado um conjunto de 44 edifícios nesse contexto, localizados numa área relativamente contida, mas que se considera relevante do ponto de vista da relação entre a construção de habitação plurifamiliar e o crescimento e consolidação da cidade. Mais do que uma análise comparada, pretende-se que a observação dos modelos de habitação e tipos de edifícios lisboetas contribua para o enquadramento da especificidade da relação entre a dimensão do lote e a opção tipológica portuense. Trata-se de analisar as principais questões da habitação plurifamiliar nas duas principais cidades portuguesas com significativos processos de renovação urbana na época em estudo.

O recurso à documentação constante nos Arquivos Municipais decorre do facto da investigação se centrar num tipo de edificação corrente, construída num arco temporal que dista mais de 50 anos dos tempos actuais, e projectada por construtores, engenheiros e arquitectos nem sempre (re)conhecidos, ou com arquivos profissionais organizados e acessíveis. O facto de se privilegiarem aspectos ligados à morfologia da cidade determinou que a pesquisa nos arquivos se direccionasse igualmente para a documentação referente aos próprios processos de construção da cidade (cartografia, estudos e propostas de urbanização ou intervenção urbana, fotografias da época, levantamentos fotográficos, entre outros elementos).

Relativamente ao edificado, o campo fundamental de análise são os desenhos constantes nos processos de Licenças de Obras, ou seja, a compilação dos documentos provenientes dos procedimentos camarários obrigatórios para apreciação e aprovação de qualquer edificação urbana particular que se pretendesse erigir na cidade.

A revista "A Arquitectura Portuguesa", analisada com alguma profundidade no período 1908-1958, constituiu-se igualmente como uma fonte documental pertinente, reveladora de um contexto particular e das práticas arquitectónicas contemporâneas ao período em estudo.

Metodologias

A primeira fase desta investigação ocupou-se da identificação e selecção criteriosa de um número alargado de edifícios localizados em ruas ou conjuntos urbanos de relevante significado, seguido de um processo de levantamento da documentação escrita e desenhada constante nos arquivos municipais. Na fase seguinte, o desenho constituiu um instrumento fundamental de

análise da obra arquitectónica, iniciando-se esse processo através da representação das plantas do piso tipo dos edifícios nos quarteirões que os integram.

Estes desenhos-síntese, elementos que procuram explicitar a relação entre a matriz de organização interna do edifício e a morfologia da cidade, constituem o material gráfico base para as análises comparativas desenvolvidas ao longo dos capítulos que compõem o corpo principal da tese. Paralelamente, associou-se o registo fotográfico dos edifícios e do seu enquadramento urbano, como modo de documentação da sua imagem, volumetria, estratégias de composição, relação entre o piso térreo e o espaço público.

A abordagem aos casos de estudo, mais do que numa metodologia rígida de classificação de edifícios, apoia-se numa análise de natureza interpretativa, que se realiza de forma sistemática, por comparação. Esta incursão fundamenta-se em parâmetros que percorrem as várias dimensões das formas da habitação na sua relação com a cidade: a dimensão do lote, o tipo de agregação das unidades residenciais, a configuração do edifício, as opções sobre os dispositivos de acesso vertical e os sistemas de ventilação, assim como os princípios de distribuição. É nessa teia de relações espaciais, formais e funcionais que se estabelecem algumas sínteses, se definem e agrupam tipos de edifícios em conjuntos com lógicas semelhantes.

Os edifícios seleccionados apresentam diferentes matrizes de organização interna, o que não invalida a permanência de exigências programáticas, e a criação de constâncias e repetições que se estendem ao longo da história na concepção dos espaços do habitar. Estas são lógicas que se vão verificando nas práticas comuns de construção ao longo da história, uma espécie de 'sintaxe inconsciente', raramente alvo de explicitação teórica.

Para a clarificação destas lógicas de concepção, adoptou-se a utilização simultânea de metodologias de análise topológica e tipo-morfológica, que constituem abordagens ao edificado com focos distintos. Na perspetiva da análise topológica destacam-se as questões ligadas à geometria de ocupação do lote, configuração do edifício, desenho e adaptação da forma a um contexto específico, e a organização geral do apartamento. Noa âmbito da análise tipológica, privilegia-se a identificação de matrizes de concepção que se repetem e a caracterização da relação entre a forma da habitação e a morfologia da cidade.

Perspectiva. Uma ideia de história, tempo e modernidade

O âmbito desta investigação reside na análise dos artefactos construídos e na estruturação de um conhecimento que se torne operativo na concepção da Arquitectura do nosso tempo. Esta incursão alicerça-se numa base conceptual que em certa medida define e enquadra a perspectiva sob a qual se analisa a cidade e a arquitectura. Apoia-se num entendimento de História da Arquitectura e da Cidade, enquanto disciplina que se ocupa da descrição e interpretação dos processos de transformação e metamorfose das obras produzidas pela humanidade: das descontinuidades e das rupturas, das regras e das diferenças. Nesse processo privilegia-se a análise formal, factual e interpretativa, mais do que a abordagem quantitativa e o ordenamento linear e cronológico dos acontecimentos.

Adopta-se, assim, um ponto de vista que interpreta o passado de forma prospectiva, ou seja, não se procura encontrar nele unicamente as regras de funcionamento do presente, mas também as pistas para o projecto do futuro. Representa uma revisita ao passado, às suas problemáticas, como alerta Antonio Pizza, enquanto "*exercício de uma atitude crítica relativamente à nossa contemporaneidade*", que implica o "*saber voltar ao presente*"[7].

Em investigações que se ocupam do estudo de processos históricos, a noção de 'tempo' é uma dimensão fulcral. Numa ideia de sobreposição de temporalidades, a questão fundamental colocada por Reinhart Koselleck, por exemplo, é "*como é que, num determinado presente, as dimensões temporais do passado e do futuro se relacionam*", colocando a hipótese do ponto de vista da relação entre 'experiência' (o passado) e a 'expectativa' (o futuro). Como exemplo, o autor afirma que "*quanto mais uma época é experienciada como uma nova temporalidade, como 'modernidade', mais exigências são impostas ao futuro seguinte*". A relação com a 'experiência' enfraquece-se, aumentando a 'expectativa'[8] relativamente às condições futuras.

---

[7] *cf*. Pizza, Antonio (2000). La Construcción del Pasado. Reflexiones sobre Historia, Arte y Arquitectura. Madrid, Celeste Ediciones, S.A. ISBN 84-8211-239-2.

[8] *cf*. Koselleck, Reinhart (2004 [1979]-b). Futures Past. On the semantics of Historical Time. New York, Columbia University Press.

Estes conceitos podem ser facilmente exemplificados, quando transpostos para o contexto temporal alvo desta investigação. Pode-se sugerir que na 1ª metade do novecentos portuense, mais precisamente entre final dos anos 30 e início dos anos 40, se manifesta *"uma nova temporalidade",* expressa na necessidade de actualização das linguagens, dos códigos, da imagem da cidade e dos modelos de habitar. O habitante aspira aceder à comodidade e cosmopolitismo que lhe chega através das revistas, do cinema, das viagens.

A perspectiva de abordagem que orienta esta investigação não procura classificar ou enquadrar os edifícios em correntes ideológicas ou estilísticas[9]. O entendimento de *História, tempo e habitação* alicerça-se num entendimento de que a presença das mais diversas anacronias se assume como condição inerente à produção arquitectónica da habitação urbana. Do mesmo modo, a modernidade presente em muitas das obras analisadas não se encontra necessariamente filiada nas arquitecturas do Movimento Moderno.

Procura-se desta forma contribuir para a construção de um conhecimento que se move para além das categorizações instituídas na arquitectura de habitação construída entre as décadas de 20 e 60 do século XX, invariavelmente apelidada de 'pré-moderna', 'moderna' e 'modernista', consoante o enquadramento disciplinar da Arquitectura e História associados.

Estrutura da tese

A investigação estrutura-se em dois volumes. O *Volume 1* apresenta o enquadramento teórico, o desenvolvimento dos temas específicos, as conclusões e a enumeração de um conjunto de documentos que serviram de referência à construção da investigação. O *Volume 2* compila os desenhos/síntese elaborados expressamente para esta tese.

O texto que compõe o *Volume 1* inicia-se com um enquadramento, *'Premissas de Investigação e Metodologia'*, onde se esclarecem a problematização e hipóteses temáticas de investigação, o

[9] Ainda que relativamente a este arco temporal, seja comum falar de 'pré-moderno', de 'moderno' ou de 'modernismo', enquanto rótulos que acompanham determinadas arquitecturas.

modo como se delimita o objecto dos estudos específicos, a perspectiva de investigação, a metodologia de análise e a caracterização dos instrumentos de pesquisa.

O corpo da tese, '*Sobre o prédio de rendimento portuense*', estrutura-se em dez capítulos que correspondem a uma aproximação ao objecto de estudo através de distintos enfoques, elaborando uma leitura do prédio de rendimento segundo temas que se entende participarem de forma preponderante na sua caracterização arquitectónica.

I. *Génese. Transformação. Especificidades*
II. *Ruas enquanto laboratórios tipo-morfológicos no centro urbano*
III. *A construção de uma nova imagem de cidade*
IV. *A regulamentação, as formas edificadas e a forma da cidade*
V. *Instrumentos de composição na concepção da habitação plurifamiliar*
VI. *Programas de habitação plurifamiliar. Opções correntes. Variações emergentes*
VII. *Referências e transferências. Leituras a partir de 'A Arquitectura Portuguesa'*
VIII. *O prédio de rendimento enquanto unidade de construção da cidade. Lisboa*
IX. *Tipos de edifícios e modelos de habitação plurifamiliar na cidade do Porto. Uma síntese*
X. *Conclusões e perspectivas. Topologias, tipologias e modelos*

Cada capítulo articula informações de ordem diversa, sendo o seu universo constituído por documentação sobre os processos de intervenção urbana por parte dos serviços camarários; registos fotográficos; regulamentos e legislação específica; extratos das revistas especializadas da época e da bibliografia e iconografia disponível. Assim, procura-se explicitar o enquadramento que possibilita o esclarecimento de determinadas especificidades do prédio de rendimento enquanto forma urbana de habitação.

A estruturação destes capítulos permite uma leitura autónoma, apesar do seu encadeamento constituir um discurso contínuo, que vai adensando o tema e informando questões específicas. Genericamente, a elaboração teórica da tese foi sucessivamente testada a partir da discussão de investigações parcelares em âmbito académico, artigos científicos apresentados em Colóquios

nacionais e internacionais, ou publicados em revistas especializadas, resultando, portanto de uma pesquisa global e continuada, a cada passo discutida e aprofundada[10].

O último capítulo sintetiza as conclusões mais pertinentes sobre os tipos e modelos de habitação plurifamiliar construídos no Porto, na 1ª metade do século XX, enquadrando de igual modo algumas considerações sobre possíveis pontes entre as práticas consuetudinárias de construção portuense, e os modelos de habitação construídos contemporaneamente.

O *Volume 1* inclui de igual modo um conjunto de documentos de referência, materiais de apoio ao estudo desenvolvido: listagens contendo todos os edifícios identificados e o respectivo programa funcional; edifícios referenciados na bibliografia (Porto e Lisboa); edifícios referenciados na Carta do Património do Plano Director Municipal do Porto (2006, revisto em 2012). Destaca-se neste capítulo três documentos fundamentais: o *Glossário* [ponto 1], que esclarece os termos utilizados na tese, remetendo-os para um quadro de referências particular; os *Modelos de fichas de análise* que correspondem à base empírica e interpretativa de análise [ponto 2]; um conjunto de *Painéis expositivos* [ponto 9], formalizações de uma estratégia possível de comunicação e divulgação das características e especificidades da arquitectura de produção corrente portuense.

O *Volume 2* compila os *Desenhos Síntese* [ponto 10], constituídos por plantas gerais de localização de casos de estudo, no Porto e em Lisboa, um conjunto de tabelas desenhadas, onde se procura sistematizar e categorizar os tipos de edifícios e modelos de habitação construídos no Porto entre aproximadamente 1920 e 1960, e desenhos referentes aos sectores urbanos analisados no Porto, nos quais se representam as plantas dos pisos-tipo nos quarteirões correspondentes.

[10] O conjunto de artigos elaborados pela autora neste âmbito encontram-se sintetizados nas referências bibliográficas, no ponto 'História da cidade e do planeamento portuense'.

NOTA.

Todas as fotografias, desenhos e elementos gráficos inseridos no volume 1 foram produzidos pela autora. [**Fot. x.x**] e [**Des. x.x**]

As figuras/ilustrações apresentadas ao longo do texto foram recolhidas em fontes diversas, referenciadas em legenda. [**Fig. x.x]**

PREMISSAS DE INVESTIGAÇÃO E METODOLOGIA

OBJECTO DOS ESTUDOS ESPECÍFICOS. DELIMITAÇÃO

> *"Tudo o que diz respeito ao estudo subsequente se buscou nos livros de licenças camarárias para obras. Quando se diz que de 1 de Janeiro de 1930 a 31 de Dezembro de 1939 se construíram 3.123 prédios com habitação, trata-se, somente, dos prédios construídos por iniciativa particular; não se incluem os bairros económicos ou outras edificações da Câmara ou do Estado porque são aquêles os que interessam para o estudo das tendências da construção civil, pois são o produto do livre labor da população. Quanto à sua localização, não tem havido sujeição a um plano, mas antes preferências de gôsto ou necessidades. É nesta aparente amálgama de gôsto ou necessidades que se procura a lei provável do desenvolvimento da construção da cidade do Pôrto nêste período."*[11]

O foco desta investigação centra-se na problemática da habitação plurifamiliar[12] construída de raiz e de promoção privada no Porto, na 1ª metade do século XX, edifícios para alojamento de vários grupos familiares, nomeadamente os prédios para arrendamento (e rendimento) com apartamentos[13] distribuídos em andar, de produção corrente[14] e com diversas escalas[15]. Denominou-se genericamente este conjunto, *'prédio de rendimento portuense'*.

Até à promulgação de legislação específica referente às questões da propriedade horizontal[16] (1955), intui-se que grande parte dos edifícios construídos até data seriam destinados a arrendamento, facto corroborado pelas pretensões constantes nos processos de Licença de Obras. Consequentemente, nesta investigação, no Porto e na época em estudo, é possível

---

[11] Câmara Municipal do Porto: [S.N.] (1939). Elementos de inquérito para o estudo do plano de urbanização da cidade do Porto. Vol.1, Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização. Câmara Municipal do Porto. p. 1.

[12] #plurifamiliar [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[13] #apartamento [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[14] #produção corrente [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[15] Consoante a dimensão/escala dos edifícios, utilizou-se a terminologia #edifícios (de apartamentos) em andares (edifícios com 2 ou 3 fogos), #prédio de rendimento ou #bloco de rendimento, para edifícios de maior dimensão, procurando uma aferição às próprias denominações utilizadas na época. [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[16] Decreto-Lei nº40333 - Estabelece o regime da propriedade horizontal. [S.N.] (1955). Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro. Decreto-Lei n.º 40333. D.R. n.º 223, Série I de 1955-10-14

considerar uma coincidência terminológica entre as designações 'prédio de rendimento'[17] e 'habitação plurifamiliar', no âmbito da construção de edifícios de raiz, de promoção privada, dedicados ao alojamento de diversos grupos familiares.

Na ausência de inventários sistematizados, a quantificação do número de prédios de rendimento projectados e construídos na época em estudo é difícil, senão impossível. À partida, e face a estudos precedentes[18] e às investigações parcelares existentes, prevê-se a existência de um universo de edifícios com características heterogéneas e de inserção relativamente intermitente no tecido consolidado e áreas de expansão do espaço urbano.

Delimitação

A 1ª fase desta investigação correspondeu necessariamente à localização de edifícios ou conjuntos de edifícios em ruas ou áreas urbanas representativas da cidade, para a qual foi definida uma estratégia metodológica relativamente elementar, que pressupôs a identificação de edifícios, dentro de critérios preestabelecidos, ancorados nas lógicas de construção da própria cidade.

---

[17] Facto corroborado pelas memórias descritivas dos Processos de Licença de Obra consultados, que expressam sistematicamente, até meados dos anos 50, o objectivo de arrendamento dos apartamentos dos edifícios de habitação. Esta realidade não coincide com a estratégia de construção de habitação em contexto lisboeta na 1ª metade do século XX, cidade na qual a construção de edifícios com fracções para venda se constituía como uma prática mais corrente: *"Um novo modo de promoção surge, entretanto, impulsionado por um grupo de construtores tomarenses que, engrossando constantemente, vêm a desempenhar um papel importante nesta nova modalidade, que se generaliza nas décadas seguintes: a construção de prédios para venda. Cria-se assim uma actividade empresarial que alia à construção de prédios a respectiva comercialização, acontecendo que, devido às flutuações dos mercados de terreno e da compra de imóveis, e à consequente especulação, as operações comerciais se tornam dominantes relativamente à construção propriamente dita. Entretanto, no final da década de 20 é promulgada legislação no sentido de proteger esta modalidade, com isenções fiscais e facilidade de crédito, e que resultam numa considerável expansão da mesma. E a regulamentação da construção civil é revista, no sentido de disciplinar e modernizar a respectiva actividade. Surgem assim novos núcleos edificados, através dos quais se acentua a segregação social: Campolide, Bairro Santos, Penha de França e Bairro Lopes destinam-se aos extractos mais modestos das classes médias; o Bairro Azul e o Alto do Parque vão ser habitados pela burguesia mais desafogada."* in Pereira, Nuno Teotónio; Buarque, Irene (1995). Prédios e vilas de Lisboa. Lisboa, Livros Horizonte., capítulo *"6.1. A Construção para venda e estilo 'Artes Decorativas'"*, pp. 414-415.

[18] Nomeadamente a investigação de Mestrado realizada anteriormente: Lameira, Maria Gisela Antunes (2010). A Rua de Sá da Bandeira no Porto. Topologia(s) do Habitar Colectivo. Tese de Mestrado. Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL)

Na "*aparente amálgama de gosto ou necessidades*" (como é definida a edificação portuense no final dos anos 30), procurou-se constituir um corpo de estudo representativo, em diferentes situações urbanas. A expressão 'representativo', não se refere necessariamente à totalidade dos edifícios, mas fundamentalmente a um número suficiente para tornar explicita a transformação das opções tipológicas no âmbito da habitação plurifamiliar urbana neste período. Mais do que numa abordagem quantitativa, trata-se de ancorar a investigação numa análise interpretativa da realidade edificada, na esteira de investigações como as desenvolvidas por Francisco Barata Fernandes[19] e Maria João Madeira Rodrigues[20].

Independentemente desta pretensão, a selecção de edifícios responde igualmente a critérios próprios, de especificidade temporal e urbana, visto se referir a um universo de milhares de exemplares, como foi possível comprovar pela consulta de alguns estudos[21], estatísticas e essencialmente através das pesquisas realizadas nos Arquivos da Câmara Municipal do Porto.

Nesta investigação, seleccionaram-se edifícios cuja data de Licença de Obras[22] não se estenda para além do final da década de 50. A definição deste limite temporal está directamente relacionada com a data de publicação do Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto (1956)[23], que em conjunto com o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (1951)[24], introduz alterações nas restrições aplicadas à edificação urbana, e que se procurarão relacionar com a fixação de determinados modelos de habitação[25].

O limite inferior deste enquadramento temporal constitui um dado impreciso, visto ser difícil determinar com rigor a data de licenciamento dos primeiros edifícios construídos de raiz

---

[19] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

[20] Rodrigues, Maria João Madeira (1978). "Tradição, Transição e Mudança. A Produção do Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista." in Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa (84).

[21] [S.N.] (1939). Elementos de inquérito para o estudo do plano de urbanização da cidade do Porto. Vol.1, Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização. Câmara Municipal do Porto.

[22] #licença de obras [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[23] [S.N.] (1956b). Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto. Separata do Boletim Municipal nº 1036. Porto, Câmara Municipal do Porto.

[24] [S.N.] (1951). Regulamento Geral das Edificações urbanas. Lisboa.

[25] #modelo, #modelo de habitação [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

dedicados a habitação plurifamiliar. As pesquisas realizadas nos Arquivos Municipais corroboram a ideia mais ou menos generalizada, de que a construção de prédios de rendimento de raiz constitui um fenómeno tardio, surgindo apenas a partir dos anos 20, com a expansão do centro da cidade[26].

Nos Arquivos Municipais, a Licença de Obras mais antiga localizada data de 1928[27], coincidindo com os primeiros casos registados na bibliografia consultada[28], o que permite situar com relativa segurança os anos 20 como a época de arranque da construção deste tipo de edificações.

Ao se estabelecer como enfoque desta investigação a relação entre a forma da habitação e a forma da cidade, subalterniza-se o edifício enquanto objecto arquitectónico, procurando-se descrever o prédio de rendimento enquanto fenómeno essencialmente urbano. Nesse sentido, mais do que a análise de edifícios isolados, procura-se a identificação de 'sectores urbanos', ou seja, conjuntos de edifícios que manifestem determinadas características comuns.

Com este critério, colocou-se em segundo plano todos os edifícios que preenchem lotes urbanos isolados, independentemente da sua relevância arquitectónica. Estas parcelas resultam normalmente de uma resposta a oportunidades de substituição de preexistências devolutas, a

[26] F. Barata Fernandes, descreve os processos de transformação da habitação unifamiliar em habitação plurifamiliar no contexto portuense (habitação corrente), enfatizando a prevalência da adaptação dos edifícios existentes e o investimento em edifícios de habitação unifamiliar até final do século XIX, edificados sobre uma forma de parcelamento que se mantém mais ou menos constante, o lote profundo e com frente estreita. Este autor esclarece que no Porto, a edificação de tipologias de habitação plurifamiliar de raiz é uma opção tardia, respondendo-se aos fenómenos de aumento da população (a partir do final de setecentos e 2ª metade de oitocentos) através da sobreocupação das casas burguesas existentes. *cf*. Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

[27] O edifício localizado na Praça da República, 203-205 [LO 1928/0947].

[28] Edifício localizado na Rua de Alexandre Braga [LO 1929/0628], registado em Mendes, Manuel, coord. (2001). (In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses. Fotografias de José Manuel Rodrigues. Porto, FAUP publicações.

substituição lote a lote, um tipo de intervenção que, aparenta ter começado a ter verdadeiro significado apenas a partir dos anos 60, e em áreas mais afastadas do centro[29].

A selecção de sectores urbanos representativos, convoca também a compreensão do processo histórico de crescimento e consolidação da cidade, e nesse sistema sedimentar os critérios de selecção de casos de estudo. Tendo em conta a ausência de planeamento precoce, e a própria dinâmica de expansão da cidade da 1ª metade de novecentos (apoiada na consolidação e abertura de ruas, e na construção peça a peça, impulsionada pela oportunidade de intervenção de investidores particulares), a tentativa de identificação de áreas coerentes do ponto de vista urbano é ineficaz, senão mesmo inútil. É apenas possível, com apoio na bibliografia existente, a divisão da cidade em manchas de crescimento, mais ligada a uma ideia de delimitação temporal de crescimento, do que a uma ideia de coerência urbana parcelar.

Nesta época, o centro da cidade e as principais ruas de saída e ligação viária aparentam apresentar-se como o palco privilegiado da construção de habitação plurifamiliar, em detrimento da criação de áreas monofuncionais em zonas mais periféricas.

Assim, na cidade consolidada sobressaem naturalmente ruas como Sá da Bandeira, Ceuta, Rodrigues Sampaio, Ramalho Ortigão, Magalhães Lemos, Bolhão, Firmeza, entre outras, ruas conformadas por conjuntos edificados extremamente variados ao nível de escala, conformados por edifícios de habitação claramente plurifamiliar (prédios de rendimento) e modelos de carácter intermédio, com imagem de edifício único (unifamiliar em banda, bifamiliar, bifamiliar em banda), a partir de dois pisos de altura, com dimensões de frente e profundidade de construção dificilmente tipificáveis.

Nesse espectro largo de tipos de edifícios, optou-se por excluir os de menor dimensão, frequentemente de modelo bifamiliar ou unifamiliar em banda, recentrando a investigação nos exemplares de carácter claramente plurifamiliar**,** pela maior escala e consequente pertinência no que às questões da tipo-morfologia diz respeito. Esta opção, ao mesmo tempo que circunscreve a pesquisa às ruas de maior significado na reestruturação do centro da cidade do Porto,

[29] Esta lógica de substituição lote a lote, segundo Francisco Barata Fernandes, ocorre de forma significativa a partir dos anos 60, verificando-se duas situações: a manutenção da dimensão do lote, com um apartamento por piso, ou a associação de dois ou mais lotes, resultando na tipologia esquerdo/direito.

possibilita, de igual forma, um melhor enquadramento relativamente a outros contextos urbanos, como Lisboa, Paris ou Milão.

As pesquisas efectuadas nos Arquivos Municipais do Porto, apenas por intervalos de datas (*1920-1960*, por exemplo), e por pretensão da obra (*construir prédio*), resultaram em milhares de registos. A restrição do corpo de estudo através dessa via traduz-se numa tarefa infrutífera, já que a informação constante nas bases de dados não versa sobre o tipo de prédio a que se refere o processo de licenciamento. Desse modo, os estudos estatísticos sobre a construção empreendida no Porto até aos anos 60, compiladas nos intervalos 1930/1939 e 1939/1960, acabaram por se revelar instrumentos fundamentais para a contenção do campo de estudo, contribuindo de igual modo para a fundamentação da definição de uma escala de edificação como critério de selecção.

No período compreendido entre 1930 e 1939, o inquérito elaborado pelo Gabinete de Urbanização do Porto[30], revelou-se um documento de extrema relevância, visto estar ancorado na análise dos processos de Licença de Obras elaborados nesse período[31].

No capítulo referente ao "*Movimento da construção no decénio de 1930-1940. Parte 1, Dados Estatísticos*", esclarece-se que se construíram 3122 prédios[32] dedicados a habitação neste

[30] [S.N.] (1939). Elementos de inquérito para o estudo do plano de urbanização da cidade do Porto. Vol.1, Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização. Câmara Municipal do Porto.

[31] Segundo os autores, só foram consideradas para efeitos estatísticos as Licenças de Obras referentes a construção nova ou ampliações de grande dimensão, o que resulta em 4500 casos (1930 e 1940), [S.N.] (1939). Elementos de inquérito para o estudo do plano de urbanização da cidade do Porto. Vol.1, Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização. Câmara Municipal do Porto. p. 2.

[32] Definição de 'prédio', para os autores: "*Nestas bases, torna-se necessário fixar o significado dalguns termos. Usar-se-á o seu sentido vulgar. Assim:*

A - Prédio - a casa, a garage, o armazém, o cinema, etc., etc., quando num só bloco. Se há duas casas tendo de comum uma parede meeira ou de êncosto, contam-se dois prédios.

B - Fogo - lar, família - Foram elementos de determinação do aumento do número de fogos o número de cozinhas, de salas de jantar e outros.

C - Pavimentos - andares. A cave, quando com pé direito superior a dois metros e apresentando certo arranjo e as águas-furtadas com condições análogas, foram consideradas no número de pavimentos. "[S.N.] (1939). Elementos de inquérito para o estudo do plano de urbanização da cidade do Porto. Vol.1, Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização. Câmara Municipal do Porto. pp. 2-3.

período[33] (sem distinção entre unifamiliar e plurifamiliar). Este documento refere também que para o período anterior, de 1923 a 1930, não existem estatísticas elaboradas.

nº de pavimentos: sua frequência por prédio
1 piso - 1276 edifícios
2 pisos - 1244 edifícios
3 pisos - 472 edifícios
4 pisos - 101 edifícios
5 pisos - 17 edifícios
+ de 5 pisos - 12 edifícios
TOTAL: **3122** edifícios

Tab. 1 – **1930-1940**. Nº total de prédios construídos (síntese elaborada a partir da informação constante em '*Elementos de inquérito para o estudo do plano de urbanização da cidade do Porto*', 1939)

O quadro que reporta ao número de pavimentos dos prédios construídos de raiz[34], referido na Figura 1, fornece indicações sobre a volumetria do edificado, apesar de não existir definição do tipo de edificação. [Fig. 1]

A indicação das freguesias e ruas em que se construiu de forma mais activa entre as décadas de 1930 e 1940, constante de igual modo nos *"Elementos de inquérito para o estudo do plano de urbanização da cidade do Porto"*[35], constitui também informação relevante, ainda que não figure nesta estatística, novamente, qualquer diferenciação relativamente aos tipos de edifícios. [Fig. 2]

[33] [S.N.] (1939). Elementos de inquérito para o estudo do plano de urbanização da cidade do Porto. Vol.1, Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização. Câmara Municipal do Porto, [S.N.] (1939). Elementos de inquérito para o estudo do plano de urbanização da cidade do Porto. Vol.1, Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização. Câmara Municipal do Porto. p. 4.

[34] [S.N.] (1939). Elementos de inquérito para o estudo do plano de urbanização da cidade do Porto. Vol.1, Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização. Câmara Municipal do Porto. p.16.

[35] idem, pp. 59-60.

No período seguinte, entre 1939 e 1956, destaca-se a síntese compilada pelo Instituto Nacional de Estatística sobre a cidade do Porto[36]. Segundo esta fonte documental, neste arco temporal, foram construídos 5471 edifícios destinados a habitação. [Fig. 3]

nº de pavimentos: sua frequência por prédio
1 piso - 1070 edifícios
2 pisos - 2096 edifícios
3 pisos - 1852 edifícios
4 pisos - 292 edifícios
5 pisos - 100 edifícios
+ de 5 pisos - 61 edifícios
TOTAL: **5471** edifícios

Tab. 2 – **1939-1956.** Nº total de edifícios destinados a habitação construídos (segundo informação constante no INE, 1971)

A consideração isolada destes dados não permite a determinação exacta do número de edifícios de carácter plurifamiliar edificados. No entanto, as pesquisas efectuadas permitiram constatar que até três pisos, os edifícios pertencem normalmente a modelos de dimensão intermédia, unifamiliares em banda, bifamiliares ou bifamiliares em banda. Intui-se que, numa lógica de construção urbana, os investidores apostem em edifícios com rés-do-chão comercial e três pisos, uma solução hipoteticamente rentável sobretudo em áreas centrais da cidade.

Assim, estabelecendo como critério de selecção a dimensão do edifício – ou seja, pelo menos quatro pisos – define-se um universo circunscrito a cerca de 200 casos[37] edificados entre 1930-1939, e a cerca de 450 edifícios, no período 1939-1956[38].

[36] Instituto Nacional de Estatística (1971). A Cidade do Porto. Súmula Estatística (1864-1968). Séries de Estatísticas Nacionais, nº2. Lisboa, INE.

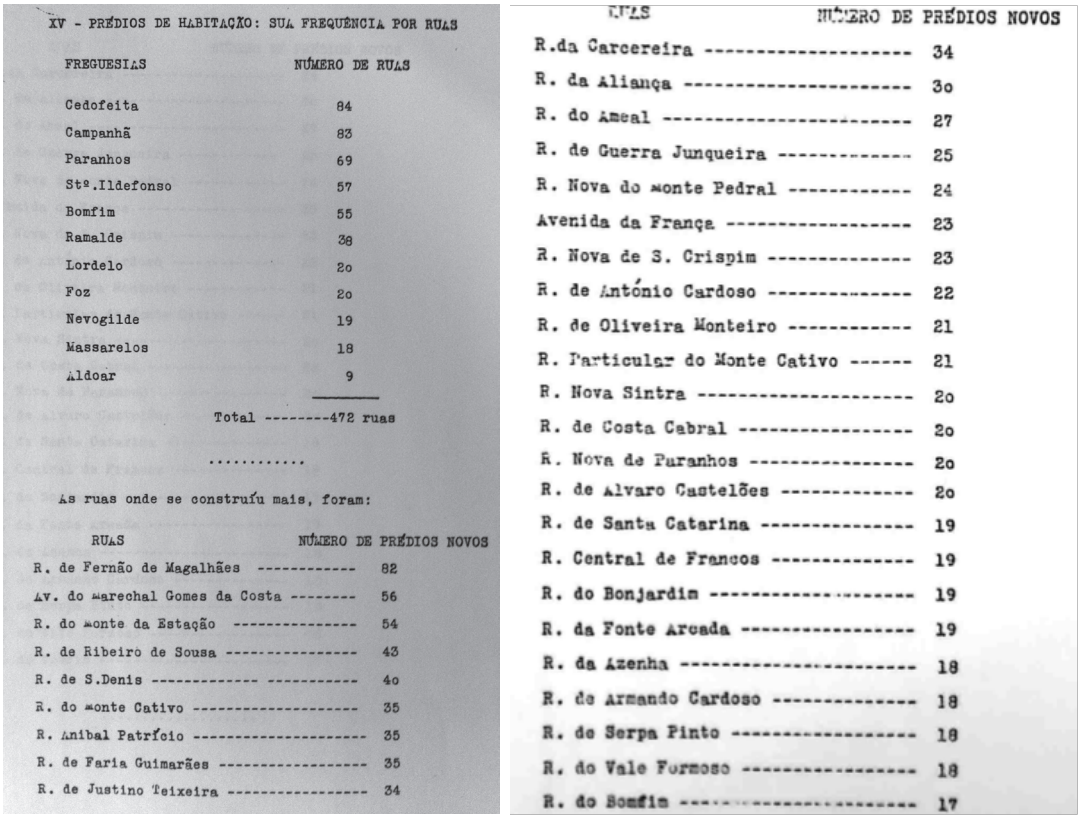
[37] Não existe referência se todos os casos correspondem a edifícios de habitação.

[38] Apesar da investigação se basear numa análise de base interpretativo, que não pressupõe a abordagem da totalidade da edificação construída no período em estudo, esta constatação fundamentada nas análises estatísticas reveste-se de

QUADRO V - Nº. DE PAVIMENTOS: SUA FREQUÊNCIA POR PRÉDIO

Nº. de pavimentos	1	2	3	4	5	6	7	8	Total
Stº.Ildefonso	11	7o	68	37	9	4	3	-	2o2
Bomfim	1o6	164	93	23	-	2	-	1	389
Campanhã	295	178	35	1	-	-	-	-	5o9
Paranhos	329	264	36	7	1	-	-	-	639
Sé	-	8	4	2	2	-	1	-	17
Aldoar	37	22	6	2	-	-	-	-	67
Cedofeita	234	246	11o	18	5	1	-	-	614
Foz	1o	4o	29	-	-	-	-	-	79
Lordelo	28	76	33	3	-	-	-	-	14o
Massarelos	29	6o	2o	4	-	-	-	-	113
Miragaia	-	4	1	2	-	-	-	-	7
Ramalde	168	86	21	-	-	-	-	-	275
Nevogilde	29	24	14	-	-	-	-	-	67
S.Nicolau	-	2	1	-	-	-	-	-	3
Vitória	-	-	1	2	-	-	-	-	3
	1.276	1.244	472	1o1	17	7	4	1	3.122

Fig. 1 – 1930 - 1939. *"Quadro V- nº de pavimentos: sua frequência por prédio"*, in ELEMENTOS DE INQUÉRITO, op.cit., p.16. Indicação do número de pisos por prédio, nas diferentes freguesias da cidade do Porto. O quadro é omisso relativamente ao tipo de edificação, mas revela a preferência de edificação até 3 pisos. Nas freguesias de Santo Ildefonso e Bonfim, localizadas no centro da cidade, observa-se um aumento na volumetria dos edifícios.



XV - PRÉDIOS DE HABITAÇÃO: SUA FREQUÊNCIA POR RUAS

FREGUESIAS	NÚMERO DE RUAS
Cedofeita	84
Campanhã	83
Paranhos	69
Stº.Ildefonso	57
Bomfim	55
Ramalde	38
Lordelo	2o
Foz	2o
Nevogilde	19
Massarelos	18
Aldoar	9

Total --------472 ruas

.....

As ruas onde se construíu mais, foram:

RUAS	NÚMERO DE PRÉDIOS NOVOS
R. de Fernão de Magalhães ----------	82
Av. do Marechal Gomes da Costa --------	56
R. do Monte da Estação ----------	54
R. de Ribeiro de Sousa ----------	43
R. de S.Denis ---------- ----------	4o
R. do Monte Cativo ----------	35
R. Aníbal Patrício ----------	35
R. de Faria Guimarães ----------	35
R. de Justino Teixeira ----------	34

RUAS NÚMERO DE PRÉDIOS NOVOS

R.da Carcereira ----------	34
R. da Aliança ----------	3o
R. do Ameal ----------	27
R. de Guerra Junqueira ----------	25
R. Nova do Monte Pedral ----------	24
Avenida da França ----------	23
R. Nova de S. Crispim ----------	23
R. de António Cardoso ----------	22
R. de Oliveira Monteiro ----------	21
R. Particular do Monte Cativo ------	21
R. Nova Sintra ----------	2o
R. de Costa Cabral ----------	2o
R. Nova de Paranhos ----------	2o
R. de Alvaro Castelões ----------	2o
R. de Santa Catarina ----------	19
R. Central de Francos ----------	19
R. do Bonjardim ----------	19
R. da Fonte Arcada ----------	19
R. da Azenha ----------	18
R. de Armando Cardoso ----------	18
R. de Serpa Pinto ----------	18
R. do Vale Formoso ----------	18
R. do Bomfim ----------	17

Fig. 2 – 1930 - 1939.*"Quadro XV - nº de prédios - sua referência por ruas"*, *in* ELEMENTOS DE INQUÉRITO, op.cit., pp. 59-60. Indicação do número de prédios novos de habitação construídos por rua, mas sem indicação do tipo de ocupação.

1. — Edifícios construídos

Anos	Total				Para habitação									
					Edifícios segundo o número de pavimentos									
	Edifícios	Pavimentos	Fogos	Superfície coberta	Total	De 1	De 2	De 3	De 4	De 5	De + de 5	Pavimentos	Fogos	Superfície coberta
	n.º			m²	n.º									m²
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1939	583	949	×	46 787	402	202	81	100	12	4	3	751	×	28 846
1940	338	656	×	30 481	176	42	77	48	4	5	..	381	×	16 510
1941	305	466	×	36 189	216	128	31	49	4	3	1	375	×	28 972
1942	624	1 264	×	76 625	546	14	459	55	14	3	1	1 175	×	63 753
1943	210	393	×	38 097	128	30	42	48	3	3	2	300	×	24 558
1944	290	574	×	41 148	160	27	42	76	6	8	1	409	×	17 060
1945	396	781	×	54 870	274	53	121	84	9	3	4	625	×	25 572
1946	490	995	×	59 379	311	58	79	159	10	2	3	761	×	25 984
1947	405	973	×	52 512	306	26	139	95	23	5	18	822	×	30 561
1948	383	858	×	55 862	265	32	64	148	12	8	1	699	×	30 028
1949	563	1 128	×	65 149	460	112	236	86	16	5	5	965	×	38 798
1950	307	698	×	44 192	209	14	77	88	25	5	..	557	×	27 737
1951	474	1 010	×	59 661	361	109	85	137	23	4	3	824	×	41 745
1952	381	932	696	58 710	277	30	75	139	23	7	3	742	582	37 856
1953	436	978	740	60 266	330	50	129	121	18	7	5	812	709	43 203
1954	396	1 032	846	49 972	317	17	95	164	24	13	4	888	814	37 628
1955	389	959	734	51 606	300	28	97	128	36	6	5	819	716	35 743
1956	445	1 132	864	53 340	342	8	166	127	30	9	2	901	734	36 154

Fonte: Estatística Industrial.

Fig. 3 – 1939 - 1956. *"Capítulo X - Construção. 2 - Edifícios construídos", in* A CIDADE do Porto. Súmula Estatística (1864-1968), op. cit., p. 159. Caracterização dos edifícios construídos para habitação.

A consideração da dimensão dos edifícios, conjuntamente com a introdução dos critérios definidos anteriormente, reduz o universo possível de estudo a cerca de duas centenas de edifícios, no qual um conjunto de cerca de meia centena se revelou representativo na ilustração dos principais tipos de edifícios e modelos de habitação plurifamiliares implementados no Porto, na 1ª metade do século XX.

Casos de estudo particulares: onze sectores urbanos

Esta delimitação temporal e dimensional precisa, da qual não se pode alhear um conhecimento empírico da cidade, de vivência e investigação continuada, pretende abarcar o período mais significativo de construção do prédio de rendimento portuense, e estabelecer uma base de compreensão para os tipos e modelos habitacionais que o antecederam, e para os que o sucederam.

A metodologia de reconhecimento dos conjuntos edificados compôs-se, portanto, na conjugação de várias aproximações a um universo disperso de fontes, nomeadamente:

- os edifícios referidos na bibliografia existente; verificação do seu grau de urbanidade (localização na cidade, enquadramento, envolvente edificada, dimensão)[39];
- as ruas relevantes na estruturação urbana do centro da cidade, estabelecendo como foco a Avenida dos Aliados e considerando os limites/perímetro da área do centro urbano nos anos 20/60 do século XX; [Fig. 4]
- os sectores edificados com relativa coerência urbana, nomeadamente construção na mesma época e com escala assinalável, localizados em ruas de consolidação e expansão da cidade.

Seguindo a metodologia de inventariação indicada, e aplicando os critérios definidos, as pesquisas de campo e de arquivo registaram uma série de ruas/sectores urbanos como hipóteses

alguma importância, já que se hipoteticamente todos os edifícios com 4 ou mais pisos forem plurifamiliares, entre 1930 e 1960, menos de 8% da construção era dedicada a esta forma de edificação.

[39] *cf*. Documentos de referência, ponto 6 e 8.

de trabalho, sintetizados nos *Desenho A e B*[40], incluídos no *volume 2* desta tese, tendo-se realizado o levantamento dos processos de Licença de Obras associados aos edifícios. Embora este não constitua o cerne da investigação, o trabalho de pesquisa empreendido acabou por resultar num inventário, ainda que sem carácter sistemático, onde se registaram uma série de dados relevantes sobre cada um dos edifícios[41].

A ponderação de factores como a escala e concentração dos edifícios, a localização dos processos de Licença de Obras, e a localização urbana, resultou numa selecção de onze conjuntos urbanos. [**Fot. 1-14**]

Centro urbano	**Ruas de expansão**	**Sectores urbanos pontuais**
Rua de Rodrigues Sampaio	Rua da Boavista	Rua de Diogo Brandão
Rua de Ceuta	Rua da Constituição	Rua de António Cândido
Rua de Sá da Bandeira/ Rua Firmeza/ Rua do Bolhão	Rua do Campo Lindo/ Rua do Covelo	Rua da Regeneração Rua Fernandes Tomás Rua Alves da Veiga

Tab. 3 – Sectores urbanos em estudo

Como hipóteses de enquadramento, foram localizados alguns edifícios com potencial de estudo comparativo, projectados a partir de 1900, em contexto lisboeta[42] (cerca de meia centena), tendo sido recolhido material documental nos Arquivos Municipais de Lisboa (Arquivo Intermédio/ Bairro da Liberdade). Trata-se, genericamente, de material referente a exemplos referenciados na bibliografia disponível[43]. Considera-se que a abordagem, ainda que sumária, das práticas de construção do prédio de rendimento numa cidade com uma tradição assimilada nessa área, como é o caso de Lisboa, é essencial para evitar uma leitura excessivamente circunscrita à realidade portuense. [*Desenho E*]

[40] Vol. 2, ponto 10.
[41] Documentos de referência, ponto 4.
[42] Documentos de referência, ponto 7.
[43] *cf*. Documentos de referência, ponto 7.

Fig. 4 – Plano de Urbanização do Porto. 1962. *"1.2.1.1. Desenvolvimento da cidade. Expansões sucessivas"; "Evolução do território urbano da cidade"*
VERMELHO - 1374 (muralhas fernandinas); CASTANHO - Em 1813; VERDE - Em 1892; CINZA - Em 1960

Fot. 1 – Cruzamento da Rua de Sá da Bandeira com a Rua da Firmeza

Fot. 2 – Rua de Ceuta

Fot. 3 – Rua da Constituição

Fot. 4 – Rua da Regeneração

Fot. 5 – Rua do Bolhão

Fot. 6 – Rua de Rodrigues Sampaio

Fot. 7 – Quarteirão Rua do Campo Lindo/Rua do Covelo

Fot. 8 – Rua de Fernandes Tomás

Fot. 9 – Rua de Diogo Brandão

Fot. 10 – Rua da Boavista

Fot. 11 – Rua do Doutor Alves da Veiga

Fot. 12 - Ruas do centro portuense, edificadas parcialmente entre os anos 30 e meados de 50 do séc. XX. Rua de Ceuta

Fot. 13 - Rua de Sá da Bandeira

Fot. 14 – Rua de Diogo Brandão

PROBLEMATIZAÇÃO E PERTINÊNCIA DO TEMA

Nesta investigação, a construção da tese centra-se em problemáticas[44] particulares: a reprodução (adopção e transformação) dos modelos de habitação ao longo do tempo, assim como a relação entre determinadas opções tipológicas e o seu contexto de produção. Neste argumento, o "*espaço do problema*"[45] define-se no âmbito da tipo-morfologia[46].

O confronto com a realidade portuense da habitação urbana corrente contemporânea de carácter plurifamiliar evidencia determinadas particularidades, nomeadamente a perpetuação da implementação de determinados modelos. O enquadramento deste processo sugere (ou de algum modo justifica) o regresso às formas do passado e a necessidade de compreensão das lógicas da sua concepção. Assim, na abordagem à caracterização arquitectónica do prédio de rendimento portuense, delimita-se três questões concretas:

[1] Genealogia e características particulares do edificado

Uma das questões identificadas remete para a dificuldade de estruturação de uma descrição histórica dos processos de concepção dos modelos de habitação plurifamiliar portuense e a fundamentação da sua novidade, transformação, ou permanência, desde a década de 20 do século XX até à 1ª década do século XXI.

Face à constatação da complexidade dos processos de importação e adaptação de modelos consolidados em contexto nacional (Lisboa) ou internacional (Paris, Genebra, Bruxelas, por

---

[44] "*A formação das hipóteses, a definição dos eixos e dos métodos da investigação, a sua avaliação, aparecerão antes como pertencendo aos aspectos característicos de uma problemática; serão elas a ser vistas na óptica das problemáticas e não o inverso. E, por seu turno, a estrutura das problemáticas reproduz nos seus traços gerais a estrutura dos problemas*." in Gil, Fernando (2000). "Inventar". Enciclopédia Einaudi. Lisboa, INCM. 41, pp. 174-252. p. 216.

[45] "*Chamar-se-à espaço do problema a esses caminhos da investigação, entendendo-o, ou como a totalidade das possibilidades, ou como as vias realmente exploradas, mediante a aplicação (consciente ou não) de heurísticas de desbaste*." in Gil, Fernando (2000). "Inventar". Enciclopédia Einaudi. Lisboa, INCM. 41, pp. 174-252. p. 184.

[46] Entendida no âmbito específico de alguns autores que, não detalhando, importa referenciar: Quatremère de Quincy, Carlos Martí Arís, Francisco Barata Fernandes, Christian Moley, entre outros.

exemplo), e da permanência de opções tipológicas relacionadas com práticas tradicionais de construção no Porto, verifica-se que ainda não foi formulada uma visão sistematizada e conclusiva acerca da genealogia, características e transformação destes modelos de habitação, nem a existência de uma caracterização dos seus próprios processos de concepção/desenho.

[2] Morfologias do centro da cidade e contextos específicos

A observação da morfologia do centro consolidado do Porto e das ruas que estruturaram a expansão urbana a partir dos anos 20 coloca em evidência que a cidade cresce apoiada na abertura e consolidação de algumas ruas, e a partir do preenchimento da parcela conforme as oportunidades de construção. O mesmo não verifica em Lisboa, que se amplia através de malhas urbanas suportadas pela construção de habitação plurifamiliar, como acontece de um modo evidente na área das Avenidas Novas, por exemplo[47]. No entanto, a observação actual do centro urbano do Porto permite localizar conjuntos significativos de edifícios, construídos no período entre 1920 e final da década de 50. Estes apresentam características manifestamente distintas, quer da envolvente próxima, quer dos tipos de edifícios que servirão de modelo à construção, lote a lote, que se empreenderá a partir dos anos 60.

A diversidade de tipos de edifícios de habitação plurifamiliar, a sua dispersão na cidade e a reduzida dimensão dos conjuntos localizados, não esclarece nem o significado efectivo do 'prédio de rendimento' na transformação da cidade na 1ª metade do século XX, nem o papel do contexto (físico, social, regulamentar) e da própria tradição de construção nesse processo.

[3] Tipos de edifícios e modelos de habitação plurifamiliar

Do mesmo modo, face à complexidade, na 1ª metade do século XX, dos processos de transformação das formas de habitação e da forma da cidade em contexto portuense, não foi ainda realizada uma identificação objectiva dos tipos de edifícios e modelos de habitação

[47] *cf*. estudos de Nuno Teotónio Pereira, por exemplo, indicados nas Referências bibliográficas.

plurifamiliar gerados a partir destes efectivamente construídos no Porto, o que dificulta uma visão abrangente e fundamentada sobre esta temática.

Estas três questões constituem os motores de investigação que alimentam um conjunto de hipóteses. Estas assumem-se como conjecturas, 'operadores'[48] que permitem avançar na procura de explicações. Neste entendimento, as hipóteses não se constituem como perguntas, mas antes enquanto 'pressupostos', ou proposições que estimulam a investigação.

No Porto, a experimentação ocorrida no âmbito das matrizes tipológicas[49], desde os anos 20 até ao início dos anos 60 do século XX, teve como resultado a construção de um número alargado de edifícios de habitação plurifamiliar. Contudo, não aparenta existir reflexo desse processo na edificação de habitação nos dias de hoje, aparentemente mais tipificada e rígida ao nível de possibilidades de adaptação futura. Sublinha-se este hiato, construído e consolidado no tempo curto de menos de um século, questionando-se o papel possível da investigação no âmbito disciplinar da arquitectura na sua abordagem.

---

[48] "*A acção dos operadores traduzir-se-á por exames em alternativa, por selecções e eliminações, pela análise das eventuais relações de causalidade e do regime da sua compatibilidade. Os operadores constituem os meios de determinar, em função das teorias disponíveis sobre os elementos e as relações, se, por exemplo, é legítimo excluir à partida C (e por consequência BC, AC e ABC) ou se A é apto a, isoladamente, causar X, etc.; os operadores são muito diversos: podem ser hipóteses abstractas como instrumentos naturais, vão da lógica até às experiências, reais e imaginárias*." in Gil, Fernando (2000). "Inventar". Enciclopédia Einaudi. Lisboa, INCM. 41**,** pp. 174-252. p. 186.

[49] #matriz de concepção espacial; #esquema [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

HIPÓTESES TEMÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO

[1] Sobre a Genealogia e características particulares do edificado

No que concerne à genealogia do prédio de rendimento portuense, avança-se a hipótese que os modelos adoptados, independentemente da sua escala, se relacionam em diferentes medidas, tanto com os processos históricos de construção da habitação corrente portuense, como com hipotéticas importações e adaptações de outros contextos, de acordo com as opções tipológicas relativamente a determinados parâmetros. Refere-se especificamente:

- a dimensão da frente do edifício;
- os sistemas de acessos (dimensão, modelo, localização da caixa de escadas ou o número de apartamentos por núcleo de acesso vertical);
- a configuração e agregação das unidades residenciais do edifício (proporção frente/profundidade, subdivisão e associação de módulos);
- o tipo e localização dos sistemas de ventilação;
- a localização dos sistemas de abastecimento de água e saneamento.

Assim, considera-se que a incorporação da dimensão estreita de frente de lote enquanto módulo estruturador, a localização central do acesso vertical e a opção de apenas um apartamento por piso, constituem parâmetros definidores de uma permanência portuense na concepção do prédio de rendimento, indiciando lógicas de continuidade com tradições construtivas de longa data.

Na mesma medida, o tipo e localização dos sistemas de ventilação, a configuração do edifício e opção por modelos em esquerdo-direito sugerem uma filiação distinta, apontando para uma adaptação de modelos de habitação consolidados em contextos urbanos como Lisboa, Paris ou Genebra.

[2] Sobre as Morfologias do centro da cidade e contextos específicos

Relativamente aos processos de transformação dos modelos de habitação e à relação com o seu contexto específico, coloca-se a hipótese de que as formas adoptadas pelo ‘prédio de rendimento’ assumem distintos papéis nos processos de transformação da forma da cidade. Em

determinadas partes de cidade, nomeadamente na zona mais central, os modelos de habitação gerados circunscrevem-se a um conjunto restrito de intervenções, balizado temporalmente, ainda que de grande escala. Noutras partes de cidade, especialmente em ruas de consolidação e expansão, estes modelos constroem-se de modo prolongado no tempo, adquirindo soluções formais que se estabilizam, repetem e se afirmam na arquitectura da cidade.

Apesar do 'prédio de rendimento' portuense constituir uma forma de habitar datada, relacionada com as condicionantes da sua época, pondera-se como hipóteses de trabalho as seguintes premissas, relativamente aos modelos de habitação adoptados:

- não existem opções tipológicas decorrentes de modos de habitar específicos no período em investigação, mas antes lógicas de distribuição ponderadas na relação mediada entre conforto, programa, regulamento, funcionalidade e carácter simbólico;
- as diferentes opções tipológicas não resultam de um determinismo gerado pela dimensão da frente do lote. No entanto, este factor constitui um potenciador efectivo de experimentação nos modelos implementados;
- os regulamentos não se constituem, naturalmente, como as únicas determinantes nas opções tipológicas; contudo, no caso particular portuense, considera-se terem sido factores decisivos na fixação de determinados modelos em detrimento de outros.

[3] Sobre os Tipos de edifícios e modelos de habitação plurifamiliar

Apesar da diversidade de soluções arquitectónicas constatada em contexto portuense, tendo em conta estas hipóteses e parâmetros de análise, considera-se a existência de um conjunto circunscrito de tipos de edifícios e modelos de habitação no Porto, na 1ª metade do século XX. Estes tipos, no confronto as particularidades dos lotes urbanos, condições regulamentares, programas específicos de encomenda e opções tipológicas, geraram ao longo de várias décadas um número significativo de variantes formais, que se podem enquadrar em modelos particulares de habitação plurifamiliar.

A afirmação de determinados modelos de habitação, no final da 1ª metade do século XX portuense, corresponde, assim, a um processo de adaptação longo, de substituição gradual e lenta de concretizações menos adequadas às especificidades de determinado contexto social, cultural, regulamentar ou económico, não se observando fenómenos de substituição imediata ou de ruptura.

Aparentemente, as lógicas de concepção de habitação plurifamiliar entre as décadas de 1920 e 1950 não produziram reflexos na actual produção de habitação, porque se verificaram alterações significativas na cultura do habitar ou nas próprias possibilidades socioeconómicas de exercer determinado modelo (as áreas de serviço são reduzidas, opta-se por uma única sala de maior dimensão, por exemplo). Contudo, em meados dos anos 50, determinados modelos encontram condições (contextuais, técnicas, regulamentares, sociais) propícias à sua permanência, os quais, não obstante uma série de variações, se mantêm relativamente estáveis até aos dias de hoje.

A presente tese, mais do que ambicionar a demonstração minuciosa de hipóteses pela análise de casos pontuais, procura (re)centrar a discussão na necessidade de conhecimento aprofundado da arquitectura da cidade, através da caracterização de um conjunto de dimensões relevantes relativamente a uma forma de habitação particular, tanto do ponto de vista da sua arquitectura, como na sua relação com a transformação da morfologia da cidade.

Nesse sentido, esta investigação apoia-se na construção de processos interpretativos centrados em diversos temas cujo aprofundamento procura, progressivamente e por diversas vias, validar as hipóteses avançadas. Esta constitui a perspectiva de abordagem que, ainda que em permanente construção, se encontra ancorada numa ideia de investigação e de arquitectura específicas[50].

[50] A mesma afirmação expressa por Francisco Barata Fernandes referindo-se ao projecto, se pode transpor para o âmbito específico deste estudo: se não se transportar pessoalmente uma ideia de arquitectura e de investigação, dificilmente esta se irá encontrar nos objectos de estudo ou nos arquivos. "*Como explicar que, quando temos uma encomenda com um programa de alguma complexidade, se não tivermos uma ideia de arquitectura connosco nunca a encontraremos no* sítio*?" in* Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. p. 13.

UMA IDEIA DE INVESTIGAÇÃO EM ARQUITECTURA E HABITAÇÃO URBANA

A investigação conduzida inscreve-se no âmbito da Teoria e História da Arquitectura, sendo que é nessa especificidade disciplinar que se delimitam objectos e objectivos, se propõem ou se aplicam metodologias de análise. Está ancorada, naturalmente, no domínio da História Urbana, procurando reconstituir, ou reinterpretar, alguns momentos na história da edificação do Porto. Nesta época ocorreram alterações significativas na morfologia da cidade, tanto pela abertura de novas ruas e consolidação de ruas preexistentes, como pela introdução de novos tipos de edificação.

Ainda que o âmbito desta pesquisa não seja o da crítica da arquitectura, qualquer texto, abordagem ou perspectiva sobre os objectos de estudo, qualquer dissertação conducente à demonstração de uma tese, deverá forçosamente mover-se no domínio da crítica (ainda que não necessariamente arquitectónica). Tal implica um juízo de carácter colectivo[51] a partir de um *"compromisso ético"*, como afirma Josep Maria Montaner, numa clara afinidade com a perspectiva de T.S. Eliot. Segundo este autor, ao crítico compete "*uma escolha precisa e final*": há que definir uma posição, "*é preciso rejeitar certas coisas e seleccionar outras*"[52]. Trata-se de uma explicitação da actividade crítica enquanto opção por um ponto de vista em detrimento de outro, ainda que com consciência da sua relatividade[53], como alerta Reinhart Koselleck.

---

[51] "*Como primera definición, la crítica comporta un juicio estético. Dicho juicio consiste en una valoración individual de la obra arquitectónica que el crítico realiza a partir de la complejidad del bagaje de conocimientos de que dispone, de la metodología que usa, de su capacidad analítica y sintética y también de su sensibilidad, intuición y gusto. Al mismo tiempo parte de un compromiso ético: la mejora de la sociedad, el enriquecimiento del gusto artístico, la defensa de la adecuación de la arquitectura a sus fines. Por lo tanto, dicha crítica iniciada como opinión personal de un especialista tiene como objetivo entrar a formar parte de la voluntad colectiva, ponerse en común en publicaciones, soportes mediáticos, cursos e debates ciudadanos y, al final, volver a revertir en la esfera subjetiva de cada individuo dentro de la sociedad.*" *in* Montaner, Josep Maria (2002 [1999]). Arquitectura y crítica. Barcelona, GG. 3 ed. ISBN 84-252-1768-7. pp. 7-8.

[52] in Eliot, T. S. (1997 [1923]). A Função da Crítica. Ensaios de Doutrina Crítica. Lisboa, Guimarães Editores. p. 39.

[53] "*Contemporary historical science is thus subject to two mutually exclusive demands: to make true statements, while at the same time to admit and take account of the relativity of these statements.*" *in* Koselleck, Reinhart (2004 [1979]-d). Perspective and temporality: A contribution to the historiographycal exposure of the historical world. Futures Past. On the semantics of Historical Time. New York, Columbia University Press. p. 128.

Sob esse ponto de vista, constrói-se uma crítica com "*um sentido do factual*"[54] (analisando a realidade, através da sua construção e dos documentos disponíveis), uma crítica enquanto objectividade e coisa concreta, uma "*actividade cooperadora*", na busca de "*algo fora de nós próprios que, provisoriamente podemos designar por verdade*"[55], seguindo a perspectiva de T.S. Eliot.

Esta actividade crítica não parte apenas de observações, mas também de confrontos com problemas ou questões precisas, conjecturando na tentativa de facultar perspectivas de abordagem e interpretações, mais do que soluções. Este entendimento constitui-se como a base decisiva na definição da problemática, das hipóteses e das 'práticas da Teoria' subjacentes nesta tese.

As 'práticas' da Teoria

> "*Probabilmente la particolare bellezza dell'architettura consiste anche nel fatto che essa è insieme oggetto ed effigie delle regole che la governano.*"[56] *(Giorgio Grassi)*

As indagações sobre a finalidade e aplicação concreta da investigação, na área disciplinar na Arquitectura e mais especificamente do património herdado, assentam frequentemente numa visão generalizada de que os estudos aprofundados nestas áreas deverão possuir um fundamento prático. Ou seja, ambiciona-se a possibilidade da sua instrumentalização em bases de dados objectivas e sistematizadas, tais como inventários, levantamentos, ou descrições pormenorizadas, aplicáveis pragmaticamente nas actividades quotidianas de arquitectos ou

---

[54] "*E o requisito mais importante que me foi possível encontrar que explica a importância particular da crítica dos que praticam uma arte, é o de que um crítico tem que possuir um sentido do factual altamente desenvolvido. Isto, de maneira nenhuma, é dom para desprezar ou frequente, que obtenha facilmente o louvor popular. O sentido do real é algo que se desenvolve com lentidão (...)*"*in Eliot, T. S. (1997 [1923]). A Função da Crítica. Ensaios de Doutrina Crítica. Lisboa, Guimarães Editores.* p. 45.

[55] Eliot, T. S. (1997 [1923]). A Função da Crítica. Ensaios de Doutrina Crítica. Lisboa, Guimarães Editores. p. 49.

[56] Grassi, Giorgio (1988 [1983]). Questioni di progettazione. Architettura Lingua morta. Architecture dead language. Orteli, L., Quaderni di Lotus. Electa. p. 26.

outros projectistas. Procura-se, nesse sentido, documentação que amplie de forma pragmática o conhecimento acerca do objecto arquitectónico ou parte de cidade a intervencionar.

A investigação conduzida nesta tese assenta sobre a ideia de que a qualidade de um projecto ou de uma obra arquitectónica, se consolida através de mecanismos que não se esgotam nessa dimensão instrumental. A 'prática da Arquitectura' consolida-se através da própria cultura (arquitectónica) do arquitecto, e na sua capacidade de estabelecer relações mentais, de construir analogias[57], de lidar com a anamnese[58] e a memória, num processo de repetição enquanto "*síntese activa do tempo*"[59]. Ao longo da sua vida profissional, os arquitectos aparentam trabalhar com esquemas mentais[60], princípios que permitem um acesso à ordem formal dos objectos (enquanto conjunto de regras), não estando vinculados a modelos ou imagens concretas, e que se consolidam permanentemente através da sua cultura arquitectónica e artística.

Para além do inventário ou levantamento (na versão mais pragmática), ou da conceptualização crítica dos fenómenos da realidade e das particularidades da disciplina (numa vertente mais teórica), a investigação em arquitectura poderá facultar um conjunto distinto de ferramentas operativas, nomeadamente as que incidem directamente sobre o enriquecimento da cultura arquitectónica. Refere-se, neste aspecto, a proposta de metodologias de análise que permitam, por exemplo, a aquisição de conhecimento de um modo disciplinado e sistemático sobre as lógicas e metamorfoses do preexistente.

Trata-se de explicitar especificidades e identidades menos claras sobre os locais e os edifícios em que o arquitecto intervém, ou a revelação de lógicas e regras, outrora evidentes e

---

[57]#analogia [*cf.* Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[58]#anamnese [*cf.* Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[59] Sobre a 'Memória': "*Ravaisson foi lido por Bergson, que por sua vez foi lido por Gilles Deleuze, que anotou que a Memória (ou o termo grego Mnemosyne) é a síntese activa do tempo como puro passado, organizando a repetição de acordo com um ciclo de rememorações e esquecimentos, enquanto Habitus é a síntese passiva do tempo como presente vivido, e por isso é a memória de práticas no espaço. Para Deleuze o verdadeiro significado de repetição opõe-se tanto à antiga categoria da memória (ou reminiscência) como à moderna categoria do habitus*." Teyssot, Georges (2011b). "Por uma topologia de constelações do quotidiano" (2011). Da Teoria da Arquitectura: doze ensaios. Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra**,** pp. 17-28. pp. 22-23.

[60] #esquema [*cf.* Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

universalmente aceites, mas apagadas num tempo longo. Uma ‘prática possível da teoria' poderá ser, portanto, a construção de processos interpretativos da realidade, e a sua explicitação a quem efectivamente a constrói, ou nela intervém.

As investigações conduzidas por Christian Moley[61], ao longo das últimas décadas, constituem um exemplo concreto da construção de interpretações relativamente aos fenómenos de transformação da habitação plurifamiliar ao longo da história, em contexto parisiense. O autor constrói uma taxonomia de análise própria, explicitando os tipos e modelos de habitação implementados e enquadrando a sua transformação num contexto particular. O *Desenho 1* procura de algum modo exemplificar o tipo de instrumentos de interpretação desenvolvidos neste âmbito. [**Des. 1**]

A expressão 'teoria' (arquitectónica) entende-se, assim, como o conjunto desses processos de interpretação. A ‘teoria’ constitui-se como uma espécie de equação simples, 'elegante'[62], que simultaneamente explica a realidade presente e orienta a realidade futura. Não se institui necessariamente como uma 'construção artificial', *a posteriori*, ou afastada da obra arquitectónica. Nesta perspectiva, aceita-se a definição mais corrente, de Teoria enquanto "*sistema coerente dos conceitos, princípios e técnicas na base de determinado objecto de estudo*"[63], ou seja, enquanto sistema implícito ao objecto, ainda que de um modo tácito ou menos verbalizada. Entende-se, portanto, que qualquer obra arquitectónica, enquanto produção humana, encerra necessariamente teoria(s). Cabe ao investigador revelá-la(s)[64].

---

[61] Moley, Christian (1999). Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6.

[62] "*A theory is more impressive the greater the simplicity of its premises, the more different kinds of things relate, and the more extended its area of applicability*." *Albert Einstein, citado por Krüger, que no texto “A Arte de Investigar em Arquitectura”* detalha esta ideia. In Kruger, Mário (Dezembro de 2001). "A Arte de Investigar em Arquitectura". investigação em arquitectura [?], ecdj. Coimbra, FCTUC, Departamento de arquitectura. p. 35.

[63] Consultado em https://www.infopedia.pt

[64] "*4) Operamos sempre com teorias, mesmo que, na maior parte das vezes, delas não tenhamos consciência. A importância deste facto nunca deve ser subestimada. Devemos tentar, em cada caso, formular explicitamente as teorias que defendemos. Pois tal facto possibilita-nos procurar teorias alternativas, e discriminar criticamente entre uma teoria e outra*." *(...) 5) Não há observação 'pura', quer dizer, uma observação sem uma componente teórica. Toda a observação - e em particular toda a observação experimental é uma interpretação dos factos à luz de uma ou outra teoria*." Popper, Karl (1999). “Ciência: problemas, objectivos, responsabilidades”. O Mito do Contexto, em defesa da ciência e da racionalidade. Lisboa, Edições 70**,** pp. 109-142. p. 114.

Assim, no âmbito da História, que tipo de articulações são possíveis, entre objecto de investigação e construção de teoria(s), tendo em vista a consolidação da Arquitectura enquanto conjunto de regras e princípios?

Hanno-Walter Kruft, questionando-se sobre o que é a Teoria da Arquitectura[65], apresenta dois âmbitos fundamentais: a Teoria formulada a partir do documento escrito e a Teoria revelada através da obra arquitectónica. Kruft sublinha a ambiguidade que é inerente a esta última, justificando desse modo o carácter fundamental da investigação da documentação escrita. Segundo Kruft, é possível reconstruir os princípios que regem a arquitectura, mas é impossível reproduzir os propósitos de quem a executou[66], o que constitui um impasse para quem se detém unicamente na análise da componente formal dos objectos. Nesta linha de ideias, este autor defende que a História da Teoria da Arquitectura deverá ser a *"história do pensamento da arquitectura registado de forma escrita"*[67], porque apesar de não ser imperativo que o pensamento se fixe desse modo, os historiadores dependem destes documentos para formularem interpretações mais precisas.

De igual modo, Kruft estabelece uma aproximação entre Teoria Arquitectónica e Teoria Artística, fundamentada na constatação de que parte dos conceitos discutidos em Arquitectura se discutem paralelamente no âmbito artístico (e que aí chegaram por via da Estética). Para Kruft, a Teoria da Arquitectura contém, portanto, um 'sistema escrito' que se baseia em 'categorias estéticas'[68].

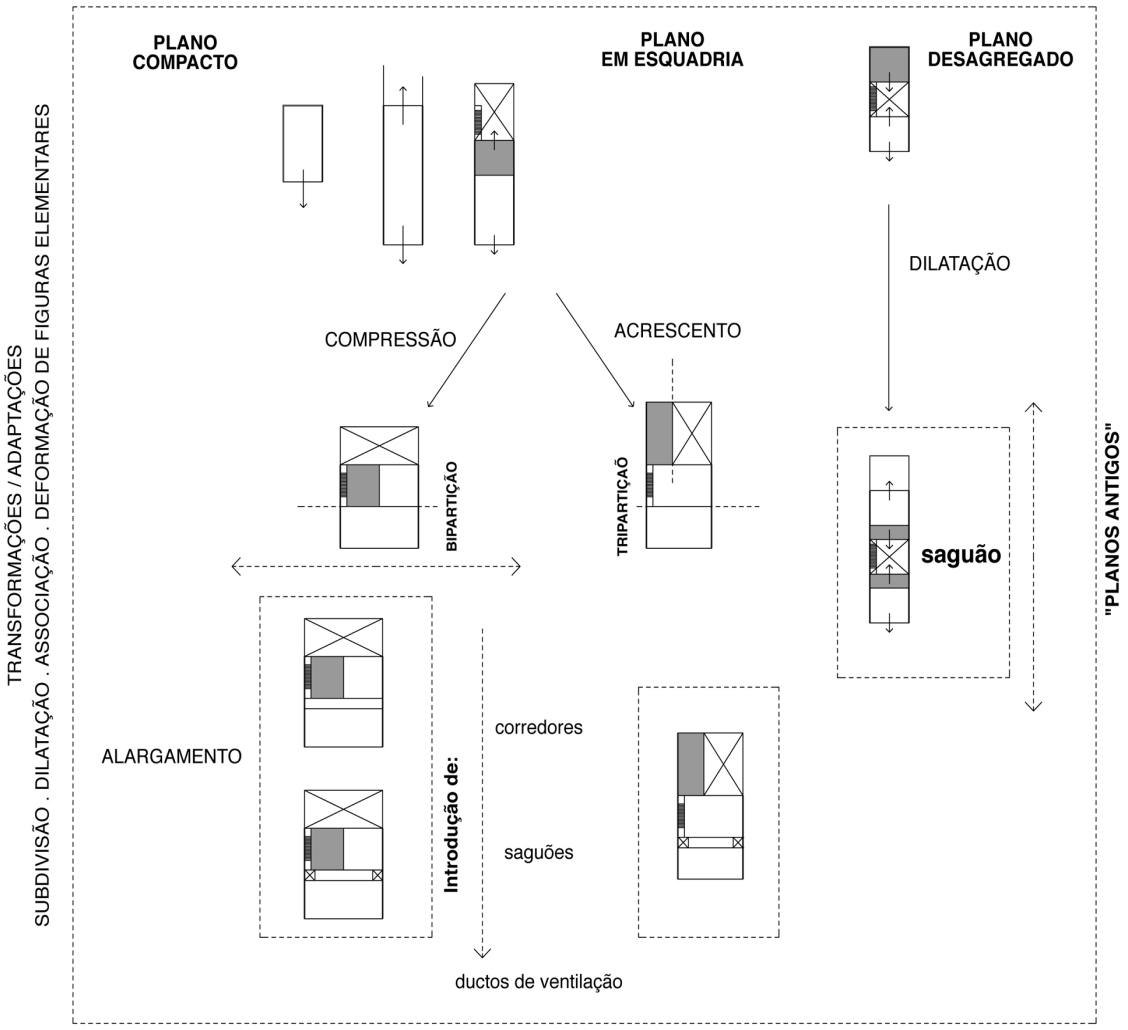
---

[65] Kruft, Hanno-Walter (1994 [1985]). A history of architectural theory from Vitruvius to the present. New York, Priceton architectural press. ISBN 1-56898-010-8. pp. 13-19.

[66] *"Technically, one can reconstruct these principles, but one cannot re-experience the state of mind behind them. Gothic architecture, for example, has been interpreted in diametrically opposed ways, ranging from pure functionalism at one extreme to transcendentalism at the other."* Kruft, Hanno-Walter (1994 [1985]). A history of architectural theory from Vitruvius to the present. New York, Priceton architectural press. ISBN 1-56898-010-8. p. 13.

[67] *idem, ibidem*

[68] *"Bearing all this in mind, we may now be in a position to offer a practical definition of our subject as follows: architectural theory comprises any written system of architecture, whether comprehensive or partial, that is based on aesthetic categories. This definition still holds even if the aesthetic content is reduced to the functional."* Kruft, Hanno-Walter (1994 [1985]). A history of architectural theory from Vitruvius to the present. New York, Priceton architectural press. ISBN 1-56898-010-8. p. 15.



ESQUEMAS DE EVOLUÇÃO DAS FIGURAS ELEMENTARES DOS EDIFÍCIOS (1 apartamento por nivel)
(ref. Christian MOLEY)

Des. 1 - Exemplificação de 'processos interpretativos' da produção/reprodução de esquemas tipológicos correntes em habitação plurifamiliar, em Paris, ao longo da história - [diagrama síntese elaborado pela autora a partir de desenhos patentes na obra *Regard sur l'immeuble privée*, do autor Christian Moley (1999), cf. desenhos originais, p. 72, 76, 115]

Partindo destas duas ideias, por confronto ou por aceitação, propõe-se explicitar algumas relações possíveis entre investigação e objecto(s) de investigação, esclarecendo-se a perspectiva de abordagem e construção de teoria(s) no âmbito da investigação proposta.

A Teoria construída através da forma arquitectónica. A análise formal/factual de um sistema compositivo/estético/simbólico

Em Portugal, tal como naturalmente noutros países, a investigação em Arquitectura tem produzido diversos documentos escritos inseridos no universo da Teoria: textos que se constroem a partir de fontes escritas; textos que sistematizam conhecimento a partir da análise formal dos objectos, ou textos sobre a própria estruturação da Teoria e do seu significado na consolidação da disciplina[69].

A via de análise da forma, de certo modo relativizada por Hanno-Walter Kruft na obra mencionada, adquire especial relevância no estudo de obras arquitectónicas sobre as quais não existem reflexões escritas, ou cujo autor não é (re)conhecido. A investigação conduzida nesta tese representa um exemplo concreto deste tipo de abordagem que valoriza as questões formais, já que incide sobre um vasto legado de arquitectura de produção corrente.[70] Esta constrói o tecido urbano, frequentemente de carácter anónimo ou de manifesta banalidade, fruto da actividade quotidiana de arquitectos, engenheiros e mestres-de-obras.

O confronto entre este tipo de edificado e a teorização escrita da época[71] não constitui um processo directo. Estes estudos centram-se maioritariamente sobre questões de natureza erudita,

[69] Face ao carácter abrangente deste texto, de destacar: Pereira, Michel Toussaint Alves (2009). Da arquitectura à teoria da arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX. Tese de Doutoramento. Lisboa, FAUTL.

[70] #produção corrente [cf. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[71] Sobre a produção teórica no âmbito geral da Arquitectura na 1ª metade do século XX, cf. Pereira, Michel Toussaint Alves (2009). Da arquitectura à teoria da arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX. Tese de Doutoramento. Lisboa, FAUTL. Destaque-se em particular o capítulo 3, *"O universo da teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX"*, com referências aos debates sobre *"O Movimento da Casa Portuguesa"*, os escritos de Raul Lino, *"A Geração Modernista"* e os debates associados ao Movimento Moderno. pp.181-363. Sobre as mesmas temáticas, veja-se de igual modo:
Figueiredo, Rute (2007). Arquitectura e discurso crítico em Portugal. Lisboa, edições Colibri.

que encontram na casa unifamiliar o principal veículo de experimentação (pela particularidade da escala e da encomenda), ou na produção estatal (sobretudo na edificação de equipamentos).

Na 1ª metade do século XX, o debate teórico escrito sobre as questões no âmbito da Arquitectura aparenta ser relativamente contido[72]. Até aos anos 30/40 do século XX, por exemplo, a abordagem da problemática da habitação plurifamiliar surge pontualmente plasmada nas revistas especializadas de arquitectura que se publicavam desde o início do século XX[73]. No Porto, talvez a partir de final da década de 40, com a introdução de princípios (ideológicos, construtivos, estéticos) do Movimento Moderno, este fenómeno se tenha modificado, com uma desmultiplicação de reflexões especificamente sobre o tema.

É possível, portanto, sugerir que a arquitectura do prédio de rendimento portuense da 1ª metade do século XX não se presta facilmente a formulações teóricas contemporâneas assentes na ordem do pensamento escrito ou reflexivo da época, de carácter erudito. Contudo, este corpo de estudo insere-se irreversivelmente numa teorização mais vasta acerca da construção morfológica da cidade, que se apoia em instrumentos e metodologias de análise (sistemática) próprias.

Tais factos permitem um questionamento sobre as abordagens possíveis no estudo deste tipo de edificado, nomeadamente:

- que objectos seleccionar como casos de estudo (com que critérios proceder à delimitação de um conjunto coerente), quando se relega para segundo plano a autoria do projectista, ou a excepcionalidade da obra arquitectónica;
- como proceder à análise desse conjunto de exemplos, num contexto em que é escassa a documentação acerca do *"pensamento da arquitectura registado de forma escrita"*, nas palavras de Kruft, que de algum modo valide e oriente a reflexão.

Figueiredo, Rute (2005). "Arquitectura e discurso crítico na transição do séc. XIX para o séc. XX." in Arte e Teoria, (7), pp. 167-178.
Sobre a divulgação de questões arquitectónicas em revistas da especialidade, cf. Mesquita, Marieta Dá, ed. (2011). Revistas de Arquitectura. Arquivo(s) da Modernidade. Casal de Cambra, Caleidoscópio ISBN 978-989-658-110-7.

[72] Pereira, Michel Toussaint Alves (2009). Da arquitectura à teoria da arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX. Tese de Doutoramento. Lisboa, FAUTL. p. 12.

[73] Sobre os textos críticos ligados especificamente à habitação plurifamiliar, publicados na revista *"A Arquitectura Portuguesa"*, cf. capítulo VII, *"Referências e Transferências. Leituras a partir de 'A Arquitectura Portuguesa'"*.

O primeiro ponto reveste-se de particular pertinência no âmbito disciplinar da Teoria e História da Arquitectura e da Cidade. A libertação do carácter excepcional enquanto critério de selecção (na sua dupla acepção de distinto/diferente e qualificado), de uma obra arquitectónica ou de um autor, não anula a evidência da existência de um conjunto significativo de produções humanas de inegável valor[74], tanto num sentido estético como simbólico.

Nesta investigação, sustenta-se que o critério de delimitação do corpo de estudo (que segundo dados estatísticos, se deverá seleccionar entre alguns milhares de exemplares[75]) deverá ancorar-se numa análise interpretativa da realidade construída, procurando-se os parâmetros de escolha nas lógicas de construção do tecido urbano. A análise sistemática de um conjunto relativamente vasto de obras arquitectónicas, seleccionadas segundo critérios que não os da sua excepcionalidade, pode constituir um instrumento útil para a revelação de lógicas e esquemas/princípios de pensamento comuns a determinada cultura ou identidade (uma cidade, um período na história, ou neste caso específico, a habitação plurifamiliar numa época delimitada).

Relativamente à segunda questão, a perspectiva desta investigação aponta para um retorno à análise da condição formal dos objectos, operacionalizando o conceito de 'tipo'. Este conceito pode ser visto como uma materialização do 'esquema' Kantiano[76], numa relação directa com os

---

[74] Sobre a relação entre cidade, juízo estético e (juízo de) valor, cf. Rodrigues, Maria João Madeira (1998). "Valor. Introdução ao estudo da História da Arquitectura e do Urbanismo." in GEHA. Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo, (1). pp. 57-60; Rodrigues, Maria João Madeira (2002). O que é a Arquitectura. Lisboa, Quimera editores. pp. 51-54, Rodrigues, Maria João Madeira (1978). "Tradição, Transição e Mudança. A Produção do Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista." in Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa (84). pp. 5-12.

[75] *cf.* [S.N.] (1939). Elementos de inquérito para o estudo do plano de urbanização da cidade do Porto. Vol.1, Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização. Câmara Municipal do Porto.

[76] Esta ideia de 'esquema mental', aqui abordada enquanto senso comum, pode de alguma maneira encontrar fundamento e profundidade no conceito de 'esquematismo', desenvolvido por Immanuel Kant, na obra *Crítica da Razão Pura* (1781), nomeadamente no segundo livro da *Analítica transcendental*, intitulado *Analítica dos princípios*. O 'esquematismo', segundo Kant, é uma função intelectual em que os conceitos puros são substituídos por esquemas que permitem aplicação imediata, possibilitando atingir a essência das coisas com extrema rapidez, sem, no entanto, estes estarem vinculados a uma imagem, ou a um objecto específico. A discussão da ideia de 'esquema', na acepção Kantiana, parece-nos passível de inúmeros nexos com a epistemologia da arquitectura, adensando-se quando Kant distingue 'esquema' de 'imagem', referindo que apesar de ambas serem um produto da imaginação, 'imagem' é uma entidade fixa e concreta, enquanto que 'esquema' se refere a um conjunto de princípios ou regras, e não pode reduzir-

'esquemas mentais' referidos neste texto enquanto processos fundamentais à concepção arquitectónica. Trata-se da consideração do objecto de investigação enquanto 'forma'[77], em que as suas características significativas são apreendidas através de estudos sistemáticos com fundamento comparativo e classificativo.

Para os investigadores no âmbito da tipo-morfologia, é consensual a importância da definição que A. C. Quatremère de Quincy[78] expõe no *Dicionário Histórico de Arquitectura*[79] (Paris, 1832): distinguindo claramente 'tipo' de 'modelo', Quatremère de Quincy atribui ao primeiro um carácter de ideia (conceito), e ao segundo o de uma imagem a copiar (matéria)[80].

Nesta linha de ideias e seguindo Carlos Martí[81], no que se refere ao edificado em geral, 'tipo' em arquitectura representa no essencial:

- uma matriz de concepção espacial, uma estrutura conceptual, que engloba um conjunto de objectos que possuem todos a mesma essência, mas que não corresponde efectivamente, a nenhum deles;
- um enunciado que permite (re)conhecer/categorizar/valorizar os objectos que o constituem; refere-se a uma matriz formal, que agrega objectos para além de diferenças de linguagem, dimensões e variedades.

---

se a nenhuma imagem. Sobre os 'fenómenos de esquematismo', ver também a síntese elaborada em Rodrigues, Maria João Madeira (2002). O que é a Arquitectura. Lisboa, Quimera editores. pp. 55-58.

[77] 'forma', enquanto conjunto de características que concorrem para a definição material de determinado objeto.

[78] Teórico de arquitectura francês (1755-1849).

[79] Quatremère de Quincy, A.C. (1832). Dictionnaire Historique D'Architecure. Tome second. Paris, Librairie D'Adrien Le Clere et C.

[80] Cabe ainda esclarecer que o conceito de 'tipo' se distingue de outros correlacionados, nomeadamente 'protótipo', 'tipologia' e 'arquétipo'. [cf. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1].
Ainda sobre a diferença fundamental entre a ideia 'tipo', recuperada por Quatremère de Quincy, e a introdução do termo 'tipologia' na teoria arquitectónica nos anos 60, cf. Teyssot, Georges (2011c). "Norma e Tipo. Variações sobre Riehl, Demolins e Schultze-Naumburg" (2003). Da Teoria da Arquitectura: doze ensaios. Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 65-95.

[81] Martí Arís, Carlos (1993). Las variaciones de la identidad. Ensayo sobre el tipo en arquitectura. Barcelona, Demarcación de Barcelona del Colegio de Arquitectos de cataluna y Ediciones del Serbal. 1 ed. ISBN 84-7628-102-1. p. 16.

Considera-se que as teorias construídas a partir da análise formal do objecto, apesar de inevitavelmente interpretativas, se justificam face ao seu alcance, especialmente quando ancoradas em noções como 'esquema mental', 'transformação' e 'identidade', conceitos entendidos com sendo passíveis de variação ao longo do tempo. Nesse sentido, propõe-se percorrer um caminho oposto ao explicitado por Hanno-Walter Kruft.

Através da operacionalização de instrumentos de acesso à ordem formal dos objectos (entre os quais o 'tipo', enquanto fenómeno de esquematismo[82]), é possível explicitar princípios incorporados num tempo longo, através daquilo a que se chama comummente cultura (considerada nas suas dimensões material, social, ideológica, política ou estética), e observar os mecanismos da sua adaptabilidade.

No caso particular da habitação plurifamiliar do novecentos portuense, nesta investigação persegue-se a revelação de princípios presentes na produção (entendida como génese e transformação/adaptação) de determinados modelos habitacionais, através de análises de carácter tipológico.

Estas análises direccionam-se, portanto, para a explicitação de determinadas opções tipológicas: o tipo de acessos, a sua localização, a proporção e configuração do edifício, ou a localização preferencial dos compartimentos na distribuição do apartamento, por exemplo. Existem constantes ou continuidades nestas opções de desenho? São identificáveis momentos de ruptura com as tradições construtivas preexistentes, ou de clara importação de modelos? Como se relaciona a transformação de modelos de habitação com a alteração da imagem da cidade? Trata-se de vincular a análise a parâmetros concretos, que podem ser definidos em função do objectivo de cada pesquisa: uma metodologia em aberto, sem pretensões normativas ou de generalização[83].

---

[82] Sublinhe-se de igual modo o #cânone, enquanto instrumento de apreensão de métricas. [cf. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[83] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. pp. 53-54.

Sendo a arquitectura, como alerta Georges Teyssot, uma 'prática discursiva' indissociável do seu contexto, a interacção deste último com fenómenos de transformação, ou o surgimento de novas formas e suas variantes, não pode ser ignorada[84]. Esta constatação não invalida a existência de tipos de edifícios que apesar de diferentes formalizações – configurações, volumetrias, estilos de fachada –, parecem arrastar o lastro de um modo de fazer. Estas matrizes de concepção são o resultado de processos complexos que se supõe derivarem da 'repetição'[85] de esquemas mentais, enraizados em processos culturais longos, e não de opções individualistas de quem projecta ou constrói.

Defende-se na investigação conduzida nesta tese que estes princípios ou esquemas mentais estruturam as experiências de projecto. As matrizes de concepção espacial adaptam-se às formas do lote, associam-se para gerar edifícios de maior dimensão de frente, relacionando-se através de princípios compositivos e estratégias de adaptação e deformação. A análise de conjuntos circunscritos de edifícios portuenses de habitação construídos na 1ª metade do século XX revela alguns destes processos. [**Des. 2**]

Regressando às ideias expressas por Hanno-Walter Kruft, o autor reaviva a ideia de *Teoria Arquitectónica* enquanto sistema baseado em 'categorias estéticas'[86]. Esta constatação constitui premissa sugestiva para o (re)visitar de alguns pressupostos arquitectónicos basilares.

Os princípios que interessam particularmente a esta investigação são os que veiculam a experiência estética através da composição[87], já que se tecem como instrumentos correntes de projectação, de conjunção da parte no todo (através do recurso à simetria, por exemplo).

---

[84] "*Contudo, a nossa particular preocupação é que a análise deste discurso arquitectónico não seja suficiente em si mesma para explicar o surgimento de formas específicas, a derivação de tipologias e completa concatenação de uma genealogia espacial. E a razão para isto é que o discurso só se faz sentir dentro de um 'contexto' que é fornecido por uma rede de interacções combinando vários níveis de acção e transformação.*" Teyssot, Georges (2011a). "Heterotopias e História dos Espaços" (1998). Da Teoria da Arquitectura: doze ensaios. Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra**,** pp. 31-44. p. 39.

[85] Repetição como processo activo, como explica G. Teyssot, seguindo as ideias de Gilles Deleuze. Teyssot, Georges (2011a). "Heterotopias e História dos Espaços" (1998). Da Teoria da Arquitectura: doze ensaios. Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra**,** pp. 31-44.

[86] Kruft, Hanno-Walter (1994 [1985]). A history of architectural theory from Vitruvius to the present. New York, Priceton architectural press. ISBN 1-56898-010-8. p. 14.

A composição, enquanto processo de desenho, determina as lógicas através das quais um conjunto de elementos (portas, paredes, pavimentos, coberturas, janelas, elementos de decoração, etc.), se associam em partes (compartimentos, circulações, fachadas, etc.) estabelecendo entre si relações formais (de associação, interligação, axialidade, hierarquia, entre outras)[88].

Estes processos compositivos são relevantes enquanto indutores da formação e consolidação de tipos e cânones[89] que intervêm de modo decisivo na estruturação da experiência estética da cidade e da arquitectura. A disposição[90] geral de elementos/partes do edificado e respectivas relações, permite a estruturação das métricas e ritmos através dos quais se produz/percebe a harmonia[91], condição fundamental de valoração urbana (e humana).

Relativamente à face visível do edificado, em habitação unifamiliar burguesa construída na cidade do Porto entre o século XVII e XIX, os estudos existentes[92] têm vindo a sublinhar a existência de estruturas elementares que vão persistindo, desde o século XVI: trata-se de uma repetição ordenada de elementos, dentro de uma infinita variedade formal (janela, porta, varanda, etc.), que de algum modo produzem temas compositivos moldados a partir do desenho e número de vãos, e relações entre cheio e vazio.

Estes elementos repetem-se, gerando ritmos, sucessões regulares, que reestruturam experiências aparentemente parcelares numa unidade, o que se expressa de um modo relativamente evidente na observação de um conjunto alargado de ruas no Porto. [**Fot. 15**]

Já no século XX, a introdução de novos tipos de edifícios e formas de habitar – aparentemente bastante díspares das que as antecederam –, como é o caso da habitação plurifamiliar de grande escala, não resultam necessariamente numa ruptura ou dissonância. Para tal constatação, basta

---

[87] #composição [cf. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[88] Na linha das definições constantes na produção escrita do teórico e tratadista francês J.N.L. Durand (1760-1834).
[89] #cânone [cf. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[90] #disposição [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[91] #harmonia [cf. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[92] *cf*. Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. p. 372.

observar a ordem (similar) introduzida pela repetição (também) seriada de vãos de desenho semelhante, as relações proporcionais entre cheios e vazios ou a marcação formal dos pisos dos edifícios através de linhas horizontais, patente em edifícios na Rua de Sá da Bandeira.

Do mesmo modo, as varandas e platibandas aparentam ser (de novo) elementos fundamentais de relação, ultrapassando os limites de cada unidade edificada. Neste processo de composição estabelecem-se ritmos análogos às métricas do lote gótico-mercantil, que decompõem a fachada em unidades claramente individualizadas. [**Fot. 16, 17, 18**]

Por estes motivos, considera-se reafirmar-se nestes edifícios uma intencionalidade estética análoga à sublinhada por Francisco Barata Fernandes na habitação de produção corrente de tipo unifamiliar que os antecedeu: uma ideia de cidade, um conceito de rua, um alargamento do controlo da composição da fachada da parcela individual às possibilidades estéticas do conjunto[93].

O reconhecimento de cânones comuns permite identificar elementos permanentes em tipos de edifícios completamente distintos – naturalmente reinventadas(os), em conformidade com as técnicas, linguagens e sistemas (formais, construtivos) da época que os produziu. Em determinados prédios de rendimento portuenses construídos entre as décadas de 1930 e 1950, radicalmente distintos dos que os antecederam, reconhecem-se constantes, não só tipológicas, mas também estéticas.

Estes princípios estéticos reafirmam, de igual modo, teorias de longa duração plasmadas na construção e consolidação contínua de uma identidade urbana.

[93] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. p. 123.

Des. 2 - Modelos de habitação a partir do tipo de edifício, com saguão e escada paralela à parede de meação. Duplicação; simetria; deformação; adaptação às particularidades do lote e procura de edificabilidade máxima. Da esquerda para a direita, esquemas produzidos pela autora a partir das Licenças de Obras 1930/0328; 1929/0644; 1944/0281; 1938/1052; 1936/1471; 1954/0094; 1938/0076 [Arquivo Histórico e Departamento Municipal de Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto - AHMP, DMAG]

Fot. 15 - Rua dos Clérigos, no Porto

Fot. 16, 17 e 18 - Rua de Sá da Bandeira, no Porto. Métricas de composição.

O 'passado do futuro' e do presente. Uma ideia de História e de Tempo

Esta investigação alicerça-se numa ideia de História enquanto disciplina que se ocupa da descrição, e fundamentalmente da interpretação dos processos de transformação e metamorfose dos objectos produzidos pela humanidade: das descontinuidades e das rupturas, das regras e das diferenças, mais do que do mero ordenamento linear e cronológico dos acontecimentos[94].

Trata-se de uma perspectiva que encara o passado como *"uma prolífica cultura da possibilidade"*[95], entendendo que pertence a um tempo significativamente distinto do actual, e que a análise das suas formas não tem como objectivo a procura de soluções, mas antes a identificação de problemas: segundo Antonio Pizza, trata-se de um *"exercício de construção do passado"* que nos coloca numa posição privilegiada para a construção do futuro[96].

Esta perspectiva significa que um investigador que, por exemplo, se debruce sobre a temática da habitação urbana em determinado período histórico, o faça com a consciência da possibilidade

---

[94] Sobre a questão 'História e interpretação', sublinhe-se a perspectiva de Ignasi Solá-Morales e José Mattoso, em dois textos particulares.
"Más que la búsqueda de nuevos modelos de explicación total, lo que la historia pretende acometer son recorridos transversales, micro-historias, recortes a través de fisuras todavía inexploradas a la búsqueda de otros, de distintos sentidos." in Solà-Morales, Ignasi (2003). "Prácticas teóricas, prácticas históricas, prácticas arquitectónicas" Inscripciones. Barcelona, Editorial Gustavo Gili**,** pp. 257-266. p. 263.
"Se os episódios não se podem confundir com uma «verdade histórica», os raciocínios e as demonstrações do historiador ainda menos. Mas também não é por isso que deixam de ser história, ou seja, leituras interpretativas do passado, tentativas de explicação do que aconteceu, ou se julga ter acontecido. Neste ponto, é preciso conciliar o rigor da crítica de autenticidade e de veracidade das fontes com a ousadia da imaginação no aproveitamento dos dados." in Mattoso, José (2007). Introdução à biografia de D. Afonso Henriques. D. Afonso Henriques. Debates, T. e. Lisboa, Lisboa. p. 18.

[95] "*El análisis del pasado detiene, por eso, las oportunas virtualidades para llegar a identificar una prolífica cultura de la posibilidad: el conocimiento de lo acaecido no servirá, en esta perspectiva, para descubrir las mecánicas generativas del presente (...). Se trata, al contrario, de investigar una civilización y sus formas, que pertenecen a otro tiempo, asumiendo de manera programática que ellas difieren completamente de las nuestras (...)*." in Pizza, Antonio (2000). La Construcción del Pasado. Reflexiones sobre Historia, Arte y Arquitectura. Madrid, Celeste Ediciones, S.A. ISBN 84-8211-239-2. pp. 9-10.

[96] "*(...) se trata, en resumidas cuentas, de generar y transmitir un conocimiento transmutado en memoria, cuyo principal requisito será el de configurar sus resultados no como soluciones, salvaciones o catarsis, sino - fundamentalmente - como problemas. La consideración del pasado en sus aspectos problemáticos irá demostrando su productividad respecto al ejercicio de una actitud crítica frente a nuestra contemporaneidad; por tanto, sólo si somos capaces de construir un pasado, podremos estar en condición de proyectar nuestro futuro, a partir de la ineludible valorización de la libertad creativa de nuestro pensamiento*." Pizza, Antonio (2000). La Construcción del Pasado. Reflexiones sobre Historia, Arte y Arquitectura. Madrid, Celeste Ediciones, S.A. ISBN 84-8211-239-2. p.11.

de uma contribuição crítica possível (ainda que reduzida, circunscrita e fragmentária) para as propostas habitacionais futuras, ou intervenções no património existente.

Este entendimento da análise histórica sugere ser compatível com a abordagem da complexidade dos fenómenos de construção e consolidação da cidade existente, um produto (formal e social) de processos históricos de sobreposição, agregação, substituição, transformação e síntese, ainda que distintos na cidade tradicional, industrial, moderna ou contemporânea[97].

Para além deste papel acumulativo da cidade, salienta-se a inerente descontinuidade do seu tecido urbano, dos edifícios, das lógicas de intervenção. A cidade não se constrói numa lógica sequencial de acontecimentos ordenados, no tempo e no espaço. Pelo contrário, resulta de avanços e recuos, momentos de transformação e de ruptura, de acasos, que não são imediatamente legíveis no território e cuja releitura emerge através da descrição dos vestígios documentais que vão persistindo ao longo desses processos.

Este "*desembaraço da noção de continuidade*", constitui uma ideia amplamente desenvolvida por Michel Foucault, em "*A Arqueologia do Saber*": trata-se do "*colocar em questão o documento*":

> *"(...) a história mudou a sua posição perante o documento: dá-se por tarefa primeira, não o interpretar, não determinar se fala verdade e qual o seu valor expressivo, mas trabalhá-lo do interior e elaborá-lo: organiza-o, recorta-o, distribui-o, ordena-o, reparte-o em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, detecta elementos, define unidades, descreve relações. O documento já não é, pois, para a história essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e cujo rasto apenas permanece: procura definir no próprio tecido documental unidades, conjuntos, séries, ligações. (...); ela (a história) é o trabalho e a recomposição de uma materialidade documental (...)".*[98]

---

[97] cf. Martí Arís, Carlos (2000). Las formas de la residencia en la ciudad moderna. Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras. Barcelona, Ediciones UPC. 2 ed. ISBN 84-8301-383-5.

[98] Foucault, Michel (2005 [1969]). A Arqueologia do Saber. Coimbra, Edições Almedina. 1 ed. Éditions Gallimard. p. 33.

Foucault esclarece que a "*análise arqueológica*" procura as regras e as diferenças, num discurso que não é necessariamente nem uma "sucessão linear de acontecimentos", nem um "esquema de simultaneidades", mostrando que "*(...) elementos discursivos completamente diferentes podem ser formados a partir de regras análogas (...)*". O autor refere ainda que a "arqueologia multiplica as diferenças"[99]: não as ignora nem as tenta homogeneizar, tratando antes de as tomar como objecto de estudos específicos, de descrição e interpretação.

Na cidade existente observa-se que, na generalidade, os edifícios são relativamente heterogéneos. Nessa individualidade subjazem características partilhadas, sendo precisamente essas similitudes que permitem a construção de nexos e a compreensão de um processo mais longo de transformação.

Paralelamente a esta consciência da simultânea individualidade e partilha de características é de igual modo relevante recuperar o conceito de 'série'. Trata-se de conjunto limitado de elementos com relações próprias, que estabelece conexões com outras séries diferentes, "*(...) que se justapõem, se sucedem, se sobrepõem, se entrecruzam sem que possamos reduzi-las a um esquema linear*."[100]

George Kubler explora o conceito de 'série' em "*A Forma do Tempo*"[101]. Nesta obra, Kubler persegue a definição de um sistema que permita classificar e compreender os processos de transformação dos objectos produzidos pelo homem. Como alternativas às noções de estilo e de biografia, o autor contrapõe a ideia de "*sequência*", ou seja, a sucessão no tempo de soluções que vão respondendo de distintos modos a um problema determinado. Deste modo, descreve a classe de formas resultante desse processo como uma sequência aberta, sempre passível de reactivação, segundo novas circunstâncias[102]. Contrariamente, para Kubler a ideia de 'série', tal como na matemática, refere-se a um agrupamento fechado de elementos.

---

[99] *idem*, p. 219.
[100] *idem*, p. 35.
[101] Kubler, George (2004 [1962]). A Forma do Tempo. Lisboa, Vega.
[102] *idem*, p. 66.

Este autor desloca, de igual forma, o foco de estudo do objecto individualizado para um conjunto ou grupo mais vasto, constituído por objectos originais, réplicas, variantes, transformações, que ocupam posições precedentes ou tardias em determinada sucessão, constituindo esta engrenagem, no seu todo, "uma forma no tempo"[103]. Uma "forma no tempo" constitui-se, portanto, como um conjunto de objectos, ideias, artefactos conectados numa "*sequência temporal*" ou numa "*série*"[104].

> *"As soluções encadeadas ocupam o tempo de modos muito variados (...). Revelam um território de formas mentais, finito, mas ainda não cartografado. A maior parte destas soluções encontram-se ainda abertas a futuras elaborações, ou seja, à ligação a novas soluções. Algumas são séries fechadas e completas pertencentes ao passado."*[105]

> *"A definição mais exacta de uma sequência formal que podemos arriscar agora, consiste em afirmá-la como uma rede histórica de repetições do mesmo traço, gradualmente alteradas."*[106]

> *"Nenhuma sequência formal fica realmente encerrada devido ao esgotamento das suas possibilidades numa série encadeada de soluções. O ressurgimento de velhos problemas em novas circunstancias é sempre possível (...)."*[107]

O objecto de estudo desta investigação, os prédios de rendimento construídos na cidade do Porto na 1ª metade do século XX, podem ser vistos como *"(...) uma prática que tem as suas formas próprias de encadeamento e de sucessão"*[108], tal como afirma Michel Foucault, e, portanto, um discurso a descrever de uma forma arqueológica. De igual modo, pode-se encarar esta forma de habitação como "*uma forma no tempo*", sendo passível de agrupamentos e categorizações, segundo as séries e sequências de modelos de habitação gerados.

---

[103] *idem*, p. 67.
[104] *idem*, p. 22.
[105] *idem*, p. 54.
[106] *idem*, p. 58.
[107] *idem*, p. 66.
[108] Foucault, Michel (2005 [1969]). A Arqueologia do Saber. Coimbra, Edições Almedina. 1 ed. Éditions Gallimard. p. 218.

Estudando os processos de transformação, identificando os momentos de ruptura, explicitando a descontinuidade, através da descrição, recompilação e reagrupamento dos 'documentos', emergem novas relações entre a cidade e os seus edifícios, esclarecendo-se assim as regras da sua construção.

A noção de 'tempo' estabelece-se de igual modo como uma questão fulcral no âmbito do estudo dos processos históricos de transformação da cidade e da arquitectura. Reinhart Koselleck, em alguns ensaios compilados na obra "*Futures Past*"[109], desenvolve o conceito de "*tempo histórico*", esclarecendo o seu significado relativamente ao "*tempo cronológico*", o tempo medido pela natureza[110] e sublinhando a ideia de que existem vários tempos históricos sobrepostos, cada um com o seu ritmo[111], cuja presença se pode ler nos objectos. A questão principal colocada pelo autor consiste precisamente "*como é que, em determinado momento presente, as dimensões temporais do passado e do futuro estão relacionadas*", equacionando a hipótese de que na tentativa de separar passado e futuro (experiência e expectativa) se pode captar o 'tempo histórico'. [112] Como exemplo, Koselleck afirma que "*quanto mais uma época é experienciada como uma nova temporalidade, como 'modernidade', mais exigências são*

---

[109] Koselleck, Reinhart (2004 [1979]-b). Futures Past. On the semantics of Historical Time. New York, Columbia University Press.

[110] Conceito de **tempo histórico** como distinto de **tempo cronológico**:
"*Whoever seeks to form an impression of historical time in everyday life may notice the wrinkles of an old man, or the scars in which a former fate is preserved. The conjunction of ruins and rebuilt sites can be recalled, noting the obvious shifts in style that lend architectural outlines their deeper temporal dimension (...)*", in Koselleck, Reinhart (2004 [1979]-a). Autor's Preface. Futures Past. On the semantics of Historical Time. New York, Columbia University Press. p. 1.
"*Of course, events and conditions can still be related to a natural chronology, and in this chronology is contained a minimal precondition of its actual interpretation. Natural time and its sequence - however it might be experienced - belong to the conditions of historical temporalities, but the former never subsumes the latter. Historical temporalities follow a sequence different from the temporal rhythms given in nature.*" *Koselleck, Reinhart (2004 [1979]-c). Modernity and the planes of historicity. Futures Past. On the semantics of Historical Time. New York, Columbia University Press.* p. 96.

[111] "*What follows will therefore seek to speak, not of one historical time, but rather of many forms of time superimposed one upon the other.*" in Koselleck, Reinhart (2004 [1979]-a). Autor's Preface. Futures Past. On the semantics of Historical Time. New York, Columbia University Press. p. 2.

[112] "*These essays will constantly ask: how, in a given present, are the temporal dimensions of past and future related? (...)"This query involves the hypothesis that in differentiating past and future, or (in anthropological terms) experience and expectation, it is possible to grasp something like historical time.*" Koselleck, Reinhart (2004 [1979]-a). Autor's Preface. Futures Past. On the semantics of Historical Time. New York, Columbia University Press. p. 3.

impostas ao futuro seguinte"[113], obrigando a espaços de tempo cada vez mais curtos de aquisição de nova informação e adaptação a novas exigências. A relação com a 'experiência' enfraquece-se, aumentando a 'expectativa'.

Relativamente à 1ª metade do século XX portuense, identifica-se a emergência de uma nova temporalidade, promovida pela manifesta necessidade de actualização da cidade, das suas infraestruturas viárias e equipamentos, que a partir de início da década de 30 se estende aos próprios modelos de habitação. Os tipos de edifícios dominantes, nomeadamente a habitação em edifício de lote estreito, no centro da cidade, ou a casa individual na periferia, não se coadunam com o cosmopolitismo e modernidade dos modos de habitar que se observam noutros contextos urbanos, e se mediatizam através das revistas, do cinema, ou das viagens. A crescente 'expectativa' (dos habitantes, dos promotores e dos próprios projectistas) impõe a necessidade de uma rápida 'aceleração do tempo'; um processo que rapidamente se começa a sobrepor à 'experiência', ou seja, ao modo consuetudinário de construir portuense, fazendo surgir outras formas de habitação, entre as quais o prédio de rendimento.

Nesta perspectiva, os programas de habitação, a modernização da imagem da cidade, ou a proposta de novos modelos tipológicos constituem-se como dimensões que se torna pertinente caracterizar.

A Arquitectura do quotidiano. Uma ideia de Habitação

O entendimento de habitação defendido nesta investigação assenta na premissa de que entre habitação e cidade existem relações formais intrínsecas que determinam a configuração e carácter de ambos.

---

[113] "*A consistent discovery in the following studies is the fact that the more a particular time is experienced as a new temporality, as 'modernity', the more that demands made of the future increase. Special attention is therefore devoted to a given present and its condition as a superseded former future. If a particular contemporary becomes aware of an increase in the weight of the future in his range of experience, this is certainly an effect of the technical-industrial transformation of a world that forces upon its inhabitants ever briefer intervals of time in which to gather new experiences and adapt to challenges induced at an ever-increasing pace.*" *idem, ibidem*

A arquitectura de habitação constitui a grande massa de construção do tecido urbano, premissa suficiente para justificar a pertinência do seu estudo enquanto fenómeno urbano. Antonio Monestiroli, em "*La arquitectura de la realidad*"[114], sublinha que, na cidade tradicional o elemento distintivo das diferentes formas de residência se traduz na "*relação da casa com o lugar*". Para o autor, este constitui o critério fundamental que ao longo da história permite o reconhecimento e a caracterização das diferentes formas de residência na cidade, e mesmo a identificação das grandes fases da sua organização. Na mesma perspectiva, Carlos Martí[115] estabelece uma taxonomia entre a relação espaço livre/espaço construído, atendendo ao critério da relação topológica entre o edifício e o espaço exterior que lhe está associado.

Nesta investigação, ambiciona-se precisamente explicitar as regras dessa relação topológica, a sua permanência e transformação no âmbito da arquitectura de habitação portuense, num período temporal concreto da sua história.

Para além da relação casa/lugar, aborda-se os processos de transformação da habitação. A ideia de transformação, é aqui entendida como uma manifestação intrínseca a qualquer produção humana, e traduz-se, genericamente num processo em que determinadas características são alteradas. Neste sentido, surge aliada a uma lógica de adaptação ou de adaptabilidade[116], que se relaciona especificamente com a potencialidade de transformação sem perda de identidade.

Como foi já referido, o interesse foca-se especificamente na descrição e interpretação da habitação de produção corrente[117], ou seja, uma espécie de arquitectura do quotidiano que não se evidencia necessariamente no panorama construído da cidade, quer pelo seu programa,

---

[114] Monestiroli, Antonio (1993). La arquitectura de la realidad. Barcelona, Demarcación de Barcelona del Colegio de Arquitectos de cataluna y Ediciones del Serbal. 1 ed. ISBN 84-7628-116-1.

[115] *cf*. Martí Arís, Carlos (2000). Las formas de la residencia en la ciudad moderna. Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras. Barcelona, Ediciones UPC. 2 ed. ISBN 84-8301-383-5.

[116] Esta investigação formula-se no entendimento da arquitectura residencial enquanto forma/estrutura passível de transformação ao longo do tempo: a adaptabilidade na habitação plurifamiliar. A capacidade de transformação é o que permite a um edifício, independentemente das particularidades da função ou significado estabelecidos na sua génese, confrontar-se com realidades futuras, que podem passar inclusivamente por uma mudança de uso e/ou de significado, não apenas de um compartimento, mas do próprio edifício.

[117] #produção corrente [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

qualidade arquitectónica ou situação urbana, pautando-se frequentemente por um carácter de relativo anonimato.

Esta deslocação (ou subvalorização) da relevância da autoria quando referida à arquitectura urbana, reveste-te de extrema importância. Como foi possível constatar no percurso de pesquisa realizado, uma parte considerável dos prédios de habitação portuenses projectados entre as décadas de 1920 e 1950, não aparenta especial qualidade de desenho, particular investimento na inovação tipológica, ou excepcional cuidado construtivo. Os estudos académicos ou publicações sobre este tema[118], revelam uma produção que é encarada pelos projectistas como pouco aliciante. Consideram que os problemas a resolver são invariavelmente os mesmos, e que a questão económica se assume inevitavelmente como a de maior peso. Grande parte dos edifícios apresentam-se numa mediania que parece ter apagado todos os "*caracteres individuais do sujeito que escreve*"[119], projecta ou constrói.

Esta afirmação da obra, das suas características formais, em detrimento da posição central do projectista, encontra fundamento teórico na abordagem de Michel Foucault, em "O que é um autor?"[120]:

> "*(...) que é que a regra do desaparecimento do escritor ou do autor nos permite descobrir? Permite descobrir o jogo da função autor*."[121]

Ao questionar a noção de autor, mais do que incitar a sua negação ou supressão, Foucault procura perceber uma série de funcionamentos: trata-se de "retirar ao sujeito (ou seu substituto),

---

[118] *cf.* Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6., referindo-se especificamente à situação lisboeta.

[119] Foucault, Michel (2009 [1969]). O que é um autor? Lisboa, Nova Vega, Limitada. 7 ed. ISBN 978-972-699-303-2. p. 70. Esta afirmação da obra, em detrimento da posição central da figura do 'autor', remete-se ao texto de Michel Foucault, "*Qu'est-ce qu'un auteur?*". Ainda que se referindo à literatura, Foucault lança pistas sobre a rede complexa de funcionamentos revelada, quando se permite "*retirar ao sujeito (ou seu substituto), o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso*."

[120] Foucault, Michel "Qu'est-ce qu'un auteur?", in Bulletin de Ia Société Française de Philosophie, (63e année, n.o 3. juillet-septembre1969), pp.73-95 (suivi d'une discussion: pp. 96-104).

[121] Foucault, Michel (2009 [1969]). O que é um autor? Lisboa, Nova Vega, Limitada. 7 ed. ISBN 978-972-699-303-2. pp. 80-81.

o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso"[122].

Neste texto, o objecto de discussão situa-se no âmbito da literatura, mas é possível deslocar as questões levantadas para o campo da arquitectura, especialmente quando a temática se centra em edifícios de carácter corrente.

Foucault esclarece que a expressão 'autor' consiste em algo mais que um nome ou vocábulo; o autor é 'classificativo', e, portanto, tem um 'estatuto'. A existência de um autor identificado insere imediatamente um 'texto' num contexto. A aceitação desta constatação remete para um conjunto de evidências relativamente à obra arquitectónica, nomeadamente o quase automatismo da valorização de edifícios porque se reconhece o seu projectista, precisamente, porque um nome "*assegura uma função classificativa*"[123]. Trata-se de uma valorização que frequentemente se faz à revelia da própria qualidade arquitectónica do edifício. Mas o contrário também é verificável: edifícios que permanecem no anonimato, face a uma autoria desconhecida, independentemente das suas características ou particularidades arquitectónicas.

Foucault refere também que a noção de autor não se restringe a quem produz especificamente um texto ou uma obra, possuindo por vezes a capacidade de gerar regras para outras produções, de outros autores: o espoletar "*uma possibilidade indefinida de discursos*"[124].

---

[122] *idem*, p. 70.

[123] *"(...) um nome de autor não é simplesmente um elemento de um discurso (...) ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, seleccioná-los, opô-los a outros textos. (...) Em suma, o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o facto de se poder dizer "isto foi escrito por fulano" ou "tal indivíduo é o autor", indica que esse discurso não é um discurso quotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto."* Foucault, Michel (2009 [1969]). O que é um autor? Lisboa, Nova Vega, Limitada. 7 ed. ISBN 978-972-699-303-2. pp. 45-46.
"(...) eles não só tornaram possível um certo número de analogias como tornaram possível (e de que maneira) um certo número de diferenças. Eles abriram o espaço para outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram." *idem*, pp. 59-60.

[124] *"Ora é fácil de ver que na ordem do discurso se pode ser autor de mais do que um livro - de uma teoria, de uma tradição, de uma disciplina, no interior das quais outros livros e outros autores vão poder, por sua vez, tomar lugar. Diria, numa palavra, que tais autores, se encontram numa posição 'transdiscursiva' (...). Estes autores têm isto de*

Fazendo a ponte para os prédios de rendimento portuenses construídos na 1ª metade do século XX, este discurso surge como uma chave de leitura relevante na interpretação de fenómenos como a validação de certos arquitectos em detrimento de outros (por vezes os que mais construíram na cidade do Porto em determinado período temporal).

Não obstante a questão da publicitação ou das relações de influência (factores naturais à emergência profissional de alguns arquitectos), é um facto que um projectista não sobressai enquanto figura relevante se não tiver realizado pelo menos um edifício que, como afirma Foucault, seja capaz de estabelecer novos discursos, ou seja, que se constitua como a base de novas formulações. A afirmação da obra profissional de determinado arquitecto surge frequentemente ancorada na construção de um edifício que de algum modo se tenha tornado numa referência.

Para Foucault, a necessidade de identificação do autor (literário) consiste numa necessidade inerente à humanidade.

> "*O sentido que lhe conferirmos, o estatuto ou o valor que lhe reconhecermos dependem da forma como respondermos a estas questões. E se, na sequência de um acidente ou da vontade explícita do autor, um texto nos chega anónimo, imediatamente se inicia o jogo de encontrar o autor. O anonimato literário não nos é suportável; apenas o aceitamos a título de enigma.*"[125]

Em investigação em arquitectura, o mesmo se sugere. Particularmente para quem estuda arquitectura corrente, de carácter mais anónimo, é difícil evitar o registo imediato da autoria ou a tentativa de enquadramento do autor na produção arquitectónica da época. Mesmo se tratando de um conceito mais alargado de investigação e, portanto, não se apresente como a questão mais pertinente, é quase que inevitável não submeter os edifícios a processos de valorização (ou validação) por via da sua autoria.

---

particular: não são apenas os autores das suas obras, dos seus livros. Produziram alguma coisa mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos." *idem*, pp. 57-58.

[125] Foucault, Michel (2009 [1969]). O que é um autor? Lisboa, Nova Vega, Limitada. 7 ed. ISBN 978-972-699-303-2. pp. 50-51.

Uma ideia de Modernidade

> *"¿Qué es la modernidad? Ante todo, es un término equívoco: hay tantas modernidades como sociedades. Cada uno tiene la suya. Su significado es incierto y arbitrario, como el del período que la precede, la Edad Media. ¿Si somos modernos frente al medievo, seremos acaso la Edad Media de una futura modernidad?"*[126]*. (Octavio Paz)*

O entendimento de história, tempo e habitação que orienta esta investigação integra a anacronia de estilos e linguagens enquanto condição inerente à produção arquitectónica da habitação urbana, consciente que muitos dos edifícios produzidos em contexto portuense durante a 1ª metade do século XX encerram uma modernidade que não está necessariamente filiada nas arquitecturas do Movimento Moderno.

Esta constatação coloca algumas questões relativamente a oposições comuns na área disciplinar da Arquitectura, nomeadamente entre 'tradição', 'inovação' e 'modernidade'. A perspectiva desta investigação direcciona-se para um entendimento de que 'modernidade' é a capacidade de a cada momento, "ser presente[127]", uma linha de pensamento defendida por Octavio Paz e T.S. Eliot.[128]

---

[126] Paz, Octavio (2010 [1991]). In Search of the Present. 1990 Nobel Lecture. Bilingual Edition. USA, Harvest Edition. p. 51.

[127] Curiosamente, Hans Ulrich Gumbrecht, apoiando-se em estudos de Hans Robert Jauss, explica-nos que "*Devido à etimologia daquelas palavras que, em línguas europeias diferentes, derivam do latim hodiernus (i.e., "de hoje"), tem sido possível, desde o final da Antiguidade, usar o adjectivo "moderno" para estabelecer distinções entre o estágio presente e o anterior da história das instituições*". *In* Gumbrecht, Hans Ulrich (1998). Modernização dos Sentidos. São Paulo, Editora 24.

[128] cf. também Hilde Heynen. Em "Architecture and Modernity", a autora descreve o conceito de "modernidade" em três termos, a que correspondem diferentes épocas históricas: "presente", "novo", "transitório".
"Etymologically speaking, one can identify three basic levels of meaning accorded to the word modern. In the first and oldest sense it means present, or current, implying as its opposite the notion of earlier, of what is past. (...) The term modern was employed in this sense as long ago as the Middle Ages. A second meaning of the word is the new, as opposed to the old. Here the term modern is used to describe a present time that is experienced as a period, and which possesses certain specific features that distinguish it from previous periods. It was this sense of the term that began to prevail in the seventeenth century. During the course of the nineteenth century yet a third level of meaning became important. The notion of modern then acquired the connotation of what is momentary, of the transient, with

Para Octavio Paz, a modernidade não é estanque, fixa. Este conceito modifica-se de sociedade para sociedade; o seu próprio significado é variável, enquanto ideia/momento na história. Este autor apresenta-nos a modernidade enquanto 'momento presente', ou a modernidade enquanto equivalente mesmo a 'presente'[129], englobando, necessariamente, um passado e um futuro. O 'moderno', assim entendido, opõe-se a 'antigo', e não a 'tradição'[130]. Neste sentido, a modernidade relaciona-se mais com uma ideia de mudança ou de progresso, seja ele evolução ou 'revolução'[131] (mais do que inovação). Trata-se da modernidade como tradição, "não uma estética, mas sim uma procura".

> "*Pero descubrí a la tradición moderna. Porque la modernidad no es una escuela poética sino un linaje (...) Ser una tradición y no una doctrina le ha permitido, simultáneamente, permanecer y cambiar. También le ha dado diversidad: cada aventura poética es distinta y cada poeta ha plantado un árbol diferente en este*

---

its opposite notion no longer being a clearly defined past but rather an indeterminate eternity." in Heynen, Hilde (1999). Architecture and modernity. Massachusetts, MIT Press. p. 10.

[129] "*¿Qué es la modernidad? Ante todo, es un término equívoco: hay tantas modernidades como sociedades. Cada una tiene la suya. Su significado es incierto y arbitrario, como el del período que la precede, la Edad Media. Si somos modernos frente al medievo, ¿seremos acaso la Edad Media de una futura modernidad? Un nombre que cambia con el tiempo, ¿es un verdadero nombre? La modernidad es una palabra en busca de su significado: ¿es una idea, un espejismo o un momento de la historia? ¿Somos hijos de la modernidad o ella es nuestra creación? p. 51 (...) Para mí, en aquellos años, la modernidad se confundía con el presente o, más bien, lo producía: el presente era su flor extrema y última*." *in* Paz, Octavio (2010 [1991]). In Search of the Present. 1990 Nobel Lecture. Bilingual Edition. USA, Harvest Edition. p. 52.

[130] Modernidade e tradição. Entre elas existe uma relação, que não é de oposição.

"*La búsqueda de la modernidad nos llevó a descubrir nuestra antigüedad, el rostro oculto de la nación. Inesperada lección histórica que no sé si todos han aprendido: entre tradición y modernidad hay un puente. Aisladas, las tradiciones se petrifican y las modernidades se volatilizan; en conjunción, una anima a la otra y la otra le responde dándole peso y gravedad*." Paz, Octavio (2010 [1991]). In Search of the Present. 1990 Nobel Lecture. Bilingual Edition. USA, Harvest Edition. p. 54.

[131] Modernidade na sua relação com a mudança, a "evolução" e a "revolução", as "duas faces do progresso".

"*La tradición filosófica pagana y cristiana había exaltado al Ser, plenitud henchida, perfección que no cambia nunca; nosotros adoramos al Cambio, motor del progreso y modelo de nuestras sociedades. El Cambio tiene dos modos privilegiados de manifestación: la evolución y la revolución, el trote y el salto. La modernidad es la punta del movimiento histórico, la encarnación de la evolución o de la revolución, las dos caras del progreso. Por último, el progreso se realiza gracias a la doble acción de la ciencia y de la técnica, aplicadas al dominio de la naturaleza y a la utilización de sus inmensos recursos*." Paz, Octavio (2010 [1991]). In Search of the Present. 1990 Nobel Lecture. Bilingual Edition. USA, Harvest Edition. p. 56.

> *prodigioso bosque parlante. Si las obras son diversas y los caminos distintos, ¿qué une a todos estos poetas? No una estética sino la búsqueda.*"[132]

Nesta investigação, trabalha-se com a ideia de modernidade enquanto conceito que se move no meio de contradições e polissemias, procurando afastar-se das 'polarizações básicas', 'visões fechadas'[133], sem ambiguidades (modernidade *ou* tradição, por exemplo), a que segundo Marshall Berman, o pensamento da "vida moderna" se reduziu a partir do início do século XX[134].

Não centrando a discussão na relação entre modernidade e tradição, ou modernidade e passado, sublinha-se que se entende que essas relações dialécticas não são necessariamente opostas. No âmbito desta problemática, propõe-se questionar as metamorfoses e as permanências tipológicas, destrinçando nesses processos as opções que se vinculam ao passado, a uma determinada forma de fazer que se pode denominar de tradição, e as que apontam noutro sentido, seja ou não moderno (por exemplo, a importação ou adaptação de modelos de habitação estrangeiros).

A produção de uma história da habitação plurifamiliar ou das suas tipologias não representa um objectivo concretos desta investigação, nem tão pouco a leitura generalista ou sintética dos seus

---

[132] Paz, Octavio (2010 [1991]). In Search of the Present. 1990 Nobel Lecture. Bilingual Edition. USA, Harvest Edition. p. 55.

[133] Berman, Marshall (1989 [1982]). Tudo o que é Sólido se Dissolve no Ar: a aventura da modernidade. Lisboa, Edições 70. p. 25.

[134] Na procura de 'distintos' entendimentos de 'modernidade', destaque-se as investigações recentes apresentadas por Rui Ramos, em diversos artigos e capítulos de livros, e por Luís Soares Carneiro, numa conferência proferida sobre os Irmãos Rebelo de Andrade:
Carneiro, Luís Soares (2015). Conferência Marques da Silva 2015. Casas Ermas. A Arquitectura dos irmãos Rebelo de Andrade e os Discursos do Moderno. Porto. FAUP. http://tv.up.pt/videos/xybw1o4b.
Ramos, Rui Jorge Garcia (2011). Raízes e caminhos: Marques da Silva e a arquitectura do século XX. Leituras de Marques da Silva. Reexaminar a modernidade no início do século XXI: arquitectura, cidade, historia, sociedade, ciência, cultura. Porto, Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva**,** pp. 15-27. ISBN 979-972-99852-7.; Ramos, Rui Jorge Gacia Ramos (2011). Introdução. Para outras leituras da história. Leituras de Marques da Silva. Reexaminar a modernidade no início do século XXI: arquitectura, cidade, historia, sociedade, ciência, cultura Porto, Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva**,** pp. 11-12. ISBN 979-972-99852-7.; Ramos, Rui Jorge Garcia Ramos (2010). Ser moderno em 1900: a arquitectura de Ventura Terra e Raul Lino. Caminhos e identidades da modernidade: 1910, o Edifício Chiado em Coimbra, Coimbra.; Ramos, Rui Jorge Garcia Ramos (2015). Modernidade Inquieta. Arquitectura e identidades em construção: desdobramento de um debate em português. Porto, Afrontamento. 1 ed. ISBN 978-972-36-1397-1.

aspectos mais relevantes. Este estudo pretende abordar a arquitectura de produção corrente, o quotidiano e o banal, e nestas dimensões descortinar determinadas regras de construção não só da arquitectura, mas também da cidade de determinado período[135], propondo um conjunto de categorizações para a produção de um conhecimento sistematizado, para além da catalogação no âmbito da estética decorativa ou construtiva.

[135] E, por conseguinte, mais ligada às abordagens de autores como Maria João Madeira Rodrigues, Francisco Barata Fernandes, Marieta Dá Mesquita, Manuel Mendes, e jovens investigadores como Ricardo Costa Agarez, Nelson Mota, entre outros.

A INFORMAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO EXISTENTE

Pré-conhecimento a partir de estudos precedentes de referência

Diversos estudos teóricos e trabalhos de inventariação abordam o tema da habitação urbana, as particularidades da habitação plurifamiliar, ou o contexto específico da cidade do Porto. Um número mais reduzido, contudo, debruça-se com maior aprofundamento sobre a problemática do prédio de rendimento. Trata-se de um assunto sistematicamente aflorado, já que aborda um tipo de construção que produziu alterações significativas, tanto a imagem e forma da cidade, como o próprio modo de a habitar.

Procurou-se que esta investigação se mantivesse atenta a todas as temáticas e problemáticas que inequivocamente remetem para o polinómio habitação/ plurifamiliar/ cidade/ Porto/ tipo-morfologia, tanto em contexto nacional como internacional. No entanto, a construção deste capítulo, ainda que de algum modo incorra no risco de se apresentar como excessivamente contida, sumária ou fechada, parte de um pressuposto operativo: as obras referidas, mais do que referências bibliográficas, são ferramentas chave que operam ao longo de todo o percurso.

Os estudos identificados constituem o enquadramento que, de algum modo, corrobora a pertinência do enquadramento de determinadas problemáticas relacionadas com especificidade arquitectónica do prédio de rendimento portuense e o seu papel na transformação da morfologia da cidade.

Mesmo neste universo contido de referências, não se pretende descrever a totalidade dos seus conteúdos, mas encontrar algumas regras que presidam à construção de metodologias ou teorias que possam revelar-se úteis na investigação empreendida. Trata-se de procurar as "condições de funcionamento de práticas discursivas específicas"[136], para a partir de uma posição melhor

[136] Um pouco como M. Foucault, quando em "O que é um autor?", referindo-se à citação de autores no seu texto afirma o seguinte: "*(...) porque, para mim, o problema não consistia em descrever Buffon ou Marx, nem em restituir o que eles tinham dito ou querido dizer: procurava simplesmente encontrar as regras pelas quais eles tinham formado um certo número de conceitos ou de teorias que se podem encontrar nas suas obras.(...) não quis formar nenhuma família, nem santa nem perversa, procurei simplesmente—o que é muito mais modesto — as condições de*

informada contribuir para o enriquecimento do conhecimento existente acerca do prédio de rendimento portuense.

Os estudos sobre o prédio de rendimento, relativamente ao Porto, aparentam circunscrever-se à inventariação parcial (mais centrada sobre os modelos eruditos)[137], ao enquadramento tipo-morfológico da transformação dos modelos unifamiliares em plurifamiliares (por processos de sobreocupação do edificado existente)[138] e à abordagem panorâmica, interpretativa, sobre as algumas das características arquitectónicas desta forma de habitação particular[139]. Tal abordagem move-se entre as especificidades de alguns exemplares concretos, e a ambição de generalização sem efectivo corpo de estudo alargado.

Em Lisboa, pelo contrário, ao longo dos últimos anos foi sendo produzido um número significativo de estudos sobre o tema, resultado de uma tradição consolidada de investigação no âmbito do património de arquitectura do quotidiano, e da disponibilidade de levantamentos sistematizados e inventários, ainda que parciais.

Existem também estudos pontuais sobre o prédio de rendimento, ainda que focalizados em objectivos de análise bastante distintos daqueles a que se propõe a presente investigação. Esta realidade não invalida que os edifícios aludidos não se possam constituir como exemplos imediatos de comparação[140].

---

funcionamento de práticas discursivas específicas." in Foucault, Michel (2009 [1969]). O que é um autor? Lisboa, Nova Vega, Limitada. 7 ed. ISBN 978-972-699-303-2. p. 32.

[137] *cf*. a investigação empreendida por Manuel Mendes, formalizada num conjunto extenso de escritos, compilados nas referências bibliográficas.

[138] Nesta temática particular, sublinha-se a investigação conduzida por Francisco Barata Fernandes, na sua tese de doutoramento.

[139] Destaque-se, a título de exemplo, alguns textos da autoria de Sérgio Fernandez, Nuno Portas, ou Ana Tostões:
Fernandez, Sérgio (1988 [1985]). Percurso. Arquitectura portuguesa: 1930-1974. Porto, Edições da FAUP. 2 ed.
Tostões, Ana (1997 [1994]). Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50. Porto, FAUP Publicações. 2 ed. ISBN 972-9483-30-2.
Portas, Nuno (1997). "A Arquitectura da Habitação no Século XX Português". BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfred, org. – Arquitectura do séc. XX. Portugal. Lisboa, Portugal – Frankfurt 97, S.A., Frankfurt am Main, Deutsches Architektur – Museum, Munchen, Prestel-Verlag, pp. 117-121.

[140] Refere-se especificamente a tese de doutoramento de António Campello:

O edificado de habitação plurifamiliar portuense construído entre as décadas de 1920 e 1960

Se bem que sobre Lisboa se podem encontrar algumas publicações em formato 'Inventário'[141], o investigador ou editor portuense parece ter recorrido preferencialmente ao modelo 'Guia de Arquitectura', compondo e divulgando inventariações bastante circunstanciais, baseadas quase que exclusivamente na recolha dos modelos de referência das arquitecturas do Movimento Moderno[142] ou do 'pré-moderno' portuense[143]. As inventariações de registo sistemático têm vindo, todavia, a ser empreendidas pelos serviços camarários do Porto, através da elaboração de Cartas de Património, listagens de Imóveis com Valor Patrimonial, constantes no Plano Director Municipal[144], ou em iniciativas paralelas, como o IPAP[145] (Inventário do Património Arquitectónico do Porto).

Ainda que o Guia de Arquitectura se constitua como um documento fundamental para o (re)conhecimento de arquitectura qualificada, revela-se pouco útil para o estudo da edificação corrente, já que assenta (geralmente) na excepcionalidade arquitectónica enquanto critério restrito de selecção[146]. Já os inventários, apesar de compilarem normalmente um número

---

Campello, António Ferreira de Lima Cabral (2012). Um olhar sobre a arquitectura do prédio de rendimento e a Rua de Sá da Bandeira como sua metonímia. Tesis de Doctorado. Barcelona, Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona. Universidade Politécnica de la Cataluña - UPC.

[141] Exemplos:

Ferreira, Fátima Cordeiro G.; Dias, Francisco da Silva; Carvalho, José Silva; Pereira, Nuno Teotónio; Ponte, Teresa Nunes da (1987). Guia Urbanistico e Arquitectónico de Lisboa. Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses. 2 ed.

Pereira, Nuno Teotónio; Buarque, Irene (1995). Prédios e vilas de Lisboa. Lisboa, Livros Horizonte.

Janeiro, Maria de Lurdes; Fernandes, José Manuel (1991). Arquitectura Modernista em Lisboa, 1925-1940. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

[142] AA. VV. (2001). PORTO 1901-2001: Guia de arquitectura moderna. Porto, SRNOA e Civilização Editora.

Fernandes, Fátima; Cannatà, Michele (2002). Guia da Arquitectura Moderna. Porto 1925-2002. Porto, Asa Editores. Nesta última obra, no que diz respeito ao Plurifamiliar de raiz portuense são referenciados 17 edifícios (modelos claramente eruditos).

[143] Mendes, Manuel, coord. (2001). (In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses. Fotografias de José Manuel Rodrigues. Porto, FAUP publicações.

[144] Plano Director Municipal do Porto (PDMP). Regulamento. Setembro de 2005; Republicação do Regulamento do Plano Director Municipal do Porto, 1ª alteração, in Diário da República, 2ª série - Nº 207, 25 de Outubro de 2012.

[145] http://sigweb.cm-porto.pt/MipWeb/(S(43cmfbzc1rao3ze1pbrfji55))/images/headers/cbp.html, consultado a 17.04.2014, e sobre o qual não foi localizada informação substancial.

[146] Apesar de não terem sido localizados Guias de arquitectura portuense ou portuguesa particularmente sensíveis às questões da arquitetura de produção corrente, foram consultados guias estrangeiros que registam com maior detalhe

bastante superior de edifícios, são frequentemente vagos na definição de critérios, especialmente em situações de manifesta impossibilidade de catalogação de todos os exemplares.

A publicação IAPXX[147], editada por João Afonso em 2006[148], apesar de apresentar como objectivo o "*(...) levantamento do património arquitectónico construído em Portugal durante o século XX, tornando-o acessível ao público em geral (...)*"[149], é relativamente omissa no que se refere à habitação plurifamiliar portuense, no período em estudo. São apontados apenas oito edifícios, quase coincidentes com os referidos na publicação "*Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920-1970*", editada por Ana Tostões, em 2004[150]. Mesmo a base de dados online (disponível, mas em fase de aferição), não avança significativamente sobre este campo.

Foram de igual modo identificados outros estudos de levantamento e caracterização de edificado no contexto da 1ª metade do século XX, em que são referidas obras portuenses, mas tal como no

---

este tipo de edifícios, abordando com maior detalhe questões ligadas à sua inserção urbana, ou incluindo elementos gráficos como as plantas, cortes e alçados, ausentes com frequência dos guias nacionais.
Aponta-se como exemplos:
Bottoni, Piero (2010). Antologia di Edifici Moderni in Milano, Lampi di Stampa. ISBN 9788848809719.
Aranda, Óscar da Rocha; Munoz Fajardo, Ricardo (2007). Madrid modernista: guía de arquitectura. 2ª edición revisada. Madrid, Editorial Tébar. ISBN 9788400085346.
Charollais, Isabelle; Lamunière, Jean-Marc; Nemec, Michel (1999). L'architecture à Genève 1919-1975. République et Canton de Genève. Direction du patrimoine er des sites DAEL, Payot-Lausanne. ISBN 9782884747561.
[S.N.] (1996). Registre D'Arquitectura Moderna a Catalunya, 1925-1965. Barcelona, Actar. ISBN 9788489698062.
Casciato, Maristella; Panzini, Franco; Polano, Sergio (1980). Olanda 1870-1940: Citta, Casa, Architettura Milano, Electa editrice.
Hultin, Olof; Johansson, Bengt Oh; Martelius, Johan; Waern, Rasmus (1998). The Complete Guide to Architecture In Stockholm. ISBN 9789186050757.
Kaipia, Journi; Putkonen, Lauri (1997). Arkitekturguide Till Finland, Forlagsaktiebolaget Otavas
Lind, Olav; Lund, Annemarie (1996). Copenhagen Architecture Guide, Danish Architectural press.
Gausa, Manuel; Cervelló, Marta; Pla, Maurici (2001). Barcelona Guía de arquitectura moderna 1860-2002. Barcelona, Actar. ISBN 84-89698-32-5.
Güell, Xavier; Flores, Carlos (1996). Guía arquitectura de España 1929/1996. Barcelona, Caja de Arquitectos. ISBN 84-920718-9-3.
Hernandez Crós, J Emili; Mora, Gabriel; Pouplana, Xavier (1973). Guia arquitectura de Barcelona. Barcelona, COACyB La Gaya Ciencia. 2 ed.

[147] Nesta obra, no que diz respeito à habitação plurifamiliar de raiz portuense, de promoção privada, são referenciados 8 edifícios (modelos claramente eruditos, coincidentes quase na totalidade com a publicação "Arquitectura Moderna Portuguesa").

[148] Afonso, João, ed. (2006). IAPXX - Inquérito à Arquitectura do século XX em Portugal. Lisboa, Ordem dos Arquitectos.

[149] Referência na banda dobrável da capa.

[150] Tostões, Ana, ed. (2004). Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920-1970. Lisboa, IPPAR, Ministério da Cultura.

IAPPX, sempre no âmbito mais ou menos restrito das obras de autor reconhecido, integradas na denominada Arquitectura Moderna[151].

Em contexto académico, do ponto de vista do registo e documentação de prédios de rendimentos portuenses, apontam-se como os estudos de maior relevância os que se têm dedicado à descrição e análise da abertura e consolidação de ruas especificas, assinalando o património construído de carácter menos assinalável[152]. O trabalho de Maria do Carmo Pires (2000), sobre a Rua Álvares Cabral no Porto, constitui um documento inaugural e referencial nesse âmbito.

Também é frequente, em contexto de investigação académica, a inclusão de fichas de análise detalhada sobre os casos de estudo (nomeadamente em dissertações de mestrado ou teses de doutoramento), elaboradas segundo critérios definidos metodologicamente por cada investigador. Ainda que possam ser encaradas como um elemento fundamental para uma caracterização rigorosa e aprofundada de cada edifício, de que é exemplo a base de análise proposta pelo KIT 02,[153] produzido pelo IGESPAR[154] (Kits património) e pelo IRHU[155], aparentam ser instrumentos relativamente condicionadores para a formulação de uma visão sintética e globalizante, já que se centram no preenchimento de entradas de análise.

---

[151] Becker, Annette; Tostões, Ana; Wang, Wilfred, eds. (1997). Arquitectura do séc. XX. Portugal. Lisboa – Frankfurt 97, Frankfurt am Main, Deutsches Architektur – Museum, Munchen: Prestel-Verlag. 1 ed.
Tostões, Ana, ed. (2004). Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920-1970. Lisboa, IPPAR, Ministério da Cultura.
Fernandes, Fátima; Cannatà, Michele (2002). Guia da Arquitectura Moderna. Porto 1925-2002. Porto, Asa Editores.
AA. VV. (2001). PORTO 1901-2001: Guia de arquitectura moderna. Porto, SRNOA e Civilização Editora.

[152] Pires, Maria do Carmo Marques (2000). A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de Habitar. Porto, FAUP Publicações. 1 ed. ISBN 972-9483-42-6.
Gravato, Maria Adriana Pacheco Rodrigues (2004). Trajecto do Risco Urbano. A arquitectura na cidade do Porto, nas décadas de 30 a 50 do século XX, através do estudo do conjunto da Avenida dos Aliados à Rua de Ceuta. Tese de Mestrado. Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
Lameira, Maria Gisela Antunes (2010). A Rua de Sá da Bandeira no Porto. Topologia(s) do Habitar Colectivo. Tese de Mestrado. Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL)

[153] Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (...) IGESPAR, 2008 (Kits património, no 2, versão 1.0)

[154] Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, actualmente denominado como IGPC: Direcção Geral do Património Cultural.

[155] Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Alguns inventários sobre a arquitectura do Porto

Para quem se dedica à investigação de edifícios de produção corrente[156], e não pretende circunscrever a análise a um conjunto demasiado restrito de edifícios, o inventário alargado constitui-se como um instrumento fundamental, já que o primeiro passo consiste precisamente na identificação de um conjunto representativo de edifícios.

Não foi localizado, no âmbito da arquitectura portuense, nenhum levantamento exaustivo sobre a edificação de habitação plurifamiliar de promoção privada, ou especificamente sobre o prédio de rendimento. A inventariação mais abrangente neste tema encontra-se formalizada no catálogo da exposição "(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses"[157], coordenada pelo arquitecto Manuel Mendes. Trata-se de um levantamento fotográfico de cem exemplares de habitação de carácter erudito, caracterizados sumariamente do ponto de vista tipológico. Os exemplos documentados não correspondem ao levantamento exaustivo de todos os exemplares existentes (ainda que segundo o autor, este constituísse um primeiro propósito), mas a um universo contido, seleccionado segundo critérios específicos[158]. O registo documental é, na sua essência, fotográfico, completado por uma descrição que identifica o tipo de edifício, autor, data e localização, e algumas considerações relativamente à tipologia; configuração; número de frentes; localização da entrada; posição da caixa de escadas; distribuição; tipo/desenvolvimento da escada interior.

Do conjunto de edifícios registados, vinte e seis enquadram-se nos critérios de selecção propostos para esta investigação. Enquanto catálogo de uma exposição, revela-se como um instrumento mais sugestivo do que documental e interpretativo, e é precisamente nessa vertente

---

[156] #produção corrente [cf. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[157] Mendes, Manuel, coord. (2001). (In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses. Fotografias de José Manuel Rodrigues. Porto, FAUP publicações.

[158] Critérios de selecção dos quais destacamos, *"Parâmetros de natureza topológica no plano da parcela, da casa ou do edifício, do andar; e/ou o recurso a dispositivos de sentido tipológico, viabilizaram-validaram, instruíram-argumentaram princípios de classificação*." Mendes, Manuel, coord. (2001). (In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses. Fotografias de José Manuel Rodrigues. Porto, FAUP publicações. p. 20.

que se define a sua utilidade. Estes vinte e seis casos foram a base para um primeiro teste de identificação dos processos de Licença de Obras e recolha de material gráfico[159]. [Fig. 5]

O "*Anexo I do Regulamento do Plano Director Municipal do Porto [PDMP]*", de Setembro de 2005, publicado em Diário da República em Fevereiro de 2006, e republicado em Outubro de 2012[160] com uma série de alterações (demolições, rectificações de números de polícia, etc.), regista uma listagem de 'Imóveis com interesse patrimonial', indicando os casos particulares com classificação (ou que se encontram em vias de classificação).

Segundo este regulamento, *"Os Imóveis de Interesse Patrimonial, identificados na Planta de Ordenamento - Carta do Património e no Anexo I deste regulamento , correspondem a imóveis que, pelo seu interesse histórico, arquitectónico ou ambiental, devem ser alvo de medidas de protecção e valorização."*[161] Um dos objectivos expresso pelo PDMP, consiste precisamente na *"Valorização da identidade urbana do Porto, através da conservação dinâmica dos tecidos existentes e do desenho de novos tecidos coerentes e qualificados, do controlo das densidades e volumetrias urbanas e ainda da salvaguarda e promoção do património edificado e da imagem da cidade"*. (Artigo 1º, ponto 2, alínea a)

O *"Anexo I"*, é composto, portanto, por uma tabela em que se indica o "Nº da carta", ou seja, a referência do edifício no mapa apresentado também em anexo, a "Designação", a "Localização" e o "Nível de classificação" (IVC - imóvel em vias de classificação; IIM - Imóvel de interesse municipal; IIP - imóvel de interesse público; MN - monumento nacional; ZP - zona de protecção). Ao longo do regulamento, não se explicitam os critérios de selecção dos edifícios, para além dos que já possuem classificação.

Para esta investigação, a listagem referida reveste-se de relativo interesse, pois são referidos casos de habitação plurifamiliar, ainda que não seja indicada a data de projecto ou construção, nem explicitado o critério da sua selecção. Os edifícios aparentam ser seleccionados segundo a

---

[159] cf. Documentos de referência, ponto 6.
[160] Republicação do Regulamento do Plano Director Municipal do Porto, 1ª alteração, in Diário da República, 2ª série - Nº 207, 25 de Outubro de 2012.
[161] in Regulamento do Plano Director Municipal do Porto, Setembro de 2005 (Capítulo II. Sistema Patrimonial. Artigo 45º. Imóveis de Interesse Patrimonial, p. 25)

Fig. 5 - Alguns guias de arquitectura moderna portuense. Catálogo *"(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses"* (2001), coordenado por Manuel Mendes; *"Guia da Arquitectura Moderna. Porto. 1925-2002"* (2001), coordenado por Michele Cannatà e Fátima Fernandes.

relevância do autor de projecto as suas características arquitectónicas particulares, ponto de partida dominante, ignorando-se frequentemente o conjunto urbano em que estes edifícios se inscrevem.

O registo é de igual modo relativamente confuso, visto que a categoria "Designação" não se aplica com critérios sistemáticos. As designações atribuídas são ambíguas, referindo-se aleatoriamente a determinadas características do edifício. Por exemplo, é possível encontrar nesta listagem, edifícios de habitação plurifamiliar com designações de *"Edifício de Habitação e Comércio"*; *"Edifício de Habitação Plurifamiliar e Comércio"*; *"Bloco de Habitação colectiva"*; *"Bloco Plurifamiliar"*; *"Bloco Habitacional"*, entre outras.

Se bem que a pesquisa por 'Bloco', 'Habitação Plurifamiliar' ou 'Plurifamiliar' aponta desde logo para casos de estudo inequívocos, a expressão "Edifício de Habitação e comércio" inscreve simultaneamente edifícios de habitação de carácter unifamiliar e plurifamiliar.

Observando a Planta de Ordenamento/Carta de Património (nº2) de Setembro de 2005, constata-se que grande parte (senão a totalidade) dos conjuntos edificados/ruas em estudo encontram-se inscritas na *"Área de Interesse Urbanístico e Arquitectónico"*, pelo simples facto desta área abarcar toda a zona consolidada da cidade e principais ruas de expansão na 1ª metade do século XX.

Do *"Anexo I"* do regulamento do PDMP, foram seleccionados os edifícios de carácter plurifamiliar, e compilados numa tabela apresentada em anexo[162], ampliando-se a informação disponibilizada através da inclusão do número de Processo de Licença de Obras, no caso de coincidência com os edifícios em análise nesta investigação.

Estudos teórico-críticos sobre as 'casas de andares' e 'prédios de rendimento' portuenses

Na última década, multiplicaram-se os estudos aprofundados sobre as edificações portuenses, construídas de raiz a partir da década de 30 do século XX e com programa para alojamento de

[162] *cf*. Documentos de referência, ponto 8.

várias famílias, nomeadamente com a apresentação de duas teses de doutoramento especificamente sobre o tema, da autoria de Manuel Mendes[163] (2010) e António Campello[164] (2012), ainda que a primeira compile de forma organizada e hierarquizada uma série de escritos e artigos publicados anteriormente[165].

A tese de doutoramento de Clara Pimenta do Vale[166] (2011) e os artigos científicos que a autora tem sistematicamente vindo a publicar sobre as temáticas exploradas, apesar de não se debruçarem especificamente sobre o tema, acabam por se focar em algumas das suas especificidades, como por exemplo a sua caracterização construtiva.

Nesta investigação, até à data de 2010, não se localizaram estudos teórico-críticos aprofundados especificamente sobre os prédios de rendimento portuenses, ainda que algumas obras refiram estas formas de habitação com algum alongamento[167].

Antecedentes. Métricas. As particularidades do parcelamento portuense

No âmbito do estudo da habitação plurifamiliar portuense construída na 1ª metade do século XX, é pertinente referenciar a tese de doutoramento "*Transformação e permanência na*

[163] Mendes, Manuel Augusto Soares (2010). Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo. Tese de Doutoramento. Porto, FAUP.
[164] Campello, António Ferreira de Lima Cabral (2012). Um olhar sobre a arquitectura do prédio de rendimento e a Rua de Sá da Bandeira como sua metonímia. Tesis de Doctorado. Barcelona, Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona. Universidade Politécnica de la Cataluña - UPC.
[165] Dos quais destacamos:
Mendes, Manuel (2001). Rua Sá da Bandeira PORTO 1901-2001: Guia de arquitectura moderna. AA. VV. Porto, SRNOA e Civilização Editora.
Mendes, Manuel (1998). Porto - Cultura da Cidade, Paisagem doméstica, Morfologias da casa, 1895-1969 (continuidades, contaminações, metamorfoses). in http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3200.pdf.
[166] Vale, Clara Pimenta do (2011). Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto-O Eixo da Boavista (1927-1999) - Contributo para a História da Construção em Portugal no Século XX. Tese de Doutoramento. Porto.
[167] Por exemplo, Fernandez, Sérgio (1988 [1985]). Percurso. Arquitectura portuguesa: 1930-1974. Porto, Edições da FAUP. 2 ed.
Mendes, Manuel (1990). École et Projects 1940-1986. Experiénces Simultanées de l' évolution de l' Architecture. OPUS INCERTUM - Architectures à Porto. Liège, Pierre Mardaga**,** pp. 42-84. pp. 42-84.

habitação portuense"[168] (1996), da autoria de Francisco Barata Fernandes, que apesar de não se centrar nesta forma específica de habitação, descreve os processos de transformação do unifamiliar em plurifamiliar, documentando, caracterizando e teorizando a evolução tipo-morfológica da habitação portuense.

O autor esclarece que a partir do final de setecentos e 2ª metade de oitocentos, se responde aos fenómenos de aumento da população através da sobreocupação ou da adaptação das casas burguesas existentes, sendo que a edificação de habitação plurifamiliar de raiz representa uma opção tardia, e que a sua matriz de organização interna não se relaciona com os processos (de transformação, adaptação, sobreocupação) anteriormente referidos. Efectivamente, apesar da sua maior escala e sofisticação programática, estes edifícios não constituem a regra dominante a partir da década de 1960.

Esta obra estabelece-se como um documento referencial enquanto estudo rigoroso e aprofundado acerca da habitação urbana portuense até início do século XX, ou seja, até ao período em que se inicia a presente investigação, colocando hipóteses relativamente à edificação plurifamiliar de raiz, que face à sua pertinência são essenciais avaliar.

Segundo Francisco Barata Fernandes, no final de oitocentos, enquanto a burguesia[169] portuense parcelava as suas propriedades em lotes de 6 metros, e investia em edifícios de habitação unifamiliar, *"(...) contemporaneamente, em Lisboa, a burguesia da capital investia em tipologias completamente distintas como as dos prédios de habitação plurifamiliar com quatro pisos e extensas frentes de lote, vulgarmente denominadas como prédio de rendimento"*[170]. Trata-se da consequência de *"um modo de pensar burguês"*, que faz uma *"opção por um tipo de habitação"*, dividindo o território segundo uma métrica conhecida, realizando investimentos

[168] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.
[169] #burguesia [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[170] *idem*, p. 174

de forma contida, uma realidade adjuvada também por uma manifesta "ausência de tradição palaciana[171].

Na investigação de Clara Vale[172] reitera-se igualmente a especificidade do prédio portuense relativamente aos modelos lisboetas, sublinhando-se o papel da métrica particular de parcelamento, que reflecte condicionantes dos sistemas construtivos e a necessidade de rentabilização na relação com a rua.

---

[171] A especificidade portuense, face à realidade lisboeta:
- Modo de pensar burguês (século XVIII, primeira metade do século XIX):*"A burguesia portuense preferia realizar uma pequena casa de cada vez, podendo vendê-la ou alugá-la de imediato, do que investir no 'prédio de rendimento' que implicava um maior investimento inicial de capital, uma maior complexidade na gestão e administração do edifício e menos flexibilidade nas decisões de venda ou aluguer."* p. 181; existia uma clara opção por um tipo de habitação: *"(...) grandes propriedades eram subdivididas em frentes de aproximadamente 6 metros, isto é, com medidas das frentes das casas que se conheciam e se pretendia continuar a construir, a alugar ou a vender"*. Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. p. 231.
- Ausência de tradição palaciana no centro urbano, que fomentasse processos de transformação tipológica e de referência às tipologias plurifamiliares, como se verifica em Paris ou Lisboa: *"No centro do Porto, tal como em algumas cidades mercantis do Norte da Europa, os antigos palácios, as casas urbanas de nobres e de burgueses não abundavam. Localizavam-se preferencialmente fora de portas em ambiente rural (...) ainda hoje, apesar do conhecimento de processos de transformação e adaptação das tipologias de casas nobres a habitação plurifamiliar, verificamos que no Porto são utilizados outros programas na reutilização de antigos palácios: escritórios, armazéns, fábricas, museus, etc. (...) Não é um modelo teórico de habitação plurifamiliar que se constrói (...)"*. *idem*, p. 226.

[172] *"As duas cidades têm características diferentes. Enquanto em Lisboa uma grande maioria dos edifícios de habitação correspondia a tipologias de edifícios de habitação colectiva, modelos estudados e rentabilizados desde o processo de reedificação da cidade pós-terramoto, no Porto predominavam edifícios de habitação unifamiliar, próprios ou arrendados, com uma identificação directa entre o cadastro territorial e o espaço de habitação. Nesta cidade, o prédio de habitação colectiva construído de raiz para o efeito, não tem praticamente expressão até sensivelmente a década de quarenta, verificando-se isso quer em edifícios para habitação própria, quer para rendimento, em habitação burguesa ou habitação económica. Mesmo quando analisamos a edificação em «ilhas», as casas para pobres, habitações operárias e mais tarde as primeiras «habitações sociais», onde a questão efectiva de propriedade não se colocava, existia sempre uma relação directa entre a habitação e a estrutura parcelar. O próprio cadastro urbano portuense decorria dessa necessidade de individualização da propriedade edificada a partir do terreno onde se implanta, sendo bastante fraccionado, caracterizado por lotes estreitos e profundos, numa geometria reflexo conjunto das condicionantes dos materiais e sistemas construtivos (por exemplo dos vãos máximos admissíveis) e da rentabilização da serventia pública garantida pelo arruamento."* Vale, Clara Pimenta (Agosto de 2012) "Dinâmicas Urbanas e propriedade horizontal: Eixo da Boavista." InComunidade. Nº2. p. 2.

Composição. Linguagem. Distribuição. Dispositivos

Em *"Do esquecimento para além da Arte. Do nomadismo ao erotismo"*, tese de doutoramento apresentada por Manuel Mendes[173] em 2010, o autor compila uma série de textos de natureza diversa. Desse conjunto, sublinha-se um conjunto de artigos originalmente publicados em 2000 no Jornal de Notícias, de periodicidade semanal entre Abril e Dezembro, no âmbito de um *"Roteiro dedicado à arquitectura portuense"*.

Em *"Casa Apalaçada II"*[174], Manuel Mendes lança algumas premissas, sugestões no âmbito das experimentações afectas ao âmbito do plurifamiliar, nomeadamente questões relacionadas com a proporção dos edifícios, a relação entre a rua e o interior dos lotes[175].

Já no texto *"(Entre)Meações"*[176], o autor descreve a identidade construtiva e imagética dos prédios portuenses, que adaptam/transformam ou incorporam sinais de modernidade emergindo em várias frentes, e nem sempre de modo coerente. Referem-se especificamente as técnicas/materiais de construção (a utilização do betão armado, por exemplo); os dispositivos funcionais da habitação; as linguagens e temas formais, por exemplo. Neste texto enfatiza-se a prevalência de uma arquitectura que se vai construindo de forma híbrida, em que *"a*

---

[173] Mendes, Manuel Augusto Soares (2010). Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo. Tese de Doutoramento. Porto, FAUP.

[174] Mendes, Manuel (2010c). "Casa Apalaçada II". Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo. Tese de Doutoramento. Porto, FAUP, pp. 364-366.

[175] *"(...) E diga-se ainda que, neste processo que aparentemente não é resultado de grande debate teórico e se basta no já experimentado; que não deixa grandes elementos sistematizados a não ser o que se pode acompanhar nos processos de licenciamento através de seriações sobre o projectado a ler arcos de tempo, tais mecanismos deixam ler como o portuense - o habitante, o projectista, o construtor - foi provocando sinais mínimos, mas sinais, do que foi a fragmentação necessária para empreender noutros conceitos de habitação e de casa: no dimensionamento da parcela, nomeadamente a relação frente-profundidade da área construída; na ligação da frente de rua e o miolo da parcela; na descompactação da espessura da área construída, nomeadamente através da coluna ventiladora, do saguão, do pátio interior aberto ou fechado, do afastamento à meação, da geometria da própria ocupação.(…)" idem*, p. 366.

[176] Mendes, Manuel (2010d). (Entre) meações. Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo. Tese de Doutoramento. Porto, FAUP, pp. 370-373.

composição prende-se ainda à ideia de monumento, à expressão de massa privilegiando o estatismo ao equilíbrio dinâmico da construção volumétrica"[177].

A hibridez e *"transitoriedade"*, expressão utilizada por Manuel Mendes, são de facto caracteres identificáveis quando se observam as fachadas de um conjunto alargado de prédios de rendimento, de distintas escalas. Pode verificar-se que as suas linguagens não se filiam nem na estética característica da casa portuense dos séculos anteriores, nem se associam indiscutivelmente à estética do estilo 'art-déco', e muito menos se vinculam claramente ao léxico das arquitecturas do Movimento Moderno, ainda que sejam reconhecíveis sinais destes *"três tempos"*.

O modo como o prédio com apartamentos distribuídos em andares é recebido no Porto, nos anos 30 e 40, encontra-se sugerido no texto *"Ilha dos Ricos"*[178], no qual Manuel Mendes evidencia as contradições inerentes ao pensamento na época sobre este tema. Se por um lado alguns autores se manifestam abertamente contra o prédio de rendimento enquanto forma de habitar[179], por outro existe um reconhecimento de que o investimento privado neste tipo de edifícios, para além

---

[177] "*A generalização do uso do betão armado, e em simultâneo a manutenção de sistemas construtivos tradicionais, aponta para uma experiência arquitectónica onde a domesticação da ordem construtiva amplia os dispositivos organizativos da ordem funcional sem viabilizar equivalentes na ordem formal. Aqui a composição prende-se ainda à ideia de monumento, à expressão de massa privilegiando o estatismo ao equilíbrio dinâmico da construção volumétrica (…)." idem*, p. 370.

[178] Mendes, Manuel (2010e). "Ilha dos Ricos". Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo. Tese de Doutoramento. Porto, FAUP**,** pp. 376-377.

[179] Nomeadamente Perfeito de Magalhães, no livro *A Habitação (1938)*: *"(...)"existe ainda o hábito de construir habitações chamadas 'prédios de rendimento'. Tais construções deveriam ser proibidas por lei. Com a forçada promiscuidade, reúnem-se debaixo do mesmo tecto famílias que entre si não têm a menor ligação. Ficam os inquilinos privados da calma familiar destruindo-se-lhes inteiramente a independência. A escada comum torna-se o seguimento da via pública, aberta deste modo até ao âmago das habitações."* In Mendes, "*A Ilha dos Ricos"*, op. cit. p. 376; ou a opinião do prefaciador Agostinho de Campos: "*o grande prédio de rendimento é incómodo, apesar do seu feitio de 'cómoda' com uma, ou até meia gaveta para cada família. No dia em que pudermos dar a cada Lar os seus confins bem nítidos, estaremos a bom caminho de organizar uma sociedade melhor: aquela em que as famílias não precisam de se acotovelar para se constituírem em Pátria, ou em que a Pátria se torne a reunião de famílias solidárias com a sua urbe e o seu bairro para todos os efeitos da vida colectiva externa, mas recatadas e ao mesmo tempo livres em tudo o que respeita ao seu viver íntimo". idem*, p. 376.

de possibilitar um retorno garantido, representa um modo de impulsionar a economia e o crescimento do Porto[180].

Referindo-se especificamente à obra do arquitecto José Ferreira Peneda no texto *"'Andar' Mundano"*[181], Manuel Mendes acaba por caracterizar de maneira genérica alguns dos princípios que qualificam uma parte considerável dos edifícios construídos no período compreendido entre 1930 e 1960 e respectivos apartamentos: a justaposição de parcelas; a ponderação da relação entre configuração do edifício e ocupação do lote; a incorporação do saguão enquanto *"princípio de natureza ou fundação tipológica"* (mais do que regulamentar); a tripartição na distribuição das funções.

Sobre o programa da habitação, o autor sublinha três questões fundamentais, manifestamente características distintivas da habitação plurifamiliar portuense relativamente a outros contextos: a tentativa de individualização dos acessos comuns, a área reduzida dos andares, e a simplificação das áreas de 'recepção'[182]: *"o plurifamiliar resume-se à imagem de representação projectada para a rua"*.

Sobre a concepção arquitectónica do prédio de rendimento, no texto *"Canhões? não. Casas s.f.v. ..."*[183], Manuel Mendes refere que, a partir de 1920, a 'casa em andares', designação que atribui à habitação unifamiliar, e o 'edifício de andares', expressão que utiliza quando se refere ao prédio, *"permutaram soluções intermediárias do plurifamiliar"*, o que sugere que o processo de adaptação de soluções conhecidas teve impacto na edificação de prédios de raiz. O autor refere-se igualmente ao modo como o edifício se multiplica, *"recorrendo a dispositivos de*

---

[180] Manuel Mendes refere um artigo publicado em "O Primeiro de Janeiro", de 1939.

[181] Mendes, Manuel (2010a). "Andar" Mundano. Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo. Tese de Doutoramento. Porto, FAUP.

[182] *"No acesso-distribuição para os fogos raramente presentes as soluções típicas do plurifamiliar: entrada, hall e escada submetem-se ao princípio de parcelas divididas; o plurifamiliar resume-se à imagem de representação projectada para a rua que nessa pujança ilude a magreza de área dos andares e o saguão que na associação ganha foros de pátio-garante de distâncias para a salvaguarda do privado. Uma nota para a recepção, em que a sala de estar ou de visitas quase sempre se restringe à "sala de mesa" ou de jantar; às vezes, junto à entrada, um escritório para o senhor; junto dos quartos ou, associada à cozinha, uma sala de costura para a senhora."* *idem*, pp. 378-379.

[183] Mendes, Manuel (2010b). Canhões? não. Casa s.f.v. Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo. Tese de Doutoramento. Porto, FAUP, pp. 400-403.

agregação elementares, de natureza repetitiva não necessariamente em série - sobreposição, justaposição, composição, associação"[184].

Neste texto caracteriza-se de igual modo, de forma sumária, o programa próprio do 'edifício de andares': circuitos de serviço, sistemas de evacuação de lixos, casa do porteiro; terraços com serviços comuns; pátio; garagens.

Os textos seleccionados veiculam ideias fundamentais relativamente ao prédio de rendimento portuense e ao próprio entendimento de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX. Não esclarecem com aprofundamento, no entanto, questões ligadas à genealogia, adopção e transformação dos modelos de habitação em vigor, nem a sua relação com um contexto específico, cerne da investigação conduzida nesta tese. Sublinha-se particularmente questões relacionadas com o papel efectivo desta forma de habitação na alteração da morfologia da cidade, e os tipos de edifício e modelos de habitação concretamente implementados.

Linguagens e 'partidos estéticos'

A tese de doutoramento da autoria de António Campello[185], intitulada *"Um olhar sobre a arquitectura do prédio de rendimento e a Rua de Sá da Bandeira como a sua metonímia*", como o seu próprio título sugere, apresenta-se como um estudo aprofundado e especificamente centrado nas questões relacionadas com o 'prédio de rendimento' portuense.

Partindo do edificado de habitação plurifamiliar da Rua de Sá da Bandeira, procura-se, paralelamente, um enquadramento do prédio de rendimento enquanto forma arquitectónica, não se circunscrevendo unicamente aos edifícios de habitação. O autor segue uma abordagem analítica particular, o 'método fenomenológico', a partir de quatro temas estruturantes: *a experiência/vivência espacial* do edificado em estudo; a análise dos seus projectos

[184] *idem*, p. 40.
[185] Campello, António Ferreira de Lima Cabral (2012). Um olhar sobre a arquitectura do prédio de rendimento e a Rua de Sá da Bandeira como sua metonímia. Tesis de Doctorado. Barcelona, Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona. Universidade Politécnica de la Cataluña - UPC.

(nomeadamente dos processos de licenciamento); o enquadramento das obras no contexto da época, e por último, a sua análise comparativa.

Esta tese de doutoramento acaba por não surgir como uma peça fundamental de ancoragem no âmbito da investigação que se apresenta, enquanto 'Estado da Arte' ou fonte de selecção de casos de estudo, visto que a perspectiva de análise é notoriamente distinta e que os edifícios analisados correspondem aos exemplos sistematicamente referenciados noutros estudos.

O capítulo *"3º momento: enquadramento (filiação arquitectónica)"*, por exemplo, sugere conteúdos operativos de reflexão, já que se centra no esclarecimento da génese e formação do prédio de rendimento portuense. Contudo, a abordagem particular acaba por se centrar numa taxonomia no âmbito das linguagens e opções formais das fachadas, numa lógica próxima à que José Manuel Fernandes desenvolve para o caso lisboeta[186].

A investigação conduzida por António Campello baseia-se essencialmente na percepção e interpretação da obra arquitectónica construída. Numa abordagem distinta, a investigação proposta nesta tese parte da análise das matrizes de concepção espacial (desenho/projecto), enquanto instrumento fundamental para compreensão do edificado. Não obstante, pela especificidade do estudo e coincidência ao nível do tema, a sua referenciação na presente investigação é incontornável.

Aspectos construtivos. Alguns apontamentos

Na sua investigação centrada no edificado da Avenida da Boavista, Clara Vale foca um conjunto de questões relativamente à 1ª metade do século XX, que interessa aqui ter presente.

[186] Fernandes, José Manuel (2005). Arquitectura modernista em Portugal (1890-1940). Lisboa, Gradiva. 2 ed. ISBN 972-662-339-1.

Refere-se, nomeadamente, a caracterização construtiva do edificado de raiz[187] e o impacto da legislação na estruturação das áreas urbanas e na própria edificação[188].

Relativamente à caracterização construtiva dos edifícios de habitação construídos de raiz, Clara Vale esclarece que a introdução do betão armado é gradual, fazendo-se mais por necessidade de resposta aos regulamentos (nomeadamente o regulamento de incêndios), do que por opção de concepção, pelo menos até início do segundo quartel do século XX. Ou seja, processa-se primeiro através de alterações graduais na estrutura portante horizontal, e só posteriormente na estrutura vertical[189].

A autora afirma que, a partir de 1930, a maior parte dos edifícios construídos de raiz possuem já lajes em betão (maciças inicialmente, posteriormente aligeiradas) em todas as zonas de água, procurando os projectistas implementar tipologias que aproximam as áreas de serviços por questões de racionalidade construtiva e compatibilizar esta solução com os sistemas construtivos tradicionais.

---

[187] Vale, Clara Pimenta; Almeida, Vitor Abrantes (2012a). Entre tradição construtiva e modernidade arquitectónica. Caracterização construtiva da habitação corrente da cidade do Porto no segundo quartel do século XX. Actas do 4º Congreso de patología y rehabilitación de edificios. PATORREB 2012 PATOLOGÍA, Santiago de Compostela, Colegio Oficial de Arquitectos de Galicia.; Vale, Clara Pimenta; Almeida, Vitor Abrantes (2010). Os processos de licenças de obra na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista. Actas do Reabilitar 2010. Encontro Nacional. Conservação e Reabilitação de Estruturas, Lisboa, LNEC.

[188] Vale, Clara Pimenta (Agosto de 2012) "Dinâmicas Urbanas e propriedade horizontal: Eixo da Boavista." InComunidade. Nº2.; Vale, Clara Pimenta; Almeida, Vitor Abrantes (2012b). "Urban Dynamics and Horizontal Property: Case Study of the Boavista Axis, Porto, Portugal." in Nuts & Bolts of Culture, Technology and Society. Construction History. Vol.2, pp. 265-272.

[189] "*Em relação à estrutura portante vertical, até ao final da década de quarenta continua a utilizar-se, de forma consistente, um sistema constituído por paredes resistentes de alvenaria de pedra, de diferentes espessuras, mas com uma preponderância grande do perpianho (64%), especificamente o perpianho de 30 cm de espessura (40%), revestidas em ambas as faces. A partir do final da década de vinte começam a ser utilizados em alvenarias resistentes os blocos de betão (11%), mas sempre em situações de habitações mais económicas. A utilização do tijolo, nesta época, e nesta zona (...). A partir do final da década de vinte assiste-se ao início da utilização, com muito pouca representatividade, de pilares de betão armado correspondendo a resolução de situações específicas, muitas vezes associados a escadas, também em betão. Efectivamente o primeiro edifício habitacional que foi encontrado nesta zona, com uma estrutura porticada de betão armado, em 1950, justifica a sua utilização, apenas pela dificuldade de descarregar a pedra necessária para a construção de paredes resistentes de perpianho, por estar localizado numa zona muito condicionada devido ao trânsito*." in Vale, Clara Pimenta; Almeida, Vitor Abrantes (2010). Os processos de licenças de obra na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista. Actas do Reabilitar 2010. Encontro Nacional. Conservação e Reabilitação de Estruturas, Lisboa, LNEC. p. 7.

Refere-se igualmente que as coberturas são construídas de um modo generalizado em estrutura de madeira e telha (revestimento que se mantém mesmo quando as lajes se materializam já em betão, sendo esta uma solução intermédia até final dos anos 20). Esta cobertura inclinada é geralmente ocultada a partir da rua através de uma platibanda. Nos edifícios de habitação, a cobertura em terraço é apontada como uma solução tardia (de meados da década de 30, no caso dos exemplos constatados na Avenida da Boavista).

Relativamente aos materiais de revestimento aponta-se o reboco como principal material de acabamento das paredes exteriores até aos anos 40, sendo que desta data até final dos anos 60 se utilizam revestimentos cerâmicos tipo pastilha.

Se até final da década de 20 não existem, segundo Clara Vale, alterações significativas nos no modo como se constrói no Porto, a partir dos anos 30 esta realidade altera-se significativamente, não só por via das técnicas construtivas, mas também face a alterações no próprio processo de licenciamento das obras (no qual o papel dos engenheiros e arquitectos surge reforçado)[190].

Outro facto relevante evidenciado é que tal como noutros aspectos da edificação a *"imagem arquitectónica e o sistema construtivo não têm relação directa."*[191]

Os aspectos construtivos salientados por Clara Vale, compilados a partir de um campo de estudo circunscrito (o edificado da Avenida da Boavista, construído na 1ª metade do século XX), aparentam ser consistentes com os verificados nos prédios de rendimento construídos nas restantes zonas na cidade, nomeadamente nas principais ruas de consolidação e expansão. Relativamente à face exterior do edificado, localizam-se alguns edifícios de grande escada, em

[190] Vale, Clara Pimenta; Almeida, Vitor Abrantes (2010). Os processos de licenças de obra na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista. Actas do Reabilitar 2010. Encontro Nacional. Conservação e Reabilitação de Estruturas, Lisboa, LNEC., pp. 4-5. Os autores referem especificamente alterações na regulamentação relativamente ao licenciamento de obras (Lei nº 1670, de 1924, que *"Autoriza as câmaras municipais a embargarem quaisquer obras, construções ou edificações, quando iniciadas ou feitas por particulares sem licença da respectiva câmara municipal ou com inobservância de prescrições constantes de licença por esta concedida", e o Decreto nº 19 760, de 1931 - "reforma do ensino da arquitectura e acesso à profissão de arquitecto"*, outro factor preponderante na alteração do tipo de edificação.

[191] Vale, Clara Pimenta; Almeida, Vitor Abrantes (2012a). Entre tradição construtiva e modernidade arquitectónica. Caracterização construtiva da habitação corrente da cidade do Porto no segundo quartel do século XX. Actas do 4º Congreso de patología y rehabilitación de edificios. PATORREB 2012 PATOLOGÍA, Santiago de Compostela, Colegio Oficial de Arquitectos de Galicia. [s/página]

tijolo aparente ou placagem de granito, manifestas excepções no panorama construído portuense.

A regulamentação da propriedade horizontal

Enquanto forma de habitação plurifamiliar, o prédio de rendimento, estrutura edificada por um único proprietário (ou um conjunto restrito de proprietários), destinada a arrendamento e rentabilização ao longo do tempo, é o antecedente directo do edifício de habitação mais comum na actualidade, com promotor imobiliário individual ou colectivo e tendo como destino a venda em fracções. A transição de um edifício gerido por uma única entidade para um edifício em co-propriedade[192] acarretou mudanças significativas ao nível das características e escala do edifício de habitação plurifamiliar, cujo impacto interessa ponderar.

> *(…) a possibilidade de fraccionar um piso por diferentes proprietários e o estabelecimento das «regras de convivência» num condomínio, foi o que veio, efectivamente, abrir novas portas ao investimento em habitação para venda, para utilizadores finais ou para rendimento."*[193]

No artigo *"Dinâmicas Urbanas e propriedade horizontal: Eixo da Boavista"*[194], Clara Vale estabelece uma relação entre a regulação dos direitos de propriedade (do solo, dos edifícios ou das suas partes) e a forma como o espaço urbano se estrutura e cresce. Refere-se especificamente à legislação de propriedade horizontal, especificamente ao decreto-lei de 1955[195], em que são estabelecidas as regras de convivência e reguladas as áreas e comuns e sua

[192] #co-propriedade [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[193] Vale, Clara Pimenta (Agosto de 2012) "Dinâmicas Urbanas e propriedade horizontal: Eixo da Boavista." InComunidade. Nº2. http://www.incomunidade.com/v2/art.php?art=16 [consultado em 21.08.2012]

[194] Vale, Clara Pimenta (Agosto de 2012) "Dinâmicas Urbanas e propriedade horizontal: Eixo da Boavista." InComunidade. Nº2.; Vale, Clara Pimenta; Almeida, Vitor Abrantes (2012b). "Urban Dynamics and Horizontal Property: Case Study of the Boavista Axis, Porto, Portugal." in Nuts & Bolts of Culture, Technology and Society. Construction History. Vol.2, pp. 265-272.

[195] Decreto-Lei n.º 40333, de 14 de Outubro de 1955. Segundo a autora, o 1º Código Civil nacional (1867), já contempla a possibilidade de propriedade partilhada de um imóvel (em termos de pisos inteiros), não existindo, no entanto regulamentação referente às áreas comuns ou manutenção.

manutenção, e a forma como interferiu nas dinâmicas edificatórias de promoção privada ou de mercado imobiliário, impulsionando a passagem do acesso à habitação através de arrendamento para propriedade de fracções autónomas.

Tratando o caso específico do 'eixo da Boavista' (Avenida da Boavista), Clara Vale compara o volume de construção antes e depois da promulgação deste decreto, concluindo que a partir da década de 60 do século XX se observa um aumento do número de edificações e respectiva escala, tanto ao nível de implantação como de altura (número de pisos).

Para a autora, apesar de não se poder negligenciar factores como as mudanças sociais, ou evoluções tecnológicas, e alterações no âmbito do licenciamento e planeamento urbanístico, a promulgação deste decreto tem efectivamente impacto no investimento privado em habitação para venda, já que permite um aumento de escala, minimizando o investimento inicial (através da venda de fracções em fase de construção, por exemplo).

Sobre a habitação plurifamiliar nas décadas 1920-1960. O contexto lisboeta

Sobre a teorização acerca da arquitectura de carácter plurifamiliar construída na 1ª metade do novecentos português, ou até finais da década de 1960, existem alguns estudos significativos, produzidos recentemente, nomeadamente dos autores Tânia Liani Beisl Ramos (2006)[196] e as teses de doutoramento de José Fernando Gonçalves (2007)[197], Patrícia Santos Pedrosa (2010)[198] e Alexandra Trevisan (2013)[199], que apesar de se centrarem maioritariamente nas arquitecturas do Movimento Moderno ou em edifícios de evidente qualidade construtiva, são fontes úteis de referenciação metodológica ou de tipologias de comparação (e hipotéticos casos de estudo).

---

[196] Ramos, Tânia Liani Beisl (2006). Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados. Os casos Português e Brasileiro. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 1 ed. ISBN 972-31-1130-6.

[197] Gonçalves, José Fernando Edifícios modernos de habitação colectiva-1948/61. Desenho e Standard na Arquitectura Portuguesa. Tesis doctoral, UPC - Department de Proyectos d'Arquitectura.

[198] Pedrosa, Patrícia Santos (2010). Habitar em Portugal nos anos 1960: ruptura e antecedentes. Um caminho pelo interior do discurso. Tese de Doutoramento. Barcelona, ETSAB. Universitat Politècnica de Catalunya.

[199] Trevisan, Alexandra (2013). Influências Internacionais na arquitectura moderna no Porto (1926-1956). Tese de doutoramento, Universidad de Valladolid.

Especificamente sobre os dispositivos do habitar, a tese de doutoramento de Nuno Arenga Reis (2009)[200] destaca-se igualmente como documento de referência, abordando com aprofundamento, em contexto lisboeta, um dos principais dispositivos estruturadores das formas de habitação urbana na 1ª metade do século XX: o saguão.

Na perspectiva da investigação empreendida, os estudos existentes especificamente sobre a arquitectura lisboeta constituem documentos referenciais, pois ampliam de modo significativo o conhecimento acerca das possíveis metodologias de abordagem aos fenómenos da transformação da habitação urbana.

A tese de mestrado da autoria de Ricardo Costa Agarez, *"O Moderno Revisitado: Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950"* (2004), adaptada para publicação em 2009[201], para além do acervo documental, é peculiarmente pertinente na estruturação de um pensamento sobre a habitação para várias famílias no período em estudo[202].

Nessa perspectiva, esta tese apresenta algumas chaves de leitura relativamente à habitação plurifamiliar construída em Lisboa na década de 50: centra-se na tipologia e linguagem do edifício, perseguindo o objectivo de "*situar a participação camarária na aceitação ou estímulo da adesão ao partido arquitectónico moderno*". Procura assim ir de encontro àqueles "*a quem a*

---

[200] Reis, Nuno Miguel Arenga (2009). O saguão na habitação urbana. O interior da casa em torno de um vazio vertical nuclear. Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

[201] Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6. Esta publicação é uma adaptação da dissertação "Arquitectura de Habitação Multifamiliar. Lisboa anos 50", elaborada para conclusão do Mestrado em História da Arte Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação da Professora Doutora Margarida Acciaiuoli de Brito, defendida em 2004.

[202] A problemática perseguida na investigação de Agarez: *"(...) a actualização das composições de fachada faz parte de uma operação coerente de adaptação do programa habitacional às regras e princípios modernos - em situações, por vezes complexas, de integração em realidades antigas - ou é apenas uma nova capa, mais a par do seu tempo e simultaneamente menos dispendiosa, como a facilidade e rapidez da adesão dos intervenientes no processo faziam porventura temer?*
Por outras palavras: até que ponto, na produção arquitectónica desenvolvida em Lisboa para este programa e durante este período, correspondeu, ao relativo grau de modernização das linguagens formais exteriores, segundo os estereótipos de um Movimento Moderno no auge da sua internacionalização, uma concepção moderna da célula habitacional em concentrações multifamiliares, tema de debates exaustivos e de propostas teóricas radicais durante os anos de consolidação daquele movimento?" Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6. pp. 11-12

história dos grandes momentos e realizações já não satisfaz totalmente"[203], equacionando um tema que se vê recorrentemente abordado do ponto de vista dos "*exemplos que mais visivelmente representaram a difusão do Movimento Moderno neste país*"[204]. Segundo o autor, nesta tese não foi estudada toda a produção para alojamento de várias famílias construída em contexto Lisboeta, mas cerca de duzentos projectos e obras de arquitectura e urbanismo, circunscritos à malha urbana consolidada[205].

Fazendo um percurso crítico pela cidade, Ricardo Agarez contribui para a desmistificação da ideia de que os modelos habitacionais se concebem em projectos circunscritos na produção disciplinar. Dedica-se, pois, num primeiro passo, ao esclarecimento dos condicionalismos que se relacionam com o projecto do multifamiliar, recentrando e reequacionando o debate que gravita em torno das questões que lhe são próximas[206].

Apesar de se debruçar sobre o estudo da habitação corrente, procurando não se circunscrever unicamente aos exemplos mais notórios do multifamiliar lisboeta, efectivamente não se deixa de estar na presença de uma análise direccionada para as particularidades formais dos edifícios, analisadas de um modo relativamente desvinculado da morfologia urbana.

A tese de mestrado realizada por Ricardo Agarez constitui um estudo de manifesto rigor e valor documental e teórico. A ausência de enquadramento destes edifícios na história da habitação lisboeta, e de uma caracterização mais precisa da relação entre forma urbana e forma construída,

---

[203] *idem*, p. 16.

[204] Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6.

[205] "*(...) mas especificamente os edifícios de pequena e média dimensão que ocuparam, no âmbito de uma actividade quotidiana eminentemente económica - a construção para rendimento -, parcelas preexistentes e limitadas do tecido estabilizado da cidade. Foi inquirida não a habitação em geral, mas apenas os programas de concentração de células residenciais em altura, destinadas sobretudo a arrendamento e, em casos raros, à venda em propriedade horizontal ou à promoção cooperativa*". *idem*, p. 12.

[206] Simultaneamente, ressaltam neste estudo várias preocupações:
- a tentativa de esclarecer as características do prédio de rendimento, conotação que se colou aos edifícios produzidos na capital durante determinado período, nomeadamente características formais, estéticas, simbólicas;
- a abordagem da polémica da qualidade da arquitectura construída em Lisboa, e da responsabilidade dos serviços da Câmara no empobrecimento arquitectónico que então se assistia;
- o tema da relação entre o poder e a arquitectura de habitação: o envolvimento do município no desenvolvimento urbano da capital;
- a produção dos promotores privados através da mediação dos promotores municipais.

traduziu-se num impedimento para que este estudo se tornasse num ponto de ancoragem para a investigação em curso.

Em todo o caso, as temáticas abordadas (arquitectura de produção corrente; quadro regulamentar; contexto; programa; estética; relação actividade privada/ actividade municipal), e os instrumentos e metodologia (investigação de arquivo; análise de processos de Licença de Obras; corpo alargado de estudo), transformam o estudo de Ricardo Agarez numa referência incontornável.

Sobre as metodologias de inventariação

Na ausência de inventários sobre a habitação urbana portuense, o estabelecimento de metodologias concretas de abordagem de um campo de estudo extenso é essencial, assim como a fundamentação de parâmetros de selecção, caso o objectivo não vise o levantamento exaustivo de toda a edificação. Neste aspecto específico, como já foi referido, a investigação e produção escrita sobre a realidade arquitectónica de carácter corrente, em Lisboa, é bastante mais significativa que a portuense, sendo essa a razão da vinculação a essas referências.

"*Prédios e Vilas de Lisboa*"[207], obra do arquitecto Nuno Teotónio Pereira com fotografia a cargo de Irene Buarque, constitui um levantamento sobre a habitação urbana, "*estudo sistemático dos diferentes tipos de construção correspondendo às sucessivas épocas e às classes e estratos da população a que se destinavam*"[208], incidindo sobre a produção corrente, edifícios isolados, ou pequenos conjuntos. O seu objectivo consiste em proceder ao registo de edifícios ou conjuntos urbanos, ambicionando desta forma evitar a sua desfiguração e demolição. Como critério de selecção de casos de estudo, propõe abranger apenas a fase da expansão de Lisboa que vai até aos anos 30 do século XX, com relevo para o período pós-pombalino[209].

[207] Pereira, Nuno Teotónio; Buarque, Irene (1995). Prédios e vilas de Lisboa. Lisboa, Livros Horizonte.
[208] *idem*, p. 8
[209] Segundo os autores, são os edifícios que estão mais ameaçados pela demolição (referem por exemplo que os edifícios dos anos 40 ainda não abrangidos por esse processo).

A metodologia proposta traduz-se no levantamento preliminar a larga escala, permitindo uma primeira aproximação tipológica, para posterior selecção dos exemplares a documentar[210]. Os autores estabelecem uma grelha de critérios através da qual classificam os diferentes fragmentos de tecido da cidade, sob a qual gerem o levantamento do edificado. A apresentação do levantamento realiza-se através de uma progressão temporal, centrada na definição de "*fases na produção do plurifamiliar urbano*".

Numa lógica distinta, a obra "*Arquitectura Modernista em Lisboa, 1925-1940*"[211], da autoria de Maria de Lurdes Janeiro e José Manuel Fernandes, estrutura-se enquanto "*levantamento sistemático e estudo classificativo*", visando o património edificado aquando da generalização do uso do betão armado, e da divulgação das estéticas estilísticas da 'art-déco', ou do 'Modernismo radical' (as duas tendências distinguidas pelos autores). [Fig. 6]

O objecto de estudo centra-se na 'Arquitectura Modernista'. Segundo José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro, este tipo de arquitectura desenvolve-se com especial intensidade, em Portugal, a partir de 1928-30, anos que marcam o crescimento da construção civil de iniciativa privada, e de igual forma no âmbito da "*Política das Obras Públicas*".

Esta obra consiste num levantamento dos exemplares mais qualificados, orientando-se pelos seguintes objectivos: localização, identificação *("autorias, número de processo camarário, elementos constitutivos, etc.*"); hierarquização patrimonial (constituição de uma "escala de valores a proteger ou a recuperar"). Trata-se, portanto, de *identificar* e *classificar* qualitativamente e estilisticamente o edificado, um propósito francamente afastado, portanto, da sua caracterização num padrão de opções tipo-morfológicas.

As metodologias de levantamento e associação dos edifícios traduzem-se em critérios de análise urbana, de definição de áreas "*minimamente homogéneas quanto ao tipo de urbanismo nelas*

[210]Justificação: heterogeneidade do tecido urbano; coexistência de edificado de diferentes épocas, entre formas unifamiliares e plurifamiliares, pertencentes a diversas classes; heterogeneidade das próprias formas de habitação, coexistindo formas híbridas ou mistas.

[211] Janeiro, Maria de Lurdes; Fernandes, José Manuel (1991). Arquitectura Modernista em Lisboa, 1925-1940. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

contido"[212], de caracterização funcional (equipamentos; habitação; lojas, estabelecimentos comerciais) e linguísticos (estilo da fachada).

O trabalho extensivo publicado sob o nome "*Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*" [GUAL][213], segundo os autores, representa um trabalho de inventariação iniciado por um olhar sobre o tecido realizado por arquitectos, pela mapificação da expansão e consolidação da cidade e pelo esclarecimento histórico das diferentes fases da construção da cidade. O seu objectivo consiste em expandir o conhecimento sobre a cidade, através da inventariação de 3000 casos, reduzidos a 600 na publicação. Neste guia, a selecção de edifícios efectivou-se dentro da disciplina da arquitectura e do urbanismo, e não numa "*perspectiva turístico/monumental*". O critério de selecção articula-se de alguma forma com o "*desenvolvimento histórico e territorial da malha urbana*"; "*A malha urbana que constitui o território foi vista e filtrada por aqueles que nas suas linhas essenciais a conceberam, os arquitectos*."[214] Trata-se de um estudo que não tem por pretensão ser um guia de edifícios a preservar na cidade de Lisboa, o que justifica a exclusão de alguns edifícios classificados. [Fig. 6]

Metodologicamente, o GUAL apresenta-se em cinco grandes sectores, "*determinados tal como as áreas - estudo, de acordo com o desenvolvimento histórico e territorial na malha urbana, mas a outra escala, sendo a apresentação dos exemplos ordenada cronologicamente nos sectores, por forma a melhor evidenciar a evolução das intervenções no tempo*".[215]

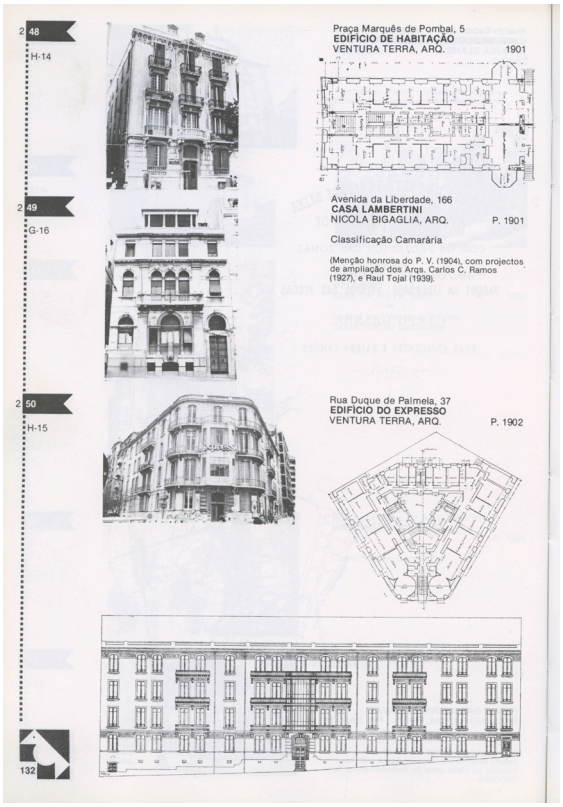
---

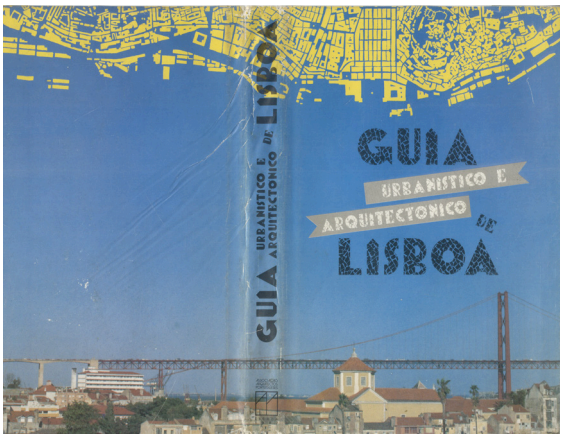
[212] "*O critério distributivo foi o de delimitar áreas "coerentes", minimamente homogéneas quanto ao tipo de urbanismo nelas contido; dentro de cada grande área, destacaram-se em seguida parcelas dos mapas com a localização de todos os objectos levantados, e cuja lista se apresenta e comenta na introdução a cada área geográfica: definiram-se deste modo cerca de 10 a 15 sub-zonas dentro de cada dessas áreas*." In Janeiro, Maria de Lurdes; Fernandes, José Manuel (1991). Arquitectura Modernista em Lisboa, 1925-1940. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. p. 14.

[213] Ferreira, Fátima Cordeiro G.; Dias, Francisco da Silva; Carvalho, José Silva; Pereira, Nuno Teotónio; Ponte, Teresa Nunes da (1987). Guia Urbanistico e Arquitectónico de Lisboa. Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses. 2 ed.

[214] *idem*, p. 49.

[215] *idem*, p. 49.





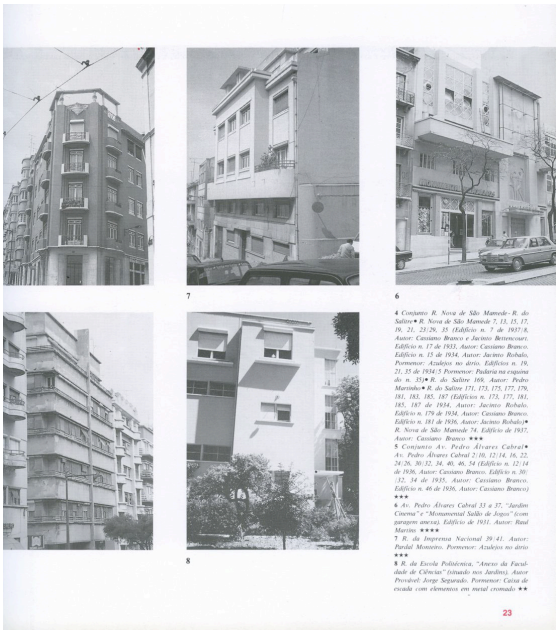


Fig. 6 - Alguns inventários no âmbito da arquitectura lisboeta. *"Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa"* (1987); *"Arquitectura Modernista em Lisboa 1925-1940"*, da autoria de Maria de Lurdes Janeiro e José Manuel Fernandes.

Ainda no âmbito das metodologias de inventariação, são ainda de referir instrumentos de carácter mais operativo como o KIT 02[216] ou a obra *"La monographie d'architecture"*[217], de Jean-Marie Pérouse de Montclos. Estes dois exemplos constituem documentos exaustivos na proposta de léxicos concretos de descrição e análise do património arquitectónico (no caso do KIT 02, especificamente sobre o património arquitectónico de habitação multifamiliar do século XX).

Em síntese, ainda que não se ambicione nesta investigação a estruturação de um inventário exaustivo de prédios de rendimento construídos no Porto na 1ª metade de novecentos, os estudos apresentados assumem-se como referências essenciais, exemplos de registo de edifícios que não se esgotam nos exemplares com manifesta qualidade arquitectónica.

Fontes e documentação. Os núcleos documentais e fontes iconográficas portuenses

O prédio de rendimento, forma de habitação portuense que ganha presença no centro urbano a partir da segunda década do século XX, engloba um conjunto amplo de edifícios com características significativamente diversas, desenhados e construídos projectistas com distintas qualificações profissionais.

Na tentativa de recolha e compilação de material gráfico análogo relativamente ao projecto dos hipotéticos casos de estudo, assumiu-se o recurso à documentação constante nos Arquivos Municipais como base de investigação.

O facto de se privilegiarem aspectos ligados à morfologia da cidade, determinou que a pesquisa nos arquivos se direccionasse simultaneamente para a documentação referente aos próprios processos de construção da cidade (cartografia, estudos e processos de intervenção urbana,

[216] Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Património Arquitectónico — Património Arquitectónico de Habitação Multifamiliar do século XX, Lisboa, IHRU, IGESPAR, 2008 (Kits património, no 2, versão 1.0), URL: https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/index.jsp; http://www.monumentos.gov.pt; http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/

[217] Montclos, Jean-Marie Pérouse de La monographie d'architecture: Documents & methodes. nº10.

fotografias da época, levantamentos fotográficos, entre outros elementos), dos quais se apresentam alguns exemplos nas figuras 7 a 12. [Fig. 7-12]

No âmbito da intervenção urbana, no Arquivo Histórico Municipal do Porto [AHMP] detém um conjunto alargado de documentação, com conteúdos e propósitos diversos. Até 1900, entre os documentos de maior relevância para a investigação em curso, contam-se levantamentos e cartas topográficas da cidade, postais ilustrados, textos e regulamentações específicas da época, tal como o "*Plano de Melhoramentos*" de 1881[218].

A partir de 1900 e até aos anos 50, aumenta a diversidade de fontes e tipo de documentação disponibilizada, sendo uma enorme maior valia a existência de iconografia específica.

- Levantamentos/cartas topográficas (duas plantas síntese de 1903 e 1937);
- Estudos e projectos produzidos pelo "*Serviço da Carta da Cidade*", criado em 1923;
- Estudos e processos produzidos pelo *Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização*, a partir de 1939;
- Planos Gerais e Regulamentos produzidos no processo de planeamento urbano portuense: textos e regulamentações específicas da época, nomeadamente o "*Plano de Melhoramentos*" de 1916[219], e diversos estudos para a concretização do Plano de Urbanização da Cidade[220];
- Fotografia aérea de 1939 e o Foto plano de 1958.

Levantamentos/Cartas Topográficas

A cartografia disponível no AHMP compõe-se por uma série de plantas genéricas, distintas ao nível de datas, autores, finalidade e suporte. Trata-se no essencial de documentos de

[218] Barros, José Augusto Corrêa de (1881). Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto. Porto, Câmara Municipal do Porto.
[219] Moraes, Augusto César da Cunha (1916). Os melhoramentos na cidade do Porto. Porto, Câmara Municipal do Porto.
[220] *cf*. capitulo especificamente dedicado à análise das questões ligadas à regulamentação [cap. IV] e 'Cronologia de Eventos', Documentos de referência, Ponto 3).

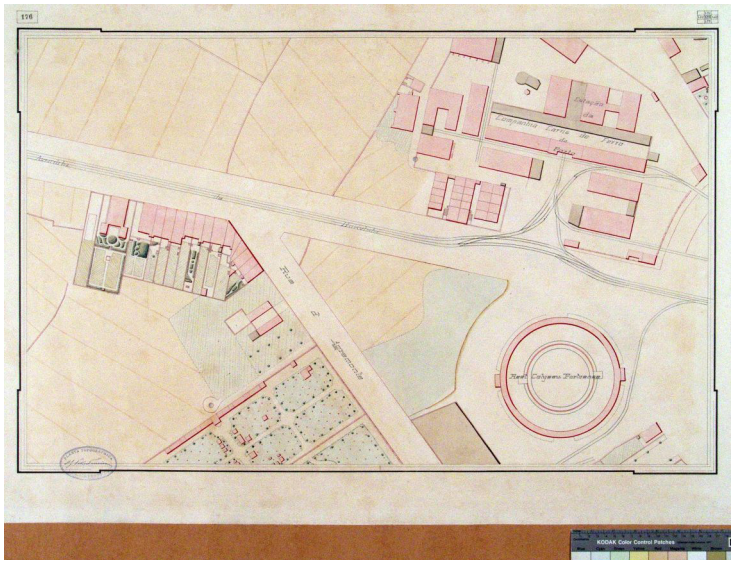


Fig. 7 - Extrato da Carta Topográfica da Cidade do Porto, da responsabilidade de Augusto Gerardo Telles Ferreira (1892). [AHMP]

Fig. 8 - Extrato da Levantamento fotográfico aéreo (1939). [AHMP]

Fig. 9 - Levantamento topográfico da Cidade do Porto (1937). [AHMP]

Fontes e instrumentos. Cartografia histórica. Levantamentos topográficos da época. Estudos e Planos urbanos. Levantamentos aéreos.

Fig. 10 - Registos fotográficos da época, da autoria de Domingos Alvão. [Centro Português de Fotografia]

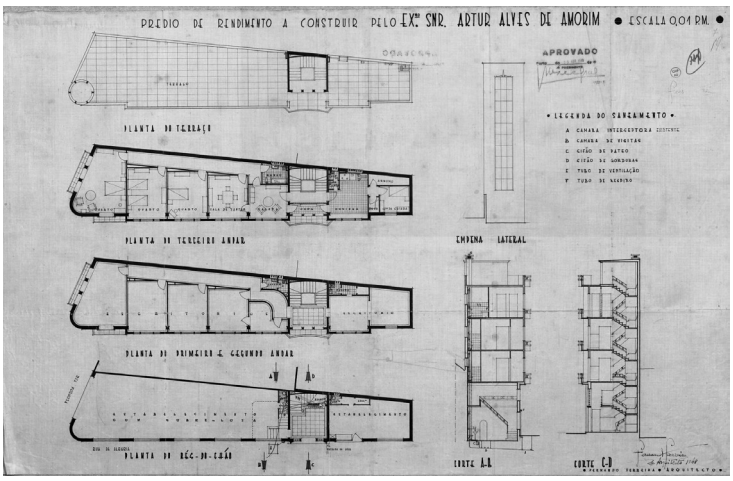


Fig. 11 - Processos de Licenças de Obra. Elementos gráficos [AHMP, DMAG]

Fig. 12 - Registos fotográficos constantes nos Processos de Licença de Obra. [AHMP, DMAG]

Fontes e instrumentos. Registos fotográficos. Processos de Licença de Obra

representação topográfica, ou seja, os seus objectivos prendem-se com a representação da realidade existente. A sua relevância relaciona-se com o facto de representarem plantas síntese, espaçadas temporalmente, cuja análise comparada permite a percepção global da evolução do traçado e do tecido da cidade.

Na ***Tabela 4*** apresenta-se uma síntese[221] dos principais levantamentos cartográficos da cidade do Porto, elaborados a partir do início do século XIX, sendo que é, para o arco temporal em estudo, os documentos de maior relevância se encontram no AHMP.

LEVANTAMENTOS CARTOGRÁFICOS		
Planta Redonda, de Georges Balck, Esc. 1:10.732	c. 1813	GEAEM
Plano da Cidade do Porto, de José Francisco de Paiva, Esc. 1:3235	a. 1824	AHMP
Oporto, de W. B. Clarke	1833	
Planta Topográfica da Cidade do Porto, de Joaquim da Costa Lima, Esc. 1:3000	1839	AHMP
Planta da Cidade do Porto, de Frederico Perry Vidal, Esc. de 400 braças	1865	MLR
Carta Topográfica da Cidade do Porto, de A. Gerardo Telles Ferreira, Esc. 1:5000	1892	AHMP
Planta topográfica da Cidade do Porto, de A. Gerardo Telles Ferreira, Esc. 1:500	1878-1892	AHMP
Planta da Cidade do Porto	1903	STCMP
Planta Topográfica da Cidade do Porto	1932	STCMP
Planta Topográfica da Cidade do Porto	1937	
Carta Militar de Portugal	1948	IGE
Planta da Cidade do Porto	1960	STCMP
Levantamento Aerofotogramétrico	1978	DGPU
Cartografia Digital	1992	STCMP
Carta Militar de Portugal	1997	IGE
Planta da situação existente	2003	STCMP

Tab. 4 – Cartas topográficas e levantamentos relevantes. Indicação de arquivos

Relativamente aos espaços urbanos abordados nesta investigação, são relevantes todas as cartas topográficas elaboradas no período compreendido entre 1892, data da *Carta Topográfica da*

[221] Fontes para a compilação desta síntese: Tavares, Rui (1992). A Carta Topográfica da Cidade do Porto de 1892 - Uma base cartográfica para a gestão urbanística municipal. Uma Cartografia Exemplar. O Porto em 1892. Exposição Comemorativa do 1° Centenário da Carta Topográfica de A. G. Teles Ferreira. Porto, Arquivo Histórico Municipal.
Oliveira, Vitor Araújo de (2004). A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto. Dissertação de mestrado. Porto, FAUP, FEUP.
Oliveira, Vitor; Pinho, Paulo (2008). "Urban form and planning in Lisbon and Oporto." in Planning Perspectives, (23:1), pp. 81-105.

Cidade do Porto, da responsabilidade de Augusto Gerardo Telles Ferreira, e a *Planta Topográfica da Cidade do Porto*, desenvolvida no período 1941-1951[222].

O Serviço da Carta da Cidade. Estudos e Projectos

A partir de 1900, os documentos organizados pelo Serviço da Carta da Cidade são uma das fontes de análise de maior relevância para estudo da transformação planeada da cidade do Porto. Segundo as informações constantes nos Instrumentos de Acesso do Arquivo Histórico, nomeadamente no *"Índice de Carta da Cidade"*, "*O serviço da Carta da Cidade foi criado em 1923, no enquadramento da 3ª Repartição, para manter actualizada a cartografia citadina. Reuniu e organizou grande número dos processos já existentes e dos que foram sendo produzidos no âmbito dos serviços*."

A documentação referente surge compilada em *"Série Estudos"*, projectos não executados ou preteridos[223] e *"Série Projectos"*, respeitando alguns critérios. A Série *"Projectos"*[224] é constituída por projectos camarários executados, abertura, consolidação ou prolongamento de arruamentos, bairros sociais, infra-estruturas urbanas, informações a pedidos de licenças de obras particulares, entre outros documentos.

---

[222] Todas as plantas indicadas foram consultadas no AHMP, sob formato digital ou reprodução em gravura.

[223] Instrumentos de Acesso AHMP, "Índice da Carta da Cidade", "(D-CMP-02) CARTA DA CIDADE - SÉRIE ESTUDOS". "*Processos inicialmente reunidos pelo Serviço da Carta da Cidade, que incluem projectos para a abertura ou alinhamento de artérias da cidade, para edifícios, jardins, passeios, equipamento, mobiliário urbano, etc., inclui desenhos do século XIX que estavam anteriormente encadernados nos Livros das Plantas, documentação sobre expropriações, requerimentos relacionados com questões de urbanismo, etc. A Divisão da Carta da Cidade organizou nesta série de projectos não aprovados, ou aprovados, mas prejudicados por outros posteriores, projectos não executados, e outra documentação que não era necessária para a actualização da cartografia urbana*."

[224] *ibidem*, "(D-CMP-03) CARTA DA CIDADE - SÉRIE PROJECTOS": "*Projectos inicialmente reunidos pelo Serviço de Carta da Cidade, que incluem: projectos para abertura, prolongamento, alargamento, rectificação, alteração de perfis, etc., de artérias da cidade; projectos de arruamentos, camarários e particulares; projectos de ajardinamento; projectos para a construção de bairros sociais; localização de infra-estruturas urbanas; estação de caminhos de ferro, hospitais, quartéis, postos de transformação de electricidade, parque infantil, etc.; informações a pedidos para licenças de obras particulares, inclui desenhos do século XIX que estavam anteriormente encadernados nos "Livros de Plantas". Os projectos são da autoria de vários serviços camarários (Junta de Obras Municipais, 3ª Repartição - Técnica, Repartição da Carta da Cidade, Gabinete de Estudos do Plano Geral de Urbanização, 1ª Repartição - Urbanização e Expropriações, Gabinete de Urbanização, etc.) e alguns outros serviços públicos ou entidades particulares.*"

O *Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização* [GEPGU/GU]

A partir de 1939, a compreensão dos processos de abertura, prolongamento e consolidação das principais ruas do centro da cidade e sua expansão, tem como fonte essencial a documentação produzida pelo *Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização* [GEPGU], criado em 1939 (a partir de 1940 simplesmente denominado por *Gabinete de Urbanização _ GU*). A documentação produzida no âmbito deste Serviço, encontra-se de igual modo subdividida em *"Estudos"*[225] e *"Processos"*[226], a primeira das quais referente a estudos que não deram origem a projectos realizados (vias de circulação, planos parciais de urbanização, loteamento de terrenos, etc.)[227]

A Série "Processos" diz respeito a projectos mais complexos, de longa duração, compilando um conjunto de documentação relativa ao desenvolvimento e aprovação dos processos urbanos (estudos, alternativas, pareceres dos serviços envolvidos, etc.).

Os Planos Gerais e Regulamentos portuenses

No processo de planeamento urbano portuense produziram-se de igual modo documentos e estudos na tentativa de *"ordenar os destinos da cidade"*. Estas práticas de planeamento urbanístico foram impostas para Lisboa e para o Porto, através da introdução de legislação específica, nomeadamente a obrigatoriedade de execução de *"Planos Gerais de Melhoramentos"*, por decreto-lei nº 10, de 19 de Janeiro de 1865 e já na década de 30 de

---

[225] *ibidem*, "(D-CMP-04) GPU - SÉRIE ESTUDOS"
[226] *ibidem*, "(D-CMP-05) GPU - SÉRIE PROCESSOS"
[227] *"Na sua grande maioria, os processos são constituídos por estudos técnicos do Gabinete de Estudos do Plano Geral de Urbanização (a partir do final da década de 1940 designado por Gabinete de Urbanização) sobre: grandes vias de acesso e penetração na cidade e grandes vias de circulação, planos parciais de urbanização, alinhamento de ruas, trânsito e estacionamento automóvel, localização de núcleos de habitação social e estabelecimentos de ensino, arranjo de espaços públicos, loteamento de terrenos, desenho de jardins e mobiliário urbano. Na quase totalidade, estes estudos não deram origem a projectos realizados. Contém também algumas informações e pareceres do Gabinete a projectos de outros serviços*." in Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico. D-Catálogos. D.2.Série: Estudos (do Gabinete de Urbanização). Porto. 2004

novecentos com a obrigatoriedade de *"Planos Gerais de Urbanização"*, por decreto-lei nº 24802, de 21 de Dezembro de 1934, estabelecendo como prazo o final de 1939. [**Tab. 5**]

Até à década de 1960, é possível sintetizar o processo de Planeamento Urbano Portuense, nas seguintes fases/planos[228]:

[PGM] Plano Geral de Melhoramentos (obrigatório a partir de 1865)	**1865**	Notas
_ Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto: apresentado à C.M.P. por J. A. Corrêa de Barros	1881	
_"Os melhoramentos da Cidade do Porto", por A.C. da Cunha Morais	1916	
_Prólogo ao Plano da Cidade do Porto, por eng. Ezequiel de Campos	1932	(estudos)
[PGU] Plano Geral de Urbanização (obrigatório a partir de 1934)[229]	**1934**	
_Plano Geral de Urbanização, arq. Marcello Piacentini	1938-40	(estudos)
_Plano Geral de Urbanização, arq. Giovanni Muzio	1940-43	(estudos)
_Plano Regulador do Porto, eng. Antão de Almeida Garrett	1947-54	(aprovado pelo Conselho Superior de Obras Públicas)
_Plano de Melhoramentos[230]	1956-66	
_Plano Director da Cidade do Porto, sob a direcção de Robert Auzelle	1960-62	(apreciado e aprovado pelo Conselho Superior de Obras Públicas)

Tab. 5 – Planeamento portuense. PGM; PGU[231], até ao início da década de 1960

[228] Fontes:
Arquivo Municipal da Câmara Municipal do Porto [AHMP]
Garrett, Antão de Almeida (1974). História da evolução dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto. Porto, Secção de Planeamento Urbanístico. Centro de Estudos de Engenharia Civil-I.A.C. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
Oliveira, Vitor; Pinho, Paulo (2008). "Urban form and planning in Lisbon and Oporto." in Planning Perspectives, (23:1), pp. 81-105.

[229] Publicações associadas (entre outras):

[S.N.] (1939). Elementos de inquérito para o estudo do plano de urbanização da cidade do Porto. Vol.1, Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização. Câmara Municipal do Porto.

Garrett, Antão de Almeida (10 de Agosto de 1948). Ante-Plano Geral de Urbanização (aprov.)

Garrett, Antão de Almeida (1952). Plano Regulador da Cidade do Porto. Porto, Publicações da C.M.P

[S.N.] (1956b). Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto. Separata do Boletim Municipal nº 1036. Porto, Câmara Municipal do Porto

Marques, Manoel; Lopes, Amoroso ([s.d]). Anteprojectos das novas artérias de ligação à Praça do Município; [S.N.] (1966). Plano de Melhoramentos, 1956-66. Porto, Boletim Municipal.

[230] [S.N.] (1956a). Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro. Decreto-Lei n.º 40616. D.R. n.º 108, Série I de 1956-05-28.

Relativamente ao Plano de Urbanização da Cidade, segundo Antão de Almeida Garrett[232], até aos anos 60, apenas dois planos foram apreciados e aprovados pelo Conselho Superior das Obras Públicas: o *"Plano Regulador"* do Professor engenheiro Almeida Garrett (1947/1954) e o "Plano Director do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto", sob a orientação do Professor arquitecto Robert Auzelle (1962).

Estes dois planos foram antecedidos por um conjunto de estudos, elaborados pelo engenheiro Ezequiel de Campos (1932) e pelos urbanistas italianos arquitecto Marcello Piacentini (1938-40), e arquitecto Giovanni Muzio (1940-43). Segundo Antão de Almeida Garrett, "*(...) não se chegou a um efectivo plano geral de urbanização sobre que recaíssem apreciações oficiais (...).*"[233]

No período temporal em que se centra a presente investigação, nomeadamente o período compreendido entre 1920 e 1960, interessa esclarecer as diferenças entre as duas primeiras fases apontadas na ***Tabela 5***, e os reflexos na edificação urbana. O primeiro grupo de documentos respondia visivelmente a uma necessidade de melhoramento das condições urbanas existentes: são documentos que não apresentam uma visão estruturada do crescimento da cidade, nem é essa a sua preocupação, que se centra primordialmente, sobre as condições de salubridade das suas ruas constituintes.

O "*Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*"[234], elaborado pelo engenheiro Ezequiel de Campos, constitui claramente um documento de transição, uma tentativa de pensar a cidade como um todo, como uma rede planeada e estruturada, e disso é prova o tipo de documentos que começam a ser apresentados: o "*Esquisso de Reforma do Centro Actual da Cidade"* e *"Traça das ruas primárias da cidade do Porto"*, este último à escala 1/25000, introduzem a dimensão

[231] Á fase PGM e PGU segue-se a elaboração do Plano Director Municipal (PDM, 1982): Plano Director Municipal, Arq. Duarte Castel-Branco (1978-87); Revisão do Plano Director Municipal, Arq. Manuel Fernandes de Sá (2000-06)
[232] Garrett, Antão de Almeida (1974). História da evolução dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto. Porto, Secção de Planeamento Urbanístico. Centro de Estudos de Engenharia Civil-I.A.C. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. p.1.
[233] *ibidem*
[234] Campos, Ezequiel (1932). Prólogo ao Plano da Cidade do Porto. Porto, Empresa Industrial Gráfica.

do planeamento no processo de construção da cidade, que viria a ser desenvolvida pelos planos sucessores, nomeadamente os estudos de Piacentini, Muzio e Almeida Garrett.

Registos fotográficos. Fotografia aérea (1939). Foto Plano (1958)

O arquivo do fotógrafo Domingos Alvão, consultado no Arquivo de Fotografia do Porto [CPF/MC], assume-se como uma fonte documental determinante para esta investigação, nomeadamente na ilustração do processo de alteração da estrutura urbana da cidade do Porto e da sua imagem. Neste arquivo constam diversas imagens referentes à transformação e consolidação de algumas ruas e partes de cidade, de final da década de 30 e início da década de 40, onde surgem representados prédios de rendimento.

O levantamento fotográfico aéreo de 1939, que engloba todo o espaço urbano do Porto, revelou-se outro instrumento importante enquanto veículo de documentação da realidade morfológica da cidade, permitindo uma visualização credível do estado do tecido urbano das décadas de 20-60, e um fácil confronto com a morfologia actual dos quarteirões e ruas em estudo. Já o Foto Plano executado em 1958 acabou por ser um instrumento de menor utilidade, face ao reduzido nível de detalhe da própria representação.

Os processos de Licenças de Obras

Relativamente ao edificado, o instrumento fundamental de análise são os desenhos constantes nos processos de Licenças de Obras [LO], ou seja, a compilação dos documentos provenientes dos procedimentos camarários obrigatórios para apreciação e aprovação de qualquer edificação urbana particular que se pretendesse erigir na cidade[235]. O Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto [AHMP] alberga todos os processos aprovados até 1938, pertencendo os

[235] Promulgada em 1924, a Lei nº1670 *"Autoriza as câmaras municipais a embargarem quaisquer obras, construções ou edificações, quando iniciadas ou feitas por particulares sem licença da respectiva câmara municipal ou com inobservância de prescrições constantes de licença por esta concedida."*

restantes, a partir dessa data, à Divisão Municipal do Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto [DMAG].

O licenciamento da obra representa uma fase determinante no processo de projecto do edifício, nomeadamente de estabilização e concretização de determinada intenção para um lugar específico, o que justifica a opção por centrar a investigação nesta fonte documental.

Constatou-se também que os processos de Licenças de Obras são constituídos por um número definido de elementos, produzidos com critérios normalizados, o que permite uma mais fácil comparação entre os casos de estudo. Em alguns edifícios, os documentos integrantes deste processo representam talvez o único vestígio documental existente, por se referirem a exemplares de arquitectos menos conhecidos e, portanto, não publicados.

Na generalidade, estes processos compõem-se por:

- projecto de Arquitectura (planta topográfica, memória descritiva, plantas, cortes e alçados);
- projecto de cálculos de Betão Armado (memória descritiva e peças desenhadas);
- memória descritiva relativa à *"Instalação de rede de saneamento"*.

As *"informações"* e *"pareceres"* que os diferentes serviços da Câmara emitem relativamente aos projectos apresentados, constantes nestes processos, são igualmente uma fonte de informação relevante. Esses serviços pronunciam-se sobre diferentes vertentes, impondo condições para a atribuição das licenças.

No período em estudo, as entidades solicitadas a emitir parecer vão aumentando em número e especializando o seu campo de análise, verificando-se, por exemplo, num processo de Licenças de Obras de final da década de 30, a intervenção dos seguintes serviços:

- *"Carta da Cidade"*
- *"Conselho de Estética e Urbanização"*
- *"Inspecção de Saúde"*
- *"Inspecção geral do serviço de Incêndios do Porto"*
- *"Secção da via pública"*
- *"Secção de edifícios"*

Já em meados da década de 40, nos processos constam os pareceres dos seguintes serviços:

- *"1ª direcção (registos de requerimentos)"*
- *"3ª Direcção (entrada do processo)"*
- *"1ª Repartição (da 3ª Direcção). Urbanização e expropriações"*
- *"Conselho de Estética e Urbanização"*
- *"Inspecção de Saúde"*
- *"Batalhão de Sapadores Bombeiros"*
- *"S.M. de Águas e Saneamento"*
- *"S.M. de Gás e Electricidade"*
- *"3ª Repartição (da 3ª Direcção) - Arruamentos"*
- *"2ª Repartição (da 3ª Direcção) - Edificações Urbanas"*

Como resposta às condições impostas por diferentes entidades que intervêm no processo de concessão da licença camarária, ou por alterações solicitadas pelo próprio dono de obra, é espectável que quase todos os processos analisados apresentem aditamentos ao projecto inicial, com impacto variável sobre a concepção final do edifício.

As sucessivas alterações introduzidas ao longo do processo de licenciamento[236] não aparentam conter informação significativa para a concretização dos objectivos de investigação proposto, nomeadamente a caracterização dos processos de transformação tipo-morfológica e identificação de tipos de edifícios e modelos de habitação plurifamiliar portuense. Esta constatação, em conjunto com a evidência de que provavelmente inúmeras alterações foram realizadas no decurso da própria obra, de algum modo justifica a opção de ancoragem da investigação na análise do 1º projecto sujeito a apreciação camarária por parte do projectista.

Relativamente à face visível do edificado, recorreu-se necessariamente às peças desenhadas mais actualizadas constantes nos processos e à observação da realidade construída. Na consideração de questões relacionadas com a imagem da cidade, impõe-se a análise das fachadas que efectivamente compõem a rua, e o modo como se relacionam enquanto um todo.

[236] Normalmente acertos na distribuição interior; alterações motivadas por pareceres negativos dos serviços camarários ou entidades externas, entre outros.

Os processos camarários constituem uma versão simplificada do processo de concepção arquitectónica, e a interpretação da realidade através da sua análise consiste, naturalmente, num processo com óbvias limitações, ainda que responda aos objectivos concretos desta investigação. Apesar dos processos de Licença de Obras se constituírem como instrumento privilegiado de análise, as lógicas de transformação e apropriação do edificado, bem como a relação de cada obra com a sua envolvente construída, integram, naturalmente, a matéria de investigação, através do registo sistemático do seu estado actual.

PARÂMETROS PARA A CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS INTERPRETATIVOS

A primeira fase desta investigação centrou-se na identificação e selecção, segundo os critérios já referidos, de um número alargado de edifícios e conjuntos urbanos. Paralelamente, empreendeu-se um processo de reconhecimento alargado da documentação gráfica constante nos arquivos municipais. Estes documentos incluem Processos de Licenças de Obras, a cartografia, os registos fotográficos, os estudos e projectos decorrentes dos processos de intervenção urbana, regulamentos ou informações contextuais recolhidas em publicações especializadas da época.

Procedeu-se, de forma sistemática, ao registo gráfico das plantas do piso tipo dos edifícios em análise, e a sua representação conjunta em cartografia actual. Estes desenhos, representações abstractas que de algum modo permitem lançar algumas questões sobre a relação complexa entre a matriz espacial dos edifícios e a morfologia da cidade, compõem o material gráfico para as análises comparativas desenvolvidas ao longo dos diferentes temas que compõem o corpo da tese.

Na sucessão de capítulos apresentada, propõe-se uma leitura do prédio de rendimento segundo temáticas diversas, abordando-se os casos de estudo por comparação e categorização[237].

Especificamente, procura-se o enquadramento de determinadas vertentes particulares do prédio de rendimento portuense, através da incorporação e articulação das fontes e dados factuais específicos referidos anteriormente e relevantes para cada análise. Esta opção metodológica permite tanto uma leitura independente de cada capítulo, caso a caso, como a composição de uma narrativa sequencial.

Nesta perspectiva, persegue-se a construção de processos interpretativos, mais do que a elaboração de uma teoria ou a aplicação de uma metodologia rígida, categorizando-se essencialmente para organizar a informação.

Sendo este um trabalho de investigação essencialmente analítico e interpretativo, as lógicas de pensamento que o informam deverão ser suficientemente abertas à integração e relacionamento

[237] #categorização [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

de objectos com características ou tempos de produção diferenciados. A multiplicidade de tipos de edifícios e modelos de habitação, a coexistência de concepções tradicionalistas e modernas, e a consideração de um arco temporal extenso, corroboram a necessidade de procura de ferramentas operativas, para além da rigorosa aplicação de métodos de classificação sistemática.

Após a primeira recensão, não parece existir, em contexto portuense, uma clara opção tipológica no que concerne aos modelos aplicados. Mais do que *modelos* elaborados a partir de um mesmo *tipo*[238], os edifícios construídos radicam-se, efectivamente em diferentes *tipos*, ou diferentes matrizes de concepção espacial.

O facto dos edifícios seleccionados aparentemente não partilharem a mesma estrutura conceptual não invalida a existência de *regras*, ainda que frequentemente tácitas, na estruturação dos espaços habitáveis. Trata-se de lógicas consuetudinárias que se vão tornando práticas comuns na estruturação dos edifícios e dos espaços habitáveis ao longo da história, um enfoque numa 'sintaxe inconsciente', raramente alvo de explicitação teórica.

A metodologia implementada direcciona-se para a explicitação destas regras, a que alguns autores chamam *estruturas generativas*[239]. Não se privilegia o estabelecimento de uma história, ou uma classificação rígida e fechada relativamente à habitação plurifamiliar de iniciativa privada. A decantação dessas regras manifesta-se a diversos níveis: permite gerar nexos entre edifícios formalmente distintos, a identificação de invariantes e, fundamentalmente, a construção de um conhecimento aprofundado sobre a construção em determinado contexto.

Esta metodologia de análise integra duas abordagens distintas, conjugando parâmetros concretos que se aferem aos temas e aos objectivos de cada análise especifica: a análise topológica, centrada na configuração do edifício, geometria de ocupação do lote, distribuição e localização dos dispositivos do habitar, por exemplo, e a análise tipo-morfológica, direccionada para a caracterização das opções de acessos, sistemas de ventilação, dimensões do edifício, etc.

[238] #tipo / tipologia / modelo / protótipo [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[239] #regra / estrutura generativa [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1

Topologia(s)

A operacionalização dos conceitos de 'topologia'[240] e de 'análise topológica', normalmente ligados a outras áreas de conhecimento como a geometria e a matemática, estabelecem-se a partir da definição mais rudimentar que os associa a uma ideia de *distribuição no espaço*, e numa perspectiva mais ligada à geometria, ao estudo de *propriedades invariantes*. Ainda que a aferição destes conceitos e metodologias à área disciplinar da arquitectura se empreenda de forma empírica apoiada em fontes circunscritas, sustenta-se que a dualidade de perspectivas presentes nesta ancoragem possibilita chaves de leitura tanto na percepção das lógicas de concepção formal dos edifícios, como na clarificação das transformações ao nível da distribuição dos apartamentos.

Por um lado, direcciona-se a análise para a identificação de 'operações topológicas de deformação', por outro lado foca-se a 'distribuição lógica dos dispositivos do habitar', segundo critérios objectivos.

As duas vertentes da arquitectura em que se julga ser operativo (e de maior evidência) o recurso a este tipo de operações geométricas de composição são a inserção urbana, materializada nas diferentes configurações dos edifícios e formas de agregação das suas unidades habitacionais[241], e a distribuição funcional dos compartimentos.

As metodologias de análise topológica parecem ajustar-se tanto a uma leitura da arquitectura do presente (a habitação construída nos dias de hoje) como a uma análise, avaliação ou interpretação da arquitectura do passado.

A topologia enquanto transformação e adaptação

Da observação da matriz de concepção espacial de um conjunto amplo de prédios de rendimento portuenses projectados na 1ª metade do século XX, ressalta a complexidade e plasticidade das

[240] #topologia [cf. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1
[241] #formas de agregação [cf. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

suas configurações. Esta 'irregularidade' formal parece resultar de adaptações introduzidas pelos projectistas nas práticas do desenho arquitectónico, nomeadamente de acomodação de modelos conhecidos à geometria e particularidades próprias dos lotes disponíveis. Do ponto de vista geométrico, esta adaptação veicula-se através de 'operações topológicas' de deformação, com diferentes graus de complexidade ou profundidade.

A distribuição lógica dos elementos/dispositivos no espaço

As metodologias de análise topológica relacionam de igual modo parâmetros como 'posição', 'relação' e 'configuração', tendo como objectivo perceber as consequências (potencialidades ou condicionamentos) da localização de determinados elementos na estrutura de um conjunto.

Este enquadramento particular tem como referência fundamental um conjunto de obras da autoria de Christian Moley, nas quais perspectiva teoricamente o tema da habitação plurifamiliar através de uma análise detalhada do contexto francês[242].

Em "Regard sur l'immeuble privé: Architecture d'un habitat (1880-1970)", livro publicado em 1999[243], Moley propõe uma aproximação topológica e diacrónica ao estudo da habitação plurifamiliar de iniciativa privada que se traduz numa apreensão das propriedades espaciais do edifício e das suas células, na sua inserção no contexto da época e numa linha de evolução em direcção às concepções actuais, um percurso dividido em três partes, correspondentes a três escalas de abordagem: inserção urbana, edifício, célula. Nesse percurso, paralelamente à análise realizada e consequente teorização relativamente às características particulares dos 'prédios

[242] Moley, Christian (1991). L' immeuble en formation. Genèse de l'habitat collectif et avatars intermédiaires. Liège, Pierre Mardaga, éditeur. ISBN 2-87009-377-2.
Moley, Christian (1999). Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6.

[243] Num primeiro passo, Moley define os critérios para a selecção de casos de estudo e de um arco temporal preciso (que no seu caso se estende entre 1880 e 1970), explicando os motivos da delimitação temporal e clarificando a sua divisão em períodos significativos. Nesta obra, estabelece de igual modo a nomenclatura a usar: "habitação antiga" *versus* "habitação recente" são distinções operacionais e jurídicas em França, que permitem ao autor referir-se de uma forma simples aos casos de estudo, sem necessidade de estar repetidamente a localizá-los no tempo.

privados de habitação', Christian Moley sistematiza um conjunto alargado de desenhos explicativos dos processos de transformação tipológica dos edifícios de habitação parisienses.

Estes esquemas relacionam-se, por exemplo, com as figuras elementares dos edifícios; os processos de ampliação ou subdivisão de esquemas correntes; os esquemas de distribuição; as consequências tipológicas da interpretação de regulamentos; as topologias características de apartamentos correntes de promoção privada; os princípios usuais de composição de fachada (algumas perspetivas selecionadas num conjunto alargado de interpretações desenhadas). [Fig. 13-16]

Especificamente, Moley sistematiza os seguintes parâmetros para uma análise topológica[244]:

1. Características dos espaços exteriores (públicos e internos à operação, contribuindo para as polaridades da casa de duas frentes opostas)
2. Sistema construtivo (incidência das opções estruturais no espaço interior);
3. Dados técnicos, regulamentares, mas também os dados simbólicos, relativos aos meios de higiene e conforto;
4. Pontos de água (número, localização, ventilação);
5. Esquema distributivo (separação das peças/representações codificadas do habitar).

O autor considera que este tipo de abordagem pode trazer uma nova perspectiva ao estudo da habitação plurifamiliar, já que a multiplicidade de modelos e de modos de habitar imbricados ao longo do tempo por vezes se mostra avessa a classificações tipológicas claras.

[244] Moley, Christian (1999). Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6. pp. 11-13.

Fig. 43. Figures élémentaires de l'immeuble (un appartement par niveau).

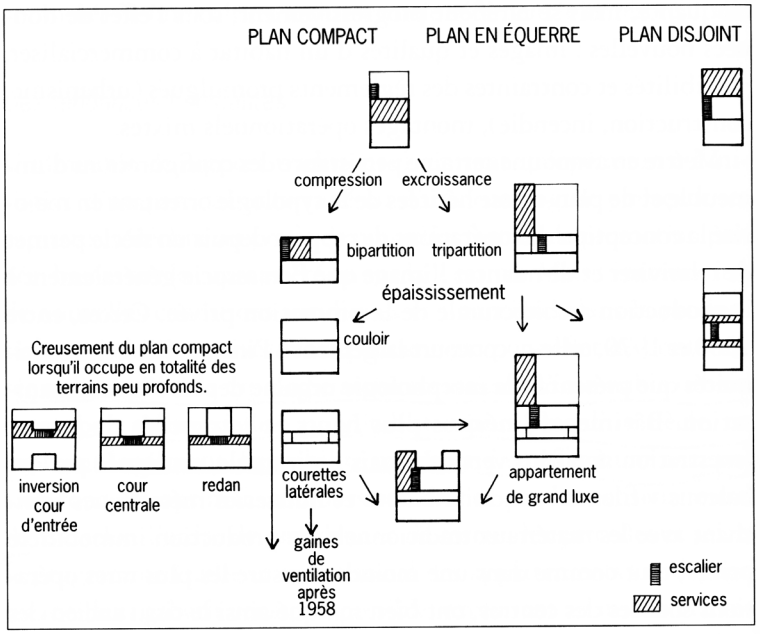
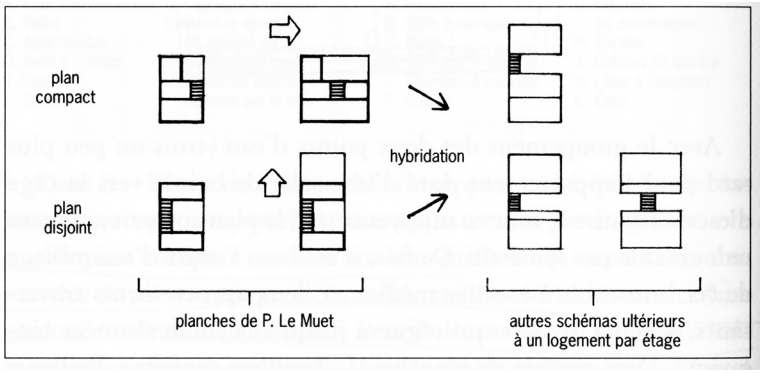


Fig. 47 Extensions des plans anciens.



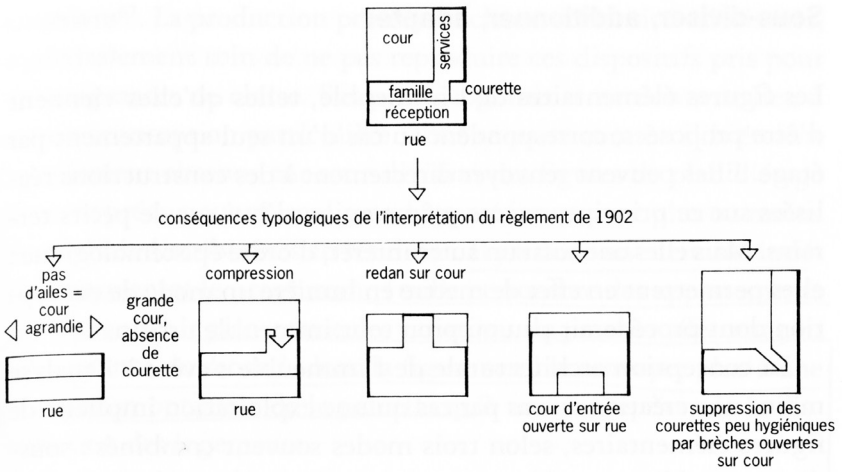


Fig. 57 Conséquences typologiques de l'interprétation du règlement de 1902 par rapport au plan en L.

Fig. 13 – Conjunto de desenhos explicativos dos processos de transformação tipológica dos edifícios de habitação parisienses, publicados na obra *"Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat (1880-1970)"*. Christian Moley (1999). [fig. 43] Esquemas relativos às figuras elementares dos edifícios (compacto, em L ou esquadria, desagregado); [fig. 47] Ampliação de 'esquemas antigos'. [fig. 57] Consequências tipológicas da interpretação de regulamentos (no caso específico francês, o regulamento de 1902).

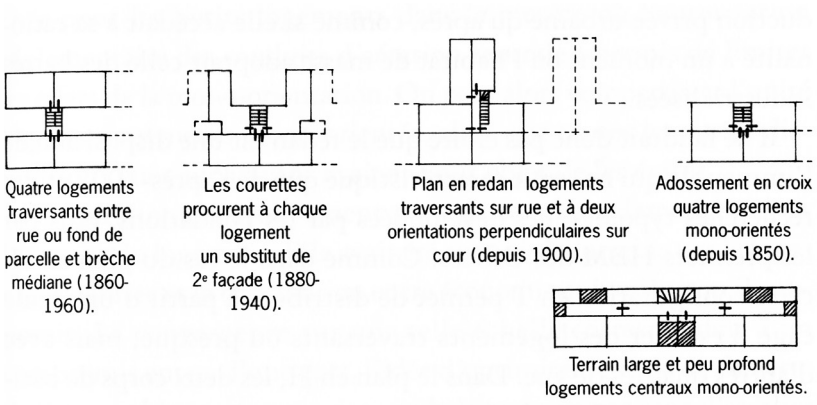


Fig. 65. Différentes dispositions pour desservir quatre logements par niveau avec aération plus ou moins rapprochée de la traversante. Leurs longévités estimées concernent la seule production privée.

Fig. 70. Division et multiplication du plan en équerre.

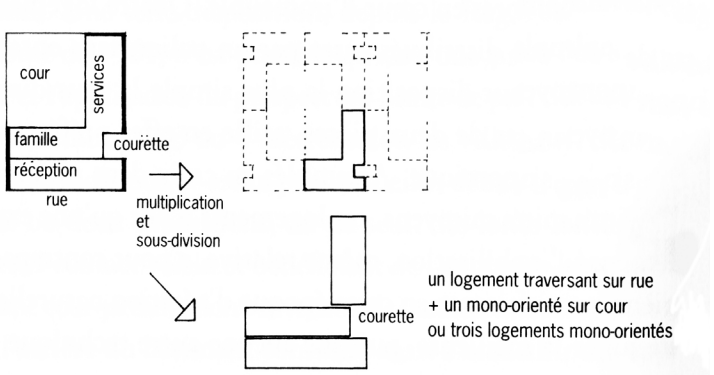


Fig. 14 – Conjunto de desenhos explicativos dos processos de transformação tipológica dos edificios de habitação parisienses, publicados na obra *"Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat (1880-1970)"*. Christian Moley (1999). [fig. 65] Diferentes esquemas de distribuição para 4 apartamentos por piso; [fig. 70] Exemplos de distribuição do 'esquema em L' e respectivas possibilidades de associação de edifícios.

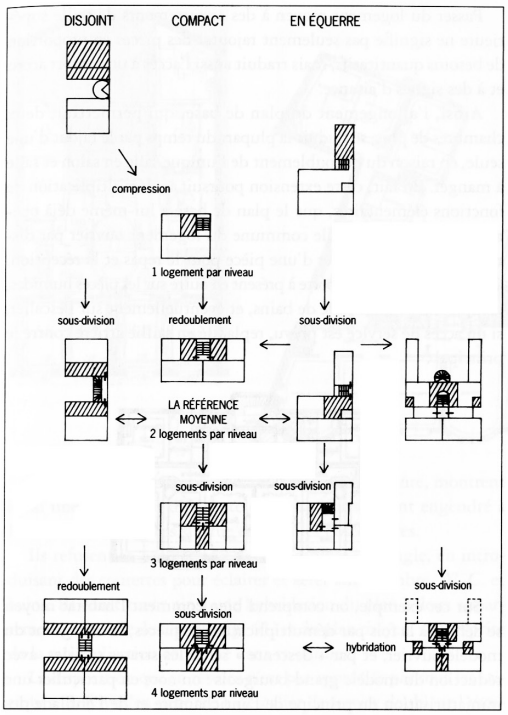
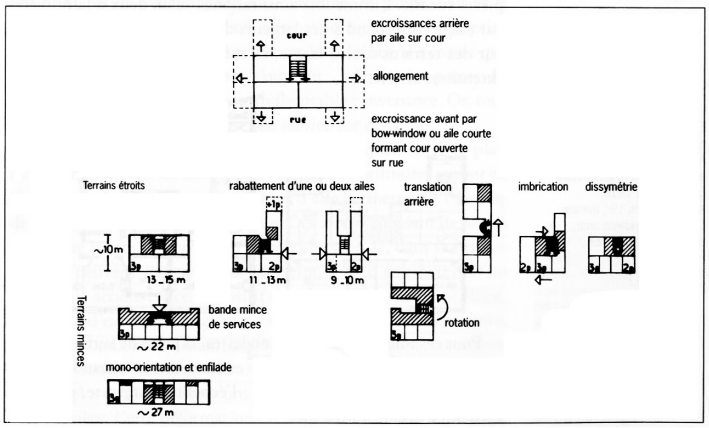


Fig. 90. Formation et rôle génératif du schéma opérant jusqu'aux années cinquante comme une référence moyenne pour la conception des différentes figures d'immeuble.

Fig. 91. Schématisation des extensions et compressions du plan de l'immeuble moyen à deux trois-pièces par niveau.



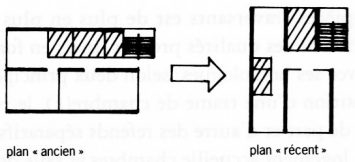


Fig. 104. La transformation du schéma moyen telle qu'elle aboutit autour de 1960.

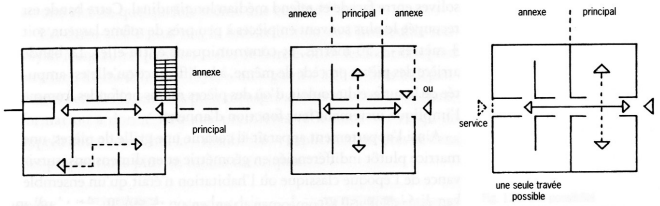


Fig. 123. Deux schémas de plan où le couloir n'a pas les mêmes propriétés.

Fig. 15 – Conjunto de desenhos explicativos dos processos de transformação tipológica dos edifícios de habitação parisiense, publicados na obra *"Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat (1880-1970)"*. Christian Moley (1999). [fig. 90] Formação e papel generativo do esquema corrente até aos anos 50 enquanto 'esquema médio' para a concepção das diferentes configurações do edifício; [fig. 91] Esquematização das ampliações e compressões do 'esquema médio' (corrente); [fig. 104] O estado da transformação do esquema médio, cerca de 1960; [fig. 123] Dois esquemas em que o corredor não tem as mesmas propriedades.

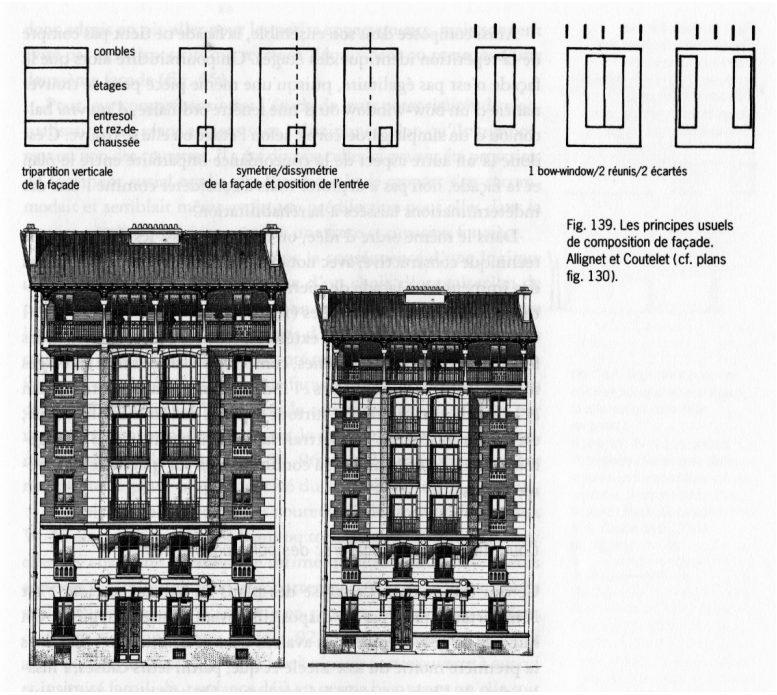


Fig. 139. Les principes usuels de composition de façade. Allignet et Coutelet (cf. plans fig. 130).

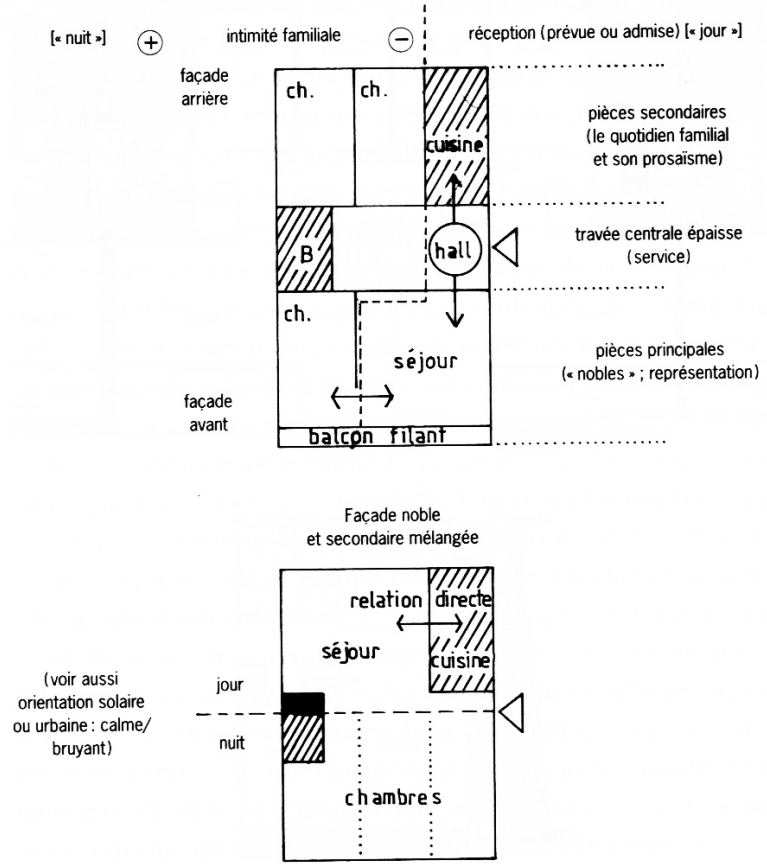


Fig. 169. La topologie caractéristique de l'appartement moyen en production privée comparée à celle qui régit sa frange la plus économique.

Fig. 16 – Conjunto de desenhos explicativos dos processos de transformação tipológica dos edificios de habitação parisiense, publicados na obra *"Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat (1880-1970)"*. Christian Moley (1999). [fig. 139] Príncipios usuais de composição de fachada; [fig. 169] A topologia característica do apartamento médio no contexto de promoção privada comparado com com a que rege o sector mais económico.

Tipo-morfologia(s)

> *"In the overall context of the architectural tradition, the idea of Type has much deeper implications than those that are confined to the classification and study of building forms. Type embraces transcendental issues of aesthetic, epistemological and metaphysical character; issues that have to do with the most generic problem of Form. Certainly, the essential meaning of Type is intimately related with the more transcendental problem of Form."* [245] Leandro Madrazo (1995)

A abordagem dos processos de formação e transformação dos modelos de habitação adoptados pelo prédio de rendimento portuense não constituem factos alienáveis do próprio processo de transformação da forma da cidade.

A análise tipo-morfológica da arquitectura, enquanto abordagem centrada em conceitos como 'tipo', 'modelo' e 'tipologia'[246], traduz-se, portanto, no território privilegiado para a explicitação das relações entre a forma da cidade e a forma da habitação no âmbito do prédio de rendimento, já que se foca em aspectos muito concretos ligados à génese e transformação de 'esquemas' que se reproduzem ao longo do tempo.

Trata-se do recurso a uma metodologia ligada a um entendimento racional da arquitectura, mais do que um mero exercício académico de classificação, que encontra um fundamento teórico em ideias ancestrais como a regra e a repetição. No essencial, através de uma redução das dimensões de análise da obra arquitectónica, esta metodologia procura, nas palavras de Nuno Portas *"devolver inteligibilidade ao reino da quantidade e da heterogeneidade, uma inteligibilidade somente operativa, no sentido de que se reconhece desde logo irremediavelmente redutora da complexidade"*.[247]

---

[245] Madrazo, Leandro (1995). The Concept of Type in Architecture. An Inquiry into the Nature of Architectural Form. Zürich, Swiss Federal Institute of Technology. p. 4.

[246] #tipo / tipologia / modelo / protótipo [*cf.* Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[247] Portas, Nuno (1974). Teoria de las tipologias como estruturas generativas en el marco de la producción urbana. Arquitectura, historia y teoría de los signos, Barcelona, Publicaciones del Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluna y Baleares. citado em Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação

Nesta investigação em concreto, a operacionalidade da noção de tipologia prende-se com o reconhecimento de determinadas opções no desenho e construção de habitação, que se perpetuam ao longo do tempo e se consolidam em traços identitários.

O habitante comum identifica com facilidade determinado tipo de edifícios, como as 'casas do Porto do século XVIII e XIX', porque lhes reconhece um conjunto de traços distintivos e afinidades de imagem e linguagem. O mesmo não acontece relativamente às edificações construídas de raiz a partir de novecentos, face à sua aparente individualidade e variedade. Essa heterogeneidade manifesta-se de um modo evidente na linguagem dos edifícios, mas não se estende necessariamente à matriz de concepção espacial ou modelos de habitação adoptados. Assim, a análise tipológica surge como instrumento útil na identificação dessas permanências, funcionando de igual modo como via de aproximação entre a arquitectura e as dimensões sociais, económicas e politicas envolvidas nas práticas construtivas.

Estas metodologias (e respectivos enquadramentos teóricos) encontram-se amplamente documentadas e sintetizadas, ainda que com distintas perspectivas, por autores como Francisco Barata Fernandes[248], Leandro Madrazo[249] ou Bruno Marchand[250], entre outros, a partir das formulações e contributos dos seus principais teorizadores nas décadas de 60 e 70 do século XX, entre os quais se destacam Saverio Muratori[251], Aldo Rossi[252], Carlo Aymonino[253],

---

Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. p. 41.

[248] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

[249] Madrazo, Leandro (1995). The Concept of Type in Architecture. An Inquiry into the Nature of Architectural Form. Zürich, Swiss Federal Institute of Technology.

[250] Marchand, Bruno (1992). Typologie des logements collectifs a Geneve. Proposition de classement selon des contextes différenciés. Doctorat. Lausanne, Ecole Polytechique Federale de Lausanne. Sobre este assunto especifico confira-se o capítulo *"4. Etude typologique : définitions préliminaires"*. pp. 33-51

[251] Muratori, Saverio (1959). Studi per una operante storia urbana di Venezia. Roma, Istituto Poligrafico dello Strato.

[252] Rossi, Aldo (1966). L'Architettura della città. Padua, Marsilio Editori.

[253] Aymonino, Carlo (1965). La formazione del concetto di tipologia edilizia: introduzione al corso di caratteri distributivi degli edifici. Venezia, Cluva.

Gianfranco Cannigia[254], Giulio Carlo Argan[255], Nuno Portas[256], Daniele Vitale, Giorgio Grassi, Anthony Vidler[257], Alan Colquhoun[258], Rafael Moneo[259], Christian Devillers[260], entre outros.[261]

Os autores enquadram a noção de 'tipo' ao longo da história, conceito com variações de entendimento significativas, no caso de Leandro Madrazo, desde "*o seu uso explicito por teóricos de arquitectura",* passando por *"outros sinónimos que traduzem o significado de tipo",* ou mesmo *"os tratados arquitectónicos ilustrados que dão expressão à noção de tipo e tipologia, sem usar estas palavras",* não sendo igualmente de negligenciar a *"evidência providenciada pelas obras arquitectónicas."*[262]

Francisco Barata Fernandes, em 1996, sublinha a tendência para em Portugal, ainda à data, se associar a ideia de tipologia a um procedimento analítico normativo e rígido de catalogação, consequência da falta de clarificação teórica da abrangência e real significado do conceito e da

---

[254] Caniggia, Gianfranco; Maffei, Gian Luigi (1984). Il progetto nell'edilizia di base. Veneza, Marsilio.
Caniggia, Gianfranco; Maffei, Gian Luigi (1993). Lettura dell'edilizia di base. Veneza, Marsilio.

[255] Argan, Giulio Carlo (1996 [1963]). On the Typology of Architecture Theorizing a new agenda for Architecture. An anthology of Architecural Theory 1965-1995. Nesbitt, K. New York, Princeton Architectural Press**,** pp. 242-246.

[256] Portas, Nuno (1969). A cidade como Arquitectura: apontamentos de método e crítica. Lisboa, Livros horizonte.

[257]Vidler, Anthony (1977a). The idea of Type. The transformation of the Academic Ideal, 1750-1830. Oppositions Reader. Selected Readings from A Journal for Ideas and Criticism in Architecture 1973-1984 (1998). Hays, K. M. New York, Princeton Architectural Press.
Vidler, Anthony (1977b). "The third typology." in Oppositions 7, (winter 1977).

[258] Colquhoun, Alan (1969). "Typology and Design Method." in Perspecta, 12, pp. 71-74.

[259] Moneo, Rafael (1978). "On Typology." in Oppositions 13, (summer 1978).

[260] Devillers, Christian (1974). "Typologie de l'habitat et morphologie urbaine." in Architecture d'Aujourd'hui, (174), pp. 18-22.

[261] Confira-se de igual modo discussões mais recentes sobre as questões ligadas à análise tipológica em:
Croizè, Jean-Claude; Frey, Jean-Pierre; Pinon, Pierre (1991). Recherches sur la Typologie et les Types Architecturaux. Paris, L'Harmattan.
Corsini, Maria Grazia (1997). "Residential building types in Italy before 1930: the significance of local typological processes." in Urban Morphology, 1, pp. 34-48. ISSN 1027-4278.
Oechslin, Werner (Oct. 1986). "Premises for de Resumption of the Discussion of Typology." in Assemblage, (Nº. 1), pp. 36-53.
Raymond, Henri (1987). Le type Architectural: une question toujours d'actualité. Recherches sur la typologie et les types architecturaux, L'Harmattan**,** pp. 8-12.

[262] Madrazo, Leandro (1995). The Concept of Type in Architecture. An Inquiry into the Nature of Architectural Form. Zürich, Swiss Federal Institute of Technology. pp. 11-12.

ferramenta[263]. Ainda que em 2016, pelas mesmas razões, persista o questionamento da pertinência das análises tipológicas, face às sistematizações já realizadas pelos autores referidos, considera-se não ser relevante uma nova revisão ou actualização de conceitos.

Nesta investigação, o entendimento da aproximação tipológica enquanto metodologia afasta-se claramente de uma aplicação mecanicista de determinados parâmetros fechados de classificação das obras arquitectónicas. Pelo contrário, a definição destes princípios estabelece-se de forma flexível, de acordo com os objectivos de cada análise específica.

Alguns parâmetros concretos

Como já foi referido, a construção do conhecimento acerca do prédio de rendimento portuense empreendida ao longo desta tese está ancorada num pensamento lógico, que articula parâmetros ligados a um entendimento topológico e tipológico da obra arquitectónica. Ainda que este conjunto de princípios não seja aplicado de forma constante, constituem a base para a estruturação dos processos de interpretação que relacionam comparativamente e categorizam os tipos de edifícios e modelos de habitação, que de algum modo vão se identificando e enquadrando ao longo dos capítulos.

Pelo modo como estes autores sistematizam e sintetizam este tipo de abordagem, que se reitera funcionar mais como fundamento de uma lógica de pensamento, do que como um conjunto de entradas de análise normativa, optou-se por seguir a perspectiva interpretativa de Christian Moley[264], no âmbito da análise topológica, e de Francisco Barata Fernandes[265], no campo da tipo-morfologia. [Fig. 17 e 18]

[263] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. p. 34.

[264] Moley, Christian (1991). L' immeuble en formation. Genèse de l'habitat collectif et avatars intermédiaires. Liège, Pierre Mardaga, éditeur. ISBN 2-87009-377-2.
Moley, Christian (1998). L' architecture du logement. Culture et logiques d'une norme héritée. Paris, Anthropos. ISBN 2-7178-3424-9

Segundo Christian Moley, genericamente, a abordagem topológica da arquitectura foca:

- as características dos espaços exteriores (polaridade urbana da célula);
- o sistema construtivo (incidência sobre a distribuição interior);
- o sistema distributivo (representação dos códigos do habitar);
- os dados técnicos, regulamentares (higiene e conforto: número e localização de pontos de água, sistemas de ventilação).

O entendimento tipológico da relação entre a *"forma da casa e a forma da cidade"*, segundo Francisco Barata Fernandes, centra-se em dimensões como:

- a matriz tipológica de distribuição interna e a sua relação com o lote e traçado viário;
- a época de formação do lote;
- a relação dominante do lote com o relevo (plano, pendente);
- o dimensionamento do lote e da construção (área, frente, profundidade, logradouro[266]);
- o número de frentes;
- o tipo e localização de escadas e acessos;
- o volume (número de pisos);
- os usos;
- os dispositivos de ventilação (localização e tipo de saguão, por exemplo).

A análise tipo-morfológica assume-se como um instrumento relevante no agrupamento e categorização dos tipos de edifícios identificados, conducente a análises sistematizadas como a que se representa na ***Figura 18***. Noutra perspectiva, a análise topológica actua na compreensão da formação de variantes, a partir da deformação e adaptação de determinados

---

Moley, Christian (1999). Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6. Esta última obra é a mais explicita, no sentido de delimitação de critérios objectivos de análise de carácter topológico.

[265] No que à tipo-morfologia diz respeito, Barata Fernandes ancora a sua abordagem em autores como Quatremère de Quincy e na investigação levada a caso pelos italianos S. Muratori, C. Aymonino e A. Rossi, nos anos 60 e 70, e igualmente, em os contributos de G. C. Argan, Nuno Portas, G. Caniggia, G. Grassi, A. Vidler, C. Devillers, C. Marti, A, Monestiroli. cf. Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. pp. 20-55.

[266] #logradouro [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

esquemas/princípios, possibilitando a consolidação de sínteses interpretativas como as apresentadas na ***Figura 17***[267].

O conhecimento adquirido previamente (bibliografia relevante, investigações precedentes, observação de elementos desenhados, entre outros documentos) e construído ao longo da investigação, decorrente das temáticas de abordagem ao prédio de rendimento, permitiu que a matriz de análise fosse ganhando especificidade. Esta matriz deteve-se especificamente em pontos como a *dimensão da frente*, a *concepção geral do edifício* (núcleos de acesso, configuração, dispositivos de ventilação) e as questões ligadas ao *programa do apartamento* (distribuição, articulação espaços habitáveis e serviços).

O quadro que se apresenta na ***Tabela 6*** compila os parâmetros estruturantes de análise, categorização e comparação, que orientam a abordagem aos edifícios em estudo. Trata-se de uma matriz de análise que se aplica caso a caso, consoante os objectivos de cada abordagem particular em cada capítulo, e que no seu conjunto, foi fundamental para construir o capítulo síntese da tese [capítulo IX].

Em resumo, a metodologia seguida cruza diversos instrumentos (estudos, fontes e documentos), apoia-se numa delimitação e registo alargado de casos de estudo, assim como numa análise de carácter tipológico e topológico, recorrendo a ferramentas disciplinares próprias (de desenho, por exemplo). Tendo como finalidade a categorização dos tipos de edifícios e modelos de habitação plurifamiliar construídos no Porto na 1ª metade do século XX, a sistematização da análise que daí decorre, não constitui, todavia, um fim em si mesmo, estabelecendo-se antes como um meio para estruturar o material recolhido e analisado sobre os casos de estudo.

---

[267] Síntese interpretativa, elaborados pela autora, a partir dos desenhos explicativos publicados na obra *"Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat (1880-1970)"*. Christian Moley (1999). [parcialmente representados nas Figuras 13-16].

Quadro /síntese. Princípios estruturantes de categorização e comparação

[Capítulo **II, VII**]

Categorização da edificação em função do LOTE
Lote profundo e estreito (até 7 m)
Lote profundo e estreito (até 9 m)
Lote profundo e estreito (até 12 m)
Lote com grande frente (13 a 18 m)
Lote com grande frente (a partir de 18 m)
Lote com grande frente e profundidade reduzida (a partir de 18 m)
Situação urbana particular (gaveto)
Situação urbana particular (testa/remate)
Situação urbana particular (edifício quarteirão)

[Capítulo **V**]

Categorização da edificação em função do TIPO DE AGREGAÇÃO
Sem agregação
Associação lateral (unidades individualizadas)
Associação lateral (bloco - unificação de imagem)
Duplicação por simetria (unidades individualizadas)
Duplicação por simetria (bloco - unificação de imagem)

[Capítulo **I**, **V, VII**]

Categorização da edificação em função da CONFIGURAÇÃO
C
L
H
U
O
duplo L
duplo C
T
Bloco rectangular

[Capítulo **V**]

Categorização da edificação em função da CONFIGURAÇÃO GEOMÉTRICA[268]
Congruente
Não congruente

[268] sobre a noção de 'congruência', cf. #topologia [cf. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[Capítulo **V**]

Categorização da edificação em função da TOPOLOGIA[269]
Equivalente
Não equivalente

[Capítulo **V**]

Categorização da edificação em função do GRAFO[270]
equivalente
não equivalente

[Capítulo **I**, **IV, VI, VIII**]

Categorização da edificação em função da localização dos DISPOSITIVOS DE ACESSO PRINCIPAL
Escada principal na fachada urbana
Escada principal na fachada posterior
Escada principal interior
Escada principal na fachada adjacente ao saguão

[Capítulo **I**, **IV, VI, VIII**]

Categorização da edificação em função dos DISPOSITIVOS DE VENTILAÇÃO
Sem saguão
Saguão principal central
Saguão principal central (associado entre 2 lotes)
Saguão principal lateral
Pátio[271] posterior aberto
Saguão secundário
Saguão secundário + pátio aberto posterior
Saguão principal + pátio aberto posterior

[269] sobre a noção de 'equivalência topológica', *ibidem*.

[270] sobre a noção de 'grafo' e sua operatividade, cf. #topologia, grafo, teoria dos grafos [cf. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[271] #pátio, #pátio aberto posterior [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[Capítulo **I**, **III, V, VI, VIII**]

Categorização da célula em função dos PRINCÍPIOS DE DISTRIBUIÇÃO[272]
Disposição[273] em fila/ *'enfilade'* (encadeamento de compartimentos)
Disposição por núcleos (representação[274]/quotidiano/serviços)
Disposição por núcleos (quotidiano/serviços)
Disposição por núcleos (dia/noite)
Disposição compacta

[Capítulo **I**, **III, IV, V, VI, VIII**]

Categorização da célula em função da LOCALIZAÇÃO DA COZINHA
Saguão
Fachada posterior
Fachada principal

[Capítulo **I**, **III, IV, V, VI, VIII**]

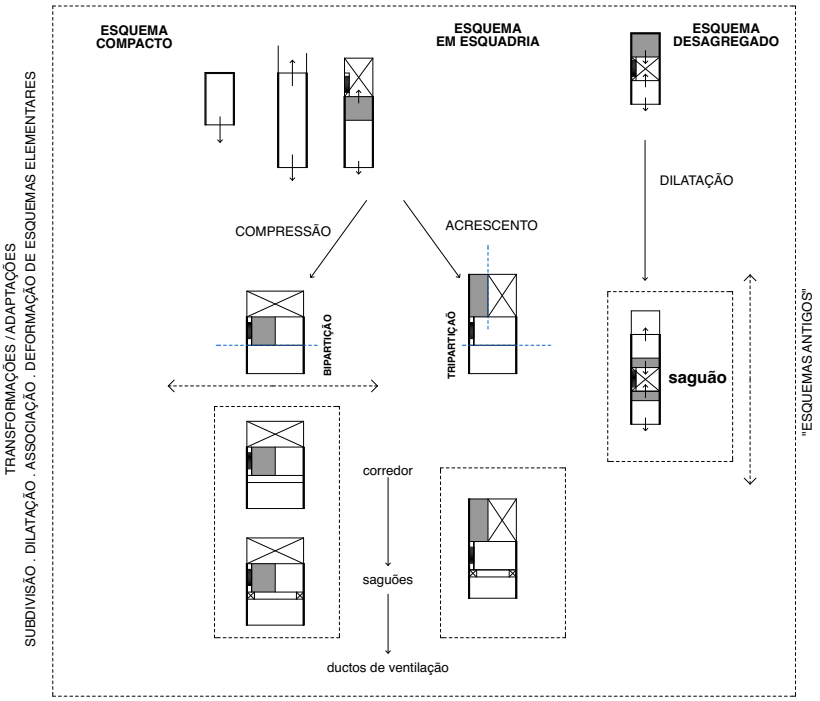
Categorização da célula em função da RELAÇÃO SALA JANTAR/COZINHA
Agrupadas na fachada posterior
Agrupadas na fachada principal
Separadas

Tab. 6 – Quadro /síntese. Princípios estruturantes de categorização e comparação

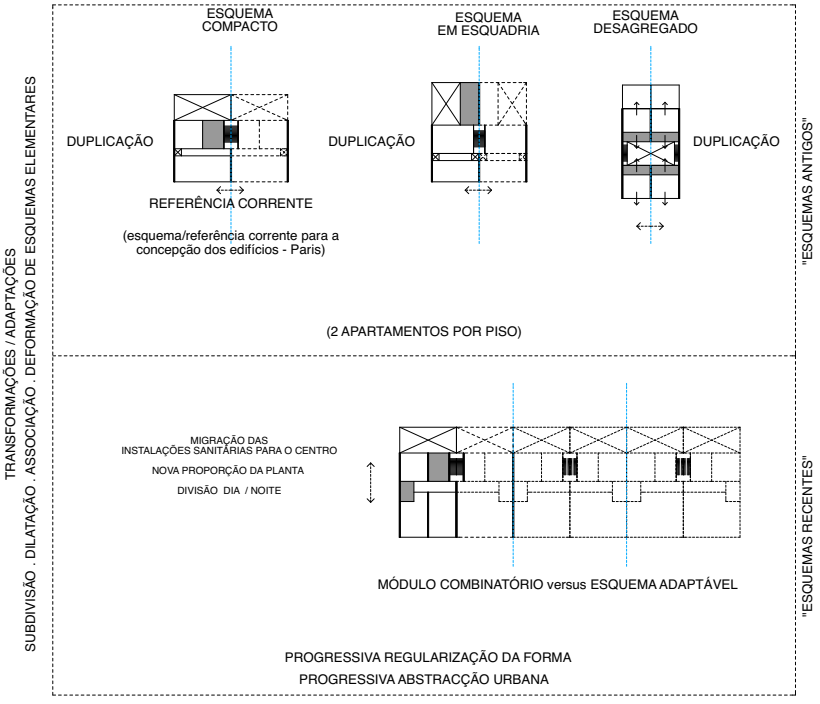
[272] cf. categorização em função da "representação dos códigos do habitar" explicitada por Moley em *"Identifier les figures de l'immeuble. Figures élémentaires de l'immeuble"*: Moley, Christian (1999). Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6. pp. 69-123.

[273] #disposição [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[274] #espaços de representação [cf. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]



EVOLUÇÃO DAS ESQUEMAS TIPOLÓGICOS DOS EDIFÍCIOS (1 apartamento por piso)
(segundo Christian MOLEY)



EVOLUÇÃO DAS ESQUEMAS TIPOLÓGICOS DOS EDIFÍCIOS (2 apartamentos por piso)
(segundo Christian MOLEY)

Fig. 17 – Síntese interpretativa a partir dos desenhos explicativos publicados na obra *"Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat (1880-1970)"*. Christian Moley (1999). [Desenhos síntese elaborados pela autora]

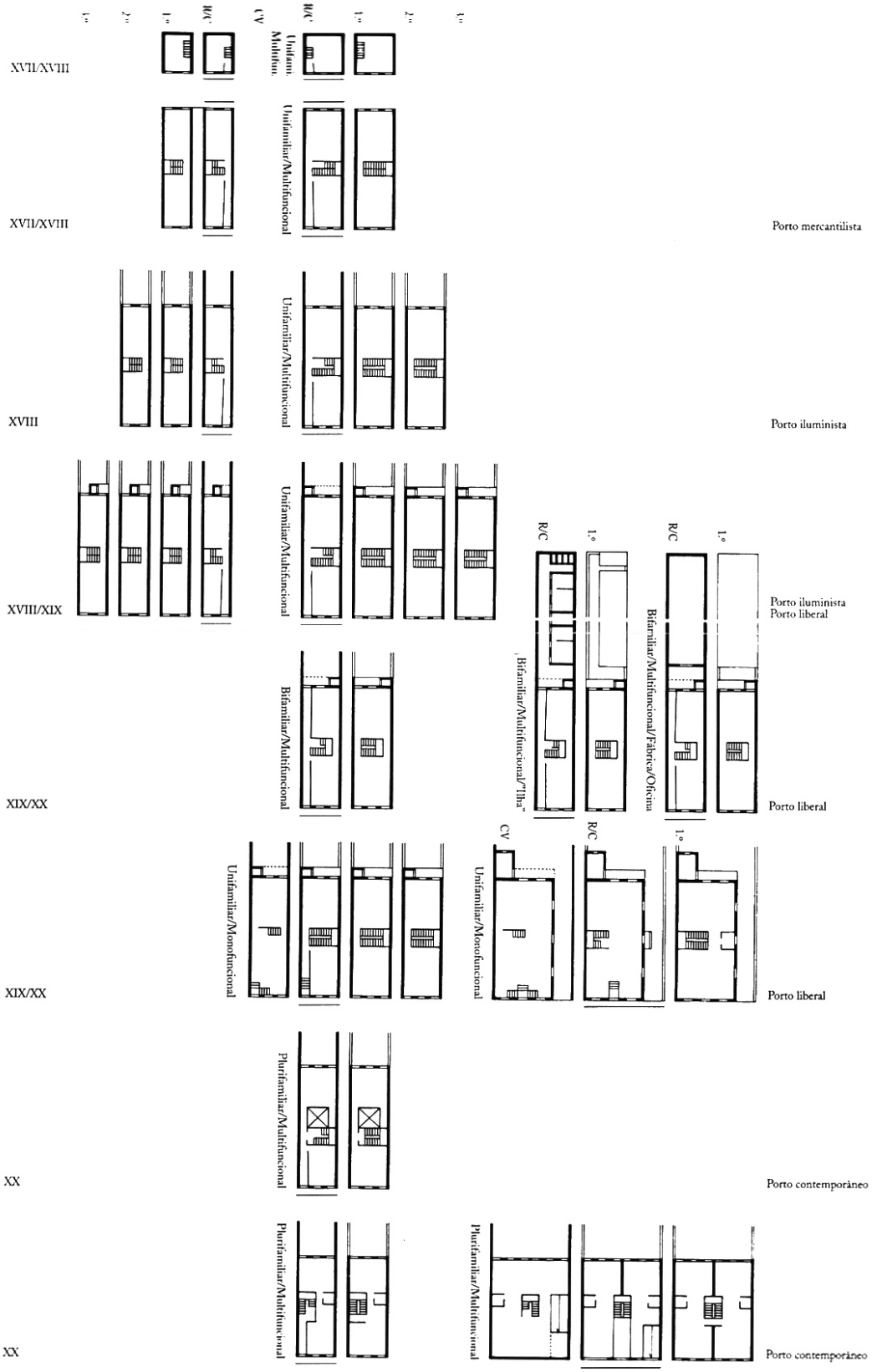


Fig. 18 – Desenho síntese publicado em *"Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade"*. Francisco Barata Fernandes (1996)

SOBRE O PRÉDIO DE RENDIMENTO PORTUENSE

Topologias, tipologias e modelos de habitação na 1ª metade do século XX

I. GÉNESE. TRANSFORMAÇÃO. ESPECIFICIDADES

Num conjunto edificado extenso, tal como se apresenta a habitação plurifamiliar[275] portuense projectada ou construída de raiz na 1ª metade do século XX, convivem edifícios com linguagens, matrizes de concepção espacial, configurações, esquemas tipológicos e opções de distribuição diversificadas. Essa multiplicidade encontra fundamento na particularidade dos seus próprios processos históricos: as primeiras casas de apartamentos em andares[276] ou prédios de rendimento[277] surgem apenas em meados da década de 20, evidenciando desde a sua génese a mestiçagem entre tradições de construção locais e referências importadas de contextos em que o prédio urbano destinado a arrendamento se constituía como prática corrente e consolidada.

Este capítulo surge como uma primeira abordagem à caracterização do prédio de rendimento portuense, aflorando questões que serão alvo de aprofundamento em capítulos específicos.

Pretende-se, por um lado, iniciar o enquadramento deste património de carácter corrente[278] nos processos longos de produção da arquitectura de habitação no Porto, inquirindo a sua relação com os modelos unifamiliares, a presença de hipotéticas referências nacionais/estrangeiras ou as características distintivas dos primeiros modelos; por outro, procura-se identificar regras e lógicas de concepção e transformação, que permitam a caracterização de uma presumível especificidade portuense relativamente a polos urbanos com características distintas.

Como metodologia, desenvolve-se uma abordagem focada, inicialmente, em questões diacrónicas, relacionadas com a génese e referências da habitação plurifamiliar de raiz portuense. Posteriormente, direcciona-se a análise para um conjunto restrito de edifícios, seleccionados não pela sua excepcionalidade ou autoria reconhecida, mas por um pressuposto carácter referencial relativamente a aspectos que se pretende explorar. Estes referem-se especificamente às continuidades e rupturas tipológicas; às matrizes de concepção espacial; à transformação do programa funcional da habitação; aos dispositivos de acesso e ventilação; às referências e transferências da habitação unifamiliar.

---

[275] #plurifamiliar (habitação) [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[276] #casas (de apartamentos) em andares [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[277] #prédio de rendimento [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[278] #produção corrente [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

Para além de um primeiro enquadramento aos processos de produção do prédio de rendimento portuense, pretende-se, igualmente, evidenciar determinadas qualidades espaciais e potencialidades de transformação inerentes a estas formas de habitação.

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO PRÉDIO DE RENDIMENTO. PRECEDENTES E REFERÊNCIAS

Os prédios de rendimento portuenses de promoção privada, destinados a uma nova burguesia urbana, são um fenómeno diferente do observado em Lisboa e outras capitais europeias com tradição de construção do plurifamiliar, a diversos níveis: génese, formas, modelos, localização temporal[279]. No Porto, os primeiros exemplares de habitação plurifamiliar de raiz surgem apenas no dealbar do século XX com a expansão do centro da cidade, o que em muito define a sua especificidade.

Segundo alguns estudos específicos sobre o tema e a época[280], assume-se a burguesia[281] como o actor dominante e condutor da sociedade civil no século XIX. Esta classe social abandona progressivamente as áreas mais antigas da cidade, afirmando uma ruptura entre o espaço da residência e o espaço do trabalho. Simultaneamente reforça o seu poder, impondo uma nova ordem na organização dos espaços da cidade, através de processos de apropriação do território de maior representatividade da cidade, espaço no qual investe os seus valores: ideais económicos, ideológicos e acima de tudo estéticos.

É esta burguesia que constrói n(o) centro urbano portuense até meados do século XX, instalando-se nos interstícios do poder produtivo (a indústria a Norte da cidade) e do poder administrativo (a Avenida dos Aliados e espaço circundante). Ambicionando a projecção de uma imagem de modernização, inovação e poder económico[282], esta classe social realiza investimentos sem paralelo no âmbito da habitação plurifamiliar e serviços, materializados na

---

[279] Sobre as particularidades da habitação plurifamiliar lisboeta construída na 1ª metade do século XX, *cf*. Capítulo VIII, *"O Prédio de Rendimento enquanto unidade de construção da cidade. Lisboa"*.

[280] *cf*. por exemplo: Séren, Maria do Carmo; Pereira, Gaspar Martins (2000). "O Porto oitocentista". História do Porto. Oliveira Ramos, L. A. Porto, Porto Editora.
Cruz, Maria Antonieta (1999). Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do século XIX. Porto, Fundação Engº António de Almeida. ISBN 972-8386-23-0.
Castro, Armando (2001). O Porto, Cidade viva, em retrospectiva: A malha social e urbana entre 1935 e 1945. CASA de Serralves: retrato de uma época. Porto, Casa de Serralves.

[281] #burguesia [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[282] Sobre a alteração da imagem da cidade do Porto na 1ª metade do século XX, e relação desta transformação com a construção de habitação plurifamiliar, *cf*. Capítulo III, *"A construção de uma nova imagem de cidade"*.

construção de áreas extensas, como é o caso dos quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira[283].

A partir do final dos anos 20 surgem modelos habitacionais com uma escala que aparenta uma clara importação e adaptação de modelos, provenientes por exemplo, de Lisboa, Paris[284] ou Genebra[285]. Contudo, nesses mesmos edifícios, a linguagem, as opções de acessos e de distribuição espacial e funcional sugerem algumas permanências de um modo de construir portuense[286]. Nesta perspectiva, colocam-se naturalmente questões relacionadas com as particularidades destes novos tipos de edifícios e modelos de habitação, surgidos tardiamente no panorama da construção da cidade do Porto (e do contexto de outras cidades europeias com tradição em habitação plurifamiliar urbana).

A formação do plurifamiliar: estruturas preexistentes. Alterações emergentes

Francisco Barata Fernandes, em *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade* (1999 [1996]), descreve os processos de transformação da

---

[283] Temática aprofundada no Capítulo II, *"Ruas enquanto laboratórios tipo-morfológicos no centro urbano"*.

[284] Sobre as características particulares do prédio de rendimento/prédio de apartamentos para aluguer parisiense confira-se pelo seu carácter sintético, entre outros autores e textos de referência:
Boudon, Françoise (1988). "La «maison à loyer» de la ville hausmannienne." in Revue de l'Art, 79, (63-72).
Cabestan, Jean-François (2004). La conquête du plain-pied. L'immeuble à Paris au XVIIIe siècle, Éditions A. & J. Picard. ISBN 2-7084-0726-0., nomeadamente os capítulos *"L'habitat collectif. La maison à loyer – Émergence d'un type de l'immeuble",* pp. 28-31 ; *« Troisième partie. De la maison à l'immeuble. Chapitre 8 : De la maison à loyer à l'immeuble collectif »,* pp. 278-290.
Eleb, Monique; Debarre-Blanchard, Anne (1995). L' invention de l'habitation moderne. Paris, 1880-1914. [Paris], [Bruxelles], Hazan, Archives d'Architecture Moderne. ISBN 2-85025-384-7., capítulo XII, *"Les types d'habitation"*, pp. 289-330.

[285] Na bibliografia consultada, esta cidade raramente é referida, aparentando, no entanto, ser um caso de estudo relevante, face à similaridade das linguagens de algumas fachadas com os edifícios portuenses.
Especificamente sobre os tipos de edifícios e modelos de habitação construídos em Genebra, consultar:
Marchand, Bruno (1992). Typologie des logements collectifs a Geneve. Proposition de classement selon des contextes différenciés. Doctorat. Lausanne, Ecole Polytechique Federale de Lausanne.
Veja-se, de igual modo, aprofundamento sobre estas questões no Capítulo VII, *"Referências e Transferências. Leituras a partir de 'A Arquitectura Portuguesa'"*, nomeadamente a reprodução de edifícios e projectos estrangeiros nas páginas da revista.

[286] Sobre os modelos de habitação em vigor em contexto portuense, entre as décadas de 1920 e 1960, *cf.* Capítulo IX, *"Tipos de edifícios e modelos de habitação plurifamiliar na cidade do Porto. Uma síntese"*.

habitação unifamiliar em habitação plurifamiliar no contexto portuense (no âmbito da habitação corrente), enfatizando a prevalência da adaptação dos edifícios existentes e o investimento em habitação unifamiliar até final do século XIX, apoiada numa forma de parcelamento que se mantém mais ou menos constante, o lote profundo com frente estreita. O autor esclarece que no Porto, se responde aos fenómenos de aumento da população (a partir do final de setecentos e 2ª metade de oitocentos) através da sobreocupação das casas burguesas existentes. Ou seja, assiste-se a uma progressiva transformação da habitação unifamiliar em plurifamiliar por processos que não implicam necessariamente a construção de raiz ou o desenho de novas tipologias. As estruturas existentes, em particular as tipologias *'mercantilista'* (século XVI e XVII) e '*iluminista'* (2ª metade do século XVIII), entram em metamorfose adaptando-se ao uso plurifamiliar com áreas mínimas e as mais diversas soluções, e mantendo no essencial a matriz de organização interna que as caracteriza. Associam-se lotes contíguos, experimenta-se através de sucessivas adaptações, responde-se a programas habitacionais mais complexos[287].

Neste processo, como afirma Francisco Barata Fernandes, *"as características e a localização da caixa de escadas desempenham um papel essencial e constituem uma permanência"*, potenciando mecanismos como a introdução de saguões (progressiva integração das peças sanitárias no interior da casa, para libertação das fachadas) e associação lateral de lotes, nos casos de edifícios com duas frentes e escada central (uma caixa de escadas serve dois módulos em associação horizontal, por exemplo)[288].

As tipologias correntes de habitação plurifamiliar de raiz, não aparentam ser alheias a estes longos processos de transformação, já que se observa a construção de edifícios que se inserem no mesmo tipo de parcelamento, e integram características tipológicas das formas de habitar precedentes, num processo que se estende no tempo[289]. Constata-se este facto em edifícios inseridos em lotes estreitos e profundos com frentes até 7 metros, e escada central comum, encostada à parede de meação (ou ao saguão central), localizando-se os serviços na parte

---

[287] *cf*. Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

[288] *cf*. enquadramento no Capítulo *"Premissas de Investigação e Metodologia", nomeadamente no ponto "Antecedentes. Métricas. As particularidades do parcelamento portuense"*.

[289] Temática aprofundada no Capítulo II, *"Ruas enquanto laboratórios tipo-morfológicos no centro urbano"*.

posterior da casa ou acoplados ao saguão. Observa-se de igual modo, a duplicação da mesma matriz, aumentando a frente de lote para 12/13 metros, como é o caso do edifício localizado na Rua de Alexandre Herculano, 400, com Licença de Obra de 1929[290] [Des. I.1], ou mesmo em edifícios com dimensão de frente até 18/20 metros (associação de 3 lotes de dimensão tradicional), articulados com um único saguão central. [**Des. I.1**]

Num processo paralelo, em arruamentos de consolidação do centro da cidade, como a Rua de Sá da Bandeira, Rua do Bolhão [**Des. I.3**], Rua de Rodrigues Sampaio, e a Rua de Ceuta (mais tardiamente, no início da década de 50), ou em zonas mais afastadas do centro, como a Rua de Diogo Brandão, entre outras, surgem a partir de 1930 novos modelos de habitação de carácter plurifamiliar, cuja matriz de organização interna não aparenta similaridades com os processos anteriormente descritos.

É um dado adquirido que as formas de habitação portuenses, até início do século XX, são essencialmente de tipo unifamiliar. Este facto não invalida a incorporação de diferentes matrizes de concepção espacial, princípios de distribuição[291], tipo de relação com o espaço público[292], ou 'diálogos' com a modernidade[293].

Está também demonstrado que no Porto, no que à habitação plurifamiliar edificada de raiz diz respeito, as formas de habitação correntes que dominaram como regra na cidade desde início da década de 60 até à década de 80 do século XX não são o prédio de rendimento ou o edifício de apartamentos para venda de grande dimensão. Apesar da maior complexidade e sofisticação deste tipo de edifícios, constata-se a implementação de tipologias e maior grau de anonimato, de

---

[290] LO 1929/0644 [AHMP]

[291] *cf*. Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

[292] *cf*. Mota, Nelson (2010a). A Arquitectura do quotidiano. Público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do séc. XIX. Coimbra, eldlarq. Departamento de Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. (versão publicada de tese de mestrado policopiada com o mesmo título, 2006). ISBN 978-972-99821-5-6.

[293] *cf*. Mendes, Manuel Augusto Soares (2010). Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo. Tese de Doutoramento. Porto, FAUP.

menor escala e maior simplificação programática, adaptada à substituição lote a lote.[294] [**Des. I.2**]

Independentemente destas constatações, a partir dos anos 20, e particularmente no período em estudo (situado entre 1920 e 1960), parece ser credível afirmar que existe uma transformação significativa nas práticas de edificação. Esta transformação materializa-se em conjuntos com alguma expressão na cidade, tendo em conta os dados expressos nos estudos estatísticos sobre a construção empreendida no Porto até aos anos 60[295], e a própria amostragem apresentada em estudos já realizados[296].

Alguns tipos de edifícios e modelos de habitação plurifamiliar

A produção arquitectónica de 'excepção' no âmbito da habitação plurifamiliar portuense, com programas mais sofisticados, maior escala e qualidade construtiva, na qual Francisco Barata Fernandes insere alguns dos prédios de rendimento construídos na Rua de Sá da Bandeira[297], encontra-se parcialmente documentada na obra "*(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses"* (2001), coordenada por Manuel Mendes[298], sendo também referenciada noutros textos do autor[299].

---

[294] *cf*. Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

[295] [S.N.] (1939). Elementos de inquérito para o estudo do plano de urbanização da cidade do Porto. Vol.1, Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização. Câmara Municipal do Porto.; Instituto Nacional de Estatística (1971). A Cidade do Porto. Súmula Estatística (1864-1968). Séries de Estatísticas Nacionais, nº2. Lisboa, INE.

[296] Mendes, Manuel Augusto Soares (2010). Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo. Tese de Doutoramento. Porto, FAUP.; Mendes, Manuel, coord. (2001). (In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses. Fotografias de José Manuel Rodrigues. Porto, FAUP publicações.

[297] *cf*. Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

[298] Mendes, Manuel, coord. (2001). (In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses. Fotografias de José Manuel Rodrigues. Porto, FAUP publicações.

Especificamente, esta obra apresenta-se como um levantamento fotográfico abrangente da produção arquitectónica portuense de 'carácter erudito'[300], construída entre 1923 e 1943, focalizado na habitação urbana. Nessa perspectiva, não corresponde ao levantamento exaustivo de todos os exemplares existentes, mas a um universo de 100 edifícios, seleccionados segundo critérios específicos, no qual os edifícios de habitação plurifamiliar representam sensivelmente 1/4 dos casos publicados[301].

Tendo em conta esta particularidade, sublinha-se que os edifícios documentados não se apresentam necessariamente como os exemplares mais antigos, ou os únicos. Os inquéritos e estatísticas[302] da época apontam claramente para um universo bastante mais vasto. No entanto, este levantamento possibilita, para além de uma panorâmica geral, sustentar a ideia de que a habitação plurifamiliar de raiz constitui um corpo heterogéneo com características bastante diversas: modelos, escala de construção, programas, tipo de inserção na parcela, linguagens.

No referido estudo sobressai a variedade dos modelos de habitação construídos neste período, para além dos extremos 'unifamiliar' e o 'bloco de rendimento', gerados a partir do que Manuel Mendes denomina de 'intermediário'. Tais edifícios acomodam normalmente entre duas e quatro famílias mantendo os acessos individualizados: 'duas casas de habitação', 'correnteza de casas de habitação'; 'grupos de casas de habitação', 'associação de casas de habitação'.

Sublinhe-se de igual modo que nesta 'progressão tipológica', apesar das edificações manterem os acessos independentes, observa-se em alguns casos o abandono da imagem de um conjunto de casas individuais associadas lateralmente. Do ponto de vista arquitectónico e urbano, assumem-se progressivamente como edifícios estruturados ao nível da composição e da inserção urbana como blocos de habitação, não obstante a individualização de acessos.

---

[299] Mendes, Manuel Augusto Soares (2010). Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo. Tese de Doutoramento. Porto, FAUP.

[300] Arquitectura de carácter erudito, aqui entendida como encerrando manifesta qualidade arquitectónica, cuidado de desenho e concepção, autor reconhecido e importância do ponto de vista patrimonial.

[301] *cf.* enquadramento no Capítulo *"Premissas de Investigação e Metodologia", nomeadamente no ponto "Composição. Linguagem. Distribuição. Dispositivos"*.

[302] [S.N.] (1939). Elementos de inquérito para o estudo do plano de urbanização da cidade do Porto. Vol.1, Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização. Câmara Municipal do Porto.; Instituto Nacional de Estatística (1971). A Cidade do Porto. Súmula Estatística (1864-1968). Séries de Estatísticas Nacionais, nº2. Lisboa, INE.

Ainda que a proliferação de novos modelos seja evidente, até ao início dos anos 30 aparenta dominar a construção de edifícios bifamiliares. Os exemplares com data mais antiga registados no catálogo "*(In)formar a modernidade"* são dois edifícios da autoria de José Coelho Freitas (construtor civil diplomado), ambos de 1930, e um edifício de 1931, da autoria do arquitecto Rogério de Azevedo. Contudo, este tipo de edifício bifamiliar constitui uma prática frequente na construção da cidade em épocas anteriores.

No referido catálogo, o edifício projectado em 1928 pelo arquitecto José Marques da Silva – *"Edifício de casas-andar de habitação, salas e estabelecimentos"*, representa a edificação mais antiga registada com partilha de acessos comuns. Este edifício é claramente indicado como sendo de 'rendimento' e de carácter plurifamiliar.

Face à multiplicação de referências nesta publicação, é possível inferir que, a partir de 1935, o prédio de rendimento construído de raiz consolidou-se enquanto opção arquitectónica. A diversidade de edifícios registados permite de igual modo constatar que esta forma de habitação se constrói com distintas dimensões de fachada, número de pisos e tipo de inserção na parcela urbana (edifícios em lote, bloco, duplicação lateral, por exemplo). O programa do edifício é variado, incluindo habitação e estabelecimentos, comércio, serviços, e em alguns casos garagens[303]. A fachadas não reproduzem linguagens tipificáveis, exibindo distintos estilos reconhecíveis como a articulação de volumes *'art-déco'*, o despojamento decorativo proto-racionalista, as pilastras e outros elementos de ornamentação estilo 'beaux-arts', ou ainda um reportório de carácter tradicionalista, com cornijas, platibandas e outros elementos em granito.

A construção deste tipo de edifícios pode também ser comprovada pelo desdobramento de pedidos de licenciamento a partir de meados dos anos 30.

Apesar da progressiva vulgarização da construção de edifícios de raiz com apartamentos independentes a partir do início dos anos 30, as pesquisas realizadas nos Arquivos Municipais portuenses permitiram localizar um conjunto de edifícios ainda com distribuições híbridas, até

[303] Sobre o programa de habitação do 'prédio de rendimento portuense', *cf*. Capítulo VI, *"Programas de Habitação plurifamiliar. Opções correntes, variações emergentes"*.

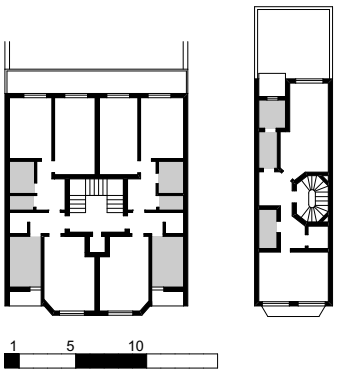
final da década anterior. É o caso do edifício na Rua de Santa Catarina, 447[304], representado na figura I.1, o edifício na Avenida Rodrigues de Freitas, 229-231[305], ou o edifício na Rua de Alexandre Herculano, 400[306] que indiciam uma ocupação plurifamiliar (três e quatro pisos, com uma cozinha por piso), mas em que não existe independência ao nível de acessos (o núcleo de escadas não possui um patamar autónomo, que permita um acesso independente a cada apartamento). [Fig. I.1], [**Des. I.1**]

Este facto permite um questionamento sobre as práticas de coabitação nos anos 20 do século XX portuenses e o fenómeno de passagem da habitação unifamiliar para a plurifamiliar, em edifícios construídos de raiz. Nos edifícios referidos anteriormente, a distribuição da cozinha, associada a uma sala de jantar, uma instalação sanitária e um número variável de quartos sugere a existência de núcleos familiares reduzidos, cuja privacidade se encerra em compartimentos e não em apartamentos independentes. A dimensão estreita da parcela poderia constituir-se como um factor impeditivo para a resolução de questões ao nível da distribuição funcional, mas efectivamente, mesmo no edifício localizado na Praça da República, 203-205[307], o acesso vertical permanece sem patamar isolado, não obstante a possibilidade do seu encerramento. [**Des. I.1**]

Alguns anos mais tarde já se identificam projectos em que estas questões se encontram perfeitamente solucionadas, como é o caso do edifício na Rua de Fernandes Tomás, 133-137[308], projectado de raiz, de carácter claramente plurifamiliar, e indicado na memória descritiva como sendo de 'rendimento'. Na sua matriz de concepção reconhecem-se os dispositivos tradicionalmente afectos à habitação plurifamiliar: apartamentos independentes, acessos verticais autónomos, um conjunto mínimo de compartimentos habitáveis e de serviços. [**Des. I.1**]

[304] LO 1925/1293 [AHMP].
[305] LO 1930/0328 [AHMP].
[306] LO 1929/0644 [AHMP].
[307] LO 1928/0947 [AHMP].
[308] LO 1933/1130 [AHMP].

Des. I.1 – Edifícios de habitação plurifamiliar em lote estreito e profundo (construção de raiz). Alguns exemplos [esquemas produzidos pela autora a partir dos desenhos de Licença de Obra - Arquivo Histórico e Departamento Municipal de Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto - AHMP, DMAG]



Des. I.2 – Modelos de habitação frequentes a partir da década de 1960, na substituição lote a lote (ref. Barata Fernandes, 1996)

Des. I.3 – Quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira/ Bolhão/ Firmeza. Anos 30/40 séc. XX. Esc. 1/1500 [desenhos produzidos pela autora, LO - AHMP, DMAG]

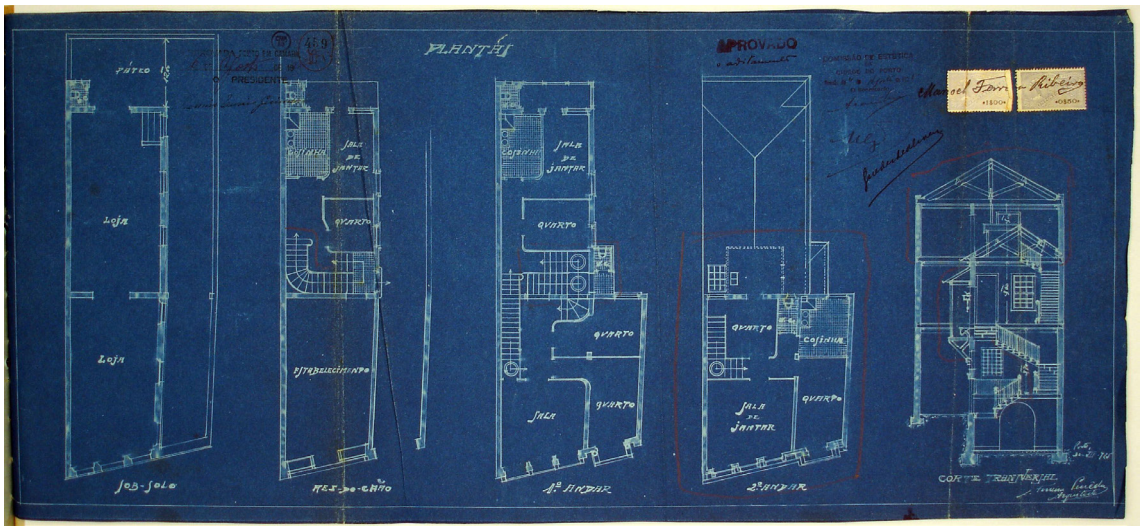


Fig. I.1 – Edifício com possibilidades de utilização plurifamiliar, Rua de Santa Catarina, Licença de Obra de 1925, in Arquivo Histórico Municipal do Porto [AHMP, LO 1925/1293, fol. 450]

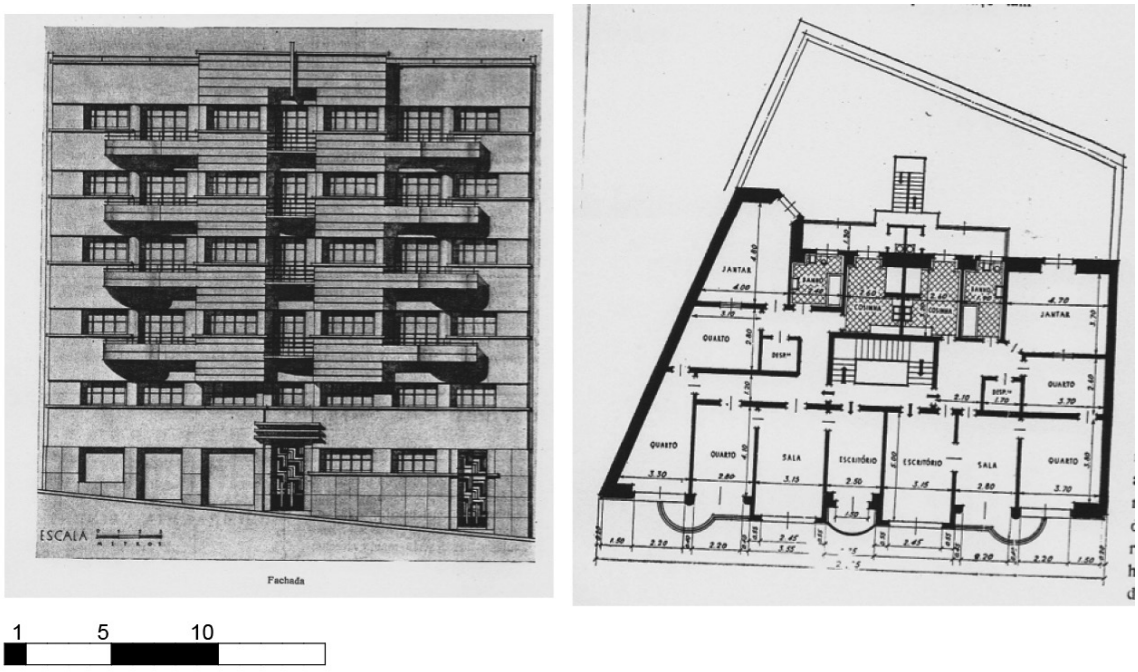


Fig. I.2 – Prédio em Lisboa, reproduzido em A Arquitectura Portuguesa, Cerâmica e Edificação Reunidas, nº19. Outubro de 1936

A documentação coligida não garante a inexistência de edifícios com apartamentos distribuídos em andares com data anterior de projecto, mas corroboram uma ideia mais ou menos generalizada, de que o plurifamiliar portuense construído de raiz se assume efectivamente como um fenómeno tardio, materializando-se com diferentes contornos ou hibridizações, com especial incidência nos modos de coabitação. A divisão do prédio em apartamentos independentes, a partilha de acessos, a imagem unificada e importação de linguagens, a crescente complexidade programática, a variação de soluções de inserção nos lotes e de agregação das unidades habitacionais, estabelecem-se inequivocamente como caracteres distintivos do plurifamiliar em expansão.

Hipotéticas referências e transferências dos modelos de habitação unifamiliar

No processo de transição ou adaptação da habitação unifamiliar para a plurifamiliar de raiz, observam-se alterações significativas, expressas de um modo evidente na escala da edificação, nas tipologias e na própria linguagem das fachadas. Ressalta uma alteração dos materiais e técnicas construtivas, códigos estéticos e elementos de decoração. As fachadas adquirem maior dimensão de frente, e sugerem a importação de modelos ou referências externas, afastando-se de um modo variável da linguagem ou imagem preexistentes.

A consideração de um conjunto alargado de edifícios sugere que as referências arquitectónicas divergem de forma significativa, conforme o projectista, o promotor e as suas preferências. Ainda que se aceite que na generalidade, na 1ª metade do novecentos portuense, Paris fosse o destino preferencial de formação complementar de alguns alunos privilegiados da Escola de Belas-Artes, parece fazer sentido ter em conta outras vias de influência, que não se movem necessariamente em meios eruditos, ou através do ensino académico, como é o caso das revistas de arquitectura[309]. Esta percepção ganha sentido se for considerado, por um lado, que uma parte significativa dos responsáveis de obra neste período não têm formação académica superior – os chamados construtores ou condutores de obra diplomados, e por outro, o facto de que os promotores particulares influem nas opções tipológicas e estéticas dos edifícios, exercendo um

[309] Temática aprofundada no Capítulo VII, *"Referências e Transferências. Leituras a partir de 'A Arquitectura Portuguesa'"*.

controlo efectivo sobre todas as questões relacionadas com aspectos de rentabilização (ou retorno do seu investimento).

De um modo geral, o promotor da edificação portuense é um particular, ou uma pequena sociedade de dois proprietários, pertencentes a diferentes estratos sociais e com distintas capacidades de investimento, realidade que se traduz na própria escala da edificação. Os edifícios de maior dimensão, localizados nas áreas centrais da cidade, resultam da encomenda de companhias de seguros (como 'A Garantia'), instituições bancárias (o Banco Borges e Irmão e o Montepio Geral, por exemplo) ou industriais de renome, que investem no mercado imobiliário através das suas firmas (como é o caso da firma Ferreira e Filhos). Estas entidades contratam projectistas com prática profissional reconhecida, entre os quais os arquitectos José Porto, José Ferreira Peneda, Júlio José de Brito e Manuel da Silva Passos Júnior.

Serão também estes os edifícios que de um modo mais evidente sugerem a influência de outros contextos como França, Bélgica e Suíça (ou especificamente Paris[310], Bruxelas[311], Genebra[312] e Lausanne), expressa não só na linguagem, tratamento volumétrico, mas essencialmente nas opções tipológicas: localização e qualificação do núcleo central de acesso, incorporação de saguões de dimensão assinalável, qualificação do vestíbulo de entrada do edifício, por exemplo. Nesta linha de influências, o programa do prédio de rendimento, pelo menos o dos edifícios de maior escala, adquire características próprias que o distinguem das formas de habitação correntes portuenses, incorporando instalações, equipamentos e espaços específicos que concorrem na sua dignificação: habitação para porteiro, garagens, condutas de lixo, elevadores, átrios amplos de acesso comum, por exemplo. [Fig. I.3-I.7]; [**Fot. I.1-I.7**]

---

[310] Sobre os tipos e modelos de habitação correntes em Paris, e respectivo processo de transformação, veja-se, por exemplo: Moley, Christian (1999). Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6.

[311] Sobre os tipos e modelos de habitação correntes em Bruxelas, cf., por exemplo:
"Contexte Culturel. Bruxelles" in Ledent, Gérald (2014). Potentiels Relationnels. L'aptitude des dispositifs physiques de l'habitat à soutenir la sociabilité. Bruxelles, le cas des immeubles élevés et isolés de logement. Doctorat. Louvain, Académie Universitaire Louvain. Faculté d'architecture, d'ingénierie architecturale, d'urbanisme.
Sobre as linguagens adoptadas pelos edifícios de habitação construídos para rendimento, confira-se o inventário disponível em:
http://www.irismonument.be

[312] Sobre os tipos e modelos de habitação correntes em Bruxelas, cf., por exemplo:
Charollais, Isabelle; Lamunière, Jean-Marc; Nemec, Michel (1999). L'architecture à Genève 1919-1975. République et Canton de Genève. Direction du patrimoine er des sites DAEL, Payot-Lausanne. ISBN 9782884747561.

A cultura do projectista e do dono de obra constroem-se num processo alargado no tempo, e não para uma situação específica. Desse modo, mais do que identificar referências directas num projecto especifico, torna-se pertinente estabelecer um quadro possível de influências, numa discussão que se anteveja consequente na actualidade. Nesta teia de referências e influências, as 'imagens' de arquitectura parecem viajar de um modo mais livre que os modelos de habitação e curiosamente, é possível referenciar edifícios portuenses das mais diversas autorias, cujas fachadas revelam linguagens claramente importadas dos contextos urbanos anteriormente referidos, mas cuja matriz de distribuição em nada se relaciona com os modelos a que aparentemente reportam [**Fot. I.8 e I.9** - Rua do Bolhão]. Neste processo, talvez seja relevante referir contextos urbanos próximos, como Lisboa, e canais de tráfego de informação como as revistas de arquitectura, especulando sobre o seu papel mediador neste trajecto de influências e referências[313], em que se publicavam sistematicamente fachadas como a representada na figura I.2. [Fig. I.2]

O surgimento tardio do prédio de rendimento portuense, e a sua implementação num período curto de tempo (cerca de três a quatro décadas) gera um processo de experimentação intenso, marcado pela sobreposição e a colagem, moldando uma paisagem ecléctica, composta por referências tradicionalistas e internacionais, não necessariamente actualizadas, e frequentemente anacrónicas. Trata-se de um arco temporal demasiado breve, no entanto, para que exista a instituição de modelos de habitação ou de um tipo de edifício preferencial e economicamente viável. Esta realidade de relativa homogeneidade, de um tipo de habitação que se afirma na arquitectura da cidade, só se observaria a partir dos anos 60 do século XX, e à custa de uma considerável simplificação ao nível da concepção arquitectónica.[314] **[Des. I.2]**

---

[313] *cf*. Mesquita, Marieta Dá, ed. (2011). Revistas de Arquitectura. Arquivo(s) da Modernidade. Casal de Cambra, Caleidoscópio ISBN 978-989-658-110-7.

[314] A partir da década de 1960, é relativamente vulgar a reprodução de um modelo de habitação bastante específico, ocupando lote simples ou duplo lote, com matrizes de concepção espacial e linguagens relativamente padronizadas, e claramente distintas do tipo de edifício retratado na presente tese. cf. Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

Fot. I.1-1.7 – Alguns edifícios de habitação plurifamiliar em ruas do centro de Genebra (2006)

Fot. I.8 e 1.9 – Edifícios de habitação plurifamiliar, Rua do Bolhão: LO 1941/254; LO 1942/590; LO 1941/571

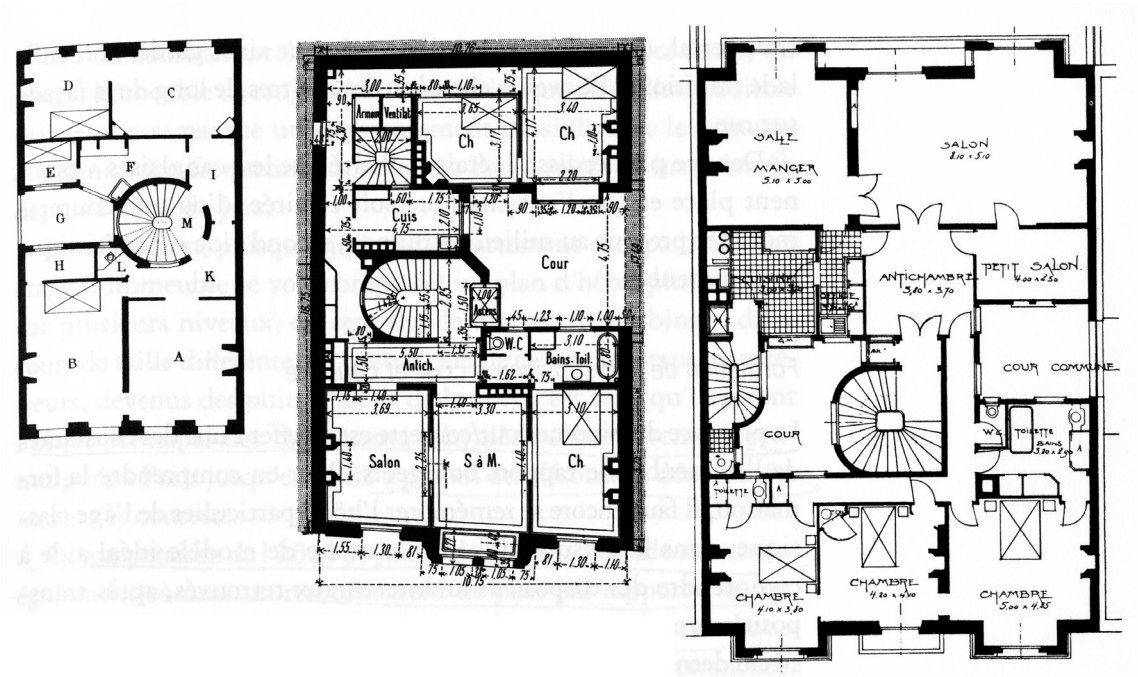


Fig. 48. Différentes tailles du plan à deux corps disjoints. À gauche Paris, 4e, boulevard des Filles-du-Calvaire, Robin arch., *Le Moniteur des architectes*, 1851. Au centre Paris 9e, rue du Faubourg-Poissonnière, A. Walwein arch., Rivoalen, *op. cit.*, p. 73, *circa* 1904. À droite Paris 7e, 14, avenue Élisée-Reclus, P Lebret arch., *L'Architecte*, avril 1909.

0 1 5

Fig. I.3 – Habitações com 'disposição por articulação de núcleos' [Paris]. Alguns edifícios publicados na obra *"Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat (1880-1970)"*. Christian Moley (1999). p.77.

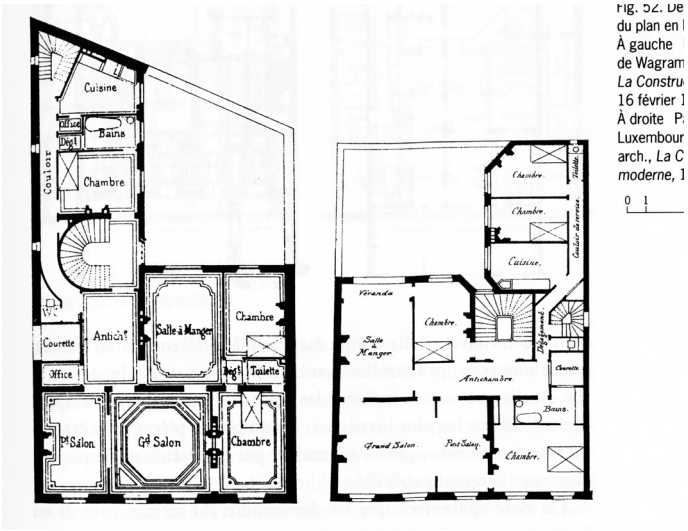


Fig. 52. De
du plan en
À gauche
de Wagram
La Constru
16 février
À droite P.
Luxembour
arch., *La C*
moderne, 1

0 1

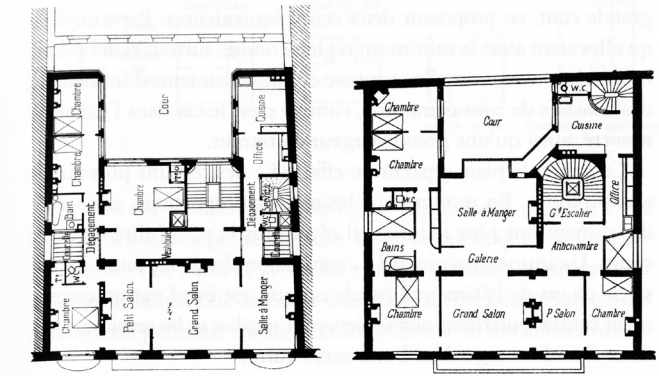


Fig. 54. Deux ailes arrière du fait du programme et/ou de la compression de la parcel
Paris 8e, rue de Berry, Sergent arch., *La Construction modern* 1897
Paris 7e, 12 rue de Bourgogne Rives arch., *La Construction moderne*, 16 juin 1894.

0 1 5

Fig. 71. Le plan en L sous-divisé en deux logements inégaux, avec pour paramètres la position de l'escalier de service, selon les deux cas présentés déjà par la figure élémentaire (fig. 52).
À gauche Paris 6e, rue de Rennes, Lacau arch., d'après *La Construction moderne*, 7 mars 1891.
À droite Paris 6e, angle des rues du Four et des Ciseaux, H. Pinat arch., d'après *La Construction moderne*, 16 décembre 1899. Les plans en L s'assemblent pour former cour en U.

0 5

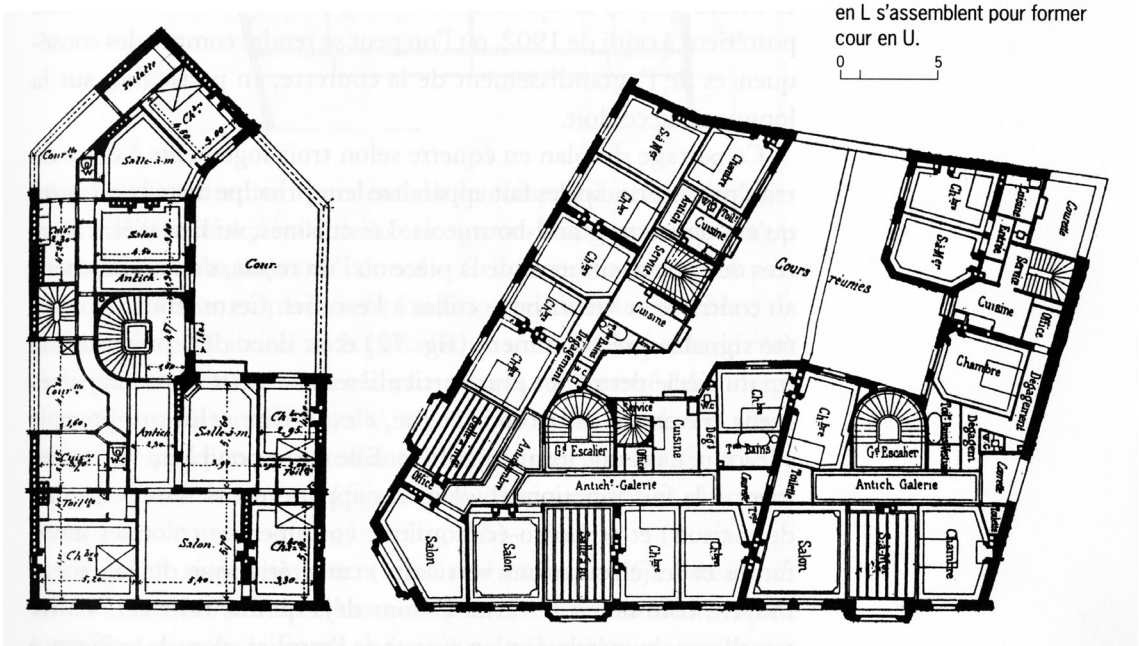


Fig. I.4 – Habitações com 'disposição em esquadria'. Esquema em L. [Paris]. Alguns edifícios publicados na obra *"Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat (1880-1970)"*. Christian Moley (1999). p. 83, 85, 99

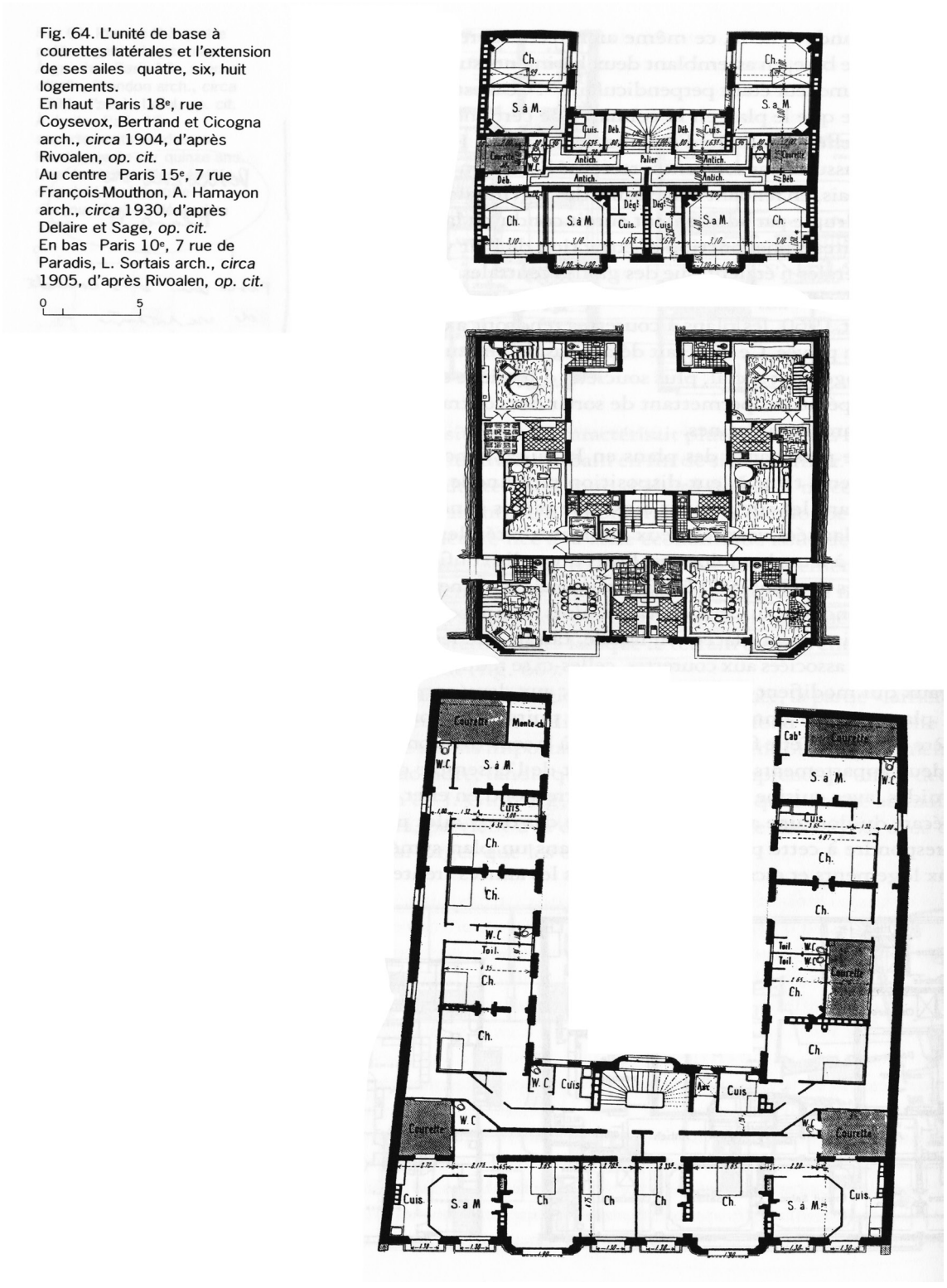


Fig. I.5 – Habitações em esquerdo-direito. Esquema em U. [Paris]. Alguns edifícios publicados na obra *"Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat (1880-1970)"*. [Paris]. Christian Moley (1999). p. 94

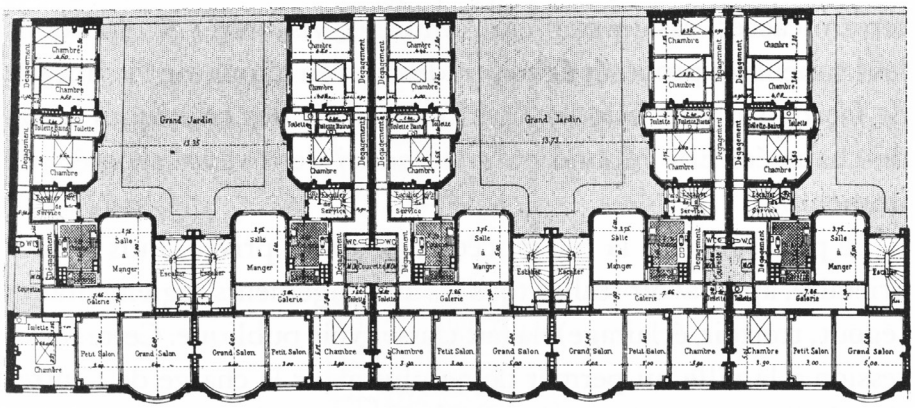


Fig. 19. Paris 17e, 201 à 209 boulevard Pereire, A. Le Voisvenel arch., d'après Rivoalen, *op. cit.*, p. 121, *circa* 1905.

0 5 10

Fig. 20. Paris 15e, rue Brancion, huit immeubles de rapport (dits « d'habitation moyenne ») assemblés en peigne. Boutterin et Landes arch., d'après *Le Bâtiment illustré*, Noël 1925.

0 1 5

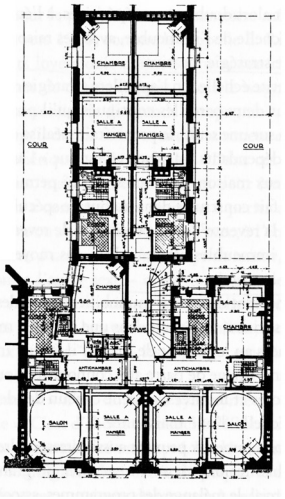


Fig. 24. Paris 15e, immeuble rond-point Mirabeau, Mutuelle générale française, cent cinquante logements locatifs, Bassompierre, De Rutté et Sirvin arch., 1932. *L'Architecture d'aujourd'hui*, n° 5, juin 1933.

0 10

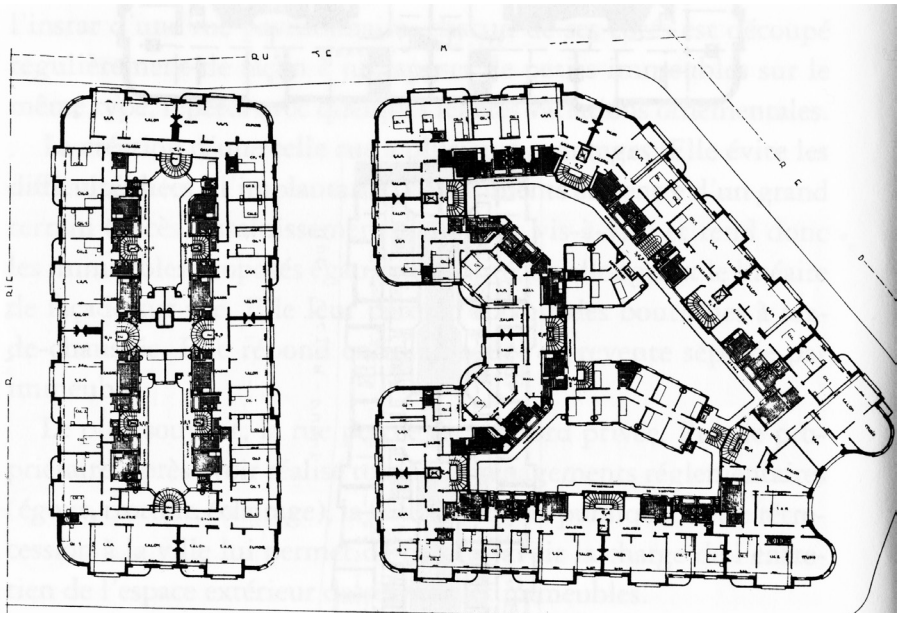


Fig. I.6 – *"Immeubles jumeaux"* et *"rue des immeubles à loyers"*. [Paris]. Alguns edifícios publicados na obra *"Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat (1880-1970)"*. Christian Moley (1999). p. 45, 46, 48

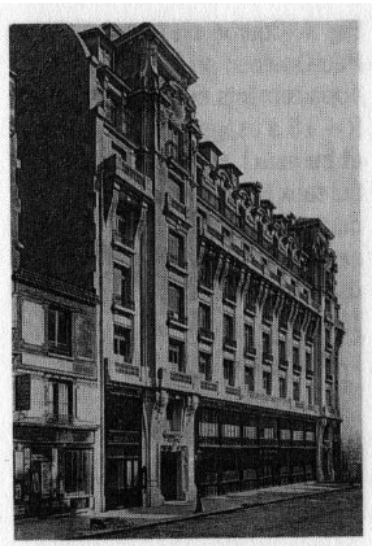


Fig. 2. Paris 3e, Société Bloch et Behr, 6-8 rue aux Ours, Ch. Duval et E. Gonse arch., d'après *L'Architecte*, 1909, *op. cit.*

Fig. 10. Paris 17e, 85 rue de Courcelles, L. Chesnay architecte et propriétaire résident (sixième étage, avec dans la salle à manger un escalier montant à un atelier d'artiste), d'après *L'Architecte*, novembre 1909, p. 88 et planche LXIV.

Fig. 157(à gauche). Aux origines du balcon filant. Issy-les-Moulineaux, 10-12 avenue Bourgain, J. Delaire et J. Sage arch., 1930 (photographie de l'auteur).

Fig. 158 (à droite). La référence de M. Hennequet aux bow-windows, encore présente à Paris 17e, 100 boulevard Pereire, 1925, se perd dans l'abstraction combinatoire, surtout dans la grande cour du 11 place Adolphe-Chérioux, Paris 15e, d'après *L'Architecture d'aujourd'hui*, n° 5, juin 1934.

Fig. I.7 – Edifícios parisienses. 1ª década do século XX, década de 30. Alguns exemplos publicados na obra *"Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat (1880-1970)"*. Christian Moley (1999). p. 27, 36

PARÂMETROS ESPECÍFICOS DA HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR

Como objecto de estudo, e mote para exemplificar um conjunto de dimensões da habitação plurifamiliar portuense na 1ª metade do século XX, identificou-se um conjunto restrito de edifícios de carácter corrente[315], 'prédios de rendimento' e 'casas de apartamentos em andares'[316] de diversas escalas, localizados no centro portuense. Estes edifícios foram seleccionados num universo vasto, não pela sua excepcionalidade arquitectónica, mas pelo seu carácter (hipoteticamente) referencial relativamente às questões que se propõe abordar. Nesse sentido, privilegiou-se a diversidade de soluções arquitectónicas ao nível da configuração, acessos verticais e opções tipológicas no âmbito dos dispositivos de ventilação.

Trata-se de edifícios localizados na zona central da cidade, em ruas consolidadas parcialmente na 1ª metade do século XX: Rua de Sá da Bandeira, Rua da Boavista, Avenida da Boavista, Rua de Fernandes Tomás, Rua de Ferreira Cardoso e Rua do Doutor Alves da Veiga. Estes edifícios, participam em distintos moldes na alteração da morfologia das partes de cidade em que se inserem, integrando, na generalidade, conjuntos mais vastos de edifícios com as características similares.

As datas de Licença de Obras destes exemplos situam-se entre meados da década de 20 e finais da década de 50, data próxima da publicação de normativas regulamentares[317], que se supõe terem contribuído para a consolidação de determinadas concepções tipo-morfológicas em detrimento de outras. [**Tab. I.1]**

[315] #produção corrente [cf. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[316] #casas de apartamentos em andares [cf. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[317] [S.N.] (1956b). Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto. Separata do Boletim Municipal nº 1036. Porto, Câmara Municipal do Porto.

Edifícios		**Frente**	**Config.**	**Distribuição**	**Ventilação**	**Acesso vertical**	**Esquema****
					(dispositivos)	*(localização)*	*(disposição)*
LO 1932/0066	P4	32,30	duplo O	núcleos	saguão central	saguão	desagregado
LO 1936/1471	P4	20,30	irregular	núcleos	saguões laterais	saguão aberto	desagregado
LO 1936/1746	P5	45,00	irregular	fila	saguão pequeno	fach. posterior	compacto
LO 1937/0568	P5	15,60	U	fila	saguão aberto	saguão aberto	esquadria
LO 1938/0260	P5	15,50	duplo C	núcleos	saguão central	saguão	desagregado
LO 1939/0056	P5	15,50	duplo C	núcleos	saguão central	saguão	desagregado
LO 1939/0673	P4	18,70	irregular	fila	sem saguão	fach. posterior	compacto
LO 1943/0393	P6	65,50	duplo L	núcleos	saguão central	fach. principal	esquadria
LO 1948/0240	P5	16,10	T	núcleos	saguão aberto	fach. principal	esquadria
LO 1950/0217	P5	16,15	T	núcleos	saguão aberto	fach. posterior	esquadria
LO 1958/0016*	P5	32,85	regular	núcleos	condutas	interior	compacto

P4, P5+: número de pisos
*Edifício com Licença de Obras de 1958, apresentado como referência (período pós-1956)
**Esquemas que diferem fundamentalmente no grau de compacidade da planta ou frentes de ventilação
Esquema 'desagregado' - edifícios com disposição de núcleos articulados a partir de um saguão central
Esquema em 'esquadria' - edifícios com disposição de núcleos em 'L'
Esquema 'compacto' - edifícios sem núcleos de ventilação centrais, para além das fachadas[318]

LO 1932/0066 _ Avenida da Boavista, 683-699
LO 1936/1471 _ Rua de Ferreira Cardoso, 172 - 174
LO 1936/1746 _ Rua da Bandeira, 446-468
LO 1939/0056 _ Rua de Fernandes Tomás, 527-531
LO 1937/0568 _ Rua da Boavista, 374-382
LO 1938/0260 _ Rua Sá da Bandeira, 518-528
LO 1939/0056 _ Rua Sá da Bandeira, 502-512
LO 1943/0393 _ Rua de Sá da Bandeira, 562-614
LO 1948/0240 _ Rua do Doutor Alves da Veiga, 66
LO 1950/0217 _ Rua do Doutor Alves da Veiga, 56-58
LO 1958/0016 _ Rua da Boavista, 564-594

Tab. I.1 – Casos de estudo seleccionados. Características gerais

[318] Sobre a caracterização particular destes esquemas elementares de concepção, *cf*. Moley, Christian (1999). Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6. pp. 69-123.

Princípios de distribuição do programa funcional[319]

No corpo de estudo seleccionado [**Tab. I.1**], uma parte significativa dos edifícios segue a tradicional diferenciação entre fachada urbana, fachada logradouro e fachada saguão relativamente à distribuição funcional, resultando num esquema ou principio geral de disposição frequentemente bipartido. No entanto, as tipologias resultantes são bastante diversas, o que encontra justificação na particularidade das parcelas, e na própria configuração dos edifícios, que normalmente procura a maximização da área de edificação.

De um modo geral, observa-se que os compartimentos de carácter mais público, associados a práticas de recepção (sala, escritório, sala de visitas), se localizam nas áreas adjacentes à fachada principal; é frequente a distribuição de compartimentos dedicados às práticas do quotidiano (quartos, sala de jantar, etc.) pelas diversas frentes/fachadas, tal como a localização de serviços nas áreas adjacentes à fachada posterior/fachada saguão. O agrupamento de instalações sanitárias não aparenta ser uma prioridade na distribuição do apartamento.

A organização geral das habitações destes edifícios evidencia o recurso a determinados princípios ou lógicas de distribuição/encadeamento de compartimentos. O apartamento é claramente hierarquizado ao nível da distribuição funcional.

- a 'disposição em fila', com circulação paralela ou perpendicular à fachada: LO 1936/1746[320], LO 1939/0673[321], LO 1937/0568[322]. [**Des. I.4**];
- a 'disposição por articulação de núcleos', sendo estes núcleos polarizados segundo um carácter funcional de representação[323], quotidiano e/ou serviços: LO 1932/0066[324], LO 1938/0260[325], LO 1939/0056[326], LO 1936/1471[327]. [**Des. I.5**];

---

[319] *cf*. categorização em função da "representação dos códigos do habitar" explicitada por Moley em *"Identifier les figures de l'immeuble. Figures élémentaires de l'immeuble"*: Moley, Christian (1999). Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6. pp. 69-123.

[320] Rua da Bandeira, 446-468.

[321] Rua de Fernandes Tomás, 527-531.

[322] Rua da Boavista, 320-346.

[323] #espaços de representação [cf. Glossário]

[324] Avenida da Boavista, 683-699.

- a 'disposição em esquadria', com 3 frentes de ventilação: LO 1943/0393[328], LO 1950/0217[329], LO 1948/0240[330]. [**Des. I.6**];
- a 'divisão noite/dia': LO 1958/0016[331]. [**Des. I.7**].

No edifício situado na Rua da Boavista, 564-594 [LO 1958/0016, **Des. I.7**], a tipologia afasta-se dos princípios de organização da planta nos moldes serviço/quotidiano/representação[332] identificáveis nos restantes exemplos. O apartamento organiza-se através de uma separação das actividades dia/noite: a cozinha associa-se à sala e os quartos são segregados, através de uma circulação mais reservada. Este edifício, ao contrário dos restantes em análise, insere-se na linha do que o autor Christian Moley apelidou de 'planta recente' (1999)[333], referindo-se a um modelo de habitação com disposição mais compacta, simplificação da forma, e crescente 'abstracção urbana', ou seja, uma relativa indiferença relativamente ao tipo de compartimentos que se voltam para a fachada voltada para a rua.

O programa do apartamento. Aspectos genéricos[334]

Os espaços do quotidiano doméstico são sensivelmente os mesmos, variando essencialmente o número de quartos. Em apartamentos com desafogo ao nível de áreas, o programa do apartamento torna-se mais complexo, com a inclusão de compartimentos atribuídos a espaços de trabalho (o escritório, sala de costura, sala de trabalho, por exemplo).

---

[325] Rua Sá da Bandeira, 518-528.
[326] Rua Sá da Bandeira, 502-512.
[327] Rua de Ferreira Cardoso, 172-174.
[328] Rua de Sá da Bandeira, 562-614.
[329] Rua do Doutor Alves da Veiga, 56-58.
[330] Rua do Doutor Alves da Veiga, 66.
[331] Rua da Boavista, 564-594.
[332] #espaços de representação [*cf.* Glossário]
[333] Moley, Christian (1999). Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6. pp. 171-199.
[334] Temática aprofundada no Capítulo VI, *"Programas de habitação plurifamiliar, Opções correntes, variações emergentes", nomeadamente o ponto "A organização funcional do apartamento".*

Nos apartamentos dos prédios de rendimento portuenses, os espaços de recepção resumem-se normalmente a um compartimento (uma sala de estar, sala de visitas, ou um quarto), localizado imediatamente junto à entrada. Trata-se de um programa funcional extremamente simplificado ou contido, quando comparado com os apartamentos franceses burgueses em final do século XIX, 1ª metade do século XX.

No que diz respeito à localização dos espaços ou dispositivos do habitar, constata-se que não existem regras rígidas, apenas posições preferenciais. Verifica-se, por exemplo, a existência de instalações sanitárias, quartos e salas de jantar tanto nas áreas adjacentes à fachada urbana como na zona da fachada logradouro. No grupo de edifícios em análise, apenas a cozinha se mantém sempre, e sem excepção, voltada para os espaços de logradouro ou de saguão, ainda que a partir de meados da década de 50 comece a ser frequente localizar este compartimento na área contígua à fachada urbana (ou melhor, na fachada com maior insolação, e consequente salubridade, face a associação da zona de tratamento de roupa).

O edifício na Rua da Boavista, 564-594 [LO 1958/0016, **Des. I.7**], o único do conjunto de edifícios em análise com 'planta recente', expõe modelos de distribuição distintos e propõe compartimentos como a 'sala comum', espaço aglutinador das actividades familiares e sociais da habitação.

A concepção estrutural e infraestrutural

De um modo geral, no processo de passagem da habitação unifamiliar para a habitação plurifamiliar, a dimensão da frente do edifício aumenta, alteram-se sistemas construtivos (generalização da estrutura em betão, vigotas prefabricadas), investe-se na experimentação de sistemas de ventilação e infraestruturas. Num período aproximado de 40 anos, ao nível da ventilação dos edifícios, observa-se a coexistência de distintas soluções. É prática corrente a introdução de pequenos saguões nas áreas centrais, com a intenção de libertar as fachadas de espaços de serviço, ainda que não seja regra. Progressivamente, aumenta-se a sua área, por

imposição regulamentar, proibindo-se posteriormente a sua utilização, no Porto (1956)[335]. Estes dispositivos são substituídos sistematicamente por ductos de ventilação.

A caixa de escadas central transforma-se igualmente numa peça fundamental de estruturação do edifício e da sua rentabilização e dignificação, sendo objecto de qualificação e também crescente regulamentação.

Os regulamentos de edificação, incidindo essencialmente sobre a salubridade dos edifícios, em aspectos como as dimensões dos saguões e o tipo de espaços que estes podem iluminar e ventilar, não limitam as opções de distribuição funcional. Para comprovar essa evidência, basta observar como modelos de habitação com dispositivos de ventilação similares apresentam distribuições divergentes, nos edifícios localizados na Rua de Sá da Bandeira [LO 1939/0056[336] e LO 1938/0260[337]], ou na Rua do Doutor Alves da Veiga [LO 1950/0217[338] e LO 1948/0240[339], por exemplo][340]. [**Des. I.5, Des. I.6]**

De igual modo, o sistema construtivo não aparenta impor distribuições preferenciais. Os elementos estruturais concentram-se na periferia das fachadas principais, núcleos de circulação vertical e saguões centrais, libertando a restante área habitável. Esta localização da estrutura potencia e facilita a sobreposição de programas funcionais distintos, nomeadamente estabelecimentos de comércio, escritórios e habitação, ou até programas mais complexos, como estacionamento em cave.

Tal como nos restantes aspectos, o edifício na Rua da Boavista, 564-594 [LO 1958/0011] parece demarcar-se também das opções correntes até meados da década de 50, evidenciando outra lógica de concepção: configuração rectangular, regular; profundidade reduzida (15 metros); distinta proporção do edifício (mais quadrada) e consequentemente, uma lógica distinta de

---

[335] [S.N.] (1956b). Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto. Separata do Boletim Municipal nº 1036. Porto, Câmara Municipal do Porto

[336] Rua de Sá da Bandeira, 502-512.

[337] Rua de Sá da Bandeira, 518-528.

[338] Rua do Doutor Alves da Veiga, 56-58.

[339] Rua do Doutor Alves da Veiga, 66.

[340] Sobre as questões ligadas à relação entre os regulamentos e a concepção da habitação plurifamiliar portuense na 1ª metade do século XX, *cf*. Capítulo IV, *"A regulamentação. As formas edificadas e a forma da cidade"*.

concepção da estrutura portante. [**Des. I.7**]

Os dispositivos polarizadores do edifício: saguões, ductos verticais e escadas

Nos edifícios em análise, os saguões estabelecem-se como dispositivos frequentes, ainda que não se observem em todos os casos, sendo que apenas no edifício projectado em 1958 tal inexistência se deve a uma imposição regulamentar.

Nos edifícios com princípios de disposição mais compactos, quando existem, os saguões apresentam dimensões reduzidas, localizando-se no interior do edifício e limitando-se a ventilar e iluminar instalações sanitárias e circulações, como acontece no edifício na Rua de Sá da Bandeira, 446-468 [LO 1936/1746, **Des. I.4**]. Desempenhando a função de libertação pontual da fachada urbana e da fachada logradouro para a distribuição dos espaços habitáveis, assumem-se como dispositivos que não interferem na configuração do edifício.

Na concepção de edifícios de habitação plurifamiliar em lotes de frente estreita, a libertação das fachadas de compartimentos de serviço surge como uma necessidade imperativa. Uma solução frequente traduz-se na associação de dois lotes contíguos e a incorporação de um saguão comum, o que permite simultaneamente a optimização da área edificada e a polarização de todas as zonas de serviços (incluindo a cozinha).

Nos edifícios com configurações em L, em que se desmultiplicam as frentes de ventilação, quando existe, o saguão constitui-se como um dispositivo essencialmente de qualificação espacial. No edifício localizado na Rua de Sá da Bandeira, 562-614 [LO 1943/0393], o saguão interior, apesar da sua razoável dimensão, ventila apenas uma instalação sanitária. Assume-se, todavia, como um dispositivo relevante de iluminação e ventilação da circulação interior da habitação [**Des. I.6].**

A incorporação de pátios abertos na fachada posterior, em posição central, como é visível no edifício na Rua da Boavista, 374-382 [LO 1937/0568, **Des. I.4**], ou em posição lateral, como são exemplos os edifícios localizados na Rua do Dr. Alves da Veiga, 56-58 e 66 [LO 1950/0217, LO 1948/0240, **Des. I.6**] estabelece-se de igual modo como uma opção frequente.

No grupo de edifícios em estudo, a incorporação de condutas de ventilação só se verifica no edifício com Licença de Obras de 1958, surgindo estes dispositivos em zona central, acoplados à caixa de escadas e servindo todas as instalações sanitárias. Tal como os saguões, transformam-se em espaços de polarização das zonas de serviço.

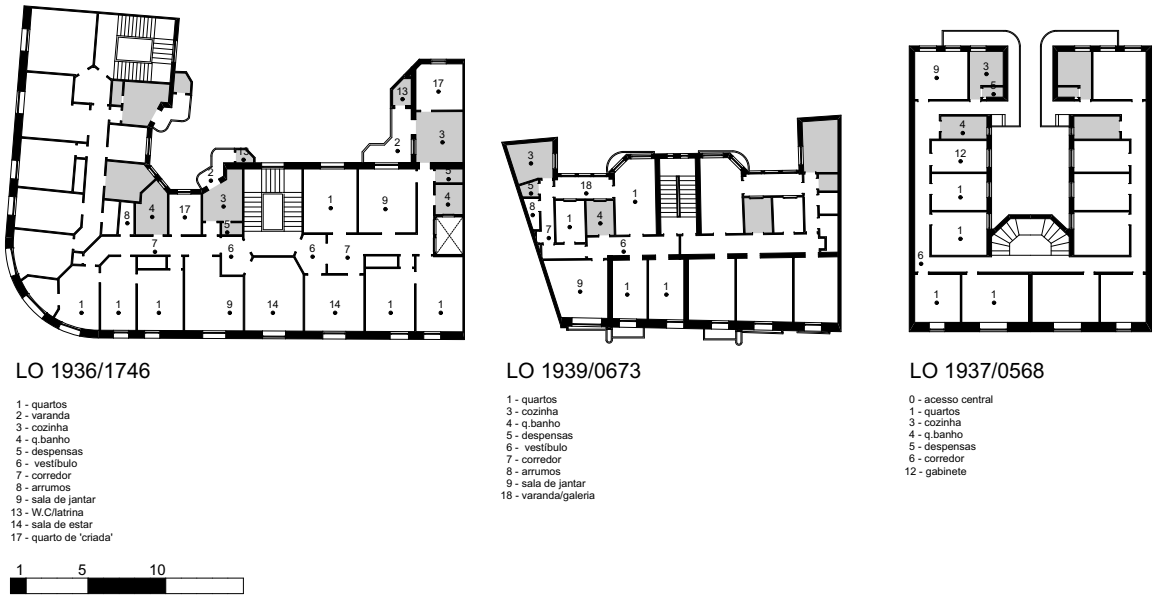
Em alguns dos edifícios, observa-se uma desmultiplicação dos núcleos de acesso vertical (escadas principais, escadas de serviço), fenómeno claramente relacionado com as práticas de organização da habitação burguesa, ainda que no Porto esta opção não ocorra de um modo generalizado. Uma particularidade portuense, comprovada pela observação, por exemplo, de modelos de habitação lisboetas, pode definir-se na frequente duplicação dos próprios núcleos de acesso principal, o que promove a individualização de cada edifício e o acesso a um único apartamento por piso [LO 1938/0260[341], LO 1939/0056[342], LO 1936/1471[343], **Des. I.5**, por exemplo]. Esta opção permite subdividir o investimento imobiliário por dois ou mais proprietários, minimizando a escala de investimento, distinguindo-se claramente do modelo 'esquerdo-direito', de que é exemplo o edifício na Avenida da Boavista, 683-699 [LO 1932/0066, **Des. I.5**].

A localização da caixa de escadas principal varia de edifício para edifício, posicionando-se preferencialmente na área adjacente à fachada posterior ou à fachada saguão. Nos edifícios com esquema compacto, remete-se à fachada posterior, face à reduzida profundidade, sendo a única excepção o edifício de 1958, que a localiza no interior do edifício. Nos edifícios com desagregação de núcleos funcionais em torno de um saguão central, a caixa de escadas localiza-se normalmente no interior do edifício, associada a esse saguão.

A concepção dos edifícios dispostos em L (ou esquadria), com um elevado número de frentes de ventilação e com frente urbana de razoável dimensão, potencia que a escada principal dos edifícios, mais do que um espaço meramente funcional, se desenhe como um dispositivo valorizado espacialmente e com expressão na fachada urbana, como se constata nos edifícios localizados na Rua de Sá da Bandeira, 562-614 e na Rua do Doutor Alves da Veiga, 66 [LO 1943/0393 e LO 1948/0240, **Des. I.6**]. A consequência mais significativa traduz-se na

[341] Rua de Sá da Bandeira, 518-528.
[342] Rua de Sá da Bandeira, 502-512.
[343] Rua de Ferreira Cardoso, 172-174.

diminuição da frente de fachada dedicada a compartimentos de recepção (de certo modo compensada pelo elevado número de frentes proporcionado pela própria configuração em L). O resultado destas opções tipológicas materializa-se, contudo, num apartamento bastante mais interiorizado.



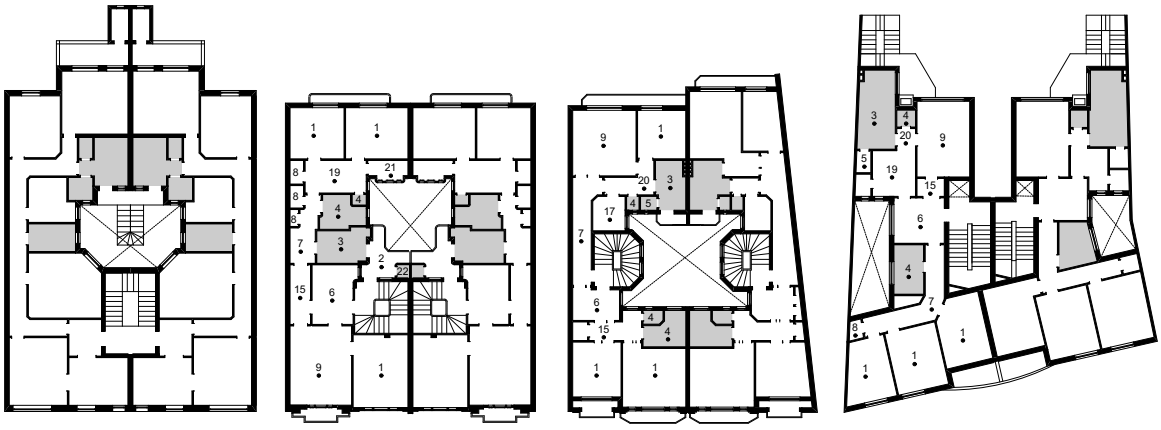
Rua de Sá da Bandeira, 446-468 | Rua de Fernandes Tomás, 527-531 | Rua da Boavista, 374-382

Des. I.4 – Edifícios com 'disposição em fila' [desenhos produzidos pela autora, LO - AHMP, DMAG]

Fot. I.6 – Rua de Sá da Bandeira, 446-468 [LO 1936/1746]

Fot. I.7 – Rua de Fernandes Tomás, 527-531 [LO 1939/0673]

Fot. I.8 – Rua da Boavista, 374-382 [LO 1937/0568]



Avenida da Boavista, 683-699

Rua de Sá da Bandeira, 518-528

Rua de Sá da Bandeira, 502-512

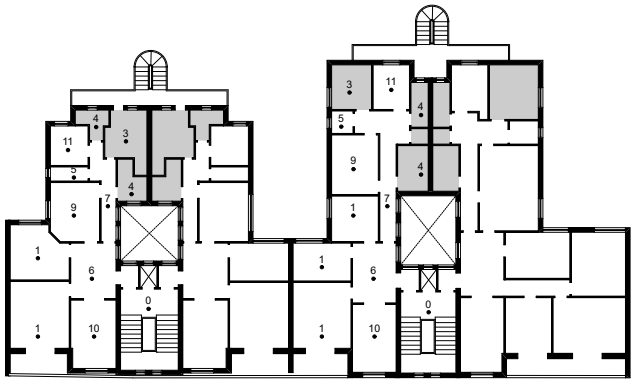
Rua de Ferreira Cardoso, 172-174

Des. I.5 – Edifícios com 'disposição por articulação de núcleos' [desenhos produzidos pela autora, LO - AHMP, DMAG]

Fot. I.9 – Avenida da Boavista, 683-699 [LO 1932/0066]

Fot. I.10 – Rua de Sá da Bandeira, 502-512 [LO 1939/0056], à direita e 518-528 [LO 1938/0260], à esquerda.

Fot. I.11 – Rua de Ferreira Cardoso, 172-174 [LO 1936/1471]

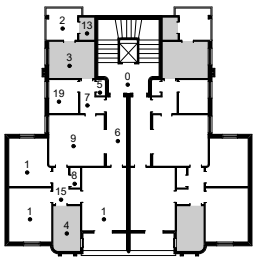


LO - 1943/0393

0 - acesso central
1 - quartos
3 - cozinha
4 - q. banho
5 - despensas
6 - vestíbulo
7 - corredor
9 - sala de jantar
10 - sala
11 - sala de trabalho

1 5 10

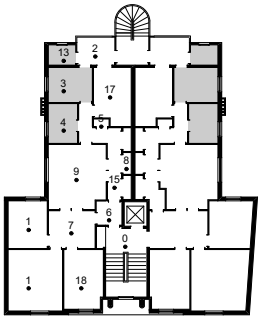
Rua de Sá da Bandeira, 562-614



LO 1950/0217

0 - acesso central
1 - quartos
2 - varanda
3 - cozinha
4 - q. banho
5 - despensas
6 - vestíbulo
7 - corredor
8 - arrumos
9 - sala de jantar
15 - corredor
18 - varanda
19 - costura

Rua do Dr. Alves da Veiga, 56-58



LO 1948/0240

0 - acesso central
1 - quartos
2 - varanda
3 - cozinha
4 - q. banho
6 - vestíbulo
7 - corredor
8 - arrumos
9 - sala de jantar
13 - W.C/latrina
17 - quarto criada
18 - varanda

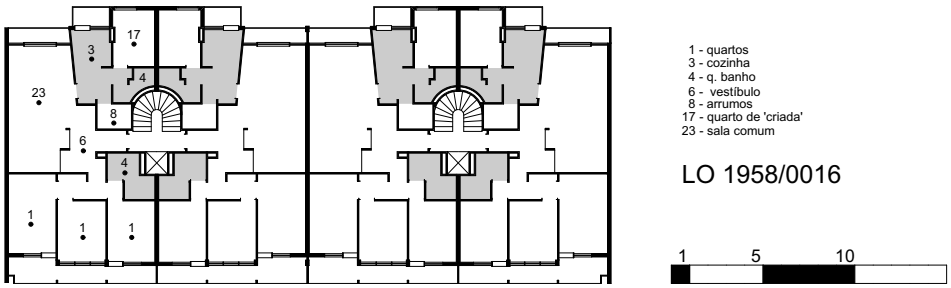
Rua do Dr. Alves da Veiga, 66

Des. I.6 – Edifícios com configuração em L, resultantes de esquemas 'em esquadria'[desenhos produzidos pela autora, LO - AHMP, DMAG]

Fot. I.12 – Rua de Sá da Bandeira, 562-614 [LO 1943/0393]

Fot. I.13 – Rua do Dr. Alves da Veiga, 56-58 [LO 1950/0217]

Fot. I.14 – Rua do Dr. Alves da Veiga, 66 [LO 1948/0240]



Rua da Boavista, 564-594

Des. I.7 – Edifício com divisão 'dia/noite' [desenhos produzidos pela autora, LO - AHMP, DMAG]

Fot. I.15 – Rua da Boavista, 564-594 [LO 1958/0016]

SÍNTESE. A ADAPTABILIDADE DO PRÉDIO DE RENDIMENTO. MOTORES DE EXPERIMENTAÇÃO

Os prédios de rendimento construídos no arco temporal em estudo, independentemente da sua escala, apresentam modelos de habitação com soluções complexas, configurações variadas, o que demonstra assinalável plasticidade e adaptabilidade, gerada no confronto com os lotes urbanos, o programa ou as imposições ao nível da salubridade[344]. Esta característica formal altera--se de forma significativa a partir de meados da década de 50, processo facilitado pela introdução de regulamentação específica[345] (que proíbe a introdução de saguões e limita a profundidade dos edifícios) e a fixação de determinados modelos.

A opção tardia por estas formas de habitação, já em meados dos anos 20 do século XX, constitui-se como um aspecto distintivo relativamente a outros contextos urbanos, traduzindo-se num fenómeno sem grande impacto relativamente à expansão do território, já que a sua construção se concentrou nos arruamentos do centro consolidado e numa estratégia de substituição lote a lote. As excepções mais evidentes resumem-se à construção de grande escala empreendida nos quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira, na década de 40, na Rua de Ceuta, no início dos anos 50, e em alguns sectores urbanos localizados nas radiais da Avenida dos Aliados.

A prevalência da construção lote a lote neste contexto físico, temporal e social tem sido genericamente associada a um conjunto especifico de factores[346]: a introdução tardia de lógicas de planeamento urbano pelas entidades responsáveis (na 1ª metade do século XX, apenas a partir de final dos anos 30); a falta de envolvimento dos serviços camarários em grandes operações de intervenção urbana; o poder dos privados sobre os processos de gestão territorial; a falta de capital para investimento imobiliário destes e a incontornável preferência pela construção de habitação unifamiliar, independente, e com possibilidade de gestão autónoma do rés-do-chão e do espaço exterior/logradouro. Aparentemente, o contexto da época adaptava-se

---

[344] Sobre as questões da composição e adaptação na concepção da habitação plurifamiliar portuense, *cf*. Capítulo V, *"Instrumentos de composição na concepção da habitação plurifamiliar"*.

[345] [S.N.] (1956b). Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto. Separata do Boletim Municipal nº 1036. Porto, Câmara Municipal do Porto

[346] Nomeadamente por autores que se dedicaram ao estudo aprofundado da transformação morfológica da cidade, como por exemplo, Francisco Barata Fernandes, Anni Gunther Nonnel, Manuel C. Teixeira, entre outros.

melhor, em todos os aspectos, a intervenções pontuais de pequena escala, substituindo construções que progressivamente se tornavam devolutas, e evoluindo por vezes para a divisão e preenchimento de terrenos de maior dimensão (quintas privadas, fábricas extintas, por exemplo).

Independentemente do défice de impacto do prédio de rendimento nos fenómenos de expansão urbana portuense, é possível reconhecer qualidades arquitectónicas nestas formas de edificação, que se definem na sua potencialidade de transformação, ou melhor, na sua adaptabilidade. A construção tardia de edifícios de carácter claramente plurifamiliar teve como consequência a experimentação e desmultiplicação de modelos de habitação no período curto de cerca de três ou quatro décadas, um processo de experimentação que noutros contextos se estendeu por mais de um século.

Face ao constrangimento da falta de experiência consolidada na edificação destas formas de habitação, oscila-se entre o recurso a modelos usuais na tradição construtiva portuense, nomeadamente a adaptação de modelos com origem na habitação unifamiliar (autonomizando-se o acesso vertical, e incorporando-se dispositivos de ventilação e iluminação próprios, como é o caso do saguão), e a importação e adaptação de modelos de habitação correntes em contextos internacionais.

Aparentemente, se estes novos edifícios, de grande escala e linguagens renovadas, se adaptaram relativamente bem ao centro administrativo e comercial da cidade (e particularmente quando surgiram frentes de terreno com alguma dimensão), resultaram menos adequados aos arruamentos de expansão, nos quais, pela sua construção pontual, acabaram profundamente desenquadrados do tipo de construção que prevalecia - a edificação de pequena escala, sem grande regulamentação a nível de cérceas ou linguagens, nem lógica de conjunto (na Avenida Fernão Magalhães, Rua de Fonseca Cardoso, por exemplo, em que se observam enormes assimetrias volumétricas).

Até meados da década de 50, data de alterações regulamentares de carácter urbano, os modelos de habitação geram-se a partir de processos de deformação, dilatação, compressão e agregação, resultando numa vasta diversidade de materializações, caracterizadas por uma efectiva complexidade arquitectónica ao nível da configuração, volumetria, aspectos construtivos e decorativos. As matrizes de concepção espacial do prédio de rendimento possuem um potencial generativo inerente.

Independentemente de uma aparente complexidade de desenho e concepção, naturalmente associada às condicionantes de uma época e contextos específicos, os prédios de rendimento portuenses evidenciam uma potencialidade de transformação veiculada pelas suas próprias características. Refere-se particularmente os compartimentos de dimensão similar cujo encadeamento facilita a ampliação de espaços; a localização da cozinha em zona afastada da entrada, permitindo uma simples desactivação caso se altere a utilização funcional do apartamento; a desmultiplicação de acessos permitindo diferentes circuitos; a relativa indiferença no desenho de vãos independentemente do compartimento que servem, o que simplifica a reafectação funcional de todo o apartamento (ou edifício).

Não se pode ignorar o processo efectivo de terciarização destes edifícios nas décadas de 1970 e 1980, especialmente nos quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira e da Rua de Ceuta, nos quais uma parte significativa dos apartamentos foram ocupados por profissionais liberais (escritórios de médicos e advogados, por exemplo), e que na actualidade retomam progressivamente a sua função primitiva.

Estas são questões relevantes no estudo da Cidade, da Arquitectura e da Habitação corrente portuenses, cuja pertinência não se esgota no arco temporal em causa. Trata-se da explicitação de uma densidade, de uma identidade alicerçada em conceitos chave como o de adaptabilidade, à qual a prática contemporânea da Arquitectura se deverá (ou deveria) de igual modo remeter.

II. RUAS ENQUANTO LABORATÓRIOS TIPO-MORFOLÓGICOS NO CENTRO URBANO

Caracterizar a especificidade arquitectónica do prédio de rendimento portuense enquanto forma de habitar urbana pressupõe reconstituir, ou reinterpretar, momentos específicos num longo processo de transformação e consolidação nas áreas centrais e de transição da cidade do Porto, assumindo que entre espaço construído/casa e espaço livre/rua existem relações formais intrínsecas que determinam o carácter de ambos.

Fundamentar esta hipótese implica relegar para segundo plano o edifício enquanto objecto, e procurar na cidade agrupamentos, lógicas de edificação, conjuntos que encerrem um determinado grau de urbanidade. Estudar edifícios concentrados em sectores identificados, poderá permitir a aproximação ao seu significado enquanto património urbano, para além das particularidades individuais de carácter tipológico e morfológico.

No Porto, em meados dos anos 40, implementam-se novas estratégias relativamente à expansão da cidade, especialmente no que diz respeito à redefinição da estrutura viária. Várias ruas integraram este processo, ainda que em diferentes moldes, e paulatinamente incorporaram alterações ao nível das lógicas de parcelamento, um processo de transformação morfológica que não pode ser considerado de modo independente da emergência simultânea de novos tipos de edifícios e modelos de habitação. Trata-se de um processo que acarretou inevitavelmente alterações na imagem global da cidade.

Tanto ruas centrais de manifesta importância, como partes de cidade localizadas em áreas de menor relevo na consolidação do centro urbano, como por exemplo, a Rua do Doutor Alves da Veiga (Freguesia de Santo Ildefonso), Rua de Diogo Brandão, Regeneração, Boavista (Freguesia de Cedofeita), Rua de António Cândido ou alguns quarteirões na zona do Campo Lindo (Freguesia de Paranhos)[347], acabam por se transformar em 'laboratórios tipo-morfológicos' circunscritos, especialmente enquanto focos de reestruturação e modernização da cidade que se expandia em diversas direcções. **[Des. II.1], [Fot. II.1 - II.13]**

Em algumas destas ruas, ainda que parcialmente e a diferentes níveis, os Serviços Municipais e os próprios promotores privados, testaram simultaneamente a adaptabilidade do cadastro urbano a novas métricas e modelos de habitação, e a adaptabilidade dos próprios edifícios ao

[347] Vol. 2, ponto 10, Desenho A.

parcelamento existente. De certo modo, estas incursões complementavam a transformação mais profunda que ocorria em pleno centro da cidade, em ruas de maior significado como a Rua de Sá da Bandeira, Rua de Ceuta ou todas as ruas articuladas com a Avenida dos Aliados (Rua de Rodrigues Sampaio, Ramalho Ortigão, Magalhães Lemos, por exemplo).

Do ponto de vista da caracterização do prédio de rendimento enquanto fenómeno arquitectónico estreitamente relacionado com a transformação da morfologia da cidade, considera-se ser fundamental inquirir a relação entre a *largura /métrica/ configuração do lote* e a opção por *tipos de edifícios/modelos de habitação* específicos.

Procura-se, neste percurso, esclarecer a hipotética existência de uma relação de causalidade entre estas dimensões, no que à habitação plurifamiliar construída de raiz diz respeito.

Num primeiro ponto, de carácter generalista, aborda-se sumariamente o processo histórico de crescimento e consolidação da cidade do Porto, sedimentando nesse sistema os critérios de selecção de algumas partes de cidade referenciais.

Num segundo momento, foca-se a análise em alguns sectores de rua particulares, grupos de edifícios de habitação plurifamiliar com escala considerável (na generalidade, a partir de rés-do-chão e três pisos), através dos quais se procura evidenciar a diversidade de tipos de edifícios emergentes, desde o momento em que morfologia, e lógicas de parcelamento e intervenção se começam a alterar. Como metodologia específica, recorreu-se à análise da cartografia e iconografia disponíveis no Arquivo Histórico Municipal do Porto (plantas topográficas actuais e da época de formação dos lotes, fotografia aérea de 1939, por exemplo), enquanto instrumentos de caracterização do estado do território na 1ª metade do século XX, e o simultâneo confronto com os elementos gráficos dos edifícios (plantas de implantação e de piso), constantes nos processos de Licença de Obras. A planta de piso foi redesenhada e inserida na planta cadastral, possibilitando uma análise comparada e consequente apreensão da diversidade de opções tipológicas em vigor na época.

Des. II.1 – Porto. Levantamento topográfico 1941-1952 [AHMP] com indicação dos sectores de rua em estudo:**1**_ Rua de Fernandes Tomás [**FT1**] _ Licenças de Obra [1930-1952]; **2**_ Rua da Regeneração [**RG1**] _ Licenças de Obra [1934-1950]; **3**_ Rua de Rodrigues Sampaio [**RS1 _ RS2**] _ Licenças de Obra [1936-1957]; **4**_Rua de Sá da Bandeira | Bolhão | Firmeza | Fernandes Tomás [**SB1 _ SB2 _ SB3 _ SB4 _ B1**] _ Licenças de Obra [1936-1948]; **5**_ Rua de Diogo Brandão [**DB1 _ DB2**] _ Licenças de Obra [1936-1939]; **6**_ Rua do Campo Lindo | Lima Júnior | Covelo [**CL1 _ LJ1 _ COV1 _ COV2**] _ Licenças de Obra [1936-1957]; **7**_ Rua da Boavista [**BV1 _ BV2**] _ Licenças de Obra [1937-1958]; 8_Rua de António Cândido [**AC1 _ AC2**] _ Licenças de Obra [1938-1945]; **9**_Rua de Alves da Veiga [**AV1 _ AV2**] _ Licenças de Obra [1948-1952]; **10**_Rua da Constituição | Santos Pousada [**CN1**] _ Licenças de Obra [1950-1956]; **11**_Rua de Ceuta [**C1 _ C2**] _ Licenças de Obra [1952-1957]. [**cf. Vol. 2, Ponto .9, Desenho A**]

Fot. II.1 – Sector na Rua da Regeneração

Fot. II.2 – Sector na Rua da Boavista

Fot. II.3 – Sector na Rua do Dr. Alves da Veiga

Fot. II.4 – Sector na Rua da Constituição

Fot. II.5 – Sector na Rua de António Cândido

Fot. II.6 – Sector na Rua do Campo Lindo

Fot. II.7 – Sector na Rua do Covelo

Fot. II.8 – Sector na Rua do Bolhão

Fot. II.9 – Sector na Rua de Sá da Bandeira

Fot. II.10 – Sector na Rua de Ceuta

Fot. II.11 – Sector na Rua de Rodrigo Sampaio

Fot. II.12 – Sector na Rua de Diogo Brandão

Fot. II.13 – Sector na Rua de Fernandes Tomás

A TRANSFORMAÇÃO DO TECIDO URBANO PORTUENSE NA 1ª METADE DO SÉCULO XX

Consolidar e expandir a cidade

O Porto, enquanto estrutura urbana, cresceu apoiado na definição e estabilização de eixos viários, em vez da estruturação de áreas ou malhas de expansão. O próprio planeamento do crescimento da cidade, fenómeno genericamente aceite como tendo sido retomado, no caso da 1ª metade do século XX, apenas a partir da década de 30[348], com a publicação do "*Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*"[349] elaborado por Ezequiel de Campos (1874-1965), apontava para um desenvolvimento estruturado através de eixos de saída da cidade, em forma de leque, articulados com anéis concêntricos e ruas transversais. [Fig. II.1]

Nestes processos de consolidação e expansão, no que se refere especificamente à construção de iniciativa privada, nas décadas entre 30 e 40, mais do que em áreas periféricas, é no centro da cidade que a habitação plurifamiliar se institui, através de processos de consolidação do tecido.

A expansão da cidade através de áreas residenciais construídas por promotores privados aparenta ter surgido apenas de forma significativa a partir dos anos 60, destacando-se algumas intervenções mais pela qualidade arquitectónica dos seus edifícios e dos espaços intermédios de uso colectivo que souberam equacionar, do que pela capacidade de criar e organizar a malha que se expandia a partir do centro urbano, e que se constituía como uma primeira periferia da cidade[350]. Até esta data, as intervenções concentram-se na reforma do tecido preexistente.

---

[348] Não se ignorando, logicamente, todo o processo de renovação e ordenamento da cidade empreendido a partir de meados do século XVIII, sob orientação dos 'Almadas'. cf. Ferrão, Bernardo José (1997 [1985]). Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas: 1758/1813. Uma contribuição para o estudo da cidade Pombalina. Porto, Edições da FAUP. 3 ed. ISBN 972-9483-02-7.; Nonell, Anni Günther (2002). Porto, 1763/1852. A construção da cidade entre despotismo e liberalismo. Porto, FAUP Publicações. 1 ed. ISBN 972-9483-57-4.

[349] Campos, Ezequiel (1932). Prólogo ao Plano da Cidade do Porto. Porto, Empresa Industrial Gráfica.

[350] O conjunto residencial "Campo do Luso", projectado pelos arquitectos José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos (1959); os blocos projectados pelos arquitectos Pedro Ramalho e Sérgio Fernandez para a zona da "*Pasteleira*" (1964 e 1971); o Parque Residencial da Boavista (Foco), projectado pelo arquitecto Agostinho Ricca em colaboração com João Serôdio e José Carlos Magalhães Carneiro (1962-1973), por exemplo.

Na 1ª metade do novecentos portuense observa-se, no entanto, uma alteração relevante do ponto de vista da transformação da cidade e da sua morfologia. No caso da nova edificação, constata-se que a construção de habitação de tipo unifamiliar, dominante até à data, progressivamente se desloca, para áreas periféricas, nomeadamente em zonas como as Antas, Ameal, Campo Alegre ou Foz.

A transição para outras formas de habitação no centro urbano aparenta ser uma consequência da progressiva afirmação desta zona enquanto centro administrativo e consequente valorização do ponto de vista imobiliário. A partir de meados da década de 20, as oportunidades de construção em lotes vazios nas principais ruas são aproveitadas com maior rentabilidade, através da experimentação de tipos de edifícios distintos dos existentes. Apesar de fenómeno efectivamente tardio, o prédio de rendimento constitui-se como a opção privilegiada, ou seja, a construção de edifícios com apartamentos distribuídos em andares e programa habitacional essencialmente para alugar.

A malha urbana portuense não foi, apesar de tudo, globalmente consolidada pelo plurifamiliar de grande escala, surgindo esta forma de habitação de modo fragmentário na substituição de lotes, ou na construção de sectores de território de pequena dimensão. É nesta massa indiferenciada, em alguns casos, hoje, de carácter profundamente anónimo e desvalorizado, que se começaram a dar os primeiros passos para uma alteração significativa do programa residencial e da escala de edificação. Inicialmente, numa transição das formas de habitação unifamiliar para as de âmbito plurifamiliar, através da sobreocupação das primeiras[351], e posteriormente através da adopção ou importação de modelos próprios para a habitação plurifamiliar urbana.

[351] Francisco Barata Fernandes (1999 [1996]), descreve os processos de transformação da habitação unifamiliar em habitação plurifamiliar no contexto portuense (habitação corrente), enfatizando a prevalência da adaptação dos edifícios existentes e o investimento em edifícios de habitação unifamiliar até final do século XIX, edificados sobre uma forma de parcelamento que se mantém mais ou menos constante, o lote profundo e com frente estreita. Este autor esclarece que no Porto, a edificação de tipologias de habitação plurifamiliar de raiz é uma opção tardia, respondendo-se aos fenómenos de aumento da população (a partir do final de setecentos e 2ª metade de oitocentos) através da sobre ocupação das casas burguesas existentes, e inclusivamente a construção de ilhas nos seus logradouros.

Fig. II.1 – Extracto do documento "Traça das ruas primárias da cidade do Porto", Ezequiel de Campos, in CAMPOS, Ezequiel - Prólogo ao Plano da Cidade do Porto. Porto: Empresa Industrial Gráfica, 1932

Fig. II.2 – Plano de Urbanização do Porto. 1962. "1.2.1.1. Desenvolvimento da cidade. Expansões sucessivas"; "Evolução do território urbano da cidade"
Legenda:
VERMELHO - 1374 (muralhas fernandinas); CASTANHO - Em 1813; VERDE - Em 1892; CINZA - Em 1960

A ausência de planeamento precoce, e a própria dinâmica de expansão e crescimento da cidade na 1ª metade do século XX (apoiada no traçado e consolidação de ruas, e na construção peça a peça, impulsionada pelas oportunidades de intervenção de particulares), inviabiliza a identificação de áreas coerentes do ponto de vista urbano, que sirvam de suporte a um estudo analítico e interpretativo. Parece ser apenas possível, com apoio de estudos cartográficos existentes[352], a divisão do território urbano em manchas de crescimento, mais ligada a uma delimitação temporal de expansão da cidade, do que a uma ideia de coerência urbana estruturada através de parcelas perfeitamente identificadas. [Fig. II.2]

Os elementos cartográficos constantes no Plano Director da Cidade do Porto (1962)[353], corroboram a ideia de que no início dos anos 60, do ponto de vista de densidade urbana, a cidade está contida num anel que a Poente não se alonga para lá da Rotunda da Boavista, a Norte possui pouco significado para além da zona onde actualmente se implanta a Praça Velásquez, e a Nascente se detém no Campo 24 de Agosto.

Esta particularidade na sua morfologia, justifica de algum modo o enfoque da análise em algumas ruas (ou sectores de rua) contidas nestas áreas, enquanto objectos dos estudos específicos relativamente às especificidades tipo-morfológicas da cidade e construção portuenses.

Ruas /sectores de rua enquanto laboratórios tipo-morfológicos

Especificamente no centro urbano do Porto, todas as ruas que se interligam com a Avenida dos Aliados e Praça da Liberdade são eixos e radiais de inegável interesse, enquanto motores de construção de um tecido organizado, e de uma urbanidade apoiada na escala da edificação. Referimo-nos especificamente à Rua de Sá da Bandeira, Ceuta, Rodrigues Sampaio; Ramalho Ortigão; Magalhães Lemos, e sectores da Rua do Bolhão e Rua Firmeza. Nestes arruamentos refeitos (Bolhão, Firmeza, Sá da Bandeira, parcialmente), ou abertos de raiz (as radiais da Avenida dos Aliados, nas primeiras décadas de novecentos, ou a Rua de Ceuta no início dos

[352] [S.N.] (1962). Plano Director da Cidade do Porto, Câmara Municipal do Porto. Gabinete de Urbanização.
[353] *idem*.

anos 50), concentram-se as intervenções urbanas e de construção de maior relevância, materializadas nalguns casos em estudos camarários de pormenor (empreendidos pelo Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal criado em 1939).

É igualmente um facto, que enquanto se intervém nestas zonas centrais, simultaneamente se abrem e se rectificam ruas, se constrói e se consolida como maior ou menor qualidade a restante malha urbana. Em arruamentos de expansão da cidade ou de consolidação de zonas preexistentes, destacam-se diversos conjuntos edificados, cujo grau de coerência urbana se pode reconhecer na proximidade de escala dos edifícios ou de época de construção.

Nesta perspectiva, na Rua da Boavista e na Rua da Constituição, eixos de ligação Nascente - Poente, e em pequenos troços localizados em distintos pontos, como na Rua da Regeneração, Rua do Campo Lindo/Rua do Covelo, Rua de António Cândido, ou na Rua do Doutor Alves da Veiga, é possível localizar alguns laboratórios de experimentação tipo-morfológica, ainda que de dimensão mais contida. Do ponto de vista urbano, não competem com a escala e importância de intervenções como as que ocorreram na Rua de Sá da Bandeira entre os anos 30 e 50, ou posteriormente na Rua de Ceuta, mas não deixam de revelar metamorfoses significativas relativamente às práticas correntes de divisão do território e da sua construção, na época em análise. [**Fot. II.1- II.13**], [**Des. II.1]**

Estes casos particulares não foram demarcados pelas suas particularidades arquitectónicas, mas porque, entre muitos outros possíveis, demonstram potencialidades no equacionamento de questões ligadas à relação tipo-morfológica entre casa e cidade, no âmbito da habitação corrente.[354]

Do melhoramento ao planeamento nas estratégias de intervenção. A Rua de Sá da Bandeira como referência

Como referido anteriormente, a 1ª metade do século XX estabelece-se como um período decisivo na construção da morfologia e imagem do centro urbano portuense. Em meados dos

[354] Vol. 2, ponto 10, Desenho A e Desenho B

anos 40, encontravam-se em desenvolvimento novas estratégias relativamente à expansão da cidade, com particular incidência na redefinição do sistema viário e consolidação do novo centro representativo da cidade. Várias ruas fizeram parte deste processo, e passo a passo incorporaram as modificações que foram ocorrendo no parcelamento do território e na sua lógica de construção. Inevitavelmente, esta condição acarretou alterações profundas na imagem global da cidade, até à época pautada pela homogeneidade do edifício portuense de frente de dimensão estreita e linguagem similar.

A Rua de Sá da Bandeira inscreve-se neste processo, e de algum modo constitui uma inequívoca referência relativamente a processos semelhantes ocorridos noutras ruas, a distintas escalas. Esta rua integra a reformulação do centro da cidade entre o final do século XIX e meados do século XX (entre 1875 e 1955, aproximadamente), sendo um conjunto urbano com interesse evidente, face à diversidade da sua morfologia e novidade das concepções espaciais, linguagens e tipologias patentes nos edifícios de habitação plurifamiliar que nesta rua se construíram. Talvez ainda mais relevante, seja o facto de fixar de forma assertiva um processo de transformação, não só do tecido e do edificado da cidade, mas das próprias lógicas de pensamento e de intervenção urbana.

No processo de abertura, consolidação e prolongamento da Rua de Sá da Bandeira, identificam-se fases bastante distintas, marcadas por inflexões nas lógicas de pensamento do espaço urbano, desde uma atitude de simples melhoramento, à intervenção planeada e de visão alargada, passando por fases de transição. A cada uma destas atitudes corresponde um tipo de parcelamento, uma lógica de inserção no lote, e também uma imagem de cidade distintas, ainda que naturalmente sobrepostas.

Trata-se de uma taxonomia que aparenta ser extensível a outras ruas integradas no mesmo processo de consolidação urbana, ainda que não exista uma estrita coincidência de datas. Nesse contexto, traduz um faseamento que documenta e sintetiza momentos de transição de estratégias, de métricas de parcelamento, de tipos de edificado, materializados em sectores de rua contidos ou de maior extensão, que apresentam uma variação significativa ao nível da qualidade do edificado.

Melhoramento. Rectificação. Alargamento (até meados dos anos 20)

A 1ª fase de intervenção na Rua de Sá da Bandeira, que se localiza sensivelmente entre 1857 e o início dos anos 20, aparenta ser animada por objectivos muito claros de melhoramento das condições existentes (pautadas por acessos precários e construções devolutas) e ligação a pólos de interesse, como é toda a intervenção empreendida desde o cruzamento com a Rua do Bonjardim, até à Praça do Bolhão[355]. Estas acções regularizadoras implementam-se por necessidade de criação de melhores condições de acesso e circulação nas áreas urbanas irregulares não intervencionadas na 'época dos Almadas'[356].

A esta estratégia de melhoramento passo a passo corresponde uma divisão de território lote a lote[357], em parcelas estreitas e profundas, bastante evidente nas representações de 1892 referentes à área urbana central [Fig. II.3]. Este não é mais que o modo tradicional de construção de todo o tecido do centro urbano,[358] que se traduz numa imagem característica de rua, visível nas representações do início de novecentos. Esta imagem é veiculada por um edificado de frente estreita e alturas variadas (sem obrigatoriedade de alinhamento de cérceas), sem evidente lógica de conjunto, em que os edifícios se relacionam através da repetição de determinados temas de

[355]Sobre esta fase, confira-se a representação das preexistências nos "Livros de Plantas": "*98. MAPA GEOGRAPHICO do Sítio de Fradéllos, comprehendendo parte da rua de S.ta Catharina, rua do Bolhão e Bomjardim; (...), por Luís Inácio de Barros Lima, 1810*", Planta Redonda de 1813, de Georges Balck, Planta Topográfica da Cidade do Porto de Joaquim da Costa Lima de 1839. Primeiros estudos de intervenção em "Livros de Plantas": "*411. Plano da nova Rua que se projecta rasgar desde a Rua Formosa até à Rua do Bomjardim..., 1857 (...) L.º4, nº 27*", "*442. Planta topographica que mostra a continuação da rua Sá da Bandeira, desde a rua do Bomjardim até a rua Formoza, segundo os dous projectos, 1866 (aprov.), L.º 4, n º 55*". (Arquivo Histórico Municipal do Porto - AHMP) in Meireles, Maria Adelaide (1982). Catálogo dos Livros de Plantas. Porto, Camâra Municipal do Porto Arquivo Histórico.

[356] Sobre a intervenções urbanas empreendidas por João de Almada e Francisco de Almada e Mendonça no século XVIII, cf. Pereira de Oliveira, José Manuel (1973). O Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento. Coimbra, Instituto de Alta Cultura. 1 ed.; Ferrão, Bernardo José (1997 [1985]). Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas: 1758/1813. Uma contribuição para o estudo da cidade Pombalina. Porto, Edições da FAUP. 3 ed. ISBN 972-9483-02-7.

[357] Excepção na divisão de terrenos privados com dimensão assinalável, mas mesmo nestes casos a métrica de divisão é a do lote tradicional.

[358] *cf*. Pereira de Oliveira, José Manuel (1973). O Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento. Coimbra, Instituto de Alta Cultura. 1 ed. e Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

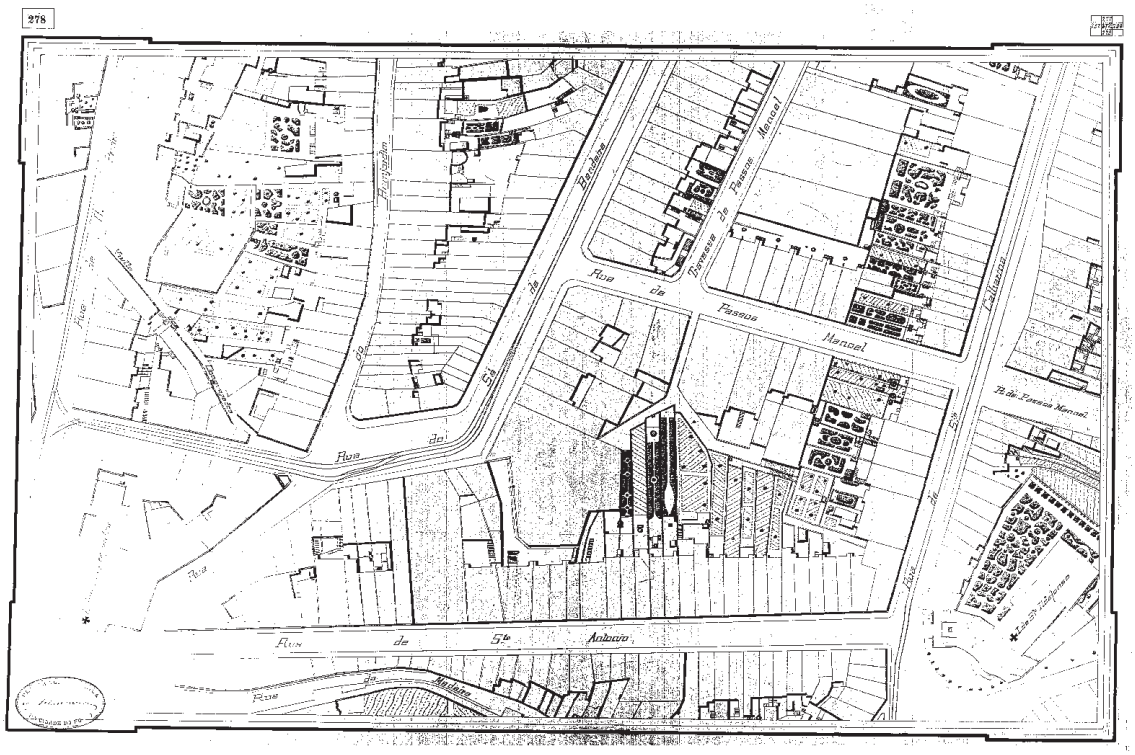


Fig. II.3 - Extracto da Planta topográfica da Cidade do Porto, de Augusto Gerardo Telles Ferreira, 1892 [AHMP]

composição (dimensão das janelas, introdução de varandas, desenhos de cornija, etc.). São recursos que aparentam fragilidade num espaço urbano que ambiciona representatividade, escala e imagem actualizada, como é o caso das ruas que se articulam com o centro representativo da cidade.

Transição de lógicas de intervenção urbana (meados dos anos 20 - meados dos anos 30)

A partir dos anos 20, inicia-se uma fase de transição em que permanece um interesse no estabelecimento de continuidades viárias. De qualquer modo, as estratégias de intervenção não se direccionam ainda para o prolongamento dos arruamentos existentes, ou para uma estruturação viária global, o que é notório no caso específico da Rua de Sá da Bandeira. Em 1924, é possível encontrar estudos[359] e projectos[360] que perspectivam uma primeira ideia do seu prolongamento, desde a Rua de Fernandes Tomás até à Rua de Gonçalo Cristóvão, apresentada em várias soluções de directriz e alinhamentos. Os factores em questão na época resumiam-se às dificuldades apresentadas pela topografia e a ponderação da manutenção ou supressão de algumas preexistências relevantes.[361] [Fig. II.4, II.5]

O início dos anos 30 aparenta reger-se por novas estratégias, nomeadamente uma tentativa de ruptura nas lógicas de pensamento instituídas e uma mudança de estratégias de intervenção urbana. Em 1932 publica-se o *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*[362], da autoria do engenheiro Ezequiel de Campos (1864-1965), documento em que se colocam questões do ponto de vista do crescimento da cidade, enquanto processo longo e estruturado do qual o traçado se constitui apenas como a última fase: o 'plano' apresenta-se como um programa de expansão.

[359]Processo D-CMP/2/445 [Arquivo Histórico Municipal do Porto – AHMP].
[360]Processo D-CMP/3/322 [AHMP].
[361]A Capela de Fradelos (um pólo religioso antigo, que aparece já representado nos "Livros de Plantas"); a Fundição e a Estamparia do Bolhão (património privado com significativa importância e grande frente sobre Fernandes Tomás); o Quartel dos Bombeiros, com frente para Gonçalo Cristóvão e a respectiva parada; e a topografia íngreme e rochosa do Morro das Carvalheiras, que leva à desistência das soluções que apontavam nessa estratégia.
[362] Campos, Ezequiel (1932). Prólogo ao Plano da Cidade do Porto. Porto, Empresa Industrial Gráfica.

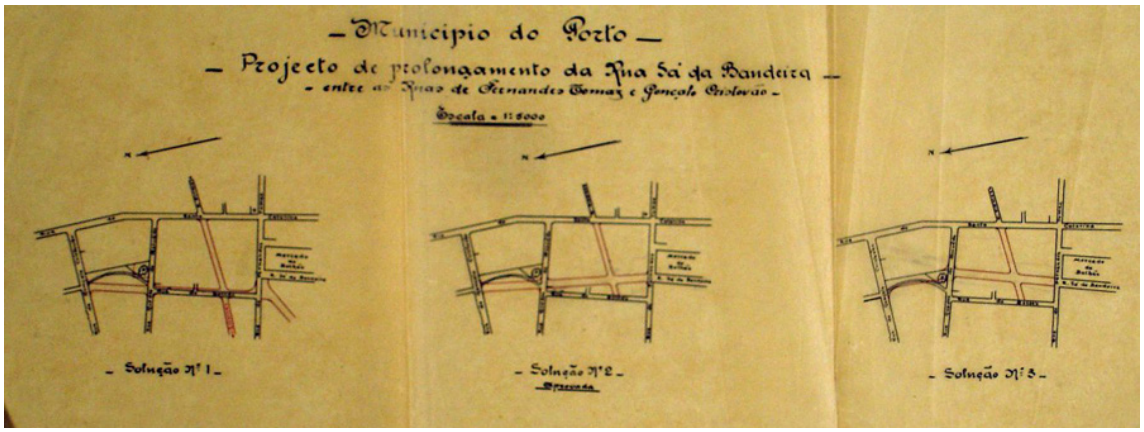


Fig. II.4 – "Projecto de prolongamento da Rua de Sá da Bandeira – entre a rua de Fernandes Thomaz e Gonçalo Cristóvão" – 1924, extracto in AHMP – D-CMP/3/322

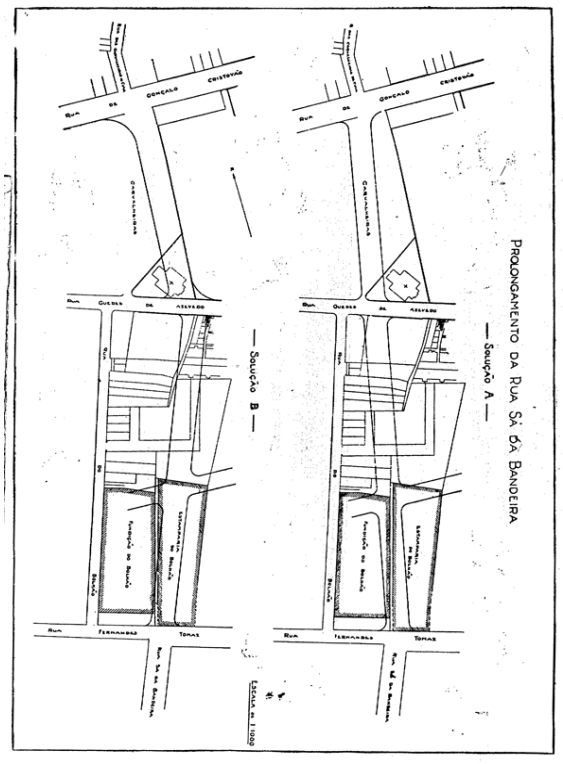


Fig. II.5– "Projecto de prolongamento da Rua de Sá da Bandeira – solução A. Solução B" – 1924, extracto in AHMP – [D-CMP/2/455, fol.3-2]

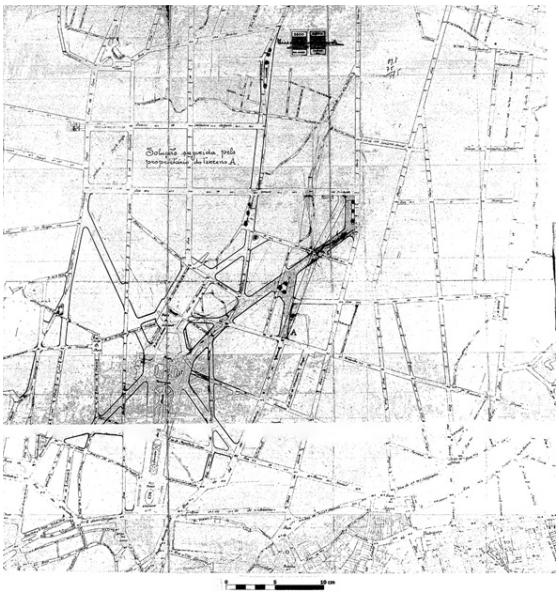


Fig. II.6 – "Plano de Arruamentos da zona central da cidade". Serviço da Carta da Cidade, 1935 – estudos, in AHMP – [D-CMP/3/69] Fig. 7.13 – "Plano de Arruamentos da zona central da cidade". Serviço da Carta da Cidade, 1935 – estudos, in AHMP – [D-CMP/3/69]

Nesta fase a 'intervenção de melhoramento' começa progressivamente a dar lugar à 'era do planeamento', uma visão alargada e estratégica, que pondera a nova extensão da Rua de Sá da Bandeira numa relação directa com a Praça central da cidade e ruas limítrofes, como é visível em estudos de 1935, integrados no "*Plano de Arruamentos da zona Central da cidade"*.[363] As intenções direccionam-se de um modo claro para a melhoria da circulação e configuração de quarteirões, numa estratégia integrada de organização do centro da cidade, de carácter ambicioso e de manifesta amplitude.[364] [Fig. II.6]

Obrigatoriedade de Plano Urbano (pós 1935)

As duas soluções de prolongamento da Rua de Sá da Bandeira apresentadas em 1939 e 1940, apresentadas nas figuras II.7 e II.8, representam uma nova fase no que se refere às estratégias de intervenção no tecido urbano: cidade, rede viária, quarteirão e edifício começam a ser equacionados enquanto sistema integrado. Trata-se de um período em que no Porto, com a colaboração de conceituados arquitectos urbanistas italianos, se procurava materializar o 1º Plano de Urbanização da cidade, obrigatório a partir de 1934, com a publicação de decreto-lei específico[365].[Fig. II.7-II.8]

No âmbito deste processo, a Câmara Municipal do Porto contrata inicialmente o professor arquitecto italiano Marcello Piacentini (entre 1938 e 1940), enquanto consultor urbanista e depois enquanto executor do referido Plano. Posteriormente, contrata o arquitecto Giovanni Muzio (de 1940 a 1943), igualmente como consultor urbanista, colaborações com diferentes pesos e consequências na evolução urbana portuense[366].

[363] Desenho inserido no Processo D-CMP/3/69 [AHMP].
[364] Processo D-CMP/3/323: "*Ante-projecto de ligação à Praça do Município*" [AHMP].
[365] A 21 de Dezembro de 1934, publica-se o decreto-lei 24802, que obriga as câmaras municipais à execução do Plano de Urbanização da Cidade, estabelecendo como prazo o final de 1939.
[366] Garrett, Antão de Almeida (1974). História da evolução dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto. Porto, Secção de Planeamento Urbanístico. Centro de Estudos de Engenharia Civil-I.A.C. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. p. 14.

O 1º *Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização do Porto*[367] [GEPGU], no qual se iriam desenvolver vários estudos urbanísticos de pormenor para determinadas zonas da cidade, foi criado em 1939, tendo Arménio Losa como arquitecto urbanista responsável desde a sua fundação até 1945. Com a criação do GEPGU (a partir de 1940 denominado simplesmente por GU), e consequentes estudos no âmbito do Plano de Urbanização, multiplicam-se as referências à Rua de Sá da Bandeira e ruas limítrofes. Entre esta data e 1945, altura em que o arquitecto Arménio Losa deixa de estar associado aos serviços, desenvolveram-se em paralelo vários estudos e projectos no que concerne a Sá da Bandeira, desde estudos mais alargados referentes ao traçado da rua, a projectos focalizados em determinados pontos, como por exemplo, o arranjo da Praça D. João I.

Neste processo enquadra-se de igual modo o projecto de abertura da Rua de Ceuta. Ao contrário da Rua de Sá da Bandeira, trata-se de uma rua nova, aberta e consolidada num espaço relativamente curto de tempo, desenvolvendo-se ao longo de 107 metros, com 20 metros de largura. Esta rua prolonga a Rua de Elísio de Melo a partir da Praça Filipa de Lencastre, assumindo-se como uma tentativa de formalização de uma ideia antiga (de final de oitocentos) de concretizar um atravessamento que ligasse o centro urbano, a Avenida dos Aliados, aos novos centros que se começavam a estruturar a Poente da Cidade. Mais concretamente, a Rua de Ceuta projectava-se como o prolongamento da Rua de Passos Manuel que ligaria à Praça de Carlos Alberto, e que em visões mais alargadas, se prolongaria até Jardim do Carregal, Palácio de Cristal e Boavista. O seu traçado definitivo só se fixaria na década de 40 do século XX, após o desenvolvimento de diversos estudos datados de 1915, especialmente articulados com a reestruturação da Avenida Central da Cidade[368].

---

[367] Estudos do Gabinete de Urbanização: "*Na sua grande maioria, os processos são constituídos por estudos técnicos do Gabinete de Estudos do Plano Geral de Urbanização (a partir do final da década de 1940 designado por Gabinete de Urbanização) sobre: grandes vias de acesso e penetração na cidade e grandes vias de circulação, planos parciais de urbanização, alinhamento de ruas, trânsito e estacionamento automóvel, localização de núcleos de habitação social e estabelecimentos de ensino, arranjo de espaços públicos, loteamento de terrenos, desenho de jardins e mobiliário urbano. (...).*" Datas de produção - 1940 a 1947, *in* Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico. D-Catálogos. D.2.Série: Estudos (do Gabinete de Urbanização). Porto. 2004

[368] Barata Fernandes, Francisco; Pinto, Rui (2001). Rua de Ceuta PORTO 1901-2001: Guia de arquitectura moderna. Porto, SRNOA e Civilização Editora.

Nesta fase, os processos de intervenção urbana definem um sistema cada vez mais complexo que, para além de todos os factores referidos (preexistências cadastrais e edificadas, proprietários, topografia, expropriações, etc.), começa a incorporar questões como a definição do espaço público da cidade, a configuração de unidades-quarteirão, a regulamentação da edificação sob o ponto de vista higiénico e também estético, e a própria consideração dos alinhamentos e traçados a partir desse ponto de vista.

À data, a Rua de Sá da Bandeira começa a perder relevância na estratégia viária da cidade, face às suas ligações para Norte e para Poente se encontrarem dificultadas, procurando-se soluções na Rua do Bolhão, quer de ligação à Praça Central da cidade [Fig. II.8], quer na perspectivação do seu prolongamento para Norte da Rua de Gonçalo Cristóvão. Com a desistência das ligações transversais e prolongamentos para Norte, em 1942 [Fig. II.9], quer a Rua de Sá da Bandeira, quer a Rua do Bolhão se vêm reduzidas ao objectivo de abertura de frentes de construção numa malha urbana bastante densa. Nos desenhos constantes no Plano Director do Porto (1962), o traçado da Rua de Sá da Bandeira encontra-se já fixado. [Fig. II.10]

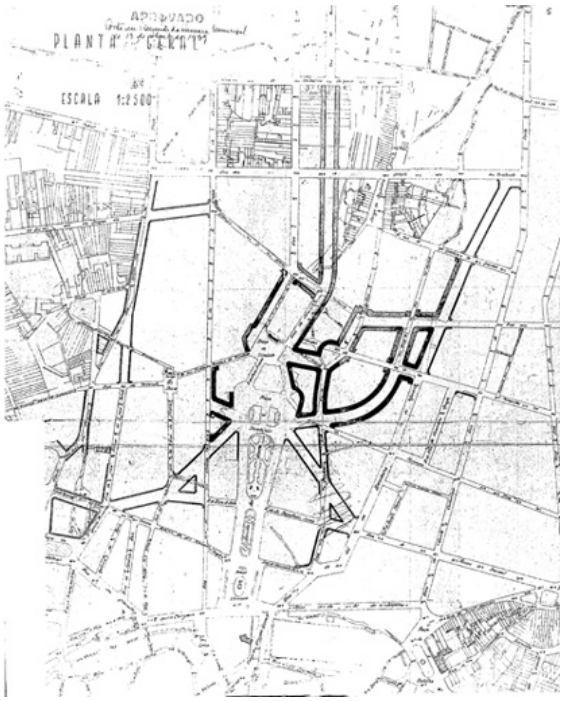


Fig. II.7 – GEPGU - "Aprovado em 13 de Abril de 1939", extracto in AHMP – [D-CMP/3/66, fol.5]

Fig. II.8 – GEPGU - "Aprovado em 11 de Janeiro de 1940", extracto in AHMP – [D-CMP/3/54, fol.76]

Fig. II.9 – GEPGU - "Aprovado em 27 de Junho de 1942", extracto in AHMP – [D-CMP/3/54, fol.77]

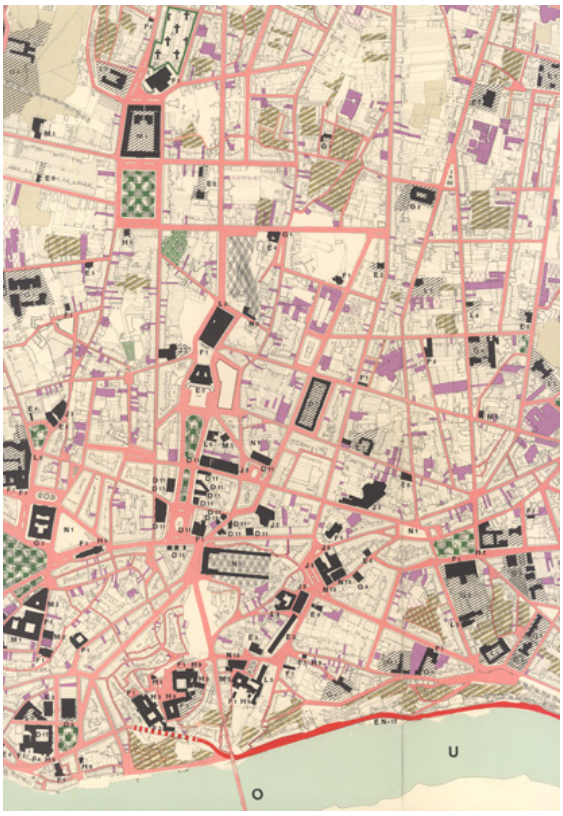


Fig. II.10 – Extracto da planta "Estado Actual da Cidade", 1962, in Plano Director da Cidade do Porto

METAMORFOSES MORFOLÓGICAS E TIPOLÓGICAS. ALGUNS CASOS PARTICULARES

A métrica da parcela. Variações e permanências

Na 1ª metade do século XX, de um modo geral, mantém-se o modo consolidado portuense de divisão do território, em que predomina o lote em profundidade, com frente estreita, e o edifício implantado à face da rua com logradouro posterior. O terreno disponível para construção vai surgindo por oportunidade: substituição de construções antigas, desactivação de fábricas, ocupação de áreas privadas não construídas, ou iniciativas circunscritas de expropriação empreendidas pelos serviços camarários.

Será apenas a partir das intervenções do Gabinete de Urbanização da Câmara [GU][369], no início dos anos 40, que no centro da cidade se verificarão variações significativas de conceito e processo de parcelamento, e em situações muito localizadas. Em todo o caso, numa fase intermédia (anos 30 e posteriormente em zonas não intervencionadas pelo GU), o território urbano parece adaptar-se progressivamente a novos modelos construtivos e tipológicos, actualizando a sua estrutura fundiária: a frente de lote aumenta, isoladamente ou através da anexação de parcelas estreitas e profundas; o perímetro da frente toma formas particulares em situações de ângulo e de remate de quarteirões preexistentes. Este fenómeno pode ser observado em vários sectores de rua, tanto nas áreas centrais de maior significado como nas de menor relevância no sistema urbano.

Experimentação em torno da métrica tradicional de parcelamento no centro urbano: alargamento, associação

O processo de abertura e consolidação da Rua de Rodrigues Sampaio [anos 20/30, transição], uma radial da Avenida dos Aliados, inscreve-se nos mesmos processos conjuntos de estruturação da malha central descritos para a Rua de Sá da Bandeira (anos 20/30), constatando-

[369] Gabinete do Estudo do Plano Geral de Urbanização, criado em 1939. A partir de 1940, designado apenas por Gabinete de Urbanização [GU].

se que o quarteirão a Sul [RS1] e a Norte [RS2] foram consolidados durante cerca de uma década. A frente de rua aparenta uma previsão de lotes com cerca de 12 metros de largura, aproximadamente, ainda que no sector RS1 se observe uma flexibilidade significativa na ocupação das parcelas (o que se traduz em edifícios de maior frente, em detrimento de outros, bastante estreitos). No quarteirão RS2 é também interessante verificar a estratégia de parcelamento para ocupação de lotes de configuração triangular (lotes sem perpendicularidade relativamente à frente de rua).

Já a Rua de Diogo Brandão [anos 30, transição], denominada inicialmente como Rua Particular de Miguel Bombarda, aparenta consistir num troço aberto em terrenos privados, em início dos anos 30, já que os processos de Licença de Obras dos prédios de rendimento identificados situam-se entre 1936 e 1939. No sector Poente [DB1], a métrica do lote em que se implantam os edifícios em estudo é mais larga que a tradicional - três lotes com cerca de 8,50 metros e um lote de 13,20 metros (associação de dois lotes de 6,60 metros); no sector Nascente [DB2], mantém-se a métrica tradicional de 6,50 metros, ainda que anexados para formar lotes de maior frente.

No lado Nascente da Rua de Sá da Bandeira [anos 30/40, transição], o sector identificado como SB1 exibe quatro parcelas, duas delas correspondendo a cunhais, sem uma métrica constante, e os dois outros lotes com dimensões aproximadas de 15,50 metros, produto de uma divisão de quatro parcelas de 7,75 metros (aproximadamente).

Constata-se que mesmo após a criação do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal, diversas áreas continuaram a consolidar-se através da divisão dos terrenos seguindo a métrica tradicional (independentemente da possibilidade de outras dimensões para o lote). É caso do sector B1, localizado na Rua do Bolhão, constituído por três edifícios [início anos 40, transição], que ocupam lotes com aproximadamente 12,50 metros de frente (anexação de dois lotes tradicionais). **[Des. II.2 e II.3]**; [Fig. II.11]

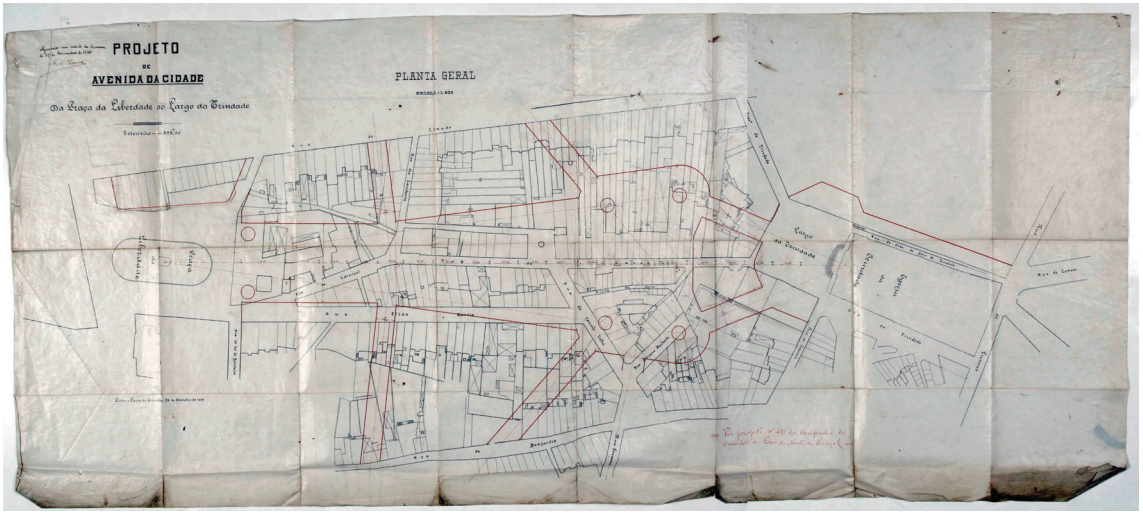


Fig. II.11 – Plano da Avenida dos Aliados. Traçado da Rua de Rodrigues Sampaio

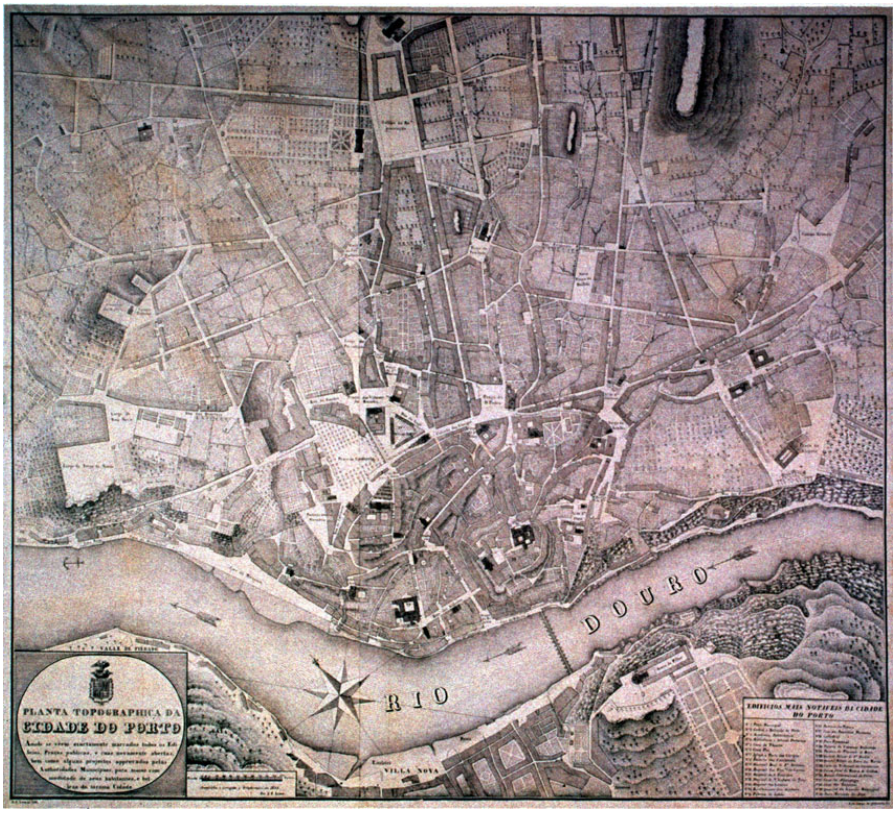
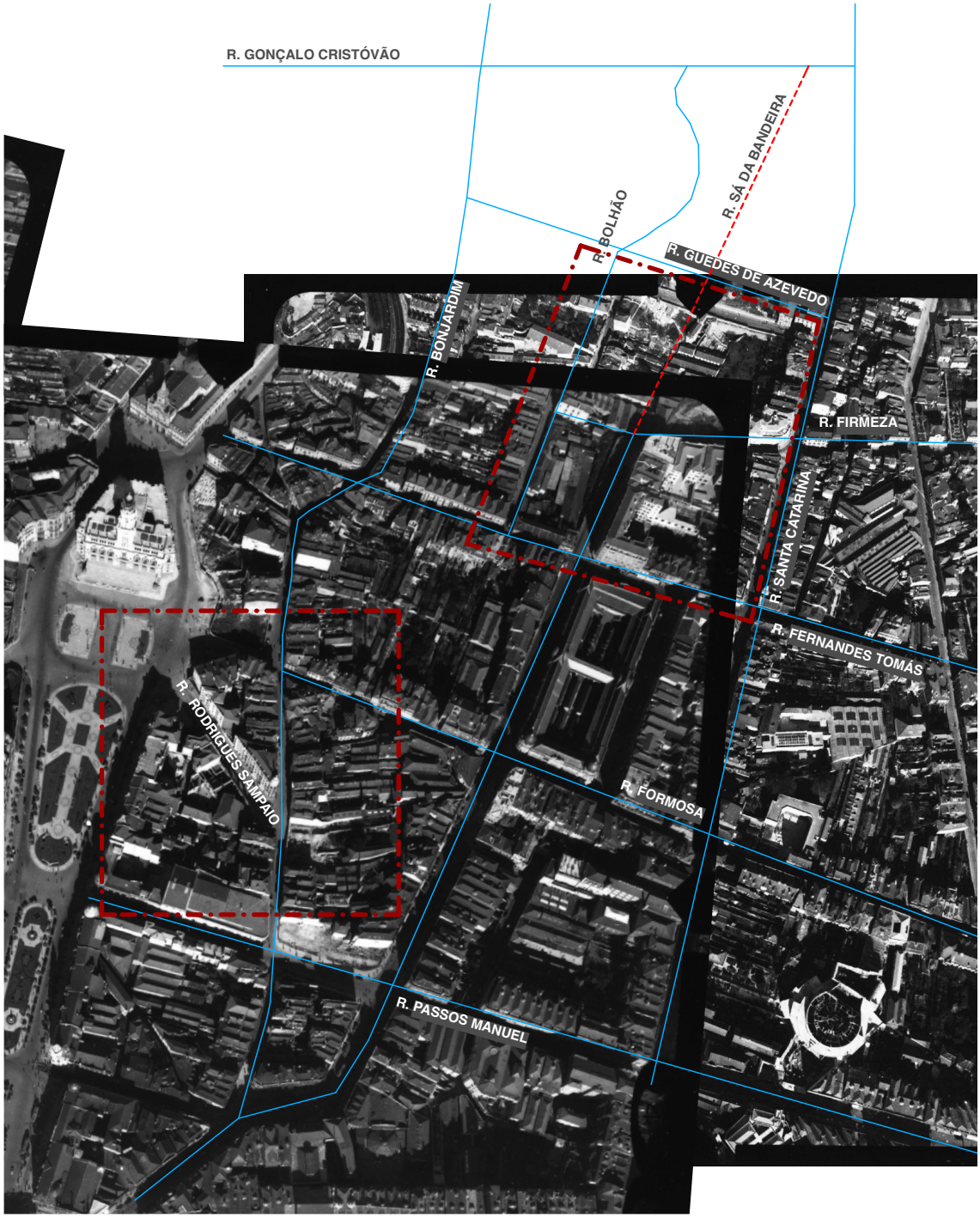


Fig. II.12 – Rua da Boavista. Planta de J. Costa Lima, 1839

Des. II.2 – Métricas de parcelamento. Rua de Diogo Brandão. Rua de Rodrigues Sampaio. Quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira e Rua do Bolhão. Esc. 1/1500



Des. II.3 – Quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira e Rua de Rodrigues Sampaio [montagem e desenhos produzidos pela autora, a partir da Fotografia aérea de 1939 - AHMP, DMAG]

Alguns sectores em arruamentos de expansão: permanência e ruptura

O processo de abertura e consolidação da Rua da Boavista, remonta à 'época dos Almadas', verificando-se em 1813 o seu traçado até à Rua de Cedofeita (Planta de G. Balck), e em 1839 o prolongamento até à actual Rotunda (Planta de J. Costa Lima), ainda que a edificação se fique pelo cruzamento com a Rua do Barão Forrester[370] [Fig. II.12]. Até este ponto, o parcelamento apresenta uma métrica de divisão tradicional de medida variável, entre 5 e 7 metros (aproximadamente).

Os sectores de rua em estudo [BV1 e BV2] permanecem por lotear até aos anos 30 e 40 respectivamente, aproveitando-se para, por esta altura, dividir o território com dimensões de frente afectas a outras lógicas, ainda que apenas num pequeno conjunto de quatro edifícios. O sector a Norte [BV1], apresenta dois lotes com dimensão de 15,50 e 33 metros de frente (neste último caso, duas parcelas de 16,50 metros associadas). No sector a Sul, as dimensões de frente são superiores a 20 metros. Aparentemente, não existe uma métrica ligada a lógicas tradicionais de parcelamento. [**Des. II.4**]

Pelo contrário, a Rua da Regeneração, com traçado, abertura e consolidação que remonta de igual modo à 'época dos Almadas' (antiga Rua de Germalde), caracteriza-se por uma divisão de parcelas com dimensões irregulares, compondo-se o sector em estudo[371] [RG1] por um lote de grande dimensão, com cerca de 41 metros de frente, resultante da anexação de quatro parcelas de 6,80 metros (aproximadamente), e três lotes com dimensões de frente entre 8 e 11 metros. A Planta de Telles Ferreira comprova que em 1892[372], este terreno funcionava como área de logradouro de uma edificação isolada. [**Des. II.4**], [Fig. II.16]

---

[370] "*Como no capítulo anterior dissemos, foi João de Almada e Melo quem mandou abrir a Rua da Boavista, a qual em 1813, como pode ver-se na planta de Balck, atingia a Rua de Cedofeita e o seu prolongamento para N, ou seja, a Rua do Barão de Forrester. Um projecto de 1825 (Estampa XXIX) dá-nos preciosa indicação sobre o seu prolongamento para W. Nele se diz tratar-se de 'projecto da continuação da Rua da Boa Vista e suas travessas, desde o Passal do Priorado de Cedofeita, até ao Caminho que vai do sítio do Bom Sucesso para Francos freguesia de Ramalde', mostrando que a rua já fora aberta desde o ponto em que a vemos na planta de Balck até à Rua de Santa Isabel, uma das que era proposta como sua travessa*." Pereira de Oliveira, José Manuel (1973). O Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento. Coimbra, Instituto de Alta Cultura. 1 ed. p. 292.

[371] Localizado lateralmente ao 'Quartel Militar' da Praça da República.

[372] Planta topográfica da Cidade do Porto, de A. G. Telles Ferreira, Esc. 1:500 (1892), folha 253 [AHMP].

Na Planta de J. Costa Lima (1839), a actual Rua do Doutor Alves da Veiga[373] [**Des. II.5**], surge representada enquanto viela de pequena dimensão, edificada parcialmente. Na Planta de Telles Ferreira (1892), encontra-se claramente identificada como a 'Rua das Malmerendas', contando nesta altura já construção significativa[374] [Fig. II.15]. Surge nesta época já desenhada com novo traçado, o que sugere que a sua rectificação e alargamento terá ocorrido nas últimas décadas de oitocentos.

A Fotografia aérea de 1939[375] [Fig. II.13] possibilita a verificação de que os sectores em questão, localizados entre a Rua de Fernandes Tomás e a Rua da Firmeza, correspondem a um lote vazio a Nascente[376] [AV1] e a um lote aparentemente ocupado por uma fábrica a Poente [AV2], rodeados por parcelas divididas segundo uma métrica tradicional, ainda que irregular (com especial relevo na frente Nascente). Estes lotes poderiam ter sido divididos sem dificuldade em parcelas de aproximadamente 6 metros, o que acabou por não se verificar.

Numa zona mais periférica situada a Norte, a Rua de António Cândido[377], eixo de ligação entre a Rua de Antero Quental[378] e a Rua de Faria Guimarães, encerra um pequeno troço entre esta última rua e a Rua de Joaquim Kopke [AC1], que aparenta ter sido parcelado e parcialmente

---

[373] Segundo Pereira de Oliveira o 'velho Caminho de Malmerendas (actual Rua do Dr. Alves da Veiga)' iniciou obras de rectificação e regularização de pavimentos em 1824: Gabinete de História da Cidade, Livros de Plantas Antigas, livro 1º, planta 32, de 1824. Pereira de Oliveira, José Manuel (1973). O Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento. Coimbra, Instituto de Alta Cultura. 1 ed., pp.290-291. Mais propriamente "*Em 1851 foi aprovado um projecto de continuação da rectificação da Rua de Alves da Veiga, que visava sobretudo o troço S entre as Ruas de Fernandes Tomás e Formosa (referência ao Livro de Plantas Antigas, livro 3, planta nº40); sete anos depois deparamos com outro projecto com a mesma finalidade (livro 3, planta nº111). Um projecto de 1859 tratava da ligação entre a Rua de D. João IV e a Rua da Alegria, a N (referência ao Livro de Plantas Antigas, livro 3, planta nº113). Novo projecto de 1859 mostra que a parte terminal das Ruas de D. João IV e de Alves da Veiga continuava por realizar. Esboçava-se nela o Largo do Padrão. A planta indica não só os proprietários e propriedades a expropriar, como o terreno público a dar em compensação (referência ao Livro de Plantas Antigas, livro 4, planta nº2). Um outro projecto que inclui o estudo de perfil natural e correcções a fazer-lhe para a abertura do troço final da rua, sem data, mas que se presume seja de 1865, apresenta a particularidade de mostrar a Rua Alves da Veiga já quase completamente rectificada e ainda que a Rua de D. João IV já estava aberta até à Rua de Fernandes Tomás (referência ao Livro de Plantas Antigas, livro 4, planta nº32)*".

[374] Planta topográfica da Cidade do Porto, de A. G. Telles Ferreira (1892), folha 298 [AHMP].

[375] Fotografia Aérea de 1939, F21_n473 [AHMP].

[376] E que aparecia já representado enquanto terreno de logradouro na Planta de Telles Ferreira.

[377] A sua abertura data das primeiras décadas de novecentos, já que não é representada na Planta de Telles Ferreira.

[378] Antiga Rua da Rainha.

edificado no início dos anos 30, seguindo a lógica de divisão tradicional, nomeadamente seis lotes com cerca de 6 metros (aproximadamente). Na Fotografia aérea de 1939[379] [Fig. II.14], são precisamente visíveis os edifícios em análise, em fase de construção. [**Des. II.5]**

Em zona não muito distante, a Rua do Campo Lindo constitui-se como uma rua de ligação de traçado antigo, indicando José Pereira de Oliveira[380] a existência de planos de regularização para esta zona por volta de 1838[381]. Esta rua surge já desenhada com detalhe na Planta de Telles Ferreira (1892)[382] [Fig. II.20], na qual sobressai a sua importância na articulação com a restante estrutura viária, nomeadamente com a Rua da Rainha (actual Rua de Antero de Quental) e a Rua do Amial (saída a Norte), passando pela Praça de Arca D'Água.

No final da década de 30, o quarteirão conformado pela Rua do Campo Lindo, Rua do Covelo e Rua de Lima Júnior, encontra-se perfeitamente delimitado pela estrutura viária, exibindo contudo fraca densidade de construção[383]. O sector voltado para a Rua do Campo Lindo [CL1] desenha-se em vários lotes. Um deles é composto por quatro parcelas com aproximadamente 6,90 metros, resultantes de um parcelamento realizado no início dos anos 30; com este lote confrontam parcelas entre 12 e 16 metros de frente, nos quais se implantam edifícios construídos em meados dos anos 50.

O lado Norte da Rua de Lima Júnior [LJ1], de igual modo quase que totalmente desocupado no final dos anos 30, foi posteriormente parcelado em lotes de 6 metros. Neste conjunto, destaca-se um lote resultante da anexação de duas parcelas, terreno no qual se construiu um edifício de habitação plurifamiliar com alguma escala, comparativamente aos edifícios que o circundam. O lado Nascente da Rua do Covelo [COV1], apresenta uma divisão em parcelas de

---

[379] Fotografia Aérea de 1939, F20_n447 [AHMP].

[380] Pereira de Oliveira, José Manuel (1973). O Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento. Coimbra, Instituto de Alta Cultura. 1 ed.

[381] "*Um projecto de regularização do Campo Lindo, que por sinal se não fez, mostra o carácter fruste e rural dos arruamentos e largo existentes na época (referência aos Livros de Plantas Antigas, livro 2º, planta nº68, 1838), (…)*" Pereira de Oliveira, José Manuel (1973). O Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento. Coimbra, Instituto de Alta Cultura. 1 ed. p. 295.

[382] Planta topográfica da Cidade do Porto, de Augusto Gerardo Telles Ferreira, Esc. 1:500 (1892), folha 248 e 269 [AHMP].

[383] Fotografia Aérea de 1939, F19_n174 [AHMP].

aproximadamente 8,60 metros, representando um manifesto alargamento relativamente à prática tradicional de parcelamento. [**Des. II.6]**

Com uma localização mais próxima do centro da cidade, a Rua da Constituição exibe um traçado aberto por fases, sendo que a fixação do sector em análise [CN1], entre a Rua da Alegria e a Rua de Santos Pousada, aparenta datar do período anterior aos anos 40, já que surge representado na carta topográfica da cidade elaborada em 1937[384] [AHMP]. Na Fotografia Aérea de 1939[385] [Fig. II.17], constata-se a existência de um terreno vazio, edificado apenas nos cunhais. O trecho em questão, tendo-se mantido desocupado até aos anos 50, apresenta uma divisão em lotes com dimensão de frente mais larga que a tradicional, superior a 13 metros. Esta dimensão de talhão não aparenta resultar da anexação de lotes de pequena dimensão, ligados a um parcelamento mais antigo, mas sim de uma opção de divisão renovada, afecta a outras lógicas de construção. [**Des. II.7]**

Experimentação sobre a unidade quarteirão

No centro urbano portuense, a concepção e o projecto de quarteirões de grande dimensão só foi possível face à desactivação de áreas extensas, ocupadas por antigas fábricas, ou operações de expropriação de terrenos. A reestruturação dessas zonas implicou o desenvolvimento de novas estratégias no âmbito do parcelamento por parte dos serviços camarários, adaptando a divisão de talhões a novos modelos de edificação, que vão sendo propostos por proprietários e projectistas mais informados. A encomenda e interesses de investimento dos promotores privados particulares constitui-se como um factor fundamental nesta dinâmica.

O início da década de 40 do século XX vê surgir experiências em torno do próprio quarteirão enquanto unidade morfológica de construção da cidade. O Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal [GU] investe no estudo dos terrenos situados nos tramos superiores da Rua de Sá da Bandeira, entre a Rua de Fernandes Tomás e a Rua de Gonçalo Cristóvão, na configuração da Praça D. João I, e no Estudo de Pormenor dos quarteirões da Rua de Ceuta.

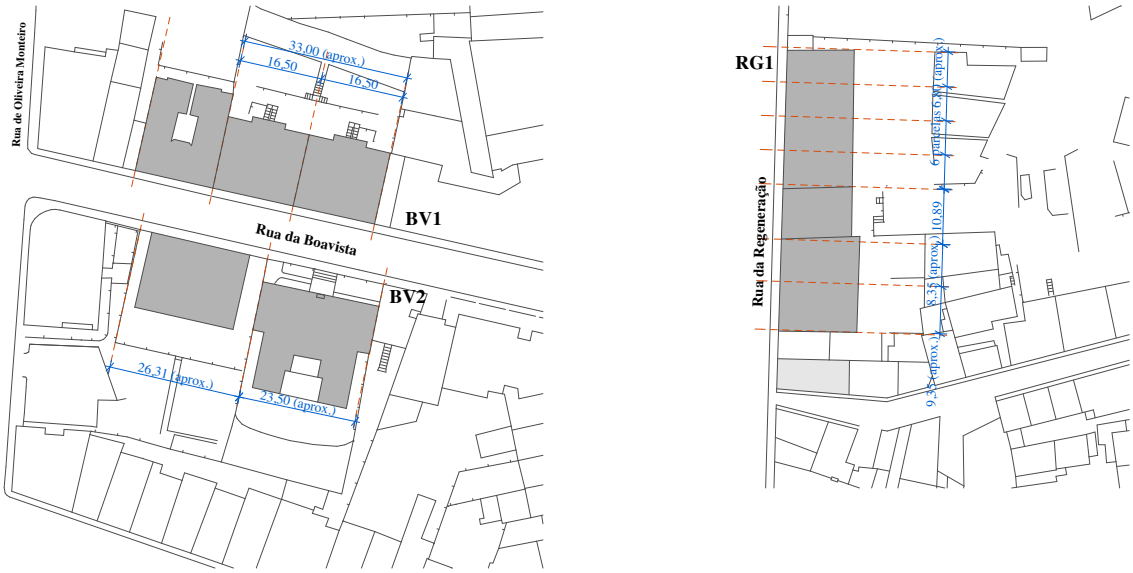
[384] Planta Topográfica da Cidade do Porto de 1937 [AHMP].
[385] Fotografia Aérea de 1939, F22_n509 [AHMP].

Nos sectores superiores da Rua de Sá da Bandeira [início anos 40, planeamento], localizam-se duas unidades quarteirão [SB2, SB4] e uma ocupação extensa de frente urbana de um quarteirão preexistente [SB3], resultado de demolições ou expropriações com algum impacto e sem vínculo a métricas tradicionais de parcelamento marcadas no território.

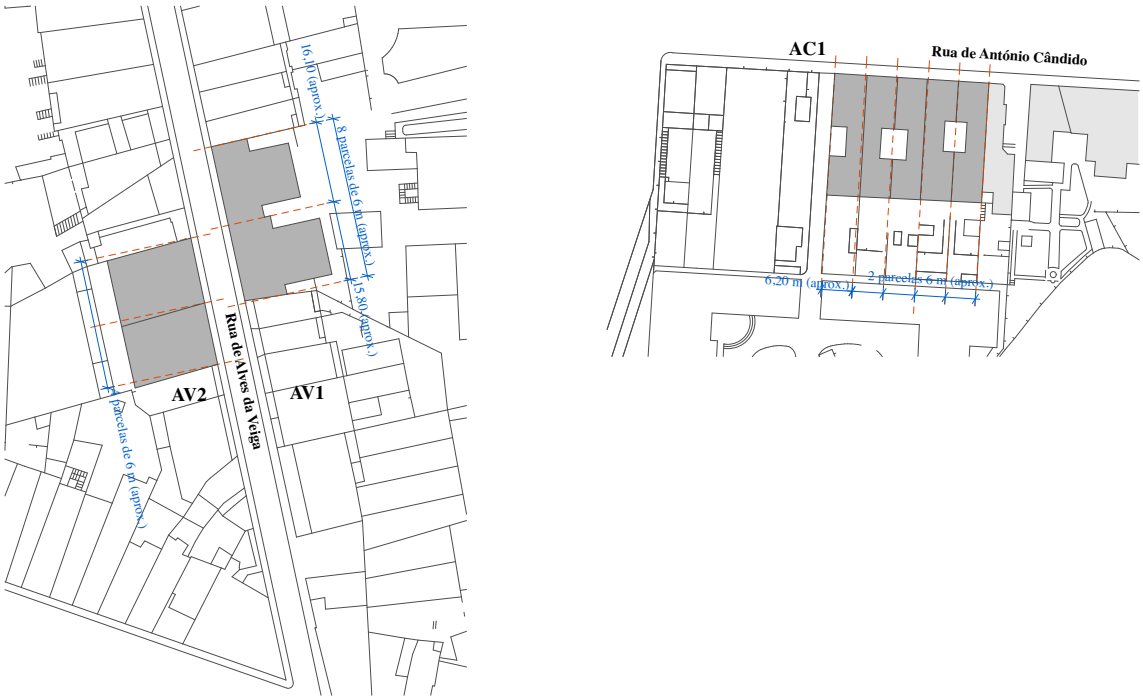
O quarteirão localizado a Poente [SB2] foi alvo de diversos estudos de configuração, em que se pondera o prolongamento da Rua da Firmeza, o alargamento da Rua do Bolhão e os alinhamentos da Rua de Fernandes Tomás. Apesar de a partir deste ponto se sucederem uma série de projectos indicados como 'sem efeito', a progressiva tentativa de alteração da lógica de construção do quarteirão presente nas diferentes propostas é indicio relevante de uma alteração de estratégias. Até esta fase, o quarteirão urbano constituía-se tradicionalmente enquanto uma unidade fechada e parcelada em lotes estreitos à medida que iam surgindo oportunidades de construção da frente de rua. Passando por propostas de um quarteirão aberto nos topos (Fevereiro de 1941) a soluções em U [Fig. II.21], o talhão volta, inesperadamente, a apresentar-se com uma forma completamente fechada (Abril de 1942), fixada mais tarde pela construção de um único edifício, o Palácio do Comércio.

Em Junho de 1942 iniciam-se as incursões sobre o quarteirão conformado pela Rua Firmeza, Rua Guedes de Azevedo, do lado Nascente e Poente da Rua de Sá da Bandeira, e alinhamentos das ruas limítrofes. No lote Poente (SB4), o GU implementou alguns dos princípios ensaiados anteriormente sem sucesso no quarteirão referido anteriormente. Neste quarteirão materializa-se efectivamente um espaço público interior, acessível e de servidão pública, assim como um único alinhamento para as fachadas posteriores dos edifícios que o confrontam. [**Des. II.8]**

Na Rua de Ceuta [anos 40, planeamento] observa-se de igual modo uma manifesta alteração no parcelamento corrente até aos anos 40, consequência de uma intervenção planeada e estudo de pormenor ao nível do quarteirão. Como frentes urbanas, constituíram-se cinco talhões de terreno, a Norte [C1] e a Sul [C2], para os quais se definiu uma cércea de rés-do-chão e cinco pisos. Relativamente à modulação das fachadas, estabeleceu-se que cada frente de rua seria dividida de forma que os lotes centrais tivessem a mesma dimensão, e os lotes localizados nas extremidades constituíssem a excepção (em C1 a divisão apresenta-se mais irregular). A dimensão da frente de lote aumenta para aproximadamente 16,30 metros (talhões centrais), sendo que os talhões extremos/cunhais possuem maior dimensão (entre 18,70 e 33 metros, aproximadamente). [**Des. II.9 e II.10];** [Fig. II.23-25]



Des. II.4 – Métricas de Cadastro. Rua da Boavista. Rua da Regeneração. Esc. 1/1500



Des. II.5 – Métricas de parcelamento. Rua do Doutor Alves da Veiga. Rua de António Cândido. Esc. 1/1500

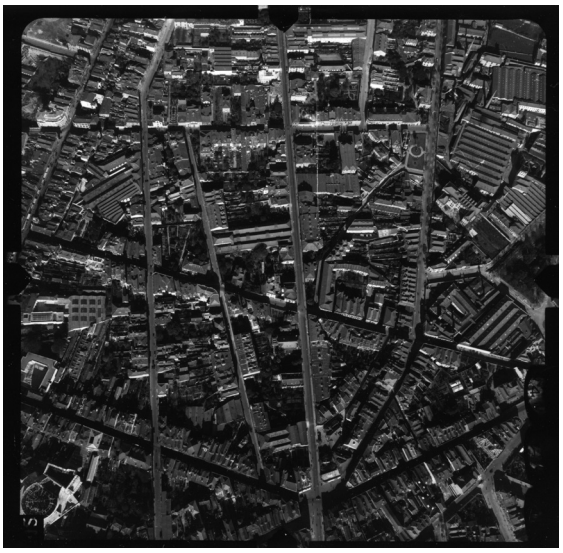


Fig. II.13 – Rua do Doutor Alves da Veiga. Fotografia aérea, 1939 [AHMP]

Fig. II.14– Rua de António Cândido. Fotografia aérea, 1939 [AHMP]

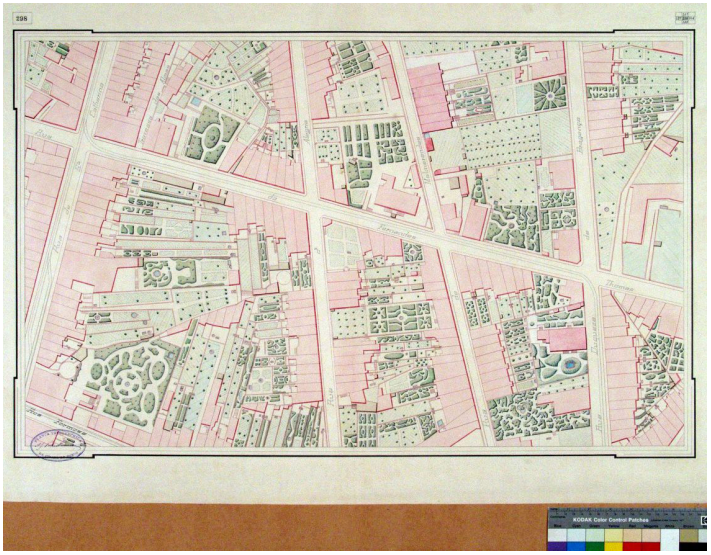


Fig. II.15 – Rua do Doutor Alves da Veiga, Planta de Telles Ferreira, 1892 [AHMP]

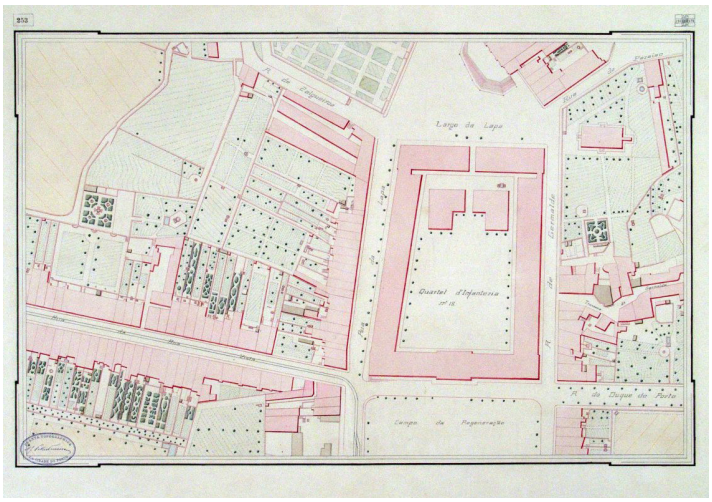


Fig. II.16 – Rua da Regeração. Planta de Telles Ferreira, 1892 [AHMP]

Des. II.6 – Métricas de parcelamento. Quarteirão Rua do Campo Lindo, Rua de Lima Júnior, Rua do Covelo. Esc. 1/1500

Des. II.7 – Métricas de parcelamento. Rua da Constituição. Esc. 1/1500

Fig. II.17 – Rua da Constituição. Fotografia aérea, 1939 [AHMP]

Fig. II.18 – Quarteirão Rua do Campo Lindo, Rua de Lima Júnior, Rua do Covelo. Fotografia aérea, 1939 [AHMP]

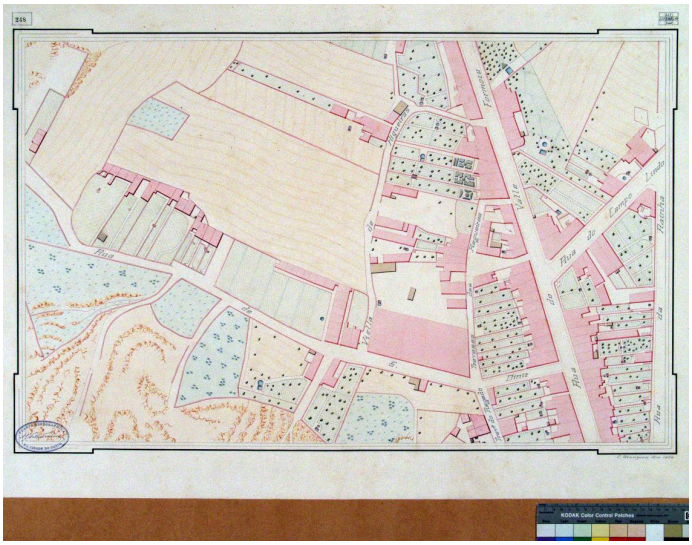


Fig. II.19 – Rua da Constituição. Planta de Telles Ferreira, 1892 [AHMP]

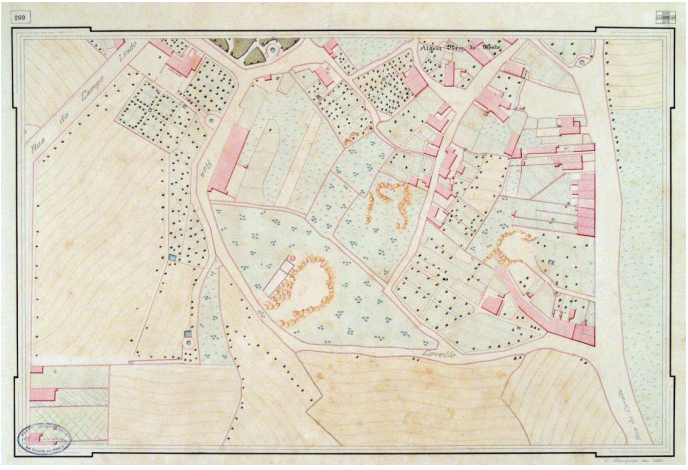


Fig. II.20 – Quarteirão Rua do Campo Lindo, Rua de Lima Júnior, Rua do Covelo. Planta de Telles Ferreira, 1892 [AHMP]

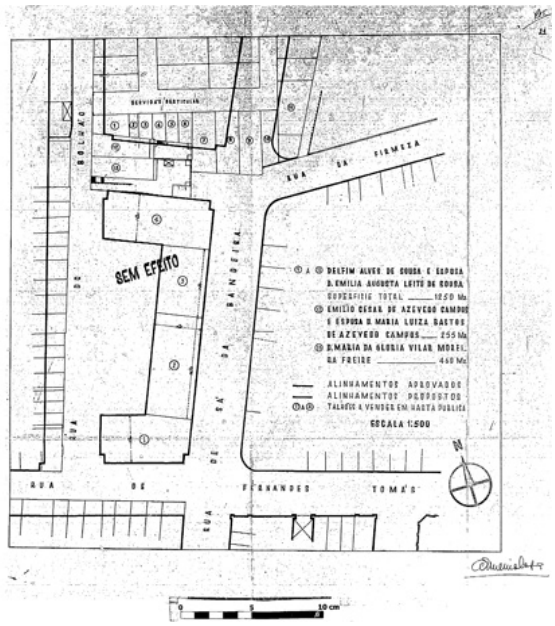


Fig. II.21 – GEPGU/G.U. Estudo de 1941 para o quarteirão Fernandes Tomás, Bolhão e Firmeza [AHMP]

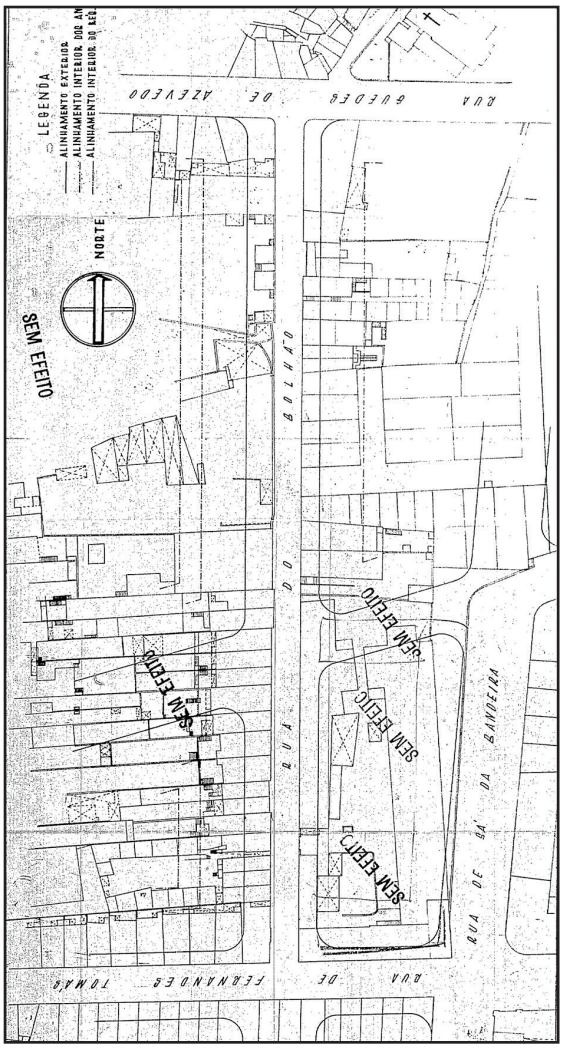
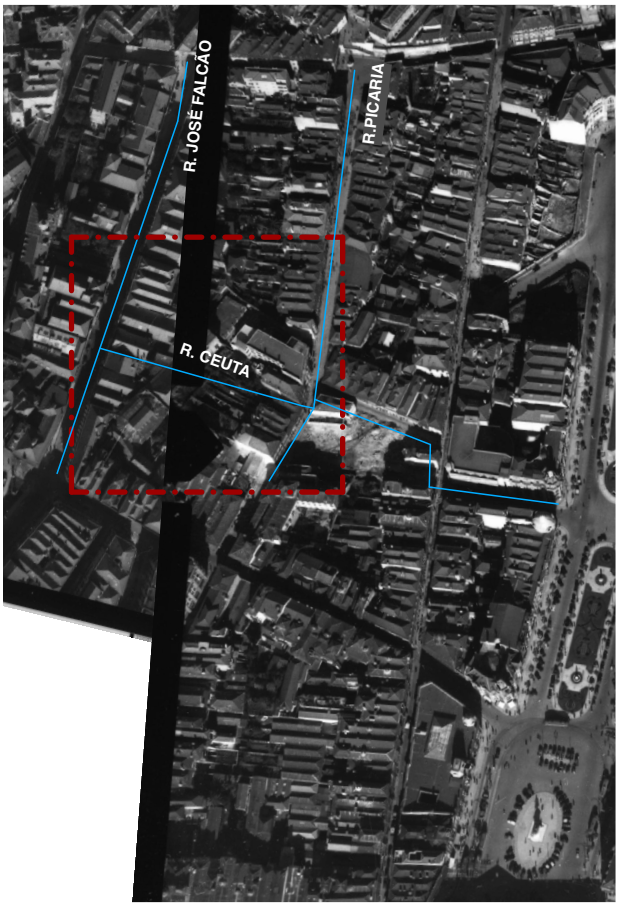


Fig. II.22 – GEPGU/GU. Quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira. 1942 [AHMP]

Fig. II.23 – *"Rua de Ceuta. Planta de drenagem de águas pluviais"*. GU - Gabinete de Urbanização [AHMP]

Des. II.8 – Métricas de parcelamento. Quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira. Esc. 1/1500

Des. II.9 – Métricas de parcelamento. Rua de Ceuta. Esc. 1/1500



Des. II.10 – Rua de Ceuta [montagem e desenhos produzidos pela autora, a partir da Fotografia aérea de 1939 - AHMP, DMAG]

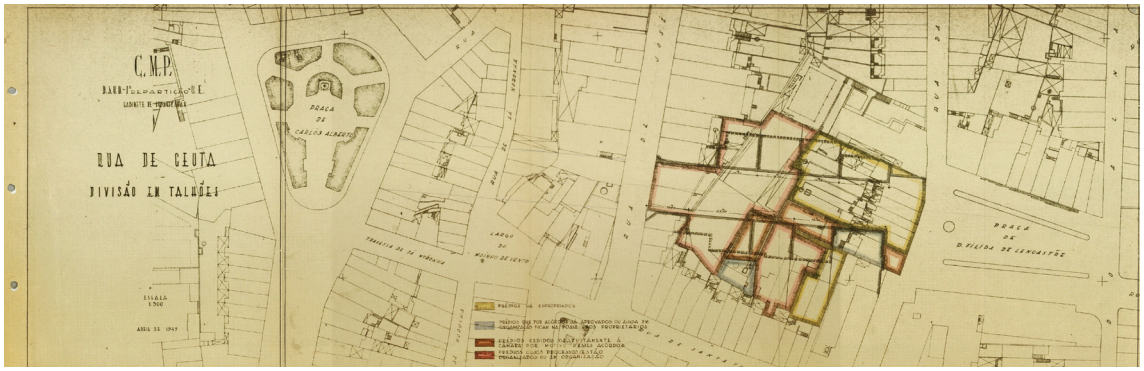


Fig. II.24 – "Rua de Ceuta. Divisão em Talhões". Abril de 1949. GU [AHMP]

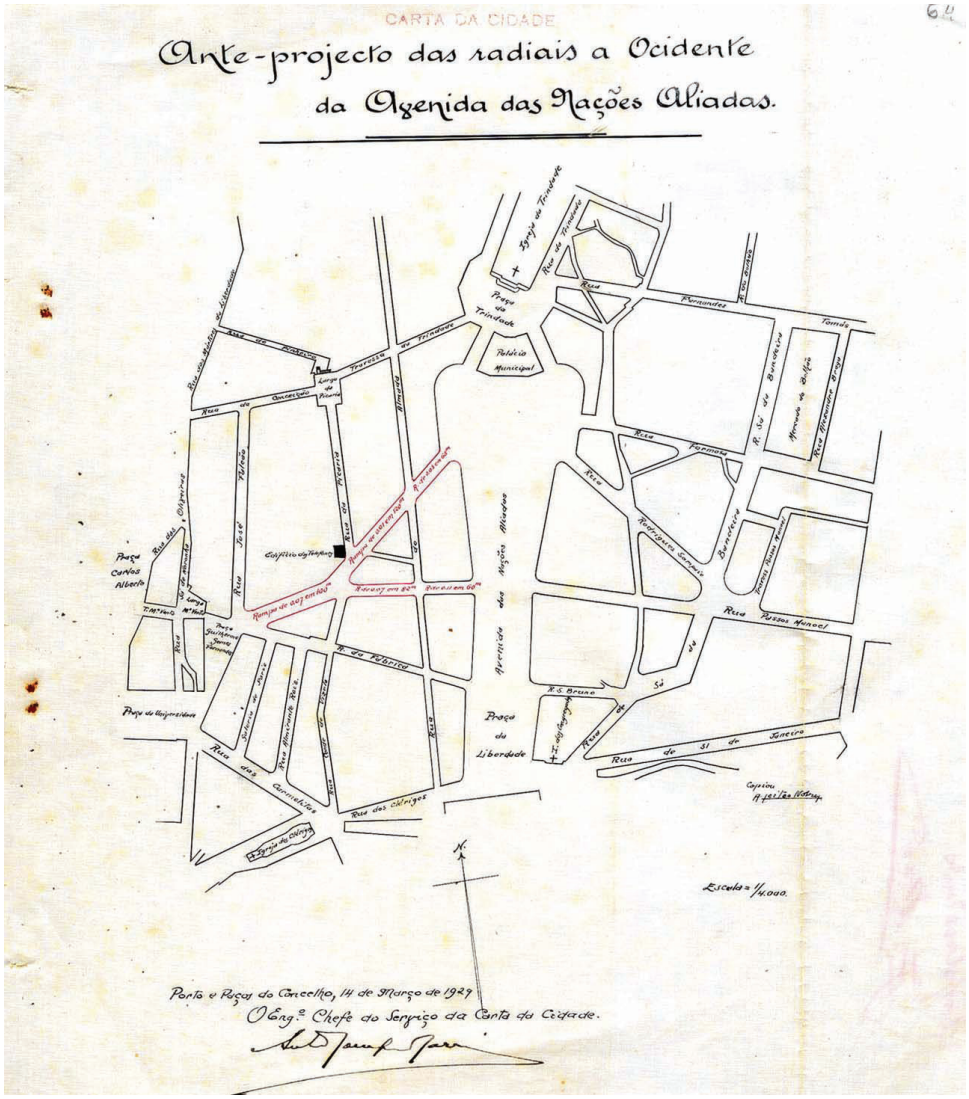


Fig. II.25 – *"Ante-projecto das radiais (...)"*_ projecto não concretizado [AHMP]

A relação lote/edifício

Neste processo de transformação do tecido urbano, os próprios modelos de habitação se adaptam e actualizam, num processo de experimentação conjunta, fazendo surgir com alguma escala e coerência, um número significativo de variantes para a habitação plurifamiliar de raiz e de promoção privada, o prédio de rendimento portuense. Num projecto conjunto, testam-se de igual modo novos princípios de distribuição e organização espacial do fogo, questionando-se o dimensionamento e disposição dos núcleos de acesso central, dispositivos de ventilação (os saguões, por exemplo), a localização dos compartimentos de serviço e a inserção de infra-estruturas como os elevadores.

Até 7 metros de frente

Os edifícios com dimensão até 7 metros de frente (aproximadamente), inserem-se em lotes de dimensão tradicional. Estes apresentam normalmente uma matriz de distribuição espacial semelhante a edifícios precedentes de carácter unifamiliar, implantados em lotes estreitos e profundos (caixa de escadas central, paralela e apoiada na parede meeira, acesso lateral). Até ao início dos anos 50[386] a incorporação de saguões apresenta-se como solução frequente, dispositivos que concentram as áreas de serviço na zona central, como acontece na Rua de António Cândido [AC1, edifícios LO 1939/0509, LO 1945/0154]. Nos dois edifícios indicados, apesar de algumas particularidades distintas de distribuição e de acesso ao rés-do-chão, e de um evidente contraste a nível de linguagem, partilha-se um saguão central, seguindo a matriz sugerida pelo edifício situado no número 262-272 [LO 1938/1052], pelo contrário concebido como um edifício único. [**Des. II.11]**

No sector CN1, na Rua da Constituição, é possível localizar uma solução que se tornou corrente na substituição lote a lote a partir dos anos 60 para lotes até 7 metros de frente, materializada no edifício situado no número 121-125, com Licença de Obras 1956/0203 [**Des. II.17]**. Este edifício desenvolve-se com uma profundidade de 15 metros, dimensão bastante inferior à dos

[386] Proibição da incorporação de saguões em 1956, através do artigo 31º do Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto (Separata do Boletim Municipal nº 1036, de 18 de Fevereiro de 1956).

edifícios referidos na Rua de António Cândido (cerca de 23 metros). Para além da distinta proporção do edifício e opção de ventilação, a escada mantém-se numa localização central, apoiada na parede de meação (ainda que em distinta posição) e a cozinha localiza-se no espaço adjacente à fachada posterior.

Entre 8 e 9 metros

Os edifícios com dimensões de frente entre 8 e 9 metros (aproximadamente) registados nos sectores de rua em análise, implantam-se em lotes com dimensões de frente pouco habituais, provavelmente resultantes de situações de compromisso no preenchimento de espaços sobrantes. Nestes edifícios, que desenvolvem normalmente um fogo por piso, observa-se uma notória dificuldade em adaptar a matriz de distribuição 'tradicional', ao ligeiro aumento de largura relativamente à métrica de parcelamento instituída. O resultado de maior evidência traduz-se no dimensionamento desajustado dos espaços de vestíbulo que articulam os diferentes núcleos funcionais da habitação, por exemplo, nos edifícios situados na Rua de Diogo Brandão 36 e 26-28, respectivamente [LO 1937/0369 e LO 1936/0835, DB1], e o edifício localizado na Rua de Fernandes Tomás, 111-119 [LO 1930/0804, FT1]. [**Des. II.12 e II.13]**

O edifício identificado na Rua da Regeneração, 76 [LO 1950/0072, RG1] segue a matriz descrita anteriormente, com saguão na zona interior, aproveitando a maior largura de frente para introduzir mais um compartimento (quarto) nas zonas adjacentes à fachada principal e fachada posterior (quarto de criada). [**Des. II.14]**

Entre 12 e 14 metros de frente

Os edifícios com dimensões de frente entre 12 e 14 metros (aproximadamente), resultam normalmente da associação de dois lotes tradicionais, e desenvolvem variadas propostas. Uma das soluções estabelece uma clara duplicação por simetria de duas unidades residenciais, com acessos centrais independentes e saguão interior comum. Identificam-se exemplos deste tipo de edifício na Rua de Fernandes Tomás, 121-131 [FT1, LO 1930/0031, **Des. II.13**], na Rua de António Cândido, 262-272 [AC1, LO 1938/1052, **Des. II.11**], e variantes com saguões laterais, por exemplo na Rua do Campo Lindo, 235-237 [CL1, LO 1953/0090, **Des. II.16**].

Noutras concepções, a tipologia é pensada unitariamente, com apenas um fogo por piso, e sem saguão, como se verifica nos edifícios nos números 117-125, 141-149 e 129-137 da Rua do Bolhão [B1, LO 1941/0254, LO 1942/0590, LO 1941/0571, **Des. II.20**]. Neste último caso, trata-se de edifícios com uma profundidade reduzida (12 metros).

Uma solução que começa a surgir paralelamente, aparentemente importada e adaptada, são os modelos de habitação gerados a partir de um tipo de edifício com apenas uma caixa de escadas central, estruturando apartamentos esquerdo/direito. Neste último caso, foram identificados edifícios com apenas uma caixa de escadas para dois apartamentos por piso, com saguão interior, na Rua de Lima Júnior [LJ1, LO 1951/0364, **Des. II.16**] e sem saguão, num modelo mais compacto nos seguintes casos: Rua da Constituição, 115 [CN1, edifício LO 1956/0202, **Des. II.17**]; Rua do Campo Lindo [CL1, LO 1954/0268]; Rua do Covelo [COV1 e COV2, LO 1957/0249 e LO 1956/0328]. A partir dos anos 60, este será o modelo reproduzido preferencialmente na substituição lote a lote, estruturando-se com uma profundidade reduzida (entre 14 e 15 metros)[387]. [**Des. II.16]**

Entre 15 e 17 metros de frente

Localizou-se uma variedade significativa de tipos de edifícios e modelos de habitação com dimensões de frente entre 15 e 17 metros, o que demonstra com alguma assertividade a adaptabilidade da solução tipológica relativamente às métricas de parcelamento.

Na Rua do Doutor Alves da Veiga [AV1], implantam-se dois edifícios esquerdo-direito com esta dimensão de frente de lote, profundidades de aproximadamente 16 e 18 metros e saguões laterais. Apesar das opções tipológicas coincidirem na configuração do edifício e no tipo de dispositivos de ventilação, a matriz de concepção espacial diverge essencialmente na localização do acesso vertical. Enquanto que no edifício localizado no número 66 [LO 1948/0240], a escada se localiza na fachada posterior, em zona próxima à cozinha, o edifício

[387] cf. Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

localizado no número 56-58 [LO 1950/0217], apesar de posicionar a escada na fachada principal, acaba por apresentar uma distribuição espacial bastante mais conservadora e ligada às práticas burguesas instituídas. [**Des. II.18]**

Com a mesma dimensão de frente (16 metros), sobressai outro exemplo completamente distinto, tanto a nível de configuração, localização do acesso central e opções relativamente aos dispositivos de ventilação ou modelos de distribuição. O edifício localizado na Rua do Campo Lindo [CL1, LO 1954/0257], desenvolve-se num esquerdo-direito de configuração compacta e cerca de 14 metros de profundidade, com uma distribuição em que claramente se diferenciam zonas funcionais dia-noite. Neste sentido, afasta-se manifestamente das opções tipológicas mais frequentes até ao final dos anos 40. Regista-se outro caso semelhante, com projecto de data anterior, na Rua da Constituição [CN1, LO 1950/0620. **Des. II.17]**.

O edifício situado na Rua da Boavista, 374-382 [BV1, LO 1937/0568], com 15,60 metros de frente por 18,40 metros de profundidade (aproximadamente), desenvolve uma solução de distribuição completamente distinta, em 'enfilade', num edifício estruturado em esquerdo-direito, com configuração em U e saguão aberto. [**Des. II.19]**

Em algumas situações, verifica-se uma actualização da dimensão do lote de 6 metros para 7,50/7,75 metros, provavelmente motivada por alterações nos sistemas construtivos (estrutura em betão armado, com vigotas prefabricadas). Os edifícios com frente de 15/16 metros registados na Rua de Sá da Bandeira, 502-512 e 518-528 [SB1, LO 1939/0056 e LO 1938/0260] inscrevem-se neste processo: associam dois lotes e são gerados a partir de uma duplicação por simetria a partir de um eixo central. Trata-se de edifícios com cerca de 18 metros de profundidade, dois apartamentos por piso, caixas de escadas independentes e saguão comum em que se concentram os compartimentos afectos às áreas de serviço. [**Des. II.20]**

O edifício com frente de 17,20 metros (aproximadamente), registado na Rua do Covelo [CV1, LO 1957/0306] desenha-se através da mesma estratégia de composição. Trata-se de um edifício com cerca de 14,30 metros de profundidade, com dois apartamentos por piso, caixas de escadas independentes e configuração compacta, como aparenta começar a ser regra a partir de meados dos anos 50.

Na Rua de Ceuta constata-se uma diversidade significativa de tipologias, em edifícios de aproximadamente 16 metros de frente. Nos edifícios que compõem cada frente de rua, existem

algumas variações de profundidade, possivelmente resultantes de irregularidades dos próprios lotes, e consequente dimensionamento do logradouro (que à data era regulado pela legislação em vigor[388]).

Não obstante a dimensão fixa de frente de lote, desenham-se edifícios esquerdo/direito, com caixa de escadas central e distinta distribuição dos núcleos de serviço, dos núcleos funcionais, e número de compartimentos [LO 1955/364; LO 1954/425; LO 1953/81]. Outro caso apresenta uma configuração compacta, que desenvolve 4 fogos de reduzida dimensão por piso, encostando a caixa de escadas à parede meeira, na fachada posterior [LO 1952/331]. Destaca-se ainda outro edifício com configuração bastante irregular, também com quatro fogos por piso, de diferentes dimensões [LO 1955/660]. [**Des. II.21]**

Em todos os edifícios estudados mantém-se a localização da cozinha na fachada posterior, à excepção de LO 1947/0295 [Rua da Boavista], o que não significa que este seja o único exemplar com estas características, mas que regra geral se continua a preferir, nesta época, determinado tipo de distribuição do apartamento.

Um novo paradigma. Os lotes/edifícios de grande frente (a partir de 20 metros)

Ainda que até final dos anos 40, a maioria dos edifícios de grande dimensão se concentre no centro urbano, nomeadamente na Rua de Sá da Bandeira, Avenida dos Aliados e ruas articuladas, é possível localizar alguns edifícios de grande frente em zonas mais periféricas, ainda que de forma isolada. Relativamente às tipologias adoptadas, a experimentação parece fazer-se essencialmente na procura de modelos mais compactos e de maior escala (blocos).

Os edifícios projectados para os quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira são evidentes excepção nas intervenções dos anos 40, ainda que nas artérias circundantes à Avenida dos Aliados se vão replicando edifícios de maior escala e novas linguagens. Relativamente às tipologias adoptadas, a experimentação realiza-se na procura de soluções de agregação de unidades habitacionais em frentes extensas e na operacionalização de dispositivos de ventilação

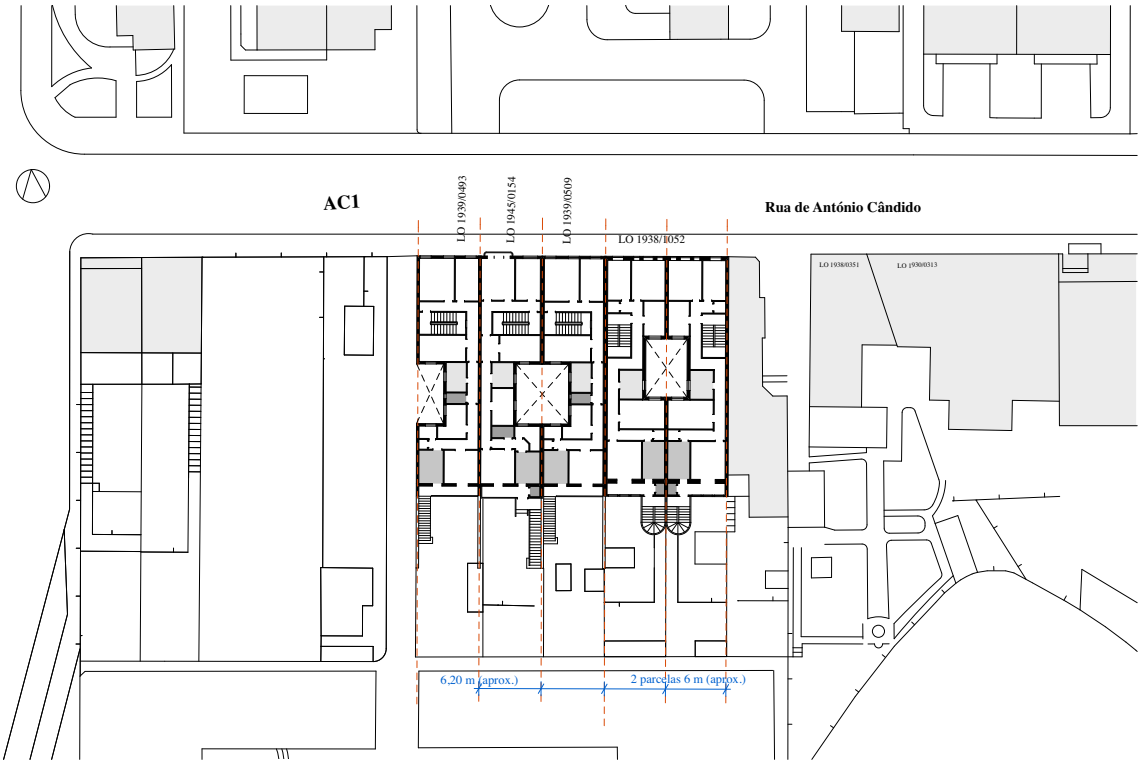
[388][S.N.] (1951). Regulamento Geral das Edificações urbanas. Lisboa.

como o saguão. A colocação da caixa de escadas central constitui de igual modo um foco preferencial de experimentação: na fachada principal [LO 1943/393], posterior [LO 1945/272, LO 1947/51], ou no centro do edifício [LO 1948/643]. [**Des. II.20]**

Na Rua de Sá da Bandeira, os edifícios nos quarteirões em estudo apresentam na sua maioria uma distribuição apoiada na tradicional tripartição burguesa deslocando as áreas de serviço para a fachada posterior [LO 1943/393, LO 1947/51 e LO 1945/272]. Neste conjunto de manifesta diversidade de modelos de habitação plurifamiliar, destaca-se a compacidade dos edifícios com Licença de Obras 1945/272 e 1947/51 (e consequente alargamento da largura do módulo esquerdo/direito), resultado da imposição de 15 metros de profundidade para todo o quarteirão por parte dos serviços camarários [SB4].

Uma das soluções na proposta de edifícios de maior dimensão, consiste na associação de unidades de frente estreita, com acesso vertical independente e um apartamento por piso, ainda que com imagem de bloco único. É o caso do edifício com na Rua da Regeneração, 94-122 [RG1, LO 1934/0479], com dois apartamentos em duplex agrupados verticalmente, e entradas independentes, e o edifício na Rua do Campo Lindo, 258-277 [CL1, LO 1936/0017]. Trata-se de um edifício de menor dimensão (três pisos), com unidades bifamiliares distribuídas num apartamento por piso.

Nos sectores em análise, destacam-se de igual modo edifícios esquerdo-direito com frentes superiores a 20 metros e uma única caixa de escadas, isolados ou entre paredes de meação, como é o caso dos edifícios na Rua da Boavista, 585-609 [LO 1940/0586], e na Rua da Boavista, 571-573 [LO 1947/029, BV2]. Enquanto que o primeiro edifício, um bloco de quatro frentes, com configuração regular, se evidencia por não constituir uma opção dominante ao nível de inserção urbana, o segundo destaca-se tanto pelo recuo relativamente ao alinhamento da rua como pela opção tipológica de localização das cozinhas na fachada urbana, em zona próxima da entrada. Um terceiro caso, caracteriza-se pela definição de unidades esquerdo-direito, agregadas/duplicadas lateralmente, como acontece no edifício na Rua da Boavista, 564-594 [BV1, LO 1958/0016], nos edifícios na Rua da Constituição [CN1, LO 1956/0267; LO 1955/0295], e na Rua do Doutor Alves da Veiga [AV2, LO 1962/0690].



Des. II.11 – Sector na Rua de António Cândido [AC1]. Plantas do piso-tipo. Esc. 1/750

Fot. II.14 – Rua de António Cândido, 262-272 [LO 1938/1052]

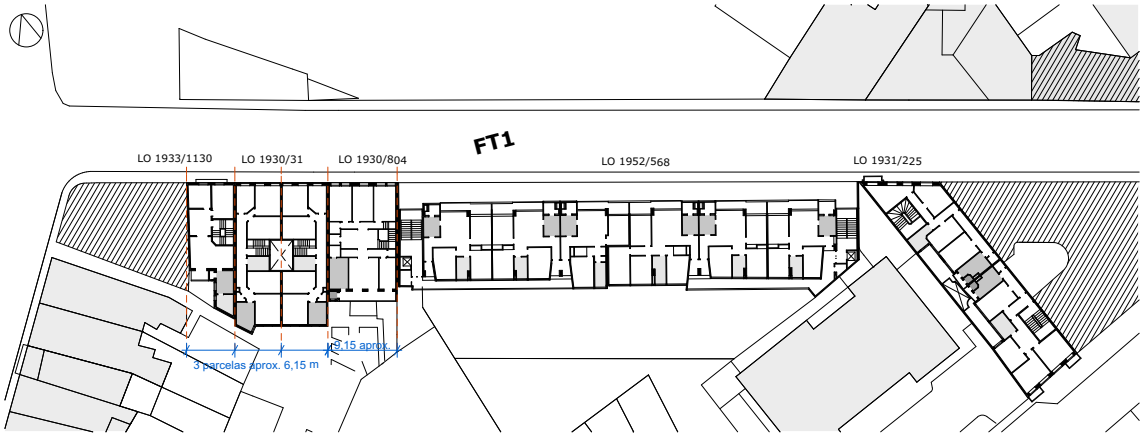
Fot. II.15 – Rua de A. Cândido, 260-256 [LO 1939/0509]

Fot. II.16 – Rua de António Cândido, 254 e 252 [LO 1945/0154] e [LO 1939/0494]

Des. II.12 – Sectores na Rua de Diogo Brandão [DB1 e DB2]. Plantas de piso-tipo. Esc. 1/750

Fot. II.17 – Rua de Diogo Brandão, 36 [LO 1937/0369]

Fot. II.18 – Rua de Diogo Brandão, 26-28 [LO 1936/0835]



Des. II.13 – Sector na Rua de Fernandes Tomás [FT1]. Plantas de piso-tipo. Esc. 1/1000

Fot. II.19 – Edifícios na Rua de Fernandes Tomás

Fot. II.20 – Edifícios na Rua de Fernandes Tomás

Fot. II.21 – Rua de Fernandes Tomás, 45 [LO 1931/0225]

Des. II.14 – Sector na Rua da Regeneração [RG1]. Plantas de piso-tipo. Esc. 1/1000

Fot. II.22 – Rua da Regeneração, 76 [LO 1950/0072]

Fot. II.23 – Rua da Regeneração, 84-90 [LO 1933/0391]

Fot. II.24 – Rua da Regeneração, 94-122 [LO 1934/0479]

Des. II.15 – Sectores na Rua de Rodrigues Sampaio [RS1 e RS2]. Plantas de piso-tipo. Esc. 1/750

Fot. II.25 – Rua de Rodrigues Sampaio, 198-204 [LO 1957/0520]

Fot. II.26 – Edifício na Rua de Rodrigues Sampaio, 174-184 [LO 1935/1651]

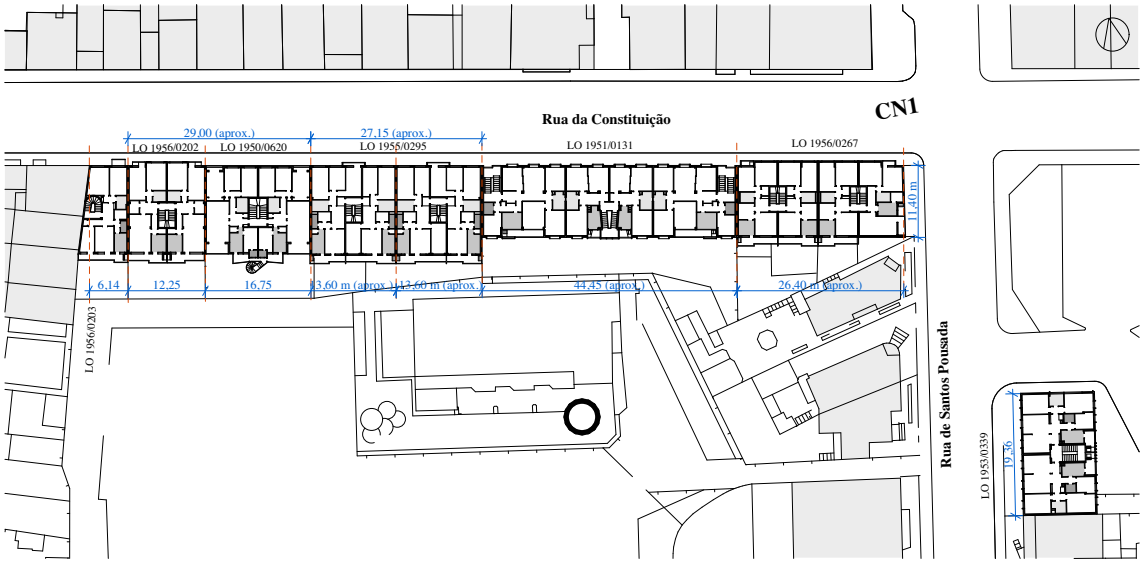
Fot. II.27 – Edifício na Rua de Rodrigues Sampaio, 163-165 [LO 1936/0112]

Des. II.16 – Sectores no Quarteirão Campo Lindo/Covelo/Lima Júnior [CL1, COV1, COV2 e LJ1]. Plantas do piso-tipo. Esc. 1/1200

Fot. II.28 – Rua do Campo Lindo, 235-237 [LO 1953/0090]

Fot. II.29 – Rua do Campo Lindo, 191 [LO 1954/0268]

Fot. II.30 – Rua de Lima Júnior, 20 [LO 1951/0364]

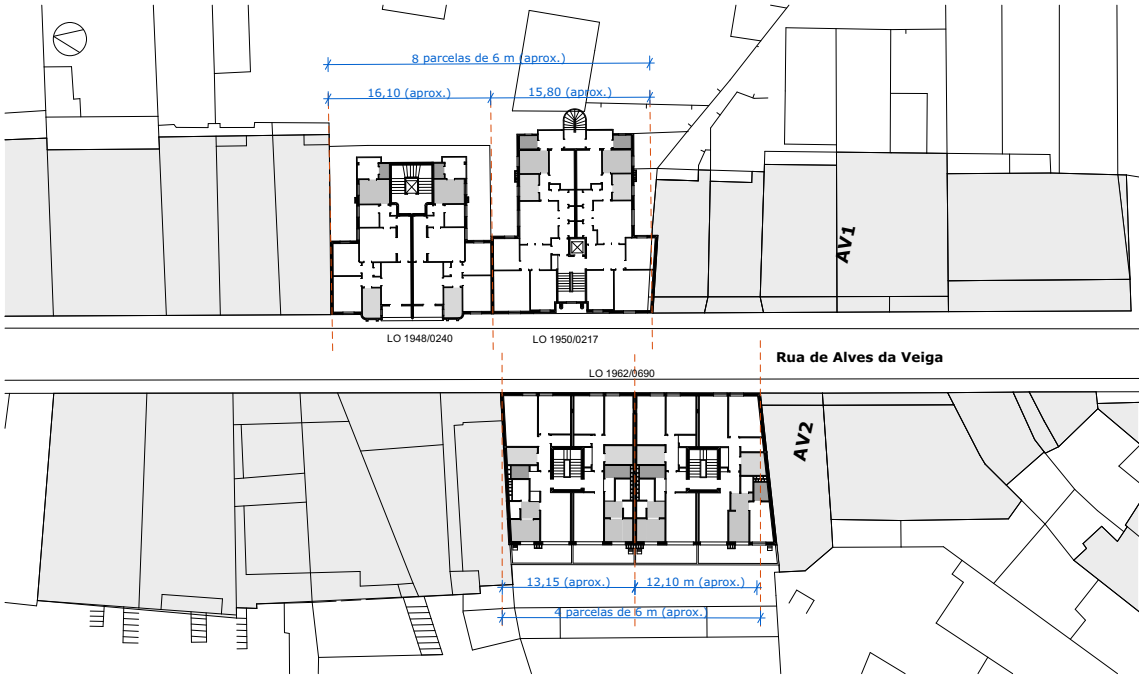


Des. II.17 – Sector na Rua da Constituição [CN1]. Plantas do piso-tipo. Esc. 1/1200

Fot. II.31 – Rua da Constituição, 115 [LO 1956/0202]

Fot. II.32 – Rua da Constituição 121-125 [LO 1956/0203]

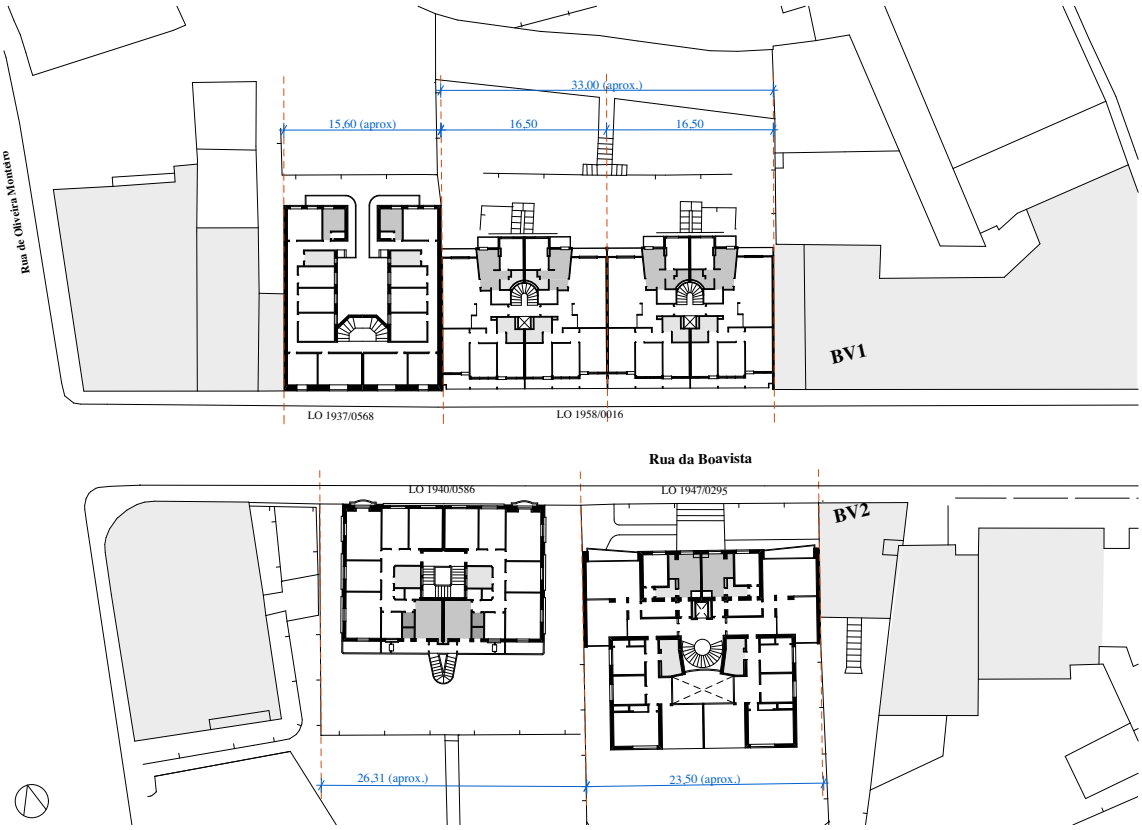
Fot. II.33 – Rua da Constituição, 87 [LO 1950/0620]



Des. II.18 – Sectores na Rua do Doutor Alves da Veiga [AV1 e AV2]. Plantas do piso-tipo. Esc. 1/750

Fot. II.34 – Rua do Doutor Alves da Veiga, 66 [LO 1948/0240] e 56-58 [LO 1950/0217]

Fot. II.35 – Rua do Doutor Alves da Veiga, 45 [LO 1962/0690]



Des. II.19 – Sectores na Rua da Boavista [BV1 e BV2]. Plantas do piso-tipo. Esc. 1/750

Fot. II.36 – Rua da Boavista, 564-594 [LO 1958/0016]

Fot. II.37 – Rua da Boavista, 571 [LO 1947/0295] e e 597 [1940/0586, à direita]

Des. II.20 – Sectores/quarteirões na Rua de Sá da Bandeira [SB1 a SB4] e Rua do Bolhão [B1]. Esc. 1/1500

Fot. II.38 – Palácio do Comércio [LO 1947/0051]

Fot. II.39 – Cruzamento da Rua de Sá da Bandeira com a Rua da Firmeza [LO 1943/0393]

Fot. II.40 – Cruzamento da Rua de Sá da Bandeira com a Rua de Fernandes Tomás [LO 1936/1746]

Fot. II.41 – Rua de Sá da Bandeira, 561-619 [LO 1945/0272]

Fot. II.42 – Rua de Sá da Bandeira, 630-676 [LO 1948/0096]

Fot. II.43 – Rua de Sá da Bandeira, 518-528 [LO 1938/0260]

Des. II.21 – Sectores na Rua de Ceuta [C1 e C2)]. Plantas de piso-tipo. Esc. 1/750

Fot. II.44 – Rua de Ceuta, 31-33 [LO 1955/0660]

Fot. II.45 – Rua de Ceuta, 39-47 [LO 1955/0364]

Fot. II.46 – Rua de Ceuta, 54-66 [LO 1953/0081]

SÍNTESE. A DIMENSÃO DO LOTE E AS OPÇÕES TIPOLÓGICAS NA CONCEPÇÃO DA HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR

A produção de espaço público – rua – constitui um processo complexo, de mediação entre os valores simbólicos preexistentes e as dinâmicas de cada contexto urbano específico (oportunidades de intervenção, actores sociais envolvidos, determinações institucionais, etc.), em que cada traçado final resulta de um número considerável de estudos, por vezes preteridos por razões de ordem diversa. Neste sentido, enquanto elemento determinante nesse processo, o desenho urbano assume-se como um jogo de ponderações, inflexões e interesses, que se traduz não só no alinhamento de traçados e nos perfis de ruas, mas de igual modo na escala dos edifícios, suas funções, programas e linguagens e imagens.

Da análise da transformação morfológica da área onde se implanta a Rua de Sá da Bandeira, eixo urbano relevante nos processos de restruturação do centro da cidade na 1ª metade do século XX, a observação mais pertinente prende-se com o facto desta rua reflectir um processo de transformação, não só do tecido da cidade (ou deste troço urbano em particular), mas das próprias estratégias de intervenção urbana em contexto portuense: a passagem de 'lógicas de melhoramento' a lógicas efectivas de 'planeamento urbano'.

Na lógica de 'melhoramento urbano', que se estende até início da década de 30, aparentemente não se questiona o modo tradicional de divisão do território, o que se traduz na construção de edifícios de habitação plurifamiliar no mesmo tipo de lotes em que até à data de implantavam os edifícios de habitação unifamiliar, ou seja, os lotes de frente estreita. Nessa perspectiva, é natural que as matrizes de organização se assemelhem, ainda que a resposta aos parâmetros específicos do plurifamiliar obrigue à autonomização da escada central, e consequentes adaptações nos princípios de distribuição.

A introdução de novas técnicas de construção poderá ter influenciado alterações nas métricas de parcelamento, já que a partir de meados dos anos 30, é possível identificar lotes entre paredes de meação com dimensões de frente entre 7,50 e 9 metros. Na Rua de Sá da Bandeira, por exemplo, verifica-se a construção de edifícios com um único saguão central, com dimensão de frente com cerca de 16 metros, cujo concepção resulta de uma duplicação por simetria de duas unidades residenciais idênticas ao nível do desenho e com acessos verticais independentes.

Os lotes situados em cunhais ou testas de quarteirão surgem como uma oportunidade efectiva de construção nesta década, por se encontrarem frequentemente por edificar ou incorporando construções devolutas. Os edifícios precedentes de construção corrente, do século XVIII a início do século XX, aparentavam não apresentar soluções satisfatórias para a resolução destas situações urbanas particulares (realidade que se comprova através da observação de fotografias da época, em que são visíveis edifícios com empenas à vista).

A criação do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal, em 1939, abre caminho a novas lógicas e métricas de parcelamento, já que se iniciam um conjunto de planos de pormenor nas áreas centrais da cidade. Nestes projectos procuram-se novos modelos morfológicos para o desenho dos quarteirões urbanos de habitação, dividindo-se os terrenos disponíveis em talhões com dimensão completamente distinta das métricas tradicionais (cerca de 16 metros na Rua de Ceuta, por exemplo). A implementação de novas estratégias de desenho e construção da cidade não inviabiliza processos paralelos de parcelamento e edificação lote a lote, seguindo métricas instituídas, como é o caso da consolidação da Rua do Bolhão ou da Rua de Rodrigues Sampaio, igualmente situadas em zonas centrais da cidade.

Apesar de na 1ª metade do século XX as principais alterações da morfologia urbana e da escala de edificação se manifestarem essencialmente nas áreas centrais da cidade, quase que circunscritas a um conjunto restrito de ruas, sublinha-se o facto de que a restante estrutura urbana, ainda que de um modo menos evidente, não permaneceu indiferente à necessidade de actualização, tanto no preenchimento de lotes urbanos devolutos ou vazios, como na proposta de edifícios mais adaptados a técnicas construtivas, modos de habitar, e padrões de conforto em mutação.

Nos sectores urbanos em estudo considerados observa-se uma manifesta adaptabilidade do modo de parcelamento do território a novos modelos arquitectónicos, sem perda de identidade ou ruptura morfológica: o tecido consolida-se através de adaptações sucessivas, integrando variações de dimensões de lotes (frente e profundidade), assimilando a inserção de novos elementos, desde que sejam respeitadas determinadas regras de construção do espaço urbano: neste caso específico, o privilégio da conformação da frente de rua.

A hipotética existência de uma relação directa entre a dimensão do lote e a opção por determinado tipo de edifício ou modelo de habitação, no que à habitação plurifamiliar construída de raiz diz respeito, vê-se debilitada perante a observação de uma expressa variedade

na concepção tipológica, independentemente da largura da parcela. Em alguns casos, seguem-se e adaptam-se modelos precedentes, amplamente testados em lotes com dimensões de frente conhecidas (entre 6 e 7 metros). Noutros casos, associam-se dois lotes e experimentam-se novos modelos, rentabilizando o dispositivo-saguão, uma solução que acaba por se extinguir em meados da década de 50. Este processo resulta de uma conjugação de factores que alia a necessidade de eliminação e/ou rentabilização de espaços vazios na habitação, à evolução técnica no domínio da ventilação e à própria proibição regulamentar de utilização deste tipo de dispositivos[389]. A variação de soluções tipológicas ocorre de forma evidente mesmo em lotes de frente similar, especialmente a partir dos 12 metros de frente.

Num processo paralelo, experimenta-se a implementação de modelos de habitação com raízes noutros contextos urbanos, explorando-se as possibilidades oferecidas por lotes de maior dimensão de frente, preferencialmente superior a 12 metros. Dentro destas novas lógicas, até meados dos anos 50, a variação de tipos de edifícios e soluções tipológicas continua a ser significativa, mesmo em lotes de frente similar. A partir desta data, converge-se para um modelo compacto em esquerdo-direito, que aparenta ajustar-se às naturais variações de dimensão de frente (entre 13 e 17 metros), sem necessidade de modificações relevantes no esquema tipológico.

Apesar das possibilidades de experimentação de modelos serem naturalmente superiores em lotes com dimensões acima de 15 metros, a experimentação empreendida não parece ter tanto a ver com o alargamento da parcela, mas mais com a necessidade sempre presente de rentabilizar cada operação imobiliária, tornando as tipologias mais compactas, sem espaços sobrantes e sem vazios verticais desnecessários (mesmo que sejam de ventilação e iluminação natural, como o saguão). Trata-se dos mesmos motores de experimentação afectos à concepção de edifícios de frente estreita.

Em lotes de maior dimensão, os tipos de edifícios e as suas formas de agregação apresentam o mesmo grau de diversidade, evidenciando diferente complexidade de desenho e concepção arquitectónica. A solução mais simples, frequente a partir da década de 50, baseia-se no desenho

[389] [S.N.] (1956b). Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto. Separata do Boletim Municipal nº 1036. Porto, Câmara Municipal do Porto.

de módulos esquerdo-direito, e na sua associação lateral.

Esta surge como uma solução racional, de menor complexidade de desenho e de execução, passível de repetibilidade por associação, permitindo uma intervenção fraccionada por vários promotores. A menor dimensão das unidades residenciais (e consequente redução do número de fogos por edifício), parece de igual modo ter-se tornado mais vantajosa, a partir do momento que algumas destas estruturas deixam de ser construídas para arrendamento e se começam a inserir numa lógica de co-propriedade, legislada a partir de 1955[390]. Estes modelos de habitação replicam-se em diversas ruas da cidade na 2ª metade dos anos 50, com pequenas variações dimensionais, de distribuição, ou mesmo de linguagem (frequentemente resumindo-se essa distinção ao modelo de varanda adoptado).

Outras soluções, com maior incidência entre meados dos anos 30 e final dos anos 40, exploram a potencialidade da maior dimensão de frente de lote na proposta de edifícios/bloco com menor profundidade, configuração irregular, e saguões interiores. Uma prática com resultados de diferente qualidade arquitectónica e complexidade de desenho, que se implementou apenas em zonas muito especificas, como é o caso dos quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira, e que rapidamente se abandonou no período seguinte.

A dimensão da frente de lote traduz-se numa dimensão relevante na concepção da habitação plurifamiliar construída de raiz, associando-se a outros factores de igual preponderância, tais como a evolução das técnicas de construção ou dos próprios modos de habitar. Nesta equação, não é possível subestimar a necessidade sempre presente de rentabilização do investimento dos proprietários, que se traduz num equilíbrio necessário entre padrão de conforto e compressão de área habitável. A concepção de habitação plurifamiliar em andares não é de igual modo indiferente a variações programáticas de pequeno vulto, mas que se vão fixando progressivamente, como é o caso da valorização das áreas de serviço (cozinha e quartos de banho) ou desaparecimento de compartimentos de apoio como o escritório ou a sala de visitas.

Neste processo, na 1ª metade do novecentos portuense, a libertação da prática de divisão

[390] Decreto que estabelece o regime da propriedade horizontal, em 1955: Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro (Decreto-Lei n.º 40333. D.R. n.º 223, Série I de 1955-10-14).

tradicional do território em lotes de dimensão estreita permite a implementação de novos modelos, impulsionando o investimento privado numa 'imagem renovada' para a cidade. Um processo que em contextos como Lisboa originou áreas extensas de expansão urbana, e que no Porto, a grande escala, quase se resumiu à Rua de Ceuta, Rua de Sá da Bandeira e algumas ruas articuladas com a Avenida dos Aliados.

Os sectores da Rua da Boavista, Rua da Regeneração, Rua de António Cândido, Rua do Doutor Alves da Veiga, Rua do Campo Lindo/Covelo e Rua da Constituição, seleccionados entre outros possíveis numa área urbana alargada, compõem uma amostragem circunscrita que sedimenta igualmente a ideia de que, na 1ª metade do século XX, grande parte das oportunidades concretas de intervenção se transformou efectivamente numa oportunidade de experimentação.

III. A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IMAGEM DE CIDADE

Tratando esta investigação da caracterização de algumas das dimensões da habitação plurifamiliar de raiz construída no Porto na 1ª metade do século XX, torna-se pertinente abordar o papel deste património construído na definição de uma identidade urbana. Pretende-se, especificamente, aprofundar uma ideia de vínculo inerente entre obra arquitectónica e contexto, recorrendo à análise da imagem global da cidade, através das 'imagens' sobre ela produzidas.

Neste sentido, neste ponto, propõe-se pensar o prédio de rendimento como um sistema de representação, ou seja, como construção que é objecto de representação - simbólica e fotográfica -, de quem constrói, habita e documenta a cidade.

O desenvolvimento deste capítulo teve como instrumentos de análise um conjunto de fotografias realizadas na 1ª metade do século XX (mais especificamente entre as décadas de 1930 e 1940), constantes no acervo documental do Centro Português de Fotografia [CPF], sediado no Porto, assim como os registos fotográficos que integram os processos de Licença de Obras constantes nos Arquivos Municipais da cidade do Porto.

A REPRESENTAÇÃO (FOTOGRÁFICA) DA CIDADE: A 'PRODUÇÃO DE IMAGENS'

Os registos fotográficos de determinada época constituem documentos essenciais para a compreensão, ainda que circunscrita, do seu contexto. No entanto, a análise do espaço construído através do recurso à fotografia coloca algumas questões com especificidade própria, especialmente porque a realidade concreta e as imagens sobre esta produzidas são fenómenos que naturalmente encerram diferenças. O próprio conceito de 'imagem' evoca interacções e relações próprias (significação, codificação/intencionalidade ou referencialidade, por exemplo) com diversos agentes, nomeadamente o 'espectador' (o significado das imagens para quem observa); o 'produtor' (a intenção de quem produz as imagens); o 'objecto/lugar' (a forma como a imagem se relaciona com a realidade a que se refere).

Beatriz Colomina, em "*La publicité du privé*"[391] aborda duas ideias estruturantes no que diz respeito à relação entre fotografia e o lugar, conceitos fundamentais para enquadrar a própria reprodução fotográfica do centro urbano portuense na 1ª metade do século XX.

A primeira ideia esclarece que o espaço inaugurado pela fotografia se define enquanto um espaço estático. O registo fotográfico fixa um momento, ou um conceito e, por conseguinte, um 'tempo'. Neste sentido, opõe-se ao modelo de visão cinematográfica, que constrói uma realidade de maior proximidade à percepção natural da realidade.

A segunda ideia defendida por Beatriz Colomina apoia-se no argumento que a fotografia inaugura um novo espaço, o 'espaço da representação', que não se relaciona com um vazio enclausurado por fronteiras definidas: o 'espaço' assim definido desprende-se do lugar[392]. Na perspectiva da autora, a fotografia transforma a arquitectura em 'mercadoria': torna-a apta para

---

[391] Colomina, Beatriz (1998). La publicité du privé de Loos à Le Corbusier Orléans, éditions HYX. ISBN 2-910385-11-6 , p. 56.

[392] *"Esta noção de espaço não tem nada a ver com aquela de espaço como encerramento de um interior dentro de certos limites, uma noção que herdámos dos Gregos com a ágora. Trata-se de um espaço que reconhece apenas pontos e direcções, e não o vazio e o que o envolve – um espaço que não conhece limites, mas sim relações. A fotografia advém desta concepção espacial e, por esta razão pode representá-la (o que não é o caso de um espaço concebido como um 'container')."* Colomina, Beatriz (1998). La publicité du privé de Loos à Le Corbusier Orléans, éditions HYX. ISBN 2-910385-11-6 , p. 58.

um consumo de massas, inaugurando um novo ciclo relativamente à produção arquitectónica, fazendo com que abandone um papel de mero artefacto construído e utilizado para se transformar em comunicação[393].

"Mais do que representar a realidade, ela (a fotografia) produz uma nova realidade"[394], construindo uma "*nova arquitectura no espaço da página*"[395]. Neste campo específico, a fotografia assume-se como um meio publicitário, sobrepondo-se esta dimensão à função de documentação da realidade, de um lugar real e específico.

Se bem que temporalmente se enquadre num período temporal anterior, a 'modernidade' descrita por Beatriz Colomina não se relaciona com a realidade portuense da reprodução fotográfica nas décadas de 1930 e 1940. Enquanto que num contexto europeu se produzia *"fotografia enquanto transformação da realidade"*[396], em Portugal, ou mais concretamente no Porto, produzia-se *"fotografia enquanto documentação da realidade"*[397], ainda que o registo reiterado de alguns edifícios possa indiciar a vontade de outra intencionalidade, e as perspectivas ensaiadas apontem para novas estéticas[398]. No entanto, as considerações tecidas pela autora não deixam de alertar para o papel comunicativo e publicitário com cada vez maior

---

[393] *"Será que a transformação fotográfica da arquitectura não faz mais do que a apresentar diferentemente, sob uma outra forma, ou será que se opera uma transformação mais profunda, uma espécie de acordo conceptual entre o espaço que esta arquitectura implica e aquele, implícito, da fotografia? O facto de que a sua relação com o público de massa seja transformada através da sua reprodução não supõe também uma modificação do carácter da arquitectura, no sentido benjaminiano?" ibidem*, p.56 *"Qualquer um (pode) observar como (...) a arquitectura pode ser mais facilmente apreendida pela fotografia do que na realidade."* Benjamin, Walter, "*Petite histoire de la photographie*", Colomina, Beatriz (1998). La publicité du privé de Loos à Le Corbusier Orléans, éditions HYX. ISBN 2-910385-11-6 , p. 56.

[394] *idem*, p. 77.

[395] *idem*, p. 102. Esta constatação da autora refere-se mais propriamente ao processo criativo e entendimento da arquitectura de Le Corbusier, e à sua manipulação frequente de imagens fotográficas, como forma de veicular de modo mais assertivo ideias conceptuais.

[396] "A fotografia como Espelho do Real"; "A fotografia como transformação do Real"; "A fotografia como vestígio de um Real": classificação filosófica de Philippe Dubois, relativamente ao princípio da realidade em fotografia, *in* 1º capítulo – "Da verosimilitude ao índice", Dubois, Philippe (1992). O acto fotográfico. Lisboa, Vega.

[397] cf. Dubois, Philippe (1992). O acto fotográfico. Lisboa, Vega.

[398] "*Na altura em que se alicerçava o Estado Novo, nos anos 30, Domingos Alvão manifestava certa sensibilidade às perspectivas da fotografia modernista, que então entusiasmava os fotógrafos do mundo ocidental, com os olhos postos na Bauhaus. O alongamento das perspectivas, o estruturalismo das composições, coincidentes com propósitos do design industrial, estão patentes em muitas das imagens fabris e, nomeadamente, nas fotografias do Porto*." in Siza, Maria Tereza, ed. (2001). Tripé da Imagem. O Porto e os seus Fotógrafos. Porto, Porto Editora. p. 223.

proeminência no registo fotográfico, e que nas produções portuenses ainda que de forma incipiente, já se começa ocasionalmente a manifestar.

As reproduções fotográficas do contexto portuense. Documentação do lugar

No Centro Português de Fotografia [CPF], sediado no Porto, localizou-se uma série de fotografias referentes ao contexto urbano portuense. Efectuando uma pesquisa na base de dados disponível, sob o termo 'Porto', obtiveram-se cerca de 3900 registos. Destes, cerca de 2700 têm uma imagem anexada, passível de visionamento. No período em estudo, os acervos de maior relevância referem-se às actividades profissionais de Domingos Alvão[399] (1872-1946), Aurélio Paz dos Reis[400] (1862-1931) e Alberto Marçal Brandão (1848-1919), este último com um número de registos fotográficos extremamente reduzido em novecentos, e, portanto, excluído desta análise.

As fotografias que têm como enquadramento a cidade existente, ou melhor, que registam acontecimentos na (ou da) cidade expõem uma série de temas: eventos (visitas do rei, paradas militares, manifestações, cortejos); exposições temáticas no "Palácio de Crystal" (automóveis, congressos de medicina, produtos agrícolas, etc.). Fotografam-se igualmente as fábricas mais desenvolvidas, nomeadamente as suas máquinas e engrenagens, e os seus trabalhadores, ou seja, a cidade da eficiência mecânica.

Estas imagens documentam também momentos no quotidiano da cidade, como a destruição e edificação no tecido urbano ou a instalação de infra-estruturas de transportes. Os fotógrafos registam sistematicamente o comboio e a sua estação; os eléctricos, e a instalação das suas linhas: a emergência de uma 'cidade tecnocientífica', radicalmente distinta da que a precedeu. Trata-se de um centro urbano que não se constrói a partir da tábua rasa, mas claramente a partir do compromisso entre novo e preexistência, como documenta Domingos Alvão. [Fig. III.1 e III.2]

---

[399] Domingos do Espírito Santo Alvão (Porto, 1872-1946). A Casa Alvão foi fundada por Domingos Alvão em 1901. Alguns registos fotográficos sobre o contexto urbano portuense, estão publicados em AA. VV. (1993). A Cidade do Porto na Obra do fotógrafo Alvão, 1872:1946. Porto, Edição da Fotografia Alvão.

[400] *cf*. biografia de Aurélio Paz dos Reis, disponível em:
http://digitarq.cpf.dgarq.gov.pt/default.aspx?page=regShow&searchMode=lf&ID=39146

Tal como nas restantes cidades europeias no final do século XIX e início do século XX, o tema da salubridade e da higiene surge como temática proeminente: no Porto, por exemplo, regista-se o médico no laboratório e as peças sanitárias nas exposições dos congressos de medicina, patentes no Palácio de Cristal. O 'Porto Moderno' revela-se através destas fotografias, e no aspecto da modernização técnica, essencialmente através das fotografias de Aurélio Paz dos Reis. [Fig. III.3]

Domingos Alvão, por outro lado, parece interessar-se pela transformação urbana. Este fotógrafo detém-se sobre a construção de novos edifícios, preferencialmente os que se localizam nas zonas limítrofes à Avenida dos Aliados: a Rua de Sá da Bandeira, Passos Manuel, Ramalho Ortigão, Magalhães Lemos, Praça Filipa de Lencastre, por exemplo. Regista também outros ambientes, em zonas mais periféricas, locais onde a burguesia constrói as suas casas de habitação unifamiliar isolada (tal como a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, por exemplo). Como contraponto, Domingos Alvão fotografa igualmente os novos bairros de habitação económica, de promoção camarária, que se construíam pela mesma altura. [Fig. III.4 e III.5]

Não se tendo localizado reflexões produzidas acerca destas imagens particulares, nem se detendo um conhecimento aprofundado sobre a obra dos autores ou as razões de encomenda, as considerações apresentadas resultam do conhecimento consolidado ao longo desta investigação acerca do novecentos portuense, especulando-se relativamente às possíveis significações a extrair destes registos e às intenções do próprio fotógrafo. Na sua análise, fixaram-se os seguintes critérios: objectos em enfoque; enquadramento; valorização do contexto versus valorização do objecto.

O arquivo da Casa Alvão

As fotografias produzidas por Domingos Alvão apontam na sua maioria para um registo documental, remetendo para pontos de vista direccionados que não parecem ter como finalidade a reprodução da totalidade das ruas, ou de uma imagem/síntese do seu ambiente o que, pelo contrário, se constata de um modo relativamente evidente nas reproduções de postais ilustrados da época.

Alguns dos registos são particularmente interessantes para o enquadramento do contexto urbano portuense na 1ª metade do século XX: Domingos Alvão, o 'produtor' das imagens, documenta intencionalmente transformações [Fig. III.7 e III.8] e possibilidades de transformação [Fig. III.6 e III.9] do tecido urbano. Através deste processo, fixa um momento no processo de alteração e actualização da estrutura urbana, gerando um instrumento extremamente relevante enquanto fonte documental.

Estas imagens caracterizam o contexto físico e social (classes sociais, modos de vida, meios de transporte) em que foram construídos os edifícios, e o tipo de alterações na imagem e na morfologia da cidade. Se bem que dos anos 40 para os dias de hoje a edificação prevaleça, o ambiente urbano geral mudou consideravelmente. A constatação mais imediata traduz-se na convivência, há 70 anos, de elementos anacrónicos, patente na dialéctica automóvel/carro de bois [Fig. III.11]. Estes elementos revelam uma atmosfera que nos dias de hoje já não se percepciona, face ao envelhecimento dos edifícios, cuja 'patine' os aproximou da envolvente preexistente.

Em diversas fotografias produzidas pela Casa Alvão, ainda que o espaço urbano se assuma claramente como o espaço referencial da reprodução fotográfica, o edificado de 'carácter moderno' acaba por se evidenciar no enquadramento. O fotógrafo confere-lhe intencionalmente lugar de destaque, talvez por a edificação veicular de um modo objectivo a modernização da linguagem e imagem do espaço urbano. Nesse sentido, sinalizam-se estes elementos enquanto ícones da 'modernidade' (no sentido de novidade). Contudo, tendo em conta o tipo de fotografia que se produzia na mesma época noutros contextos urbanos, naturalmente panfletária relativamente à necessidade de mediatização dos 'códigos' do Movimento Moderno internacional, é um facto que os edifícios portuenses não são registados enquanto objectos auto-referenciais, retirados do seu contexto, mesmo que apresentem já códigos racionalistas, premonições das arquitecturas do 'estilo internacional', como é o caso do Edifício Rialto. [Fig. III.28]

O número avultado de registos fotográficos localizados em diversas fontes[401], permite afirmar com alguma convicção que o Edifício Rialto, localizado na Praça Dom João I, se transformou num ícone, face à sua volumetria imponente (segundo informações constantes no Processo de Licença de Obras, foi considerado um arranha-céus, na altura da sua construção) e linguagem depurada e de tendência racionalista. Desconhece-se se as imagens especificamente produzidas por Domingos Alvão sobre este edifício procedem de uma encomenda específica do proprietário, mas enquanto signo dos novos tempos, revelam de um modo inequívoco algum do carácter publicitário presente em determinado tipo de fotografias, referido por Beatriz Colomina.

Neste lote de fotografias sobressaem de igual modo duas imagens dos quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira, que remetem para uma série de fotografias de obras corbusianas em que são reproduzidos automóveis, e nas quais, como comentam alguns autores, se distingue com dificuldade se o que representa o contexto da época, é o automóvel ou o edifício[402]. [Fig. III.11 e III.29]

Nas fotografias das casas de Le Corbusier dos anos 20 [Fig. III.10], os automóveis parecem extremamente 'antigos', enquanto que as casas transmitem uma imagem de modernidade e actualidade (no sentido de aparentarem ser dos nossos dias). Tal facto permite um questionamento relativamente a uma espécie de paradoxo presente nestes edifícios portuenses de habitação plurifamiliar: por um lado, são o resultado de um modo de pensar e construir burguês extremamente codificado; por outro lado transportam uma imagem independente da sua época, ou seja, um determinado grau de intemporalidade.

Os processos de Licenças de Obras

---

[401] Postais ilustrados da época; Revista "*A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas) nº37*" de 1943; fotografias do estúdio "*Fotografia Beleza*", entre outros.

[402] *"É muitas vezes difícil determinar nestas imagens se é o automóvel ou a casa quem fornece o contexto para uma publicidade sobre os benefícios de uma cidade contemporânea",* in MOOS, Stanislaus von, *Le Corbusier, l' architecte et son mythe*, Horizons de France, 1971, pp.81-83, *in* Colomina, Beatriz (1998). La publicité du privé de Loos à Le Corbusier Orléans, éditions HYX. ISBN 2-910385-11-6 . p. 107.

A partir de meados dos anos 40 do século XX, os processos de licenciamento começam a incluir registos fotográficos do local da obra, onde se deveria assinalar a volumetria proposta. Este elemento, apesar de constituir uma resposta pragmática a uma exigência camarária, acaba por fornecer informações relevantes sobre a preexistência, nomeadamente suas as condições ou imagem. Nesse aspecto, estas 'fotomontagens' tornam-se registos documentais relevantes de caracterização de uma época particular e dos processos de transformação inerentes. [Fig. III.12-27]

Fig. III.1 – Instalação de linha de eléctrico (anos 30/40?). Domingos Alvão, [19--], PT/CPF/ALV006666, Centro Português de Fotografia/DGARQ/MC

Fig. III.2 – Obras nas linhas do eléctrico. Rua de Sá da Bandeira (início dos anos 40). Domingos Alvão, Porto, [19--], PT/CPF/ALV004696, Centro Português de Fotografia/DGARQ/MC

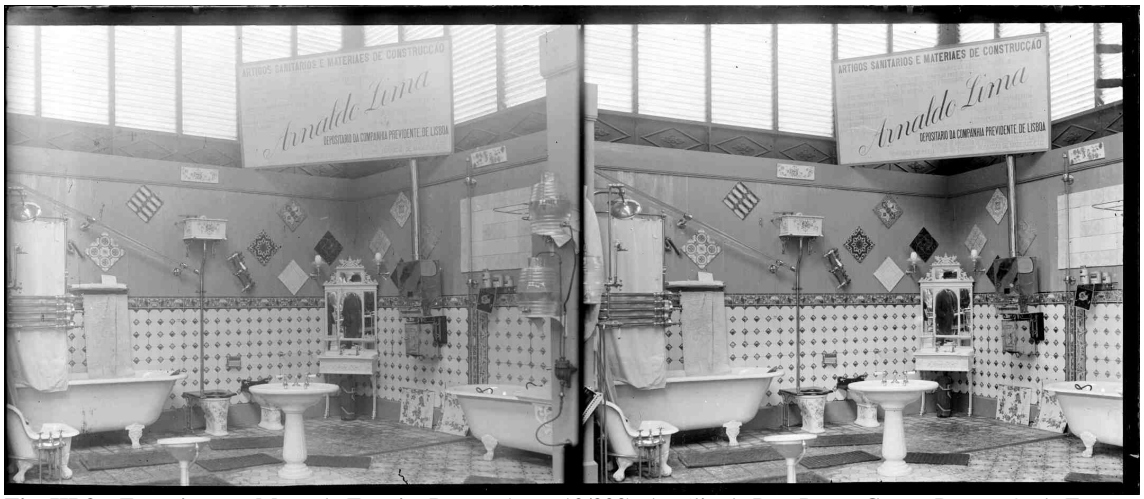


Fig. III.3 – Exposição no Mercado Ferreira Borges (anos 10/20?). Aurélio da Paz, Porto, Centro Português de Fotografia/DGARQ/MC

Fig. III.4 – Avenida dos Combatentes da Grande Guerra (anos 30/40?). Domingos Alvão, Porto, Centro Português de Fotografia/DGARQ/MC

Fig. III.5 – Moradias económicas de Costa Cabral (anos 30/40?). Domingos Alvão, Porto, CPF/DGARQ/MC

Fig. III.6 – Rua de Fernandes Tomás/Cruzamento com Sá da Bandeira (anos 20?). Domingos Alvão, Porto, CPF/DGARQ/MC

Fig. III.7 – Rua de Passos Manuel/Rua de Sá da Bandeira (final dos anos 30?). Domingos Alvão, Porto, CPF/DGARQ/MC

Fig. III.8 – Rua de Passos Manuel/Cruzamento com Sá da Bandeira (dos anos 40?). Domingos Alvão, Porto, CPF/DGARQ/MC

Fig. III.9 – Praça Filipa de Lencastre, antes da abertura da Rua de Ceuta (anos 40?). Domingos Alvão, Porto, CPF/DGARQ/MC

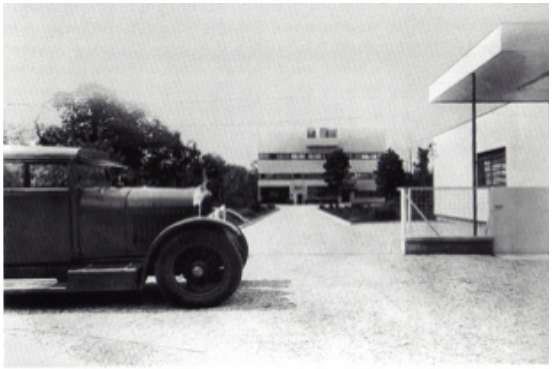
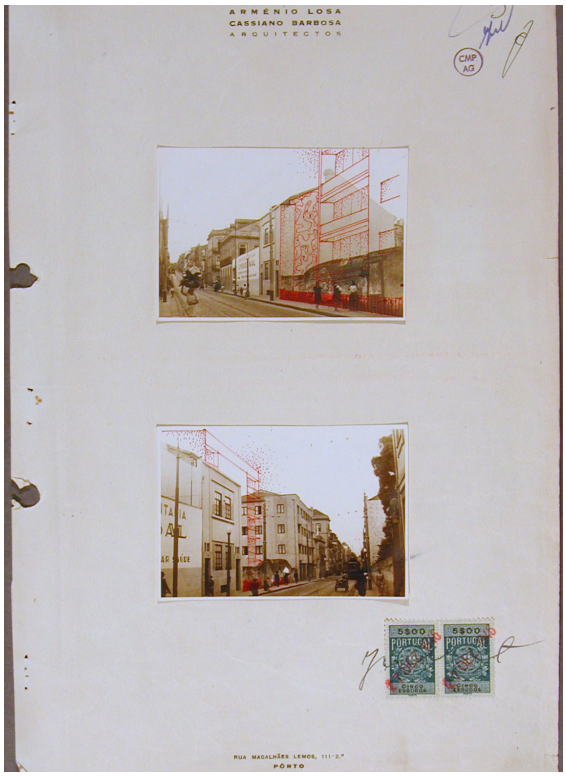


Fig. III.10 – Le Corbusier et Pierre Jeanneret; Villa Stein-De-Monzie, Garches, 1927

Fot. III.1 – Cruzamento da Rua de Sá da Bandeira com Firmeza (fotografia actual)

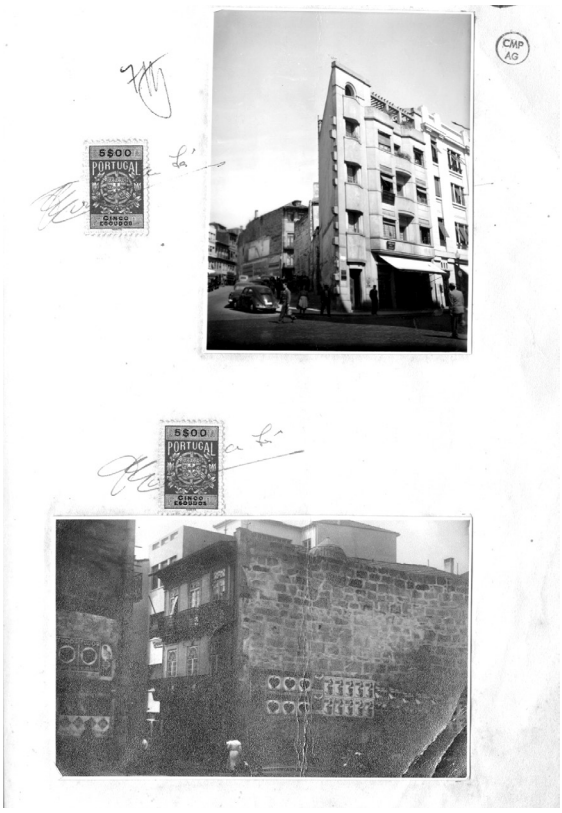
Fig. III.11 – Cruzamento da Rua de Sá da Bandeira com Firmeza (final dos anos 40?). Domingos Alvão, Porto, CPF/DGARQ/MC

Fot. III.2 | Fig. III.12 – Rua da Boavista, 564-594 [LO 1958/0016]. Fotografia actual e fotografia do local à data do licenciamento [LO, DMAG]



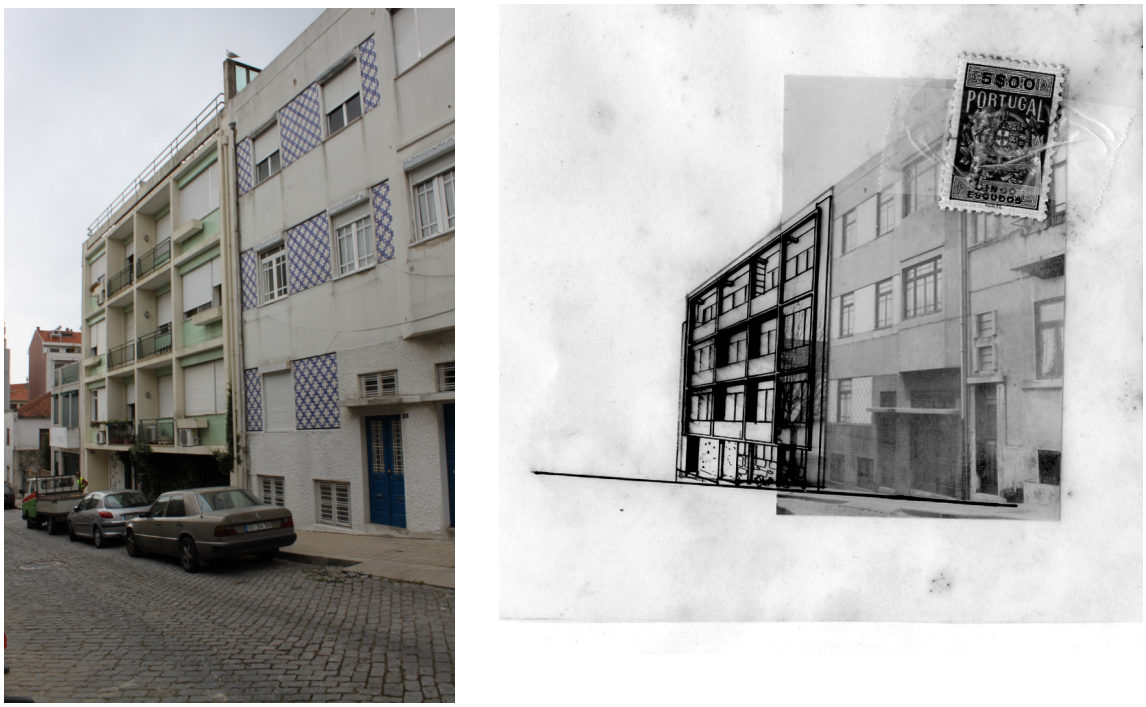
Fot. III.3 | Fig. III.13 – Rua da Boavista, 571 [LO 1947/0295]. Fotografia actual e fotografia do local à data do licenciamento [LO, DMAG]

Fot. III.4 | Fig. III.14 – Rua de Rodrigues Sampaio,? [LO 1960/0639]. Fotografia actual e fotografia do local à data do licenciamento [LO, DMAG]



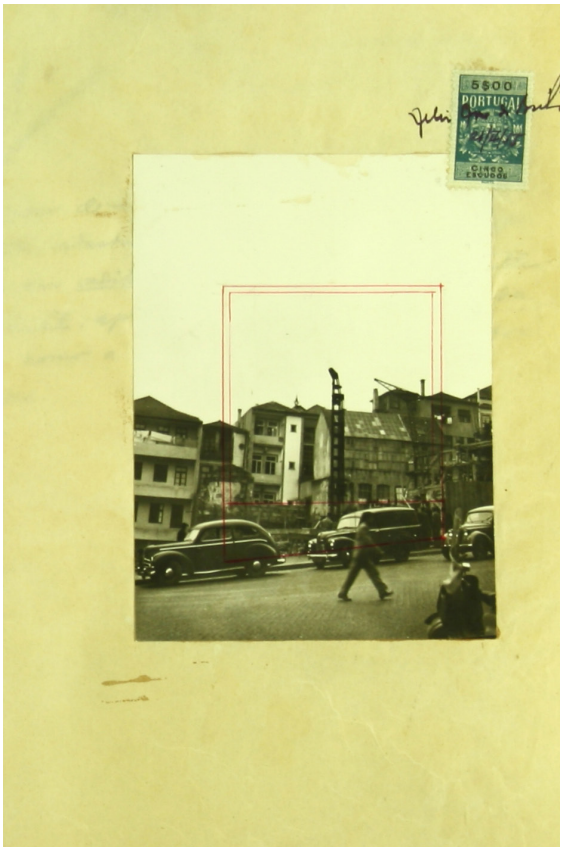
Fot. III.5 | Fig. III.15 – Rua de Rodrigues Sampaio, 198-204 [LO 1957/0520]. Fotografia actual e fotografia do local à data do licenciamento [LO, DMAG]

Fot. III.6 | Fig. III.16 – Rua de José Falcão, 190-208 [1952/0131]. Fotografia actual e fotografia do local à data do licenciamento [LO, DMAG]



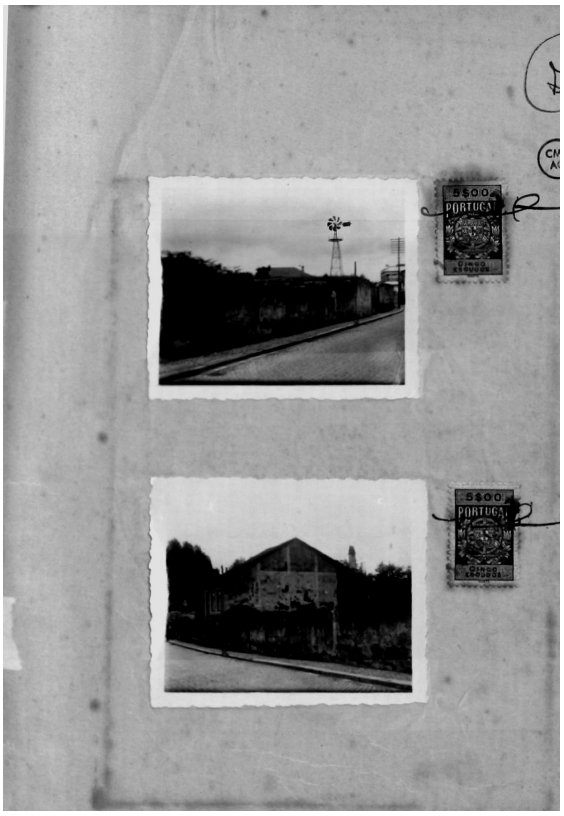
Fot. III.7 | Fig. III.17 – Rua de Olivença, 54-56 [1952/0275]. Fotografia actual e fotografia do local à data do licenciamento [LO, DMAG]

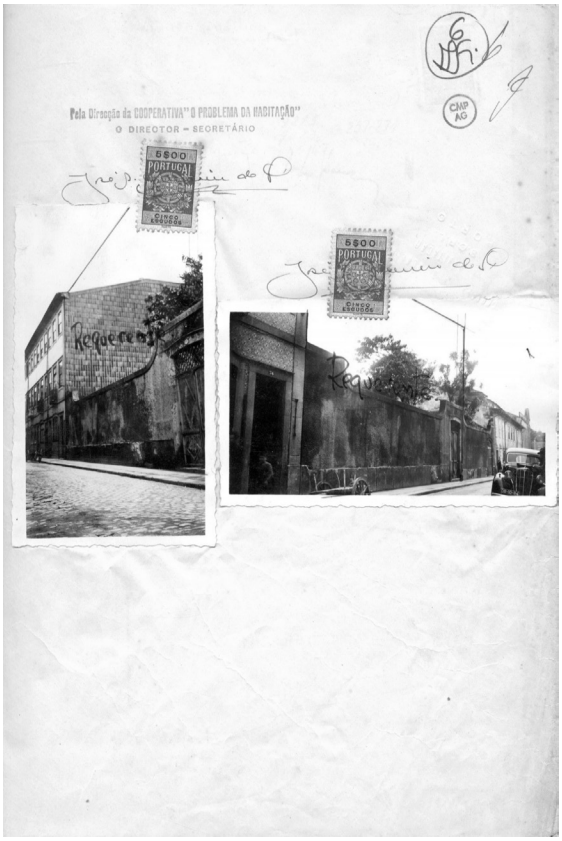
Fot. III.8 | Fig. III.18 – Rua de Ceuta, 31-33 [1955/0660]. Fotografia actual e fotografia do local à data do licenciamento [LO, DMAG]



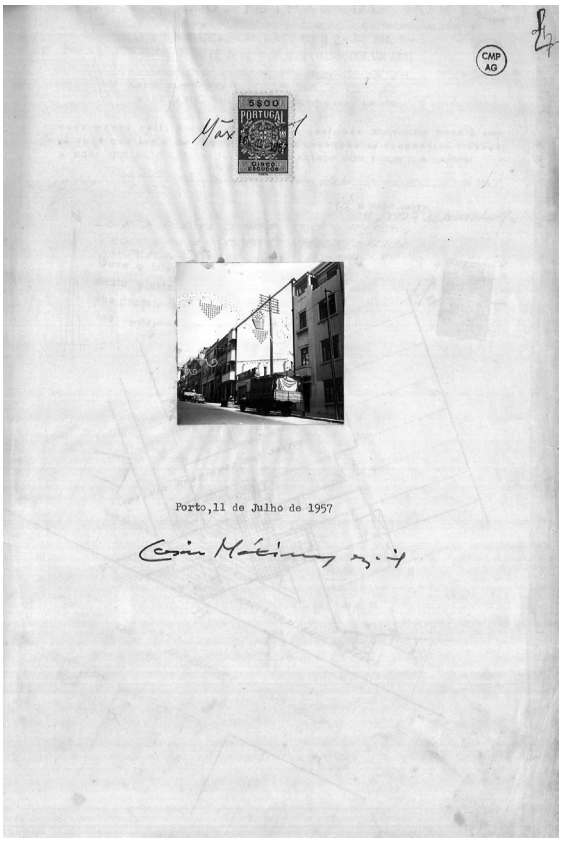
Fot. III.9 | Fig. III.19 – Rua de Ceuta, 35-37 [1955/0364]. Fotografia actual e fotografia do local à data do licenciamento [LO, DMAG]

Fot. III.10 | Fig. III.20 – Rua João de Deus, 91-103 [1947/0699]. Fotografia actual e fotografia do local à data do licenciamento [LO, DMAG]





Fot. III.11 | Fig. III.21 – Rua do Doutor Alves da Veiga, 66 [1948/0240]. Fotografia actual e fotografia do local à data do licenciamento [LO, DMAG]



Fot. III.12 | Fig. III.22 – Rua de Alexandre Herculano, 90-102 [1957/0609]. Fotografia actual e fotografia do local à data do licenciamento [LO, DMAG]

Fot. III.13 | Fig. III.23 – Rua do Moreira, ? [1949/0212]. Fotografia actual e fotografia do local à data do licenciamento [LO, DMAG]

Fot. III.14 | Fig. III.24 – Rua de Ramalho Ortigão, ? [LO 1944/0347]. Fotografia actual e fotografia do local à data do licenciamento [LO, DMAG]

Fot. III.15 | Fig. III.25 – Rua de António Cândido, 252-254 [LO 1945/0154]. Fotografia actual e fotografia do local à data do licenciamento [LO, DMAG]

Fot. III.16 | Fig. III.26 – Avenida do Brasil, 136-140 [1954/094]. Fotografia actual e fotografia do local à data do licenciamento [LO, DMAG]

Fot. III.17 | Fig. III.27 – Rua do Doutor Alves da Veiga, 45 [1962/0690]. Fotografia actual e fotografia do local à data do licenciamento [LO, DMAG]

A CIDADE COMO REPRESENTAÇÃO (SOCIAL): A PRODUÇÃO DE UMA 'IMAGEM'

A *'publicidade do privado'*

Estudos específicos sobre o contexto portuense no século XIX e 1ª metade do século XX corroboram a ideia generalizada de que a burguesia se constitui como o actor social dominante e condutor da sociedade civil nestas épocas[403]. Esta classe social investe no centro urbano portuense já em meados do século XX, época da sua reestruturação, instalando-se nos interstícios do poder produtivo (a indústria a Norte da cidade) e do poder administrativo da cidade (a Avenida dos Aliados e espaço circundante). Observando o tipo de edifícios construídos, os investimentos realizados no âmbito da habitação plurifamiliar e serviços contribuem de um modo determinante para a projecção de uma imagem de modernização, novidade e poder económico.

Em meados de novecentos, o centro urbano articula efectivamente algumas ruas dotadas de uma forte densidade imagética, veiculada de forma assertiva pelos edifícios que as conformam. Estes edifícios, como podemos verificar em alguns registos da Casa Alvão, diferenciam-se abruptamente da envolvente preexistente, assumindo novas escalas e linguagens para as arquitecturas de habitação, sem paralelo na década anterior. Neste sentido, produz-se uma nova imagem de cidade, moderna e monumental, que não se circunscreve à Avenida dos Aliados.

A imagem da cidade altera-se não só pela modernização da linguagem, mas também pela transformação na escala da edificação: o edifício em lote é progressivamente substituído pelo edifício de grande frente, unitário e compacto. Esta alteração introduz variações morfológicas, que não modificam o modo como a habitação se relaciona com o espaço urbano, mas que se traduzem fundamentalmente no modo como a cidade se percepciona (e publicita). [Fig. III.28 a 32]

---

[403] #burguesia [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
Sobre a burguesia portuense do século XIX cf.: Cruz, Maria Antonieta (1999). Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do século XIX. Porto, Fundação Engº António de Almeida. ISBN 972-8386-23-0.; Séren, Maria do Carmo; Pereira, Gaspar Martins (2000). "O Porto oitocentista". História do Porto. Oliveira Ramos, L. A. Porto, Porto Editora.

No espaço urbano portuense identificam-se características identitárias bastante marcadas na relação morfológica entre casa e cidade. A relação entre o espaço público e privado reduz-se simplesmente ao plano da fachada: não existem espaços exteriores de transição (para além do vestíbulo de entrada), pelo que a casa se encontra profundamente interiorizada. Contudo, tal como refere Beatriz Colomina[404], a "publicidade do privado" não se traduz necessariamente na abertura da casa ao espaço público, nem da exposição da esfera do espaço íntimo: significa a emergência de um 'novo espaço', o espaço mediático ou de comunicação. Para a sociedade (burguesa) que habita e constrói o centro urbano moderno, o mecanismo desta comunicação estabelece-se na produção de uma imagem/estatuto, veiculada pelos edifícios (que acabariam por se transformar em manifestos ícones) e pelas suas fachadas, que adaptam, consomem e repetem elementos-signo.

As fachadas revelam-se peças cruciais no discurso estético do burguês portuense e nos seus propósitos de distinção (relativamente ao qual o estereótipo generalizado aponta normalmente para a incultura e ostentação[405]).

Relativamente à produção de uma imagem (urbana, social), apesar da significativa variedade edificada, é possível evidenciar algumas constantes. A primeira constatação prende-se com o facto de que em todos os edifícios registados a fachada urbana se assumir como objecto de qualificação ao nível de concepção, através de diversos instrumentos: introdução de elementos decorativos simplificados, qualificação de materiais, decomposições volumétricas, movimentação da fachada através de elementos de composição, nomeadamente varandas e balcões. [**Des. III.1 e III.2**]

Regras. Materiais. Elementos de composição

[404] Colomina, Beatriz (1998). La publicité du privé de Loos à Le Corbusier Orléans, éditions HYX. ISBN 2-910385-11-6 p. 56.
[405] #burguesia/ burguesia portuense [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

A maioria dos edifícios de habitação plurifamiliar construídos entre 1920 e a década de 40 apresenta fachadas rebocadas, estabelecendo-se frequentemente uma distinção material do piso térreo, com revestimento em granito (pelo menos nos edifícios localizados nas ruas de maior relevância urbana). Alguns edifícios de manifesta qualidade arquitectónica incorporam também elementos decorativos em granito, tais como marcações verticais ou molduras nas caixas de escadas e cornijas. As opções cromáticas para a pintura das fachadas são também bastante diversas, sendo que, como nos processos de Licença de Obras normalmente esta questão não é referida, não é possível verificar se a paleta de cores actual corresponde à opção original.

A 'varanda' constitui-se como um elemento arquitectónico particularmente repetido e reinterpretado nas fachadas destes edifícios, transformando-se numa espécie de elemento/signo, numa tradição de construção burguesa portuense que se estende desde o século XVII até à actualidade. Contudo, as varandas corridas proeminentes do edifício localizado no lado Poente dos quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira [Fig. III.29, **Des. III.2**] e os balcões do edifício situado no cruzamento da Rua de Sá da Bandeira com a Rua da Firmeza [Fig. III.11, **Des. III.2**], apontam já para uma lógica diferente, fundada numa ideia de 'elegância moderna'.

Como regra de composição, a maioria dos edifícios desenvolve uma tripartição vertical, com diferenciações formais e materiais tanto na base como no coroamento dos edifícios, como se pode constatar nos edifícios anteriormente mencionados. A construção de um piso recuado resulta numa opção frequente de projecto, que permite o aumento da altura da edificação sem prejuízo relativamente à cércea legível a partir da rua.

A evidenciação do piso térreo alcança-se frequentemente pela distinção material e desenho de frisos, a composição da fachada em função de eixos de simetria ou a repetição de temas compositivos (módulos de vãos, por exemplo). A utilização de eixos de simetria enquanto instrumento compositivo constitui um recurso evidente, especialmente nos casos em que existe uma duplicação de lote com dimensão estreita de frente.

Estes recursos de desenho são igualmente utilizados de modo sistemático na composição dos alçados de edifícios de grande frente, posicionando-se o eixo de simetria no alinhamento da entrada principal.

Constata-se igualmente como regra, na maioria dos edifícios, uma relativa indiferenciação de vãos, cujas variações de modelo ou de dimensão, se enraízam mais na localização urbana do que

no tipo de compartimento que servem. A entrada principal surge de igual modo acentuada, através da diferenciação da volumetria ou da incorporação de elementos decorativos. Uma regra de composição particularmente explorada consiste na marcação da horizontalidade e verticalidade de determinados elementos da fachada, como estratégia de introdução de métricas e ritmos. Destaca-se, por exemplo, a evidenciação da caixa de escadas, quando localizada na fachada urbana; a acentuação de linhas verticais através do recurso a elementos de granito; o contraponto entre a horizontalidade de uma métrica constante de janelas e a verticalidade gerada pela introdução de pilastras.

A relação entre a fachada e a distribuição interior

Relativamente a este ponto em particular, o corpo de estudo em análise não permite afirmar a existência de uma completa independência entre a compartimentação dos apartamentos e a caracterização da fachada urbana. Contudo, verifica-se que as lógicas de desenho e composição dos alçados valorizam a rua enquanto espaço representativo de uma colectividade urbana, em detrimento da atribuição funcional dos pisos do edifício. Tal realidade manifesta-se, por exemplo, no edifício no número 561-619[406], na Rua de Sá da Bandeira, em que todos os pisos acima do térreo apresentam varandas, independentemente das variações programáticas (escritórios no 1º, 2º; habitação nos restantes pisos). [Fig. III.29, **Des. III.2**]

O comprometimento evidente entre programa funcional do apartamento e tratamento da fachada só se torna evidente partir de meados da década de 50, época em que a colocação das cozinhas e zonas de tratamento de roupas em locais adjacentes à fachada urbana se institui como opção corrente (face a questões ligadas às condições de insolação/salubridade).

[406] LO 1945/0272 [DMAG]

Fig. III.28 – Praça D. João I; Edifício Rialto (final dos anos 40?). Domingos Alvão, Porto, CPF/DGARQ/MC

Fig. III.29 – Rua Sá da Bandeira. Sector Norte (final dos anos 40?). Domingos Alvão, Porto, CPF/DGARQ/MC

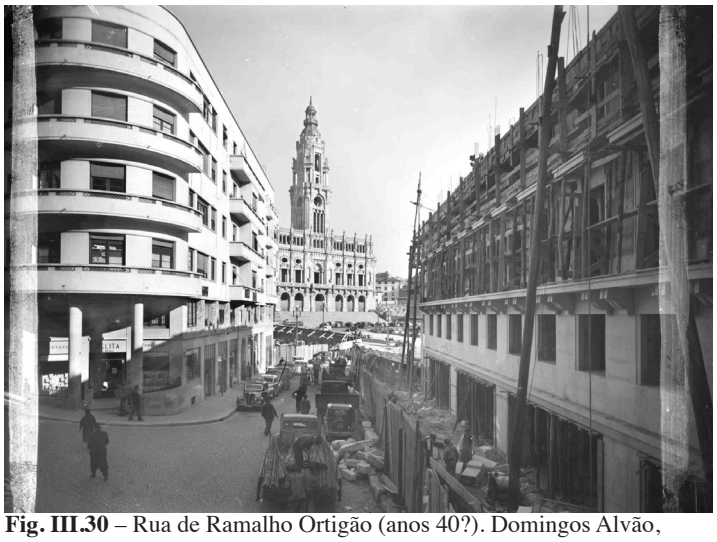
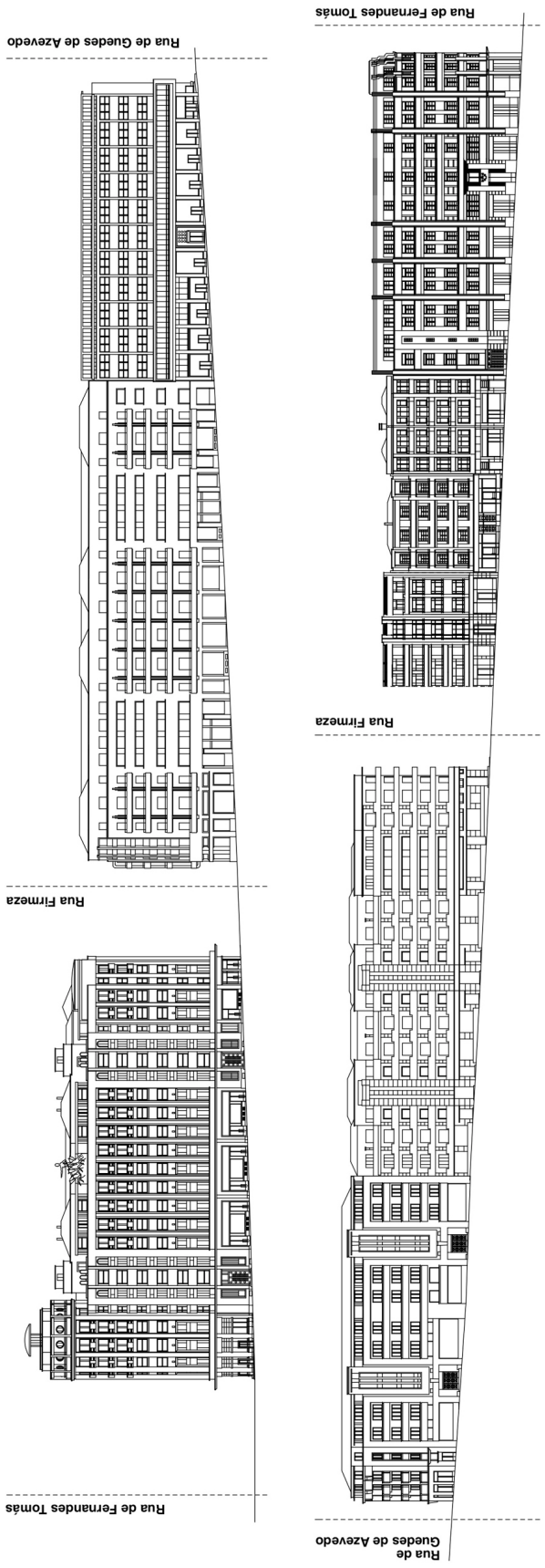


Fig. III.30 – Rua de Ramalho Ortigão (anos 40?). Domingos Alvão, Porto, CPF/DGARQ/MC

Fig. III.31 – Rua de Magalhães Lemos (anos 40?). Domingos Alvão, Porto, CPF/DGARQ/MC

Fig. III.32 – Cruzamento da Rua Sá da Bandeira com Fernandes Tomás (meados dos anos 40?). Domingos Alvão, Porto, CPF/DGARQ/MC

Des. III.1 – Anacronia de linguagens. Disparidade de cérceas. Alçado Sul da Rua de Rodrigues Sampaio [RS1]



Des. III.2 - Anacronia de linguagens. Disparidade de cérceas. Quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira, no Porto. Alçado Nascente e Poente. Edifícios de habitação plurifamiliar projectados entre meados da década de 1930 e final da década de 1940

SÍNTESE. O PRÉDIO DE RENDIMENTO ENQUANTO VEÍCULO DE MODERNIZAÇÃO. ANACRONIA E HIBRIDEZ DE LINGUAGENS

No âmbito da habitação urbana portuense, na 1ª metade do século XX, a fachada urbana representa uma peça importante do discurso estético burguês. A diversidade significativa de linguagens implementadas nos edifícios construídos, a importância concedida ao tratamento volumétrico, composição de elementos e escolha de materiais reforçam esta constatação.

A fachada dos prédios de rendimento, independentemente da sua escala, incorpora de um modo relativamente sistemático determinados elementos – que acabam por se converter em signos – com intenções objectivas. Neste sentido, institui um veículo de comunicação, ainda que simultaneamente impondo um limite rígido entre exterior/interior, entre a esfera social da habitação e a sua esfera de maior intimidade e privacidade. A fachada urbana estabelece-se, igualmente, como um invólucro contentor que demonstra uma certa independência, tendencialmente não revelando o que se passa no interior da habitação.

Apesar da considerável heterogeneidade nas soluções constatadas nos exemplos registados, conclui-se que existem regras na concepção da face visível do edificado, transversais à maioria dos edifícios construídos nesta época:

- a existência de uma forte oposição entre o tratamento da fachada urbana e da fachada voltada para os espaços de logradouro (invariavelmente despojada e descaracterizada);
- a constante reinterpretação de dispositivos de relação interior/exterior como a varanda/balcão;
- a tripartição do edifício ao nível de composição da fachada, evidenciando-se uma clara diferenciação material do rés-do-chão e do coroamento do edifício, através da introdução de um piso recuado, por exemplo (salvo algumas excepções, em que o remate superior se resume à introdução de uma cornija);
- a relativa indiferenciação de vãos, que se traduz na independência entre distribuição funcional do apartamento e caracterização da fachada. As varandas, balcões e '*bow-windows'*, alicerçam a sua concepção numa estratégia de composição urbana, mais do que numa relação unívoca com os compartimentos com os quais se relacionam.

Garantidas as regras de concepção geral, a fachada urbana do edifício consiste, por norma, num elemento alvo de valorização ao nível do desenho arquitectónico, ainda que o seu tratamento se meça na conjunção de factores como a localização urbana e a capacidade de investimento ou objectivos do seu proprietário. Tendo em conta os códigos ou recursos linguísticos utilizados pelos projectistas na concepção das fachadas, o conjunto de edifícios abordados nesta análise pode ser separado em três grupos, a que se fez corresponder distintas fases e papeis urbanos.

O primeiro grupo engloba uma série de edifícios com fachadas de relativa banalidade ou carácter corrente, incorporando artifícios afectos aos léxicos em vigor na época, associados a uma linguagem 'art-déco' ou de tendência racionalista (tais como elementos decorativos simplificados, frisos, pilastras, capitéis, elementos escultóricos). Dentro deste grupo, é de igual modo frequente o recurso a alguns elementos de composição tradicionais (cornijas, platibandas, e frisos, por exemplo).

Os edifícios com este tipo de linguagem preenchem lotes e cunhais de pequena e média dimensão, oportunidades de intervenção que surgem naturalmente no tecido urbano. Na zona mais central da cidade, temporalmente, correspondem maioritariamente a uma fase anterior à intervenção do Gabinete de Urbanização da Câmara [GU], nomeadamente a um período de transição entre a implementação de estratégias de melhoramento e de planeamento urbano (décadas de 1930-1940).

O segundo grupo compõe-se por edifícios com frente urbana de maior dimensão, caracterizados por uma maior escala, e consequente presença urbana. O tratamento volumétrico e caracterização das fachadas destas edificações apresenta variações significativas, o que contribui para a inexistência de um corpo homogéneo no âmbito do prédio de rendimento portuense de maior escala. No centro da cidade, a fachada destes edifícios estabelece-se como um alvo de qualificação diferenciada, através do recurso a materiais de revestimento nobres (granitos polidos, por exemplo), decomposições volumétricas e códigos decorativos importados de outros contextos.

A construção deste tipo de edifícios corresponde a uma fase de considerável investimento em prédios de rendimento e equipamentos no centro da cidade, já sob a tutela de estudos prévios e projectos de quarteirões elaborados pelo Gabinete de Urbanização (décadas de 1940-1950).

O último grupo identificado reúne edifícios com fachadas urbanas de dimensão diversa e maior simplicidade, utilizando de um modo recorrente dispositivos como as grelhas ou as varandas e balcões. Genericamente, caracterizam-se pela associação lateral de blocos de apartamentos em esquerdo-direito, com entradas individualizadas, unificando-se a frente voltada para a rua. Materializa-se uma imagem de edifício que se tornará banal em habitação de construção corrente, a partir dos anos 50, espacializando-se em diversas ruas da cidade (Rua do Moreira, Rua de Santos Pousada, Rua da Constituição, entre outras). [**Fot. III.18-21**]

Considerando as fachadas urbanas de um conjunto alargado de edifícios, manifesta-se de um modo evidente a anacronia com que se desenrola a edificação da cidade. Prédios com datas próximas de projecto exibem linguagens completamente distintas, umas retrógradas e outras extremamente avançadas para a época, denunciando um manifesto manuseamento de diversos códigos/sistemas estéticos formais:

- os léxicos tradicionais, elementos de composição perpetuados pela edificação existente e identidades locais (a varanda, a platibanda, as métricas, ritmos, a seriação de vãos, etc.); [Fig. III.33, por exemplo];
- uma estética da representação burguesa fortemente apoiada na produção de fachadas que traduzam o estatuto dos seus proprietários, com linguagem de cariz 'académico', ainda que simplificado, mas patente no reportório dos elementos decorativos: pilastras, frisos, frontões, cornijas (elementos normalmente associados a um tipo de edifícios enquadrados numa lógica de pré-modernidade); [Fig. III.34, por exemplo];
- a incorporação, reinterpretação ou adaptação de atributos simbólicos modernos: essencialidade geométrica; instrumentalização plástica da linguagem; o despojamento decorativo. [Fig. III.35, por exemplo].

A análise da face visível do edificado corrobora a visão generalizada de que este não permite uma rotulagem simplista: a única regra que parece válida e permanente prende-se com uma evidente hibridez e imbricamento de discursos compositivos, que se relacionam em distintos moldes com as lógicas preexistentes.

Ao nível da linguagem da fachada, constata-se que em determinados edifícios, talvez nos mais interessantes ao nível arquitectónico, é possível sublinhar:

- a tentativa de estabelecimento de relações métricas constantes, não obstante a variação de dimensões do lote, dos elementos constituintes do edifício e relações proporcionais entre estes (através da fenestração, elementos estruturais, elementos decorativos, etc.) ou da própria volumetria do edificado;
- a consequente produção de ritmos, de sucessões regulares, que reestruturam experiências aparentemente parcelares numa unidade (repetição cadenciada de temas de composição dos elementos da fachada; marcação volumétrica da entrada; jogos volumétricos, por exemplo);
- o recurso a elementos compositivos geradores de continuidade e relação, em conjuntos urbanos pautados pela lógica da construção individualizada, parcela a parcela, edifício a edifício, construtor a construtor, tais como as varandas e platibandas.

Face a estes sinais, reforça-se a existência de uma intencionalidade estética que percorre transversalmente uma ideia de cidade e de habitação urbana corrente - um conceito de rua -, alargando-se o controlo da composição da fachada da parcela individual às possibilidades estéticas de um conjunto[407]. Trata-se de uma intencionalidade que parte do edifício e se direcciona para o espaço urbano: a valorização da leitura contínua da rua, através da continuidade/complanariedade das fachadas; a repetição de temas de composição, moldados a partir do desenho e número de vãos; as relações entre cheio e vazio; a introdução de varandas e platibandas de desenho e material semelhante, como elementos fundamentais de relação. A incorporação deste tipo de estratégias na concepção arquitectónica ultrapassa os limites de cada unidade edificada.

Nessa intencionalidade estética reconhece-se a preocupação primária pela reprodução ou adaptação de um fundamento identitário: o lote portuense estreito e profundo, de dimensões variáveis, com número de pisos também variável, vãos de janela e porta hierarquizados mas repetidos e compostos a partir de eixos de simetria; a prevalência do mesmo sistema construtivo, ao nível do trabalho de cantarias e revestimentos de fachada; a separação funcional

[407] A mesma lógica evidenciada por Francisco Barata Fernandes relativamente às fachadas dos edifícios de habitação unifamiliar urbanos, produzidos em séculos anteriores.

vincada, entre o piso térreo e os pisos superiores, cujo acesso se realiza a maior parte das vezes por entradas independentes.

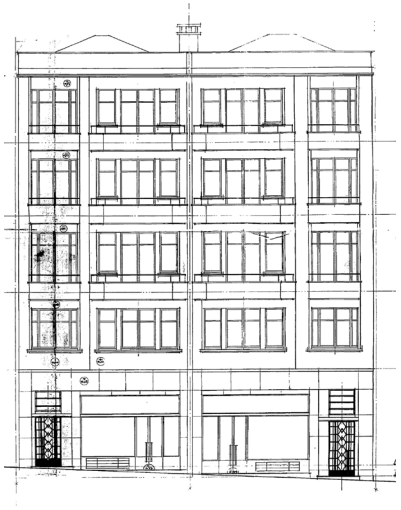
Esta 'publicidade do privado' veicula-se através da produção de signos e de ícones, os símbolos de representação do 'moderno' habitar portuense nos anos 30/40 do século XX. Os prédios de rendimento construídos pela burguesia industrial abastada, constituem-se como representações do seu poder económico e da 'modernidade' do seu gosto, mediada e mediatizada através da arquitectura.

Fot. III.18 – Blocos na Rua de Serpa Pinto

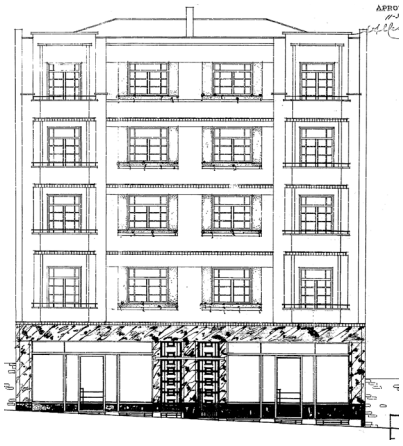
Fot. III.19 – Blocos na Rua do Moreira

Fot. III.20 – Blocos na Rua do Covelo

Fot. III.21 – Blocos na Rua da Constituição

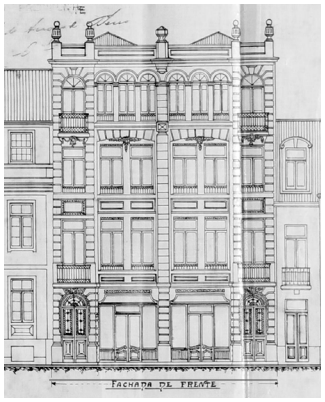


Rua de Sá da Bandeira, 502-512 [LO 1939/0056]

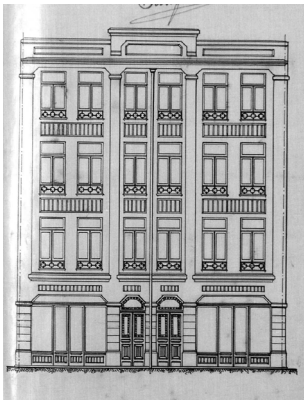


Rua de Sá da Bandeira, 518-528 [LO 1938/0260]

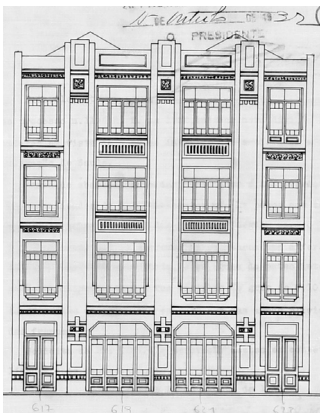
Fig. III.33 – Léxicos tradicionais: platibanda, varanda, métricas [LO - AHMP]



Rua de Alexandre Herculano, 400 [LO 1929/0644]

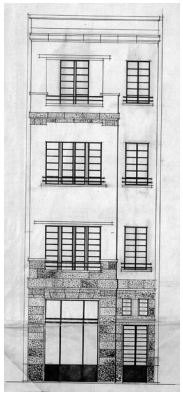


Rua de Fernandes Tomás, 121-131 [LO 1930/0031]

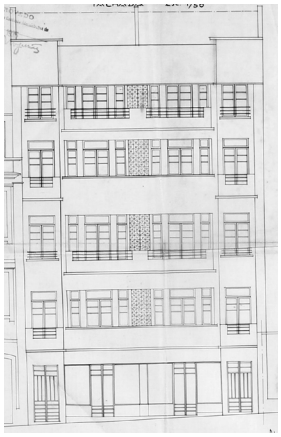


Rua da Alegria 617-623 [LO 1932/0468]

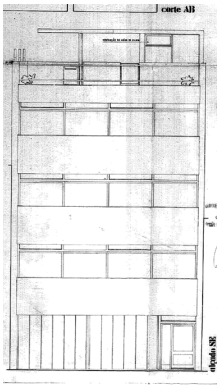
Fig. III.34 – Reportório de cariz académico (pilastras, frisos, frontões, cornijas [LO - AHMP]



Rua de Rodrigues Sampaio, 45-49 [LO 1936/0112]



Rua do Campinho, 11-17 [LO 1935/1663]



Avenida de Brasil, 136-138, 140 [LO 1954/0094]

Fig. III.35 – Progressivo despojamento decorativo. Essencialidade geométrica [LO - AHMP]

IV. A REGULAMENTAÇÃO, AS FORMAS EDIFICADAS E A FORMA DA CIDADE

O objectivo deste capítulo prende-se com o questionamento do papel da regulamentação na produção da habitação de carácter plurifamiliar, não só na concepção do espaço doméstico, mas também na transformação da imagem da cidade e do seu carácter morfológico num determinado período histórico. Neste enquadramento, são propostos os conceitos de 'higienismo' e 'salubridade' como suporte de reflexão, referindo-se especificamente aos edifícios projectados ou construídos no Porto entre meados da década de 20 e meados dos anos 50, assim como à legislação urbana e no âmbito da edificação em vigor nesse período. O foco de interesse direcciona-se para as transformações tipológicas do prédio de rendimento enquanto forma de habitação, e consequentes implicações ao nível da morfologia urbana. Este património de construção recente e carácter relativamente anónimo, aparenta encerrar chaves de leitura pertinentes para a compreensão de alterações nas tradições construtivas portuenses, ocorridas na 1ª metade do século XX.

UM CONTEXTO E SOCIEDADE PARTICULARES. A HIGIENE E A SALUBRIDADE ENQUANTO PROBLEMAS DA HABITAÇÃO

No Porto, as questões ligadas ao higienismo[408] e à salubridade encontram o seu palco de debate no final do século XIX e início do século XX, face às fracas condições de habitação das classes mais desfavorecidas. Tal como noutras cidades europeias, engenheiros, médicos e políticos começaram por abordar o problema através da criação e implementação de legislação específica.

O *Plano Geral de Melhoramentos das Cidades e Vilas do Reino* de 1864 constitui o 1º enquadramento regulamentar a partir do qual esta problemática começa a ser pensada[409], englobando questões específicas como o tratamento dos solos, impermeabilização, infra-estruturas (sistemas de abastecimento de águas, esgotos e iluminação das ruas) e condições gerais de construção[410]. Este decreto nacional deu origem ao *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto* apresentado à Câmara Municipal em 1881[411] pelo engenheiro J. A. Correa de Barros (1835-?). Nessa época, outros documentos demonstravam idênticas preocupações higienistas, revelando que este problema é entendido colectivamente, e em múltiplas esferas. Os conhecidos

---

[408] #higienismo [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[409] *cf*. Matias, Isabel (2002). "O pensamento higienista na segunda metade do século XIX". Higiene e Salubridade no Porto (1850-1930), vol.5. Matias, I. and Trevisan, A. Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo, Escola Superior Artística do Porto**,** pp. 9-30. pp. 9-10.
Segundo a autora encontram-se neste documento:
- Preocupações expressas com a salubrização da cidade, ao nível de tratamento dos solos;
- Referências aos sistemas de redes: águas, esgotos, gás;
- Considerações acerca da largura e declive das novas ruas;
- Cálculo da edificabilidade para os lotes de construção (relação entre nº de pisos e altura)
- Primeiras preocupações com a regulamentação de higiene no interior dos edifícios.

No Porto, deste decreto decorre, ainda que tardiamente, o *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto:* apresentado à C.M.P. por J. A. Corrêa de Barros, em 1881, com preocupações semelhantes.

[410] Matias, Isabel (2002). "O pensamento higienista na segunda metade do século XIX". Higiene e Salubridade no Porto (1850-1930), vol.5. Matias, I. and Trevisan, A. Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo, Escola Superior Artística do Porto**,** pp. 9-30. pp. 9-10.

[411] Barros, José Augusto Corrêa de (1881). Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto. Porto, Câmara Municipal do Porto.

escritos do médico, professor e investigador Ricardo Jorge (1858-1939), figura emblemática no contexto de investigação portuense[412], são particularmente relevantes neste contexto. [Fig. IV.1]

As Dissertações apresentadas por finalistas à Escola Médico-cirúrgica do Porto[413], na viragem do século XIX, sobressaem de igual modo pelo seu valor documental, centrando-se em temas de ordem diversa: sistemas de esgotos (1886)[414], análise microbiológica do ar (1894)[415], fontes seguras de fornecimento de águas (1908)[416] ou a higiene geral da habitação, tema visado por diversos autores[417]. [Fig. IV.2]

Contemporaneamente, esta temática tem sido alvo de estudo aprofundado por diversos autores. Paulo Castro Seixas (2003)[418], por exemplo, desenvolve uma reflexão sobre o significado do património escrito destes primeiros higienistas na construção da cidade, enquanto que Manuel

---

[412] Jorge, Ricardo (1885). Higyene Social applicada à Nação Portuguesa: Parte I: Clima-população-mortalidade. Porto, Civilização.
Jorge, Ricardo (1897). Origens e desenvolvimento da População do Porto. Notas históricas. Porto, Typographia Occidental.
Jorge, Ricardo (1888). Saneamento do Porto: Relatório apresentado à Commissão Municipal de Saneamento. Porto, Typ. de António José da Silva Teixeira.
Jorge, Ricardo (1899). Demografia e hygiene da cidade do Porto: Parte I: Clima-população-mortalidade. Porto, Câmara Municipal do Porto/Repartição Municipal de Saúde e Higiene.

[413] Sobre o papel das dissertações cf. Costa, Rui Manuel Pinto; Vieira, Ismael Cerqueira Vieira "O trabalho académico como fonte histórica: As teses inaugurais da escola médico-cirurgica do Porto (1827-1910)." CEM nº3/ Cultura. Espaço & Memória.

[414] Oliveira, António Augusto Chaves de (1886). Estudo sobre os diversos systemas de remoção das immundicias adoptados nas principaes cidades da Europa e sua applicação à cidade do Porto. Porto, Typographia de A. J. da Silva Teixeira.

[415] Pereira, Joaquim Arantes (1894). Contribuição para a hygiene do Porto: analyse microbiologica do ar. Porto, Typographya Occidental.

[416] Fontes, Adriano (1908). Contribuição para a Hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em água potavel. Porto, [s.n.].

[417] Por exemplo:
Braga, José Rodrigues (1894). Subsidios para a hygiene da habitação: ventilação, iluminação, aguas e remoção de immundices. Porto, Typographia Peninsular.
Antas, Álvaro Cândido Furtado de (1902). Insalubridade do Porto. Porto, Officinas do "Commercio do Porto".
Baía Júnior, José da Silva Ferreira (1909). Contribuição para a Hygiene do Porto. Porto, Typ. a vapor da "Encyclopedia Portugueza".
Lemos, António Ferreira Gomes (1914). Contribuição para o estudo da higiene do Porto: ilhas. Porto, Imprensa Nacional de Jayme Vasconcellos.

[418] Seixas, Paulo Castro (2003). Higienismo: Textos que Fizeram Cidade. Literatura e Medicina. I Encontro de Estudos sobre Ciências e Culturas. (org), I. P. Porto, Universidade Fernando Pessoa, pp. 119-137.

Teixeira (1992)[419], Alexandra Trevisan e Isabel Matias (2002)[420] e José João Maia (2000)[421] se centram na caracterização do contexto específico do Porto entre 1830 e 1950 (estratégias e políticas e de habitação, legislação e epidemiologia, respectivamente), revelando uma administração local que estava cada vez mais consciente da necessidade de controlar a construção privada e as condições das estruturas habitacionais.

Apesar da implementação de regras e posturas municipais na época, a visão generalizada destes autores aponta para uma realidade em que os serviços camarários e as instituições não seriam capazes de alcançar resultados significativos nesse campo, especialmente na ligação dos edifícios à rede pública de esgotos[422]. A principal razão apontada prende-se com a inexistência de planos de urbanização que integrassem intervenções parcelares[423]. Na 1ª metade do século XX, as estratégias de intervenção planeada englobando a totalidade da estrutura urbana e suas infraestruturas, aparenta emergir de um modo claro apenas a partir de 1932, com a apresentação do *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto* pelo engenheiro Ezequiel de Campos (1874-1965), no qual o autor produz as primeiras considerações generalistas sobre o tema[424].

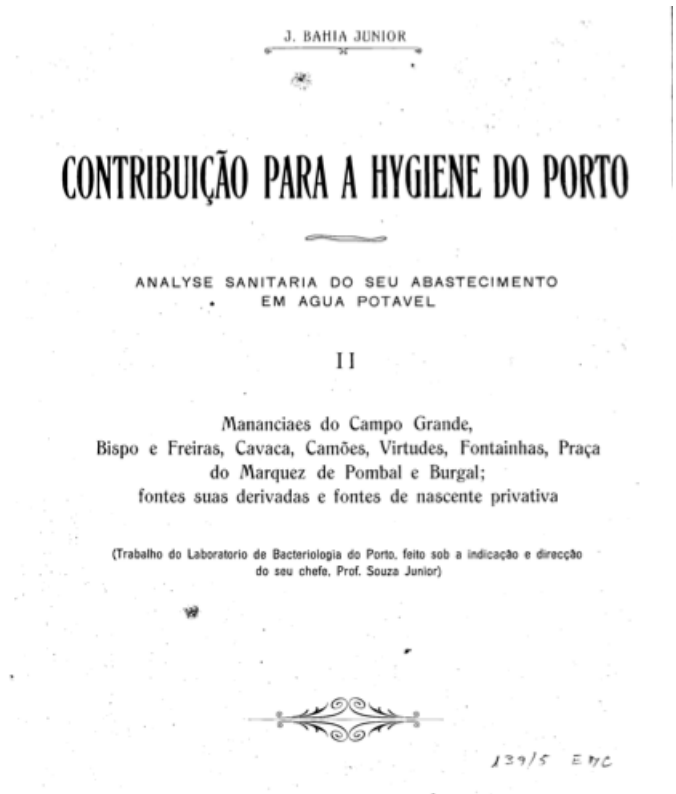
Esta realidade não está distante de um processo semelhante ocorrido em Paris, apesar de algumas décadas de diferença. Nesta cidade, as políticas de salubrização no âmbito da habitação urbana desenvolviam-se desde 1850, produzindo tratados teóricos e debates significativos (e neste aspecto diferindo da situação portuense, com introdução mais tardia de soluções), mas de facto, só a partir de 1900 é que estes começaram a influenciar as edificações[425].

---

[419] Teixeira, Manuel C. (1992, 1º). "As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940." in Análise Social, XXVII, (115), pp. 65-89.
[420] Trevisan, Alexandra; Matias, Isabel (2002). Higiene e Salubridade no Porto (1850-1930). Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo.
[421] Maia, José João (2000, 1º). "Transição epidemiológica, infra-estruturas urbanas e desenvolvimento: a cidade do Porto." in Análise Social XXXV (156), pp. 583-604.
[422] Gros, Marielle Christine (1982). O Alojamento social sob o fascismo. Porto, Edições Afrontamento. p. 11.
[423] Trevisan, Alexandra (2002). Higiene e Salubridade urbana nas primeiras décadas do séc. XX. Higiene e Salubridade no Porto (1850-1930). . Trevisan, A. M., Isabel. Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo. p. 31.
[424] Campos, Ezequiel (1932). Prólogo ao Plano da Cidade do Porto. Porto, Empresa Industrial Gráfica.
[425] Moley, Christian (1998). L' architecture du logement. Culture et logiques d'une norme héritée. Paris, Anthropos. ISBN 2-7178-3424-9 . p. 11.

À questão da salubridade aliam-se a necessidade conforto, especialmente em habitação de rendimento burguesa. Desta forma, estas preocupações manifestavam-se não só através da regulamentação urbana e de edificação (ocupação do lote, logradouros, altura dos edifícios), mas também através dos próprios equipamentos técnicos dos apartamentos.

Fig. IV.1 – Dr. Ricardo Jorge e os seus médicos. in www.insa.pt



J. BAHIA JUNIOR

CONTRIBUIÇÃO PARA A HYGIENE DO PORTO

ANALYSE SANITARIA DO SEU ABASTECIMENTO
EM AGUA POTAVEL

II

Mananciaes do Campo Grande,
Bispo e Freiras, Cavaca, Camões, Virtudes, Fontainhas, Praça
do Marquez de Pombal e Burgal;
fontes suas derivadas e fontes de nascente privativa

(Trabalho do Laboratorio de Bacteriologia do Porto, feito sob a indicação e direcção
do seu chefe, Prof. Souza Junior)

139/5 E nc

Fig. IV.2 – Dissertações apresentadas à Escola Médico-cirúrgica do Porto. Um exemplo

OS REGULAMENTOS ENQUANTO INSTRUMENTOS DE CONTROLO

Regulamentos de edificação:

"*A system of control through which statutory standards on matters such as safety and energy conservation are enforced by local authorities*." [426] (Robert Cowan)

Na 1ª metade de novecentos, os organismos de poder central e local ampliaram significativamente o tipo e número de instrumentos ao seu dispor para controlar a expansão e construção da cidade, ultrapassando progressivamente as considerações generalistas na esfera da salubridade da habitação, evidentes nos *Planos Gerais de Melhoramentos*[427] de final do século XIX. Especificamente sobre a edificação, em 1903, é publicado o *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas* [RSEU][428], documento de amplitude nacional. Como substituição deste documento, apenas em 1951 se veria aprovado o *Regulamento Geral das Edificações urbanas* [RGEU][429], dispositivo legal que ainda vigora contemporaneamente, apesar das revogações ou novas redacções de alguns decretos. Na sua origem, o RGEU apoiava-se em diversos objectivos, dos quais se destacam:

- regular a actividade dos privados;
- estabelecer regras, tanto para os requerentes como para aqueles que apreciam os processos;
- instituir padrões mínimos ao nível de salubridade e segurança da edificação;
- englobar o domínio da estética urbana nas questões da edificação.

---

[426] Cowan, Robert (2005). The Dictionary of Urbanism. Tisbury, Wiltshire, Streetwise Press. p. 42.

[427] Planos gerais de âmbito essencialmente urbano, aprovados em Lisboa e no Porto, até 1900:
1864/65 _ Plano Geral de Melhoramentos (Geral)
1879 –1904 _ Plano Geral de Melhoramentos – Ressano Garcia (Lisboa)
1881 _ Plano de Melhoramentos da C. do Porto – Correa de Barros (Porto)

[428] [S.N.] (1903). Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas. Lisboa, Imprensa nacional.

[429] [S.N.] (1951). Regulamento Geral das Edificações urbanas. Lisboa.

O RSEU, documento aprovado em 1903 constitui-se, no essencial, como um regulamento com preocupações no âmbito da salubridade e higiene, ignorando os dois últimos pontos indicados, ou seja, a segurança da construção ou a estética urbana[430], posteriormente incluídos no RGEU.

Entre o RSEU e o RGEU, os municípios de Lisboa e Porto fizeram aprovar algumas 'posturas municipais' e regulamentos intermédios, que apresentavam como objectivo especificar e adaptar a regulamentação geral às especificidades locais, algo já previsto todavia pelo RSEU[431], e ambas cidades o concretizaram em diferentes moldes [**Tab. IV.1**]. Considerando o panorama geral da regulamentação urbana, sublinha-se o *Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Lisboa* [RGCU][432], promulgado em 1930. [Fig. IV.3]

É interessante verificar que em Lisboa, com a crescente polémica em torno da "*qualidade da construção*"[433], a "*questão estética*" adquiriu manifesta relevância[434]. Este assunto transformou-se num dos campos basilares do RGCU[435] de 1930, em conjunto com outras temáticas de peso: a salubridade dos edifícios (altura das fachadas, logradouros, iluminação, ventilação, etc.), a habitabilidade dos espaços interiores (pé-direito, áreas, vãos), e as questões construtivas (pavimentos, coberturas, paredes, escadas, por exemplo).

---

[430] *Estrutura capitular do RSEU*

Cap. I - Salubridade dos terrenos

Cap. I l - Salubridade dos prédios: Depósitos de água. Tubos de queda. Sifões. Tubos de ventilação. Latrinas e pias. Urinóis e outros escoadouros. Fossas Alojamento para animais

Cap. III - Disposições gerais

[431] "*art. 59. ° - Todas as Câmaras Municipais, sem prejuízo do determinado no Código Administrativo, são obrigadas a fazer os regulamentos de salubridade para os respectivos concelhos em harmonia com os preceitos estabelecidos neste Regulamento, modificados em atenção às circunstâncias locais.*"

[432] [S.N.] (1930c). Regulamento Geral de Construção Urbana (Edital de 6 de Dezembro de 1930). Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

[433]cf. Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6., nomeadamente os capítulos 1.5. "A. C.M.L. e o 'Problema Arquitectónico de Lisboa', p. 40 a 47 e 2.2.4. "A questão estética nos regulamentos", pp. 76 -78.

[434] *idem*, pp. 40-47.

[435] Da estrutura de capítulos do RGCU destacam-se os seguintes capítulos, essencialmente face à novidade relativamente aos conteúdos do RSEU:

"Cap. I - Da divisão da cidade em zonas"

"Cap. V - Das construções em geral" (secções respeitantes aos elementos constituintes do edifício)

"Cap. VI - Das condições estéticas das edificações urbanas" (capítulo com cerca de 50 páginas)

"Cap. VIII - as prescrições especiais contra incêndios"

O RGEU de 1951, mantendo a estrutura capitular do RGCU de 1930, reforça as questões da salubridade, evocando reiteradamente a necessidade de uma adequada insolação dos edifícios, e reduzindo claramente as suas preocupações em relação às condições de carácter estético[436].

Legislação geral no âmbito da construção *
1842 Código Administrativo, aprovado por decreto de 18 de Março[437].
1863 Construções que ameaçam ruína (Lei de 16-7-1863)
1864 Obrigatoriedade de edificação nos terrenos confinantes com a via pública (Lei de 31-12-1864)
1895 Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários maiores e menores nos trabalhos de construções civis: aprovado por decreto de 6 Junho[438]
1903 RSEU - Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas (Decreto de 14-2-1903)
1914 Regulamentação da construção nas cidades de Lisboa e Porto (Decreto nº 902, de 30-9-1914)
1915 Utilidade pública das expropriações a efectuar pelas Câmaras Municipais (Lei nº 438, de 15-9-1915)
1918 Regulamento para o emprego do beton armado (Decreto nº 4036, de 28-3-1918)
1924 Recursos relativos às determinações municipais sobre prédios que ameacem ruína (Lei nº 1670, de 15-9-1924)[439]
1935 Regulamento do betão armado (Decreto n° 25948, de 16-10-1935)
1936 Regulamento de segurança dos ascensores e monta-cargas eléctricos (Decreto nº 26591, de 14-5-1936)
1943 Regulamento do betão armado (Decreto n° 25948, de 16-10, com as correcções introduzidas pelo Decreto nº 33021, de 2-9-1943)
1943 Regulamento geral de abastecimentos de água (Portaria n° 10367, de 14-4-1943)
1944 Regulamento sobre construção civil na parte referente à defesa contra incêndios (Edital nº 6/44, de 14-3-1944)
1946 Regulamento geral das canalizações de esgoto (Portaria nº 11338, de 8-5-1946)
1951 RGEU - Regulamento Geral das Edificações Urbanas (Decreto-lei nº 38382, de 7-08-1951)
* Regulamentos de âmbito nacional[440]

Tab. IV.1 – Síntese dos principais regulamentos de construção e edificação aprovados entre 1863 e 1957 (âmbito nacional)[441]

[436] Apenas um capítulo, constituído por 7 artigos generalistas, que procuram proteger imóveis de interesse público ou histórico, e maciços arbóreos.

[437] Atribuição de competências aos municípios para promulgar posturas e regulamentos. [S.N.] (1842). Codigo Administrativo. Lisboa, Imprensa Nacional

[438] Necessidade de um técnico responsável pela obra.

[439] *"Autoriza as câmaras municipais a embargarem quaisquer obras, construções ou edificações, quando iniciadas ou feitas pelos particulares sem licença da respectiva câmara municipal ou com inobservância de prescrições constantes de licença por esta concedida"*. [S.N.] (1924). Ministério do Interior - Direcção Geral de Administração Política e Civil. Lei n.º 1670. D.R. n.º 208, Série I de 1924-09-15

[440] *cf*. Documentos de referência. Ponto 3. *"Cronologia indicativa"*.

[441] Fontes: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto;[S.N.] (1944). Edificações Urbanas. Legislação Geral de Uso Corrente; Regulamentos e Posturas das Câmaras Municipais de Lisboa, Porto e Coimbra. Porto, Lopes da Silva.; Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6.; Reis, Nuno Miguel Arenga (2009). O saguão na habitação urbana. O interior da casa em torno de um vazio vertical nuclear. Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.; Trevisan, Alexandra; Matias, Isabel (2002). Higiene e Salubridade no Porto (1850-1930). Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo.

No Porto, apesar da natural aprovação intercalar de vários regulamentos e posturas entre o RSEU e o RGEU [**Tab. IV.2**], não se constatou a promulgação de nenhum documento que se assemelhasse em detalhe ou conteúdo ao RGCU lisboeta (que claramente se assumiu como a base da formulação dos conteúdos do RGEU). Este facto coloca questões sobre o impacto deste vazio regulamentar, na qualidade arquitectónica dos edifícios ou na prevalência de determinados modelos tipológicos.

Porto	
1835	Posturas, Câmara Municipal do Porto
1839	Posturas, Câmara Municipal do Porto
1855	*Código de Posturas Municipaes do Porto*[442]
1869	*Código de Posturas do Município (Acórdão do Conselho de Distrito de 4-3-1869)*
1889	*Código de Posturas do Município*
1901	*Regulamento Geral de Saúde*
1905	*Código de Posturas do Município do Porto (Edital de 11-2-1905)*[443]
1915	*Regulamento da Comissão de Estética da Cidade*
1919	*Regulamento do Município do Porto relativo à Instalação do Saneamento*
1924	*Postura sobre obras particulares na Cidade*
1925	*Regulamento da Comissão de Estética da Cidade*[444]
1929	*Regulamento de obras particulares na cidade do Porto (Edital de 28-1-1929)*[445]
1929	*Distâncias entre prédios contíguos (Edital de 24-5-1929, modificado por proposta de 14-7-1938)*
1929	*Regulamento para a Instalação do Saneamento Urbano da Cidade do Porto*
1929	*Regulamento para o abastecimento e consumo de água (Edital de 28-10-1929)*
1930*	*RGCU - Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Lisboa (Edital de 6-12- 1930)*
1941	*Varandas envidraçadas nas traseiras de prédios (Proposta de 14-8-1941)*
1941	*Ligação dos prédios urbanos aos aquedutos de águas pluviais (Edital nº 9/41, de 21-8-1941)*
1943	*Regulamento do Serviço de Saneamento da Cidade do Porto (Portaria de 29-11-1943)*
1943	*Instalação de elevadores em prédios (edital nº 9/43, de 26-5-1943)*
1944	*Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água à Cidade do Porto e Concelhos Limítrofes (Portaria de 4-9-1944)*
1956	*RPRCP - Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto (Separata do Boletim Municipal nº 1036, de 18 de Fevereiro de 1956)*
1956	Plano de Melhoramentos[446]

* Legislação específica em Lisboa, apresentada apenas como referência.

Tab. IV.2 – Síntese dos principais regulamentos aprovados no Porto entre 1869 e 1957.

[442] cf. Vale, Clara Pimenta (2013). "Códigos de Posturas da Cidade do Porto entre o Liberalismo e a República. Influências e reflexos na forma de construir corrente." I Congresso Internacional de História da Construção Luso-brasileira, Vitória do Espírito Santo, Brasil, UFES 4 a 6 de Setembro de 2013.

[443] Gomes, Armando Dias (1965). Código de posturas do Município do Porto de 1905. Porto, C.M. Gabinete de História da Cidade.

[444] [S.N.] (1925). Regulamento da Comissão de estética da Cidade. Câmara Municipal do Porto. Porto, Tipografia Central

[445] [S.N.] (1960). Regime regulamentar de Obras Particulares (Segundo o Edital de 29/1/1929 com as alterações introduzidas por disposições posteriores que se mencionam à margem do texto). Porto, Câmara Municipal do Porto.

[446] [S.N.] (1956a). Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro. Decreto-Lei n.º 40616. D.R. n.º 108, Série I de 1956-05-28.

Após a promulgação do RGEU, e estendendo o limite temporal de estudo um pouco para além da 1ª metade do século XX, tanto em Lisboa como no Porto aprovam-se novos regulamentos que procuram colmatar e clarificar alguns aspectos mais ambíguos no âmbito da salubridade dos edifícios, ou passíveis de recurso a artigos de excepção previstos pelo próprio regulamento.

Neste contexto, o *Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto* [RPRCP], aprovado em 1956[447] adquire especial relevância, já que clarifica alguns dos artigos mais ambíguos do RGEU, nomeadamente os que dizem respeito às condições de ventilação natural dos edifícios. Trata-se de um documento de âmbito urbano, conciso e direccionado, mas que terá implicações na concepção de habitação plurifamiliar construída de raiz, ao introduzir restrições claras relativamente à sua construção (que não foram consideradas nos mesmos moldes em Lisboa).

Antes da promulgação deste regulamento, a visão generalizada é que o papel da regulamentação do edificado consiste em criar um conjunto de exigências na construção privada, focando-se no espaço público (ruas, fachadas dos edifícios, número de pisos, cérceas, infra-estruturas) e a qualidade geral dos espaços interiores (ventilação e iluminação). A mesma estratégia de intervenção ocorreu no contexto francês, no qual os poderes centrais e locais geriam cuidadosamente o equilíbrio entre a iniciativa privada e os interesses públicos, evitando restringir em demasia o investimento privado[448]. A partir desta data, e com a aplicação dos artigos do Regulamento do Plano Regulador de 1956, entra-se na esfera da restrição, uma alteração de lógicas que terá impacto significativo no âmbito da construção de habitação de carácter plurifamiliar.

Como referido em capítulos precedentes, o Porto encerra a sua própria especificidade no que diz respeito à habitação plurifamiliar edificada de raiz. Trata-se de um fenómeno tardio, com expressividade apenas a partir de 1920, o que poderá ter protelado a necessidade de regulamentação específica. No entanto, constitui um facto assinalável a constatação de que a regulamentação promulgada no Porto incorporar artigos com maior restritividade do que a que

[447] [S.N.] (1956b). Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto. Separata do Boletim Municipal nº 1036. Porto, Câmara Municipal do Porto

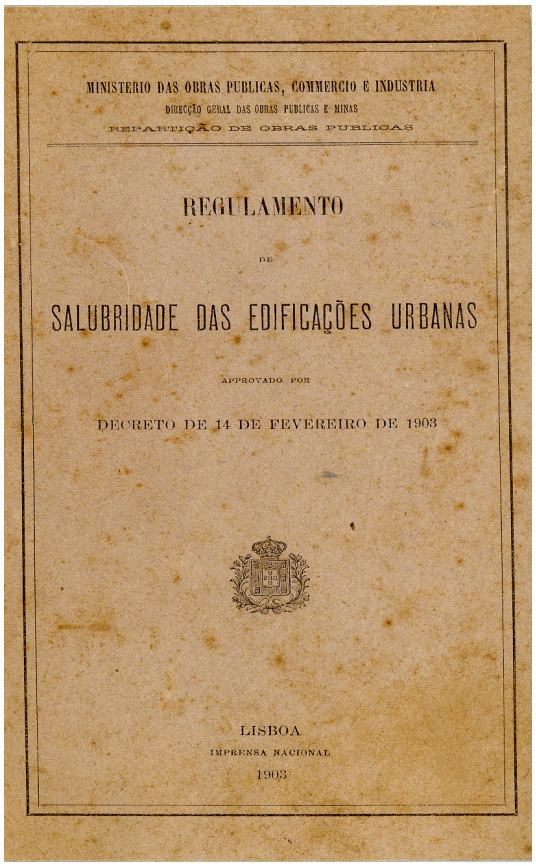
[448] Moley, Christian (1998). L' architecture du logement. Culture et logiques d'une norme héritée. Paris, Anthropos. ISBN 2-7178-3424-9 . p. 22.

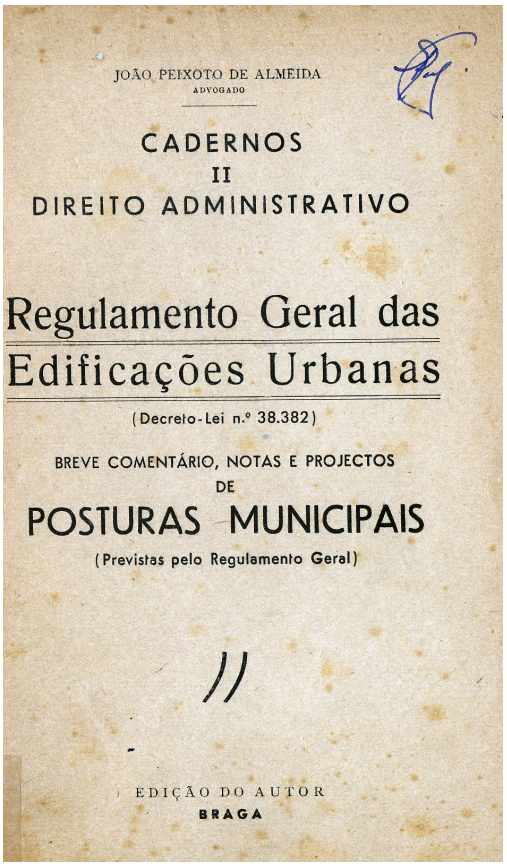
paulatinamente foi sendo promulgada em Lisboa, cidade com tradição consolidada no âmbito do plurifamiliar.

O período temporal em análise, ainda que delimitado entre meados dos anos 20 e meados dos anos 50, acaba por ganhar pertinência do ponto de vista histórico, já que se situa entre o surgimento dos primeiros edifícios de habitação plurifamiliar e a fixação de determinados modelos e tipologias no início dos anos 60[449]. Conforme constatado, esta realidade coincide com alterações evidentes na imagem da cidade, actualizada através dos renovados modelos dos 'edifícios modernos' (ou pelo menos alinhados com os novos padrões sanitários), que exibem as suas fachadas de maior dimensão e apartamentos tipologicamente modernizados.

A perspectiva que se defende nesta investigação sustenta que estas alterações de carácter tipológico e morfológico se podem se relacionar com diversos factores para além do enquadramento regulamentar. Mas a longo prazo, esta teia complexa de relações não ilude a evidência de que alguns regulamentos específicos provocaram consequências efectivas nos processos de produção e transformação dos modelos de habitação de carácter plurifamiliar portuense, impondo-se uma discussão e compreensão do seu impacto.

[449] *cf*. Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. pp. 238-241.





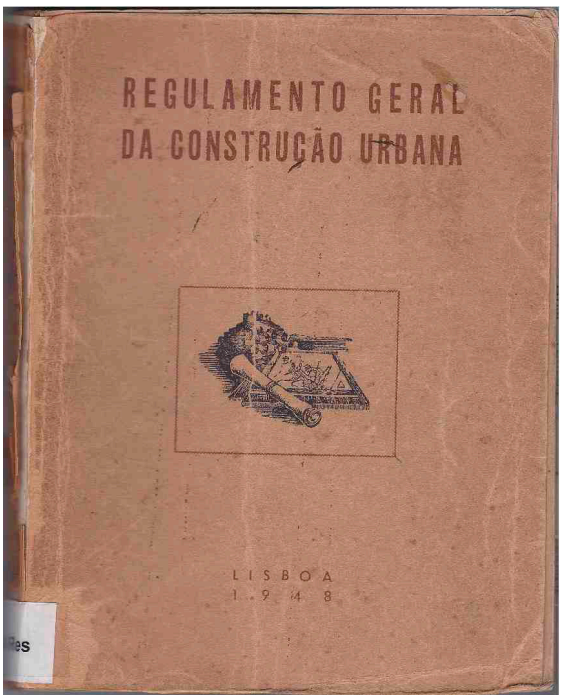
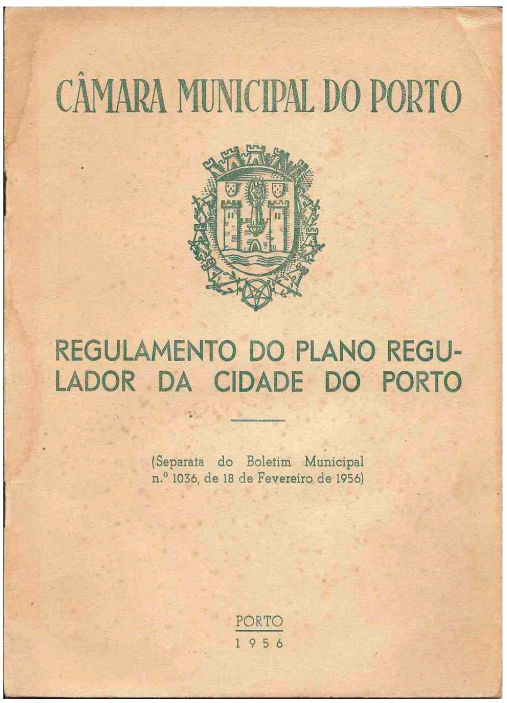


Fig. IV.3 – Principais Regulamentos de carácter geral em vigor em Portugal na 1ª metade do séc. XX

O DISCURSO NORMATIVO E A HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR PORTUENSE

O saguão[450] e a profundidade do edifício constituem duas dimensões relevantes na concepção do edifício de habitação urbana portuense na 1ª metade do século XX. O discurso normativo em torno destes aspectos não se expressa de igual forma no Porto e em Lisboa, apesar da vigência do RSEU (1903) e o RGEU (1951) enquanto regulamentos de âmbito nacional. O RGCU lisboeta (1930) e o RPRCP portuense (1956), introduziram especificações significativas cujo impacto só se manifestou no seu contexto específico.

No RSEU de 1903, o saguão (ou *pateo interior*, como é chamado) surge como um dispositivo permitido e regulamentado[451], tal como no RGCU lisboeta, ainda que neste último documento, com maior restrição ao nível de dimensões e afastamentos[452], seguindo as referências normativas

---

[450] #Pátio e #Saguão. [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[451] **RSEU**. Sobre o saguão (ou pátio interior)

"art. 19º Os pateos collocados entre os predios que tenham altura inferior a 18 metros devem ter, pelo menos, 30 metros quadrados de superfície com a largura mínima de 5 metros, para darem fácil circulação de ar e abundante luz. Se a altura dos prédios exceder 18 metros, deverão os pateos ter, pelo menos, 40 metros quadrados de superfície, com a largura mínima de 5 metros.

Art.20º Nos saguões ou pateos interiores devem ser observadas as seguintes regras:

1ª se são destinados a illuminar e arejar cozinhas terão, pelo menos 9 metros quadrados;

2ª sendo destinados a illuminar vestíbulos, antecâmaras ou escadas terão, pelo menos, 4 metros quadrados;

3ª quando forem rebocados com argamassa serão caiados de dois em dois annos com cal recentemente preparada, mas convém que sejam revestidos com uma camada impermeável que permitta a lavagem;

4ª Não será permittido cobri-los na altura do primeiro andar para aproveitamento de uma nova casa ou passagem coberta no rés-do-chão, a fim de evitar o deposito de poeira e detritos fermentescíveis;

5ª - O pavimento deve ser lajeado e com inclinação para o centro, ou para os lados, devendo haver na parte mais baixa uma abertura em communicação com o cano de esgoto, na qual será collocado o respectivo sifão."

[452] **RGCU**: *SECÇÃO X - Logradouros particulares, saguões e corredores de iluminação*

"art. 172º - Os pátios interiores, destinados a iluminação e arejamento, deverão ter uma área tal que no seu perímetro se possa inscrever um círculo com um diâmetro igual, no mínimo, a metade da altura da parede mais alta que os circunda. Este mínimo, medido normalmente ao meio de cada um dos vãos, e entre estes e a prumada da parede fronteira, não poderá ser inferior a dois metros e meio de altura (2m,5)

§1º.- Não serão permitidos os saguões, com excepção dos seguintes casos especiais:

a) - Para iluminação e arejamento de despensas, corredores, casas de banho, retretes, vestíbulos e escadas, devendo então poder inscrever-se no seu perímetro um círculo com diâmetro igual, no mínimo, a 1/6 da altura da parede mais alta que os delimita, e nunca inferior a dois metros (2m).

b) para iluminação e arejamento de cozinhas e de um quarto apenas por habitação, para arrumações, devendo, neste caso, o diâmetro do círculo inscrito ser igual, no mínimo, a 1/4 da parede mais alta que os circunda e nunca inferior a dois metros e meio (2m,5).

da legislação parisiense. No RGEU de 1951, a palavra 'saguão' desaparece do vocabulário normativo (referências apenas a logradouro e pátio), e introduzindo-se medidas que inibem em grande medida o uso desse dispositivo de ventilação (ainda que não se constate uma proibição textual)[453] .

Ricardo Costa Agarez (2009)[454] e Nuno Arenga Reis (2009)[455] têm relançado recentemente a discussão acerca das implicações destas alterações regulamentares no caso lisboeta,

---

§2º.- Nos talhões encravados em quarteirões já ocupados, e bem assim na reconstrução ou ampliação de prédios antigos, em que não seja possível solucionar a planta dentro das regras estabelecidas neste artigo, poderá a Câmara, sob parecer fundamentado do Serviço de Edificações urbanas, autorizar a sua modificação, consoante as circunstâncias que informem cada caso, mas satisfazendo-se, quanto possível, aos limites fixados no §1º.
§3.º- Sempre que nos pátios interiores e saguões sejam construídas varandas, telheiros ou quaisquer outras construções salientes das paredes, as distâncias indicadas neste artigo serão contadas do limite extremo dessas construções.

[453] **RGEU**, alguns artigos com interferência directa na concepção do saguão:
Artigo 58.º "*A construção ou reconstrução de qualquer edifício deve executar-se por forma que fiquem assegurados o arejamento, iluminação natural e exposição prolongada à acção directa dos raios solares, e bem assim o seu abastecimento de água potável e a evacuação inofensiva dos esgotos.*"
Artigo 59.º "A altura de qualquer edificação será fixada de forma que em todos os planos verticais perpendiculares à fachada nenhum dos seus elementos, com excepção de chaminés e acessórios decorativos, ultrapasse o limite definido pela linha recta a 45º, traçada em cada um desses planos a partir do alinhamento da edificação fronteira, definido pela intersecção do seu plano com o terreno exterior."
Artigo 71.º "Os ***compartimentos das habitações****, com excepção de vestíbulos, corredores pouco extensos e pequenos compartimentos destinados a despensas, vestiários e arrecadação, serão* ***sempre iluminados e ventilados por um ou mais vãos praticados nas paredes, em comunicação directa com o exterior****, e cuja área, no seu conjunto, não será inferior a um décimo da área do compartimento, com o mínimo de 70 decímetros quadrados. Ressalva-se, no entanto, o disposto no artigo no artigo 87.º relativamente às retretes. § 1.º Os corredores extensos, quando não possam receber luz natural directa, deverão receber luz indirecta por meio de vãos envidraçados abertos nas paredes de compartimentos confinantes que recebam luz directa abundante. § 2.º Em casos especiais, justificados por características próprias da edificação no seu conjunto****, poderão exceptuar-se do disposto no corpo deste artigo os compartimentos destinados a retretes e ainda a cozinhas e casas de banho em que não se utilizem combustíveis de qualquer natureza****, desde que, em todos os casos, lhes seja assegurada a renovação permanente do ar à razão de, pelo menos, uma vez e meia por hora, mediante sistema de ventilação de funcionamento eficiente.*"
Artigo 73.º "As janelas dos compartimentos das habitações deverão ser sempre dispostas de forma que o seu afastamento de qualquer muro ou fachada fronteiros, medido perpendicularmente ao plano da janela e atendendo ao disposto no artigo 75.º, ***não seja inferior a metade da altura*** *desse muro ou fachada acima do nível do pavimento do compartimento, com o* ***mínimo de 3 metros****. Além disso não deverá haver a um e outro lado do eixo vertical da janela qualquer obstáculo à iluminação a distância inferior a 2 metros, devendo garantir-se, em toda esta largura, o afastamento mínimo de 3 metros acima fixado.*

[454] Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6.

[455] Reis, Nuno Miguel Arenga (2009). O saguão na habitação urbana. O interior da casa em torno de um vazio vertical nuclear. Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

nomeadamente na proliferação dos edifícios com saguões abertos, formando pátios laterais nas fachadas posteriores que manifestamente tentam circunscrever uma regulamentação cada vez mais restritiva no que diz respeito a este tipo de dispositivos.

Estes autores manifestam, no entanto, visões opostas relativamente à operacionalidade e valor do dispositivo saguão na concepção da habitação urbana. Ricardo Agarez argumenta que nos anos 50, os edifícios com fachadas posteriores de configuração irregular constituem manifestamente concepções obsoletas, enquanto que Nuno Reis explora as vantagens de um retorno contemporâneo a este tipo de dispositivos (saguões fechados, ou pátios abertos na fachada posterior), reconhecendo valor acrescido nos modelos de habitação que a eles recorrem.

No Porto, não foram localizados ecos actuais desta discussão, nem estudos detalhados acerca do uso ou reinterpretação destes dispositivos em edifícios novos (pelo menos, enquanto foi possível a sua construção). A única pista sobre este tema surge através das investigações empreendidas por Francisco Barata Fernandes, referindo-se à transformação de edifícios existentes, no início do século XX. O autor alerta para as consequências da proibição do saguão no Porto[456], referindo implicitamente o artigo 31º, do Regulamento do Plano Regulador de 1956[457] :

> *"Art.º 31 - Nas novas edificações destinadas a habitação, não serão permitidos saguões. § único - Como se entende por saguão um espaço fechado por quatro fachadas, quando um dos lados for o limite da propriedade contígua, considerar-se-á esse lado como uma fachada."*

[456] Referindo-se à abolição do saguão: "*No Porto, podemos contar com um exemplo modernista deste tipo clássico, com certeza o último exemplo naquela tradição, que é o já referido edifício (1956) de Fernando Távora para a Avenida do Brasil. Com fundamentação higienista primária, algum planeador interrompeu abruptamente um processo de transformação tipológica que se estava desenvolvendo com êxito, e que noutras cidades pôde continuar*." in Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. p. 246.

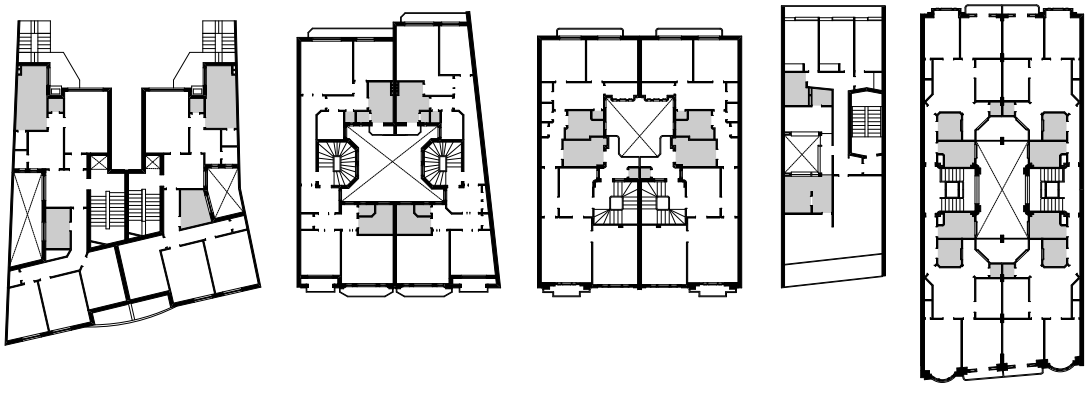
[457] *idem*, p. 246.

A inclusão deste artigo no referido regulamento clarifica possíveis ambiguidades na interpretação de algumas das disposições regulamentares do RGEU de 1951, que permitia que se construíssem saguões em novas edificações alegando situações de excepcionalidade. Veja-se o caso do Bloco da Foz, na Avenida do Brasil, projectado pelo arquitecto Fernando Távora em 1954. Este edifício incorpora um saguão de ventilação de cozinha, fazendo recurso claro das excepções permitidas pelo art.º 71 do RGEU. [**Des. IV.1**, LO 1954/0094]

Em França, os 'saltos tipológicos' no âmbito dos modelos de habitação não são tão evidentes como no Porto, face a uma tradição consolidada no âmbito da construção de prédios urbanos para arrendamento (uma realidade que data já do século XVIII). Tendo como enquadramento os edifícios de habitação plurifamiliar parisienses, Christian Moley[458] demonstrou que os saguões foram desaparecendo gradualmente, não como consequência das restrições crescentes dos regulamentos, mas simplesmente porque os projectistas ou construtores necessitavam rentabilizar essas áreas. Este autor documentou este processo, sublinhando como o saguão foi progressivamente sendo utilizado para ventilar apenas instalações sanitárias, colocado numa área posterior do apartamento, e paulatinamente reduzido até se converter numa conduta de ventilação.

É um facto que antes da promulgação do RGEU de 1951 e da entrada em vigor do peremptório Regulamento do Plano Regulador de 1956 [RPRCP], se podem identificar edifícios com ou sem saguões. A inclusão deste tipo de dispositivos mede-se na ponderação de um conjunto diverso de opções: as características do lote (largura e profundidade máxima da edificação), as preferências de quem encomenda e as referências do arquitecto ou do construtor (e a sua representação de um modo de vida específico). As dimensões do saguão são também bastante diversas, não seguindo estritamente os mínimos regulamentares, o que indicia a prevalência de alguma liberdade a este nível, na concepção dos edifícios. [**Des**. **IV.1** e **IV.2**]. **[Fot. IV.1]**

[458] Moley, Christian (1998). L' architecture du logement. Culture et logiques d'une norme héritée. Paris, Anthropos. ISBN 2-7178-3424-9 .



Des. IV.1 – Edifícios de habitação portuenses COM saguões (algumas tipologias pré - 1956) [esquemas produzidos pela autora a partir dos desenhos de Licença de Obra - Arquivo Histórico e Departamento Municipal de Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto - LO - AHMP, DMAG]

Rua de Ferreira Cardoso, 172-174 [LO 1936/1471]

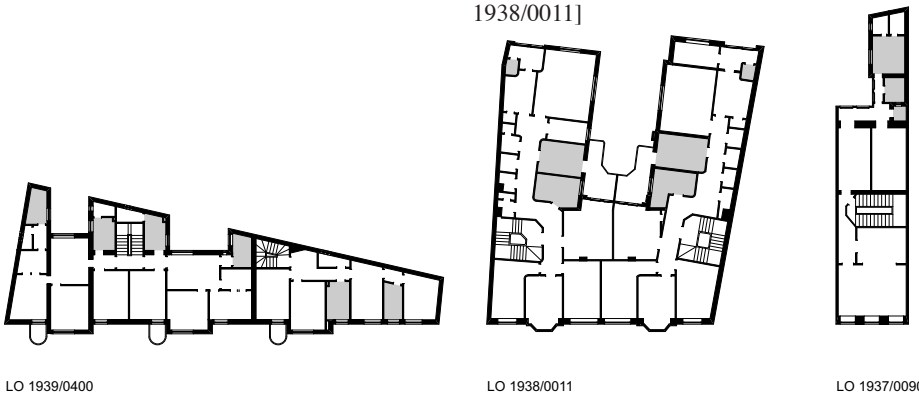
Rua de Sá da Bandeira, 502-512 [LO 1939/0056]

Rua de Sa da Bandeira, 518-528 [LO 1938/0260]

Rua de Augusto Rosa, 176-190 [LO 1935/1032]

Rua dos Bragas, 30-58 [LO 1939/0400]

Rua da Firmeza, 477-493 [LO 1938/0011]



Des. IV.2 – Edifícios de habitação portuenses SEM saguões: algumas tipologias pré - 1956. [LO - AHMP, DMAG]

Fot. IV.1 – Saguão num edifício de habitação portuense construído em meados da década de 1940: edifício no cruzamento da Rua de Sá da Bandeira com a Rua Firmeza [LO 1943/0393]

Regulamentos	**Cozinhas (ventilação)**	**I.S., escadas, galerias (ventilação)**
RSEU (1903)	9 m²	4 m²
RGCU (1930)	1/4 da altura da fachada (largura) 2,5 metros (mínimo)**	1/6 da altura da fachada (largura) 2 metros (mínimo)**
RGEU (1951)	1/2 da altura da fachada, medido a partir do chão do apartamento (largura); 3 metros (mínimo)***	
RPRCP (1956)	**não permitido**	**não permitido**

* Dimensão mínima/áreas ** Cozinha e um quarto *** Saguão permitido como excepção

Tab. IV.3 – Regulamentação do dispositivo saguão*. Alguns dados

No Porto, a abolição regulamentar do saguão em 1956 fez-se acompanhar por outra disposição que aponta claramente como é que se pressupunha construir a habitação portuense, a partir daquela altura:

> *"Art.º 30 - A profundidade das edificações que tenham apenas duas fachadas não contíguas (frontaria e traseiras), medida normalmente ao eixo da rua, não poderá exceder **15 metros**."*[459]

Tanto o RSEU de 1903 como o RGEU de 1951 são omissos em relação à profundidade dos edifícios. No caso do RGEU, regulamentam-se as dimensões dos logradouros de um modo estrito[460] (em que a distância entre fachadas devia ser igual à sua altura, aplicando-se esta regra dos 45º tanto nas fachadas urbanas, como nas fachadas posteriores). Tal como a opção pela inclusão de saguões, a profundidade do edificado acaba por resultar numa consequência da dimensão mínima conseguida para o logradouro, da largura da rua, das particularidades dos lotes, e da configuração que permita maior rentabilidade para os proprietários.

[459] *in* REGULAMENTO do Plano Regulador da Cidade do Porto, op. cit.

[460] *cf*. REGULAMENTO Geral das Edificações Urbanas, op. cit., art.º 59 e 62 e respectivos parágrafos, acerca das regras a aplicar nas distâncias entre fachadas posteriores.

No período anterior a 1956, a conjugação destes factores resultou numa variedade significativa nas profundidades dos edifícios, nas quais figuram naturalmente a dimensão de 15 metros, mas não por imposição regulamentar. [**Des. IV.1**, **IV.2, IV.3**]

Em 1955, pouco antes da publicação do Regulamento do Plano Regulador portuense [RPRCP], promulgavam-se em Lisboa regulamentos que de forma localizada estabeleciam de igual modo regras para a profundidade de empena (áreas centrais, Avenidas Novas, por exemplo)[461], obrigando mesmo, em determinados casos, ao paralelismo das fachadas.

A regulamentação portuense assumia contornos mais restritivos, já que se aplicava genericamente a qualquer tipo de edifício. A imposição de uma profundidade máxima, conjuntamente com as recomendações para o alinhamento das fachadas posteriores (exigência que não se encontrava explicita no Regulamento de 1956, mas que ia sendo implementada pelos serviços municipais em várias ruas como por exemplo na Rua de Sá da Bandeira e na Rua de Ceuta), levaram à erradicação de edifícios com configurações irregulares. O objectivo prendia-se com uma clara tentativa de higienização tanto dos edifícios como dos logradouros, forçando fachadas alinhadas e configurações compactas, o que gerou naturalmente dificuldades acrescidas na construção em lotes estreitos.

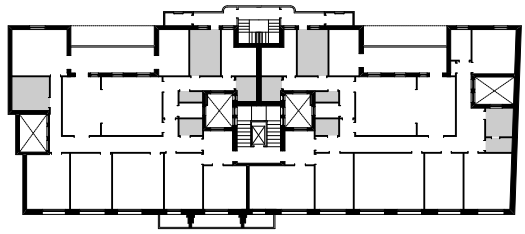
Ao regulamentar e controlar aspectos parcelares das intervenções, nomeadamente a forma dos edifícios e as características de dispositivos como o saguão, as autoridades municipais controlavam e moldavam de igual modo a cidade, tanto tipologicamente como morfologicamente. [**Des. IV.3 e IV.4**]

[461] Sobre as medidas de alteração ao RGEU, pós 1951, aplicadas em Lisboa, cf. Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6. pp. 64-67.

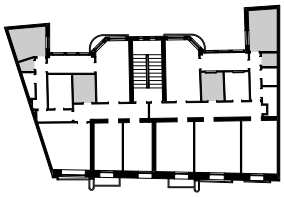
Regulamentos	**Profundidade dos edifícios**[462]
RSEU (1903)	**Não referido** Restrições nos pátios entre edifícios, tendo em conta a sua altura: 18 m - 30 m²; mais de 18 m - 40 m
RGEU (1951)	**Não referido** Restrições nos pátios entre edifícios, tendo em conta a sua altura: distancia mínima = altura da fachada do edifício ("regra dos 45º")
RPRCP (1956)	**15 metros**

Tab. IV.4 – A regulamentação da profundidade dos edifícios. Alguns dados

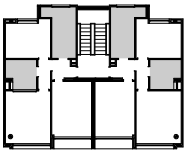
[462] Visando o controlo da construção em zonas particulares da cidade de Lisboa, tais como as Avenidas Novas, foram sendo aprovados despachos municipais específicos, impondo profundidades como 12 metros (1955), ou 15 metros (1966). cf. Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6. *Capítulo 2.2. A regulamentação da construção urbana em Lisboa*. pp. 58-67.



LO 1948/0643



LO 1939/0673



LO 1952/0275

1 5 10

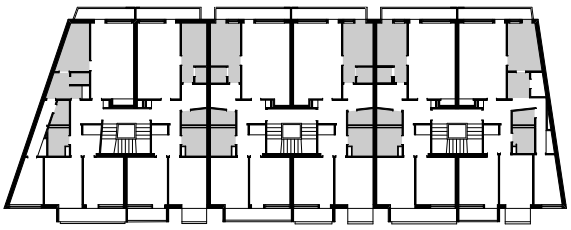
Des. IV.3 – Edifícios de habitação portuenses com profundidade até 15 metros: algumas tipologias pré - 1956. [LO - AHMP, DMAG]

Cruzamento da Rua de Sá da Bandeira com a Rua da Firmeza [LO 1948/0643]

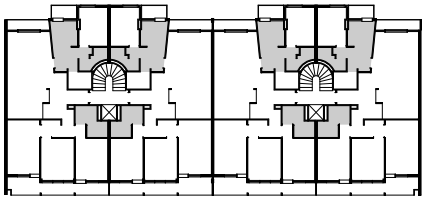
Rua de Fernandes Tomás, 527-531 [LO 1939/0673]

Rua de Olivença, 54-56 [LO 1952/0275]

Rua da Boavista, 564-584 [LO 1958/0016]



LO 1957/0397



LO 1958/0016

1 5 10

Des. IV.4 – Edifícios de habitação portuenses com configuração regular compacta: algumas tipologias pós - 1956. [LO - AHMP, DMAG]

SÍNTESE. O IMPACTO DOS REGULAMENTOS. HIPOTÉTICAS CONSEQUÊNCIAS TIPOLÓGICAS E URBANAS

No caso específico do Porto, terão constituído os regulamentos a principal causa das metamorfoses tipológicas dos modelos de habitação, no período compreendido entre meados da década de 20 e meados da década de 50 do século XX? Aparentemente, pode-se afirmar que não. Contudo, é legitimo considerar que têm um papel relevante nesse processo.

Referindo-se especificamente ao contexto francês, Christian Moley propõe a libertação da ideia de uma relação de causalidade directa entre a regulamentação e a produção arquitectónica. Este autor alerta para o facto dos arquitectos e construtores veicularem uma cultura partilhada, assimilada num tempo longo (de modo consciente ou inconsciente). Neste sentido, este fenómeno relaciona-se com uma 'cultura herdada', com os seus 'princípios' e 'códigos' particulares, de um modo significativamente mais expressivo do que com um conjunto de constrangimentos de carácter regulamentar[463].

Moley sublinha de igual modo que ao longo da história, nenhum decreto na regulamentação urbana se fixou especificamente na distribuição dos apartamentos, o que para o autor constitui evidência suficiente de que a regulamentação não se estabelece como a causa principal (ou única) da fixação de determinados modelos tipológicos e princípios de organização distributiva e espacial.

Estes argumentos podem aferir-se ao contexto particular portuense, bastando para isso observar a diversidade de distribuições dos apartamentos que compõem os edifícios construídos desde meados dos anos 30. Mas tal constatação não ilude o facto de que, em algumas situações específicas, os regulamentos induziram consequências efectivas nas práticas arquitectónicas. De acordo com Francisco Barata Fernandes, a abolição do saguão interrompeu processos históricos de transformação tipológica, nos quais se utilizavam dispositivos simples para adaptar a arquitectura existente a novas condições, tal como a necessidade de sobreocupação de edifícios de carácter unifamiliar. O saguão permitiu a migração das cozinhas e instalações sanitárias para

[463] Moley, Christian (1998). L' architecture du logement. Culture et logiques d'une norme héritée. Paris, Anthropos. ISBN 2-7178-3424-9 . p. 271.

a zona central do apartamento, enquanto solução permanente para o programa de habitação plurifamiliar[464].

Relativamente aos prédios de rendimento portuenses, construídos de raiz, o regulamento de 1956 aparenta igualmente ter interrompido experimentações tipológicas em curso, provocando o desaparecimento rápido de alguns modelos de habitação e facilitando a fixação de outros. Neste sentido, a tese que se procurou sugerir (mais do que demonstrar) assenta no argumento de que a proibição do saguão e a limitação da profundidade dos edifícios, através dos regulamentos publicados em 1956, mais do que ter conduzido a alterações evidentes nos modelos de habitação, originou um manifesto empobrecimento ao nível de desenho e concepção do edificado. Impôs-se tacitamente um tipo de edifício, materializado em modelos de habitação com configuração regular e condutas de ventilação, sob pretexto de uma maior eficácia na iluminação e ventilação dos espaços.

Apenas dois tipos de edifícios parecem ter sucedido em áreas urbanas consolidadas, gerando vários modelos e diferentes tipologias. Em lotes de dimensão larga de frente, o bloco de 15 metros de profundidade, com configuração regular e volumetria compacta, sobressai como opção privilegiada. Em lotes de dimensão de frente mais estreita, que historicamente se apoiaram sistematicamente na edificação de grande profundidade e na inclusão de saguões de ventilação das áreas centrais dos apartamentos, ocorreram naturalmente problemas de rentabilidade, já que a localização da cozinha no centro já não era possível. Segundo Francisco Barata Fernandes, a solução para prolongar a construção em lotes de frente estreita definiu-se na associação de duas parcelas (resultando em edifícios de aproximadamente 12 metros de frente), organizando dois apartamentos por piso partilhando uma escada comum. Esta solução disseminou-se amplamente durante a década de 1960, apresentando variados graus de qualidade arquitectónica[465].

Nesta perspectiva, este processo culmina numa redução evidente nas opções de desenho, tendo em conta a riqueza tipológica e possibilidades de adaptação dos modelos de habitação

---

[464] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. pp. 245-246.
[465] *idem*, pp. 245-253.

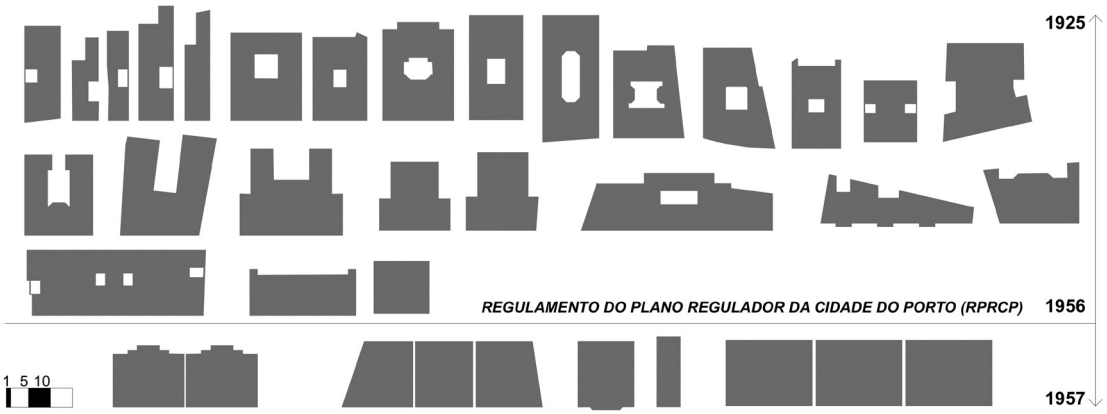
registados desde 1920 até ao início dos anos 50, particularmente aqueles que incorporavam o saguão e exploravam a associação de várias unidades de habitação.

É particularmente neste aspecto que se evidencia o Regulamento do Plano Regulador, de 1956, como um instrumento de visão curta, na medida em que transforma um quadro de exigências, naturalmente necessário, num quadro claramente prescritivo. Não obstante, tal constatação não significa que as alterações regulamentares não possam gerar inovação tipológica, já que constituem frequentemente factores instigadores de transformação. Em Lisboa, nos anos 30 por exemplo, a emergência de edifícios com pátios laterais nas fachadas posteriores (os edifícios em 'rabo de bacalhau', como são denominados de forma corrente), resulta de uma necessidade concreta de ultrapassar as regras cada vez mais rígidas relativamente às dimensões dos saguões, impostas pelo Regulamento Geral da Construção Urbana, de 1930. Os construtores lisboetas refugiaram-se em soluções propostas pela tradição construtiva francesa, uma referência histórica relevante, e que se adequavam às imposições propostas pelo regulamento em causa.

A regulamentação portuense publicada em 1956, efectivamente, restringia a construção a determinado tipos de edifícios, mas nem este documento, nem o RGEU continham artigos impositivos relativamente à distribuição funcional e organização espacial dos apartamentos. Deste modo, é improvável que estes regulamentos se instituam como justificação única para as similaridades tipológicas que se tornariam correntes a partir de meados dos anos 50 no Porto: plantas compactas e regulares; programa de habitação simplificado; agregação dos quartos numa fachada e da sala e cozinha noutra fachada; divisão dia-noite.

Nesta linha de ideias, aparenta ser pertinente transpor as considerações de Christian Moley para a realidade portuguesa: o argumento (contemporâneo) de que a continuidade de determinados modelos de habitação e tipologias e a sua reprodução acrítica resulta do aumento de restrições regulamentares constitui um equívoco.

A consolidação de certos tipos de edifícios, modelos de habitação e tipologias é o resultado de um processo lento de validação de lógicas herdadas e partilhadas (ou seja, consiste num processo cultural), de âmbito arquitectónico, social, económico e político. Consequentemente, a transposição e revisão de modelos/tipologias desactualizadas ou esgotadas terá que naturalmente se encaixar neste processo cultural de tempo longo, sendo certamente improvável que soluções capazes se proponham ou imponham através de regulamentos de qualquer ordem. [**Des. IV.5**]. [**Fot. IV.3 e IV.4**]



Des. IV.5 – Edifícios entre paredes de meação projectados entre 1925 e 1957. Alguns exemplos

Rua de Rodrigues Sampaio, 162-170

Rua do Doutor Alves da Veiga, 187-195

Rua do Bonjardim, ?

Rua de Magalhães Lemos, 109

Rua de Rodrigues Sampaio, 142-160

Rua da Conceição, 21-29

Rua do Campinho, 11-17

Rua de António Cândido, 262-272

Fot. IV.3 – Edifícios entre paredes de meação projectados pré-1956. Alguns exemplos

Rua de Serpa Pinto, ? [LO 1957/0397]

Rua de Gonçalo Cristóvão, 306-314
[LO 1957/0295]

Fot. IV.4 – Edifícios entre paredes de meação projectados após 1956. Alguns exemplos

V. INSTRUMENTOS DE COMPOSIÇÃO NA CONCEPÇÃO DA HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR

Tendo em vista a caracterização de algumas das dimensões fundamentais do prédio de rendimento portuense, considera-se pertinente a compreensão dos processos de produção (génese e transformação) dos esquemas[466] ou matrizes de organização geral dos edifícios e, fundamentalmente, o esclarecimento dos instrumentos de composição utilizados. Trata-se do enfoque numa 'sintaxe inconsciente', que na 1ª metade do século XX não é frequentemente explicitada do ponto de vista teórico, e à qual os autores dos projectos de arquitectura recorrem, ainda que normalmente de forma tácita.

Os projectistas portuenses aparentam recorrer de um modo sistemático a duas operações geométricas de composição nas práticas de desenho arquitectónico, ainda que com graus variáveis de aprofundamento ou complexidade: a simetria enquanto elemento de agregação/repetição e a topologia[467]/transformação topológica, enquanto veículo de adaptação da matriz espacial e distributiva dos edifícios.

Nesta perspectiva, direcciona-se a análise para as vertentes da concepção arquitectónica em que se expressa com maior evidência a utilização de simetrias e transformações/deformações topológicas enquanto recursos de desenho: a inserção urbana, materializada nas diferentes configurações dos edifícios; as formas de agregação das suas unidades habitacionais[468];a distribuição funcional dos espaços interiores.

[466] #esquema (tipológico); #matriz de concepção espacial; #esquema [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[467] #topologia [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[468] #agregação (forma de) [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

A SIMETRIA E A ADAPTAÇÃO TOPOLÓGICA ENQUANTO INSTRUMENTOS DE COMPOSIÇÃO

A simetria enquanto instrumento de agregação e repetição

Jacques Lucan refere que compor, em arquitectura, "*significa conceber um edifício segundo os princípios de regularidade e de hierarquia, ou segundo os princípios de colocação em equilíbrio*"[469]. O processo de composição consiste na consideração da 'relação entre as partes e o todo', numa procura de 'ordem', 'equilíbrio' e 'unidade'[470]. A simetria estabelece-se como um recurso histórico corrente nas práticas do desenho arquitectónico, sendo utilizada sistematicamente na composição das plantas ou dos volumes dos edifícios, a partir da introdução de eixos ou pontos referenciais, que estruturam repetições e encadeamentos de diversos elementos.

Apesar de uma presença constante nas composições arquitectónicas projectadas ao longo do século XIX, nomeadamente em projectos construídos ou divulgados pela tratadística, Jacques Lucan sugere que a simetria se constitui como um 'pressuposto compositivo' que não se coloca em causa, nem é alvo de teorização aprofundada, apontando como razão uma incorporação enraizada quer no ensino, quer na prática profissional[471]. No século XIX, este instrumento de desenho integra uma 'sintaxe inconsciente', na expressão do autor. Na 1ª metade do século XX, este recurso mantém-se aparentemente em prática nos processos de projecto, sendo transversal neste aspecto tanto à obra de autores célebres, como Auguste Perret[472], como à produção arquitectónica de projectistas estrangeiros e portugueses de menor visibilidade.

O maior impacto da simetria enquanto instrumento compositivo reflecte-se em obras de carácter público, sendo de menor evidência em projectos de arquitectura de habitação, já que neste

[469] Lucan, Jacques (2009). Composition, non-composition. Architecture et théories, XIXe - XXe siècles. Lausanne, Presses polytechniques et universitaires romandes. p. 6.
[470] #composição [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[471] *idem*, p. 81.
[472] *ibidem*.

contexto é natural privilegiar a 'comodidade' da habitação[473] relativamente a aspectos de desenho. Segundo Lucan, na tratadística francesa persegue-se de um modo evidente a 'regularidade' geral dos esquemas tipológicos, recorrendo-se frequentemente a '*enfilades*' trabalhadas através de compartimentos posicionados simetricamente. Trata-se de uma estratégia de desenho planimétrico com repercussão directa na espacialidade conseguida através de prolongamentos, perspectivas visuais e gradações de iluminação[474].

A simetria enquanto conceito geométrico

A partir de meados do século XX, autores como Hermann Weyl[475], Lionel March & Philip Steadman[476] e mais recentemente, Kim Williams[477], focaram nos seus estudos o conceito de simetria do ponto de vista da geometria da forma arquitectónica, abordagens úteis na definição de um léxico operativo à análise das matrizes de organização espacial[478] do prédio de rendimento portuense, nomeadamente à identificação da ocorrência de simetrias nesses esquemas. Hermann Weyl, na obra *Symmetry* (1952), esclarece a abrangência da noção de simetria, para além do significado estritamente geométrico. Ao relembrar o seu 'significado primitivo'[479], Weyl refere noções como 'ordem', 'perfeição', 'beleza', 'ritmo', um enquadramento conceptual indiscutivelmente associado à composição arquitectónica num sentido mais lato. Genericamente, 'ordem'[480] constitui o estado em que cada parte se relaciona com o todo, segundo

---

[473] *idem*, p. 305.
[474] *idem*, p. 80.
[475] Weyl, Hermann (1989 [1952]). Symmetry. Princeton, New Jersey, Princeton University Press.
[476] March, Lionel; Steadman, Philip (1971). The Geometry of environment. An Introduction to spacial organization in design. London, RIBA Publications Limited.
[477] Williams, Kim (1998). Symmetry in architecture. http://www.mi.sanu.ac.rs/vismath/kim/index.html.
[478] #matriz de concepção espacial; #esquema [*cf.* Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[479] *"Symmetry, as wide or as narrow as you may define its meaning, is one idea by which man through the ages has tried to comprehend and create order, beauty, and perfection."* Weyl, Hermann (1989 [1952]). Symmetry. Princeton, New Jersey, Princeton University Press. p. 5.
[480] *cf.* definições aprofundados por Souriau, Étienne (2004 [1990]). Vocabulaire d'esthétique. Paris, Presses Universitaires de France. 2ª ed. p. 1097.

determinada lógica ou coerência. Por outro lado, 'ritmo'[481], define-se através das noções de repetição, rotação ou inversão, associadas à ideia formal de simetria.

Lionel March & Philip Steadman, em *The Geometry of environment* (1971) facultam, de igual modo, um enquadramento da noção de simetria no plano, sustentando e reafirmando a existência efectiva de 'princípios gerais' nas formas do passado[482]. As referências às considerações de Viollet-Le-Duc (1814-1879), no *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture* (1866, tomo 1) são particularmente pertinentes, já que este teórico francês define simetria como um *a priori*, o principio/ideia abstracta que estabelece a formação e produção das obras arquitectónicas[483]. Mais do que apenas uma propriedade da forma[484], a simetria surge como uma 'ordem lógica', a "*perfeita harmonia entre o resultado e os meios para o obter*"[485]. Neste sentido, Viollet-Le-Duc expressa uma inequívoca preocupação com o 'princípio', a 'estrutura' que governa a concepção arquitectónica, valorizando a ideia de 'unidade', uma linha de teorização que, segundo Lionel March & Philip Steadman, foi bem compreendida por arquitectos como Le Corbusier e Frank Lloyd Wright[486].

As simetrias presentes nos esquemas tipológicos[487] / matrizes de concepção espacial[488]

As noções elementares expressas nos textos referidos não invalidam a necessidade de sistematização dos diferentes tipos de simetria que determinado objecto, elemento, ou esquema tipológico, no caso da problemática particular em estudo, poderá encerrar.

---

[481] *idem*, p. 1260.
[482] Referência a Owen Jones, in March, Lionel; Steadman, Philip (1971). The Geometry of environment. An Introduction to spacial organization in design. London, RIBA Publications Limited. p. 86.
[483] cf. Viollet-Le-Duc, M. (1869). Dictionnaire Raisonné de l'Architecture française du XIe au XVIe siècle. Tome VIII. Paris, A. Morel, éditeur. p. 511-520.
[484] March, Lionel; Steadman, Philip (1971). The Geometry of environment. An Introduction to spacial organization in design. London, RIBA Publications Limited. p. 37.
[485] *idem*, p. 38.
[486] *idem*, p. 40.
[487] #esquema tipológico [cf. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[488] #matriz de concepção espacial [*cf.* Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

Abordando a ideia de simetria enquanto conceito geométrico, Hermann Weyl menciona especificamente:

- a 'simetria bilateral'[489];
- a 'simetria de translação', a 'simetria de rotação'[490] e as 'simetrias de similaridade'[491];
- a noção de 'grupo de simetrias' enquanto conjunto de simetrias de determinado objecto.

Lionel March & Philip Steadman mencionam a questão da simetria num âmbito mais lato, nomeadamente o das 'transformações geométricas' e das 'geometrias do plano'. Relativamente às transformações geométricas, referenciam-se:

- as 'isometrias', enquanto operações de simetria que deixam a figura invariante[492]: 'reflexões', 'translações' e 'rotações'.

Kim Williams, por outro lado, realiza uma síntese objectiva dos diferentes tipos de simetria potencialmente presentes nos edifícios, estabelecendo à partida uma diferença entre a "*simetria dos elementos que compõem a arquitectura*"[493], as 'partes do edifício' (arcos, colunas, pórticos,

---

[489] Weyl, Hermann (1989 [1952]). Symmetry. Princeton, New Jersey, Princeton University Press. p. 5.

[490] Uma figura contém uma simetria de rotação quando é transformada em si própria após um movimento de rotação em torno de um eixo. cf. Weyl, Hermann (1989 [1952]). Symmetry. Princeton, New Jersey, Princeton University Press. p. 5.

[491] *idem*, p. 43. "Related symmetries": noção de similaridade (homotetia/automorfismo) e de congruência. Nas homotetias, existe uma ampliação ou redução do 'objecto', mantendo-se as suas 'relações'; na transformação 'congruente', mantém-se as dimensões e os ângulos, alterando-se a sua posição ou orientação.

[492] Isometrias no plano: transformações que preservam medidas/distâncias, mas que permitem mudanças em posições causadas por rotações, reflexões ou repetição do original. cf. March, Lionel; Steadman, Philip (1971). The Geometry of environment. An Introduction to spacial organization in design. London, RIBA Publications Limited. p. 20-21; p. 42

[493] *"Architecture is most frequently characterized by the nature of its elements (...). Naturally in the composition of these elements that one would expect to find various kinds of symmetry relations." in* Williams, Kim (1998). Symmetry in architecture. http://www.mi.sanu.ac.rs/vismath/kim/index.html. p.1

janelas, etc.), e "*as simetrias no espaço arquitectónico*"[494], ou seja, as que estão presentes no 'vazio arquitectónico' (a axialidade ou a centralidade/ponto central no espaço, por exemplo).

Relativamente à simetria dos elementos, hipoteticamente a de maior relevância no âmbito do estudo dos tipos e modelos arquitectónicos, Williams distingue entre as simetrias em que existem claramente pontos de referência – simetria central –, e as simetrias nas quais estes pontos não existem[495]. A autora estabelece igualmente uma listagem dos diferentes tipos de simetria que é possível identificar nos elementos, associando-lhes significados ou valores do ponto de vista arquitectónico[496]. Alerta também para o facto de que na maior parte dos edifícios é possível encontrar múltiplas simetrias, com ou sem mudança do ponto de vista do observador.

- a 'simetria bilateral'[497] – dualidade *versus* unidade[498]. Neste tipo de simetrias, os eixos adquirem uma importância fulcral, gerando composições em que uma parte 'espelha' outra;
- a 'simetria de rotação e reflexão' – sentido de ritmo e movimento nos elementos arquitectónicos[499]. Ênfase nos pontos centrais;

---

[494] "On the other hand, all these solid elements constitute an envelope around what we experience when we move through a building, that is, the void, or architectural space. In a very real way, the true work of the architect is to shape the void, which becomes the theater of the actions that take place in the building. This architectural space is most likely characterized by symmetry as well, though it is perhaps less familiar, and it is a symmetry which we experience." *ibidem*.

[495] *"Symmetry types are divided into two categories: point groups and space groups. Point groups are characterized by their relationship to at least one important reference point; space groups lack such a specific reference points"*. *ibidem*.

[496] Simetria bilateral; simetria de rotação e reflexão; simetria cilíndrica; simetria quiral; simetria de similariedade; simetria espiral ou helicoidal; simetria de translação.

[497] *"In bilateral symmetry, the halves of a composition mirror each other." idem*. Como exemplo, a autora refere a própria Praça do Comércio, em Lisboa.

[498] *"Two schemes for facades are shown in fig. 3. In one, there are an unequal number of bays; in the other, there are an equal number of bays. The first is an example of 'orthodox' bilateral symmetry, where the facade is divided into two equal halves; but in the second, the axis of symmetry that divides the facade into two equal and independent halves creates a dualism. If it is true, as Dagobert Frey maintains, that bilateral symmetry represents 'rest and binding', then dualism represents divisibility. Traditionally, dualism in architecture has been considered something to be avoided."* Williams, Kim (1998). Symmetry in architecture. http://www.mi.sanu.ac.rs/vismath/kim/index.html., op. cit.

- a 'simetria cilíndrica'[500] – verticalidade (tipo de simetria encontrada em torres, e colunas);
- a 'simetria quiral' – ênfase nos elementos centrais da composição;[501]
- a 'simetria de similaridade' – ordem; unidade. Repetição de elementos em que se muda a escala, mas se mantém uma configuração análoga;[502]
- a 'simetria espiral, ou helicoidal'[503] – continuidade espacial (hélices, espirais);
- a 'simetria de translação'[504] – repetição de partes de edifícios (janelas, pilares, por exemplo).

O conceito de topologia enquanto instrumento de adaptação e deformação

A observação de um conjunto alargado de prédios de rendimento portuenses projectados na 1ª metade do século XX, faz sobressair a complexidade da sua matriz de concepção espacial, que se traduz frequentemente numa configuração irregular. Esta característica distintiva aparenta resultar de adaptações introduzidas pelos projectistas nas práticas do desenho arquitectónico,

---

[499] *"Rotation and reflection provide a sense of movement and rhythm in architectural elements and an emphasis on the central point of the architectural space." idem*, p. 3. Como exemplos, são referidos a Sacristia de Basílica de S. Spirito em Florença e a Cúpula maior da Catedral de Florença, desenhada por Filippo Brunelleschi.

[500] "Cylindrical symmetry is that found in towers and columns Verticality in towers represents a defiance of gravity. Rare examples of spherical symmetry may also be found in architecture, though the sphere is a difficult form for the architect because human beings move about on a horizontal plane. The project for a cenotaph for Isaac Newton, designed by Etienne-Louis Boulée in 1784, demonstrates spherical symmetry." ibidem.

[501] *"Chiral symmetry is found in two objects which are each other's mirror image and which cannot be superimposed, such as our hands (...). "Chiral symmetry in architecture is another way to place visual emphasis on the central element of a composition." ibidem. Como exemplo é referida a Praça de São Pedro em Roma, nomeadamente as duas colunatas opostas, desenhadas por Gianlorenzo Bernini.*

[502] *"Similarity symmetry is also often used where it is least obvious, as in the relationships between room sizes. Frank Lloyd Wright used a kind of similarity symmetry in his design for the Palmer House in Ann Arbor, Michigan, in 1950-51. In this case, Wright chose an equilateral triangle as a planning module, repeated at a number of levels and sizes to organize the design of the house. Similarity symmetry, whether visually apparent or not, results in a high degree of order within an architectural design, and lends unity to a composition."* cf. Williams, Kim (1998). Symmetry in architecture. http://www.mi.sanu.ac.rs/vismath/kim/index.html. Como exemplos, a autora refere também os fractais, ou a nível arquitectónico, a cobertura da Ópera de Sidney, de Joern Utzon.

[503] Exemplo das escadas em espiral; S. Ivo alla Sapienza em Roma; Guggenheim Museum em Nova York.

[504] Kim Williams refere, a título de exemplo, os arcos de um aqueduto, como exemplo deste tipo de simetria.

veiculadas por 'operações topológicas' de deformação, como forma de adaptação às condições particulares dos lotes ou do próprio programa.

A topologia enquanto geometria do plano

A expressão 'topologia', termo pouco habitual no vocabulário arquitectónico corrente, remete para um conjunto de definições que denunciam perspectivas operativas no estudo da forma arquitectónica: por um lado enuncia-se como sendo o estudo de 'propriedades invariantes'[505], ou seja das propriedades que subsistem perante determinado tipo de transformações (geométricas[506]). Por outro, relaciona-se com a noção de 'vizinhança' (proximidade, contiguidade), o que sugere o tema das relações espaciais, enquanto aspecto relevante no estudo dos esquemas tipológicos.

Lionel March & Philip Steadman, em *The Geometry of environment* (1971), sublinham que a geometria, para além de um instrumento preponderante na medição de propriedades do espaço (áreas, volumes, ângulos), pode simultaneamente permitir a descrição de relações estruturais que não é possível obter de uma forma métrica: ('adjacente a...,' 'na vizinhança de...', 'contido por...')[507].

A noção de topologia (transformação topológica) caracteriza-se, portanto, por um 'grupo de transformações', que deixa invariantes as relações de vizinhança ("neighbourlines")[508] ou seja, mantem constantes determinadas relações espaciais. [Fig. V.1]

---

[505] Ideia de 'invariante': propriedades das figuras que se mantêm inalteradas por determinado grupo de transformações. Invariantes**:** posição*;* distância**;** ângulos e proporção*;* paralelismo**;** razão anarmónica*;* ordem de vizinhança*;* cf. March, Lionel; Steadman, Philip (1971). The Geometry of environment. An Introduction to spacial organization in design. London, RIBA Publications Limited.

[506] 'Transformações geométricas': identidade; isometrias, homotetias, afinidades, homologias, topologias. "*Mappings: identity, isometry, similarity, affinity, perspectivity, topology*"*:* March, Lionel; Steadman, Philip (1971). The Geometry of environment. An Introduction to spacial organization in design. London, RIBA Publications Limited., p. 25.

[507] *idem*, p. 8.

[508] *idem*, p. 23.

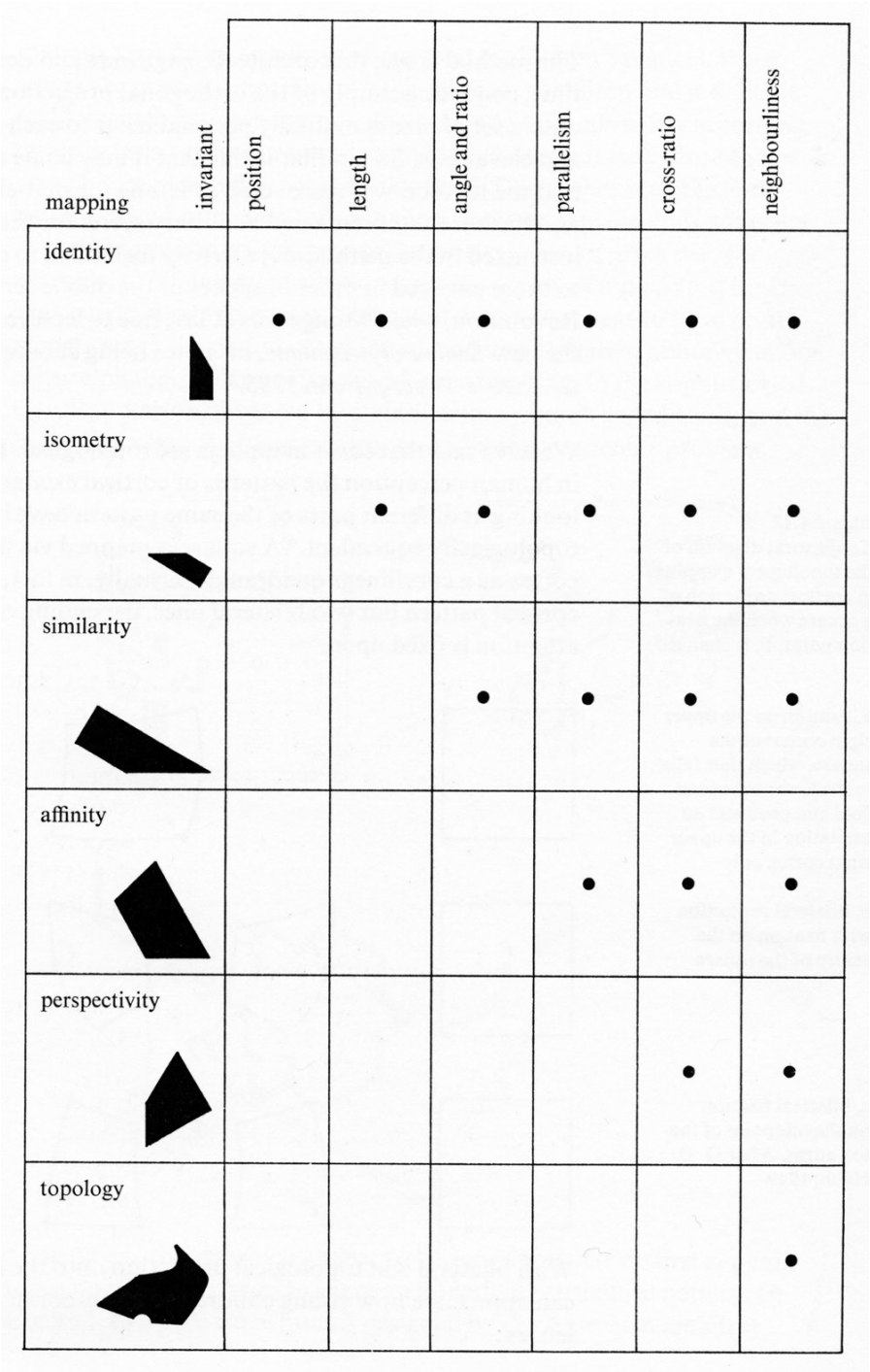


Fig. V.1 – "Mappings": transformações geométricas, in March, Lionel; Steadman, Philip (1971). *The Geometry of environment. An Introduction to spacial organization in design*. London, RIBA Publications Limited. p. 27

Os autores referem igualmente que objectos que parecem muito diferentes, por vezes partilham o mesmo 'padrão estrutural'[509], ou seja, encerram uma 'equivalência topológica', o que se constitui como uma ideia sugestiva no estudo da forma arquitectónica.

Noutra perspectiva, em *Incidence and Symmetry in Design and Architecture* (1983)[510], Jenny Baglivo & Jack Graver abordam as "*relações de incidência entre as partes de um objecto geométrico*"[511]. Estes autores dedicam-se ao estudo da "*maneira como as várias partes das figuras geométricas se relacionam umas com as outras*", ignorando, ou relegando para segundo plano, os conceitos de 'congruência' e 'simetria'[512]. É neste enquadramento que introduzem as noções de 'transformação topológica'[513] e 'grafo'[514], aplicadas ao estudo das formas arquitectónicas.

No âmbito da investigação em Arquitectura, o 'grafo' constitui um instrumento que permite uma outra leitura as interligações entre espaços. Trata-se de um modo de traduzir geometricamente a sua articulação, através de um diagrama organizativo. Neste sentido, estabelece-se como uma estrutura abstracta, esquemática, composta por 'vértices' (pontos no plano), a que correspondem os diferentes compartimentos, e por 'arestas', as ligações entre espaços adjuntos[515].

Jenny Baglivo & Jack Graver referem dois casos paradigmáticos, tendo em conta a relação entre a figura geométrica das plantas dos edifícios, e a interligação entre os seus espaços: edifícios com configurações geométricas distintas (não congruentes[516]) em que existe uma 'equivalência

---

[509] March, Lionel; Steadman, Philip (1971). The Geometry of environment. An Introduction to spacial organization in design. London, RIBA Publications Limited. p. 23.
[510] Baglivo, Jenny A.; Graver, Jack E. (1983). Incidence and Symmetry in Design and Architecture. Cambridge, Cambridge University Press.
[511] *idem*, p. IX, Preface.
[512] *idem*, p.1.
[513] #topologia, transformação topológica [*cf.* Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[514] #topologia, grafo, teoria dos grafos [*cf.* Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[515] Importante no estudo de percursos – conectividade; transversalidade; distância.
[516] Noção de 'congruência', na geometria euclidiana: dois objectos geométricos no plano são congruentes se existir um movimento (translação, rotação ou reflexão) no plano, que transforme um no outro. Nesta operação geométrica podem ser alteradas propriedades com a 'posição' e a 'orientação'.

topológica no plano' e noutro caso, os edifícios que apresentam grafos equivalentes, sem, todavia, existir uma 'equivalência topológica'.

Dois objectos são topologicamente equivalentes no plano[517], se existir uma transformação topológica (ou 'deformação') que transforme um objecto no outro.

No caso específico da Arquitectura, a equivalência topológica verifica-se quando, para além deste facto, se constata que esquemas tipológicos com configuração distinta (não congruentes ao nível de figura geométrica), preservam relações espaciais e interconexões idênticas entre os seus compartimentos.

Por outras palavras, nos esquemas distributivos topologicamente equivalentes, a interligação entre os compartimentos coincide, tal como a relação espacial e posição destes: apenas se altera a 'figura geométrica' da planta. Como exemplo, tanto Jenny Baglivo & Jack Graver[518] como Lionel March & Philip Steadman[519] referem as casas de Frank Lloyd Wright, especificamente a Casa *Life 'House for a family of $5000-$6000 income'* (1938) e *'Ralph Jester House, Palos Verdes, California'* (1938). [March & Steadman, Figs. V.2 e V.3]. Nestes casos particulares,

- os esquemas tipológicos das duas casas não são congruentes enquanto figuras geométricas, mas a localização e interligação dos compartimentos é idêntica;

[517] *Dois objectos são topologicamente equivalentes no plano, se existir uma transformação topológica (ou 'deformação') que transforme um objecto no outro*. #topologia [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
Deixa de haver uma equivalência topológica entre os esquemas distributivos, quando existe uma transformação que mantém as interconexões entre os compartimentos, mas que altera as suas relações espaciais (as suas posições relativas, o modo como os compartimentos se relacionam espacialmente). Nestas situações, apenas o grafo se mantém equivalente, não sendo possível transformar um esquema no outro por deformação.
[518] Baglivo, Jenny A.; Graver, Jack E. (1983). Incidence and Symmetry in Design and Architecture. Cambridge, Cambridge University Press. p. IX, p.1.
[519] March, Lionel; Steadman, Philip (1971). The Geometry of environment. An Introduction to spacial organization in design. London, RIBA Publications Limited. p. 27.

– a planta de uma das casas apresenta-se como uma distorção da outra. Ou seja, uma configuração pode transformar-se na outra através de uma operação de deformação topológica[520].

Pode dizer-se que os planos são 'topologicamente equivalentes' em planta (uma das noções de 'incidência' aprofundadas por Baglivo & Graver).

Relativamente a este exemplo em concreto, March & Steadman ressaltam o uso de uma série de 'gramáticas', através das quais o arquitecto pretende controlar a unidade geométrica que ordena a planta e os detalhes. Um quadrado, numa casa, um circulo noutra, e um triangulo equilátero numa terceira[521]. Na percepção destas lógicas de interligação de compartimentos, o 'grafo'[522] estabelece-se como um instrumento fundamental de estruturação de informação. [Fig. V.3]

[520] *idem*, pp. 2-3. Estratégias para reconhecer planos topologicamente idênticos: ignorar as configurações e dimensões dos compartimentos e a elaboração de diagramas esquemáticos da relação dos compartimentos.
[521] *idem*, p. 28.
[522] Sobre a produção de 'grafos'. "*Mapping is a fundamental act in any process of abstraction or pattern recognition (...). As we have seen, mapping is not necessarily a means of visual representation. It is a way of structuring information.*" *ibidem*.

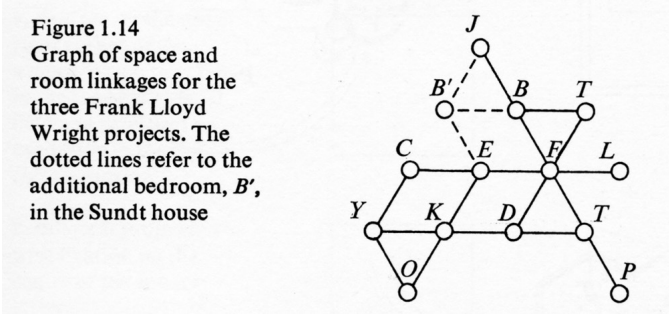


Fig. V.2 – Grafos dos espaços e ligações entre 3 projectos de Frank Lloyd Wright, in March, Lionel; Steadman, Philip (1971). *The Geometry of environment. An Introduction to spacial organization in design*. London, RIBA Publications Limited. p. 28

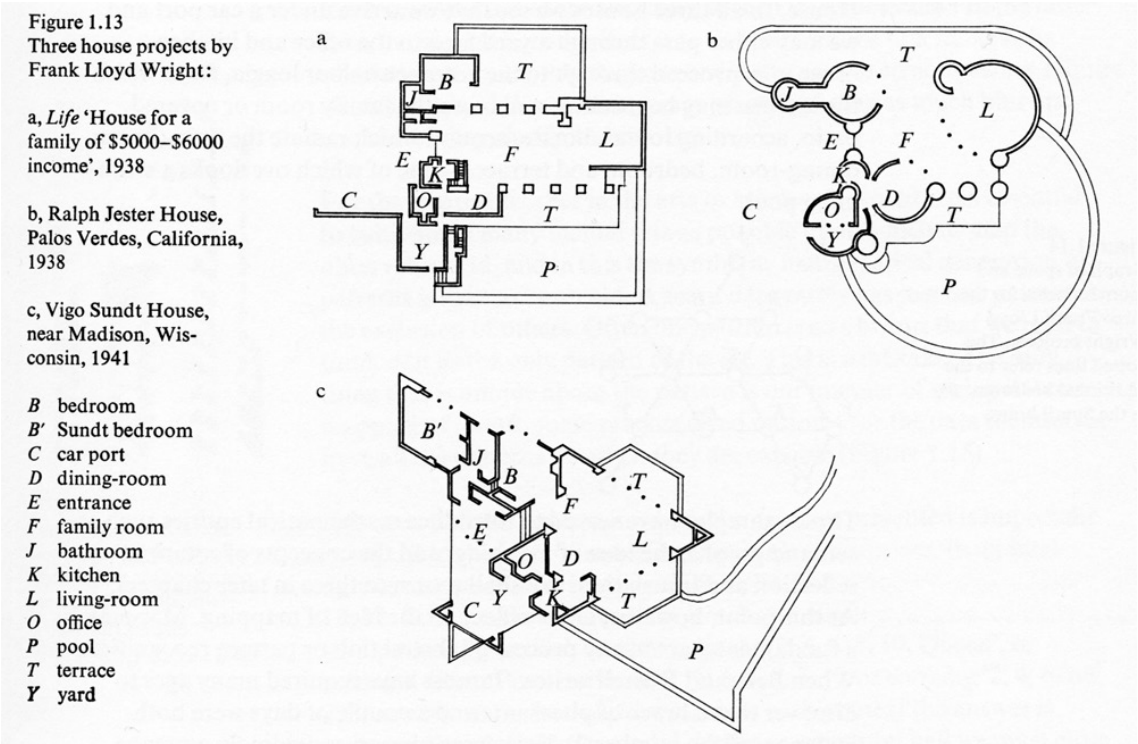


Fig. V.3 – "Três projectos de casas de Frank Lloyd Wright". Esquemas geometricamente distintos (não congruentes) e topologicamente equivalentes ('plantas a' e 'b'). A 'planta c' não é topologicamente equivalente às anteriores, mas possui grafo semelhante (introdução apenas do compartimento B'), in March, Lionel; Steadman, Philip (1971). *The Geometry of environment. An Introduction to spacial organization in design*. London, RIBA Publications Limited. p. 28

O RECONHECIMENTO DE SIMETRIAS E DE ADAPTAÇÕES TOPOLÓGICAS NO DESENHO DA HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR PORTUENSE

A 'simetria', enquanto instrumento de composição, agregação e repetição, e a 'topologia', enquanto instrumento de adaptação e deformação, estabelecem-se como recursos recorrentes na concepção dos prédios de rendimento portuenses, ainda que não se atinja a complexidade de desenho das composições arquitectónicas características do século XIX francês (ao nível da composição simétrica), ou das gramáticas através das quais autores como Frank Lloyd Wright dominavam a unidade geométrica dos projectos de arquitectura, por exemplo.

Para a caracterização desta temática particular, considerou-se um conjunto restrito de edifícios de carácter corrente[523], prédios de rendimento[524] de diversas escalas, localizados no centro urbano do Porto, seleccionados pelo seu hipotético carácter referencial relativamente às questões em estudo. As Licenças de Obra destes edifícios situam-se entre meados da década de 20 do século XX, data de concepção dos primeiros projectos de habitação claramente plurifamiliar na cidade do Porto[525], e meados da década de 50, época em que se publicam normativas regulamentares particulares, que de algum modo marcam uma viragem na implementação de modelos de habitação plurifamiliar, através da introdução de determinadas regras/limitações no âmbito da construção. [**Fot. V.1- V.16**]

[523] #produção corrente [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[524] #prédio de rendimento [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]
[525] Até à data, foram localizados projectos com carácter claramente plurifamiliar a partir de 1925, o que não invalida a existência de obras com data inferior de projecto.

Configuração[526]. Formas de agregação das unidades habitacionais. Operações geométricas de composição e adaptação

Edifícios	Tipo *	Lote (frente aprox.)	Agregação	Operações geométricas	Configuração
LO 1935/1663	P5	10,90 m	Duplicação p/ simetria	reflexão	regular
LO 1935/1032	P5	13,00 m	Duplicação p/ simetria	reflexão/rotação	duplo C
LO 1939/0056	P5	16,00 m	Duplicação p/ simetria	reflexão	duplo C
LO 1938/0011	P3	18,00 m	Duplicação p/ simetria	reflexão	duplo L
LO 1936/1471	P4	20,30 m	Duplicação p/ simetria	reflexão	irregular
LO 1924/0991	BB	15,40 m	Associação lateral	reflexão/translação	triplo L
LO 1936/0017	P3	28,00 m	Associação lateral	reflexão/translação	quádruplo L
LO 1932/0066	P4	32,30 m	Associação lateral	translação	duplo O
LO 1958/0016**	P5	32,85 m	Associação lateral	translação	regular
LO 1943/0393	P6	65,50 m	Associação lateral	translação	série duplo L
LO 1937/0568	P5	15,60 m	Sem agregação	reflexão	U
LO 1948/0240	P5	16,10 m	Sem agregação	reflexão	T
LO 1950/0217	P5	16,15 m	Sem agregação	reflexão	T
LO 1939/0673	P4	18,70 m	Sem agregação	----------	irregular
LO 1939/0400	P4	36,50 m	Híbrido	----------	irregular
LO 1936/1746	P5	45,00 m	Híbrido	----------	irregular

*BB - Bifamiliar em banda (modelo intermediário); P3, P4, P5+ - Plurifamiliar, a várias escalas (a partir de 2 pisos);
**Edifício com LO de 1958, apresentado como referência (período pós 1956)

Tab. V.1 – Casos de estudo: formas de agregação na composição dos edifícios (inserção urbana)

No corpo de estudo seleccionado [**Tab. V.1**], relativamente às 'formas de agregação' de unidades habitacionais, verifica-se que os edifícios ou são concebidos como um bloco com um único acesso central, servindo todos os fogos por piso, ou apresentam variantes que reflectem de um modo claro a utilização de simetrias na sua concepção, nomeadamente:

- *Associação lateral* – edifício composto por unidades residenciais individualizadas, com acesso central independente, que se associam lateralmente (apesar de eventual linguagem unitária ou indivisível do edifício). [**Des. V.1**]
- *Duplicação por simetria* – edifício composto por duas unidades residenciais individualizadas com acesso central independente, associadas através de uma operação geométrica de 'reflexão' a partir de um eixo central. [**Des. V.2 - V.3**]

[526] # configuração [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

A 'reflexão' traduz-se na operação geométrica de composição mais frequente nos edifícios em que as unidades habitacionais se agrupam por 'duplicação por simetria' apoiada num eixo central (a parede de meação das unidades habitacionais). Os edifícios resultantes apresentam uma variedade significativa de configurações (regulares, irregulares, duplos C, duplos L, entre outras) [**Tab. V.1**], tendo em conta o mesmo tipo de associação. Este tipo de edifícios ocupa geralmente lotes de dimensão média (entre 10 e 20 metros de frente, aproximadamente), resultando da união de duas a três parcelas de dimensão tradicional.

O recurso à 'duplicação por simetria' resulta de uma opção de simples repetição [LO 1936/1471, LO 1935/1663, **Des. V.2**]. Em alternativa, responde à necessidade de optimização da ocupação da parcela urbana ao nível de construção, através do desenho de um saguão interno único com as medidas regulamentares, servindo duas unidades habitacionais [LO 1939/0056, LO 1935/1032, **Des. V.3**], ou um saguão aberto com as mesmas preocupações [LO 1938/0011, **Des. V.4**].

Nos casos pontuais de edifícios de maior escala, recorre-se a um desenho mais complexo obtido através de reflexões em dois eixos, de onde resulta, em particular, uma simetria de rotação em torno de um ponto central. [LO 1935/1032, **Des. V.3**]

Os edifícios cujas unidades habitacionais se agregam por 'associação lateral' ocupam lotes urbanos de maior frente (a partir de 15 metros), unificando múltiplas parcelas. Neste tipo particular de agregação, a utilização da simetria enquanto instrumento de composição torna-se evidente, recorrendo a 'operações geométricas de translação' do módulo base. Esta estratégia de composição possibilita uma manifesta economia no desenho de tipologias e potencializa a sua repetição, independentemente da frequente unificação de imagem. A individualização planimétrica de edifícios de pequena dimensão favorece também o fracionamento do investimento imobiliário, permitindo a participação de diversos proprietários.

Estas simetrias de translação, não vinculadas a configurações especificas, apresentam como principal objectivo a repetição/associação lateral, coexistindo, todavia, com a opção (menos frequente) da concepção de edifícios/bloco, com várias unidades habitacionais imbricadas, em lotes de grande frente. [LO 1939/0400 e LO 1936/1746, **Des. V.5 e V.6]**

Comparando os esquemas tipológicos dos casos de estudo, claramente distintos ao nível da configuração geométrica, não se identifica nenhuma situação de evidente equivalência

topológica. Ou seja, não é possível transformar uma planta na outra através de uma deformação. No entanto constatam-se algumas evidências no seu desenho e opções tipológicas associadas.

Uma parte significativa dos esquemas dos edifícios analisados apresenta transformações topológicas, deformações de configuração, que se traduzem na 'não congruência'[527] da figura geométrica das unidades habitacionais pertencentes a um mesmo edifício [**Tab. V.2**]. Essas transformações topológicas, exercícios simples de adaptação, realizam-se a diferentes níveis, desde o simples ajuste da fachada ao alinhamento da rua ou aferição à irregularidade dos lotes, [LO 1935/1032, LO 1939/0056, **Des. V.3**], resultando este processo em manifestas distorções da planta [LO 1938/001, **Des. V.4**]

Edifícios	**topologia**	**configuração geométrica**[528]	**grafo**
LO 1924/0991	equivalente	congruente	equivalente
LO 1932/0066	equivalente	congruente	equivalente
LO 1937/0568	equivalente	congruente	equivalente
LO 1950/0217	equivalente	não congruente *	equivalente
LO 1948/0240	equivalente	congruente	equivalente
LO 1958/0016	equivalente	congruente	equivalente
LO 1936/0017	equivalente	não congruente *	equivalente
LO 1935/1663	equivalente	não congruente *	equivalente
LO 1935/1032	equivalente	não congruente *	equivalente
LO 1939/0056	equivalente	não congruente *	equivalente
LO 1939/0673	equivalente	não congruente *	aproximados
LO 1936/1471	equivalente	não congruente ***	aproximados
LO 1936/1746	não equivalente	não congruente **	equivalente
LO 1943/0393	não equivalente	não congruente *	equivalentes
LO 1938/0011	não equivalente	não congruente ***	aproximados
LO 1939/0400	não equivalente	não congruente **	não equivalentes

*adaptações pontuais (fachadas; paredes de meação); **configurações bastante distintas; ***distorção

Tab. V.2 – Unidades habitacionais (por edifício): operações geométricas de adaptação/deformação topológica (no plano)

[527] Duas plantas/configurações são congruentes se uma se transforma noutra por uma transformação que preserva a distância entre pontos (através de uma translação, rotação, reflexão, etc.).

[528] Duas unidades residenciais apresentam uma configuração geométrica congruente, em planta, se uma é transformada noutra por uma simetria (reflexão, rotação, etc.), que não seja uma simetria de similaridade (em que existe alteração de escala).

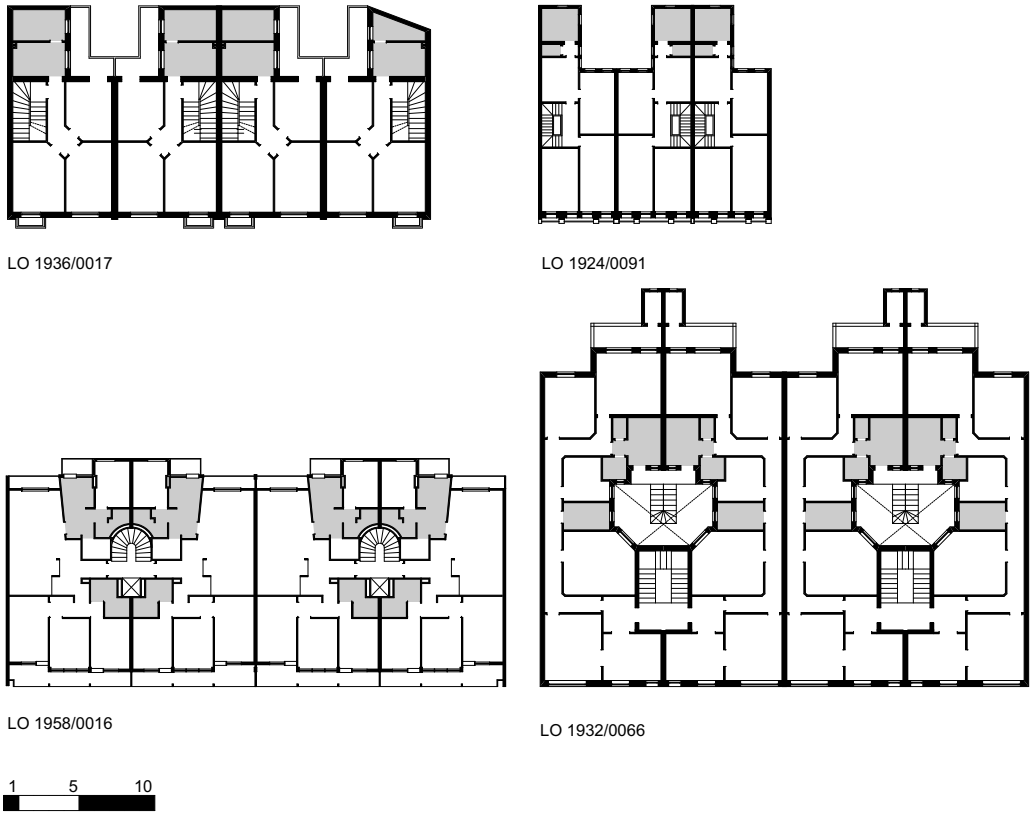
Observa-se igualmente que, na maioria dos edifícios analisados, apesar das operações de deformação e adaptação alterarem (em distintos graus) a configuração geométrica do esquema de cada unidade/tipologia, e consequentemente a forma e dimensões de alguns compartimentos, estes possuem as mesmas relações espaciais e as mesmas interconexões, sugerindo a mesma 'ideia arquitectónica'. Ou seja, as suas unidades habitacionais são *equivalentes topologicamente* [**Tab. V.2**]. Neste sentido, encerram os mesmos princípios gerais de distribuição/relação funcional (ou seja, o mesmo grafo), ainda que com alterações pontuais na compartimentação (introdução e/ou alteração da localização de alguns espaços, em LO 1938/0011, ou LO 1939/0673, por exemplo).

Neste conjunto de edifícios é ainda possível observar exemplos em que não existe *equivalência topológica* entre unidades habitacionais do mesmo edifício, resultado de alterações significativas da sua configuração geométrica, e da relação espacial entre os compartimentos (localização, posição relativa). Sublinha-se, contudo, que este facto não origina necessariamente uma alteração das interligações entre os compartimentos. Observe-se o caso dos edifícios LO 1943/0393 e LO 1936/1746, e a aproximação do grafo de algumas das suas unidades. [**Des. V.6**].

Como foi já referido, nenhum destes edifícios apresenta um esquema tipológico topologicamente idêntico, ou possui grafos semelhantes. Identificam-se, todavia, algumas situações relevantes: a comparação do grafo de LO 1938/0011 e LO 1937/0568, dois edifícios com configurações geométricas e programas diferentes, permite constatar que a sua distribuição não é muito divergente, o que resulta do apoio num único núcleo de circulação. Verifica-se também que os edifícios com configuração em L [LO 1948/0240, LO 1950/0217 e LO 1943/0393], apesar da semelhança da sua figura geométrica, originam grafos significativamente distintos. [**Des. V.4, V.5 e V.6**]

Fot. V.1 – Rua do Campo Lindo, 258-277
[LO 1936/0017]

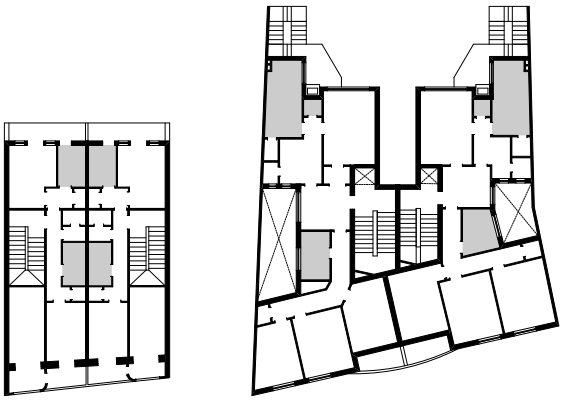
Fot. V.2 – Rua de Fernandes Tomás, 30-56
[LO 1924/0991]



Des. V.1 – Edifícios com agregação por associação lateral [esquemas produzidos pela autora a partir dos desenhos de Licença de Obra - Arquivo Histórico e Departamento Municipal de Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto - LO - AHMP, DMAG]

Fot. V.3 – Rua da Boavista, 564-594
[LO 1958/0016]

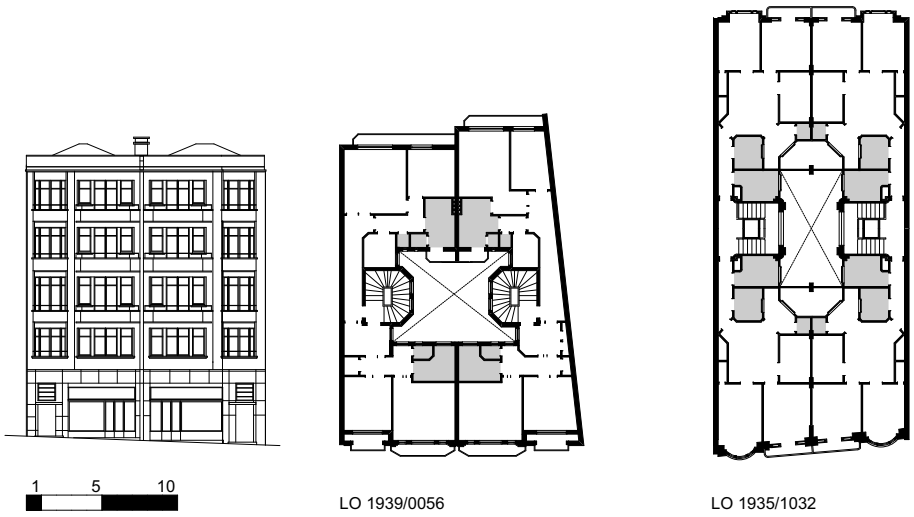
Fot. V.4 – Avenida da Boavista, 683-699
[LO 1932/0066]



Des. V.2 – Duplicação por simetria: repetição de unidades, duplicando todos os elementos, incluindo os acessos verticais [LO - AHMP, DMAG]

Fot. V.5 – Rua do Campinho, 11-17 [LO 1935/1663]

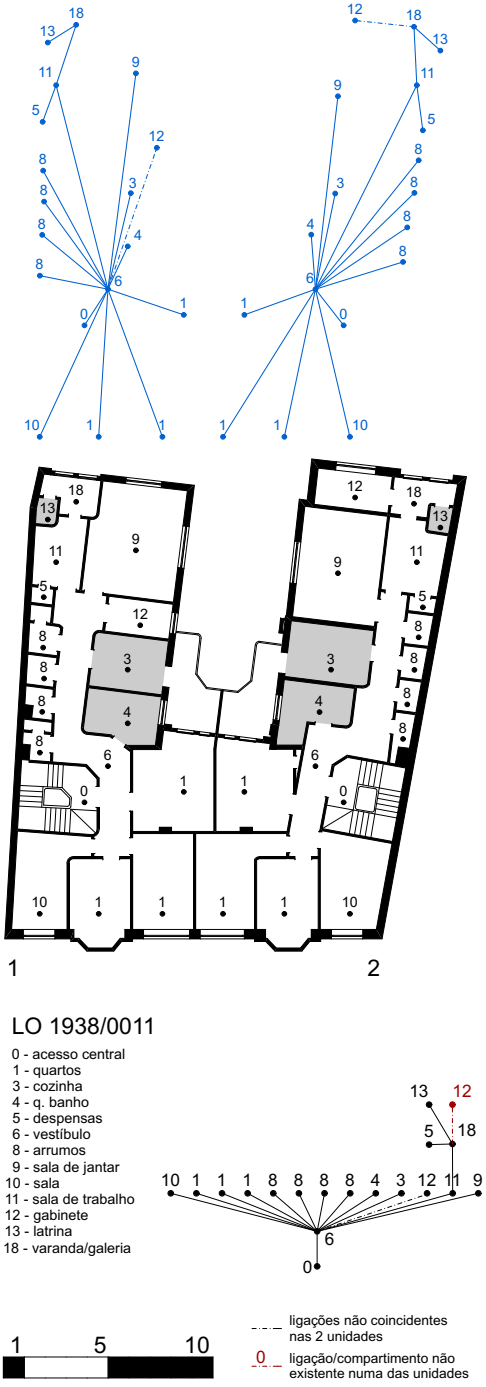
Fot. V.6 – Rua de Ferreira Cardoso, 172-174 [LO 1936/1471]



Des. V.3 – Agregação. Duplicação por simetria: unificação do saguão [LO - AHMP, DMAG]

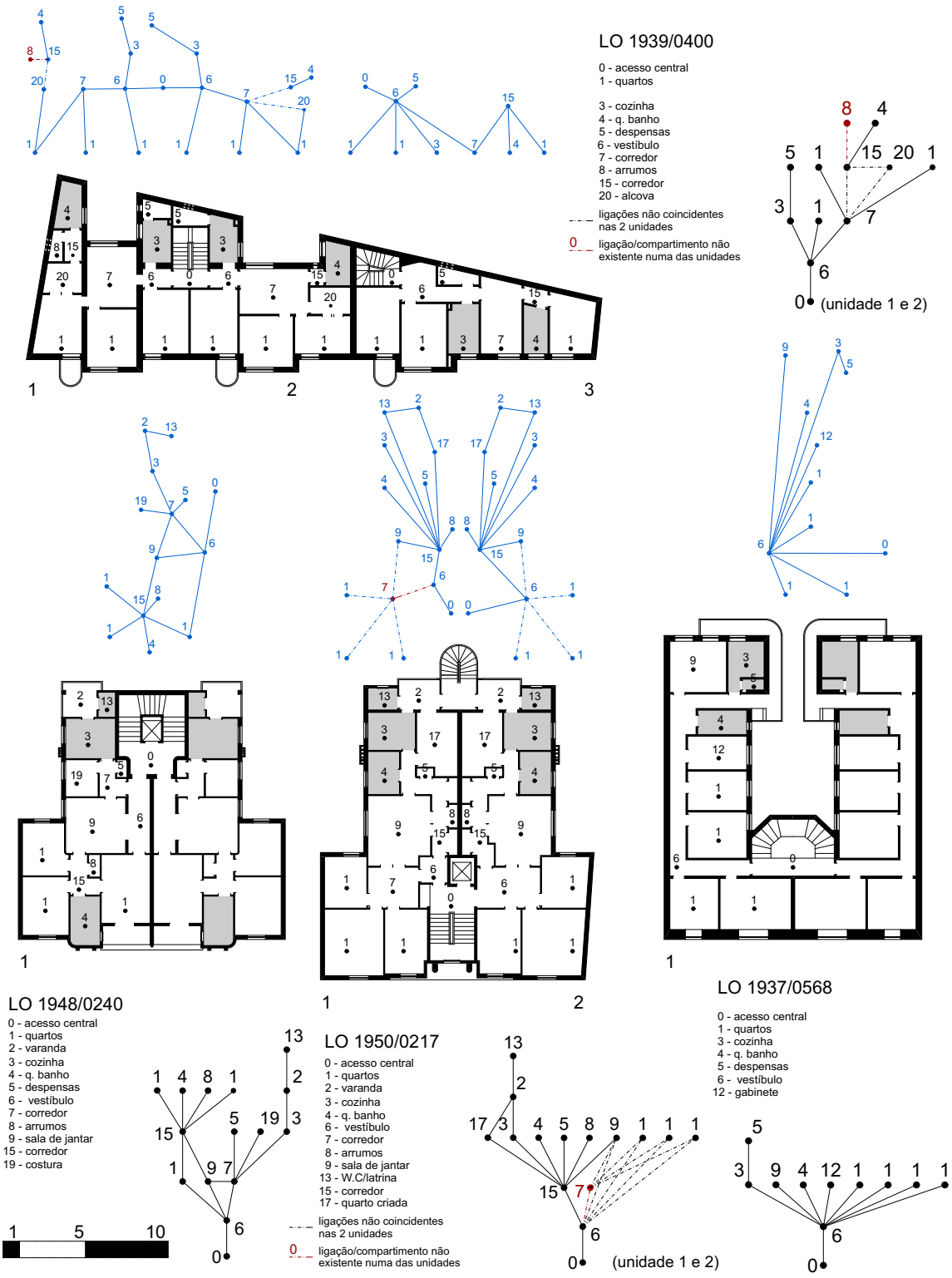
Fot. V.7 – Rua de Sá da Bandeira, 502-512
[LO 1939/0056]

Fot. V.8 – Rua de Augusto Rosa, 176-190
[LO 1935/1032]



Des. V.4 – Grafo. A tracejado: diferenças pontuais entre as interconexões dos compartimentos das duas unidades
[LO - AHMP, DMAG]

Fot. V.9 – Rua da Firmeza, 477-493
[LO 1938/0011]



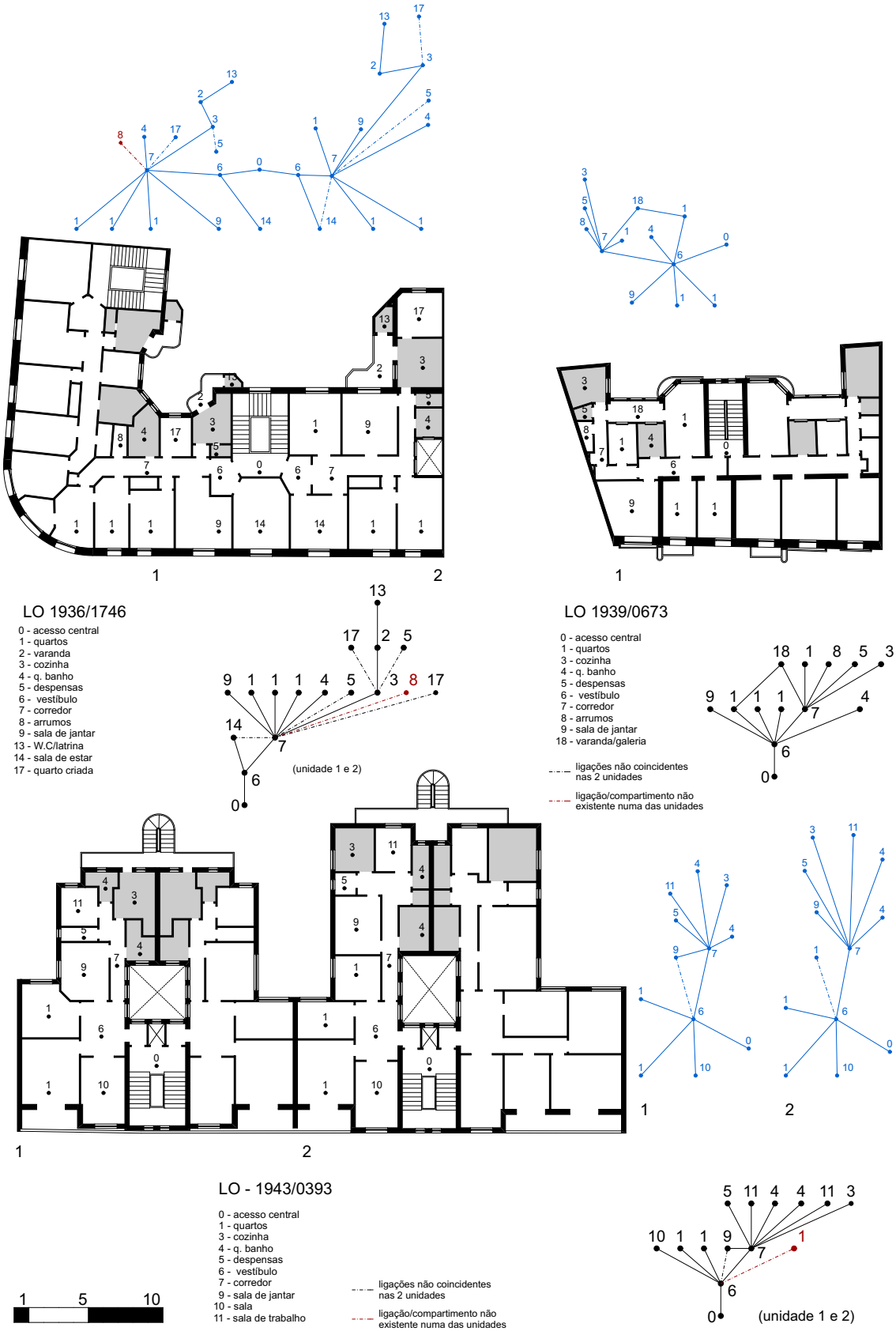
Des. V.5 – Distribuições esquemáticas/grafos da interligação dos espaços: a azul - diagramas "espaciais", em que se mantiveram as posições dos espaços; a preto - grafo "tradicional", abstracto.

Fot. V.10 – Rua dos Bragas, 30-58
[LO 1939/0400]

Fot. V.11 – Rua do Doutor Alves da Veiga, 66
[LO 1948/0240]

Fot. V.12 – Rua do Doutor Alves da Veiga, 56-58
[LO 1950/0217]

Fot. V.13 – Rua da Boavista, 571-573
[LO 1937/0568]



Des. V.6 – Distribuições esquemáticas/grafos da interligação dos espaços: a azul - diagramas "espaciais", em que se mantiveram as posições dos espaços; a preto - grafo "tradicional", abstracto

Fot. V.14 – Cruzamento da Rua de Sá da Bandeira com Fernandes Tomás [LO 1936/1471]

Fot. V.15 – Rua de Fernandes Tomás, 527-531 [LO 1939/0673]

Fot. V.16 – Cruzamento da Rua de Sá da Bandeira com a Rua da Firmeza [LO 1943/0393]

SÍNTESE. ADAPTAÇÃO, COMPLEXIDADE E RACIONALIDADE NO DESENHO DA HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR NA 1ª METADE DO SÉCULO XX

Na 1ª metade do século XX, os edifícios de habitação plurifamiliar portuenses apresentam plantas com soluções complexas, configurações variadas, de assinalável plasticidade e adaptabilidade, geradas no confronto com os lotes urbanos, o programa definido ou as imposições ao nível da salubridade.

A simetria assume-se como um recurso sistemático na composição arquitectónica, especialmente nos processos de configuração e agregação das suas unidades habitacionais, através de mecanismos de repetição ou associação (duplicações, reflexões, translações).

Este instrumento de desenho arquitectónico não aparenta condicionar as características particulares dos edifícios, tal como a configuração ou a sua distribuição interior. Não se traduz também necessariamente numa individualização das unidades habitacionais na fachada. A esse nível, a utilização de simetrias de translação nos módulos de repetição esquerdo/direito, para além de operacionalizar a composição da planta, contribui para a construção de ritmos e métricas regulares nas fachadas de lotes de grande frente.

A utilização da simetria surge como um instrumento de economia e racionalidade no desenho e concepção dos edifícios, participando numa procura de regularidades que se afastam claramente de um conceito fechado de ortogonalidade. Nesta perspectiva, a sua conjugação com a deformação topológica assume relevância na concepção do projecto de arquitectura.

Enquanto instrumento de adaptação, a deformação topológica inscreve-se naturalmente no processo de composição arquitectónica. Mais do que um formalismo planimétrico ou volumétrico, surge essencialmente da necessidade de ajustamento da forma dos edifícios e configuração das plantas às circunstancias concretas dos lotes urbanos (resultantes frequentemente de parcelamentos antigos), e converge com a necessidade de optimização do edifício enquanto operação de investimento imobiliário. No arco temporal em estudo, deforma-se de igual modo as plantas para maximizar a área de construção, sobrepondo-se esta necessidade à possibilidade de uma menor complexidade construtiva oferecida por configurações mais regulares.

Por regra, as deformações topológicas impostas às plantas dos edifícios não se repercutem no desenho da fachada principal, o que revela o privilégio da composição do alçado urbano enquanto premissa fulcral para quem projecta.

Relativamente à distribuição das tipologias e organização geral da habitação, a elaboração de grafos, enquanto instrumento metodológico, *"acto fundamental num processo de abstração ou reconhecimento de padrões"*[529] e *"meio de estruturação de informação"*[530] permitiu evidenciar de um modo claro:

- programas funcionais distintos (número e tipo de compartimentos);
- níveis variáveis de gradações de privacidade (número de circulações, vestíbulos, antecâmaras de distribuição);
- diferentes graus de complexidade na distribuição funcional dos apartamentos (interligação e encadeamento entre compartimentos, circulações duplas, separação de núcleos funcionais).

Conclui-se desta forma, que na 1ª metade do século XX, no que à habitação plurifamiliar portuense de raiz diz respeito, não existem configurações de edifícios e distribuições espaciais e programáticas codificadas de época, decorrentes de um modo evidente da legislação ou imposições jurídicas em vigor, ou de uma 'tratadística' em uso. Existe uma 'prática' reconhecível, um modo de fazer que se manifesta na utilização recorrente de determinados instrumentos de composição, desenho e concepção arquitectónica, traduzindo-se em processos de elaboração e adaptação contínua, de transformação ao longo do tempo.

Nesta investigação em particular, a ideia de transformação surge aliada a uma procura de continuidades e permanências: uma lógica de adaptabilidade dos edifícios, das suas matrizes de organização espacial e distributiva sem perda de identidade. Neste sentido, encara-se como problemáticas centrais a adaptabilidade dos novos edifícios de habitação plurifamiliar ao parcelamento existente, através de instrumentos de desenho e composição, e das próprias métricas tradicionais de parcelamento do território à introdução de novos modelos habitacionais.

---

[529] Weisstein, Eric W. Topology, http://mathworld.wolfram.com/Topology.html.
[530] *ibidem*.

VI. PROGRAMAS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR. OPÇÕES CORRENTES. VARIAÇÕES EMERGENTES

Viver num prédio, numa cidade em que domina a residência de tipo unifamiliar, significa a possibilidade de acesso a modos de habitar cosmopolitas que se mediatizavam através das revistas[531], do cinema e da televisão, a partir do 1º quartel do século XX. Habitar num apartamento no centro da cidade representa a possibilidade de experienciar um novo padrão de conforto e modernidade[532], difícil de alcançar vivendo em casas urbanas afectas ao modo de construir no século XVIII e XIX, especialmente no Porto, cidade historicamente constituída por edifícios profundos e de frente estreita, materialização pragmática de resposta a um conjunto de necessidades através dos recursos existentes.

O programa do prédio para arrendamento introduz algumas inovações face aos modelos de habitação precedentes, características diferenciadoras que se fazem sentir maioritariamente nas artérias centrais da cidade: estabelecimentos de comércio de luxo, escritórios no 1º e 2º pisos, habitação do porteiro, boxes para estacionamentos no logradouro[533], etc.. A proposta de equipamentos comuns, ou com assumido carácter de colectividade, como espaços de lavandaria, salas de reunião ou espaços dedicados a convívio e lazer, é relativamente invulgar, encontrando-se equipamentos deste género pontualmente em edifícios com características conotadas com as arquitecturas do Movimento Moderno, ou mais tarde, a partir dos anos 60, em edifícios construídos especificamente para venda[534].

Estes programas particulares não se adoptaram de maneira generalizada nos edifícios construídos entre os anos 20 e final dos anos 50. Neste sentido, pode considerar-se

---

[531] No caso das revistas especializadas, por exemplo, nas revistas "A Arquitectura Portuguesa" e "Arquitectura".

[532] "Nas grandes cidades e para a classe média abastada, o modelo do prédio de rendimento foi-se consolidando, desde a segunda metade de oitocentos. Os apartamentos, primeiro um por andar e depois dois (direito e esquerdo), correspondiam às necessidades e aos anseios das famílias da média burguesia urbana, por vezes alargada e com serviçais. As divisões eram concebidas sob critérios de funcionalidade, mas também de certa ostentação. Possuir um amplo apartamento numa importante artéria da cidade era um marco relevante no percurso de vida e no conjunto de sonhos de uma família citadina. Outro tipo de residência importante e indicadora das distâncias sociais e económicas era o palacete, cuja planta e fachada reflectiam o gosto e a proeminência da classe dominante. A moradia, o vestuário e o estilo de vida eram, afinal, os principais alicerces da imagem social que os mais ricos pretendiam construir e, sobretudo, manter, dentro de uma lógica que cada vez mais privilegiava o ter em detrimento do ser." in Silva, Susana Serpa (2011). Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais. História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea. Mattoso, J. and Vaquinhas, I., Círculo dos leitores. pp. 404-405.

[533] De que são exemplos os edifícios construídos nos quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira.

[534] Como por exemplo no caso dos edifícios construídos no Parque Residencial da Boavista (Foco).

controverso denominar o prédio de rendimento como uma forma de habitação 'colectiva', já que no Porto, os espaços efectivamente partilhados pela colectividade se resumem aos átrios de entrada e às escadas comuns de acesso vertical.

No Porto, a adopção tardia (já em meados dos anos 20) do modelo de coabitação de várias famílias[535] no mesmo edifício e com acesso partilhado, teria como hipotética vantagem a possibilidade da construção de edifícios a partir de modelos tipológicos já experimentados noutros contextos, sem necessidade de um longo percurso evolutivo ou de experimentação. Pelo contrário, verifica-se que este processo não se desenvolve de um modo linear, e que em pleno século XX, o prédio de apartamentos construído de raiz adquire particularidades (tipológicas e programáticas) que, por um lado, o afastam de uma mera transposição dos modos de habitar correntes numa casa para uma única família, e por outro, se distinguem dos modelos de habitação plurifamiliar construídos noutras cidades.

Independentemente das diferenças que se possam estabelecer relativamente aos tipos de edifícios e modelos de habitação precedentes, a singularidade programática do prédio de rendimento portuense aparenta construir-se numa lógica similar de relação com a cidade, elo de permanência de uma identidade própria. Mantém-se um entendimento do espaço urbano por parte de quem projecta e constrói, que não se dilui na transição do ‘viver numa casa’ para o ‘viver num prédio com apartamentos em andares’, com as consequentes variações nos modos de habitar inerentes.

Assim, para além da necessária caracterização do (novo) programa destas formas de habitação, impõe-se explicitar o modo como este dialoga com a cidade que o incorpora, sendo que nesta relação se perpetua igualmente uma identidade especifica.

[535] 'Ideia de família', enquanto conceito genérico, amplo, referente a variados grupos de pessoas com laços de diferente tipo, não necessariamente familiares. cf. Pereira, Gaspar Martins (1995). Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910). Porto, Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0368-3. pp. 80-81.

UM PROGRAMA ESPECÍFICO DE HABITAÇÃO PARA A PEQUENA E MÉDIA BURGUESIA URBANA[536]

Prédios de rendimentos de dimensão variável

A partir de finais dos anos 20 de novecentos, quem encomenda e constrói o prédio de rendimento portuense aparenta transportar uma ideia de habitar (e de programa de habitação) que recolhe em viagens de lazer ou negócios (no caso do Porto, negócios essencialmente relacionados com a indústria[537]), e que o projectista observa também nas suas viagens e nos modelos publicados nas revistas especializadas de arquitectura, portuguesas e estrangeiras. A encomenda para estas formas de habitação traduz-se, em linhas gerais, num edifício 'moderno'[538], preferencialmente de frente mais larga do que a tradicional, com localização no centro da cidade, com boas condições de iluminação e ventilação, proporcionadas pela utilização de dispositivos técnicos actualizados.

No Porto, mais do que a construção a grande escala, diversifica-se essencialmente a oferta de prédios para a média burguesia[539], que se espacializa em ruas que irradiam do centro urbano, focalizado na zona dos Aliados até início dos anos 50. Este tipo de encomenda orienta-se de igual modo pela ambição desta clientela urbana em viver nas zonas próximas dos seus locais de trabalho.

Os prédios de rendimento, que se disseminam gradualmente por toda a cidade, em ruas de traçado antigo ou novas artérias de expansão, serão ocupados naturalmente por habitantes de classes sociais e grupos de actividades[540] variados, que vêm nestas novas edificações uma

---

[536] Para a caracterização de uma ideia de programa para o prédio de rendimento, não numa perspectiva funcionalista, mas numa lógica de concepção geral de modelos de habitação para uma cidade e sociedade específicas.

[537] *cf*. Mónica, Maria Filomena (1987, 5º). "Capitalistas e industriais (1870-1914)." in Análise Social, XXIII, (99), pp. 819-863.

[538] No sentido de 'actual'. Sobre o esclarecimento do conceito de 'moderno', cf. capitulo "Premissas de investigação e metodologia]

[539] #burguesia [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[540] Segundo Rui Cascão, os grupos socioeconómicos vigentes na época podem genericamente ser subdivididos em: profissionais liberais; proprietários/capitalistas; funcionários e empregados; forças armadas; industriais; actividades

possibilidade de melhoria das suas condições de habitabilidade, ou o ingresso numa nova 'cultura de habitar', ou seja, a possibilidade de acesso ao cosmopolitismo ou às condições de vida habituais em diversas cidades europeias.

Na 1ª metade do século XX, as actividades portuenses assentam genericamente no comércio, produção e indústria, e não nos serviços[541]. Esta realidade influencia também a construção de edifícios habitacionais para arrendamento, já que o investimento neste tipo de estruturas não aparenta apresentar à partida um retorno garantido. Em Lisboa, ou em cidades em que a fixação de profissionais liberais e funcionários públicos no centro urbano é significativa, a construção deste tipo de edifícios assegura um risco inferior. Em todo o caso, focos de interesse como equipamentos públicos, mercados, escolas, ainda que mais afastados do centro urbano são zonas naturalmente encaradas como oportunidades de investimento no Porto[542].

Parte da especificidade dos prédios de rendimento portuenses pode ser desde logo delineada a partir dos modelos de investimento de quem encomenda a construção. As restrições económicas e financeiras no Porto são naturalmente distintas das ocorrentes em Lisboa[543], Roma, Milão, Madrid ou Barcelona, cidades com planos de urbanização para novas áreas residenciais e comércio, o que leva a que a edificação se implemente caso a caso, lote a lote, numa perspectiva cautelosa. A construção lote a lote através de prédios de qualidade média, frequente em ruas de menor relevância no sistema urbano portuense, denunciam um perfil de empreendedor modesto, que encara a construção de um prédio para arrendar como um investimento rentável e seguro.

---

comerciais; trabalhadores da indústria; transportes; trabalhadores não qualificados. Segundo o mesmo autor, a pequena burguesia corresponderia a lojistas, membros das forças armadas de patentes inferiores, funcionários públicos dos níveis mais baixos. Quanto às categorias profissionais, estas podem ser subdivididas em "assalariados (trabalho por conta de outrem, ganhando à semana ou ao dia); empregados (trabalho por conta de outrem, ganhando à ano, mês ou comissão); isolados (exercem actividade no comércio, indústria ou profissionais liberais, mas sem terem assalariados ou empregados à sua conta); Patrões (exercem actividade no comércio, indústria ou profissionais liberais, com assalariados ou empregados à sua conta). In *"Modos de Habitar"*, Rui Cascão, Mattoso, José (dir); Vaquinhas, Irene (coord), eds. (2011). História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea, Círculo dos leitores ISBN 978-989-644-149-4.

[541] cf. dados constantes em: Instituto Nacional de Estatística (1971). A Cidade do Porto. Súmula Estatística (1864-1968). Séries de Estatísticas Nacionais, nº2. Lisboa, INE.

[542] Exemplo da zona do Campo Lindo, com a proximidade da Escola Secundária Filipa de Vilhena.

[543] *cf.* Pereira, Nuno Teotónio; Buarque, Irene (1995). Prédios e vilas de Lisboa. Lisboa, Livros Horizonte.

A análise dos edifícios em estudo permite identificar algumas situações concretas. A primeira corresponde a um promotor particular que faz investimentos contidos, controlando o risco da intervenção estabelecendo pontualmente sociedades[544]. Este promotor encomenda pequenos prédios em lote simples ou duplo, com uma escala entre três e quatro pisos, e com um número reduzido de apartamentos [**Fot. VI.1-VI.3**].

Um segundo tipo de proprietário corresponde ao investidor com alguma capacidade financeira, que vai encomendando pontualmente edifícios em diversas zonas da cidade[545][**Fot. VI.4-VI.5**].

Os Bancos[546][**Fot. VI.6**], o grande industrial[547][**Fot. VI.7-VI.8**] ou instituições como as Companhias de Seguros[548][**Fot. VI.9**], traduzem um tipo de investidor com maior capacidade financeira. Trata-se de proprietários que investem em edifícios de grande dimensão, preferencialmente localizados nas áreas centrais, próximas das instituições administrativas, comércio especializado, escritórios e sedes bancárias, zonas servidas por transportes públicos (vias de eléctrico, por exemplo) e qualificadas ao nível do espaço público (pavimentações de ruas e passeios, etc.)

Por último, refere-se as iniciativas das Cooperativas, que ensaiam modelos intermédios de investimento, normalmente materializados na construção de edifícios de escala média (lote simples ou lote duplo), privilegiando-se hipoteticamente a localização em áreas residenciais com transportes colectivos. Identificou-se edifícios promovidos por cooperativas na Rua de

---

[544] Exemplos de associação de dois ou mais requerentes privados: edifícios na Rua Guedes de Azevedo, 17-33 [LO 1944/429, DMAG]; Rua do Bonfim, 72-76 [LO 1932/0868, AHMP]; Rua Augusto Luso, 159-189 [LO 1937/1314, AHMP].

[545] Exemplo de José Ribeiro dos Santos, requerente de um *"Bloco de rendimento com 20 moradias"* na Rua de Dom João IV, 528-530 [LO 1954/0445, DMAG] e de outro edifício na Rua da Alegria, 176 [LO 1945/0320, DMAG].

[546] Exemplos na Rua de Magalhães Lemos, 111-133, requerido pelo Montepio Geral [LO 1935/2038, AHMP].

[547] Exemplo de investimentos da firma Ferreira & Filhos, Lda., nos quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira, na Rua Firmeza, 572-588 [LO 1945/0457, DMAG], Rua do Bolhão, 124-146 [LO 1948/0643, DMAG]; Fábrica de Fiação de Tecidos de Fafe, na Rua de Rodrigues Sampaio, 169-179, [LO 1944/0058], por exemplo.

[548] Exemplos de edifícios encomendados por seguradoras na Rua de Sá da Bandeira (Companhia de Seguros "*Garantia*" [LO 1936/1746, AHMP].

Alves da Veiga, na Rua da Alegria ou na Rua de Costa Cabral, entre outras[549]. [**Fot. VI.10-VI.12**]

Na zona central do Porto, ruas como Sá da Bandeira, Ceuta ou Rodrigues Sampaio, paralelas e perpendiculares ao centro administrativo da cidade, surgem como palco de retorno garantido para investimentos mais alargados, e para a experimentação de novos modelos de habitação. Os edifícios construídos nestas ruas apresentam variações no programa funcional, que de algum modo se podem relacionar com o carácter das ruas em que se localizam, e com os próprios modelos de referência (como o contexto francês, belga ou suíço, por exemplo): lojas de luxo no rés-do-chão, sobrelojas; escritórios no 1º piso; pequenos apartamentos de pequena dimensão cujos programas sugerem outro perfil de cliente, com necessidades diversificadas no que se refere aos espaços para alugar, mas também com capacidade económica superior.

Em síntese, estes distintos modelos de investimento correspondem a diferentes tipos de edifícios, cujo programa se adequa a variados tipos de clientela. Contudo, no âmbito estrito da distribuição funcional do apartamento não se exibem diferenças significativas, nomeadamente no contexto portuense. Para além de evidentes variantes ao nível da dimensão, da qualidade construtiva e da linguagem dos edifícios, as diferenças de padrão da habitação ressaltam sobretudo no programa do piso térreo, nos equipamentos comuns associados (estacionamentos, casa do porteiro, elevadores, arrumos, usos mistos habitação/serviços, etc.), e na existência de entradas e circulações de serviço.

No Porto, genericamente, a opção corrente para um pequeno prédio de apartamentos para arrendar, traduz-se num edifício com habitação em todos os pisos e cujo rés-do-chão varia entre estabelecimentos, armazéns, arrecadações ou garagens, segundo a localização urbana[550].

O grande prédio de rendimento exibe normalmente um entendimento distinto do 1º piso, onde se prevê, por exemplo, escritórios ou habitação para o proprietário, consoante a localização na cidade. A própria ocupação do logradouro equaciona-se com frequência em conjunto com os

[549] Exemplo de prédios edificados por cooperativas na Rua Alves da Veiga, 56-58 [LO 1950/0217, DMAG], Cooperativa "*O Problema da Habitação"*; Rua Alves da Veiga, 66 [LO 1948/0240], *idem*; Rua da Alegria, 327 [LO 1945/0370, DMAG], Cooperativa "*O Problema da Habitação"*.

[550] *cf*. Documentos de referência, *ponto 5*, com a listagem do programa do rés-do-chão dos edifícios analisados.

Fot. VI. 1 – Rua Guedes de Azevedo, 17-33 [LO 1944/429]

Fot. VI. 2 – Rua de Augusto Luso, 159-189 [LO 1937/1314]

Fot. VI. 3 – Rua do Bonfim, 72-76 [LO 1932/0868]

Fot. VI. 4 – Rua de Dom João IV, 528-530 [LO 1954/0445]

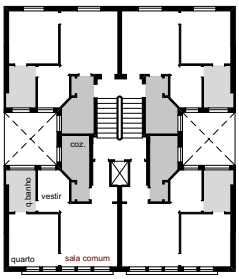
Fot. VI.5 – Rua da Alegria, 176 [LO 1945/0320]

Fot. VI.6 – Rua de Magalhães Lemos, 111-113 [LO 1935/2038]

Fot. VI.7 – Rua de Rodrigues Sampaio 169-179 [LO 1944/0058]

Fot. VI.8 – Cunhal da Rua da Firmeza com a Rua do Bolhão [LO 1948/0643]

Fot. VI.9 – Cunhal da Rua de Sá da Bandeira com a Rua de Fernandes Tomás [LO 1936/1746]



LO 1945/0370

1 5 10

Des. VI.1 – Rua da Alegria, 327 [LO 1945/0370]

Fot. VI. 10 – Rua do Doutor Alves da Veiga, 66 [LO 1948/0240] e 56-58 [1950/0217]

Fot. VI. 11 – Rua da Alegria, 327 [LO 1945/0370]

Fot. VI. 12 – Rua de Costa Cabral, 1952-1960 [LO ?]

prédios contíguos, quando integram um quarteirão coeso (como acontece nos quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira).

Os prédios construídos por cooperativas não introduzem alterações significativas ao panorama corrente, destacando-se essencialmente pela redução da dimensão dos apartamentos, como se verifica no edifício localizado na Rua da Alegria, 327[551] (Cooperativa "*O Problema da Habitação"*). [**Fot. VI.11**]. [**Des. VI.1**]

A coabitação entre proprietário e inquilinos, descrita por alguns autores como prática usual em alguns edifícios lisboetas construídos no início do século XX[552], ou noutros edifícios em contextos internacionais[553], ainda que possa ter ocorrido no Porto, não tem reflexos significativos na definição prévia da estrutura dos apartamentos. Nos processos de licenciamento consultados verificou-se que na grande maioria dos edifícios se desenham apartamentos com distribuição e organização semelhante em todos os pisos (as variações mais evidentes localizam-se nos pisos recuados, por razões construtivas ou formais). Um caso pontual, claramente de excepção, localizou-se no edifício que constrói um dos cunhais entre Rua de Sá da Bandeira e Rua Firmeza, 532-544[554], no qual existe uma indicação explícita no projecto que um piso se destina à residência do proprietário.

A casa e o prédio. Transferências e influências da habitação unifamiliar em inícios de novecentos

Obras como *Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa nas*

[551] LO 1945/0370 [DMAG].
[552] *cf*. Silva, Raquel Henriques da (1997). A 'Casa Portuguesa' e os Novos Programas, 1900-1920. Arquitectura do séc. XX. Portugal. BECKER, A., Tostões, A. and WANG, W. Portugal – Frankfurt 97, S.A., Frankfurt am Main, Deutsches Architektur – Museum, Munchen: Prestel-Verlag, pp. 15-21.
[553] Em Paris, por exemplo. cf. Moley, Christian (1999). Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6. 176, pp. 32-35.
[554] LO 1938/0941 [AHMP]

formas da cidade [555], da autoria de Francisco Barata Fernandes (1996), *A Casa Unifamiliar Burguesa na Arquitectura Portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX* [556], de Rui Garcia Ramos (2010) e *A Arquitectura do quotidiano. Público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*[557] da autoria de Nelson Mota (2010), constituem bibliografia suficiente para enquadrar e caracterizar o programa da habitação unifamiliar portuense na 1ª metade de novecentos, e de alguma forma esclarecer algumas das especificidades do prédio de rendimento a partir de inícios da década de 30.

Nelson Mota, a propósito dos elos hipotéticos de relação entre estas formas de habitação, cita François Loyer, que referindo especificamente o contexto parisiense, descreve a primeira fase do prédio de rendimento como uma espécie de transposição programática da casa unifamiliar para o prédio com apartamentos distribuídos em andares, sofrendo posteriormente uma progressiva compressão do número e tipo de compartimentos:

> *"De acordo com François Loyer, "(...) a concentração urbana que começa no Primeiro Império (com a retoma da indústria e do comércio, sob o duplo impulso da actividade militar e da extensão territorial do país) tem como consequência uma transformação completa do sistema do habitat: a passagem generalizada da casa privada para o prédio e o nascimento do novo conceito de prédio de rendimento (...). A novidade será que a repartição dos alojamentos por pisos (e a*

[555] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

[556] Ramos, Rui Jorge Garcia (2010 [2004]). A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português. Porto, Faup publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título). ISBN 978-972-9483-97-4.

[557] Mota, Nelson (2010a). A Arquitectura do quotidiano. Público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do séc. XIX. Coimbra, eldlarq. Departamento de Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. (versão publicada de tese de mestrado policopiada com o mesmo título, 2006). ISBN 978-972-99821-5-6.

eventual subdivisão dos pisos), permitirão o alojamento de mais lares sobre uma única parcela"[558].

"Numa primeira fase, esta transformação configura o apartamento como uma 'desmultiplicação'[559] *dos espaços da moradia burguesa num único piso, para evoluir até ao final do século num processo sucessivo de diminuição da área de cada habitação, sacrificando alguns compartimentos acessórios às divisões principais*[560]*. A possibilidade de implantar estes edifícios em lotes de maior dimensão, contribuía para que a sua caracterização assumisse um carácter de palácio aristocrático, reforçado por uma grande regularidade no tratamento dos vãos. Na primeira metade do século, estes edifícios possuíam estabelecimentos comerciais no contacto com a rua e armazenamento no entrepiso; por cima sucediam-se normalmente quatro pisos de apartamentos de habitação, sendo o primeiro distinguido como 'l'étage noble'. Uma subtil hierarquização, inevitável numa burguesia obcecada pelo estatuto, aparece tanto nas diferentes localizações do edifício na cidade como dentro dele próprio."*[561]

Apesar de mais tardio, o processo portuense de transposição das formas de habitação unifamiliar para as de carácter plurifamiliar, aparenta encerrar traços similares ao fenómeno descrito por François Loyer. Intui-se que as principais diferenças se prendem com o facto de a habitação portuense construída de raiz ser já de modelo compacto na sua génese, ao nível do programa do

---

[558] Loyer, François (1987). Paris, XIXe siècle. L'immeuble et la rue. Paris, Hazam., p. 488, citado por Mota, Nelson (2010a). A Arquitectura do quotidiano. Público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do séc. XIX. Coimbra, eldlarq. Departamento de Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. (versão publicada de tese de mestrado policopiada com o mesmo título, 2006). ISBN 978-972-99821-5-6. p. 32.

[559] Ou seja, uma tentativa de distribuir o mesmo tipo de programa funcional.

[560] Referência a determinadas ideias expressas por Sharon Marcus, relativamente aos compartimentos de apoio e também ao facto de que, nos manuais domésticos do início do século XIX, em Paris, não existia uma distinção significativa entre os modelos de habitação 'casa' e 'apartamento'. cf. Marcus, Sharon (1999). Apartment Stories. City and home in nineteenth-century Paris and London. United States of America, University of California Press. Berkeley and Los Angeles, California. London, England. p. 26

[561] Mota, Nelson (2010a). A Arquitectura do quotidiano. Público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do séc. XIX. Coimbra, eldlarq. Departamento de Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. (versão publicada de tese de mestrado policopiada com o mesmo título, 2006). ISBN 978-972-99821-5-6. p. 32.

edifício e do apartamento, e com menos subtilezas na sua estruturação hierárquica. Os casos de excepção têm uma incidência pontual e preferencial nas artérias nobres da cidade, como é o caso de alguns edifícios situados na Rua de Sá da Bandeira ou na Rua de Ceuta.

A ausência de tradição palaciana, constatação reforçada por Francisco Barata Fernandes[562], está na origem desta fraca adesão às formas de habitação plurifamiliar de grande escala, a que se podem associar factores de ordem cultural, contextual, e em alguns casos, de fundamento económico, tema amplamente discutido por autores como Ernesto Galhano e Fernando Veiga de Oliveira[563], Anni Gunther Nonnel[564] e Manuel C. Teixeira[565], e sintetizado de alguma forma por Nelson Mota[566] em textos mais recentes.

Sobre a prevalência da habitação unifamiliar enquanto modelo dominante até meados do século XX, Manuel C. Teixeira aponta, por exemplo, para 'a expansão precoce do perímetro urbano do Porto'[567] como um factor relevante (disponibilidade de terrenos a baixo custo, possibilidade de construção de habitações individuais), enquanto que Anni Gunther Nonnel se refere à

[562] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. p. 226.

[563] Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando (1992). Arquitectura Tradicional Portuguesa. Lisboa, Publicações D. Quixote.

[564] Nonell, Anni Günther (2002). Porto, 1763/1852. A construção da cidade entre despotismo e liberalismo. Porto, FAUP Publicações. 1 ed. ISBN 972-9483-57-4, Nonell, Anni Gunther, coord. (1992). O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos (Fotografia: António Carvalho Valente). Porto, Edições Câmara Municipal do Porto.

[565] Teixeira, Manuel (1996). Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As ilhas do Porto. Lisboa, CLM-Fundação Calouste Gulbenkian; JNICT. 2 ed.

[566] Razões para a prevalência de habitação de carácter unifamiliar. *"A que é que se deve esta distinção do Porto com relação à tendência que caracterizava a construção da habitação burguesa no final do século XIX na cidade capital do reino ou em Paris? Será a sua preferência pelo modelo britânico produto da influência da comunidade inglesa que lá reside, ou relaciona-se com processos de especulação imobiliária, ou deve-se a características especiais do seu território ou dos seus habitantes?"*. Mota, Nelson (2010a). A Arquitectura do quotidiano. Público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do séc. XIX. Coimbra, eldlarq. Departamento de Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. (versão publicada de tese de mestrado policopiada com o mesmo título, 2006). ISBN 978-972-99821-5-6. p. 73.

[567] Teixeira, Manuel (1996). Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As ilhas do Porto. Lisboa, CLM-Fundação Calouste Gulbenkian; JNICT. 2 ed. p. 73. Referido por Nelson Mota (2010), op. cit.

prevalência ou "*recuperação do lote como elemento primordial de diferenciação do tecido urbano*"[568], mesmo em operações de maior escala.

Num pólo paralelo a este processo histórico, cabe também referir que as questões especificamente colocadas no âmbito da habitação unifamiliar, moderna e de carácter singular, palco privilegiado de experimentações espaciais na 1ª metade do século XX, como as enunciadas e aprofundadas por Rui J. Garcia Ramos[569]. Apesar de genericamente não coincidirem com as transformações empreendidas nos prédios de rendimento urbanos, alguns temas abordados constituem aspectos comum, nomeadamente a *"simplificação do programa e a consequente unificação dos espaços com redução da área unificada"*.

Outros temas apontados por Rui J. Garcia Ramos, como por exemplo, "*o espaço central como tema aglutinador das transformações da organização interna*"[570], aparentam ter menos relevância na concepção do prédio portuense, já que este tipo de experimentação em torno de espaços como as entradas e vestíbulos, frequente em habitação unifamiliar com alguma dimensão, não subsiste à compressão e racionalização do programa funcional dos apartamentos em andares, resumindo-se o 'hall', frequentemente e apenas, a um pequeno compartimento de recepção/vestíbulo.

---

[568] *cf*. Nonell, Anni Günther (2002). Porto, 1763/1852. A construção da cidade entre despotismo e liberalismo. Porto, FAUP Publicações. 1 ed. ISBN 972-9483-57-4, Nonell, Anni Gunther, coord. (1992). O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos (Fotografia: António Carvalho Valente). Porto, Edições Câmara Municipal do Porto.
pp. 276-277. Referido por Nelson Mota (2010), op. cit.

[569] Sobre a *"mudança e continuidade no projecto doméstico"*, em habitação unifamiliar na 1ª metade do século XX, cf. Ramos, Rui Jorge Garcia (2010 [2004]). A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português. Porto, Faup publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título). ISBN 978-972-9483-97-4.

[570] *"Central living hall": espaços interiores organizados em torno de um átrio. "Esta solução atribui ao átrio central um protagonismo essencial na organização dos espaços circundantes e na sua relação com as escadas e a entrada principal. A progressiva transformação do átrio num compartimento com maior dimensão e com melhores condições de conforto, como já vimos em exemplos anteriores, conduz à sua aceitação na organização formal da casa e como espaço de permanência na estruturação da vida doméstica. Assim, este espaço, átrio e sala, passa de elemento aglutinador do desenho da casa e da dinâmica da sua vida a elemento central, origem da concepção da casa e da maneira como é habitada."* Ramos, Rui Jorge Garcia (2010 [2004]). A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português. Porto, Faup publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título). ISBN 978-972-9483-97-4. p. 133.

Da casa urbana e corrente da pequena/média burguesia ao prédio de apartamentos em andar

Em habitação corrente de escala média, o programa proposto desde o século XVII é simples e condensado, exibindo até ao início do século XX, variações no sentido crescente da sua especialização à função de habitação[571].

A "*habitação burguesa no Porto iluminista*", caracterizada genericamente por Francisco Barata Fernandes com duas frentes, privilegiadamente unifamiliar e multifuncional ao longo do século XVIII, e aderindo ao modelo de habitação bifamiliar já no século XIX, desenvolve habitualmente o seguinte programa: loja/armazém no rés-do-chão; sala/quarto nas áreas adjacentes à fachada principal; quartos na fachada posterior e compartimentos interiores nos pisos superiores; cozinha no último piso, na fachada posterior; lavabo/pia de despejo na fachada posterior (ou anexo)[572].

Já a "*habitação burguesa no Porto liberal",* que se divide entre o 'bifamiliar/multifuncional' e o 'unifamiliar/monofuncional' ao longo do século XIX e início do século XX, neste último caso, exibe como programa frequente: cave onde se localiza a carvoeira, arrecadações, loja, adega; rés-do-chão sobrelevado com sala de espera/quarto na fachada principal; cozinha e sala de jantar na fachada posterior (ou cozinha em anexo); quartos e salas distribuídos nos restantes pisos, com indicação de 'arrecadações' em espaços de alcova[573] (denominação a partir de 1903, já que até esta data estes espaços eram claramente indicados como quartos); lavabo/pia de despejo na fachada posterior ou em espaço anexo à fachada. Os espaços localizados na fachada principal assumem alguma ambiguidade ao nível funcional. Verifica-se de igual modo uma aproximação entre a cozinha e a sala de jantar.

---

[571] Segundo F. Barata Fernandes: ***Habitação burguesa no Porto mercantilista*** (século XVII/XVIII): Habitação unifamiliar/multifuncional, uma ou duas frentes, programa simples e condensado; ***Habitação burguesa no Porto iluminista*** (século XVIII), unifamiliar/multifuncional; (século XIX), bifamiliar/multifuncional, de duas frentes; ***Habitação burguesa no Porto liberal*** (século XIX/XX), habitação bifamiliar/multifuncional; (século XIX/XX), unifamiliar/monofuncional. cf. Fernandes, Francisco Barata (1999). Fragmentos de Cidade na Cidade Contemporânea. Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. ISBN 972-9483-38-8.

[572] *idem*, pp. 138-139.

[573] # alcova [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

Já em pleno século XX, no que o autor apelida de "*Porto contemporâneo"*, em que domina o 'plurifamiliar/multifuncional' enquanto tipo de habitação urbana, observa-se a sobreocupação de edifícios existentes e passagem de um programa unifamiliar para plurifamiliar. Este processo obriga a uma compressão do programa a um mínimo funcional: quarto e sala (o compartimento mais próximo da entrada) na fachada principal; sala de jantar e cozinha na fachada posterior; a introdução de um saguão interior permite a colocação de um quarto de banho na zona central do edifício. A instalação sanitária de serviço continua em anexo na fachada posterior. A ocupação do rés-do-chão varia em função da localização urbana, sendo comum a localização de espaços de habitação na fachada ligada ao logradouro[574].

Na passagem da habitação unifamiliar para a habitação plurifamiliar, este processo aparenta sofrer uma inversão, verificando-se que desde a sua génese, parte dos edifícios construídos de raiz propõem a ocupação optimizada do rés-do-chão, partilhando frequentemente áreas de arrecadação com comércio e habitação. O logradouro surge dividido em talhões de terreno individualizados ou ocupado por garagens, identificando-se nos projectos de licenciamento dos anos 40 ainda propostas de instalação de galinheiros.

No âmbito do apartamento, compartimentos como a sala e o quarto, que até à época eram dotados de uma relativa indiferenciação ao nível de localização e dimensão, fixam o seu lugar na habitação. A sala de visitas, por outro lado, ganha autonomia, assumindo-se como espaço privilegiado de recepção.

Do palacete urbano ao prédio de rendimento
Acesso. Vestíbulo. Piso térreo. Programa

O prédio de rendimento portuense manifesta referências evidentes ao palacete urbano, do ponto de vista funcional e de distribuição do apartamento (tipo de compartimentos, os rituais de recepção, especialização da casa à função habitar). Contudo, a sua concepção enquanto objecto

[574] *idem*, p. 234.

urbano parece estar intimamente relacionada com a lógica de funcionamento da própria cidade, retomando a plurifuncionalidade e o carácter complanar do piso térreo, em zonas próximas às artérias mais comerciais do centro. Esta definição particular do rés-do-chão constitui uma especificidade relativamente ao palacete, enquanto modelo.

Os palacetes portuenses referidos por Nelson Mota em *"A Arquitectura do quotidiano"*[575] permitem observar casos concretos do programa da habitação da alta burguesia portuense em finais do século XIX e inícios do século XX, e em que medida este se relaciona com as opções que se tornaram correntes a partir da 1ª metade de novecentos, já no contexto do prédio de rendimento.

Os diferentes tipos de edifícios (e respectivas matrizes de organização espacial) publicados na obra em questão são pouco relevantes para a caracterização da especificidade do programa do prédio plurifamiliar, já que correspondem a edifícios cuja implantação oscila entre a inserção isolada e as três frentes. Ou seja, são edifícios em que não existe uma pressão na ocupação optimizada do lote. O edifício plurifamiliar de três frentes, por exemplo, ainda que uma opção usual em Lisboa no início do século em solução geminada[576], constitui um tipo de edifício ocasional no Porto, remetendo-se a gavetos, ou muito pontualmente a lotes entre paredes de meação, como no caso do edifício localizado na Rua Adolfo Casais Monteiro, 82-92[577], ou na Rua Gonçalo Cristóvão, 12[578]. [**Fot. VI.13-VI.15**]

Em habitação unifamiliar, as diferenças mais evidentes ao nível programático entre a moradia isolada ou com três frentes, e a casa em lote estreito e associação lateral, traduzem-se na ocupação do piso térreo. Na casa isolada, sobreleva-se normalmente este piso, organizando-o enquanto zona nobre da habitação. Observam-se outras diferenças relevantes na caracterização

---

[575] Mota, Nelson (2010a). A Arquitectura do quotidiano. Público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do séc. XIX. Coimbra, eldlarq. Departamento de Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. (versão publicada de tese de mestrado policopiada com o mesmo título, 2006). ISBN 978-972-99821-5-6. Perspectiva de investigação do autor: relação entre o público e privado na concepção da habitação unifamiliar.

[576] Edifícios publicados na revista "*A Architectura Portugueza*", 1909-1912, cf. capítulo VII, *"Referências e Transferências. Leituras a partir de 'A Arquitectura Portuguesa'"*.

[577] LO 1940/0207 [DMAG].

[578] LO 1934/0652 [AHMP].

das zonas de entrada, que no edifício em lote se resumem a um patamar de dimensões contidas, que se amplia ocasionalmente através de uma sala de visitas. Esta solução afasta-se do desdobramento de espaços de recepção associados às rotinas sociais da alta burguesia que habita a casa isolada. Por último, sublinha-se as manifestas diferenças na especialização de cada compartimento habitável, frequente no palacete e pouco usual no edifício em lote estreito.

Os apartamentos de um prédio portuense corrente para arrendamento dos anos 30 ou 40 não incorporam espaços de grande dimensão vocacionados para práticas de recepção (salões, salas de bilhar, etc.) ou espaços especializados em função do género ou das rotinas quotidianas. Contudo, apesar do seu programa condensado, mantêm o característico espaço de 'vestíbulo' do palacete urbano, do qual não se prescinde, mesmo em modelos mais ligados às lógicas de concepção do edifício urbano em lote (no qual este tipo de espaços de recepção se reduz frequentemente a um prolongamento do corredor).

A Casa de Luiz Cruz (1900)[579], na Rua de Gondarém, por exemplo, espacializa claramente a progressão de espaços estruturada pelo vestíbulo, sala de visitas e sala de jantar, que se mantém em apartamentos de modelo importado, ainda que a maior proximidade da sala de jantar da entrada observada neste esquema só se torne corrente em habitação plurifamiliar a partir de meados dos anos 50.

A observação das matrizes de organização espacial de outras moradias permite a constatação de alguns factos diferenciadores relativamente ao prédio de rendimento, ainda que de evidência variável, como é o caso da questão dos acessos à habitação. Em moradias isoladas, por exemplo, sobressai a desmultiplicação de acessos ao exterior que naturalmente não se verifica num prédio de apartamentos.

O piso térreo e as áreas em caves.
Organização. Dispositivos de acesso e gestão de privacidade

[579] Edifício representado em Mota, Nelson (2010a). A Arquitectura do quotidiano. Público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do séc. XIX. Coimbra, eldlarq. Departamento de Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. (versão publicada de tese de mestrado policopiada com o mesmo título, 2006). ISBN 978-972-99821-5-6. pp. 130, 137, 187.

Fot. VI. 13 – Rua de Adolfo Casais Monteiro, 82-92 [LO 1940/0207]

Fot. VI. 14 – Rua de Adolfo Casais Monteiro, 82-92 [LO 1940/0207]

Fot. VI. 15 – Rua de Gonçalo Cristóvão, 12 [LO 1934/0652]

Fot. VI. 16 – Rua da Boavista, 585-609 [LO 1940/0586]

Fot. VI. 17 – Rua da Boavista, 585-609 [LO 1940/0586]

Fot. VI. 18 – Rua da Boavista, 571-573 [LO 1947/0295]

Fot. VI. 19 – Rua de João de Deus, 91-103 [LO 1947/0699]

Fot. VI. 20 – Rua de Oliveira Monteiro, 450-472 [LO 1936/0855]

No que à concepção da habitação plurifamiliar diz respeito, existe por parte de quem projecta um entendimento urbano que se manifesta para além da qualidade arquitectónica dos edifícios. Tanto o programa do rés-do-chão como o do primeiro piso aparentam variar em função da localização na cidade, estabelecendo uma espécie de hierarquização das próprias ruas. A ocupação funcional do piso térreo traduz-se habitualmente em 'habitação', 'estabelecimentos' (espaços comerciais) ou 'lojas' (arrecadações, arrumos)[580].

Em habitação unifamiliar urbana, especialmente a que se insere em lotes de frente estreita e é habitada por famílias da pequena ou média burguesia, existia uma relação frequente entre a ocupação do piso térreo e a actividade profissional do seu proprietário. Já nos prédios de rendimento para ocupação de vários agregados familiares, esta relação aparenta desaparecer por completo, ainda que o proprietário eventualmente habite ou desenvolva a sua actividade profissional no edifício. Numa lógica de maximização da rentabilização do edifício, a ocupação funcional do rés-do-chão oscila preferencialmente entre a incorporação de estabelecimentos de comércio ou a habitação para arrendamento independente.

Na maioria dos prédios urbanos analisados, não se desenham espaços exteriores de transição com o espaço público, já que os edifícios se situam quase que exclusivamente à face da rua, independentemente da localização urbana, dimensão ou qualidade arquitectónica. Identificaram-se algumas variantes, como blocos isolados de quatro frentes, tal como os edifícios na Rua de Oliveira Monteiro, 450-472[581], na Rua de João de Deus, 91-103[582] e na Rua da Boavista, 571-573[583], ou edifícios implantados com recuo relativamente ao alinhamento da rua, como é o caso do edifício na Rua da Boavista, 571-573[584]. Esta forma de inserção urbana não constitui regra até ao final dos anos 50. [**Fot. VI.16-VI.20**]

---

[580] *cf*. levantamento constante em Documentos de referência, *ponto 5*
[581] LO 1936/0855 [AHMP].
[582] LO 1947/0699 [DMAG].
[583] LO 1947/0295 [DMAG].
[584] LO 1947/0295 [DMAG].
Segundo o arquitecto Carlos Prata, o recuo do edifício relativamente à rua deveu-se à tentativa de estabelecer um novo alinhamento/largura para a Rua da Boavista.

No caso especifico da habitação unifamiliar portuense, Nelson Mota afirma que *"existe uma relação entre o nível socioeconómico e o grau de permeabilidade do interior da habitação em relação ao espaço público; quanto mais elevado é o primeiro, menor é o segundo"*[585]. No caso da habitação plurifamiliar portuense construída entre as décadas de 20-60 do século XX, esta relação aparenta ser menos inequívoca ou directa, em primeiro lugar face à inserção urbana, e em segundo, tendo em conta as próprias características dos dispositivos de transição entre o espaço rua e a entrada das habitações.

Se em períodos anteriores, separar trabalho, actividades de comércio e armazenamento dos espaços de habitação constituía um sinal de distinção, de maior poder económico ou estatuto, remetendo os edifícios para um carácter essencialmente monofuncional, com a construção de edifícios plurifamiliares de raiz esta relação perde clareza. Com efeito, nas principais ruas da cidade, o cosmopolitismo significa precisamente viver em zonas com acesso a comércio (ainda que não de consumo tradicional ou de bens primários) e serviços, como é o caso de ruas como Sá da Bandeira, Ceuta, ou outras ruas articuladas com a Avenida dos Aliados.

Não se localizaram no Porto, pelo menos até aos anos 60, áreas monofuncionais autónomas dedicadas a habitação plurifamiliar ou complexos habitacionais complementados por equipamentos e edifícios de serviços. O Campo do Luso[586] e o Parque residencial da Boavista (Foco)[587] surgem como as primeiras iniciativas neste sentido, ainda que em inícios dos anos 60 o centro urbano já contasse com alguns blocos habitacionais de grande dimensão, ou sectores de ruas unicamente constituídos por edifícios de apartamentos em andares.

O acesso aos pisos de habitação

O vestíbulo de entrada nos prédios de rendimento traduz-se, por norma, num espaço reduzido, funcional e sem sentido de colectividade. No entanto, em edifícios de maior dimensão, dos

[585] Mota, Nelson (2010b). O espaço doméstico burguês do Porto no final do século XIX: fronteiras entre o público e o privado. I Encontro CITCEM «Família, Espaço e Património», Universidade do Minho, 26 e 27 de Novembro de 2010.
[586] Final dos anos 50 - início dos anos 60 do século XX.
[587] Final dos anos 50 - início dos anos 70 do século XX.

quais se pretende obter maior rentabilidade no arrendamento de cada apartamento, assume-se naturalmente como um dispositivo essencial de distinção, investindo-se na sua dimensão, qualificação espacial e material.

Os edifícios cujo modelo se estabelece na continuidade do edifício em lote, mantém uma lógica similar de incorporação de um vestíbulo contido, investindo o esforço no desenho e articulação do acesso aos pisos superiores, ao logradouro e aos próprios programas espacializados no piso térreo.

O vestíbulo do edifício enquanto espaço de recepção, com dimensão razoável e qualificação material, aparece quase que exclusivamente confinado aos edifícios que se filiam em modelos importados.

Os estabelecimentos

No centro da cidade, em edifícios de maior escala e relevância urbana, cuja dimensão dos apartamentos indicia arrendatários da classe burguesa com capacidade económica, o programa do rés-do-chão incorpora normalmente estabelecimentos de comércio, compatibilizados com as portas de acesso ao interior dos prédios e rampas de acesso a estacionamentos. Em zonas específicas como a Rua de Sá da Bandeira e a Rua de Ceuta, os estabelecimentos desvinculam-se do comércio tradicional, para associarem um perfil de cliente mais cosmopolita, nomeadamente stands de venda de automóveis, perfumarias ou joalharias, cujo projecto se encomenda de igual modo a arquitectos (ou pelos menos as suas '*devantures'*[588]*)*, prenunciando a partir do próprio piso térreo, o estatuto ou requinte dos apartamentos situados nos andares superiores. O controlo programático do rés-do-chão participa, portanto, na dignificação do próprio edifício.

A incorporação de habitação no piso térreo

[588] Termo utilizado nos Processos de Licença de Obra para se referir às frentes de loja "*devanture de magasin*". Exemplo da frente de loja na Rua de Sá da Bandeira, 212 [LO 1503/1937], da autoria do arquitecto José Ferreira Peneda.

No prédio de rendimento portuense, por norma, o controlo de acessos do edifício realiza-se directamente através da porta de entrada ao edifício, a que se segue um vestíbulo (ou corredor), átrio comum de ligação à escada ou elevador de acesso vertical, elementos cuja estruturação de certa forma indicia a filiação do modelo de habitação adoptado.

A inclusão de programa habitacional no piso térreo é relativamente frequente, salvaguardando a questão da privacidade do apartamento através da introdução de uma cave sobrelevada[589] [**Fot. VI.21-VI.23**]. Esta solução pode-se inserir na tradição da cave elevada do prédio unifamiliar portuense de décadas anteriores[590] que se tornou comum na 2ª metade do século XIX, início do século XX. No âmbito estrito do plurifamiliar, constitui uma opção formal corrente e de longa data em edificações lisboetas.

Por regra, construir o piso térreo ao mesmo nível que a rua só se verifica se o programa do rés-do-chão for ocupado por estabelecimentos comerciais ou acesso a garagens. Como excepções, localizaram-se casos pontuais que incorporam habitação ao nível da rua já no final dos anos 50, como no edifício localizado na Rua de Santos Pousada, 754-762[591], Rua da Boavista, 564-594[592], Rua de Alves da Veiga, 97-99[593], Rua do Campo Lindo, 251[594] e cunhal da Rua da Alegria com a Rua de Latino Coelho[595], em edifícios projectados a partir de finais da década de 40, estruturando-se nestes casos o acesso a todos os apartamentos a partir de um vestíbulo comum. [**Fot. VI.24-VI.27**]

O acesso independente a cada habitação a partir da rua, situação frequente em habitação unifamiliar e bifamiliar urbana portuense, aparenta ser uma opção pouco frequente em habitação plurifamiliar construída de raiz, observando-se pontualmente em distintos modelos de

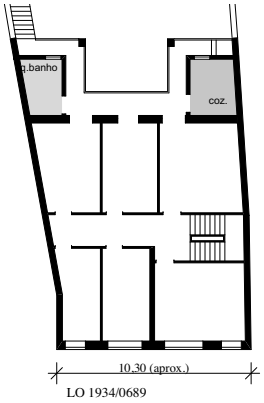
[589] Exemplos: Rua da Alegria, 176 [LO 1945/0320]; Praça da República, 203-205 [LO 1928/0947]; Rua da Boavista, 571-573 [LO 1947/0295]
[590] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.
[591] LO 1957/0547 [DMAG].
[592] LO 1958/0016 [DMAG].
[593] LO 1944/0281 [DMAG]
[594] LO 1952/0040 [DMAG]
[595] LO 1955/0343 [DMAG].

Fot. VI. 21 – Rua da Alegria, 176 [LO 1945/0320]

Fot. VI. 22 – Praça da República, 203-205 [LO 1928/0947]

Fot. VI. 23 – Rua da Boavista, 571-573 [LO 1947/0295]

Fot. VI. 24 – Rua de Santos Pousada, 754-762 [LO 1957/0547]



Des. VI.2 – Rua do Doutor Alves da Veiga, 187-195 [LO 1934/0689]

Fot. VI. 25 –Rua da Boavista, 564-594 [LO 1958/0016]

Fot. VI. 26 – Rua do Campo Lindo, 251 [LO 1952/0040]

Fot. VI. 27 – Rua do Doutor Alves da Veiga, 187-195 [LO 1934/0689]

habitação. Com exemplos, refira-se o edifício na Rua de Alves da Veiga, 97-99[596], com piso térreo complanar com a rua, e os edifícios na Rua da Alegria[597], Rua do Doutor Alves da Veiga, 187-195[598], Rua de António Cândido, 256-260[599] e Rua do Conde Ferreira, 176-178[600]. [**Fot. VI.27-VI.30**]

O edifício na Rua do Doutor Alves da Veiga, 187-195 representa um caso curioso: apesar da sua linguagem e composição sugerir um tipo de edifício resultante de uma duplicação por simetria, na realidade estrutura-se apenas um apartamento por piso, definindo-se um acesso independente para o apartamento do rés-do-chão e outro para os apartamentos dos pisos superiores. [**Fot. VI.27**], [**Des. VI.2**]

Localizaram-se igualmente casos pontuais em que se inclui um programa habitacional em cave sobrelevada, tanto em edifícios inseridos à face da rua, como acontece na Rua de Diogo Brandão, 36[601], ou na Rua de Fonseca Cardoso, 93[602], 131-143[603] e 145-163[604], ou em blocos recuados relativamente à rua, e antecedidos por pequenos jardins, como acontece na Rua João de Deus, 91-103[605].[**Fot. VI.31-VI.33**], [**Fot. VI.19**]

A maioria dos edifícios analisados, independentemente da incorporação de um programa de habitação no piso térreo, opta por fazer o seu acesso a partir de um vestíbulo comum. A eliminação progressiva de acessos directos a fogos localizados no rés-do-chão a partir da rua constitui um sinal dignificação do prédio e consequente demarcação social.

A partir dos anos 60, e em empreendimentos residenciais de maior dimensão, a questão da inclusão de apartamentos no piso térreo, o tratamento do espaço colectivo ou público

[596] LO 1944/0281 [DMAG]
[597] LO 1945/0370 [DMAG]
[598] LO 1934/0689 [AHMP]
[599] LO 1939/0509 [AHMP]
[600] LO 1934/0099 [AHMP]
[601] LO 1937/0369 [AHMP]
[602] LO 1938/1033 [AHMP]
[603] LO 1935/1624 [AHMP]
[604] LO 1938/0396 [AHMP]
[605] LO 1947/0699 [DMAG]

envolvente, e do próprio carácter das áreas comuns de entrada, passa a assumir um papel relevante na concepção do edifício. Os casos mais evidentes são o Campo do Luso e o Parque Residencial da Boavista (Foco), em que estas questões são pensadas de forma integrada e encontram soluções formais. Até esta data, e em ruas-canal, a única solução viável traduz-se na sobreelevação do piso. [**Fot. VI.34-VI.38**]

A loja comercial, estabelecimentos, armazéns[606] e arrumos

No Porto, existe alguma ambiguidade na utilização de designações como 'loja', loja comercial' e 'estabelecimentos'. O termo 'loja', no sentido de espaço comercial aparenta só ter começado a ser usado a partir de meados dos anos 50. Até esta data, o espaço comercial no rés-do-chão é inequivocamente denominado como 'estabelecimento', sendo que o termo 'loja' designa, na maior parte dos casos, um espaço de arrecadação. A mesma ambiguidade se verifica na designação "armazém", que nem sempre se referrem a arrecadações. Veja-se, por exemplo, os "Armazéns dos Anjos", os "Armazéns do Bolhão", ou os conhecidos "Grandes Armazéns Nascimento"[607] (1914) situados na Rua de Santa Catarina, com projecto da autoria de José Marques da Silva.

Apesar de não constituir a opção mais rentável, pelo menos a partir de uma perspectiva contemporânea, a incorporação de arrecadações, '*lojas*' e *pequenos armazéns* (espaços de arrumos) no piso térreo e em contacto com a rua é uma solução relativamente corrente, mesmo em ruas próximas do centro urbano e tradicionalmente de vocação comercial. Aparentemente, os proprietários de edifícios de menor dimensão preferem esta solução à incorporação de estabelecimentos comerciais, o que indicia uma estratégia de dignificação do próprio edifício, tornando-o menos concorrido.

[606] Arrecadações e armazéns ocupando todo o piso térreo. Alguns exemplos: Rua de Rodrigues Sampaio, 169-179 [LO 1935/1597; LO 1944/0058]; Rua da Firmeza, 477-493 [LO 1938/0011; LO 1939/0159]; Rua Formosa, 53-57 [LO 1938/1225]; Rua da Boavista [LO 1940/0587]; Rua de Diogo Brandão, 55-63 [LO 1973/0527].
[607] https://fims.up.pt/index.php?cat=2&subcat=8&proj=3

Outros exemplos com *'lojas'* (no sentido de arrumos), também localizadas no piso térreo, surgem em ruas de maior ou menor afastamento do centro urbano, sobressaindo novamente a não optimização do rés-do-chão enquanto espaço comercial em locais como a Rua de Alexandre Braga e a Rua de Magalhães Lemos, em ligação directa com a Avenida dos Aliados[608]. [**Fot. VI.39-VI.41**]

A definição funcional de zonas amplas de armazenamento e fábricas de grandes dimensões no piso térreo, solução de ocupação frequente em habitação urbana portuense de períodos anteriores, estabelece-se naturalmente como a opção que confere menos dignidade aos edifícios. Este facto leva à sua progressiva erradicação em prédios de apartamentos construídos no centro da cidade, ainda que seja possível assinalar casos pontuais com armazéns, de que são exemplo os edifícios na Rua Formosa, 53-57[609], Rua da Firmeza, 477-493[610] e Rua de Guedes de Azevedo, 17-33[611]. Actualmente, constata-se a frequente ocupação deste tipo de espaços com comércio, como é o caso do edifício na Rua da Firmeza. [**Fot. VI.42-VI.44**]

Alguns programas mistos

A conjugação de um programa de habitação e estabelecimentos de comércio no piso térreo, traduz-se numa opção menos frequente em edificação plurifamiliar portuense, tendo sido identificada pontualmente e com soluções distintas.

Uma das opções consiste em intercalar habitação e loja comercial, em contacto com a frente de rua, como acontece no edifício em cunhal de grande dimensão implantado no cruzamento da

[608] Edifícios com o programa 'loja' (arrecadação), ocupando todo o piso térreo. Alguns exemplos: Rua de Alexandre Braga [LO 1929/0628]; Avenida Rodrigues de Freitas [LO 1930/0328]; Campo 24 de Agosto [LO 1939/0469]; Rua da Alegria, 617-623 [LO 1932/0468]; Rua da Conceição, 21-29 [LO 1938/0437]; Rua de Rodrigues Sampaio, 186-194 e 198-204 [LO 1937/0242; LO 1957/0520]; Rua de Magalhães de Lemos, 109 [LO 1932/0745]; Rua de Bonfim, 72-76 [LO 1932/0868; LO 1935/1111]; Rua dos Bragas, 30-58 [LO 1939/0400]; Rua do Campo Lindo, 258-277 [LO 1936/0017]; Rua de Fernandes Tomás, 133-137 | 1-35; 385-405 | 2-28 [LO 1933/1130; LO 1936/0707; LO 1938/0136; LO 1936/0433]
[609] LO 1938/1225 [AHMP].
[610] LO 1938/0011 [AHMP].
[611] LO 1944/0429 [DMAG].

Rua da Alegria, 922-930, com a Rua de Latino Coelho.[612] Outra solução pontual, consiste em articular estabelecimentos na frente de rua e um apartamento voltado para o logradouro, tal como acontece no edifício na Rua de Fernandes Tomás, 326-332[613], rua ligada ao comércio tradicional de bens primários. Outro exemplo é o edifício situado na Rua da Constituição, 11-25[614], uma rua de abertura e consolidação mais tardias (anos 40/50), em que aparentemente não existiu um acordo tácito relativamente à ocupação do piso térreo da frente urbana, face à heterogeneidade significativa de programas, em edifícios contínuos edificados sensivelmente na mesma época. [**Fot. VI.45-VI.47**]

A ocupação do piso térreo adapta-se naturalmente ao programa específico elaborado para cada edifício, registando-se outras variantes programáticas, marcadamente de carácter pontual, das quais se destacam:

- *Sala de exposições* (associada a armazém em cave) e acesso de veículos a logradouro, na Rua de Olivença, 54-56[615], inserindo-se o edifício numa rua em que os pisos térreos são ocupados quase na totalidade por habitação (com caves sobrelevadas). [**Fot. VI.48**]
- *Estabelecimento + consultório* na fachada posterior, na Rua do Bolhão, 67-71[616]. Apesar de se apresentar como um caso de excepção, este exemplo denuncia um tipo de ocupação funcional que se tornou frequente nos quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira, por norma no 1º piso dos edifícios: a instalação de escritórios de advogados e consultórios médicos, ou seja, uma ocupação sistemática por profissionais liberais. [**Fot. VI.49**]
- *Estabelecimentos + café + restaurante*, na Rua de Sá da Bandeira, 465-531[617]. A ocupação do piso térreo do Palácio do Comércio, edifício-quarteirão com um amplo

[612] LO 1955/0343 [DMAG].
[613] LO 1938/0378 [AHMP].
[614] LO 1956/0267 [DMAG].
[615] LO 1952/0275 [DMAG]. Rua de Olivença: rua perpendicular à Rua do Bonjardim e Rua de Fonseca Cardoso, eminentemente residencial, com habitação no rés-do-chão ou caves sobrelevadas.
[616] LO 1950/0691 [DMAG].
[617] LO 1947/0051 [DMAG].

pátio interior, propunha, para além dos estabelecimentos voltados para a rua, a instalação de um café de grandes dimensões, e um restaurante no pátio interior. Apesar de não se ter concretizado, denuncia um claro propósito, em meados dos anos 40, de dinamizar determinadas zonas da cidade, através da inclusão de programas de carácter especial nos edifícios de carácter mais emblemático. [**Fot. VI.50**]

As garagens e estacionamentos cobertos

A inclusão de garagens comuns no piso térreo[618] para utilização exclusiva dos habitantes não é frequente, ainda que se tenham localizado exemplos dispersos por diversas ruas. É interessante verificar que alguns casos datam de inícios dos anos 30, o que denota que o estacionamento do automóvel particular, na impossibilidade de utilização do logradouro para esse efeito, constitui efectivamente um problema em ruas estreitas e de ocupação densa, ainda que a ocupação integral do rés-do-chão com estacionamento resulte numa opção estranha em ruas de vocação comercial, como a Rua de Ramalho Ortigão e Rua de Rodrigues Sampaio.

Na década de 30 observa-se na cidade do Porto a proliferação da edificação de estruturas dedicadas exclusivamente a estacionamento comum de carácter público, como a Garagem do Comércio do Porto ou a Garagem Passos Manuel. Ainda que de uma forma residual, construíram-se de igual modo edifícios em que a garagem pública coexiste com um programa habitacional, de que são exemplos os edifícios localizados na Rua de Sá da Bandeira, 630-676[619] e na Rua de José Falcão[620]. [**Fot. VI.51-VI.52**]

[618] Garagens comuns no piso térreo. Alguns exemplos: Rua de Fernandes Tomás, 39-45 [LO 1931/0225]; Rua de Rodrigues Sampaio, 36-46 [LO 1934/0652]; Rua de Nossa Senhora de Fátima, 436-450 [LO 1949/0717]; Rua de Diogo Brandão, 35-41 [LO 1961/0616]; Rua de Dom João IV [LO 1962/0321]
[619] LO 1948/0096 [DMAG].
[620] LO 1952/1031 [DMAG].

O estacionamento comum em cave[621]

A partir dos anos 40, e geralmente em ruas de particular relevância e em edifícios de grande escala, introduz-se estacionamento em cave, tanto para uso dos inquilinos, como para o desenvolvimento de actividades autónomas de serviços. Trata-se de um fenómeno especialmente significativo nos quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira, mas é um facto que pontualmente, e em diversas ruas cada vez mais afastadas do centro urbano, se começam a construir edifícios com este tipo de programa. [**Fot. VI.53-VI.56**]

Os espaços de logradouro

O logradouro[622], nos lotes a partir do século XVIII, XIX analisados, traduz-se num espaço de carácter e configuração específicas: local exterior, privado e interiorizado, localizado na parte posterior de um lote urbano, sendo normalmente de forma rectangular (profundo e estreito), com um dos lados definido pela edificação e os outros três conformados pelos muros que confinam os espaços exteriores vizinhos. O logradouro assume-se, portanto, como um pátio relacionado com as traseiras do edificado, figura dominante no parcelamento da cidade consolidada.

O logradouro traduz uma relação entre o edifício de habitação e o espaço livre que lhe é próprio, tendo adquirido, no caso específico do Porto, um grau de identidade.

Nas tipologias de habitação burguesa dominantes até aos meados do século XIX, os espaços exteriores são normalmente de carácter multifuncional: espaço de fruição (jardim), produção agrícola (horta) ou espaço de produção industrial (oficina). Nos processos de transformação do

[621] Edifícios com o estacionamento comum em cave. Alguns exemplos: Rua de Guedes de Azevedo, 17-33 [LO 1944/0429]; Rua de Sá da Bandeira, 465-531 [LO 1947/0051] (com armazéns e arrumos); Rua da Constituição, 27-47 [LO 1951/0131]; Rua de Fonseca Cardoso [LO 1953/0189]; Rua de Santos Pousada, 1330 [LO 1953/0339]; Rua de Fonseca Cardoso, 100-106 [LO 1956/0020]; Rua de Diogo Brandão, 55-63 [LO 1973/0527]; Rua Alves da Veiga [LO 1962/0690] (também no rés-do-chão).

[622] #logradouro [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

unifamiliar para o plurifamiliar[623], os espaços de logradouro assistem a uma mutação de significado e de carácter, absorvendo e integrando a mesma densificação que se instala no próprio edificado. O jardim privado, ou pequena horta desaparecem, dando lugar à massificação das 'ilhas', ou à oficina/fábrica com ocupação total do lote.

Com a introdução de formas de habitação distintas, tal como o prédio de rendimento, o logradouro persiste (porque se privilegia a construção da frente da rua), adaptando-se à variação da dimensão dos lotes e às inovações inerentes aos próprios modelos de habitação. Ao nível de uso, o logradouro transforma-se progressivamente num espaço de serviços, respondendo às necessidades emergentes com as alterações dos modos de vida, nomeadamente a resolução do problema de estacionamento. Não foram identificados casos em que ao nível de projecto o espaço exterior livre fosse claramente equacionado enquanto espaço de usufruto colectivo. Até aos anos 40, é frequente a proposta da sua ocupação com galinheiros e carvoeiras em edifícios de pequena dimensão, inseridos em espaços individualizados por apartamento[624]. [**Fot. VI.57-VI.58**]

A partir dessa data, e em edifícios de maior dimensão, a opção mais frequente consiste na inclusão de estacionamentos.

Ainda que não se trate de uma solução frequente, em lotes com maior largura de frente identificaram-se passagens cobertas ou descobertas, que possibilitam o acesso ao logradouro por veículos. É o caso do edifício localizado na Rua de Adolfo Casais Monteiro, 82-92[625], ou do edifício localizado na Rua da Regeneração, 94-122[626]**.** [**Fot. VI.14 e VI.59**]

Esta estratégia de ocupação do logradouro aumenta exponencialmente de escala nos quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira, mais propriamente no edifício a Nascente, no cunhal com

---

[623] *cf*. Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

[624] Exemplos na Rua de Diogo Brandão [LO 1939/0388]; Rua de Ferreira Cardoso, 172-174 [1936/1471]; Rua do Bolhão, 117-125 [LO 1941/0254]; Rua de António Cândido [LO 1939/0509].

[625] LO 1940/0207 [DMAG].

[626] LO 1934/0479 [AHMP].

a Rua Firmeza, 562-614[627], em que se constroem uma série de boxes individuais; e no quarteirão a Poente da rua, em que se estrutura um logradouro aberto, de serviço.

[627] LO 1943/0393 [DMAG].

Fot. VI. 28 – Rua do Doutor Alves da Veiga, 97-99 [LO 1944/0281]

Fot. VI. 29 – Rua de António Cândido, 256-260 [LO 1939/0509]

Fot. VI. 30 – Rua do Conde Ferreira, 176-178 [LO 1934/0099]

Fot. VI. 31 – Rua de Diogo Brandão, 36 [LO 1937/0369]

Fot. VI. 32 – Rua de Fonseca Cardoso, 93-95 [LO 1938/1033]

Fot. VI. 33 – Rua de Fonseca Cardoso, 145-163 [LO 1938/0396]

Fot. VI. 34 – Campo do Luso

Fot. VI. 35– Campo do Luso

Fot. VI. 36 – Campo do Luso

Fot. VI. 37 – Conjunto Residencial da Boavista (Foco)

Fot. VI. 38 – Conjunto Residencial da Boavista (Foco)

Fot. VI. 39 – Rua da Conceição, 21-29 [LO 1938/0437]

Fot. VI. 40 – Rua de Alexandre Braga, ? [LO 1929/0628]

Fot. VI. 41 – Rua de Magalhães Lemos, 109 [LO 1932/0745]

Fot. VI. 42 – Rua Formosa, 53-57 [LO 1938/1225]

Fot. VI. 43 – Rua da Firmeza, 447-493 [LO 1938/0011]

Fot. VI. 44 – Rua de Guedes de Azevedo, 17-33 [LO 1944/0429]

Fot. VI. 45 – Rua da Alegria, 922-930 [LO 1955/0343]

Fot. VI. 46 – Rua de Fernandes Tomás, 326-332 [LO 1938/0378]

Fot. VI. 47 – Rua da Constituição, 11-25 [LO 1956/0267]

Fot. VI. 48 – Rua de Olivença, 54-56 [LO 1952/0275]

Fot. VI. 49 – Rua do Bolhão, 67-71 [LO 1950/0691]

Fot. VI. 50 – Rua de Sá da Bandeira, 465-531 [LO 1947/0051]

Fot. VI. 51 – Rua de José Falcão [LO 1952/1031]

Fot. VI. 52 – Rua de Sá da Bandeira, 630-676 [LO 1948/0096]

Fot. VI. 53 – Rua de Nossa Senhora de Fátima, 436-450 [LO 1949/0717]

Fot. VI. 54 – Rua de Fonseca Cardoso, 100-106 [LO 1956/0020]

Fot. VI. 55 – Rua de Santos Pousada, 1330 [LO 1953/0339]

Fot. VI. 56 – Rua da Constituição, 27-47 [LO 1951/0131]

Fot. VI. 57 – Rua de Ferreira Cardoso, 172-174 [LO 1936/1471]

Fot. VI. 58 – Rua do Bolhão, 117-125 [LO 1941/0254]

Fot. VI. 59 – Rua da Regeneração, 94-122 [LO 1934/0479]

A ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DO APARTAMENTO[628]

No arco temporal em que se enquadra esta investigação, o modo como se deveria organizar e dividir a habitação, seja esta uma casa individual ou um apartamento num edifício em andares, não aparenta encontrar-se numa fase particularmente inconstante ou indefinida. Pelo contrário, a observação de um número alargado de tipologias construídas em andares até meados dos anos 50 do novecentos portuense, sugere que o programa residencial se encontra suficientemente estabilizado, variando no essencial a área possível de cada apartamento. Tal variação relaciona-se de um modo estreito com o tipo de cliente a que se destina e a zona da cidade em que se insere. A distribuição funcional e organização espacial dos apartamentos indicia, de igual modo, um alinhamento com os modos de habitar precedentes[629].

No final do século XIX, no Porto, o estatuto social manifestava-se através da complexidade do programa da casa, do número, dimensão e variedade das suas divisões. Em meados da 1ª metade do século XX, em contexto de habitação plurifamiliar, não se localizaram apartamentos de grande dimensão em número significativo, com áreas de serviço alargadas (exceptuando talvez os apartamentos dos pisos superiores do Palácio do Comércio, na Rua de Sá da Bandeira), o que sugere uma ausência de mercado de arrendamento nesse segmento, mesmo nas principais artérias do centro administrativo da cidade[630].

O programa do apartamento do prédio de rendimento, independentemente do tipo de cliente visado, caracteriza-se desde a sua génese por um programa condensado. Este não inclui, salvo raras excepções, espaços amplos dedicados a práticas de recepção de visitas, como salões e salas de visitas, frequentes em habitação unifamiliar de padrão médio e elevado no Porto, e em prédios lisboetas ou estrangeiros na mesma época (anos 30/40). O escritório junto à entrada, dispositivo corrente na época, tende a ser suprimido, assumindo-se claramente a separação entre a esfera doméstica e a esfera do trabalho. O quarto da empregada doméstica [*criada*] mantém-se

---

[628] #apartamento [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[629] Consulte-se os desenhos constantes no Volume 2, C1 a C5, em que é legível uma visão geral relativamente às distribuições dos apartamentos portuenses na época em estudo.

[630] Aparentemente, as classes mais abastadas preferiam continuar a habitar em casas unifamiliares na 1ª periferia da cidade.

como uma permanência, independentemente da existência ou não de entrada ou circuito de serviços[631].

Algumas alterações tomam lugar em meados dos anos 50, provavelmente resultado da compressão de áreas, da fixação de um número mínimo de compartimentos para um funcionamento optimizado do apartamento, e fundamentalmente da própria alteração da 'noção de vida privada', que se transforma paralelamente às modificações na estrutura morfológica da cidade e da sociedade[632]. Acede-se às propostas racionalistas da arquitectura do Movimento Moderno; alteram-se os modelos de investimentos na construção; modifica-se o modo como se constrói e planeia a cidade[633].

Trata-se igualmente de um processo de crescimento da importância da individualidade de cada habitante, e da autonomização de espaços individuais, que no caso da habitação plurifamiliar portuense, quase que desde a sua génese se centra num número mínimo de compartimentos para o desenvolvimento do quotidiano familiar[634].

Compartimentos. Tipo. Localização. Dimensões

---

[631] No Porto, é possível localizar edifícios com ou sem entradas/escadas de serviço, dependendo da complexidade e dimensão do fogo e da localização do prédio na cidade.

[632] *"Ao longo do período que se estende de 1820 a 1950, a noção de vida privada vai-se modificando, ao mesmo tempo que se constroem e reconstroem as suas linhas de fronteira com o espaço público. É, no entanto, no quadro da família que ocorrem as modificações mais significativas. Tendo começado por se afirmar como um espaço fechado, 'um refúgio' separado do mundo exterior, progressivamente vai-se autonomizando, no seu seio, uma vida privada pessoal que não se confunde nem se identifica com a vida familiar. Trata-se de um processo de privatização que acompanha o fortalecimento do estado e da urbanização e que ocorre, em estreito paralelismo, com a progressiva separação do trabalho relativamente ao espaço doméstico e a sua incorporação na esfera pública, ao mesmo tempo que se desenvolvem as grandes estruturas de produção, se extinguem indústrias domiciliárias e se generaliza o trabalho assalariado."* in Introdução, Irene Vaquinhas Mattoso, José (dir); Vaquinhas, Irene (coord), eds. (2011). História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea, Círculo dos leitores ISBN 978-989-644-149-4. p. 19.

[633] *cf.* capítulo II, *"Ruas enquanto laboratórios tipo-morfológicos no centro urbano"*.

[634] Programa mínimo: sala de jantar, cozinha, quarto de banho, lavabo ou pia de despejo (com localização variável); número variável de quartos.

Relativamente aos compartimentos (salas, quartos, cozinha, instalações sanitárias, arrumos, etc.), à sua disposição e hierarquia no apartamento, existem diversas questões que cabe considerar, atendendo à sua caracterização e à sua topologia.

A análise de artigos críticos e de apresentação de projectos de edifícios de habitação na revista *"A Arquitectura Portuguesa"* nas suas diferentes séries (1908-1958), permite a percepção de que, em meados da 1ª metade do século XX, a habitação plurifamiliar se pensava em função do número de compartimentos do apartamento, e não em função de tipologias predefinidas. O programa funcional incluía um número variável de espaços habitáveis, dependente de cada encomenda particular. Nesse contexto, existia um pré-entendimento entre projectistas e promotores sobre o número mínimo de compartimentos no desenho da habitação (em alguns textos indicado como pelo menos 10), para que fosse rentável e satisfizesse as necessidades dos inquilinos.

A observação de um conjunto alargado de edifícios portuenses projectados desde 1925 e meados dos anos 50, expõe algumas opções habituais relativamente ao programa funcional, e viabiliza inferir certas particularidades no âmbito das suas variantes e constantes.

Na legendagem das plantas dos pisos, constantes nos processos de Licença de Obras, recolheram-se as seguintes designações para os compartimentos:

- hall/vestíbulo/antecâmara
- sala de estar; sala de jantar; sala de comer; refeitório; sala de visitas; sala de receber; sala comum; sala; saleta
- gabinete; escritório; gabinete de estudo
- quarto; quarto de dormir; quarto de criada; quarto de vestir; '*toilette'*
- sala de trabalho; trabalho; costura; sala de brunir; brunidos
- cozinha
- copa
- W.C.; lavabo; pia
- despensa; arrumos; calçado; garrafeira; rouparia; quarto de engomados
- aquecimento; carvoeira
- quarto de banho
- galeria; corredor

- varanda; terraço
- jardim de inverno; varanda envidraçada

Existe um léxico mais ou menos estabilizado relativamente às denominações dos espaços da habitação, em que as pequenas variações parecem simplesmente advir de termos mais antigos.

Programa mínimo

Os compartimentos que enquadram o espaço doméstico são sensivelmente sempre os mesmos, variando essencialmente o número de quartos consoante o tipo de habitação, e os compartimentos de carácter complementar, tal como a 'sala de costura' ou a 'copa'. Nos apartamentos de maior dimensão, surgem espaços como o 'escritório' ou 'sala de trabalho' e a 'sala de visitas'. O compartimento 'despensa' figura de igual modo em quase todas as plantas.

São casos excepcionais aqueles que apresentam apartamentos sem o compartimento 'quarto de banho' perfeitamente individualizado[635], ou com a indicação de uma 'sala comum' (designação que se tornará frequente a partir dos anos 50).

O programa funcional mínimo constatado em apartamentos portuenses é composto por seis compartimentos (dois quartos, sala de jantar, sala, cozinha, quarto de banho/W.C), correspondendo a edifícios implantados em lotes de frente estreita e área habitável reduzida. Nos apartamentos do edifício localizado na Rua de Fernandes Tomás, 133-137[636], por exemplo, anulam-se todas as circulações independentes, o vestíbulo de entrada designa-se como 'sala de receber', e numa área bruta de certa de 67 m^2, distribui-se um programa com dois quartos. Esta aparenta ser uma situação de excepção, já que na maioria dos casos, mesmo em edifícios com áreas reduzidas, procura-se sempre desenhar um corredor independente de distribuição para todos os compartimentos, ainda que de dimensões exíguas.

[635] LO 1930/0328 [AHMP], por exemplo. *cf*. Vol.2, ponto 10, DESENHO C1.
[636] LO 1933/1130 [AHMP]. *cf*. Vol.2, ponto 10, DESENHO C1.

O vestíbulo de entrada

O vestíbulo do apartamento apresenta soluções variadas, tanto ao nível da dimensão como de articulação com os restantes espaços de circulação. Identificaram-se soluções em que este espaço se desenha de modo independente, sendo designado como 'hall', correspondente geralmente a modelos de habitação com soluções de distribuição em planta com maior grau de complexidade. Nos edifícios construídos em lotes de dimensão estreita de frente, a solução mais comum corresponde ao acesso diretamente para um corredor de circulação, sem configuração especial.

O quarto

Consoante a dimensão do apartamento, o número corrente de compartimentos identificados como 'quartos' na habitação é por regra igual ou superior a dois. Trata-se de uma divisão de uso ambíguo, raramente denominada como 'quarto de dormir', porque efectivamente a sua localização extremamente variada no apartamento - junto à entrada ou à cozinha, articulada com a sala de jantar, etc., lhe conferia extrema versatilidade nas possibilidades de ocupação.

A sala de jantar

Nos apartamentos do prédio de rendimento portuense, a 'sala de jantar' não se assume como um espaço de recepção complementar no espaço doméstico, privilegiando-se, antes, a proximidade da cozinha à localização nas áreas adjacentes à fachada urbana ou à proximidade relativamente à porta de entrada. Salvo raras excepções, constitui-se de igual modo como o compartimento de maior dimensão da habitação.

Os 'espaços de representação' da habitação portuense, relacionados com práticas de recepção e convívio, na tradição burguesa, resumem-se normalmente a uma sala imediatamente após o vestíbulo de entrada. Conforme programas mais ou menos complexos, este espaço pode ser a sala de jantar, a sala de estar, uma pequena sala de visitas, ou mesmo um quarto de função ambígua: verifica-se na generalidade a preocupação de isolar esta zona mais pública do apartamento.

Alguns edifícios localizados na Rua de Sá da Bandeira, projectados em finais da década de 30, denotam uma evolução dos hábitos burgueses de recepção, conferindo à sala de jantar uma maior relevância, localizando este compartimento junto à entrada. [**Des. VI.2**]

No Porto, a articulação *'estúdio' (gabinete)/sala* não constitui uma opção dominante, preferindo-se o desdobramento de quartos na fachada principal, antecedidos eventualmente por uma sala. Em edifícios de frente estreita, a opção de distribuição privilegiada traduz-se na disposição *sala/quarto*, *quarto/quarto* ou *sala/quarto/quarto*. No entanto, a solução de articulação *gabinete/sala* observa-se com relativa frequência em apartamentos lisboetas construídos entre os anos 20 e os anos 40 do século XX.

A sala comum

Este compartimento concentra as funções 'comer' e 'estar/lazer' num espaço único. A designação 'comum' começa a ser frequente a partir dos anos 50, ainda que se encontre já esta legendagem na planta de piso-tipo de um edifício projectado em 1932, localizado na Rua de Augusto Rosa, 176-190 [LO 1935/1032]. Neste caso específico, os apartamentos são unidades de pequena dimensão, apenas com sete divisões. Em outros casos com número igual ou inferior de compartimentos, este espaço designa-se simplesmente como 'sala'.[637] [**Des. VI.3**]

Durante os anos 20, 30 e 40, a sala de jantar desenha-se como um espaço perfeitamente independente dos restantes compartimentos hipoteticamente destinados a funções de lazer e/ou trabalho (sala de estar, de trabalho, de costura, gabinete, escritório). A existir apenas um compartimento para este tipo de funções, é designado normalmente como 'sala de jantar', e raramente apenas como 'sala'. Enquanto que a actividade 'refeições' exigia mobiliário fixo (mesa, cadeiras), as restantes funções podiam facilmente alternar-se em compartimentos de designação ambígua, como os quartos.

Não existe uma passagem progressiva dos compartimentos 'sala de jantar' e 'sala de estar' para a 'sala comum', espaço que surge designado nos processos de Licença de Obras nos anos 50, e que

[637] Exemplo na Rua do Campo Lindo, 258-277 [LO 1924/0091; LO 1936/0017, AHMP].

se institui numa visão mais funcionalista da organização da habitação, mantendo-se como um espaço relativamente estável até aos dias de hoje. Numa visão alargada, a percepção é de que a sala comum constitui uma constante em apartamentos de área reduzida, enquanto espaço funcional da habitação dedicado exclusivamente a funções sociais (ainda que não se designasse desta forma).

A cozinha

Até inícios dos anos 50, a cozinha localiza-se preferencialmente em espaços adjacentes à fachada posterior ou fachadas de saguão. Este compartimento, até esta data, remete-se sistematicamente a zonas afastadas da entrada principal da habitação, o que favorece a definição de um núcleo funcional específico, com a copa e o quarto de empregada, e ligação facilitada a varandas e circulações exteriores exclusivamente de serviços.

As principais mutações observadas neste espaço, no período 20/50, prendem-se com duas questões essenciais: a sua migração para zona próxima da entrada ou a sua migração para áreas adjacentes à fachada principal dos edifícios.

Os espaços para o 'pessoal doméstico'[638]

Ainda que seja frequente a identificação de um compartimento especialmente dedicado ao acomodamento de pessoal doméstico - o 'quarto de criada', a sua inclusão não constitui regra, nem a sua inexistência explicita (ou seja a não figuração na legendagem dos espaços em planta), significa a ausência destes auxiliares em coabitação na habitação. É frequente o seu

[638] "A partir dos finais dos anos 1920, o serviço doméstico expande-se socialmente pela pequena burguesia urbana, ansiosa por sinais exteriores de riqueza. A entrada de mulheres no mercado de trabalho (nas repartições públicas, nos serviços administrativos, nas profissões liberais), faz disparar a procura de criadas de servir, a qual continua pelas décadas seguintes, apesar dos obstáculos colocados pelo regime político no acesso das mulheres a empregos qualificados. Os estudos disponíveis confirmam o peso das criadas de servir na população activa portuguesa (7,5% em 1930; 6,8% e 6,7% em 1940 e 1950), cuja actividade assume definitivamente, no Estado Novo, o estatuto de profissão feminina." *in Silva, Susana Serpa (2011). Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais. História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea. Mattoso, J. and Vaquinhas, I., Círculo dos leitores. p. 216.*

acomodamento resumir-se a uma cama, ou divã móvel que se arruma nas divisões de serviço, ou num compartimento de pequenas dimensões, por vezes identificado com designações ambíguas (sala de trabalho, costura, arrumos) para efeitos de licenciamento camarário.

Um exemplo bastante claro da não referenciação de espaços dedicados ao pessoal doméstico, em apartamentos cuja dimensão denota a quase inevitabilidade da sua existência, são os edifícios publicados em 1909 e 1912 na revista *"A Architectura Portugueza"*[639], em que apesar do número avultado de compartimentos habitáveis, nenhum se designa especificamente para esse fim. Mesmo em edifícios publicados posteriormente, nos anos 30, esta referenciação continua a não ser regra.

Em Lisboa, já no início dos anos 40, existem apartamentos com um compartimento afecto ao pessoal doméstico perfeitamente identificado. No Porto, a prática de definição prévia de um 'quarto de criada' não se institui de todo como regra, ainda que algumas tipologias apresentem um compartimento extremamente segregado, um quarto em articulação com a cozinha, cuja localização evidencia o seu destino funcional. Noutras plantas, designam-se espaços como 'sala de trabalho' que poderiam facilmente servir essa função.

Até à promulgação do RGEU, em 1951, as únicas indicações regulamentares vigentes no Porto relativamente aos quartos de dormir ditavam que estes deveriam ser ventilados e iluminados naturalmente, e possuir uma área mínima de 25 metros cúbicos por pessoa [RSEU, 1903].

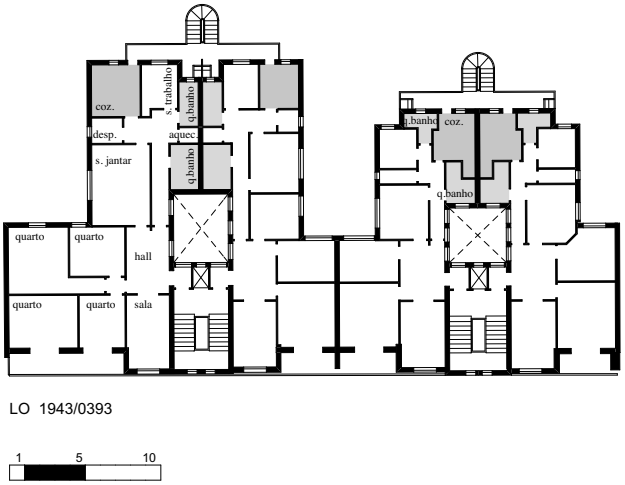
O quarto de banho e o W.C.

O número de instalações sanitárias no apartamento é normalmente bastante reduzido para o número de quartos (uma ou duas divisões completas no máximo), apoiadas por vezes por instalações de serviço reduzidas a uma retrete (W.C.), ou pia de despejo.

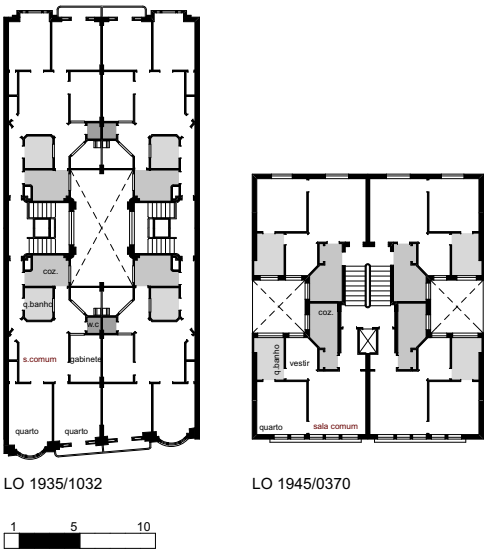
A localização deste tipo de espaços varia conforme o modelo de habitação adoptado, fixando-se nas áreas adjacentes à fachada posterior, saguão, ou fachada urbana, ocupando espaços

[639] *cf.* capítulo VII, *"Referências e Transferências. Leituras a partir de 'A Arquitectura Portuguesa'"*.

agrupados com a cozinha ou localizados entre quartos, o que denota uma concepção diversa, medida na ponderação de factores como a comodidade ou a privacidade.



Des. VI.2 – Edifícios no cruzamento da Rua de Sá da Bandeira com a Rua da Firmeza [1943/0393].



Des. VI.3 – Edifícios no Rua de Augusto Rosa, 176-190 [1935/1032] e na Rua da Alegria, 327 [1945/0370].

SÍNTESE. A DIMENSÃO URBANA DOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO. CONTEXTO E INOVAÇÃO

O edifício de habitação plurifamiliar portuense constrói-se maioritariamente à face da rua, fazendo-se o controlo de acessos directamente a partir da porta de entrada, a que se segue um vestíbulo com dimensão e qualificação variável conforme a escala do edifício, e cuja estruturação em conjunto com a caixa de escadas e/ou o elevador, indicia de certa forma a filiação do modelo adoptado. Nos prédios de rendimento construídos a partir dos anos 30 investe-se na dignificação dos edifícios através da própria concepção programática do piso térreo. Ainda que seja frequente a incorporação de habitação no rés-do-chão, abandonam-se definitivamente os acessos directos através da rua, assumindo-se o vestíbulo como um dispositivo distintivo e diferenciador, independentemente do modelo de habitação proposto.

As diferentes opções relativamente à definição do programa do prédio de rendimento portuense prendem-se essencialmente com as preferências do dono de obra e projectista e com os seus próprios enquadramentos culturais. A inclusão de espaços complementares como gabinetes e escritórios junto à entrada, relaciona-se com as práticas habituais de recepção e trabalho em casa, associadas ao género masculino; as salas de costura e de trabalho, por outro lado, associam-se a práticas femininas. Desconsiderando a legendagem efectiva dos espaços, é relativamente simples idealizar outras formas de ocupação, dada a dimensão dos compartimentos em questão, a sua ventilação e iluminação natural.

No âmbito dos prédios de rendimento lisboetas, identificam-se casos em que apartamentos com áreas generosas, seguem por vezes um programa funcional corrente, mínimo, aumentando-se simplesmente o número de quartos[640]. No Porto, esta opção tipológica não corresponde a uma prática corrente. O aumento de área de piso dos edifícios desencadeia a implementação de programas funcionais mais elaborados, com uma desmultiplicação de compartimentos especializados a cada função (maior número de salas, inclusão de espaços de trabalho, etc.).

Os espaços não legendados em planta constituem efectivamente espaços de afectação ambígua, o que constitui um aspecto singular assinalável num número significativo de tipologias

[640] *cf.* alguns exemplos referidos no Cap. VII, *"Projectos/obras publicadas. Hipotéticas Referências para os projectistas portuenses", "As primeiras décadas de novecentos".*

portuenses. Esta questão é particularmente visível em apartamentos com um grande número de compartimentos.

A análise extensiva de um conjunto alargado de prédios de rendimento projectados na 1ª metade do século XX portuense e seus princípios de distribuição funcional e organização espacial, sustenta a afirmação de que não existem distribuições preferenciais ou localizações dominantes de espaços como a sala de estar, os quartos, ou mesmo espaços de trabalho (gabinete, costura, escritório, etc.), face à evidente diversidade constatada nas suas dimensões e localizações.

Do ponto de vista do programa do edifício, ainda que de um modo localizado, o prédio de rendimento portuense exibe novidades face aos modelos de habitação unifamiliar, nomeadamente a introdução de espaços de estacionamento individual ou colectivo, e os espaços destinados a escritórios. A habitação do porteiro, salas de reunião ou os espaços de tratamento de roupa, frequentes noutros contextos urbanos ou em edifícios filiados na Arquitectura do Movimento Moderno, não se assumem como espaços correntes nos programas de habitação.

Para além destas características, a especificidade programática do prédio de rendimento portuense estabelece-se de igual modo nos próprios modelos de investimento. A hegemonia da construção de iniciativa individual, lote a lote, de escala contida, reafirma um perfil de proprietário com maiores restrições económicas, ou dificuldade de acesso a financiamento bancário. Sugere também que o prédio de rendimento não é entendido, na época, como um investimento de retorno garantido, especialmente nas zonas mais afastadas do centro administrativo e comercial da cidade. Nestas áreas, as Companhias de Seguros, Instituições bancárias e Firmas ligadas à indústria procuram colmatar as necessidades de habitação e locais de trabalho de uma classe ligada às profissões liberais,

VII. REFERÊNCIAS E TRANSFERÊNCIAS. LEITURAS A PARTIR DE 'A ARQUITECTURA PORTUGUESA'

"O estudo da cultura arquitectónica nos séculos XIX e XX não pode hoje satisfazer-se somente com uma descrição das obras, divididas por escolas e correntes estilísticas, mas deve comportar uma análise dos contextos teóricos, técnicos e doutrinários que definem o seu campo especifico do conhecimento e que necessariamente acompanham e participam na sua difusão (...). Neste sentido as revistas de arquitectura constituem-se como terreno privilegiado de investigação (...)".

Marieta Dá Mesquita (1955-2011)

As 'Revistas de Arquitectura' surgem na 1ª metade do novecentos português como documentos de crescente relevância, dedicando-se à divulgação e transmissão dos assuntos relacionados com as práticas da construção e da Arquitectura. Apesar de neste período a publicação de obras de habitação plurifamiliar ser significativamente reduzida, as revistas portuguesas aparentam ser fontes relevantes de informação. No conjunto de publicações especializadas em arquitectura publicadas neste período temporal, seleccionou-se a revista *"A Arquitectura Portuguesa"* (1908-1958) enquanto objecto de estudo, procurando-se inferir particularidades do pensamento da época, temáticas e preocupações, e de igual modo, expor alguns dos modelos arquitectónicos publicados.

Diversos autores referem a importância das primeiras publicações especializadas portuguesas, na 1ª metade do século XX, enquanto mecanismos de legitimação de autores e das suas obras[641] e veículos na formação de uma "*cultura arquitectónica nos primórdios da*

[641] Mesquita, Marieta Dá, ed. (2011). Revistas de Arquitectura. Arquivo(s) da Modernidade. Casal de Cambra, Caleidoscópio ISBN 978-989-658-110-7. p. 7.

modernidade"[642]. Esta visão é corroborada por alguns autores estrangeiros, relativamente a publicações internacionais homólogas[643].

Segundo Marieta Dá Mesquita, a sua análise permite, para além do estabelecimento de leituras sobre os mecanismos de produção e recepção da arquitectura pré-moderna[644], a reconstituição dos discursos dos projectistas, críticos e articulistas, no sentido da construção de um quadro de preocupações, de temáticas e das próprias contingências de uma época particular, tanto a nível nacional como internacional. Este quadro referencial interessa, sem dúvida, ao enquadramento histórico da edificação da arquitectura de habitação portuguesa, em geral, e portuense em particular.

Assim, apesar de neste período a publicação de obras de habitação plurifamiliar, ou mesmo a referência a edificações de autores portuenses ser significativamente reduzida, as revistas portuguesas aparentam ser fontes interessantes de contextualização. Este facto é especialmente relevante numa época em que as viagens não se estabelecem como uma realidade generalizadamente acessível e as publicações de arquitectura (textos teóricos, manuais, etc.) não abundam em Portugal[645], o que confere aos periódicos especializados uma importância acrescida, enquanto veículos de difusão de imagens e ideias.

Tendo em conta o arco temporal em estudo (1ª metade do século XX) e a amplitude de publicação da revista *"A Arquitectura Portuguesa"* (1908-1958), realizou-se uma análise sistemática (ainda que não exaustiva), abarcando as suas diferentes séries.

Nos primeiros dois pontos deste capítulo, aborda-se a problemática das publicações especializadas enquanto reflexo de um contexto e veículo de divulgação (e debate) das temáticas e preocupações concretas de uma cultura arquitectónica em gestação. Especificamente, exploram-se as ideias de 'modernismo' e de 'habitação' eventualmente implícitas nos artigos publicados, sejam estes de crítica ou de apresentação de obras ou projectos.

---

[642] Nunes, Paulo Simões (2011). A cultura arquitectónica em Portugal na dobra do século XIX para o século XX: a influência estrangeira nas páginas d'A Construcção Moderna (1900-1919). Revistas de Arquitectura. Arquivo(s) da modernidade. Mesquita, M. D. Casal de Cambra, Caleidoscópio. ISBN 978-989-658-110-7. p. 231

[643] Jannière, Hélène (2009). "Les difficultés de la critique dans les années 1930: discours critique des revues et définitions de l'architecture moderne." in Collections électroniques de l'INHA [En ligne], Actes du Ve congrès national d'archéologie et d'histoire de l'art, La critique architecturale aux XIXe et XXe siècles, mis en ligne le 02 avril 2009.

[644] Mesquita, Marieta Dá, ed. (2011). Revistas de Arquitectura. Arquivo(s) da Modernidade. Casal de Cambra, Caleidoscópio ISBN 978-989-658-110-7. p. 7.

[645] cf. Pereira, Michel Toussaint Alves (2009). Da arquitectura à teoria da arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX. Tese de Doutoramento. Lisboa, FAUTL.

No terceiro ponto, analisam-se projectos e obras publicadas, nacionais e estrangeiras, procurando-se sublinhar constantes ou divergências entre as duas realidades, ou o seu hipotético interesse enquanto focos de referenciação, inspiração ou citação para os projectistas.

Os objectivos desta análise enquadram-se genericamente numa tentativa de evidenciação:

– de normas ou regras tácitas de concepção arquitectónica, hipoteticamente difundidas através de periódicos de carácter especializado;

– dos padrões estéticos, construtivos e distributivos vigentes no contexto especifico da 1ª metade do século XX português;

– dos modelos de habitação e tipos de edifícios disseminados através das publicações especializadas.

Procura-se paralelamente compreender se na construção portuense de prédios de rendimento, existe algum reflexo (imediato ou indirecto) da divulgação/mediatização empreendida nestes documentos especializados de arquitectura.

"A ARQUITECTURA PORTUGUESA" ENQUANTO REFLEXO DE UM CONTEXTO PARTICULAR: PENSAMENTO DA ÉPOCA, TEMÁTICAS, PREOCUPAÇÕES

O panorama das publicações especializadas em Portugal

A 1ª publicação periódica especializada dedicada à arquitectura e à construção, *"A Construção Moderna - Revista Quinzenal Ilustrada Sob a Direcção de um grupo de Constructores - Collaborada por Technicos da Especialidade"*, teve o seu 1º número publicado em Fevereiro de 1900. Seguiu-se *"A Architectura Portugueza"*, fundada em 1908 e publicada durante cerca de 50 anos [**Tab. VII.1**], e a revista *"Arquitectura"*, a partir de 1927, constituindo-se como os periódicos especializados de maior relevância em Portugal na época em estudo (entre outros com menor amplitude)[646].

	1ª série	***2ª série***	***3ª série***	***4ª série***
"***A Architectura Portugueza. Revista mensal de construcção e de architectura pratica***"	*1908 a 1929*			
"***A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna***" *(denominação a partir de 1921)*		*1930 a 1934*		
"***A Arquitectura Portuguesa***" *(denominação a partir de 1933)*				
"***A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas)***" *(denominação a partir de Abril de 1935)*			*Abril 1935-1951?*	
"***A Arquitectura portuguesa e cerâmica e edificação***" *- revista bimestral técnica e artística (denominação a partir e Abril de 1952)*				*Março-Abril, 1952 – 1958?*

Tab. VII.1 – Séries da revista "A Arquitectura Portuguesa"

[646] Sobre as revistas publicadas em Portugal na 1ª metade do século XX, cf. [S.N.] (Novembro de 1981). "Periódicos portugueses de arquitectura." in Jornal Arquitectos, (1). pp. 1, 6-7. Sobre a publicação de revistas portuguesas e seu impacto e significado, confira-se as diversas obras da autora Marieta DÁ MESQUITA (sobre 'A Construcção Moderna'), e estudos recentes tais como: Reis, Sofia (2007). 74-86. Arquitectura em Portugal: Uma leitura a partir da Imprensa. Dissertação de Mestrado. Coimbra, FCT-UC.; Oliveira, Angela; Furtado, Gonçalo (2009) "Revistas Portuguesas de Arquitectura: Evolução nos últimos dois decénios (1988-2008) e revisão dos seus antecedentes." Resdomus, Grupo FCT Atlas da Casa, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, pp. 1-18.

Da salubridade e higiene às técnicas e problemas de construção

No prefácio do 1º número da 1ª série da revista *"A Architectura Portuguesa"* (1908)[647], Ramalho Ortigão refere uma série de questões arquitectónicas no âmbito da arquitectura da habitação: a higiene e conforto da casa e a distribuição interna do apartamento; a crescente desvalorização do sistema decorativo da fachada e de dispositivos como a escada central, face à adopção crescente do 'ascensor'; a consequente preponderância do 'hall'; a relevância dos 'modernos processos da iluminação eléctrica' nos espaços interiores e das questões ligadas ao aquecimento, que permitirão a abolição da "*(...) chaminé, com os seus tradicionaes attributos esculpturaes e as peças ricas da sua guarnição mobil - relogio, candelabros, estatuetas, etc.",* e por conseguinte, uma nova lógica de disposição das salas.

Ramalho Ortigão sublinha de igual modo a indispensabilidade de prever a 'garagem' para o automóvel, e discorre sobre as 'pequenas evoluções', alertando para o facto de que o mobiliário e utensílios domésticos não estarem a acompanhar o progresso generalizado noutras áreas. [Fig. VII.1]

De facto, da leitura dos primeiros anos de publicação de *"A Architectura Portugueza"*[648], infere-se que os temas da higiene[649], da distribuição interior 'racional' (a que se aliam as noções de conforto) e da evolução dos dispositivos técnicos, associados a uma ideia de habitação e de vida moderna, são os que inequivocamente dominarão os artigos e comentários até aos anos 20. Em

[647] Ortigão, Ramalho (Janeiro de 1908). "Prefacio." in A Architectura Portugueza, nº1, anno I, 1ª serie, Janeiro de 1908, pp. 1-2.

[648] Números consultados – 1908-1921.

[649] Sobre a referência a questões da higiene e salubridade em revistas de época anterior, como por exemplo na revista "A Construcção Moderna", cf. Serrano, Inês (2011). A Higiene e Salubridade na Arquitectura através de A Construcção Moderna - artigos e projectos. Revistas de Arquitectura. Arquivo(s) da Modernidade. Mesquita, M. D. Casal de Cambra, Caleidoscópio**,** pp. 370-281.

1910, por exemplo, um articulista[650] expõe uma ideia explicita de 'distribuição' conveniente do apartamento em andar[651] e outro, em 1911, a preocupação de que a habitação lisboeta ainda tem que evoluir bastante no âmbito do conforto[652].

Consultando alguns números da revista a partir de 1925, ainda na sua 1ª série, mas com nova denominação a partir de 1921 [**Tab. VII.1**], constata-se que as temáticas debatidas não variaram muito numa década. Nos textos publicados reitera-se a questão da falta de qualidade arquitectónica da maioria dos edifícios construídos na capital, os padrões de conforto e higiene, e as questões estilísticas. Em final dos anos 20, vê-se surgir artigos de carácter mais específico, secções dedicadas às técnicas construtivas e aos problemas ocorrentes na edificação. Estes artigos estendem-se frequentemente por vários números, como acontece por exemplo em os "*Problemas imperantes na Construção. O pesadelo da humidade*", tema aprofundado em três números.[653]

A 2ª série, publicada entre 1930-1934, não desenvolve artigos de interesse no âmbito da habitação plurifamiliar, centrando-se em secções como *"Projectos de edifícios"*, dedicados na generalidade à casa particular, *"Monumentos de Portugal"*, *"Serralharia artística"*, etc., incluindo artigos dispersos sobre materiais de construção e exposições internacionais. Contudo,

---

[650] Uma parte significativa dos artigos críticos ou de divulgação de projectos publicados na revista não se encontra assinada, ou seja, não é possível identificar a sua autoria.

[651] "*A distribuição em planta é bastante racional. Sem duvida, a complicação das construcções moderna, sempre em razão de necessidades novas, é um obstáculo à distribuição racional de serviços. Mas, as soluções não variam conforme as necessidades? Os compartimentos de recepção não podem ser separados dos da habitação? Não se podem desterrar para os extremos da habitação, distribuídas convenientemente, as dependências, taes como cosinhas e copas, ou dispostas em volta de um pateo interno, quando seja possível, que também seria utilisado para a passagem de canalisações de toda a ordem, necessarias n'uma habitação moderna?*" *in [S.N.] (Novembro de 1910). "Propriedade para rendimento, Do Sr. Manoel Brandão. Na avenida Duque de Loulé, tornejando para a rua Gonçalves Crespo. Architecto Norte Junior." in A Architectura Portugueza, nº11, anno III, 1ª série, Novembro de 1910, p. 41.*

[652] "*(…) ainda estamos longe do conforto que se nota nas habitações de outras grandes capitais mundiaes, como Paris, Vienna, Berlim, etc*." *in Oliveira, J (Janeiro de 1911). "Prédio para rendimento do Sr. Apollinario Contreras Pinheiro. Na rua Pinheiro Chagas, tornejando para a rua Filippe Folque. Architecto - Norte Junior." in A Architectura Portugueza, nº1, anno IV, 1ª série, Janeiro de 1911, pp. 1-5.*

[653] in [S.N.] (1929). in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, Maio, Junho e Julho de 1929.

em 1930, é possível constatar uma maior abertura à publicitação da construção empreendida na cidade do Porto[654].

Em 1935, após fusão com a revista *"Cerâmica e Edificação"*, a agora denominada "*A Arquitectura Portuguêsa, cerâmica e edificação (reunidas)*", continua a publicar as mesmas secções. Em Janeiro de 1936, inicia-se a publicação de uma série de artigos técnicos de maior profundidade, da autoria do Prof. Engenheiro Antão de Almeida Garret, personalidade influente no Porto. Pela sua mão são publicitados alguns prédios portuenses dos anos 30, a pretexto da caracterização de questões construtivas, em artigos como por exemplo, "*Da Capital do Norte. Betão armado*"[655] *e* "*Da Capital do Norte. Coberturas em terraço*"[656].

Do debate no âmbito das questões gerais acerca da salubridade transita-se progressivamente para a ênfase sobre as técnicas construtivas, os problemas da construção, os equipamentos e materiais, em especial a cerâmica[657] e o tijolo, em meados dos anos 30, avançando-se no início dos anos 40 para a pormenorização de fachadas[658] ou de caixilharias.[659] [Fig. VII.2]

Linguagens em mutação. Uma ideia de modernismo implícita

[654] Publicação de dois projectos do Arq. Francisco de Oliveira Ferreira, edifícios de serviços de alguma dimensão localizados na Rua de Santa Catarina e Avenida dos Aliados in [S.N.] (1930a). "Prédios com frentes para as ruas de Santa Catarina e Passos Manuel na cidade do Porto. Proprietário: Ex.mo Sr. Manuel José Pereira Leite Junior. Arquitecto: Ex.mo Sr. Francisco de Oliveira Ferreira." in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, Fevereiro de 1930 , [S.N.] (1930b). "Projecto dum edifício especialmente destinado á clinica do Dr. Alberto Gonçalves. Na Avenida dos Aliados- Cidade do Porto. Arquitecto: Francisco de Oliveira Ferreira." in Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, Maio de 1930.

[655] Garrett, Antão de Almeida (Janeiro de 1936). "Da Capital do Norte. Betão armado." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº10, ano XXVIII, 3ª série, Janeiro de 1936. p. 5.

[656] *idem,* p. 23.

[657] [S.N.] (Abril/Maio de 1936). "A cerâmica e a higiene." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº13 e 14, ano XXVIIII, 3ª série, Abril/Maio de 1936. p. 78.

[658] [S.N.] (Agosto de 1941). "Institutos J. Bordet - P. Heger em Bruxelas." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº77, ano XXXIV, 3ª série, Agosto de 1941. pp. 13-18.

[659] [S.N.] (Novembro de 1942). "Pormenores de construção. 1. Janela de sala de estar, pelos arq W. Gropius e Maxwell Fry. 2. Janela de sala de estar, pelo arq. Maxwell Fry. 3. Janela com abertura para o exterior (sistema 'joka' de Munster)." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº92, XXXV, 3ª série, Novembro de 1942. pp. 8-11.

Por volta de 1910, os críticos nesta revista referem-se explicitamente às fachadas modernistas [Fig. VII.3], indiciando nos seus discursos[660] que estas se caracterizam por códigos, estilos e linguagens que não se enquadram na tradição construtiva vigente. Consequentemente, nos artigos publicados transparece a ideia de que a arquitectura deve integrar uma componente estética, preocupação manifestada relativamente ao caso específico de Lisboa, face às construções que têm proliferado nas avenidas mais importantes da cidade[661].

No início dos anos 30, 'moderno' e 'modernismo' aparentam ser 'tendências' com progressiva aceitação, ainda que a sua definição e caracterização não esteja necessariamente alinhada com as de outros contextos. Em 1932, refere um articulista não identificado, relativamente à fachada de um prédio na Avenida Almirante Reis:

> "*A fachada principal é uma feliz produção no estilo modernista, harmoniosa nas suas linhas gerais, de agradável aspecto e com bastante composição. [...] O estilo moderno, florescendo numa independência completa de submissão a regras clássicas, modulos e estilos gastos, mas podendo de todos eles receber as noções gerais que sejam sublimes, acentua-se atravez da expressão individual numa infinita variedade de aspectos e passando por períodos de gestação do qual, se adivinham produções futuras empolgantes*".[662] [Fig. VII.4]

Alguns anos mais tarde (1936, 1937), pelo contrário, criticam-se abertamente as opções relativamente à linguagem das fachadas, demonstrando-se preocupação quanto ao

---

[660] "*O edifício não tem uma architectura definida; é antes uma architectura modernista, perfeitamente adaptada ás condições do local e ao fim para que de preferência foi delineado*". in Monteiro, A (Março de 1911). "Predio do Sr. Antonio da Silva Cunha. Na rua Augusta tornejando para a rua da Betesga. Architecto: José Christiano de Paula Ferreira da Costa." in A Architectura Portugueza, nº3, anno IV, 1ª série, Março de 1911. pp. 9-10.

[661] "*As exigencias da vida moderna, não só se impõem a hygiene e conforto, em grande parte desconhecidas dos antigos; exige tambem a belleza da esthetica, o bom gosto na decoração e sobre tudo um pouco de arte (…)*." in [S.N.] (Março de 1911). "Predio do Sr José Luiz Vinagre. Architecto: Norte Junior." in A Architectura Portugueza, nº3, anno IV, 1ª série, Março de 1911. "A Architectura Portugueza", nº3, anno IV, 1ª série, Março de 1911, pp. 11-13. [S.N.] (Março de 1932). "Projecto de um prédio de rendimento na Avenida Almirante Reis - Lisboa. Proprietários: Ex.mos Srs. Inácio Martins do Rego e Antonio Ventura Rego. Arquitecto: Jacinto Marques Robalo." in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, nº3, ano XXV, 2ª série, Março de 1932. pp. 17-18.

"*internacionalismo um pouco amorfo*"[663] e ao "*nacionalismo arquitectónico, mais uma vez desatendido,*"[664] que se começa a manifestar em algumas obras, que "*nada têm de português*". Na opinião de quem escreve na revista, consistem em edifícios filiados num 'modernismo internacionalista', face à manifesta 'movimentação de planos' ou à 'simplicidade elegante'.

Nas publicações referentes aos anos 40 e início dos anos 50, não foram localizados textos críticos em que se exprimam posições claras relativamente à linguagem dos edifícios, sendo que a partir da década de 50 os projectos publicados constituem exemplos marcadamente filiados no moderno internacional.

Da "decoração de interiores" à organização do espaço da habitação

No final dos anos 20, a *"decoração de interiores"* começa a integrar a revista enquanto secção independente. Recorre-se a imagens de realizações publicadas em revistas estrangeiras para ilustrar a noção de 'gosto', 'conforto' e 'arte de mobilar e decorar' o interior da habitação, num referencial geralmente ainda ligado aos hábitos de conforto de final do século XIX[665] [Fig. VII.5_1], ainda que progressivamente se dê lugar a artigos que procuram introduzir 'decorações modernas'.

---

[663] "*Quanto à fachada, prima por uma simplicidade elegante que será sempre, e em qualquer parte, uma virtude; o seu relevo será dado por uma movimentação de planos, curiosa e bem estudada. Nada tem, entretanto, de portuguesa e se não é integrável na escola alemã, ou ... qualquer escola definida, cede a um internacionalismo um pouco amorfo, (incolor», incaracterístico, que se vai generalizando e alastrando e ameaça irmanar pouco a pouco qualquer nova rua portuguesa a qualquer rua nova de Munich, de Washington ou de Toquio. Sem deixar de render homenagem ao trabalho superiormente honesto que apreciamos, fazemos com sinceridade êste reparo.*" *in [S.N.] (Novembro de 1936). in "A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas)", nº20, ano XXVIII, 3ª série, Novembro de 1936*. p. 13.

[664] in [S.N.] (Dezembro de 1936). "Um prédio notável. Projecto de Jacinto Marques Robalo- Cálculos de cimento: Eng. A. de Ávila Amaral. Construtor: Joaquim Fernando. Proprietário: Manuel Ramos." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº21, ano XXVIII, 3ª série, Dezembro de 1936. p. 17.

[665] "*chão todo atapetado*", "*sofá de veludo bordado em fundo verde*", "*cadeira de braços também com estofo*", "*no centro uma mesa circular*", "*candeeiro de mesa com 'abat-jour', "grupo de figurinhas em alabastro sobre uma pequena consola tendo por alçado um espelho emoldurado na parede*", "*vão de janela velado por cortinado, que o reposteiro interior em veludo verde, meio corrido, descobre só em parte*". in [S.N.] (Julho de 1928b). "Sobre o mobiliário 'Estilo Antigo e Moderno'", "O modernismo no mobiliário, por Léon Girard, A. Ponteneuve e J. E. Ruhlmann." in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, nº7, ano XXI, 1ª série, Julho de 1928.

Em artigos como *"Sobre o mobiliário 'Estilo Antigo e Moderno'"*, "*O modernismo no mobiliário, por Léon Girard, A. Ponteneuve e J. E. Ruhlmann"*[666], ou "*O Lar confortável. Interior de uma sala de estar*"[667], entre outros publicados nos anos 1928 e 1929, as referências à decoração e mobiliário oscilam entre o 'tradicional' e o 'moderno', de linhas mais rectas e despojadas. Já em "*Interior de uma casa moderna*" defende-se no essencial a necessidade de redução do mobiliário[668].

Progressivamente a secção *"decoração de interiores"* começa a centrar-se nos problemas emergentes da habitação, nomeadamente a redução de espaço e a necessidade de simplificação e criação de mobiliário fixo (1941, por exemplo.), [Fig. VII.5_2]. Por outro lado, no início da década de 40, a atenção começa a deslocar-se para a própria organização dos compartimentos da casa, focalizando-se especialmente na cozinha e nas instalações sanitárias[669]. Em 1945, ao mesmo tempo que se publicam representações com disposição do mobiliário fixo idêntico ao contemporâneo, tecem-se as seguintes considerações sobre a 'cozinha moderna': *"A cozinha deverá ser pequena. A cozinha grande é um erro, pois obriga a cozinheira a uma constante vai-vem, o que representa perda de tempo e cansaço."*[670] Nesta linha de pensamento, indica-se que a dimensão ideal deverá situar-se entre 2,5 m² e 3 m².

A "Secção Jurídica" e a "A Arquitectura de hoje pelo estrangeiro"

---

[666] in [S.N.] (Julho de 1928a). in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna", nº7, ano XXI, 1ª série, [S.N.] (Julho de 1928a). in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna", nº7, ano XXI, 1ª série.

[667] in [S.N.] (Setembro de 1928). in "A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna", nº9, ano XXI, 1ª série, Setembro de 1928.

[668] "*Deste interior duma casa moderna surgem novas ideias, surgirá mesmo a tentativa de acabar com um certo numero de peças de mobiliário moveis, que pejam uma casa enchendo-a e obstruindo-a e fazer sempre enquadrar em cavidades ou nichos a maioria dos trastes, almofadas e porcarias que se multiplicam em certos compartimentos dando mais aos recintos o aspecto dum estabelecimento de · Bric-á-brac, do que duma habitação privada*." in [S.N.] (Outubro de 1929). "Interior de uma casa moderna." in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, nº10, ano XXII, 1ª série, Outubro de 1929. p. 86.

[669] [S.N.] (Junho de 1943). "A casa de banho." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº99, ano XXXVI, 3ª série, Junho de 1943. p. 19.

[670] [S.N.] (Março de 1945). "A cozinha." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº119, ano XXXVII, 3ª série, Março de 1945.

Em meados dos anos 30, nas páginas da revista introduz-se publicidade ligada às infraestruturas da casa: gás, electricidade e aquecimento central. Surgem também novas secções, publicadas de forma sistemática: a *"Secção Jurídica"*, que informa sobre a legislação em vigor, debatendo temáticas como por exemplo, quem pode edificar legalmente e as suas responsabilidades[671]. A questão regulamentar é discutida de igual modo por alguns autores nos próprios artigos de apresentação das obras, nomeadamente a incidência dos regulamentos municipais na altura máxima das edificações.[672]

Em 1937, inicia-se a publicação de uma nova secção, a "*Arquitectura de hoje pelo estrangeiro*"[673], em que se publicam obras consideradas de referência, entre elas alguns edifícios/projectos de habitação plurifamiliar belgas[674], parisienses [Fig. VII.6] (anos 30/40), e posteriormente de origem italiana, ou da América latina (início dos anos 50). Estes artigos resultam frequentemente da tradução de material recolhido em revistas internacionais, com comentários críticos breves (o que já ocorria na *"decoração de interiores"*).

O Porto

Será também a partir da 3ª série da revista que se inicia a publicação mais assídua de obras e autores portuenses[675], e se registam algumas descrições sobre o próprio contexto urbano

---

[671] [S.N.] (Fevereiro de 1936a). "Secção Jurídica. Construtores - suas habitações." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº11, ano XXVIII, 3ª série, Fevereiro de 1936. p. 13.

[672] *[S.N.] (Abril de 1937). "Um prédio de rendimento. Projecto do notavel artista J. Pereira da Silva, de colaboração com o distinto Engenheiro António José de Ávila Amaral. Proprietário: Francisco Lopes da Costa." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº25, ano XIX, 3ª série, Abril de 1937*. p. 26-27.

[673][S.N.] (Janeiro de 1937a). "Arquitectura de Hoje pelo estrangeiro." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº22, ano XIX, 3ª série, Janeiro de 1937. p. 22.

[674] Prémio Arquitectónico "*Van de Ven*", atribuído na Bélgica, que segundo o autor do artigo corresponde ao "Prémio Valmor", ainda que com diferentes moldes. A revista de onde foram retirados os exemplos é a *"L'Epoque"*, uma revista arquitectónica editada em Bruxelas, [S.N.] (Janeiro de 1937a). "Arquitectura de Hoje pelo estrangeiro." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº22, ano XIX, 3ª série, Janeiro de 1937.

[675] Do Arquitecto Aucindio dos Santos, por exemplo:"*Dois prédios do Pôrto. Uma residência senhorial e um prédio da companhia de Ambaca. Pelo Arquitecto Aucindio dos Santos*", in "A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas)", nº13 e 14, ano XXVIII, 3ª série, Abril e Maio de 1936, p. 25. *ibidem*, p. 24.

portuense. Numa entrevista ao Presidente da Câmara do Porto à data, Dr. Alfredo Magalhães[676], sobressai a caracterização do panorama portuense em meados dos anos 30, feita pelo próprio: discorre sobre as condições de salubridade e higiene no Porto, indicando que os primeiros trabalhos de instalação de infraestruturas de esgotos foram realizados no início do século por uma companhia inglesa, mas que não foi feita a ligação aos prédios. Alfredo Magalhães explica igualmente as medidas tomadas para corrigir a situação: a obrigatoriedade de os proprietários fazerem a ligação dos seus prédios aos colectores, com um prazo curto (beneficiando de uma série de facilidades, caso não disponham de capital para executar as obras). Este Presidente da Câmara refere ainda que a principal prioridade se traduz em "*traçar um grande e rasgado plano de urbanismo*", estruturando um leque de ruas que se articulem com a Avenida dos Aliados; enfatiza a zona da Trindade, enquanto interface com o Norte, evidenciando o plano de construir uma nova ponte que traga o comboio directamente até à Boavista.

Sobre o plurifamiliar

Nos três últimos anos da década de 40 não se publicam artigos de interesse no âmbito da habitação plurifamiliar urbana, facto estranho, face à progressiva concretização de edifícios com matizes modernos (nacionais ou internacionais). Os editores justificam-se, considerando que se trata de um período difícil para a revista: falta de verbas, de colaborações, de acesso a revistas/fontes internacionais, passiveis de transcrição. Simultaneamente, neste final da década, parece assistir-se a um regresso a uma espécie de 'pitoresco', e à 'casa portuguesa' expresso através dos exemplos publicados nas capas da revista. [Fig. VII.7]

A partir de 1951, os artigos publicados centram-se essencialmente na divulgação de projectos e obras estrangeiras.

Uma ideia de habitação: programa e distribuição interior

[676] *idem*, p. 24.

Uma das problemáticas referidas com assinalável insistência ao longo de artigos críticos e apresentação de obras e projectos nos primeiros anos de publicação da revista (década de 1910), é o programa funcional do apartamento, e o número e dimensionamento das suas 'divisões' ou 'dependências'[677]. Segundo algumas opiniões, o número elevado de compartimentos transforma-se no argumento dos proprietários para poder aumentar o valor das rendas, que por sua vez atinge valores inadequados.

No número 10 da revista, publicado em Outubro de 1925, retoma-se um assunto discutido década e meia antes: a necessidade de redução e consequente simplificação do programa da habitação, tomando como referência alguns quarteirões parisienses *"com alojamentos com 6/7 divisões, incluindo retrete e casa de banho; pátios na fachada posterior; coberturas terraços com estendais"*[678], de certa forma antecipando ou indicando um modelo possível para as tipologias plurifamiliares lisboetas.

Após a fusão das revistas *"A Arquitectura Portuguesa"* com a *"Cerâmica e Edificação"*, em 1935, começa-se a direccionar o discurso para a valorização daquilo que chamam de 'realizações práticas'[679], elementos *"essenciais e não luxos"*, tais como: aquecimento central, garagens e arrumos para os inquilinos, rede telefónica privativa de comunicação de todos os andares com a porteira, elevadores; condutas de lixo a partir de cada apartamento; os quartos de cama com lavabo anexo, embora de uso comum. O dimensionamento dos apartamentos continua, no entanto, a ser alvo de debate: segundo um articulista, os proprietários consideram

---

677 *"É preciso que o predio renda dez, doze ou mais, por cento, e, por isso, o que é conveniente é que em pouco espaço hajam muitas divisões, e que antes chamamos cubiculos, mas que dá ensancha para se poder exigir mais renda. Tem quinze, vinte divisões, dizem, em geral, os Srs. proprietarios, e, por consequencia tem de pagar esse grande trabalho das divisorias. No final, o inquilino entra para a casa, e não sabe onde ha de pôr os móveis; o estuque dos tectos começa a cair-lhe na cabeça; as paredes racham em todos os sentidos, as canalisações, estão sempre a mostrar a economia com que foram feitas, as janellas e portas, empenam e não podem fechar-se. Eis os resultados da mal entendida economia (...)",* in NC (Agosto de 1912). "Predio dos Ex.mos Srs. João Leal & Irmãos. Nas ruas Saraiva Carvalho e Ferreira Borges. Architecto, sr. Ernesto Korrodi." in A Architectura Portugueza, nº8, anno V, 1ª série, Agosto de 1912. pp. 29-33.

678 [S.N.] (Outubro de 1925). "Arquitectura Moderna Portuguesa. Predio para rendimento. Na rua Latino Coelho, tornejando para a rua Filipe Folque. Projéto e construção do seu proprietario e construtôr civil diplomado pela C. M. de Lisboa, Sr. José Dias Simões." in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, nº10, ano XVIII, 1ª série, Outubro de 1925. pp. 37-40.

679 [S.N.] (Janeiro de 1937b). "Um prédio de rendimento. Propriedade do Sr. Júlio José dos Santos. Plano e execução do Engº António José de Ávila Amaral." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº22, ano XIX, 3ª série, Janeiro de 1937. pp. 16-17.

que os arrendatários preferem apartamentos que tenham pelo menos dez divisões, sendo esta a dimensão mínima que propõem nos seus edifícios de habitação, mesmo que as condições da parcela não favoreçam tais concepções[680].

Sobre a disposição das plantas

Em 1937, publica-se um artigo de crítica aberta à arquitectura 'modernista', ou 'estilo artes decorativas', descrevendo-se com exactidão a disposição das plantas em Lisboa na década de 30 (segundo o autor, claramente a abandonar), e indicando-se aquele que seria o caminho a seguir: o grande pátio interior, substituindo os pequenos saguões; a concentração de sala e sala de jantar, anulando a sucessão sala/saleta/escritório. Nos apartamentos mais económicos, aponta-se como sendo suficiente uma única sala.[681]

> *"Tem de se acabar duma vez com a eterna disposição das nossas casas de rendimento. As plantas são sempre as mesmas, tenha a casa a forma que tiver. Um vestíbulo comunicando com as salas e com um corredor sôbre o qual se abrem as*

---

[680] "*E já que falamos nisto, somos forçados a declarar que êste êrro é devido, quási sempre, quer à imposição dos proprietários, que num desconhecimento completo das regras da boa higiéne julgam erradamente que as suas Propriedades são preferidas desde que tenham um número de compartimentos nunca inferior a uma dezena, embora por vezes em cada um dêles não caibam os poucos e pequenos móveis .ou acessórios necessários ao fim a cada um dêles se destina, quer às dimensões dos terrenos por motivo da má orientação municipal no estudo da divisão de talhões com erradas proporções, ou ainda ao exagerado preço que êles por vezes atingem, sem que na maior parte das vezes, as condições de resistência dos mesmos, a sua orientação ou a sua situação do local o justifiquem*." in [S.N.] (Fevereiro de 1936b). "Um prédio de rendimento. Projecto do arquitecto Cassiano Branco." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº11, ano XXVIII, 3ª série, Fevereiro de 1936. pp. 5 e 25.

[681]Breyner, Gonçalo de Melo (Junho de 1937). "O bom gôsto na arquitectura, pelo distinto arquitecto Gonçalo de Melo Breyner." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº27, ano XXX, 3ª série, Junho de 1937. p. 11.

"Tenho falado quási exclusivamente nas casas de rendimento, pois êste é o problema que nêste ramo de construções nos merece maior atenção, falando de iniciativas de particulares. As casas de bairros operários são quási sempre obras do Estado, e, portanto, estudadas por arqultectos. Entre nós tem-se evitado a construção de grandes blocos para muitos inquilinos à semelhança do que se tem feito noutros países. Creio que para o nosso temperamento assim é preferível, pelo menos por emquanto."

portas dos quartos. Ao fundo do corredor, na divisão menor, o quarto de banho. A seguir a casa de jantar e a cosinha. Não há maneira de sair disto."[682]

Estas considerações sobre a constância distributiva das tipologias da época são coerentes com os projectos publicados na revista na mesma altura, que mantêm na generalidade como permanentes: a associação da sala de jantar com a cozinha, posicionadas ao fundo do apartamento; a articulação escritório/sala, compartimentos de recepção interligados junto à entrada; a sucessão de quartos ao longo de um corredor de distribuição. [Fig. VII.8]

Novas temáticas a partir dos anos 40. A habitação necessária e suficiente

Em 1943 e 1945, destacam-se dois artigos críticos que abordam a necessidade de encontrar um modelo distinto para determinado sector da sociedade. Em *"A habitação para a classe média, por Júlio Martins"*[683](1943), o autor explica a importância da construção de prédios de rendimento de diversas escalas, por privados, com vários fogos por piso e um número reduzido de compartimentos (entre três e sete), sublinhando o papel dos serviços camarários nesse processo (venda de lotes a custos acessíveis; isenção de pagamento de taxas municipais; isenção de pagamento de taxa predial durante dez anos, por exemplo).

---

[682] *"As fachadas posteriores desta casa têm o nome de trazeiras e nem merecem outro, com aquelas escadas e varandas de ferro onde se pendura a roupa a córar ao sol. Entre nós desconhece-se a casa com o que em França se chama: la cour, isto é, um grande pátio interior, da maior utilidade sob todos os pontos de vista. Preferimos os estreitos saguões pouco higiénicos e nada práticos. Nas modernas construções que para aí vemos, um dos grandes luxos é o vestíbulo, todo êle cheio de lambris de mármore, e de estuques do peor gosto, pintados de côres inverosímeis à mistura com purpurinas. Como seria mais racional beneficiar outras necessidades ou acessórios com as despezas ali feitas! [...] Em vez de uma sala, saleta e escritório, uma ampla e bem arejada sala que poderá ser separada da casa de jantar por uma cortina ou qualquer dispositivo que permita uma comunicação fácil entre estas duas casas. Nas casas de rendimento barato a casa de estar deverá ser também casa de jantar. Ao quarto de banho demos tôda a importância que êle hoje exige."* Breyner, Gonçalo de Melo (Junho de 1937). "O bom gôsto na arquitectura, pelo distinto arquitecto Gonçalo de Melo Breyner." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº27, ano XXX, 3ª série, Junho de 1937.

[683] in [S.N.] (Outubro de 1943). "Instalações sanitárias." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas) nº103, Outubro de 1943. p. 7.

Em *"Um problema"*, artigo redigido por um autor chamado Alberto A.C. (1945)[684], aborda-se a questão da falta de habitação para as classes médias, face às rendas elevadas dos prédios de luxo, deixando-se a indicação de que o fogo ideal deveria ter o seguinte programa: '*cozinha, W.C., banho, 2, 3 ou 4 quartos de cama, sala de estar e de comer'*; escritório, sala de visitas e a saleta consideram-se compartimentos desnecessários.

No início dos anos 50, publicam-se alguns modelos internacionais de habitação, constatando-se a sua novidade, ainda que se denote relutância relativamente a alguns dos princípios distributivos aplicados, especialmente em apartamentos de pequena dimensão.[685]

> *"A concepção que até agora se tinha da habitação colectiva, está em plena evolução. Enquanto há vinte anos os edifícios destinados a habitação tinham todos um ar de parentesco, actualmente acentuam-se, dia a dia, tendências novas."*[686]

[684] A.C., A (Agosto de 1945). "Um problema." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº125, ano XXXVIII, 3ª série, Agosto de 1945. p. 6.

[685] "*Apresenta-nos Giulio Minoletti um bloco de apartamentos de forma curva de simples resolução de planta, nalguns ponto condenável aqui em Portugal. Note-se a colocação e dimensão da casa de banho de serviço, contacto com a sala de jantar."* in [S.N.] (Novembro e Dezembro de 1950). "Casa de Habitação em Milão." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº163, ano XLIII, 3ª série, Novembro e Dezembro de 1950. p. 20.

[686] [S.N.] (Julho a Dezembro de 1951). "Grupo de imóveis em Paris. Arqts Georges massé e jean ginsberg." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº166, ano XLIV, 3ª série, Julho a Dezembro de 1951.

Anno I — Lisboa, Janeiro de 1908 — N.º 1

A ARCHITECTURA PORTUGUEZA

Revista mensal de construcção e de architectura pratica

Director-proprietario: Mario Collares
Secretario da redacção: Mario A. S. Duarte

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — RUA MARIA ANDRADE, 19, 2.º — LISBOA

PREFACIO

A ARCHITECTURA é a fórma d'arte, condensadora de todas as outras, na qual mais immediatamente se reflete e se registam todos os successivos progressos da civilisação.

As maravilhosas conquistas scientificas do nosso tempo, modificando numerosas e essenciaes condições da vida publica e da vida intima contemporaneas, affectam profundamente não só as condições ornamentaes, mas os proprios planos e processos constructivos da habitação moderna.

A arte de edificar, portanto, — quer nos submettamos, quer não, ao dogma figurativo do *modern style*, — está no momento presente sob a pressão d'uma profunda reforma, a cujas consequencias terá de submetter-se a arte da pintura e da esculptura decorativa, e a arte do movel: — marcenaria, serralheria, ceramica, ourivesaria, todos emfim os complexos ramos do trabalho dependente da evolução artistica no ambito da habitação humana.

Os preceitos da hygiene relativa á distribuição, orientação e capacidade dos apartamentos interiores da casa, terá necessariamente de intervir na ordenação e no aspecto exterior das fachadas, a cuja technica trarão ainda, necessariamente, elementos novos os novos materiaes de construcção, de effeitos decorativos absolutamente imprevistos, como os que, por exemplo, resultam do emprego do cimento armado.

Pouco importa que as padieiras e os humbraes representem — em vez de conchas, de pontas de diamante, de trevos ou de cardos, — girasoes, crisanthemos ou pennas de pavão. O que nos interessa, e o que pretendo notificar, é que o exterior da casa terá de corresponder ás modificações interiores que lhe serão impostas, pois que a fachada, não é, como a pelle, mais que o revestimento superficial de um sistema interno que na architectura se chama — a planta.

Pela adopção dos accessores, susceptiveis dos mais luxuosos desenvolvimentos de aparato, de conforto e d'arte, a antiga escadaria solemne, forçosamente de muitos degraus por ter de galgar os mezzaninos e dar accesso do portão ao andar nobre, perderá dia a dia toda a sua consagrada importancia. Desenvolver-se-ão pelo contrario as breves escadas interiores, descobertas, de tão gracioso aspecto perspectivo, destinadas a communicar aposentos de differente nivel e differente conveniencia de luz e de pé direito. Como motivo de pompa decorativa a escadaria, rudimentarisada pelo ascensor, cederá o seu logar ao *hall*. Não será esta de certo a unica penetração do uso inglez. Os progressos tardios mas inevitaveis da pedagogia domestica e da sciencia da puericultura brevemente introduzirão a *nursery* na repartição das casas em que não existe ainda esse importante compartimento consagrado á educação dos meninos.

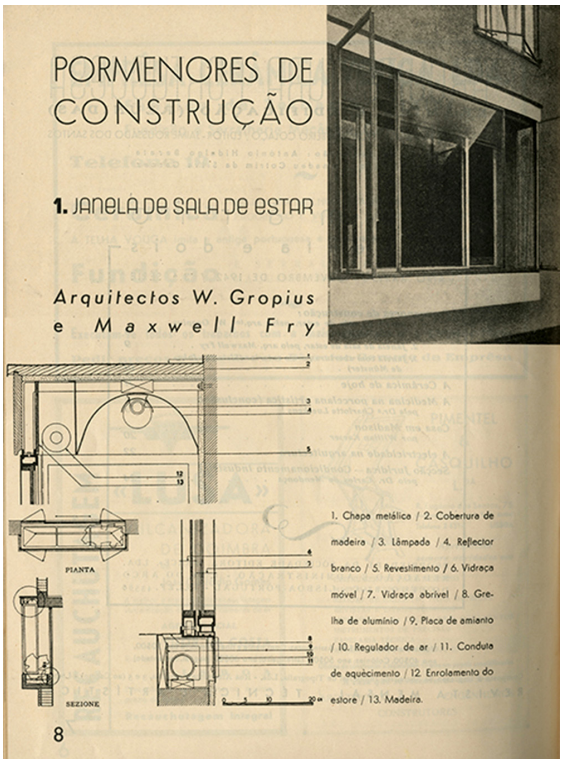
Os modernos processos de illuminação electrica, exilando os ostentosos lustres de cristal de rocha, de ferro forjado, de vidro de Veneza, de porcelana de Saxe ou de cobre ao modo hollandez, determinarão uma nova configuração dos tectos, sem motivo central na ornamentação pictural, dando ineditos pretextos decorativos e illuminantes ás sancas, aos frisos e ás molduras.

Os caloriferos e os frigoriferos tirarão todo o cabimento logico ao nucleo preponderante do arranjo actual das salas, abolindo a chaminé, com os seus tradicionaes attributos esculpturaes e as peças ricas da sua guarnição mobil — relogio, candelabros, estatuetas, etc.

Detalhe da fachada principal do Banco Lisboa & Açores

Perante as conquistas da thermo-mechanica a mesma chaminé de cosinha terá de desapparecer como a chaminé de sala, e para substituir a sandosa lareira, depois de tão modificada desde a sua origem até o nosso tempo, teremos de inventar na casa um aconchego novo, um novo recanto in-

Fig. VII.1 – A *"Architectura Portugueza"*, Ano I, 1ª série, nº1, 1908



PORMENORES DE CONSTRUÇÃO

1. JANELA DE SALA DE ESTAR

Arquitectos W. Gropius e Maxwell Fry

1. Chapa metálica / 2. Cobertura de madeira / 3. Lâmpada / 4. Reflector branco / 5. Revestimento / 6. Vidraça móvel / 7. Vidraça abrível / 8. Grelha de aluminio / 9. Placa de amianto / 10. Regulador de ar / 11. Conduta de aquecimento / 12. Enrolamento do estore / 13. Madeira.

8

Fig. VII.2 – *"Pormenores de Construção"*. 1942

A ARCHITECTURA PORTUGUEZA — INTERCALAR V

Predio do Sr. Antonio da Silva Cunha

Na rua Rugusta, fornejando para a rua da Betesga

PERSPECTIVA

ARCHITECTO: JOSÉ CHRISTIANO DE P. FERREIRA DA COSTA — ANNO IV — N.º 3

Fig. VII.3 – *"Predio do Sr. Antonio da Silva Cunha"*. (1911)

ANO XXV — 2.ª Série — Lisboa, Março de 1932 — N.º 3

A Arquitectura Portuguesa

Director e Administrador: A. R. Silva Junior
Secretário da redacção: Gaspar Xavier Pacheco de Almeida
Edictor: Nascimento de Carvalho
Fundador: Eduardo Augusto Nunes Colares
Proprietária: — D. Ana do Carmo Monteiro Colares — Correspondencia (provisóriamente) á rua Palmira, 58 — LISBOA — Tel. N. 5263

Revista Mensal de Arquitectura e Construção

Projecto de um prédio de rendimento na Avenida Almirante Reis — Lisboa

Proprietários: Ex.mos Srs. Inácio Martins do Rego e Antonio Ventura Rego
Arquitecto: Jacinto Marques Robalo

Compõe-se este prédio de caves habitaveis, rez do chão, e mais 3 andares, perfazendo no todo 5 pa-mentos com duas mo-adas cada um.

Terá pois alojamen- para 10 inquilinos o e lhe garante um bom dimento.

Publicamos a planta rez do chão que re-senta o tipo dos ou-os andares que só di-ergem dêste no apro-eitamento de mais uma e que fica por cima vestibulo da entrada rez do chão.

Assim cada uma das endas no rez do chão com 7 divisões, in-indo a casa de banho os outros andares fi-em dum lado 8 divi-es e do outro 7.

A planta está bem ida, a escada é am-a, a distribuição dos partimentos coerente.

A fachada principal é uma feliz producção no estilo modernista, harmoniosa nas suas linhas gerais, de agradável aspecto e com bastante composição. Os detalhes desta fachada, que publicamos, são muito claros e precisos esclarecendo devidamente o projecto.

Fachada principal

Jacinto Marques Robalo é um artista que se está evidenciando pelo seu constante trabalho e esforço pelo que, á «Arquitectura Portuguêsa» é grato documentar os seus trabalhos.

O estilo moderno, florescendo numa independência completa de submissão a regras clássicas, modulos e estilos gastos, mas podendo de todos êles receber as noções gerais que sejam sublimes, acentua-se atravez da expressão individual numa infinita variedade de aspectos e passando por um periodo de gestação do qual, se advinham já producções futuras empolgantes.

No dia porém em que se estabilizem regras autori-

Fig. VII.4 – *"Projecto de um prédio de rendimento na Avenida Almirante Reis"*. (1932)

Quarto de dormir

ARQUITECTO: **Fritz August Brenhaus**

Eis um quarto de dormir reduzido a uma singeleza absoluta mas onde a comodidade impera a par da higiene e confôrto.

O leito de dormir é um simples estrado de madeira polída com quatro pés retangulares e isolada do chão de não mais de 20 centimetros; sobre êle um colchão de arame e por cima um outro flexivel e fófo a receber alvos lenções e um soberbo «edredon» forrado de seda.

A' cabeceira apenas uma cortina suspensa entre dois prumos de alturas desiguais e ao lado uma caixa pequena como estante para livros, fosforeira, etc.

Do lado esquerdo vê-se um globo em seda protegendo uma lampada electrica com uma simples aste vertical até ao chão, do lado direito um calorifero metido na parede, um espelho e uma cadeira estofada, baixa, mas larga e cómoda.

Paredes lisas, no vão da janela á esquerda cortinados transparentes e sanefas da maior simplicidade.

Esta simplificação e simplicidade dum sabor alemão acentuado, a originalidade do leito de dormir, podem dár-nos uma sensação fria de nudez e desconforto, porêm analisado este interior de quarto de cama moderno não podemos deixar de apreciar esta simplicidade como expressão particular dum artista que é o arquitecto Fritz A. Brenhaus.

INTERIORES

e pequenos problemas *da casa moderna* * * *

1. A habitação moderna não é de forma alguma tão espaçosa como as que antigamente se construiam. Isto vem criar muitas vezes verdadeiros problemas de decoração que só com algum engenho e bom gôsto airosamente se resolvem. Nas gravuras têm os nossos leitores ocasião de apreciar o que acabamos de dizer. Vêde esta curiosa secretária que rapidamente pode encobrir a cadeira transformando-se num gracioso móvel — é prático, é útil e é incontestàvelmente belo. Para quê atravancar com cadeiras que poucas vezes se utilizam as pequenas divisões da casa moderna? Neste número apresentaremos ainda outras graciosas soluções de aproveitamento de espaço a par de alguns interiores particularmente bem decorados.

16

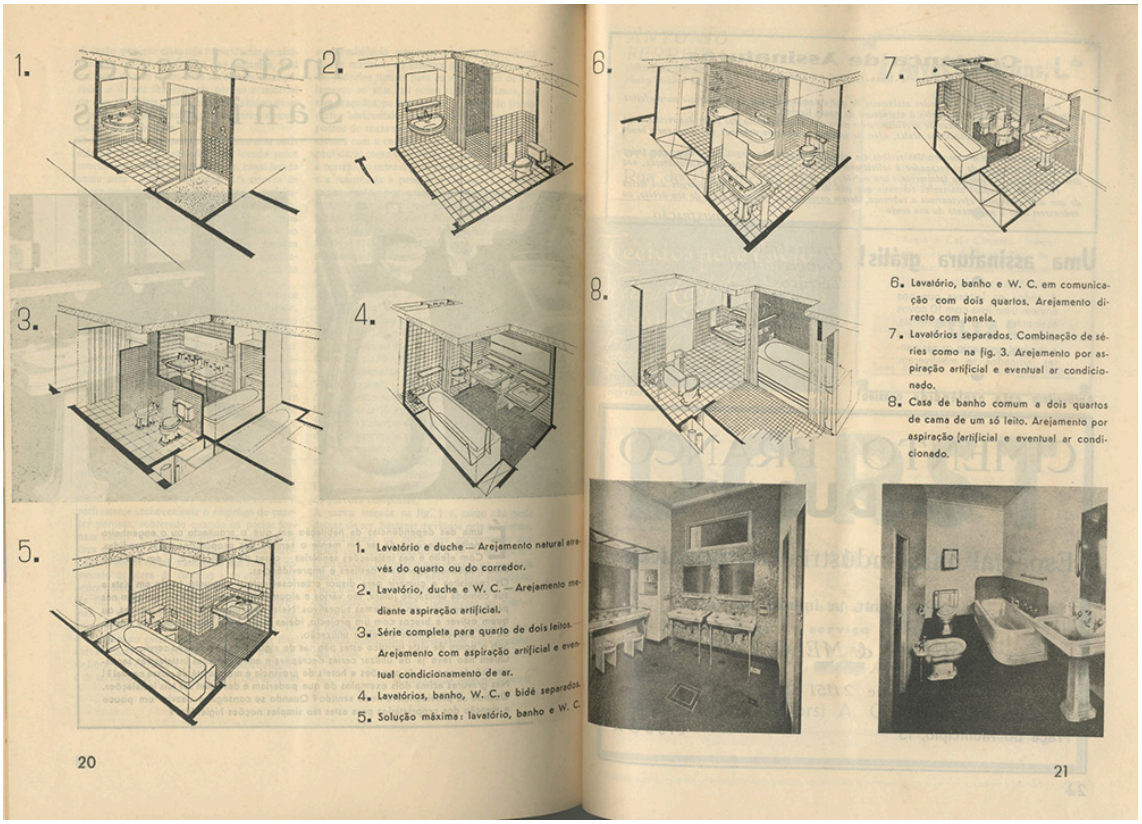


Fig. VII.5 – *"Quarto de dormir"* 1929_1, *"Interiores"* 1941_2, *"O quarto de banho"* 1943_3

22 A ARQUITECTURA PORTUGUESA

ARQUITECTURA DE HOJE

PELO ESTRANGEIRO

No mesmo número em que publicamos a planta de um prédio de rendimento lisboeta que pela primeira vez recorre ao grande Pátio para solucionar problemas de construção, parece-nos curioso reproduzir êste aspecto de um prédio parisiense recentemente construido na Rue de Bizerte, em pleno Paris, pelo notável arquitecto J. J. Garnier.

vativo, sôbre a rua, é solução curiosíssima, que, aumentando a superfície externa, e forçando-a a uma harmonia espectacular, se nos afigura para muitos casos um verdadeiro achado. Assim se criam três corpos de construção, se dá luz e ar a todos êles, e se subordinam a uma elegância exterior aspectos vários que, quando interiorizados, tenderiam para linhas de menor requinte.

Fachada

Fig. VII.6 – *"Arquitectura de Hoje pelo Estrangeiro"*. (1937)

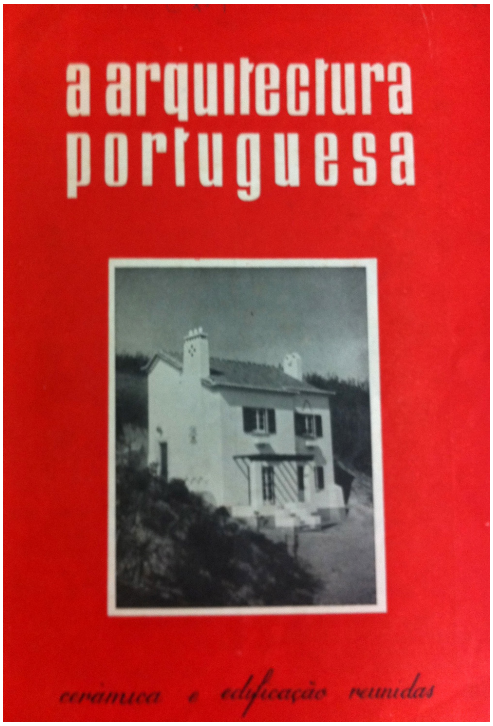
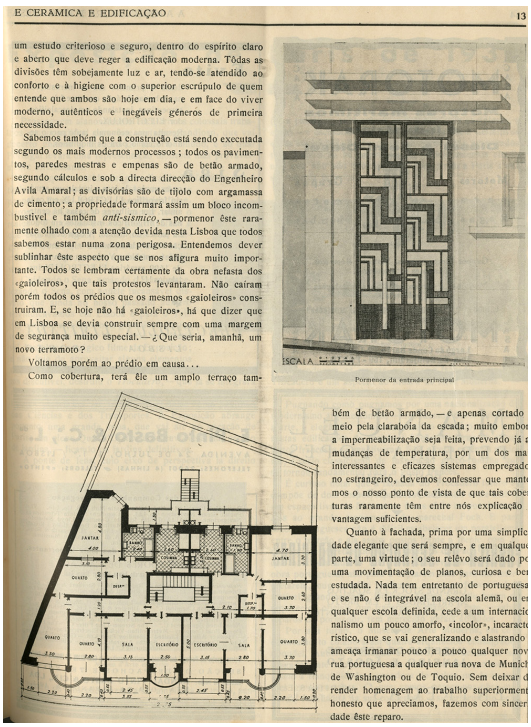


Fig. VII.7 – 'capa de 'a arquitectura portuguesa, cerâmica e edificação reunidas', nº155, Abril a Junho de 1949



E CERÂMICA E EDIFICAÇÃO 13

um estudo criterioso e seguro, dentro do espírito claro e aberto que deve reger a edificação moderna. Tôdas as divisões têm sobejamente luz e ar, tendo-se atendido ao conforto e à higiene com o superior escrúpulo de quem entende que ambos são hoje em dia, e em face do viver moderno, autênticos e inegáveis géneros de primeira necessidade.

Sabemos também que a construção está sendo executada segundo os mais modernos processos; todos os pavimentos, paredes mestras e empenas são de betão armado, segundo cálculos e sob a directa direcção do Engenheiro Avila Amaral; as divisórias são de tijolo com argamassa de cimento; a propriedade formará assim um bloco incombustível e também *anti-sísmico*, — pormenor êste raramente olhado com a atenção devida nesta Lisboa que todos sabemos estar numa zona perigosa. Entendemos dever sublinhar êste aspecto que se nos afigura muito importante. Todos se lembram certamente da obra nefasta dos «gaioleiros», que tais protestos levantaram. Não caíram porém todos os prédios que os mesmos «gaioleiros» construiram. E, se hoje não há «gaioleiros», há que dizer que em Lisboa se devia construir sempre com uma margem de segurança muito especial. — ¿Que seria, amanhã, um novo terramoto?

Voltamos porém ao prédio em causa...

Como cobertura, terá êle um amplo terraço tam-

Pormenor da entrada principal

bém de betão armado, — e apenas cortado meio pela claraboia da escada; muito embo a impermeabilização seja feita, prevendo já mudanças de temperatura, por um dos ma interessantes e eficazes sistemas empregad no estrangeiro, devemos confessar que mant mos o nosso ponto de vista de que tais cob turas raramente têm entre nós explicação vantagem suficientes.

Quanto à fachada, prima por uma simpli dade elegante que será sempre, e em qualqu parte, uma virtude; o seu relêvo será dado p uma movimentação de planos, curiosa e be estudada. Nada tem entretanto de portugues e se não é integrável na escola alemã, ou e qualquer escola definida, cede a um internaci nalismo um pouco amorfo, «incolor», incaract rístico, que se vai generalizando e alastrando ameaça irmanar pouco a pouco qualquer no rua portuguesa a qualquer rua nova de Munic de Washington ou de Toquio. Sem deixar render homenagem ao trabalho superiorme honesto que apreciamos, fazemos com sincer dade êste reparo.

Fig. VII.8 – *"Um prédio de rendimento. Projecto do Engenheiro António José d'Ávila Amaral e J. Pereira da Silva"*. (1936)

PROJECTOS E OBRAS PUBLICADAS. HIPOTÉTICAS REFERÊNCIAS PARA
OS PROJECTISTAS PORTUENSES

As primeiras décadas de novecentos

Entre 1908 e 1921, os projectos de habitação plurifamiliar publicados em *"A Architectura Portugueza"* são maioritariamente edifícios em situações urbanas particulares (cunhais, por exemplo), ou edifícios com três frentes (geminados, ou isolados), com corredores laterais de acesso [1909, 1911, 1912]. No caso dos edifícios inseridos em lote, o modelo de habitação com maior representatividade constitui o esquerdo-direito com apenas uma escada central [1914, 1918]. Estes edifícios situam-se entre três e seis pisos, a escala de construção de maior preponderância na época, incorporando pontualmente elevadores nos exemplares de maior dimensão [1914]. [**Des. VII.1],** [Fig. VII.9-13]

Nestes edifícios, desenvolve-se um programa do rés-do-chão normalmente distinto dos restantes pisos, incorporando lojas, compartimentos para o porteiro, em alguns casos apartamentos em duplex, destinados à ocupação do proprietário do edifício. Caso seja ocupado na totalidade por habitação, o piso é sobreelevado. A utilização de saguões laterais enquanto dispositivos de ventilação e iluminação, resulta numa opção frequente nos edifícios inseridos em lote, com um ou dois apartamentos por piso, assim como a inclusão de escadas de serviço. Este modelo parece ter servido de base à composição dos edifícios esquerdo-direito que se disseminarão ao longo dos anos 20 e 30 em Lisboa, com um número inferior de compartimentos [1918]. [**Des. VII.1],** [Fig. VII.14]

O programa funcional dos apartamentos varia entre nove e dezassete compartimentos nos casos observados[687] (incluindo lavabo e despensa), cujas dimensões variam de um modo assinalável. A sala de jantar possui entre 20 e 30 m², constituindo-se como a maior divisão da habitação.

[687] Por exemplo, [S.N.] (Novembro de 1909). "Casa do sr. dr. Fortunato Guimarães. Na Avenida Duque de Loulé." in A Architectura Portugueza, nº11, anno II, 1ª série, Novembro de 1909. pp. 41-44.

Estes apartamentos apresentam geralmente a seguinte distribuição: cozinha na fachada posterior, em zona afastada da entrada, se possível com copa associada; sala de jantar na proximidade; desdobramento de espaços de recepção junto à entrada, com escritório/gabinete articulado com salão/sala; quartos distribuídos pelas fachadas laterais, em zonas adjacentes a saguões laterais. O número de quartos de banho varia em função do programa; quando em número reduzido, designam-se compartimentos de apoio, as 'toilettes' como complemento. Todos os compartimentos possuem ventilação e iluminação natural. A designação de espaços específicos para o pessoal doméstico não aparenta ser uma prática comum.

Entre 1925 e 1929

Nos números consultados entre 1925 e o final da 1ª série, em 1929, publicam-se apenas três edifícios de carácter plurifamiliar: um edifício em cunhal em Lisboa, uma reconversão em Beja[688] e sobre o terceiro representa-se apenas um alçado.

A reconversão em Beja (1926), corresponde a um edifício de três pisos, que mantém a configuração de planta, os dispositivos de ventilação e os princípios de distribuição apresentados anteriormente [**Des. VII.1**, 1918], [Fig. VII.14]: planta em duplo C com saguões de ventilação central e laterais de dimensões reduzidas; cozinha agrupada com a sala de jantar em área adjacente à fachada posterior; desdobramento escritório/ sala junto à entrada; quartos ventilados por saguões interiores. Neste edifício em particular, destaca-se, no entanto, por um lado a duplicação da caixa de escadas principal, evitando a partilha de acessos, e por outro a inexistência de escadas de serviço, frequentes nos edifícios lisboetas publicados na época. [**Des. VII.2**]

Entre 1930 e 1934 (2ª série)

[688] [S.N.] (Fevereiro de 1926). "Arquitectura Tradicional Portuguesa. Ante-projecto para a transformação duma casa velha, existente na rua de Mertola, em Beja, pertencente ao sr. Francisco Romana. Arquitectos: Amilcar Pinto e Frederico de Carvalho ", in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, nº2, ano XIX, 1ª série, Fevereiro de 1926.

Neste período são de igual modo publicados apenas três edifícios/projectos de habitação plurifamiliar, destacando-se o "*Projecto de um prédio de rendimento na Avenida Almirante Reis - Lisboa. Proprietários: Ex. mos Srs. Inácio Martins do Rego e Antonio Ventura Rego. Arquitecto: Jacinto Marques Robalo*"[689] de 1932. Trata-se de um edifício com cinco pisos: cave sobreelevada, rés-do-chão, e apartamentos em esquerdo-direito com oito e nove divisões. O autor do artigo indica que o edifício aloja dez inquilinos, "*o que lhe garante um bom rendimento*" e que *"A fachada principal é uma feliz produção de estilo modernista."*[690] A planta de piso desenha-se numa configuração quase quadrada, de modelo compacto, com 14 metros de profundidade, escada central, e apenas um quarto de banho, agrupado com a cozinha. Nesta planta de habitação sobressai a existência de um amplo compartimento sem ventilação natural e com iluminação indirecta, condição permitida pelo *Regulamento Geral da Construção Urbana para a cidade de Lisboa*, o RGCU de 1930[691]. [**Des. VII.2**], [Fig. VII.15]

Entre 1935 e 1940 (3ª série)

Na 3ª série da revista, já a partir de 1935, multiplica-se exponencialmente o número de edifícios de habitação plurifamiliar divulgados, assim como a forma ou detalhe com que são abordados: apenas capa de revista, uma fotografia, alusões breves, artigos detalhados, por exemplo. Tal como nos períodos anteriores, aparentemente privilegia-se a divulgação de edifícios implantados em situações urbanas de excepção, face à maior dimensão e relevância urbana, mas igualmente mais propícios ao desenvolvimento de soluções de distribuição convencionais, em 'enfilade', bastante condicionadas pelas particularidades de configuração do lote.

[689] in [S.N.] (Março de 1932). "Projecto de um prédio de rendimento na Avenida Almirante Reis - Lisboa. Proprietários: Ex.mos Srs. Inácio Martins do Rego e Antonio Ventura Rego. Arquitecto: Jacinto Marques Robalo." in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, nº3, ano XXV, 2ª série, Março de 1932. pp. 17-18.

[690] [S.N.] (Março de 1932). "Projecto de um prédio de rendimento na Avenida Almirante Reis - Lisboa. Proprietários: Ex.mos Srs. Inácio Martins do Rego e Antonio Ventura Rego. Arquitecto: Jacinto Marques Robalo." in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, nº3, ano XXV, 2ª série, Março de 1932.

[691] [S.N.] (1930c). Regulamento Geral de Construção Urbana (Edital de 6 de Dezembro de 1930). Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa

Nos edifícios publicados implantados em lote, os esquemas de distribuição são sensivelmente coincidentes, dentro da tradição lisboeta, ainda que a configuração do edifício ou mesmo o número de compartimentos do apartamento seja distinto. A sala de jantar associa-se invariavelmente à cozinha, em local afastado da entrada, enquanto que na zona de recepção se desdobram espaços articulados: escritório, sala, e um número variável de quartos, conforme a dimensão da frente disponível.

O edifício visado no artigo "*Um prédio de rendimento. Projecto do arquitecto Cassiano Branco*" (1936)[692], [**Des. VII.3**_1], referencia-se como uma 'habitação de rendimento' em conclusão na Rua Fialho de Almeida, com cinco pisos destinados a habitação. Como características distintivas, é apontado o facto de todas as suas divisões serem ventiladas e iluminadas naturalmente, com áreas superiores a 9 m² (segundo o autor, acima do exigido por regulamentação). Ao nível de distribuição interior, os apartamentos seguem os esquemas já descritos, ressaltando a largura da parcela - 9 metros, o pequeno saguão enquanto dispositivo fundamental de ventilação dos quartos, e o facto de todos os compartimentos serem relativamente exíguos (a sala de jantar, por exemplo, tem apenas 15 m²), o que demonstra a (ainda) preferência pela concepção de habitações com um número elevado de divisões em detrimento da sua dimensão. [Fig. VII.16]

No artigo "*Um prédio de rendimento. Projecto do Engenheiro António José d'Ávila Amaral e J. Pereira da Silva*"[693](1936), [**Des. VII.3**_2], é representado um edifício de proporções de planta completamente distintas, compacto, com cerca de 23,00 metros de frente e 12,00 metros de profundidade. Trata-se de um edifício em construção na Avenida de Álvares Cabral, com seis pisos, que apesar da diferente configuração segue os princípios distributivos mais correntes, incluindo o quarto com ventilação e iluminação indirecta, situação prevista pelo RGCU de 1930. Os apartamentos apresentam 9/10 compartimentos. [Fig. VII.18]

---

[692] in [S.N.] (Fevereiro de 1936b). "Um prédio de rendimento. Projecto do arquitecto Cassiano Branco." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº11, ano XXVIII, 3ª série, Fevereiro de 1936. pp. 5 e 25.

[693] in [S.N.] (Novembro de 1936). in "A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas)", nº20, ano XXVIII, 3ª série, Novembro de 1936. pp. 12-13.

Segundo o autor, o edifício apontado no artigo "*Um prédio de rendimento. Propriedade do Sr. Júlio José dos Santos. Plano e execução do Engenheiro António José de Ávila Amaral*"(1937)[694], em construção na Rua Sampaio Pina, desenvolve seis pisos de habitação iguais, em esquerdo-direito (à excepção do rés-do-chão, com apartamentos de menor dimensão e acesso às garagens no logradouro). Como característica distintiva, ressalta o pátio interior de dimensões francamente superiores às necessárias para ventilar os compartimentos que serve (quartos e instalações sanitárias), sendo que apesar de aparentemente se inspirar nos modelos franceses, não se viabiliza qualquer permeabilidade entre a rua e este pátio, ou mesmo acessibilidade por parte dos moradores. Os apartamentos, com programa funcional composto por quinze compartimentos, aparentam não se afastar da distribuição que se tem vindo a descrever. [**Des. VII.3**_3**],** [Fig. VII.19]

Os anos 40 e 50 do século XX

A partir de 1940, os exemplos publicados denotam uma manifesta simplificação do programa funcional, redução de área total, e nalguns casos, diminuição do número de compartimentos. Exceptuando um ou outro exemplo de maior anacronia, elimina-se o escritório; a sala surge indistintamente subdividida ou desenhada como um espaço único, de maiores dimensões, ainda que nesta fase esta opção aparente ser uma consequência da redução da área do apartamento, mais do que um ajustamento aos modos de vida. A cozinha posiciona-se pontualmente em zona próxima à entrada. [**Des. VII.4]**

O edifício representado no artigo "*Arquitecto João Simões. 2. Prédio de Rendimento, na Rua Augusto Machado*" (1940)[695] [Fig. VII.20], exibe apenas uma sala próxima à entrada, apesar de contar com doze compartimentos; o "*Prédio em Lisboa*"[696], localizado na Rua de Monserrate (1941), [Fig. VII.21], com apenas oito compartimentos (incluindo lavabo e despensa), elimina

[694] in [S.N.] (Janeiro de 1937a). "Arquitectura de Hoje pelo estrangeiro." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº22, ano XIX, 3ª série, Janeiro de 1937. pp. 16-17.

[695] [S.N.] (Junho de 1940). "Arquitecto João Simões. 2. Prédio de Rendimento, na Rua Augusto Machado." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº63, ano XXXIII, 3ª série, Junho de 1940. pp. 16-18.

[696] [S.N.] (Fevereiro de 1941). "Prédio em Lisboa." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº71, ano XXXIII, 3ª série, Fevereiro de 1941.

todas as circulações, reduz a sala a um único compartimento e posiciona a cozinha junto à entrada. O mesmo tipo de disposição compacta, ainda que menos radical, volta a representar-se no artigo intitulado "*Dois prédios de rendimento*" (1945), [Fig. VII.23]. Neste edifício, a sala (comum), funciona também como interface entre a zona dos quartos, ainda que estes se encontrem num núcleo isolado, equivalente a uma segregação funcional 'dia-noite'. Apesar da aparente inovação programática e distributiva, este edifício mantém as tradicionais galerias de serviço na fachada posterior, com acesso a um lavabo e um quarto de criada.

Em 1943, publica-se um edifício em esquerdo-direito de disposição mais convencional, com cozinha/sala de jantar colocadas em áreas adjacentes à fachada posterior, e sala/quarto(s) junto à fachada principal, também numa disposição compacta, sem saguões[697]. [**Des. VII.4],** [Fig. VII.22]

A partir de 1951, os projectos representados na revista constituem quase que exclusivamente exemplos estrangeiros: blocos isolados em Paris, Roma, Milão, Buenos Aires, entre outros. Em 1953, dedica-se um número exclusivamente ao tema da Habitação (portuguesa)[698], mas os projectos publicados resumem-se a edifícios de carácter unifamiliar. Em 1954 publica-se com bastante detalhe o 'Bloco de Alvalade', edifício referencial em contexto lisboeta.

Da análise geral dos números da revista até meados da década de 50 ressalta a quase ausência de publicação de edifícios portuenses, especialmente de habitação plurifamiliar.

Modelos estrangeiros

Dos projectos ou obras publicadas na secção *"A Arquitectura de Hoje pelo Estrangeiro"*, destacam-se dois exemplos, de 1937 e 1938. Em *"O prémio de 'René Gillion"* (1937)[699], são representadas as propostas vencedoras de um concurso para um edifício de habitação

[697] [S.N.] (Fevereiro de 1943). in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas)", nº95, ano XXXV, 3ª série, Fevereiro de 1943. pp. 19-21.
[698] [S.N.] (Abril de 1953). in "A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação. Revista bimestral técnica e artística", nº3 e 4, ano XLVI, 4ª série, Abril de 1953.
[699] [S.N.] (Setembro de 1937). "Arquitectura de hoje pelo estrangeiro. O prémio de 'René Gillion'." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº30, ano XXX, 3ª série, Setembro de 1937. pp. 22-25.

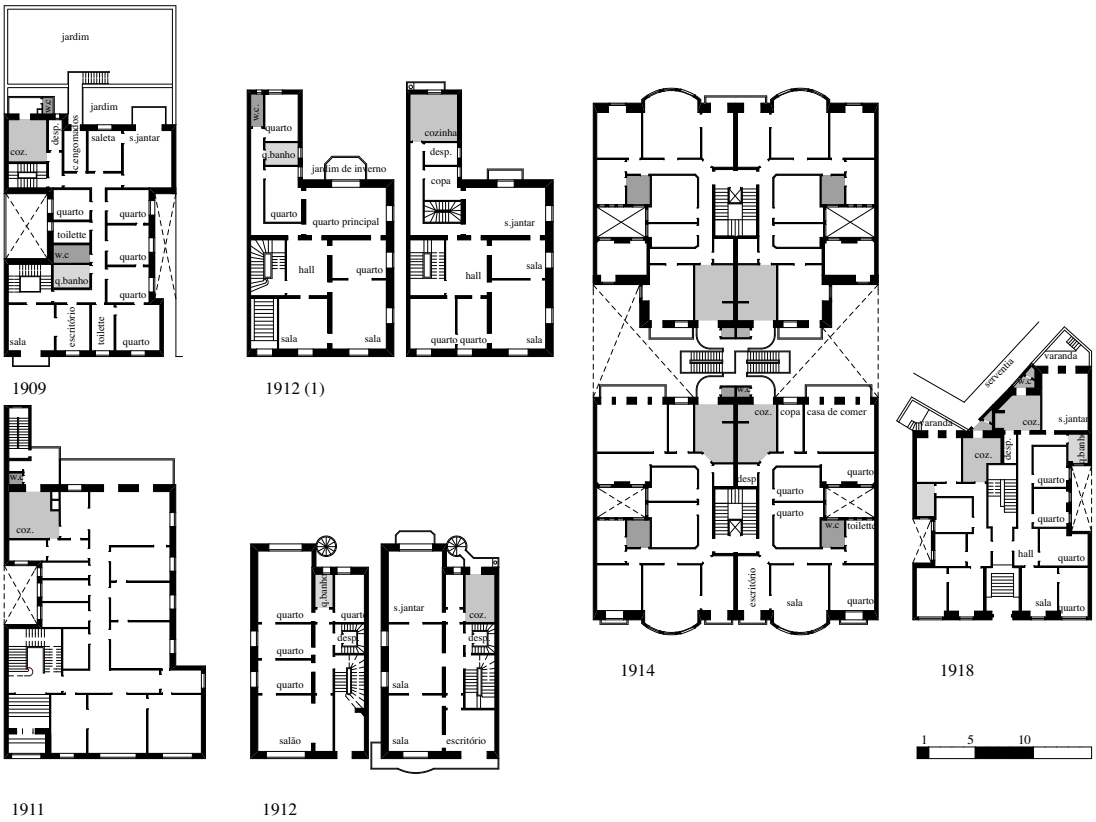
plurifamiliar a construir numa localidade vizinha a Bruxelas, em lote com 14 metros de frente por 28 metros de profundidade. Cada apartamento deveria ter 100 m² de área, e responder a um programa determinado: *"Dois locatários em cada piso. Cada um com: casa de jantar, cozinha-terraço, estúdio, sala de banho, vestiário, W. C., dois quartos e uma arrecadação"*.

Este programa compacto de oito divisões resulta numa invariável proposta de distribuição que articula sala de jantar e estúdio na fachada principal, e desloca a cozinha para zona próxima da entrada. Apesar desta constante nos vários projectos publicados, é interessante verificar a diversidade de configurações e dispositivos de ventilação propostos. Este facto comprova uma manifesta independência entre distintas variáveis na concepção da habitação: programa da habitação, frente do lote, opções sobre a configuração/tipo de edifício, e o esquema de distribuição do apartamento.

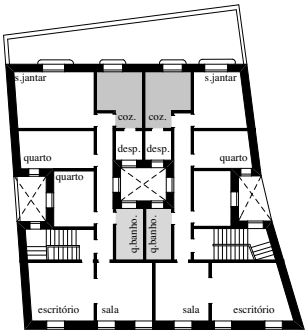
O edifício publicado em 1938[700], estrutura-se com um apartamento por piso, com sete compartimentos, sala comum com zonas diferenciadas e cozinha junto à entrada, numa distribuição funcional muito próxima da divisão de núcleos dia-noite, que em Portugal só se tornará corrente a partir dos anos 50. Por esta altura, o modelo mais frequente nos edifícios lisboetas em apartamentos com o mesmo número de compartimentos, mantém como constante a subdivisão de salas.

Os projectos portugueses divulgados na mesma época aparentam estar claramente em contracorrente relativamente aos esquemas de distribuição propostos nestes projectos estrangeiros de habitações com sete a nove compartimentos: estes filiam-se manifestamente em diferentes conceitos de distribuição, independentemente da configuração do edifício ou dimensão de frente do lote. **[Des. VII.5],** [Fig. VII.24-26]

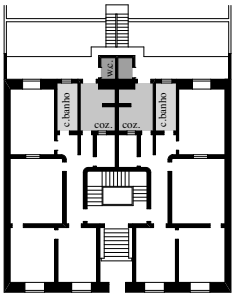
[700] in "A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas)", nº41, ano XXXI, 3ª série, Agosto de 1938, pp. 20-21.



Des. VII.1 – Alguns edifícios publicados na 'A Arquitectura Portuguesa' entre 1908 e 1921

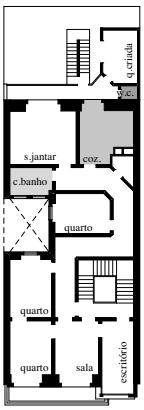


1926

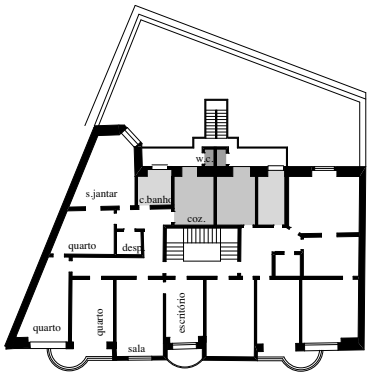


1932

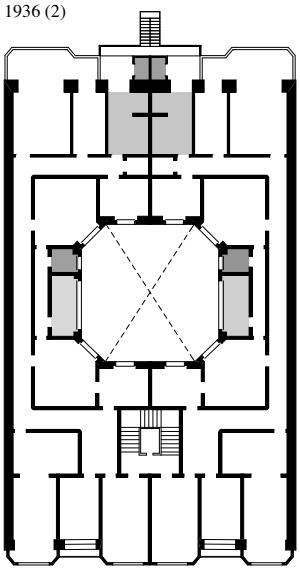
Des. VII.2 – 'Reconversão em Beja' (1926); "Projecto de um prédio de rendimento na Av. Almirante Reis' (1932)



1936 (1)

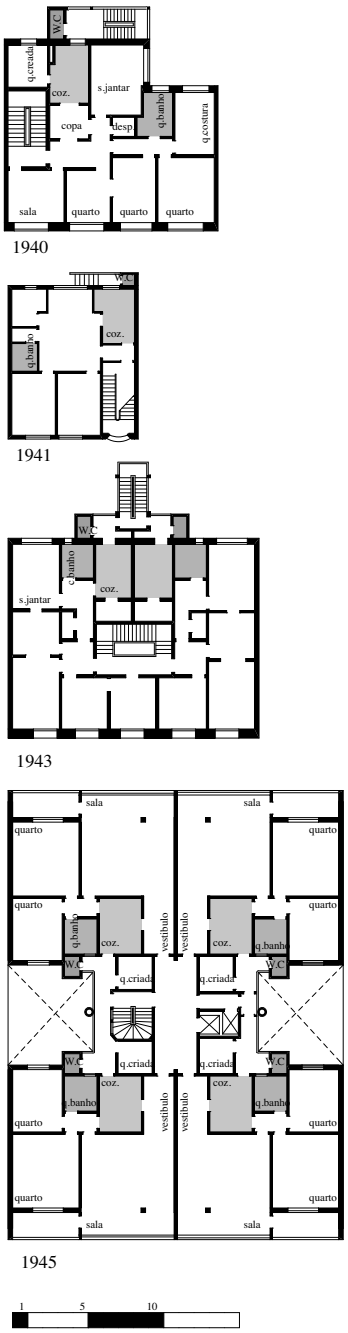


1936 (2)

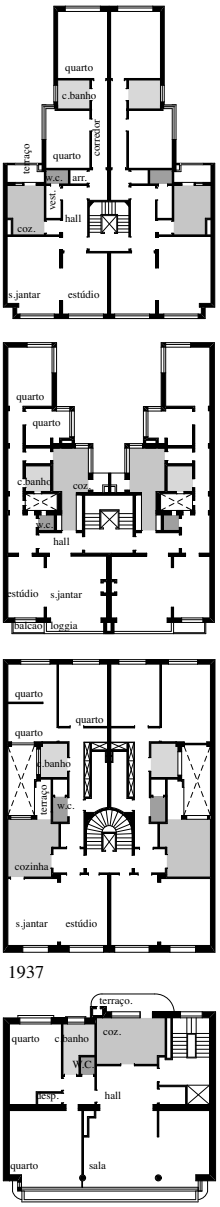


1937

Des. VII.3 – 'Um prédio de rendimento. Arq. Cassiano Branco, 1936_1; 'Um prédio de rendimento. Eng. António José d'Ávila Amaral e J. Pereira da Silva', 1936_2; 'Um prédio de rendimento. Eng. António José de Ávila Amaral', 1937



Des. VII.4 –Alguns edifícios/projectos publicados entre 1940 e 1945



1937

1938

Des. VII.5 – 'A Arquitectura de Hoje pelo Estrangeiro', 1937, 1938

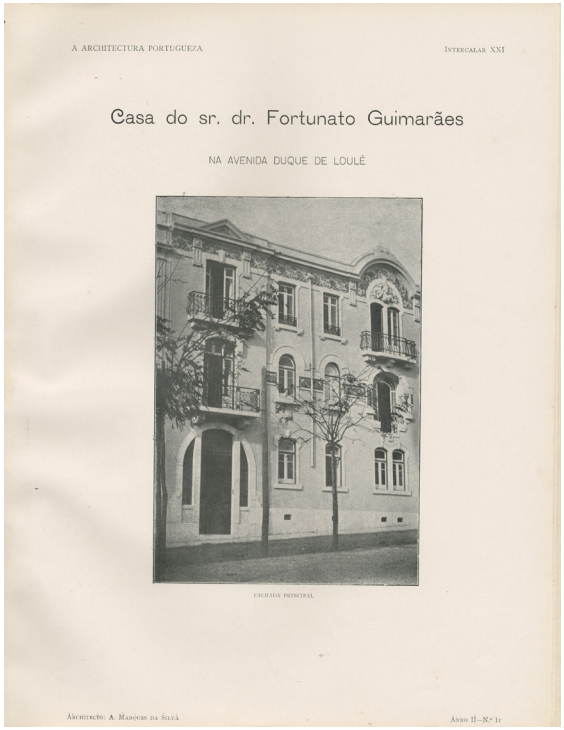


Fig. VII.9 – *"Casa do sr. dr. Fortunato Guimarães. Na Avenida Duque de Loulé."* in A Architectura Portugueza, nº11, anno II, 1ª série, Novembro de 1909.

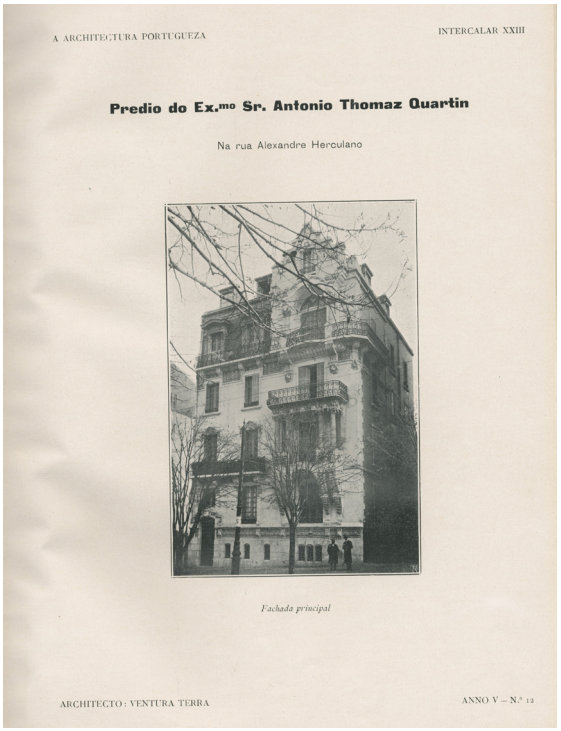


Fig. VII.10 – *"Predio do Ex.mo Sr. Antonio Thomaz Quartin. Na rua Alexandre Herculano."* in A Architectura Portugueza, nº12, anno V, 1ª série, Dezembro de 1912.

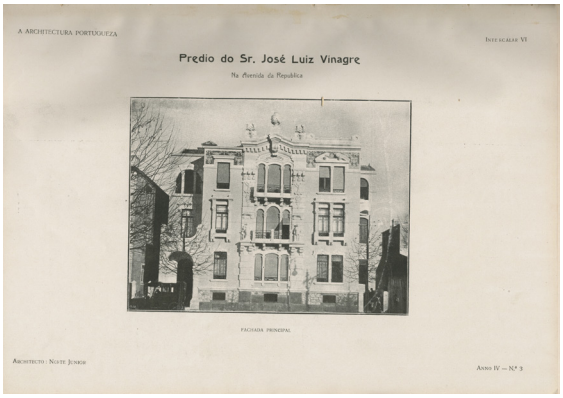


Fig. VII.11 – *"Predio do Sr. José Luiz Vinagre. Na Avenida da República."* in A Architectura Portugueza, nº3, anno IV, 1ª série, Março de 1911.

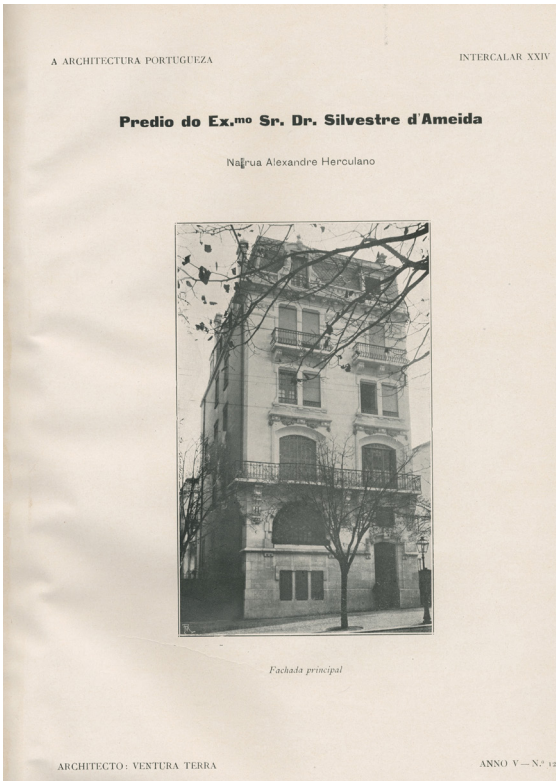
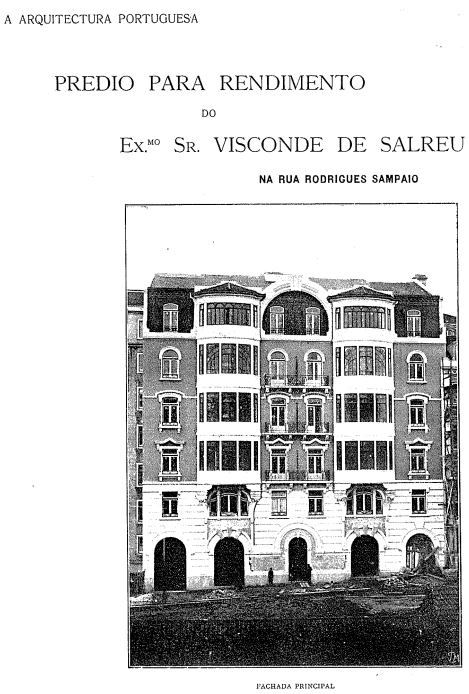


Fig. VII.12 – *"Predio do Ex.mo Sr. Silvestre d'Almeida. Na rua Alexandre Herculano ."* in A Architectura Portugueza, nº12, anno V, 1ª série, Dezembro de 1912.



A ARQUITECTURA PORTUGUESA

PREDIO PARA RENDIMENTO

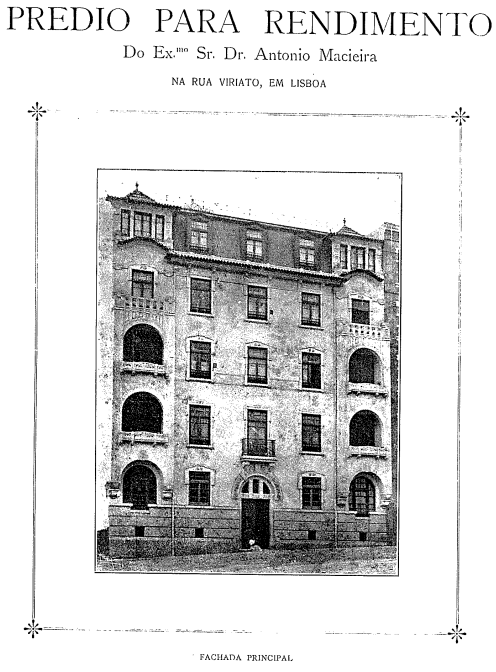
DO

Ex.mo Sr. VISCONDE DE SALREU

NA RUA RODRIGUES SAMPAIO

FACHADA PRINCIPAL

Fig. VII.13 – *"Predio para rendimento do Ex.mo Sr. Visconde de Salreu. Na rua Rodrigues Sampaio."* in A Architectura Portugueza, nº4, ano VIII, Abril de 1915.



PREDIO PARA RENDIMENTO

Do Ex.mo Sr. Dr. Antonio Macieira

NA RUA VIRIATO, EM LISBOA

FACHADA PRINCIPAL

ARQUITECTO: ERNESTO KORRODI

ANO XI — N.º 6

Fig. VII.14 – *"Predio para rendimento do Ex.mo Sr. Dr. António Macieira. Na rua Viriato, em Lisboa."* in A Architectura Portugueza, nº6, ano XI, Junho de 1918.

ANO XXV — 2.ª Série — Lisboa, Março de 1932 — N.º 3

A Arquitectura Portuguesa

Revista Mensal de Arquitectura e Construção

Director e Administrador: A. R. Silva Junior
Secretário da redacção: Gaspar Xavier Pacheco de Almeida
Edictor: Nascimento de Carvalho
Fundador: Eduardo Augusto Nunes Colares
Proprietária: — D. Ana do Carmo Monteiro Colares — Correspondencia (provisòriamente) á rua Palmira, 38 — LISBOA — Tel. N. 5263

Projecto de um prédio de rendimento na Avenida Almirante Reis — Lisboa

Proprietários: Ex.mos Srs. Inácio Martins do Rego e Antonio Ventura Rego
Arquitecto: Jacinto Marques Robalo

Compõe-se este prédio de caves habitaveis, rez do chão, e mais 3 andares, perfazendo no todo 5 pavimentos com duas moradias cada um.

Terá pois alojamento para 10 inquilinos o que lhe garante um bom rendimento.

Publicamos a planta do rez do chão que representa o tipo dos outros andares que só diferem dêste no aproveitamento de mais uma casa que fica por cima do vestíbulo da entrada do rez do chão.

Assim cada uma das moradias no rez do chão fica com 7 divisões, incluindo a casa de banho nos outros andares ficam dum lado 8 divisões e do outro 7.

A planta está bem estudada, a escada é ampla, a distribuição dos compartimentos coerente.

A fachada principal é uma feliz produção no estilo modernista, harmoniosa nas suas linhas gerais, de agradável aspecto e com bastante composição. Os detalhes desta fachada, que publicamos, são muito claros e precisos esclarecendo devidamente o projecto.

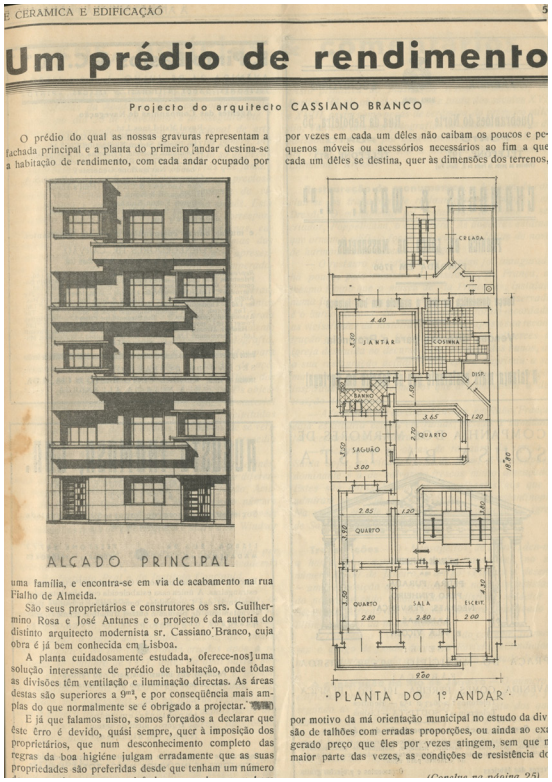
Fachada principal

Jacinto Marques Robalo é um artista que se está evidenciando pelo seu constante trabalho e esfôrço pelo que, á «Arquitectura Portuguêsa» é grato documentar os seus trabalhos.

O estilo moderno, florescendo numa independência completa de submissão a regras clássicas, modulos e estilos gastos, mas podendo de todos êles receber as noções gerais que sejam sublimes, acentua-se atravez da expressão individual numa infinita variedade de aspectos e passando por um periodo de gestação do qual, se advinham já produções futuras empolgantes.

No dia porêm em que se estabilizem regras autori-

Fig. VII.15 – *"Projecto de um prédio de rendimento na Avenida Almirante Reis. Lisboa."* in A Arquitectura Portuguesa, nº3, ano XXV, 2ª série, Março de 1932.



CERAMICA E EDIFICAÇÃO 5

Um prédio de rendimento

Projecto do arquitecto CASSIANO BRANCO

O prédio do qual as nossas gravuras representam a fachada principal e a planta do primeiro andar destina-se a habitação de rendimento, com cada andar ocupado por uma familia, e encontra-se em via de acabamento na rua Fialho de Almeida.

ALÇADO PRINCIPAL

São seus proprietários e construtores os srs. Guilhermino Rosa e José Antunes e o projecto é da autoria do distinto arquitecto modernista sr. Cassiano Branco, cuja obra é já bem conhecida em Lisboa.

A planta cuidadosamente estudada, oferece-nos uma solução interessante de prédio de habitação, onde tôdas as divisões têm ventilação e iluminação directas. As áreas destas são superiores a 9m², e por conseqüência mais amplas do que normalmente se é obrigado a projectar.

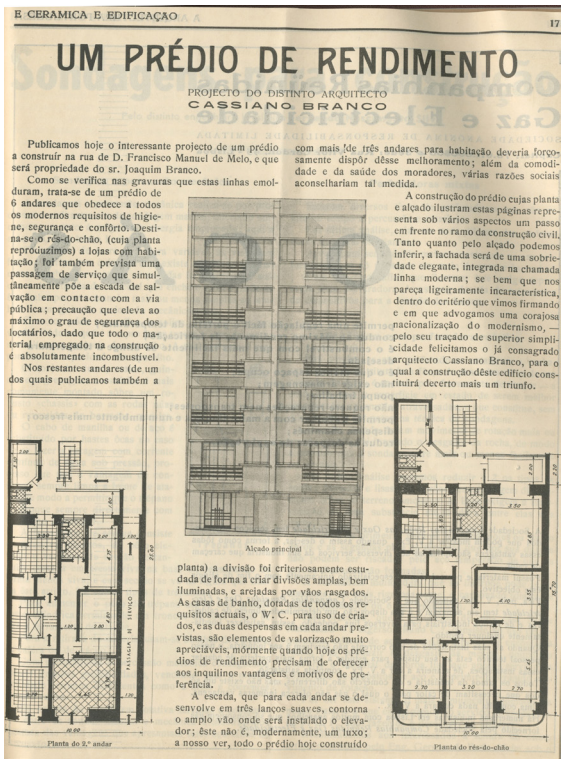
E já que falamos nisto, somos forçados a declarar que êste êrro é devido, quási sempre, quer à imposição dos proprietários, que num desconhecimento completo das regras da boa higiéne julgam erradamente que as suas propriedades são preferidas desde que tenham um número

por vezes em cada um dêles não caibam os poucos e pequenos móveis ou acessórios necessários ao fim a que cada um dêles se destina, quer às dimensões dos terrenos,

PLANTA DO 1º ANDAR

por motivo da má orientação municipal no estudo da divisão de talhões com erradas proporções, ou ainda ao exagerado preço que êles por vezes atingem, sem que a maior parte das vezes, as condições de resistência de

Fig. VII.16 – *"Um prédio de rendimento. Projecto do arquitecto Cassiano Branco"*. in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº11, ano XXVIII, 3ª série, Fevereiro de 1936.



E CERAMICA E EDIFICAÇÃO 17

UM PRÉDIO DE RENDIMENTO

PROJECTO DO DISTINTO ARQUITECTO
CASSIANO BRANCO

Publicamos hoje o interessante projecto de um prédio a construir na rua de D. Francisco Manuel de Melo, e que será propriedade do sr. Joaquim Branco.

Como se verifica nas gravuras que estas linhas emolduram, trata-se de um prédio de 6 andares que obedece a todos os modernos requisitos de higiene, segurança e confôrto. Destina-se o rés-do-chão, (cuja planta reproduzimos) a lojas com habitação; foi também prevista uma passagem de serviço que simultâneamente põe a escada de salvação em contacto com a via pública; precaução que eleva ao máximo o grau de segurança dos locatários, dado que todo o material empregado na construção é absolutamente incombustível.

Nos restantes andares (de um dos quais publicamos também a planta) a divisão foi criteriosamente estudada de forma a criar divisões amplas, bem iluminadas, e arejadas por vãos rasgados. As casas de banho, dotadas de todos os requisitos actuais, o W. C. para uso de criados, e as duas despensas em cada andar previstas, são elementos de valorização muito apreciáveis, mórmente quando hoje os prédios de rendimento precisam de oferecer aos inquilinos vantagens e motivos de preferência.

com mais de três andares para habitação deveria forçosamente dispôr dêsse melhoramento; além da comodidade e da saúde dos moradores, várias razões sociais aconselhariam tal medida.

A construção do prédio cujas planta e alçado ilustram estas páginas representa sob vários aspectos um passo em frente no ramo da construção civil. Tanto quanto pelo alçado podemos inferir, a fachada será de uma sobriedade elegante, integrada na chamada linha moderna; se bem que nos pareça ligeiramente incaracteristica, dentro do critério que vimos firmando e em que advogamos uma corajosa nacionalização do modernismo, — pelo seu traçado de superior simplicidade felicitamos o já consagrado arquitecto Cassiano Branco, para o qual a construção dêste edifício constituirá decerto mais um triunfo.

Alçado principal

A escada, que para cada andar se desenvolve em três lanços suaves, contorna o amplo vão onde será instalado o elevador; êste não é, modernamente, um luxo; a nosso ver, todo o prédio hoje construido

Planta do 2.º andar

Planta do rés-do-chão

Fig. VII.17 – *"Um prédio de rendimento. Projecto do distinto Arquitecto Cassiano Branco."*

12 A ARQUITECTURA PORTUGUESA

Um prédio de rendimento

Projecto do Engenheiro
António José d'Ávila Amaral e J. Pereira da Silva

A Avenida de Alvares Cabral, — àparte o constituir, pelo seu traçado, uma ameaça permanente ao Jardim da Estrêla... — está-se convertendo numa das mais interessantes de Lisboa, graças à sua rampa, à sua orientação, e

reira da Silva, nomes que representam uma segura garantia, assim como o do Mestre, Ricardo José dos Santos a quem a proprietária encarregou da construção, — superiormente dirigida pelo distinto Engenheiro autor do projecto.

ESCALA

Fachada

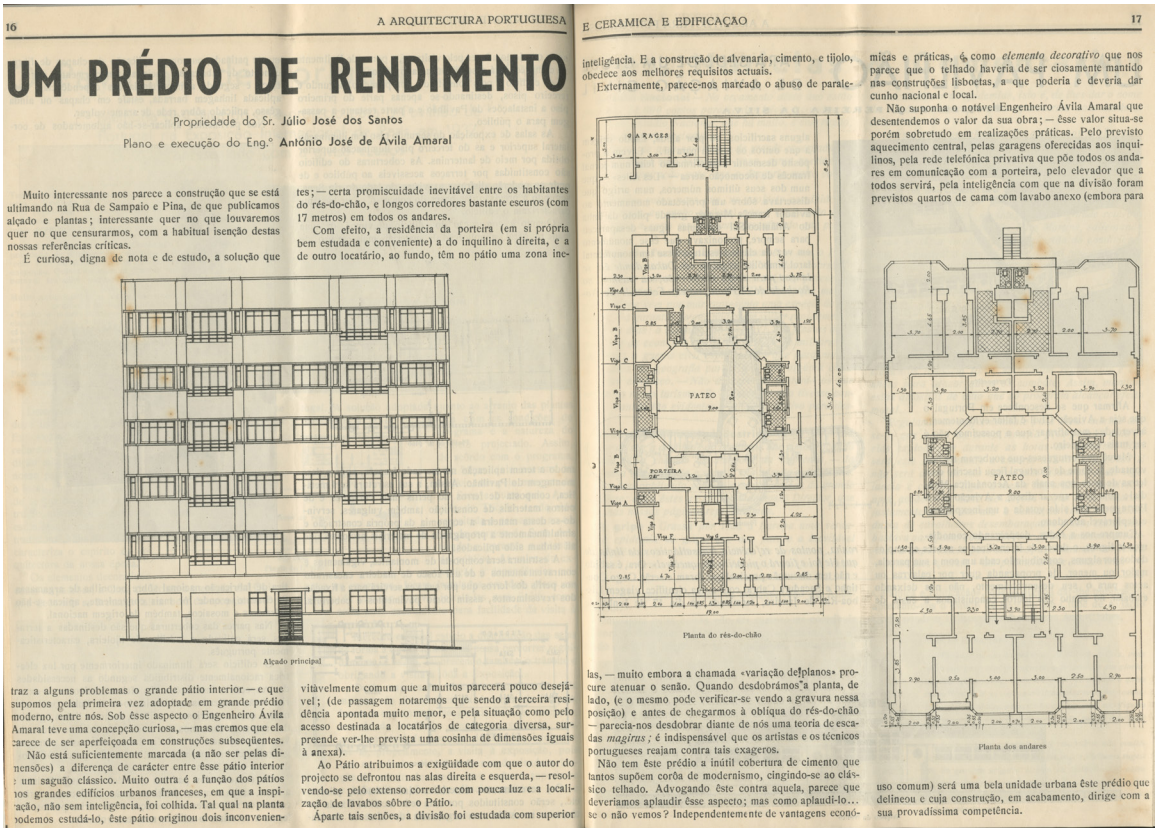
as perspectivas que abre ao Largo do Rato após a tão necessária demolição dos prédios que o entaipavam (e a despeito de críticas injustas, de injustos entraves, que se opuzeram a essa remodelação tão conveniente).

Nessa avenida, — e como propriedade da Sr.ª D. Maria do Carmo Gil — está a ser construido o prédio de cujo projecto reproduzimos os traços essenciais. São seus autores o Engenheiro Avila Amaral e o distinto artista J. Pe-

Foi êste estudado pelos autores, necessàriamente, de acordo com o «Regulamento das edificações urbanas para a Cidade de Lisboa» — e ao que nos informam, dada a configuração do terreno, mais uma vez êsse rigido Regulamento se revelou indesejável em mais de um aspecto; ao assunto nos referiremos oportunamente, mais de espaço, como merece.

Seja como fôr, revelam as plantas que se procedeu a

Fig. VII.18 – *"Um prédio de rendimento. Projecto do Engenheiro António José d'Ávila Amaral e J. Pereira da Silva"*. in "A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas)", nº20, ano XXVIII, 3ª série, Novembro de 1936.



16 A ARQUITECTURA PORTUGUESA

UM PRÉDIO DE RENDIMENTO

Propriedade do Sr. **Júlio José dos Santos**

Plano e execução do Eng.º **António José de Ávila Amaral**

Muito interessante nos parece a construção que se está ultimando na Rua de Sampaio e Pina, de que publicamos alçado e plantas; interessante quer no que louvaremos quer no que censurarmos, com a habitual isenção destas nossas referências críticas.

É curiosa, digna de nota e de estudo, a solução que traz a alguns problemas o grande pátio interior — e que supomos pela primeira vez adoptado em grande prédio moderno, entre nós. Sob êsse aspecto o Engenheiro Ávila Amaral teve uma concepção curiosa, — mas cremos que ela carece de ser aperfeiçoada em construções subseqüentes.

Não está suficientemente marcada (a não ser pelas dimensões) a diferença de carácter entre êsse pátio interior e um saguão clássico. Muito outra é a função dos pátios dos grandes edifícios urbanos franceses, em que a inspiração, não sem inteligência, foi colhida. Tal qual na planta podemos estudá-lo, êste pátio originou dois inconvenientes; — certa promiscuidade inevitável entre os habitantes do rés-do-chão, e longos corredores bastante escuros (com 17 metros) em todos os andares.

Com efeito, a residência da porteira (em si própria bem estudada e conveniente) a do inquilino à direita, e a de outro locatário, ao fundo, têm no pátio uma zona inevitàvelmente comum que a muitos parecerá pouco desejável; (de passagem notaremos que sendo a terceira residência apontada muito menor, e pela situação como pelo acesso destinada a locatários de categoria diversa, surpreende ver-lhe prevista uma cosinha de dimensões iguais à anexa).

Ao Pátio atribuimos a exiguidade com que o autor do projecto se defrontou nas alas direita e esquerda, — resolvendo-se pelo extenso corredor com pouca luz e a localização de lavabos sôbre o Pátio.

Aparte tais senões, a divisão foi estudada com superior

Alçado principal

E CERAMICA E EDIFICAÇÃO 17

inteligência. E a construção de alvenaria, cimento, e tijolo, obedece aos melhores requisitos actuais.

Externamente, parece-nos marcado o abuso de paralelas, — muito embora a chamada «variação de planos» procure atenuar o senão. Quando desdobrámos a planta, de lado, (e o mesmo pode verificar-se vendo a gravura nessa posição) e antes de chegarmos à oblíqua do rés-do-chão — parecia-nos desdobrar diante de nós uma teoria de escadas *magiras*; é indispensável que os artistas e os técnicos portugueses reajam contra tais exageros.

Não tem êste prédio a inútil cobertura de cimento que tantos supõem coròa de modernismo, cingindo-se ao clássico telhado. Advogando êste contra aquela, parece que deveriamos aplaudir êsse aspecto; mas como aplaudi-lo... se o não vemos? Independentemente de vantagens económicas e práticas, é como *elemento decorativo* que nos parece que o telhado haveria de ser ciosamente mantido nas construções lisboetas, a que poderia e deveria dar cunho nacional e local.

Não suponha o notável Engenheiro Ávila Amaral que desentendemos o valor da sua obra; — êsse valor situa-se porém sobretudo em realizações práticas. Pelo previsto aquecimento central, pelas garagens oferecidas aos inquilinos, pela rede telefónica privativa que põe todos os andares em comunicação com a porteira, pelo elevador que a todos servirá, pela inteligência com que na divisão foram previstos quartos de cama com lavabo anexo (embora para uso comum) será uma bela unidade urbana êste prédio que delineou e cuja construção, em acabamento, dirige com a sua provadíssima competência.

Planta do rés-do-chão

Planta dos andares

Fig. VII.19 – *"Um prédio de rendimento. Propriedade do Sr. Júlio José dos Santos. Plano e execução do Engenheiro António José de Ávila Amaral"*. in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº22, ano XIX, 3ª série, Janeiro de 1937.

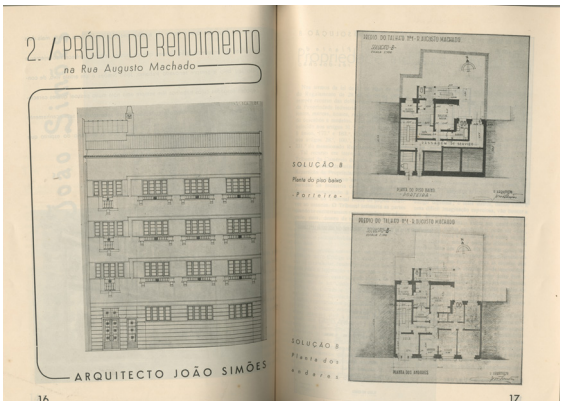


Fig. VII.20 – *"Arquitecto João Simões. 2. Prédio de Rendimento, na Rua Augusto Machado"* (1940]

Fig. VII.21 – *"Prédio em Lisboa"* (1941)

Fig. VII.23 – *"Dois prédios de rendimento"* (1945)

Fig. VII.22 – *"Um prédio de rendimento. Pelo Eng. Jacinto Bettencourt"*. (1943)

ARQUITECTURA DE HOJE

PELO ESTRANGEIRO

O prémio de «René Gillion»

Fachada

Projecto do arquitecto G. Dheedene

Elevações e cortes

1.ª MENÇÃO

A pequenina Bélgica é a terra das grandes lições. Entre vários prémios destinados a fomentar o desenvolvimento arquitectónico assume especial categoria o Prémio de René Gillion 1937 — a que damos hoje estas páginas.

Era objecto do concurso — que atraiu numerosos artistas — a elaboração do projecto dum prédio de inquilinos a construir em avenida recentemente rasgada e em localidade visinha de Bruxelas. (Aquela de secundária importância, com 18 metros de lar-

22

Plantas do sub-solo rés-do-chão e 1.º andar. (G. Dheedene)

Fachada — Projecto dos arquitectos de Lestre (U. P. A.) e V. Rousseau, também com a 1.º Menção.

gura, e obrigando o edifício a uma orientação S. E. O terreno destinado à construção tem 14 metros de frente sôbre a Avenida, por 25 de fundo.

O edifício haveria de incluir:

A. — *No cave:* — Aquecimento e respectiva carvoaria. — Uma despensa para cada um dos oito inquilinos. — Oito carvoarias privativas dos mesmos. — Os contadores dos oito locatários. — Grande espaço comum que a todos

pudesse servir de arrecadação. — Local para caixotes do lixo.

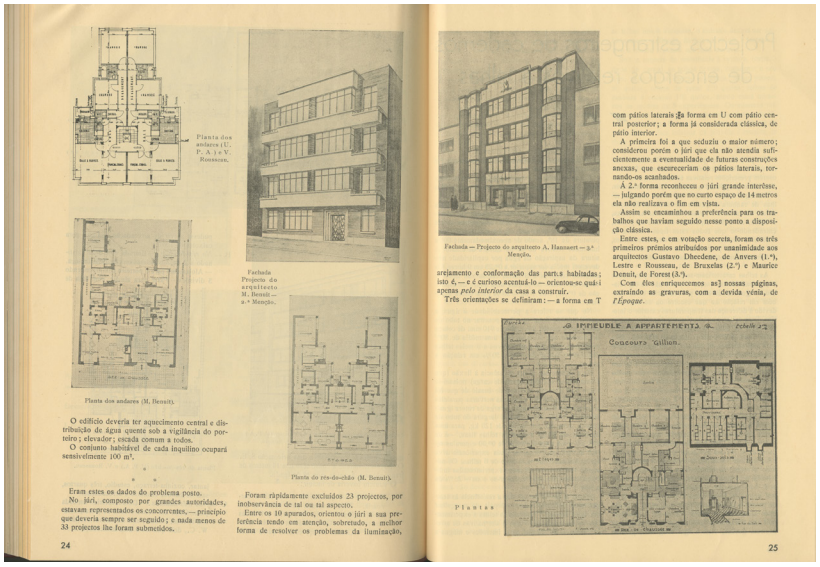
B. — *No rés-do-chão:* — Entrada com local destinado a 2 ou 3 bicicletas ou carros de criança. — Alojamento para o porteiro comprendendo 5 divisões — Parte para alugar, com casa de

Planta do rés-do-chão (U. P. A.) e V. Rousseau.

jantar, cozinha-terraço, estudio, três quartos, sala de banho, vestiário e arrecadação.

C. — *Nos três andares:* — Dois locatários em cada pizo. Cada um com: — casa de jantar, cozinha-terraço, estúdio, sala de banho, vestiário, W. C., dois quartos e uma arrecadação.

23



Planta dos andares (U. P. A.) e V. Rousseau.

Fachada Projecto do arquitecto M. Benoît — 2.º Menção.

Planta dos andares (M. Benoît).

O edifício deveria ter aquecimento central e distribuição de água quente sob a vigilância do porteiro; elevador; escada comum a todos.

O conjunto habitável de cada inquilino ocuparà sensivelmente 100 m².

Eram estes os dados do problema posto.

No júri, composto por grandes autoridades, estavam representados os concorrentes, — principio que deveria sempre ser seguido; e nada menos de 33 projectos lhe foram submetidos.

Planta do rés-do-chão (M. Benoît).

Foram rápidamente excluidos 23 projectos, por inobservância de tal ou tal aspecto.

Entre os 10 apurados, orientou o júri a sua preferência tendo em atenção, sobretudo, a melhor forma de resolver os problemas da iluminação,

24

Fachada — Projecto do arquitecto A. Hannaert — 3.ª Menção.

areamento e conformação das part.s habitadas; isto é, — e é curioso acentuá-lo — orientou-se quási apenas *pelo interior* da casa a construir.

Três orientações se definiram: — a forma em T

com pátios laterais (a forma em U com pátio central posterior; a forma já considerada clássica, de pátio interior.

A primeira foi a que seduziu o maior número; consideou porém o júri que ela não atendia suficientemente a eventualidade de futuras construções anexas, que encurtariam os pátios laterais, tornando-os acanhados.

À 2.ª forma reconheceu o júri grande interêsse, — julgando porém que no curto espaço de 14 metros ela não realizava o fim em vista.

Assim se encaminhou a preferência para os trabalhos que haviam seguido nesse ponto a disposição clássica.

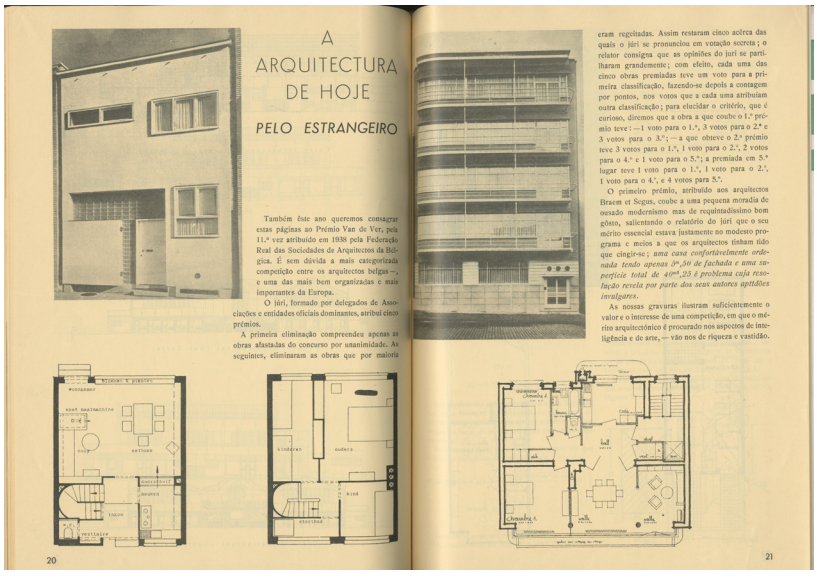
Entre estes, e em votação secreta, foram os três primeiros prémios atribuidos por unanimidade aos arquitectos Gustavo Dheedene, de Anvers (1.º), Lestre e Rousseau, de Bruxelas (2.º) e Maurice Demuit, de Forest (3.º).

Com êles enriquecemos as nossas páginas, extraindo as gravuras, com a devida vénia, de *l'Époque*.

Concours Gillion.

Plantas

25



A ARQUITECTURA DE HOJE

PELO ESTRANGEIRO

Também êste ano queremos consagrar estas páginas ao Prémio Van de Ver, pela 11.ª vez atribuido em 1938 pela Federação Real das Sociedades de Arquitectos da Bélgica. É sem dúvida a mais categorizada competição entre os arquitectos belgas —, e uma das mais bem organizadas e mais importantes da Europa.

O júri, formado por delegados de Associações e entidades oficiais dominantes, atribui cinco prémios.

A primeira eliminação compreendeu apenas as obras afastadas do concurso por unanimidade. As seguintes, eliminaram as obras que por maioria

eram regeitadas. Assim restaram cinco acêrca das quais o júri se pronunciou em votação secreta; o relator consigna que as opiniões do juri se partilharam grandemente; com efeito, cada uma das cinco obras premiadas teve um voto para a primeira classificação, fazendo-se depois a contagem por pontos, nos votos que a cada uma atribuiam outra classificação; para elucidar o critério, que é curioso, diremos que a obra a que coube o 1.º prémio teve: — 1 voto para o 1.º, 3 votos para o 2.º e 3 votos para o 3.º; — a que obteve o 2.º prémio teve 3 votos para o 1.º, 1 voto para o 2.º, 2 votos para o 4.º e 1 voto para o 5.º; a premiada em 3.º lugar teve 1 voto para o 1.º, 1 voto para o 2.º, 1 voto para o 4.º, e 4 votos para 5.º.

O primeiro prémio, atribuido aos arquitectos Braem et Segus, coube a uma pequena moradia de ousado modernismo mas de requintadíssimo bom gôsto, salientando o relatório do júri que o seu mérito essencial estava justamente no modesto programa e meios a que os arquitectos tinham tido que cingir-se; *uma casa confortàvelmente ordenada tendo apenas 5m,50 de fachada e uma superficie total de 40m,25 é problema cuja resolução revela por parte dos seus autores aptidões invulgares.*

As nossas gravuras ilustram suficientemente o valor e o interesse de uma competição, em que o mérito arquitectónico é procurado nos aspectos de inteligência e de arte, — vão nos de riqueza e vastidão.

20

21

Fig. VII.24 – *"Arquitectura de hoje pelo estrangeiro. O prémio 'René Gillion'"*. (1937)

Fig. VII.25 – *"Arquitectura de hoje pelo estrangeiro. O prémio 'René Gillion'"*. (1937)

Fig. VII.26 – *"Arquitectura de hoje pelo estrangeiro"*. (1938)

SÍNTESE. CONTEXTO, CULTURA E MEDIATIZAÇÃO DE MODELOS. HIPOTÉTICOS REFLEXOS NA PRÁTICA ARQUITECTÓNICA PORTUENSE

Analisando a revista *"A Arquitectura Portuguesa"* num espectro largo de tempo, observa-se uma alteração efectiva das preocupações e temáticas preponderantes: desde as questões de salubridade no início do século, passando pelas técnicas e problemas de construção em final da década de 20, até ao enfoque nos materiais e escalas de pormenorização na concepção do edifício, ao longo dos anos 40.

O recurso a exemplos internacionais constitui uma constante a partir de final dos anos 20, inicialmente através da secção *"decoração de interiores"*, e posteriormente, já em meados da década de 30, pela publicação de projectos e obras de habitação plurifamiliar. A noção de conforto e gosto veiculada através dos textos críticos e reproduções fotográficas é ambígua nos primeiros exemplos publicados, não sendo claro o que para os autores significava de facto o 'interior de uma casa moderna'. Progressivamente, observa-se a transição da temática da 'decoração de interiores' para o pensamento da concepção e distribuição dos compartimentos e seus equipamentos, facto comprovado pela posterior disseminação de artigos sobre a organização das instalações sanitárias e desenho da 'cozinha moderna'.

Na generalidade, as obras e projectos de habitação plurifamiliar publicados localizam-se em Lisboa, salvo excepções pontuais, verificando-se um aumento de casos ao longo dos anos 30. O programa do apartamento varia significativamente ao nível de dimensão e complexidade ao longo das sucessivas décadas, registando-se alterações radicais nas lógicas de distribuição em alguns projectos da década de 40. No entanto, sobressaem determinadas constantes no âmbito da distribuição, materializadas nas articulações cozinha/sala de jantar e escritório/sala.

Os casos estrangeiros publicados resultam, na generalidade, da tradução de artigos de revistas belgas[701] ou francesas. Estes edifícios ou projectos apresentam modelos tipológicos distintos dos portugueses divulgados na mesma época, o que de algum modo permite inferir que apesar dos projectistas portugueses terem acesso à cultura arquitectónica internacional através de canais de informação como as revistas especializadas estrangeiras, as viagens ou a participação em

[701] "L'Epoque"*, uma revista arquitectónica editada em Bruxelas, ou a* "Architecture et Urbanisme".

congressos, subsistem tradições de construção e de distribuição funcional enraizadas em cada contexto cultural, que diluem no tempo a assimilação de influências externas.

Como exemplo, observe-se a localização da cozinha, que nos exemplos belgas recolhidos, em final da década de 30, surge invariavelmente posicionada junto à entrada; ou da sala de jantar, que se associa ao estúdio, em zona confinante com a fachada principal (antevendo a sala comum), a opção mais frequente independentemente da dimensão do apartamento. Os exemplos lisboetas publicados apenas manifestam disposições com este tipo de articulação funcional mais tardiamente, a partir da década de 50.

Paralelamente, enquanto que as plantas dos projectos/edifícios portugueses difundidos reflectem esquemas de distribuições convencionais, as considerações expressas nos textos críticos que os acompanham desde longa data indiciam a necessidade da sua revisão, nomeadamente, a inevitabilidade de redução do número de compartimentos, do aumento da sua área e a consequente necessidade de estabilização de novos modelos de habitação.

Hipotéticas relações e influências entre os projectos publicados e a arquitectura de habitação plurifamiliar portuense na 1ª metade do século XX

Aparentemente, não existem referências ou influências directas, 'cópias' ou 'citações' de manifesta evidência, ou mesmo a utilização dos mesmos modelos tipológicos, quando se comparam os edifícios de habitação plurifamiliar publicados na revista "A Arquitectura Portuguesa" e os prédios de rendimento portuenses analisados.

Contudo, as revistas evidenciam-se como canais eficazes na divulgação de imagens, de novas linguagens arquitectónicas, através da publicação de projectos recentes, nacionais e estrangeiros. No caso portuense, não se assumem, obviamente, como o único canal de tráfego de informação, face às frequentes viagens ao estrangeiro dos industriais portuenses, onde projectistas e proprietários terão contactado com edifícios cujas linguagens, algumas delas coincidentes com as fachadas publicadas nas revistas, se vêm plasmadas em fachadas portuenses (como acontece, por exemplo, na Rua do Bolhão).

Esta constatação não invalida um efectivo desfasamento entre a 'linguagem importada' e o modelo tipológico que a acompanha na concepção dos edifícios, o que permite colocar a

hipótese de que a transmissão de cultura arquitectónica nem sempre circula de forma erudita, ou directa. As imagens aparentam 'viajar' de forma mais livre (ou menos restrita) que os modelos de organização da habitação.

A observação dos projectos de edifícios lisboetas publicados permite verificar que o modelo em esquerdo-direito é corrente em Lisboa, independentemente da sua complexidade, soluções de ventilação, programa do apartamento, ou métrica da parcela. No Porto, este tipo de solução arquitectónica não é dominante. Permanece a dimensão estreita da frente do lote enquanto módulo estruturante, optando-se frequentemente pela associação lateral de unidades residenciais independentes. A opção pela construção de edifícios em esquerdo-direito em lotes entre 12 e 16 metros só se vulgariza a partir de meados da década de 50, ainda que já nos anos 30 se edifiquem blocos com acessos em esquerdo-direito, com escala considerável em determinadas zonas da cidade do Porto (na Rua de Sá da Bandeira, por exemplo). Mesmo nestes edifícios, as opções tipológicas indiciam influências de contextos como a França e a Bélgica (configurações em U ou L, com saguão central ou pátios abertos, por exemplo). **[Des. VII.6]**

A pertinência do estudo da revista *"A Arquitectura Portuguesa"*, no âmbito da habitação plurifamiliar portuense, não é objectiva, especialmente considerando o facto do número de exemplos publicados ser bastante reduzido. Contudo, a amplitude temporal da sua publicação e a diversidade de conteúdos permite evidenciar estes documentos enquanto contributos estimulantes no questionamento relativamente aos parâmetros da identidade tipológica da arquitectura de habitação portuense, assim como a caracterização das lógicas de pensamento e contexto de uma época particular. [Fig. VII.27]

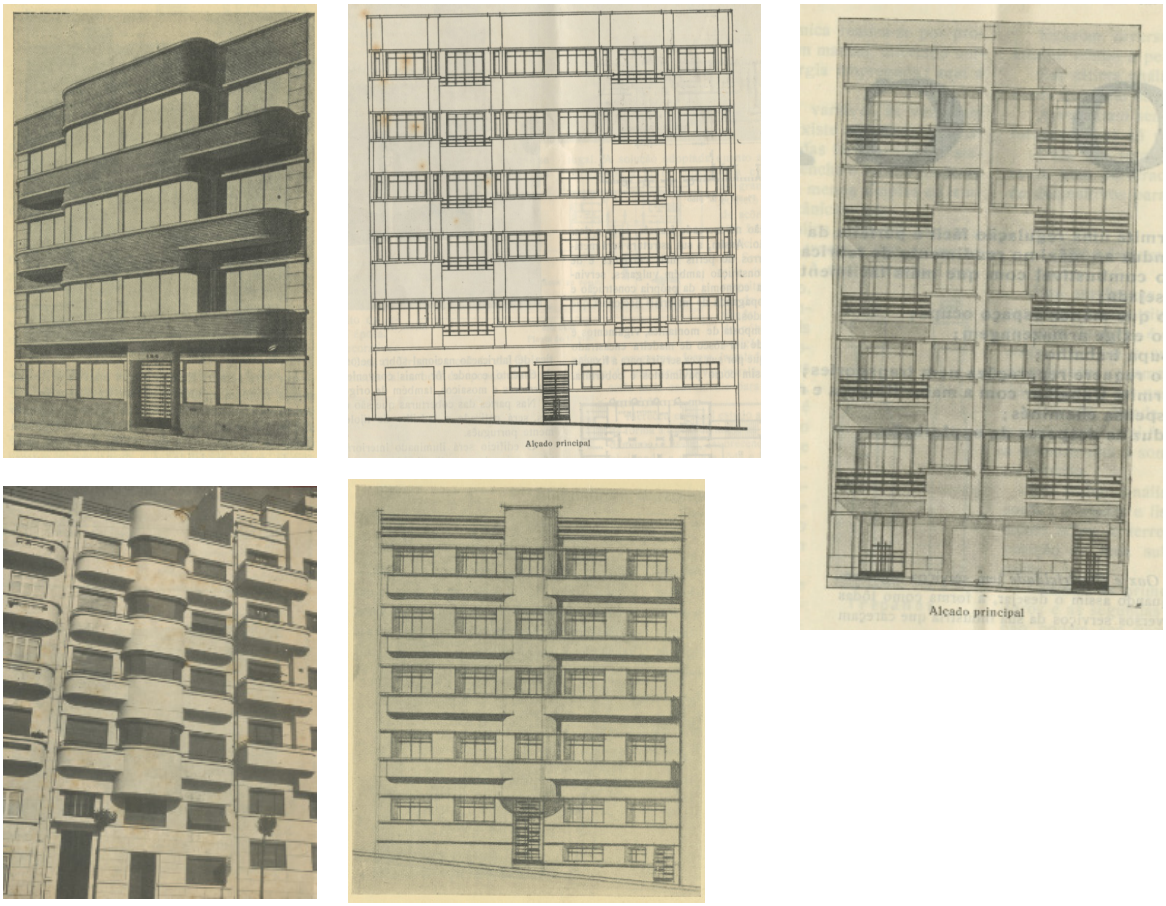
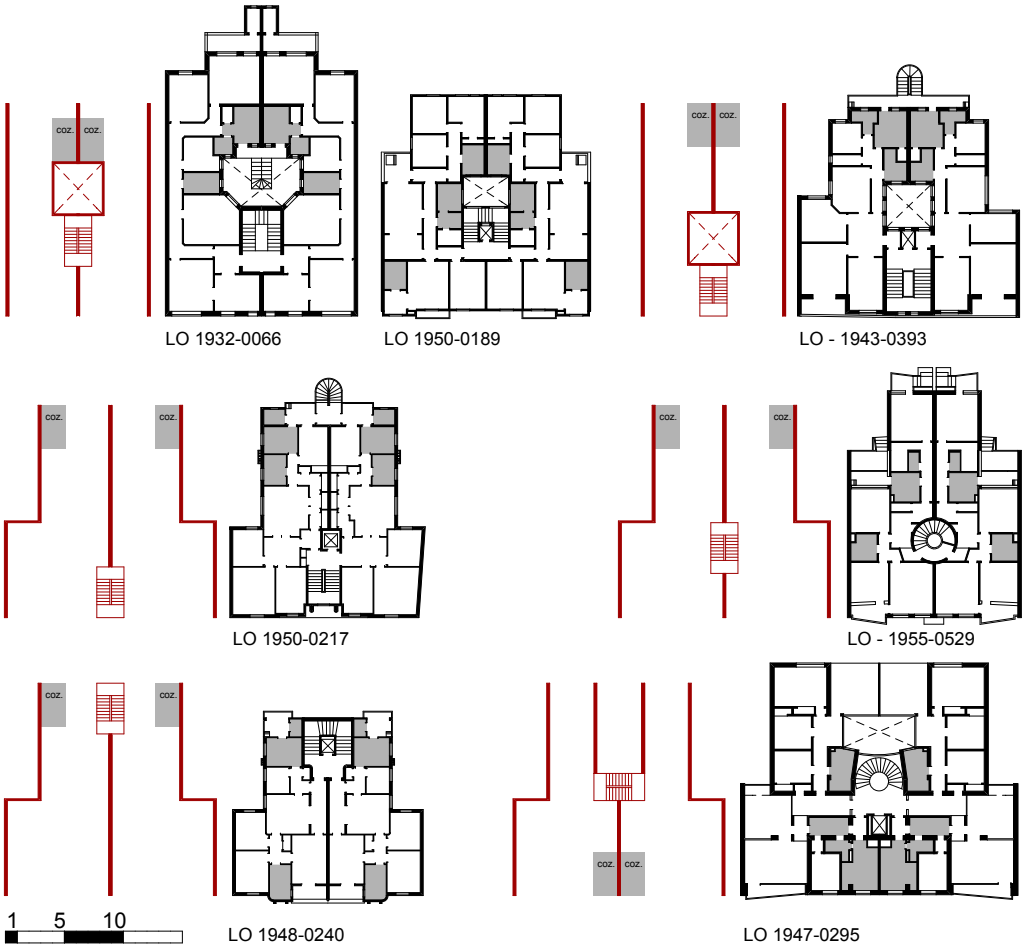


Fig. VII.27 – Fachadas reproduzidas na revista 'A Arquitectura Portuguesa'. Alguns exemplos



Des. VII.6 – Alguns edifícios portuenses projectados entre 1932 e 1955

VIII. O PRÉDIO DE RENDIMENTO ENQUANTO UNIDADE DE CONSTRUÇÃO DA CIDADE. LISBOA

No Porto, as casas de apartamentos em andar e os prédios de rendimento burgueses, edificados de raiz, surgem apenas no século XX com a expansão do centro da cidade, o que em muito define a sua especificidade. Além de constituírem um fenómeno tardio, estes edifícios exibem características distintas dos modelos construídos em Lisboa, cidade na qual as formas de habitação plurifamiliar, segundo Nuno Teotónio Pereira[702], foram relevantes no processo de construção e expansão empreendido nos últimos dois séculos.

No sentido de enquadrar o prédio de rendimento portuense relativamente aos modelos de habitação em vigor em Lisboa no mesmo arco temporal, no âmbito desta investigação, procedeu-se à análise de um conjunto de edifícios de habitação construídos em Lisboa, no mesmo arco temporal.

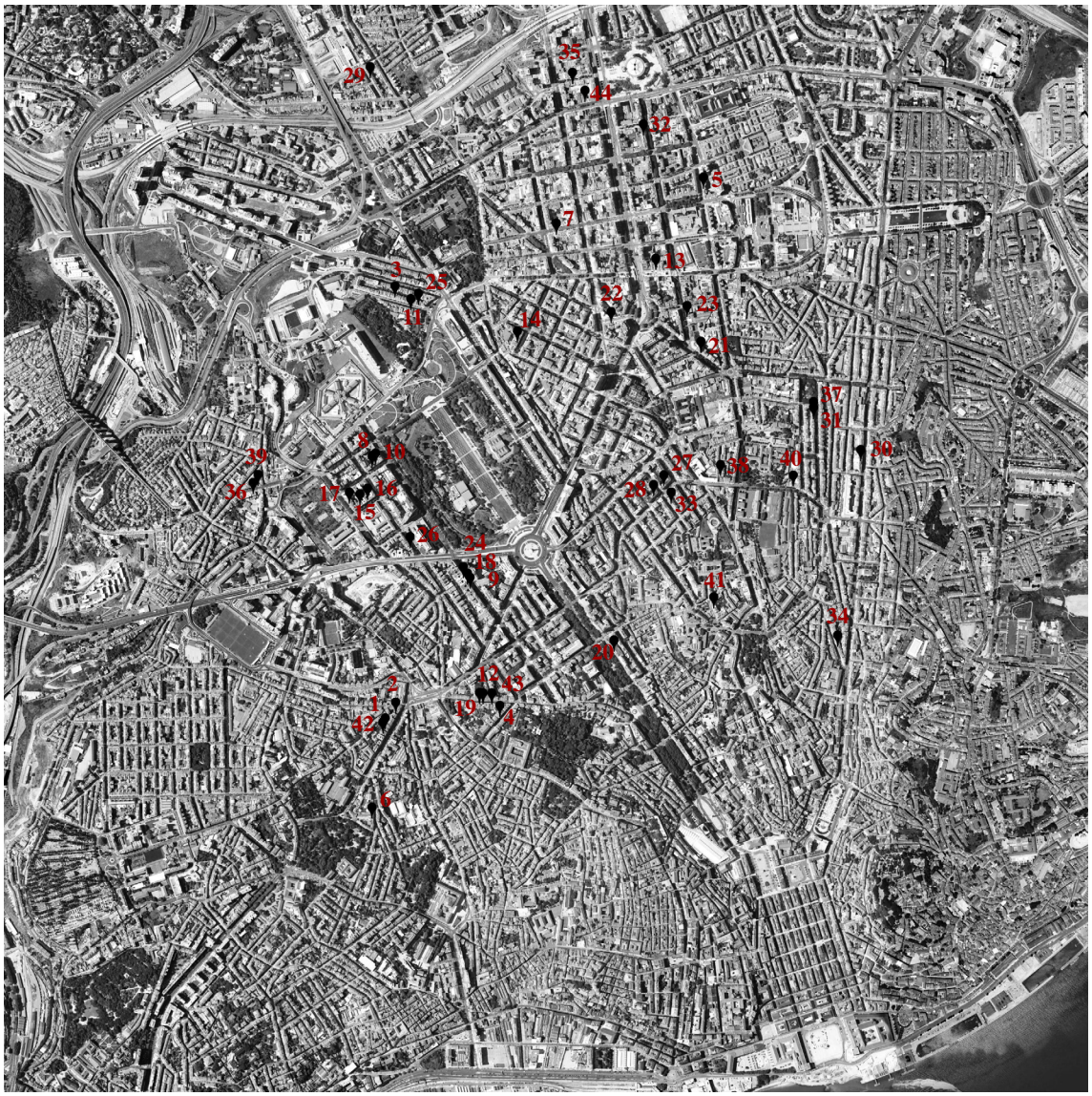
Nos arquivos municipais de Lisboa (Arquivo Intermédio/Bairro da Liberdade) localizou-se os processos de obra de cerca de meia centena de edifícios de habitação plurifamiliar projectados a partir de 1900, recolhendo-se o material gráfico correspondente. No essencial, estes edifícios correspondem a exemplos referenciados na bibliografia disponível[703], localizando-se em pontos dispersos da cidade, nas Avenidas Novas, ou em bairros mais periféricos[704]. [Fig. VIII.1]

---

[702] *"Desde cedo que as formas de habitação pluri-familiar ganharam na cidade de Lisboa uma grande importância, nas sucessivas fases do seu crescimento. Tendo conhecido um momento de radical inovação, com larga projecção no futuro, na reconstrução pombalina, a construção de 'prédios' tornou-se claramente dominante na expansão urbana acelerada que acompanhou o desenvolvimento industrial e comercial nos dois últimos séculos." in Pereira, Nuno Teotónio; Buarque, Irene (1995). Prédios e vilas de Lisboa. Lisboa, Livros Horizonte. p. 8.*

[703] *cf.* Documentos de referência, ponto 7.

[704] *cf.* Vol. 2, ponto 10, DESENHO E



1. Avenida Álvares Cabral 34/36
2. Avenida Álvares Cabral 16/16B
3. Rua Fialho Almeida, 20
4. Rua Nova de São Mamede, 17/17A
5. Rua Dona Filipa de Vilhena, 28
6. Rua de São Bernardo, 27
7. Avenida Miguel Bombarda, 93
8. Rua Padre António Vieira, 8
9. Rua Castilho, 63/63B
10. Rua Padre António Vieira, 6/6A
11. Rua Fialho Almeida, 3
12. Rua do Salitre 183/183A
13. Rua Duque de Ávila, 26
14. Avenida Luis Bívar, 9/13
15. Rua Sampaio Pina, 64/64A
16. Rua Sampaio Pina, 50/54
17. Rua Artilharia 1, 98/100
18. Rua Castilho, 65
19. Rua do Salitre, 185/185A
20. Avenida da Liberdade, 202/204
21. Avenida Casal Ribeiro, 26A/26B
22. Avenida Praia da Vitória, 75A/75C
23. Avenida Defensores de Chaves, 14/14D
24. Rua Castilho, 69-69A
25. Rua de Fialho de Almeida, 4
26. Rua Rodrigo da Fonseca, 105
27. Rua do Conde Redondo, 14
28. Rua do Conde Redondo, 20
29. Rua Portugal Durão, 30
30. Avenida Almirante Reis, 91
31. Rua Passos Manuel, 89
32. Avenida Defensores de Chaves, 85
33. Rua Ferreira Lapa, 20
34. Rua Antero de Quental, 10
35. Avenida Júlio Dinis, 23
36. Rua Marquês de Fronteira, 171
37. Rua de Passos Manuel, 99
38. Rua General farinha Beirão, 27
39. Rua Marquês de Fronteira, 92
40. Rua Jacinto Marto, 10
41. Rua Doutor Almeida Amaral, 8
42. Avenida Álvares Cabral, 44
43. Rua do Salitre, 177/177A
44. Avenida de Berna, 4

Fig. VIII.1 – Edifícios estudados em Lisboa [Imagem aérea Google Earth Pro]

A HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR LISBOETA NA 1ª METADE DO SÉCULO XX

Em Lisboa, localização do poder político, administrativo, económico, de carácter altamente centralizador, o prédio de rendimento constrói-se a grande escala, especialmente a partir da 2ª metade de oitocentos, aliado à conjunção de factores diferenciados. Destacam-se, por exemplo, o forte crescimento demográfico, a acumulação de capital e a oportunidade de investimento, condições que permitem que a habitação plurifamiliar encontre modelos, linguagens, características construtivas e dispositivos de distinção e demarcação para distintos grupos socioeconómicos e variadas localizações na cidade[705]. Nestes processos, salientam-se de igual modo questões como as expropriações a baixo custo, que tirando partido das políticas implementadas por um regime de natureza ditatorial, terão permitido libertar áreas significativas para a construção de edifícios de habitação[706].

---

[705] "O 3º quartel do século XIX (...). Nos meados da segunda metade do século, com o desenvolvimento capitalista e o começo da industrialização, Lisboa não só conhece um apreciável surto demográfico, como se acelera uma transformação social que fez crescer as chamadas classes médias. O comércio prospera e o progresso está na ordem do dia. As necessidades de alojamento aumentam subitamente e a acumulação de capital encontra na construção excelentes oportunidades para um investimento fortemente lucrativo (...). É todo este quadro que dá origem a uma construção de prédios em grande escala, não já do nível modesto que caracterizaram toda a primeira metade do século, mas exprimindo com clareza as exigências de espaço, conforto e representação da nova classe em ascensão." (...) "Mas não só nos grandes conjuntos urbanos, proporcionados pela abertura de novas frentes de construção, se acelerava a promoção imobiliária. O prédio de rendimento entrou na terminologia corrente, como produto de uma situação de crescimento económico, e encontrou formas próprias de adaptação aos diferentes extractos das classes médias e à sua inserção no tecido da cidade.
A generalização da construção em prédios multi-familiares consagrou, nesta fase de crescimento urbano, uma tradição já com raízes em Lisboa. É assim que só a camada superior da alta burguesia, sucessora da velha aristocracia que perdera os seus privilégios, se acantona em grandes moradias privadas. A construção em prédio por isso diversifica-se, adaptando-se aos diferentes estratos das classes intermédias, mas dotando-se de características próprias. É então que começa a aparecer a escada de serviço, como elemento imprescindível de demarcação social. É também nesta fase que se verifica um movimento de alteração do sistema de acessos praticado até então, no sentido de obturar, em edifícios de construção antiga, as entradas directas da rua para os fogos do r/c - dando-lhes acesso pelo átrio principal - também como forma de expressão de uma clara demarcação social." Pereira, Nuno Teotónio; Buarque, Irene (1995). Prédios e vilas de Lisboa. Lisboa, Livros Horizonte. pp. 244-245.

[706] "Cabe referir que a política de obras públicas impulsionada pelo ministro Duarte Pacheco foi acompanhada pela expropriação sistemática a baixo preço de grandes áreas de terreno, destinadas não apenas a edifícios do Estado, mas também a expansões urbanas. Esta política, que tirou partido da natureza ditatorial do regime, trouxe benefícios consideráveis de que ainda hoje a cidade de Lisboa está a tirar proveitos para o lançamento de operações de urbanização." *Pereira, Nuno Teotónio (1997). A arquitectura de Regime, 1938-1948. Arquitectura do séc. XX. Portugal. Becker, A., Tostões, A. and Wang, W. L. Lisboa – Frankfurt 97, Frankfurt am Main, Deutsches Architektur – Museum, Munchen: Prestel-Verlag. p. 33.*

A expansão empreendida no início do século XX, correspondente às Avenidas Novas[707], assume particular relevância para a investigação sobre os modelos de habitação plurifamiliar portuense, não tanto pelo processo de intervenção urbana a grande escala, – o qual não teve paralelo no Porto – , mas essencialmente pela possibilidade de observação de um conjunto alargado de tipos de edifícios e modelos de habitação, hipotéticas referências para a determinação de algumas especificidades da arquitectura de habitação para rendimento, que no Porto iniciaria o seu trajecto algumas décadas mais tarde.

Nuno Teotónio Pereira ressalta que, paralelamente, se construíam os *"novos bairros para as classes médias"*, em zonas mais periféricas[708], encetando novas lógicas de construção, promoção e venda imobiliária que se estendem *"Dos anos vinte à consolidação do «estado novo»"*[709].

---

[707] "As Avenidas Novas" (...) "o rasgamento da Avenida da Liberdade na última década do século e o avanço da urbanização até ao Campo Grande, seguindo os planos de Ressano Garcia, modificaram radicalmente a fisionomia de Lisboa, abrindo largas extensões à construção de prédios. (...) Com esta rasgada operação, a escala urbana da cidade alterou-se. Uma nova malha viária, dimensionada segundo os modernos padrões europeus, em que a avenida era o elemento de medida, generalizara os grandes quarteirões, que introduziram uma nova forma de ocupação do terreno. Daí o loteamento em talhões estreitos e profundos, que deram uma nova conformação ao prédio, obrigando ao emprego sistemático de saguões para arejamento das zonas interiores." *Pereira, Nuno Teotónio; Buarque, Irene (1995). Prédios e vilas de Lisboa. Lisboa, Livros Horizonte. pp. 374-375.*

[708] "Se a urbanização das Avenidas Novas respondia às necessidades de uma burguesia ascendente que procurava um quadro moderno e vistoso para o seu habitat, a outros estratos das chamadas classes médias, incluindo a pequena burguesia, correspondiam necessidades urgentes de alojamento. É assim que, no seguimento de processos iniciados no período anterior com companhias de urbanização, se desenvolve um processo intenso que vai abrangendo quintas e preenchendo os espaços vazios que as vias radiais de saída de Lisboa tinham demarcado. Constroem-se assim bairros inteiros como o de Camões (Conde do Redondo), Andrade, de Inglaterra, das Colónias e dos Actores, e avança-se no preenchimento de outros antes iniciados, como os da Estefânia, Barata Salgueiro, Campo de Ourique e Calvário. A abertura da avenida Dona Amélia (hoje Almirante Reis) facilita o acesso a este grande surto de construção na parte oriental da cidade." *Pereira, Nuno Teotónio; Buarque, Irene (1995). Prédios e vilas de Lisboa. Lisboa, Livros Horizonte.* pp. 398-399.

[709] *"6 6.1. Construção para venda e estilo «Artes Decorativas»". "(...) A expansão da cidade deixa de fazer-se em continuidade, aparecendo bairros periféricos isolados, ao sabor de uma especulação selvagem. Um novo modo de promoção surge, entretanto, impulsionado por um grupo de construtores tomarenses que, engrossando constantemente, vêm a desempenhar um papel importante nesta nova modalidade, que se generaliza nas décadas seguintes: a construção de prédios para venda. Cria-se assim uma actividade empresarial que alia à construção de prédios a respectiva comercialização, acontecendo que, devido às flutuações dos mercados de terreno e da compra de imóveis, e à consequente especulação, as operações comerciais se tornam dominantes relativamente à construção propriamente dita. Entretanto, no final da década de 20 é promulgada legislação no sentido de proteger esta modalidade, com isenções fiscais e facilidade de crédito, e que resultam numa considerável expansão da mesma. E a regulamentação da construção civil é revista, no sentido de disciplinar e modernizar a respectiva actividade. Surgem assim novos núcleos edificados, através dos quais se acentua a segregação social: Campolide, Bairro Santos, Penha de França e Bairro Lopes destinam-se aos extractos mais modestos das classes médias; o Bairro Azul e o Alto do*

Apesar da inferior qualidade arquitectónica destes edifícios (referida pelo autor), de carácter assumidamente corrente, que ressalta de uma maneira evidente a partir da observação das características das fachadas, a menor escala confere-lhes interesse no enquadramento dos tipos de edifícios construídos no Porto, onde não abundam exemplares de grande dimensão como os que se construíam nas Avenidas novas[710]. No Porto, os bairros com estas características só viriam a ser implementados a partir de início da década de 1960, em operações bastante pontuais.

Raquel Henriques da Silva[711] traça o panorama das tipologias de habitação lisboetas dominantes nas primeiras duas décadas de novecentos, associando o surgimento do prédio de rendimento igualmente ao crescimento demográfico, assim como a uma densificação e expansão da malha urbana. A autora distingue dois protótipos, caracterizando-se o primeiro por uma contenção de programa (três pisos, cada um deles com apenas um fogo, destinando-se ao aluguer a famílias abastadas). Este modelo encontra representação, nos edifícios de Ventura Terra, na Avenida Alexandre Herculano e na Praça Alexandre Herculano. Um segundo protótipo, *"(...) corresponde a uma maior densificação do programa, traduzido em cinco ou mais andares, divididos em vários fogos. A qualidade das plantas é, em geral, menor, com problemas de circulação, arejamento e iluminação, concentrando-se o arquitecto também na simbólica da fachada."*[712] A autora refere prédios projectados pelo arq. Norte Júnior, na Avenida da Liberdade (1915), pelo arq. Adães Bermudes, na Avenida Almirante Reis (1908) e ainda outro edifício projectado pelo arq. Ernesto Korrodi em Campo de Ourique (1910-1911). Trata-se de edifícios sem paralelo em contexto portuense.

Parque vão ser habitados pela burguesia mais desafogada. (...)" Pereira, Nuno Teotónio; Buarque, Irene (1995). Prédios e vilas de Lisboa. Lisboa, Livros Horizonte. pp. 414-415.

[710] Sobre a caracterização dos edifícios de habitação plurifamiliar construídos nas Avenidas Novas, confira-se de igual modo:
Rodrigues, Isabel Maria (2001a) "Edificação das Avenidas de Ressano Garcia (I)." Boletim Lisboa Urbanismo - Ano 2001 **15**.
Rodrigues, Isabel Maria (2001b) "Edificação das Avenidas de Ressano Garcia (II)." Boletim Lisboa Urbanismo - Ano 2001 **16**.

[711] Silva, Raquel Henriques da (1997). A 'Casa Portuguesa' e os Novos Programas, 1900-1920. Arquitectura do séc. XX. Portugal. BECKER, A., Tostões, A. and WANG, W. Portugal – Frankfurt 97, S.A., Frankfurt am Main, Deutsches Architektur – Museum, Munchen: Prestel-Verlag, pp. 15-21.

[712] *idem*, p. 19.

Em Lisboa, os edifícios de habitação plurifamiliar construídos nos anos 20 enquadravam-se num processo de transformação que já se contrapunha aos seus antecessores[713]. No Porto, por esta data, surgiam os primeiros exemplares construídos.

Os anos 30 e 40 do século XX caracterizam-se pela fixação de determinados modelos, tanto em lotes de frente estreita, com aproximadamente 10 metros de largura, como em lotes com maior dimensão de frente, nos quais se inserem edifícios com um apartamento por piso ou tipologias esquerdo-direito, multiplicando modelos a partir da exploração das potencialidades de dispositivos como o saguão.

Princípios das Arquitecturas do Movimento Moderno. As décadas de 1950/60

Ricardo Costa Agarez[714] analisa um conjunto de edifícios localizados em diversas zonas da cidade, construídos aproximadamente na época temporal compreendida entre 1950-1958[715], na tentativa de esclarecer as características (formais, estéticas, simbólicas) do prédio de rendimento, conotação que segundo o autor se associou aos edifícios produzidos na capital

---

[713] *"Os primeiros indícios de mudança surgem logo por volta de 1920, nos trabalhos iniciais dos jovens acabados de formar. Porfírio Pardal Monteiro projecta nesse ano um prédio de apartamentos no eixo principal das Avenidas, o n.º 49 da Avenida da República, que virá a concluir em 1923. Sendo embora um edifício que aposta em valores próprios do século XIX introduz já uma perceptível mudança em relação aos seus congéneres que vinham sendo construídos nas mesmas Avenidas desde o princípio do século. Trata-se ainda de uma arquitectura cuja fachada, onde predominam os valores de claro-escuro, determina, juntamente com a forma do lote, a distribuição interna dos fogos, mas, por outro lado, esboça-se já uma acentuação dos elementos estruturantes da mesma, que se aplanam, recebendo uma decoração que se vai tornando geométrica e superficial, quase gráfica."* in Caldas, João Vieira (1997). Cinco Entremeios sobre o Ambíguo Modernismo. Arquitectura do séc. XX. Portugal. BECKER, A., Tostões, A. and WANG, W. Portugal – Frankfurt 97, S.A, Frankfurt am Main, Deutsches Architektur – Museum, Munchen: Prestel-Verlag, pp. 23-31.

[714] Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6.

[715] Segundo o autor, não foi estudada toda a produção para alojamento de várias famílias, mas cerca de 200 projectos e obras de arquitectura e urbanismo, circunscritos à malha urbana consolidada de Lisboa, sendo efectivamente considerados nesta publicação 115 casos de estudo, seleccionados dos 160 casos que compõem o corpus da dissertação original. Agarez refere a exclusão de algumas obras, por já estarem suficientemente estudadas e documentadas, não sendo este tipo de edifícios o seu enfoque, "*(...) mas especificamente os edifícios de pequena e média dimensão que ocuparam, no âmbito de uma actividade quotidiana eminentemente económica - a construção para rendimento -, parcelas preexistentes e limitadas do tecido estabilizado da cidade. Foi inquirida não a habitação em geral, mas apenas os programas de concentração de células residenciais em altura, destinadas sobretudo a arrendamento e, em casos raros, à venda em propriedade horizontal ou à promoção cooperativa*". *idem*, p.12.

durante determinado período. A este autor interessa-lhe particularmente a avaliação de uma hipotética apropriação ou adaptação dos princípios do Movimento Moderno, ao nível da linguagem e das tipologias dos edifícios[716], assim como o impacto dos condicionalismos[717] (regulamentação, imposições camarárias, preferências dos donos de obra, convicções dos projectistas, entre outros), que gravitam em torno dos projectos.

Esta questão reveste-se de relevância, na medida em que viabiliza o esclarecimento de algumas particularidades dos modelos portuenses relativamente aos lisboetas, construídos na mesma época[718].

Condicionantes regulamentares

O enquadramento regulamentar específico constitui-se como uma questão fulcral no enquadramento das especificidades do contexto lisboeta. Em 1955, por exemplo, e apenas em algumas zonas da cidade, define-se por despacho municipal[719] que os edifícios de habitação plurifamiliar teriam como profundidade máxima apenas 12 metros**,** impondo-se o paralelismo

---

[716] "*(...) a actualização das composições de fachada faz parte de uma operação coerente de adaptação do programa habitacional às regras e princípios modernos - em situações, por vezes complexas, de integração em realidades antigas - ou é apenas uma nova capa, mais a par do seu tempo e simultaneamente menos dispendiosa, como a facilidade e rapidez da adesão dos intervenientes no processo faziam porventura temer? (...) Por outras palavras: até que ponto, na produção arquitectónica desenvolvida em Lisboa para este programa e durante este período, correspondeu, ao relativo grau de modernização das linguagens formais exteriores, segundo os estereótipos de um Movimento Moderno no auge da sua internacionalização, uma concepção moderna da célula habitacional em concentrações multifamiliares, tema de debates exaustivos e de propostas teóricas radicais durante os anos de consolidação daquele movimento?*" idem, pp. 11-12.

[717] "*Qual o papel da regulamentação oficial e do filtro da apreciação camarária no enformar das propostas e no assumir da sua modernidade, num período em que aparentemente se ultrapassa a tentada influência oficial na configuração arquitectónica da capital e do país e que ao mesmo tempo assiste, por um lado, ao agudizar da escassez de oferta de habitação acessível às massas e, por outro lado, ao reforço do investimento privado na construção para rendimento?*" *in* Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6. p. 12.

[718] Ainda que o discurso do autor por vezes incorra num juízo de valor relativamente a toda a arquitectura de habitação que não adira a 'princípios modernos'. Por exemplo, questões como a disposição do programa da habitação em função da representatividade das fachadas *versus* a orientação solar são discutidas sem avaliação dos benefícios para a cidade do principio mais antigo, o que resulta por vezes numa exaltação que poderá ser discutível de algumas opções arquitectónicas relativamente a outras. *idem*, p. 97.

[719] *cf. idem*, pp. 64-65. Despacho municipal de 21 de Outubro de 1955.

das fachadas para algumas zonas da cidade. Segundo Ricardo Agarez, esta medida surge no sentido de controlar os alinhamentos das fachadas posteriores dos edifícios, que ao longo dos anos 30/40 se desmultiplicam em pátios laterais, reentrâncias e acrescentos, tentando, portanto, regular uma disposição que se encontrava omissa no RGEU de 1951. A não existência de uma limitação relativamente à profundidade das construções e paralelismo das fachadas, "*(...) fazia com que, em quarteirões fechados de grandes dimensões compostos por lotes muito profundos, como era o caso dos das Avenidas Novas, se conseguisse fazer aprovar, dentro do regulamento, soluções de planta com profundidade excessiva e mesmo do tipo 'rabo de bacalhau'* "[720].

Em 1960, revogam-se as directivas impostas anteriormente[721], estabelecendo-se a profundidade máxima dos edifícios em 15 metros, a dimensão obrigatória que vigorava já na cidade do Porto desde 1956 (tal como a configuração regular)[722]. Esta dimensão é fixada para algumas zonas (Avenidas Novas), caso a construção estivesse entre dois prédios previsivelmente remodeláveis, ou não houvesse prédios confinantes[723]. Neste regulamento encontram-se previstas uma série de excepções, sobressaindo uma manifesta tentativa de conjugação das diferenças de profundidades de edifícios de épocas distintas.

Agarez refere que em Lisboa, em 1962, se estabelecem igualmente normas para a definição de cérceas nas restantes áreas da cidade, independentemente do estabelecido no art.º. 59 do RGEU[724].

"Premissas de modernidade"[725]

---

[720] *idem*, p. 64.
[721] *idem*, pp. 65-67. Despachos publicados no Diário Municipal nº7.614, de 13 de Agosto de 1960 e Diário Municipal nº7.693, de 17 de Novembro de 1960.
[722] [S.N.] (1956b). Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto. Separata do Boletim Municipal nº 1036. Porto, Câmara Municipal do Porto
[723] Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6. p. 66.
[724] Artigo do regulamento de 1951 especificamente dedicado às questões relacionadas com a altura dos edifícios. [S.N.] (1951). Regulamento Geral das Edificações urbanas. Lisboa

Para além de especificidades resultantes da regulamentação circunscrita ao município de Lisboa, Ricardo Agarez identifica um conjunto de *"sinais de modernidade"* na concepção das tipologias, partindo do esclarecimento das premissas que na sua opinião permitem classificar, em teoria, uma célula habitacional como 'moderna' no contexto da sua produção. Nesse percurso, prossegue numa prospecção dos modelos e apontamentos teóricos (nacionais e internacionais) que procuraram o seu estabelecimento e sistematização. Esses 'sinais', segundo o autor, são do âmbito da *"organização, circulação, serviços, dia e a noite, o social e o íntimo"*[726]:

- a compressão/redistribuição 'racional' da área do fogo;
- a crescente tentativa de supressão de circulações, assumindo a sala esse papel distributivo no caso das habitações de menor dimensão;
- a supressão de compartimentos considerados desnecessários, como as salas de visita/receber;
- o privilégio da insolação e salubridade, relativamente à organização 'tradicional' da habitação em função das fachadas urbana e posterior;
- a organização da habitação em núcleos funcionais isolados;
- a lógica moderna dos alçados: "*'moderação económica' a traduzir-se na sua valorização a partir dos próprios elementos construtivos e não por adopção de decoração supérflua*."[727]

Neste processo de assimilação, Agarez refere a importância de autores como Enrico Griffini, que em 1939 publicava o livro *"Costruzione Razionale dela Casa"*[728], e que, na sua opinião, poderá ter tido mais impacto na concepção do prédio lisboeta, do que as teorizações de Le Corbusier relativamente às Unidades de Habitação, face aos condicionalismos das parcelas em contexto de cidade consolidada.

---

[725] Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6. p. 83.
[726] *ibidem*, p. 83.
[727] Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6. pp. 144.
[728] Griffini, Enrico (1932). Costruzione Razionale della Casa. Milano, Ulrico Hoepli.

Segundo Agarez, Griffini manifesta interesse na evidenciação de *"características modernas de realizações correntes e de certo modo convencionais"*, explorando os conceitos de galeria, duplex e flexibilidade, e simultaneamente a dificuldade de aplicação do *"princípio moderno da igualdade de importância entre fachadas"*, face à hierarquia inevitavelmente gerada quando se projecta um edifício inserido numa rua tradicional[729].

Griffini estabelece uma clara distinção entre as três zonas em que se deve estruturar o espaço doméstico, *"na base da organização de qualquer alojamento moderno*": *"noite, dia e serviços"*; defende a separação de circulações (principais e de serviço), como forma de evitar cruzamentos, assim como a atribuição de uma função a cada compartimento, de modo a garantir requisitos de conforto e salubridade (ideia que não é incompatível com a flexibilidade do uso de compartimentos).

No texto de Agarez, referenciam-se alterações emergentes nos espaços de estar, cada vez mais comunicantes, alertando-se, no entanto, para as discussões em torno da manutenção da 'sala de refeições', enquanto compartimento independente. Neste contexto, é apontado Giuseppi Barbieri, autor de "*Caratteri Distributivi dell'Abitazione"*, enquanto defensor de que o 'conceito moderno' das habitações, independentemente do seu tamanho, deve prever um compartimento para refeições[730].

A 'sala comum', multifuncional, é apresentada não como um 'objectivo moderno', mas apenas como uma possibilidade, funcionando frequentemente como espaço de distribuição em fogos com maior compressão de áreas. Por outro lado, a 'sala de visitas' é o primeiro compartimento a ser sacrificado, optando-se preferencialmente por manter a zona de refeições autónoma[731].

Ricardo Agarez acaba por concluir que as edificações correntes lisboetas, em maior ou menor grau, aderem a estes princípios de modernidade. Relativamente ao Porto, a partir de meados dos anos 50, grande parte da construção aparenta igualmente seguir este percurso, ainda que a

---

[729] Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6. p. 88.
[730] *idem*, p. 89.
[731] *idem*, p. 90.

menor escala ou a realidade da substituição lote a lote, condicionem de forma significativa a disposição dos edifícios e, por conseguinte, a organização do próprio programa da habitação.

TIPOS DE EDIFÍCIOS E MODELOS DE HABITAÇÃO CORRENTES NA 1ª METADE DO SÉCULO XX EM LISBOA. CONTRAPONTOS

Conforme referido, como forma de enquadramento do prédio de rendimento portuense, seleccionou-se um conjunto de edifícios construídos em Lisboa, no mesmo arco temporal[732]. Estes edifícios não representam, naturalmente, a totalidade dos tipos e modelos de habitação em vigor em Lisboa nas décadas de 20 a 50 do século XX, mas constituem amostragem relevante para um enquadramento relativamente aos modelos projectados no Porto, na procura da clarificação da sua hipotética especificidade ao nível de opções de concepção tipológica. [Fig. VIII.1]

Na generalidade, trata-se de um conjunto de edifícios com características 'pré-modernas', ou seja, com modelo tipológico e linguagem ainda não filiada nos princípios mais evidentes das arquitecturas do Movimento Moderno, ainda que pontualmente apresentem sinais de modernização (nas opções tipológicas ou de imagem). De igual modo, para o período 1950-1960, recorreu-se no essencial ao conjunto de edifícios registado na obra já referida *"O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950"*, da autoria de Ricardo Costa Agarez[733], considerando que na sua maioria, corresponderão a prédios construídos para arrendamento[734].

Os edifícios foram abordados na perspectiva da sua matriz de concepção espacial, privilegiando-se a configuração, dimensão de frente, características e localização de elementos polarizadores, como a caixa de escada e os saguões. De um modo geral, na análise dos edifícios a inserção urbana foi relevada para segundo plano, face à necessidade de manutenção da objectividade e contenção do enquadramento proposto, ainda que na consciência da importância da forma urbana, características do quarteirão e métricas de parcelamento na conformação destes modelos.

---

[732] *cf*. Vol. 2, ponto 10, DESENHO E

[733] Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6.

[734] O autor refere que os edifícios que analisa são destinados essencialmente a arrendamento, ainda que pontualmente se tenham registado edifícios para venda em propriedade horizontal ou destinados à promoção cooperativa.

Ao contrário da situação dominante observada nos edifícios portuenses, cuja dimensão de frente oscila genericamente entre 6/7 metros, o edifício com frente estreita lisboeta insere-se em lotes com pelo menos 9 metros, apresentando pequenas variações (no conjunto de edifícios analisados, entre 9 metros e 13 metros, até meados da década de 30, aproximadamente). Nos modelos de concepção mais compacta, ou seja, sem saguões, a profundidade oscila entre 15 metros e 16 metros (sem construções anexas), chegando aos 21 metros, caso se considerem varandas e compartimentos salientes. No caso da incorporação de saguões, aumenta-se a profundidade. Estas dimensões de empena foram permitidas apenas até 1955, ano em que, em Lisboa, estas se vêm reduzidas para 12 metros em determinadas zonas da cidade, dimensão revista em 1960 e actualizada para 15 metros de profundidade[735]. A partir desta data, a dimensão de frente dos edifícios com apenas um apartamento por piso aumenta significativamente, como consequência da compressão da profundidade, optando-se com maior frequência por soluções em duplex.

[735] *cf*. Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6. Capítulo 2.2. A regulamentação da construção urbana em Lisboa. pp. 58-67.

Edifícios em lote de frente estreita, um apartamento por piso. Modelos compactos, sem saguão

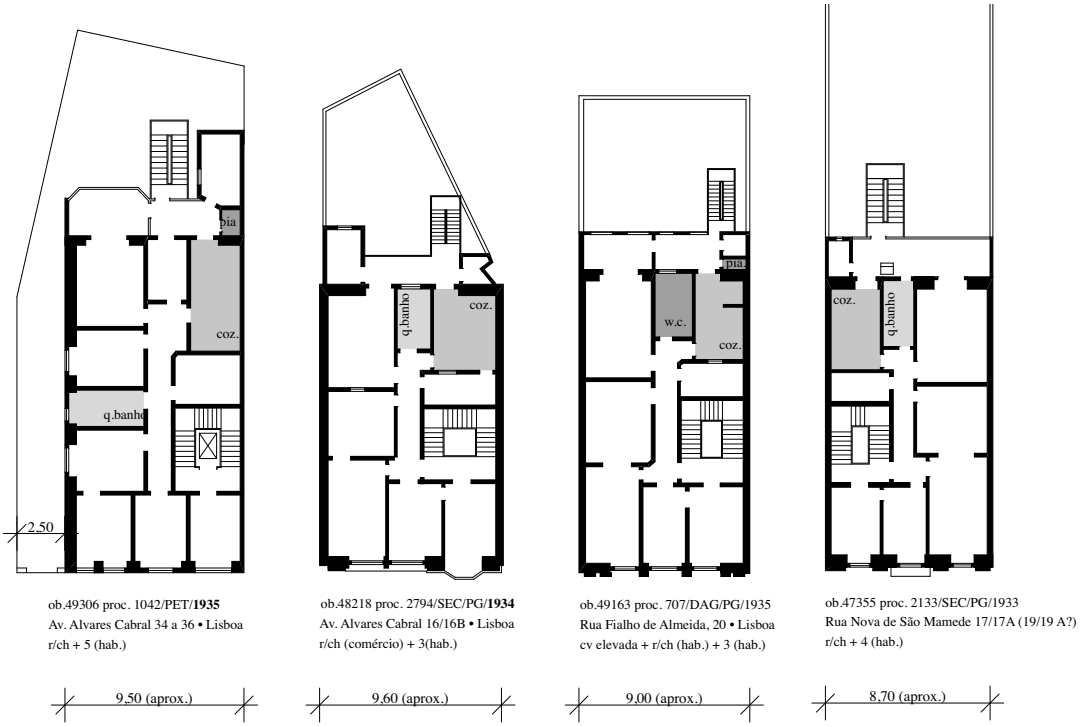
No período entre os anos 1930/40, a disposição geral do apartamento aparenta não manifestar variações significativas, articulando dois núcleos funcionais, em modelos de menor profundidade. A caixa de escadas principal, de configuração quadrada, apoia-se numa das paredes de meação, optando-se frequentemente pela sua localização em zona central, imediatamente a seguir a uma primeira linha de compartimentos ventilados e iluminados pela fachada principal. Esta posição permite acesso independente a um dos compartimentos. A cozinha, quarto de banho e sala de jantar posicionam-se nas áreas adjacentes à fachada posterior; no espaço central, verifica-se a existência de um compartimento iluminado e ventilado indirectamente pelos compartimentos da fachada.

Este modelo de organização espacial e distribuição funcional repete-se sem grandes variações ao longo destes anos, para lotes até 10 metros de frente. [**Des. VIII.1**]

Nas mesmas décadas, os modelos de habitação portuense, tradicionalmente concebidos em lotes de frente mais estreita (entre 6-7m), comprimem a caixa de escadas, eliminam espaços de circulação, mantendo, no essencial a organização em dois núcleos funcionais tal como o modelo lisboeta corrente. Curiosamente, nos edifícios portuenses com dimensões de frente entre 8 e 9,50 metros, raros neste contexto, observa-se uma manifesta dificuldade de organização dos espaços localizados na zona central do edifício, resultando normalmente em espaços de 'hall' ou vestíbulo com dimensões desproporcionadas para a sua função. A 'alcova', ou o 'quarto interior' não aparecem como opção nestes exemplos, aparentemente por constrangimentos regulamentares locais.[736] [**Des. VIII.2**]

No período compreendido entre a década de 50/60, em Lisboa, constroem-se edifícios com apenas um apartamento por piso em lotes com dimensão de frente até aproximadamente 15 metros, situação invulgar em contexto portuense, por exemplo. [**Des. VIII.3**]

[736] O articulado do RSEU (1903) limita profundamente a existência de alcovas. A promulgação do Regulamento Geral da Construção Urbana para a cidade de Lisboa [RGCU, 1930], abre caminho a outros dispositivos. cf. Secção III – Ventilação e iluminação - Art. 119º. Ponto 3.



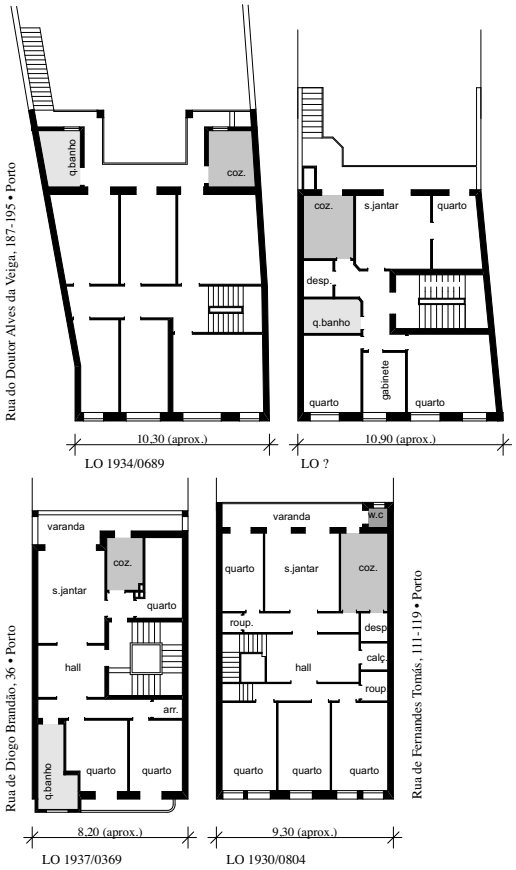
Des. VIII. 1 – Edifícios em Lisboa. Modelos compactos, sem saguão. Anos 30. Planta de piso. Esc.1/400

Fot. VIII. 1 – Rua Fialho de Almeida, 20

Fot. VIII. 2 – Avenida Álvares Cabral, 34/36 [© Susana Oliveira Marques]

Fot. VIII. 3 – Avenida Álvares Cabral, 16/16B [© Susana Oliveira Marques]

Fot. VIII. 4 – Rua Nova de São Mamede, 17/17A [© Susana Oliveira Marques]

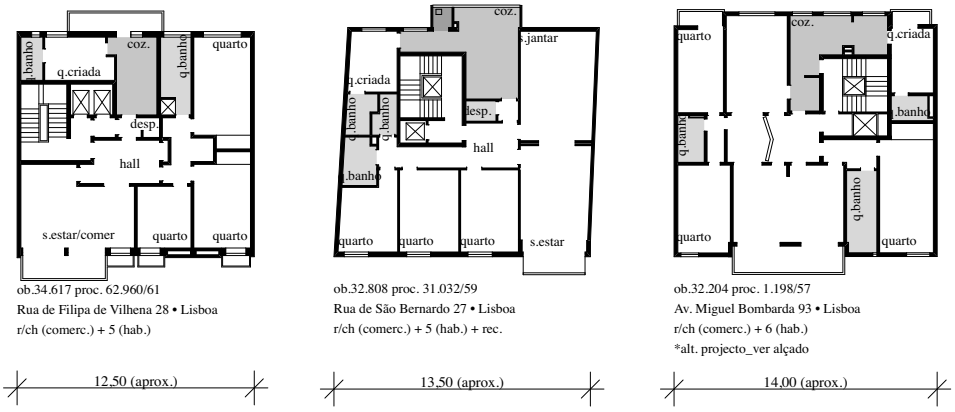


Des. VIII. 2 – Edifícios portuenses com dimensão de frente entre 8-9 metros. Alguns exemplos. Planta de piso. Esc. 1/400

Fot. VIII. 5 – Rua do Doutor Alves da Veiga, 187-195 [LO 1934/0689]

Fot. VIII. 6 – Rua de Diogo Brandão, 36 [LO 1937/0369]

Fot. VIII. 7 – Rua de Fernandes Tomás, 111-119 [LO 1930/0804]



Des. VIII. 3 – Edifícios em Lisboa. Modelos compactos sem saguão. Planta de piso. Esc. 1/400

Fot. VIII. 8 – Rua de D. Filipa de Vilhena, 28

Fot. VIII. 9 – Rua de São Bernardo, 27 [© Susana Oliveira Marques]

Fot. VIII. 10 – Avenida Miguel Bombarda, 93

Fot. VIII. 11 – Rua Padre António Vieira, 8

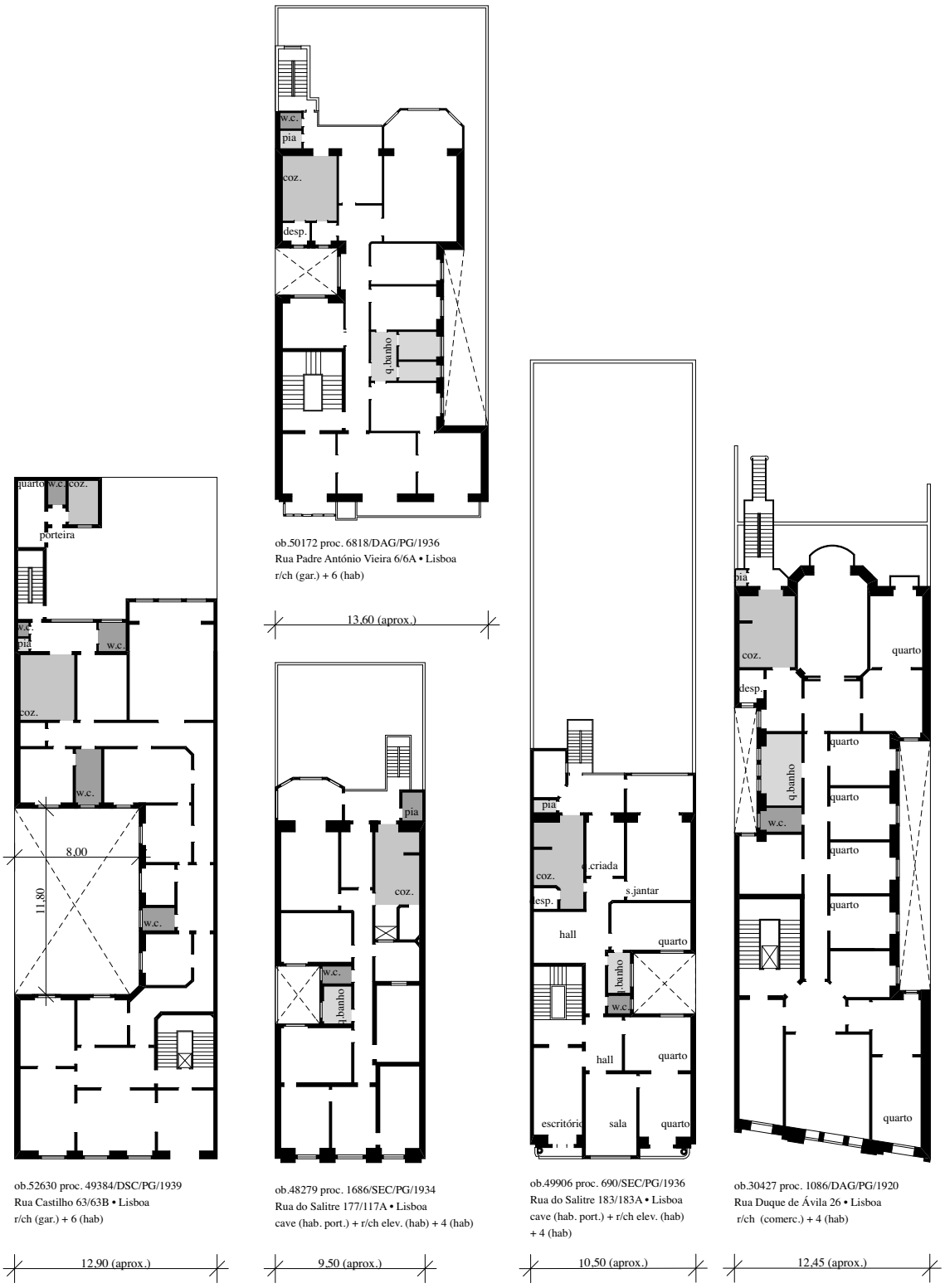
Edifícios em lote de frente estreita, um apartamento por piso. Modelos com saguão lateral interior

No período anterior à limitação de profundidade imposta em Lisboa em 1955, em zonas como as Avenidas Novas[737], um dos modelos mais rentáveis traduz-se na organização das áreas centrais da habitação através da introdução de saguões interiores encerrados, facilitando o aumento da profundidade do edifício (geralmente entre 20 metros e 35 metros). Este dispositivo, cuja área e largura aumenta progressivamente por imposição regulamentar desde início de novecentos, vem possibilitar a ventilação e iluminação de compartimentos de serviço e, nomeadamente, a conquista de um número superior de espaços habitáveis. Opta-se frequentemente pelo seu desdobramento e optimização através de estruturas semelhantes em edifícios contíguos (geminação ou associação lateral). A localização de quartos voltados para saguões aparenta ocorrer com maior frequência em Lisboa do que no Porto, seguindo-se na capital uma tradição consuetudinária de distribuição da habitação, que pode ser observada nos edifícios projectados no início do século XX, e publicados na revista *"A Architectura portugueza"*[738], e igualmente em edifícios projectados nos anos 30.

Em Lisboa, os edifícios inseridos em lote de frente estreita, com um apartamento por piso e saguão interior, apresentam larguras de frente entre 9,5 metros e 13 metros, na generalidade. O ligeiro aumento de profundidade relativamente ao modelo sem saguão, permite a inclusão de uma linha estreita de instalações sanitárias ou de quartos, associada a este dispositivo. A caixa de escadas principal possui as mesmas características que o modelo sem saguão anteriormente descrito. [**Des. VIII.4**] Relativamente ao modelo de habitação portuense, com correspondente solução de ventilação interna, mas que se resolve numa dimensão de frente inferior (entre 6 e 7 metros), as principais diferenças ressaltam na opção por uma caixa de escadas geralmente de modelo rectangular, de um ou dois lanços, assim como na concentração de compartimentos

[737] Despacho municipal de 21 de Outubro de 1955, incidindo em limitações ao nível do número de pisos, profundidades e geometria das fachadas posteriores dos edifícios (Avenidas Novas e ruas articuladas). Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6. p. 65.

[738] *cf*. Capítulo VII, *"Referências e Transferências. Leituras a partir de 'A Arquitectura Portuguesa'"*, desenho VII.1 (1909, 1911).



Des. VIII. 4 – Edifícios em Lisboa. Modelos com saguão lateral interior. Alguns exemplos. Décadas de 1920/1930. Planta de piso. Esc. 1/400

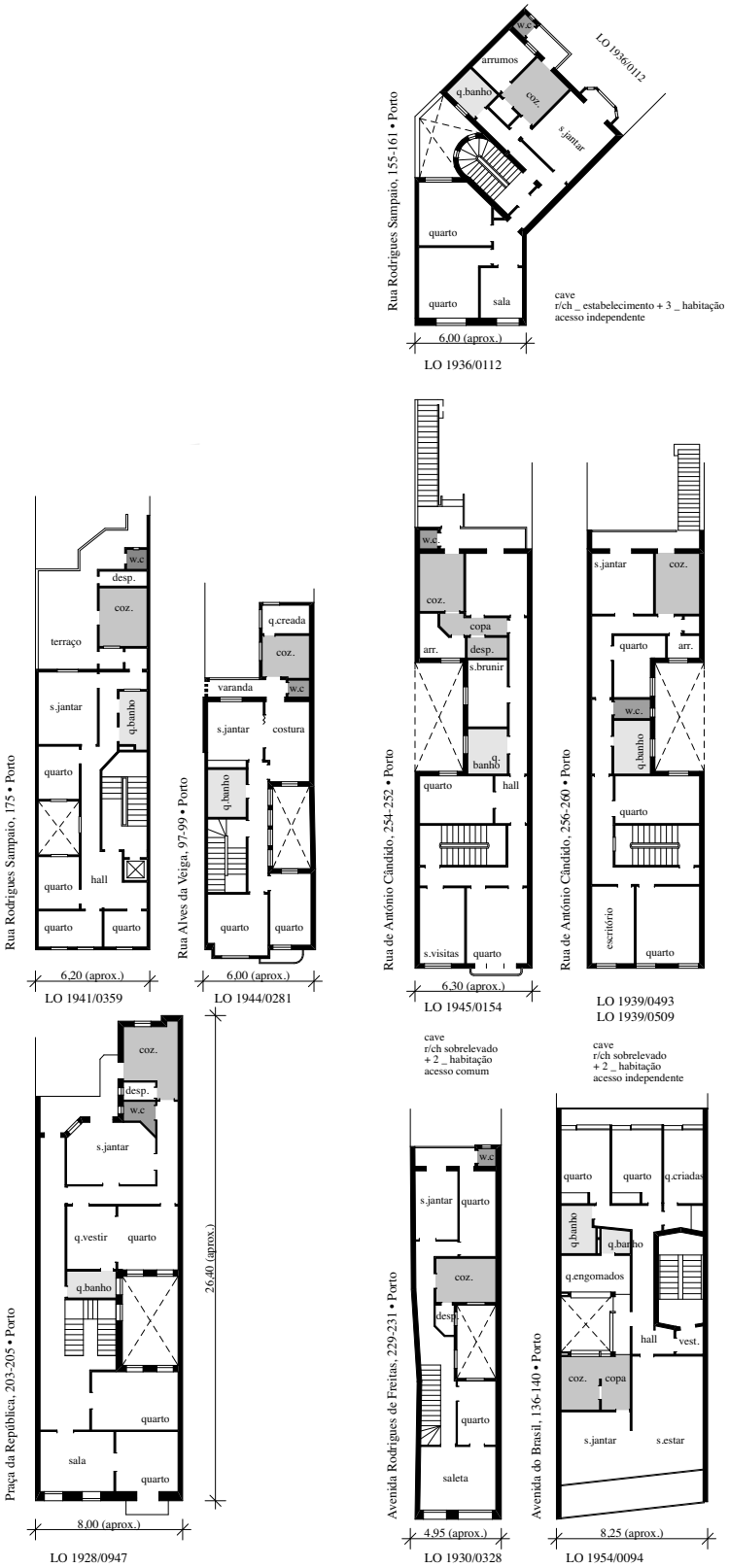
Fot. VIII. 12 – Rua Castilho, 63/63B
[© Susana Oliveira Marques]

Fot. VIII. 13 – Rua Padre António Vieira, 6 e 6A

Fot. VIII. 14 – Rua do Salitre, 177-177A [© Susana Oliveira Marques]

Fot. VIII. 15 – Rua do Salitre, 183-183A [© Susana Oliveira Marques]

Fot. VIII. 16 – Avenida Duque de Ávila, 26/26B



Des. VIII. 5 – Edifícios portuenses com frente estreita e saguão central. Décadas de 1920/1940. Planta de piso. Esc. 1/400

Fot. VIII. 17 – Rua Rodrigues Sampaio, 155-161 [LO 1936/0112]

Fot. VIII. 18 – Rua Alves da Veiga, 97-99 [LO 1944/0281]

Fot. VIII. 19 – Rua Rodrigues Sampaio, 175 [LO 1941/0359]

Fot. VIII. 20 – Praça da República, 203-205 [LO 1928/0947]

Fot. VIII. 21 – Avenida Rodrigues de Freitas, 229-231 [LO 1930/0328]

Fot. VIII. 22 – Avenida do Brasil, 136-140 [LO 1954/094]

apenas nos topos do saguão. A menor dimensão da frente do edifício implica necessariamente um programa mais contido ao nível das áreas de recepção. [**Des. VIII.5**]

Edifício geminado, um apartamento por piso. Duplicação por simetria

Uma opção relativamente frequente em contexto portuense, em edifícios com dimensões de frente entre 12 e 15 metros, consiste na duplicação por simetria de dois prédios, com partilha de saguão central e manutenção de caixas de escadas independentes, uma solução arquitectónica que se relaciona com a própria lógica de parcelamento tradicional (lotes de frente estreita) e com as próprias preferências dos projectistas e donos de obra. Pelo contrário, em Lisboa esta não constitui uma solução corrente na concepção de prédios de maior dimensão, tendo, no entanto, sido localizados dois exemplos, que permitem a comparação com os tipos de edificação portuenses. [**Des. VIII.6**]

O edifício construído na Avenida Luís Bívar 9/13[739], com projecto de licenciamento de 1923[740], caracteriza-se por associar duas unidades residenciais com acessos independentes e saguão central comum, resultando numa configuração com cerca de 7,5 metros de frente por 25 metros de profundidade. A escada, de modelo quadrado, encontra-se em posição central, apoiada na parede de meação. Relativamente aos modelos projectados no Porto e com saguão com as mesmas características (neste caso, ventilação de instalações sanitárias e eventualmente espaços de habitação), esta solução destaca-se essencialmente pela reduzida largura do saguão (2 metros por 6,10 metros), dimensões aparentemente permitidas pela legislação em vigor em Lisboa.

Os modelos portuenses divergem na opção por uma caixa de escadas de configuração rectangular, de um ou dois lanços, ainda que se possam pontualmente referir exemplos com caixa de escadas de modelo quadrado[741]. O saguão presente nestes modelos não é tão optimizado como espaço de iluminação e ventilação de espaços habitáveis como o desenhado em contexto lisboeta, não obstante a área inferior deste último. No caso portuense foi localizado um conjunto

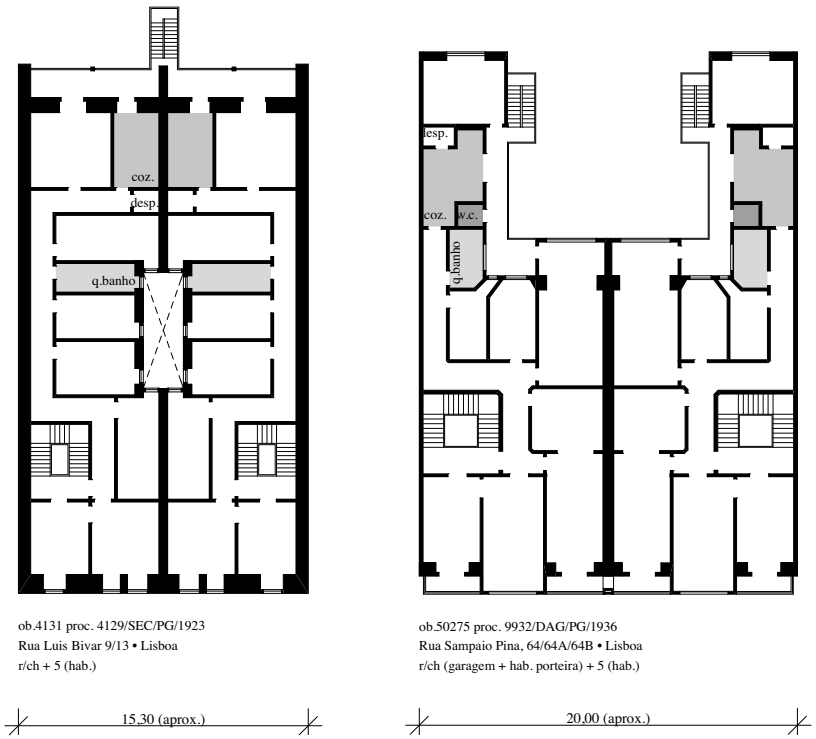
[739] [Freguesia das Avenidas Novas].
[740] Processo 4129/SEC/PG/1923 [AML].
[741] Edifícios na Rua de Sá da Bandeira, no Porto [LO 1938/0260 e 1939/0056, AMHP].

de modelos em que o saguão ventila e ilumina essencialmente as caixas de escadas, assumindo um papel de qualificação espacial.[742] [**Des. VIII.8**]

No 'Grupo de dois prédios' situado na Rua de Sampaio Pina 64/64A/64B[743], com projecto de licenciamento de 1936[744], opta-se por desenhar duas unidades residenciais com 10 metros e configuração em L, ressaltando a maior dimensão da frente de lote relativamente às métricas tradicionais de parcelamento portuense. Como é frequente nos modelos de habitação projectados e construídos em Lisboa a partir dos anos 30, os apartamentos apresentam um compartimento ventilado e iluminado indirectamente a partir dos compartimentos da fachada (de acordo com a legislação em vigor), o que permite resolver com particular facilidade a área interior da habitação, sem recurso a saguões centrais. [**Des. VIII.6**]

Este tipo de edifícios configurados em L, com pátio aberto na fachada posterior constitui uma solução relativamente habitual no panorama de edificação portuense nas décadas de 1920/40. [**Des. VIII.7**]

[742] Por exemplo o edifício com Licença de Obras 1943/0393 [DMAG], na Rua de Sá da Bandeira, 562-614, Porto.
[743] [Freguesia de São Sebastião da Pedreira].
[744] Obra 50275, Processo 9932/Pl/1936 [AML].



Des. VIII. 6 – Edifícios em Lisboa. Duplicação por simetria. Modelos com saguão central ou pátio aberto. Planta de piso. Esc. 1/400

Fot. VIII. 23 – Avenida Luís Bívar, 9/13, edifício da esquerda [© Susana Oliveira Marques]

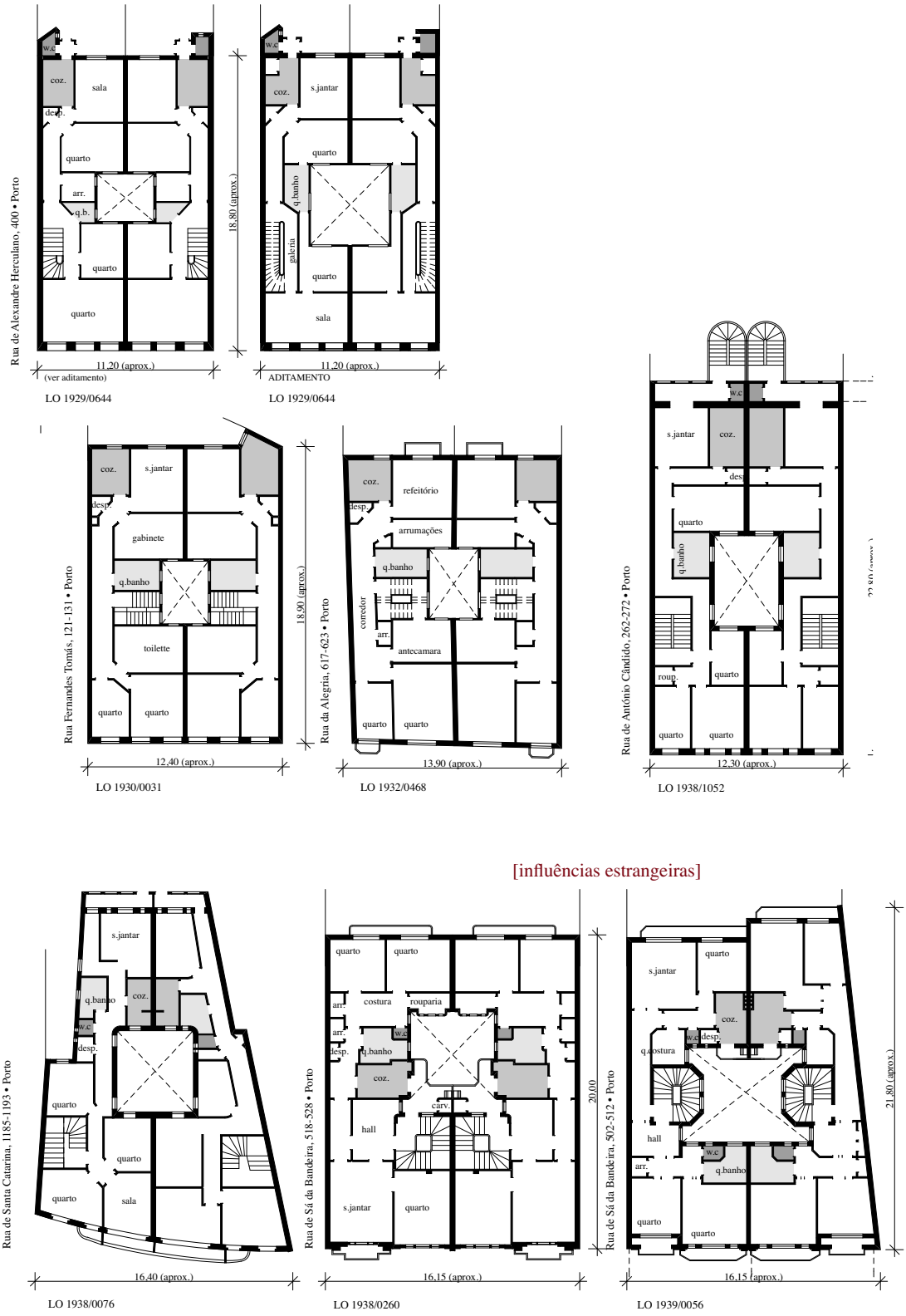
Fot. VIII. 24 – Rua de Sampaio Pina 64/64A/64B

Des. VIII. 7 – Edifícios portuenses. Duplicação por simetria. Modelos com pátios abertos e configuração em L. Planta de piso. Esc. 1/400

Fot. VIII. 25 – Rua Firmeza, 447-493 [LO 1938/0011]

Fot. VIII. 26 – Rua Firmeza [LO 1939/0055]

Fot. VIII. 27 – Rua do Campo Lindo, 235-237 [LO 1953/0090]



Des. VIII. 8 – Edifícios portuenses. Duplicação por simetria. Modelos com saguão central. Planta de piso. Esc. 1/400

Fot. VIII. 28 – Rua de Alexandre Herculano, 400 [LO 1929/0644]

Fot. VIII. 28 – Rua Fernandes Tomás, 121-131 [LO 1930/0031]

Fot. VIII. 29 – Rua da Alegria, 617-623 [LO 1932/0468]

Fot. VIII. 30– Rua António Cândido, 262-272 [LO 1938/1052]

Fot. VIII. 31 – Rua de Santa Catarina, 1185-1193 [LO 1938/0076]

Fot. VIII. 32 – Rua de Sá da Bandeira, 518-528 [LO 1938/0260]

Fot. VIII. 33 – Rua de Sá da Bandeira, 502-512 [LO 1939/0056]

Edifícios em esquerdo-direito, dois apartamentos por piso. Modelos com saguões

Em Lisboa, contrariamente ao que se verifica no Porto, o modelo esquerdo-direito, com apenas uma escada central servindo dois apartamentos, constrói-se de forma corrente no início do século XX, respondendo a distintas solicitações de dimensão de lote, programa e escala de construção.

Os edifícios lisboetas que desenvolvem modelos em esquerdo-direito, com saguão central, são normalmente de grandes dimensões (relativamente à escala, largura de frente, número de compartimentos), nos casos localizados com dimensão de frente na ordem dos 19 metros (Rua de Sampaio Pina, 50/54[745]) e dos 21 metros (Rua Castilho 65A/65D[746]).

O saguão central, para além da dimensão francamente superior ao que se generalizava noutros edifícios da época, garante a ventilação/iluminação de instalações sanitárias e espaços habitáveis[747], mantendo-se as cozinhas nas áreas confinantes com a fachada posterior. Nuno Arenga Reis[748] corrobora a ideia de que, nesta época, não constitui prática corrente a construção de edifícios com cozinhas ventiladas por saguões. [**Des. VIII.9**]

No essencial, segue-se a matriz de distribuição por núcleos expressa nos modelos de habitação com apenas um apartamento por piso e saguão interior, duplicando-a por simetria e rentabilizando assim a edificação através da redução a um único acesso vertical.

Este tipo de edifícios de configuração regular, em esquerdo-direito e com saguão central, não tem expressão no panorama construído portuense, tendo sido localizados apenas dois exemplos, na Rua de Lima Júnior 20[749] e na Avenida da Boavista, 683-689[750], ambos aparentemente com referências em modelos consolidados em Lisboa e em Genebra, por exemplo. O edifício na Rua

---

[745] Processo 5774/SEC/GP/1936 [AML]. [Zona de São Sebastião da Pedreira].
[746] Processo 3944/SEC/PG/1937 [AML]. [Freguesia de Santo António].
[747] Observou-se apenas um caso em que um grande saguão central ventila a cozinha, nomeadamente o edifício na Rua Castilho, 69/69ª [Processo 7094/DSC/PG/1941 [AML].
[748] Reis, Nuno Miguel Arenga (2009). O saguão na habitação urbana. O interior da casa em torno de um vazio vertical nuclear. Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. p. 236.
[749] LO 1951/0364 [DMAG]
[750] LO 1932/0066 [AHMP]

de Lima Júnior, com cerca de 12,50 metros de frente e 20 metros de profundidade, incorpora um saguão central de cerca de 30 m², distribuindo dez compartimentos segundo uma matriz similar à lisboeta. No edifício na Avenida da Boavista, ressalta a particularidade da localização da cozinha nas áreas adjacentes ao saguão central. [**Des. VIII.10**]

Face à bibliografia consultada, o esquerdo-direito com saguões laterais interiores consiste num esquema usual no panorama construído lisboeta da 1ª metade do século XX. Trata-se de um modelo extremamente versátil, adaptando-se com pequenas variações a distintas dimensões de frente de lote, ou profundidade máxima da edificação. Adapta-se de igual forma a edifícios com escala mais modesta e menor complexidade programática, convertendo-se num modelo em permanente variação, consoante as especificidades de cada encomenda.

De igual modo, este modelo presta-se com facilidade à geminação lateral, o que permite a optimização dos pequenos saguões laterais, tendencialmente especializados com funções similares (fachadas de quartos, instalações sanitárias). Esta organização verifica-se, por exemplo, na Avenida da Liberdade, 202-204[751], ou nos edifícios esquerdo-direito associados lateralmente na Rua do Salitre, 185[752] (edifícios com rés-do-chão e quatro pisos). [**Des. VIII.11**]

Este modelo constrói-se em diversas zonas centrais da cidade de Lisboa, em edifícios de grande escala e elevado número de pisos. Nos edifícios em análise observam-se variações de frente de lote entre 12 metros e 29 metros, e profundidades que variam entre 19 metros e 30 metros (aproximadamente).

Algumas variações contemplam a inclusão complementar de um pequeno saguão interior, em edifícios de maior profundidade e maior largura, como acontece, por exemplo nos edifícios na Avenida Praia da Vitória, 75A/75C (1950)[753] e na Avenida Defensores de Chaves, 14/14D (1934)[754]. Os saguões laterais são de dimensão variável, observando-se larguras na ordem dos 1,50 metros (em finais do século XIX, por exemplo), 3,00 metros (em meados dos anos 30 do século XX) e 4,15 metros (em meados dos anos 50), respondendo seguramente às imposições

[751] Obra 20397, Processo 1928/DAG/PG/1902 [AML]. [Freguesia de Santo António].
[752] Obra 48034, Processo 1072/DAG/PG/1934 [AML]. [Freguesia de Santo António].
[753] Processo 2022/DSCCPE/1950 [AML]. [Freguesia de Avenidas Novas].
[754] Processo 1625/SEC/PG/1934 [AML]. [Freguesia de São Jorge de Arroios].

legislativas à data da sua concepção (que definia as dimensões e áreas mínimas do saguão em função dos compartimentos iluminados e ventilados). [**Des. VIII.12**]

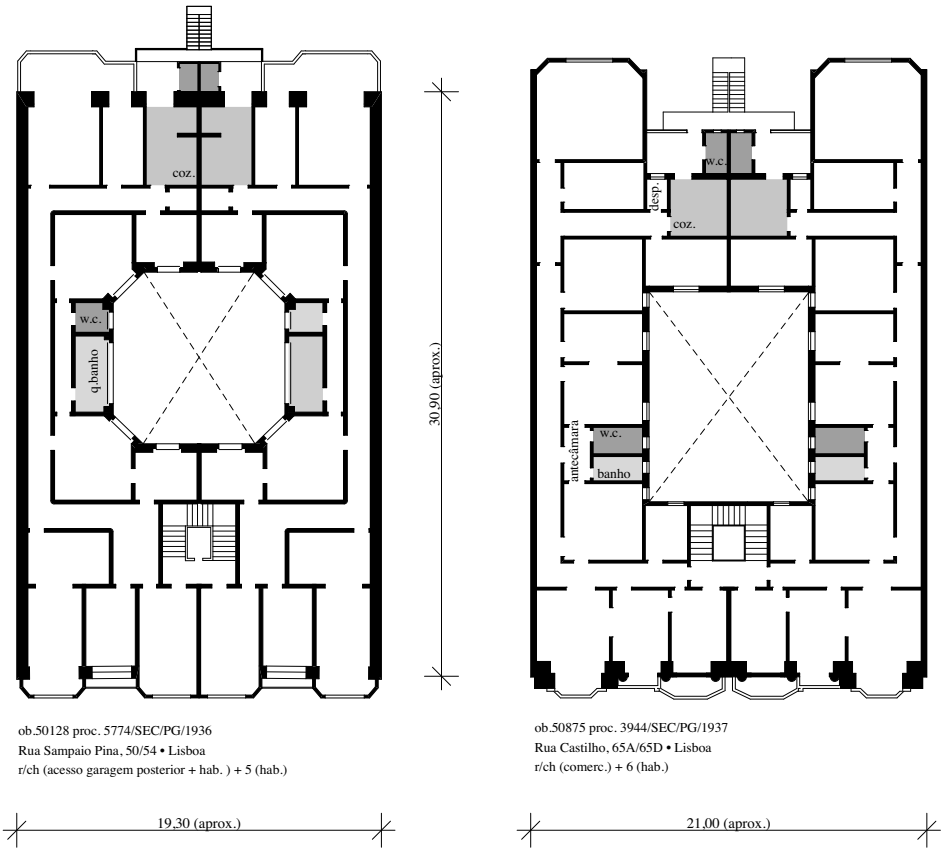
O modelo distributivo coincide na maioria dos casos, articulando núcleos funcionais em função do tipo de fachada, polarizando os saguões (laterais, ou central) as zonas de instalações sanitárias e pequenos compartimentos habitáveis. A vantagem deste modelo aparenta ser a sua adaptabilidade a distintas dimensões de lote e programas funcionais e a sua capacidade de associação lateral, o que de algum modo justifica a sua disseminação.

A estratégia lógica para contornar uma legislação cada vez mais restritiva relativamente à dimensão dos saguões encerrados consistiu na sua transformação em pátios abertos, resultando na concepção de um número significativo de variantes, em que se articula a incorporação de saguões laterais abertos (reentrâncias), com ou sem a simultânea incorporação de saguões centrais.

O edifício na Rua Castilho, 69/69A[755] representa um exemplo concreto deste modelo, incorporando-se de igual modo um saguão central a que se associa a cozinha, num desenho que supõe claramente a associação lateral e consequente duplicação da largura dos saguões laterais. [**Des. VIII.13**]

Um caso representativo da dificuldade em solucionar a concepção de edifícios em lotes com 12 metros de frente (dimensão frequente no Porto, pelo contrário), é o caso do edifício na Avenida Casal Ribeiro, 26A/26B (1935)[756]. O primeiro projecto, uma configuração em T, com saguões laterais abertos de dimensão mínima, é substituído por uma solução tradicional e bastante mais conservadora, um esquerdo-direito com exíguos saguões centrais (3,00m por 3,20m), de maior rentabilidade e alinhamento com a legislação em vigor. Esta alteração de projecto deveu-se, provavelmente, à exiguidade do afastamento dos saguões laterais (2 metros), insuficiente para a altura do edifício. [Fig. VIII.1]

[755] Processo 7094/DSC/PG/1941 [AML]. [Freguesia de Santo António].
[756] Processo 1425/DAG/PG/1935 [AML]. [Freguesia de São Jorge de Arroios].

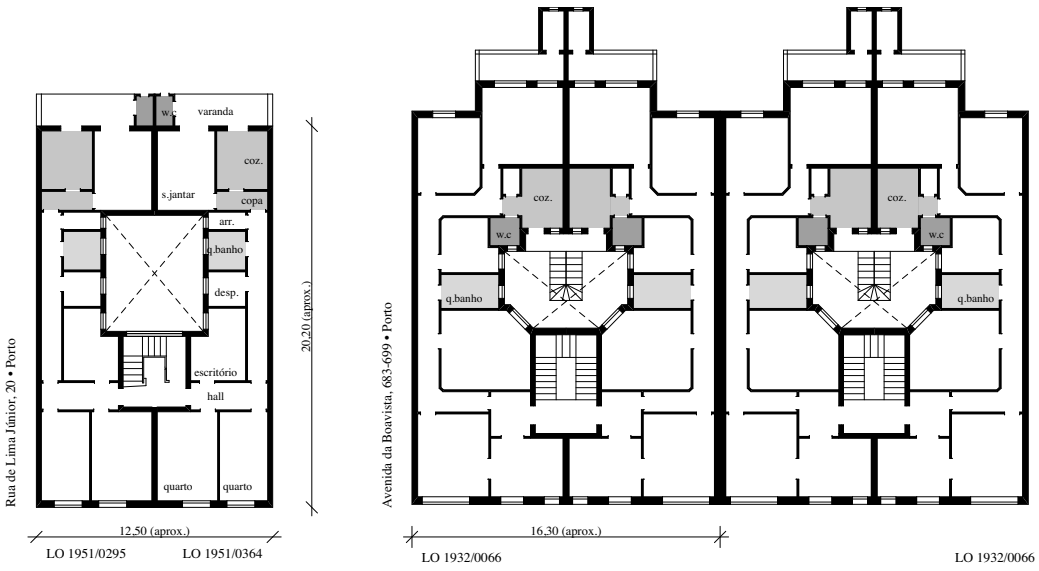


Des. VIII. 9 – Edifícios em Lisboa. Modelos em esquerdo-direito com saguão central. Planta de piso. Esc. 1/400

Fot. VIII. 34 – Rua de Sampaio Pina, 50/54

Fot. VIII. 35 – Rua Castilho 65A/65

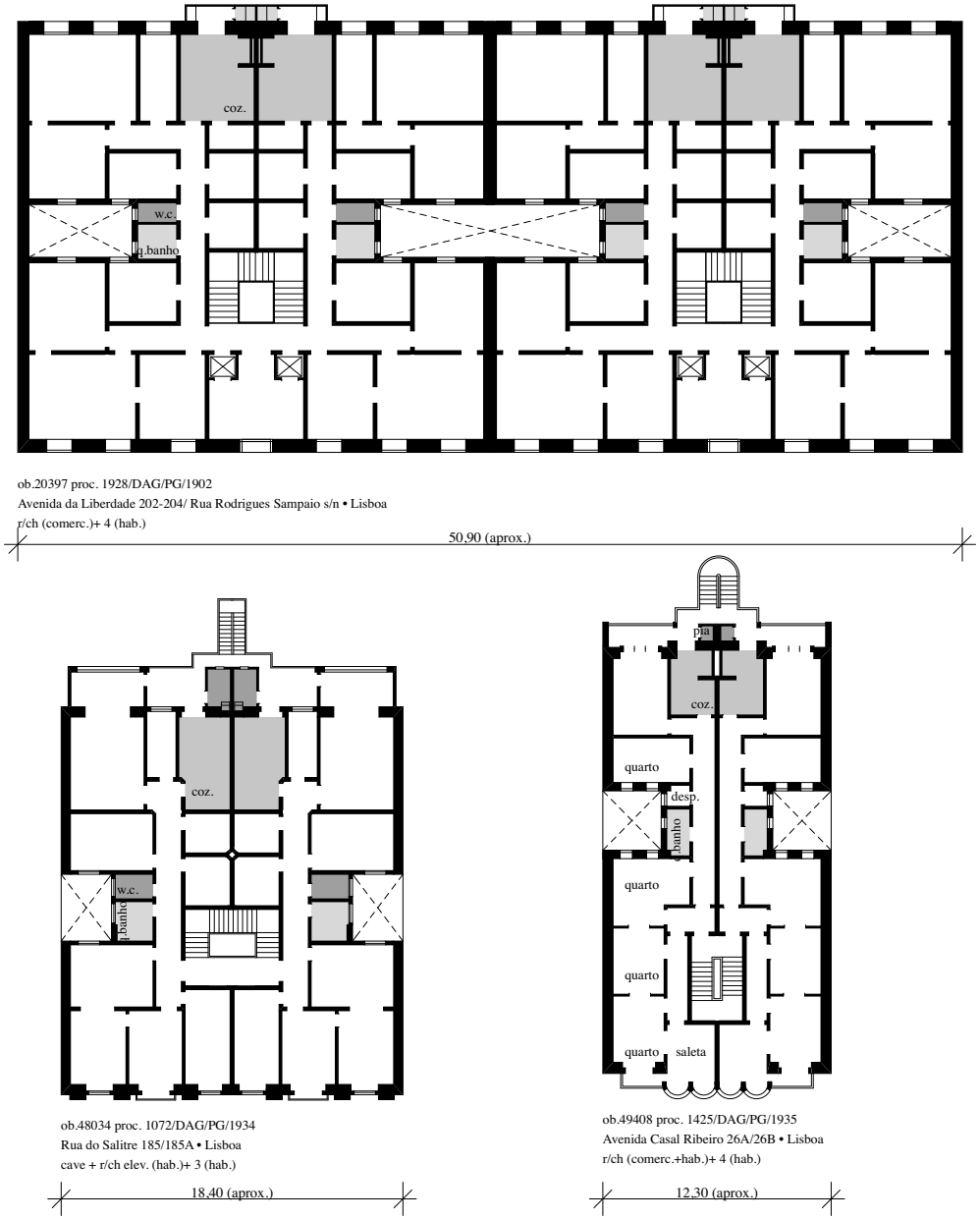
[© Susana Oliveira Marques]



Des. VIII. 10 – Edifícios no Porto. Modelos em esquerdo-direito com saguão central. Alguns exemplos. Planta de piso. Esc. 1/400

Fot. VIII. 36 – Rua de Lima Júnior, 20
[LO 1951/0364]

Fot. VIII. 37 – Avenida da Boavista, 683-699
[LO 1932/0066]

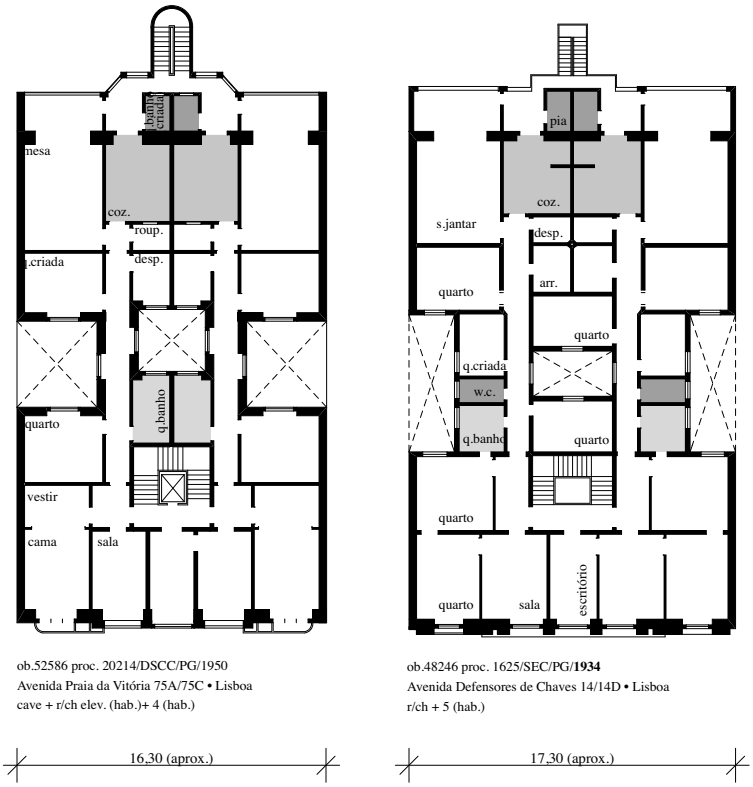


Des. VIII. 11 – Edifícios em Lisboa. Modelos em esquerdo-direito com saguões laterais. Planta de piso. Esc. 1/400

Fot. VIII. 32 – Avenida da Liberdade 202-204 [© Susana Oliveira Marques]

Fot. VIII. 38 – Rua do Salitre, 185/185A
[© Susana Oliveira Marques]

Fot. VIII. 39 – Avenida Casal Ribeiro, 26A/26B



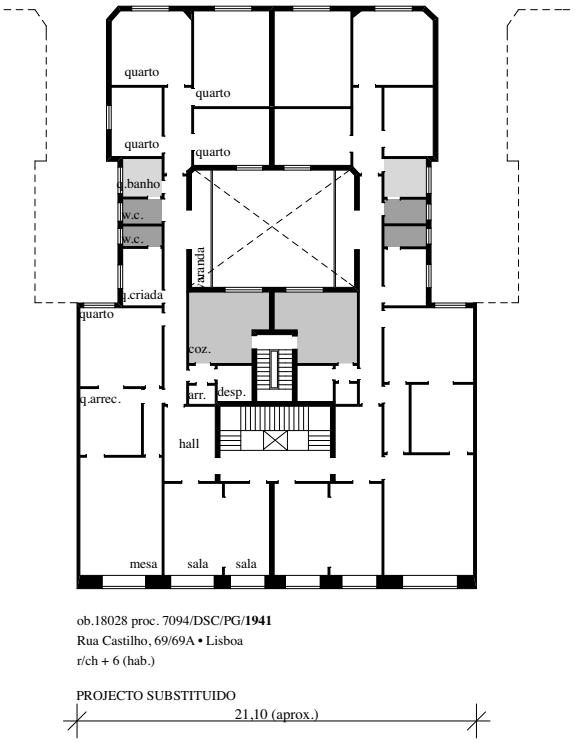
ob.52586 proc. 20214/DSCC/PG/1950
Avenida Praia da Vitória 75A/75C • Lisboa
cave + r/ch elev. (hab.)+ 4 (hab.)

ob.48246 proc. 1625/SEC/PG/**1934**
Avenida Defensores de Chaves 14/14D • Lisboa
r/ch + 5 (hab.)

Des. VIII. 12 – Edifícios em Lisboa. Modelo em esquerdo-direito com saguões centrais e laterais. Planta de piso. Esc. 1/400

Fot. VIII. 40 – Avenida Praia da Vitória, 75A/75C [@ Susana Oliveira Marques]

Fot. VIII. 41 – Avenida Defensores de Chaves, 14/14D



Des. VIII. 13 – Edifícios em Lisboa. Modelos em esquerdo-direito com saguões centrais e laterais aberto. Planta de piso. Esc. 1/400

Fot. VIII. 42 – Rua Castilho, 69/69A [@ Susana Oliveira Marques]

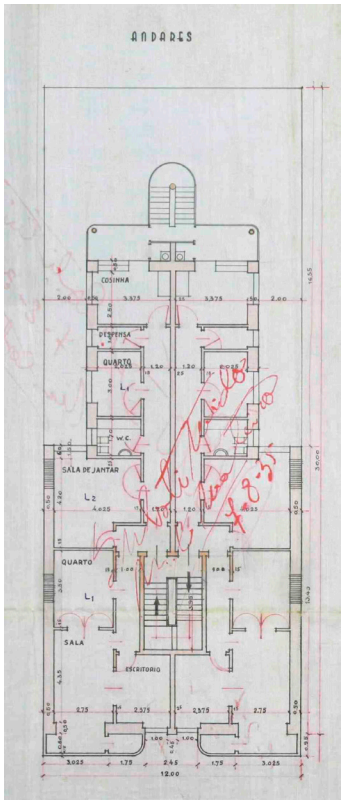
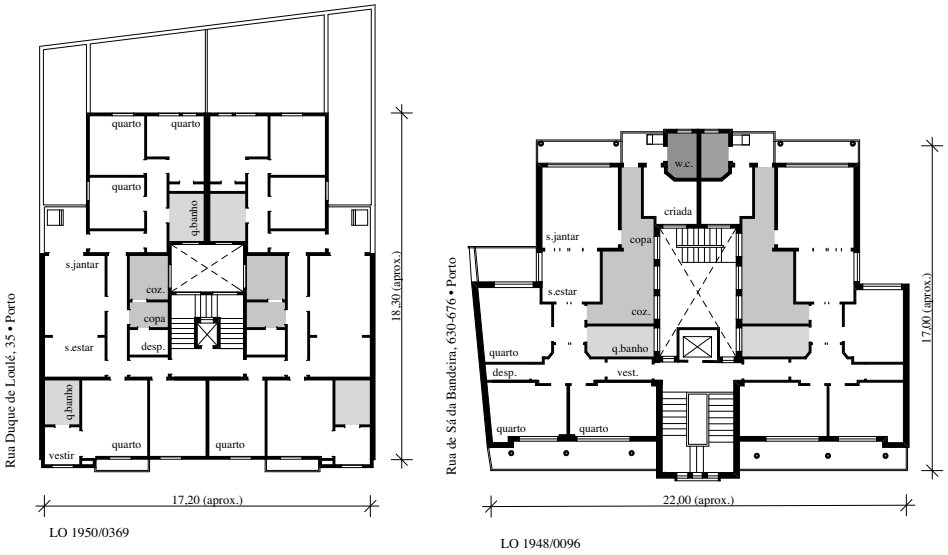


Fig. VIII. 1 – Edifício na Avenida Casal Ribeiro, 26A/26B. Solução preterida [1935]. Obra 49408. Processo 1425/DAG/PG/1935 [AML]



Des. VIII. 14 – Edifícios no Porto. Modelos em esquerdo-direito com saguões centrais e laterais aberto. Alguns exemplos. Planta de piso. Esc. 1/400

Fot. VIII. 43 – Rua Duque de Loulé, 35
[LO 1950/0369]

Fot. VIII. 44 – Rua de Sá da Bandeira, 630-676
[LO 1948/0096]

No Porto, os edifícios na Rua de Sá da Bandeira, 630-676[757] e na Rua Duque de Loulé, 35[758] são exemplos do modelo que articula saguão central e pátios laterais abertos, apresentando uma formalização distinta dos casos lisboetas referidos. [**Des. VIII.14**]

Edifícios em esquerdo-direito, dois apartamentos por piso. Modelo compacto regular, sem saguões

O *modelo em esquerdo-direito compacto, sem saguões*, apresenta-se como outra opção frequente nos anos 1930/40, correspondendo aparentemente a um tipo de edifício de menor qualidade construtiva e de desenho de fachada. Estas soluções constroem-se em bairros periféricos ao centro de Lisboa, como o 'Bairro Azul', mais propriamente na Rua Fialho de Almeida[759], ou em zonas próximas, como a Rua de Filipe Mata. Registaram-se igualmente alguns exemplos em quarteirões paralelos ao Parque Eduardo VII, nomeadamente na Rua Rodrigues da Fonseca, 105[760] e 109 e Rua Artilharia 1, 98 e 100[761], datados de meados da década de 30 [**Des. VIII.15**]. Este modelo constrói-se também em bairros mais modestos, afastados do centro e em edifícios com apenas 9,50 metros de frente, como por exemplo na Rua Sousa Viterbo, 9 (1936)[762].

Este tipo de edifício dá origem a modelos com dimensão de frente até 21 metros[763] nos exemplos registados (ou seja, trata-se de um modelo que se coaduna com edifícios de frente larga), constatando-se que a medida mais frequente se situa entre 16 metros e 17 metros. Os edifícios apresentam proporção frequentemente quadrada, posicionando a caixa de escadas em área central, agrupando cozinha, quarto de banho e sala de jantar em espaços adjacentes à fachada posterior, e dois a três quartos por apartamento localizados em zona próxima à fachada

[757] LO 1948/0096 [DMAG]
[758] LO 1950/0369 [DMAG]
[759] Rua de Fialho Almeida, 4. Obra 48961/Processo 3411/SEC/PG/1934 [AML]. [Freguesia de São João da Pedreira].
[760] Obra 48479, Processo 12552/SEC/PET/1934 [AML]. Freguesia de São Mamede.
[761] Conjunto de 4 edifícios com 16 metros de frente, associados lateralmente, Processo 49374/ PG/1935 [AML]. Freguesia de São João da Pedreira.
[762] Obra 50319, Processo 8244/DAG/PG/1936 [AML]. Freguesia de Penha de França.
[763] Exemplo na Rua Padre António Vieira 21/21A, Processo 15812/SEC/PG/1937 [AML].

principal. Neste modelo de habitação especifico, associa-se a um destes compartimentos um espaço sem ventilação ou iluminação natural, similar ao encontrado em modelos com distribuição idêntica, mas apenas com um apartamento por piso, situação favorecida pela legislação em vigor [RGCU, 1930].

Este esquema tipológico potencia a simples associação lateral, instituindo-se nessa medida como uma solução natural para o desenho de edifícios de grande frente[764] ao longo da década de 30, através da repetição de unidades edificadas, adaptadas às situações particulares de cada lote. Este modelo de habitação, extremamente elástico e adaptável a distintas medidas de frente de lote, prolonga-se no tempo, sendo possível verificar a sua aplicação em edifícios construídos já nos anos de 1950, como é o exemplo do edifício localizado na Rua Antero de Quental, 10. [**Des. VIII.18**]

Na década de 50, o tipo de edifício em esquerdo-direito compacto, entre paredes de meação, continua a ser dominante, ainda que gerando modelos de habitação completamente distintos aos que vigoravam no período 1930-1940. Nos modelos de menor profundidade, as instalações sanitárias migram para a zona central do edifício, eliminam-se espaços sobrantes, e experimenta-se a localização da cozinha e caixas de escadas em áreas adjacentes à fachada principal. A dimensão de frente dos edifícios observados é extremamente variada, desde cerca de 12 metros a blocos consideravelmente mais largos. [**Des. VIII.16 - 19**]

A partir de 1955, em zonas específicas da cidade de Lisboa, a profundidade máxima de empena restringe-se a 12 metros por imposição regulamentar, o que produz um modelo compacto específico. É interessante confrontar os edifícios lisboetas com 10-12 metros de frente, com os correspondentes portuenses da mesma época: no caso lisboeta, a limitação da profundidade obriga à experimentação de esquemas em esquerdo-direito com distribuições e disposições assimétricas, e apartamentos de reduzida dimensão, evidenciando alguma desproporção no dimensionamento dos compartimentos. As tipologias do edifício na Rua Conde de Redondo, 14

[764] Dois conjuntos de dois edifícios na Rua Artilharia 1, 98 e 100, por exemplo; um conjunto de dois edifícios na Rua Alexandre Braga, 6, Obra 45306/Processo 487/SEC/PG/1931[AML].

(1961)[765] e 20 (1956)[766] são exemplos desta situação. O mesmo não acontece no Porto, em que os edifícios se fixam numa espécie de modelo rígido, racional e pragmático, sistematicamente aplicado a partir de meados dos anos 50, e com maior expressividade a partir da década de 1960, na substituição lote a lote. [**Des. VIII.16 e 17**]

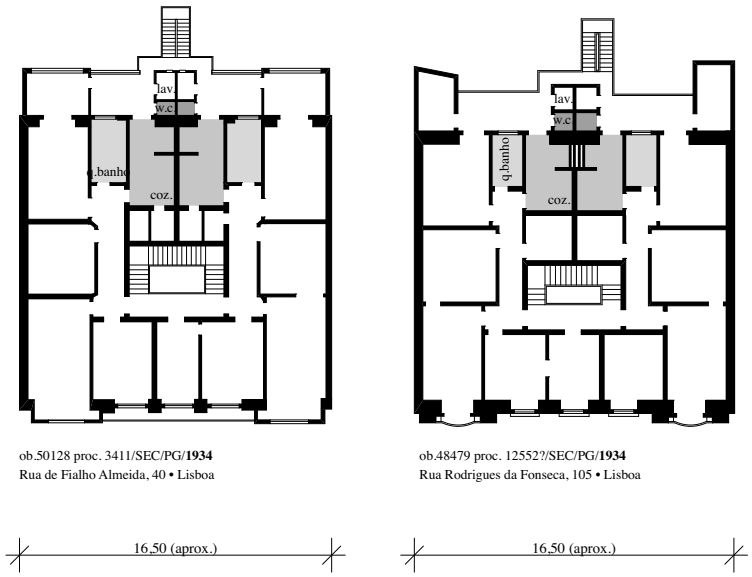
Ainda no que diz respeito ao programa da habitação nos anos de 1950, em habitação corrente, note-se uma particularidade verificável numa série de edifícios: a manutenção de um quarto de apoio à zona de serviços, o vulgar 'quarto de criada' junto à cozinha, ainda que com largura exígua (2 metros), faz com que a sala comum da habitação se desenhe como um compartimento mínimo ou de dimensões quase que similares a um quarto, ainda que se possibilite uma hipotética ampliação através do vestíbulo de entrada, como acontece nas tipologias do edifícios situado na Av. Defensores de Chaves, 85[767]. [**Des. VIII.18**]

Por volta dos anos de 1960, em edifícios com proporções com cerca de 15 metros de frente e 15 metros de profundidade (dimensão permitida a partir de 1960[768]), verifica-se que a matriz de distribuição melhor optimizada separa a cozinha da sala (comum), localizando estes compartimentos em áreas opostas de fachada, opção tipológica que aparenta ser uma consequência da manutenção do 'quarto da criada', ainda que com larguras extremamente reduzidas (cerca de 2 metros). Este é o caso das tipologias dos edifícios na Rua Ferreira Lapa, 20[769] e na Rua Dr. Almeida Amaral, 8[770]. [**Des. VIII.18 e 21**]

Na distribuição destes apartamentos, aparenta existir uma preocupação de orientação das salas comuns para a fachada principal, em detrimento de uma maior articulação com a cozinha. No edifício na Rua Ferreira Lapa não existe uma divisão funcional: o vestíbulo funciona como o principal elemento de distribuição da habitação. [**Des. VIII.18**]

---

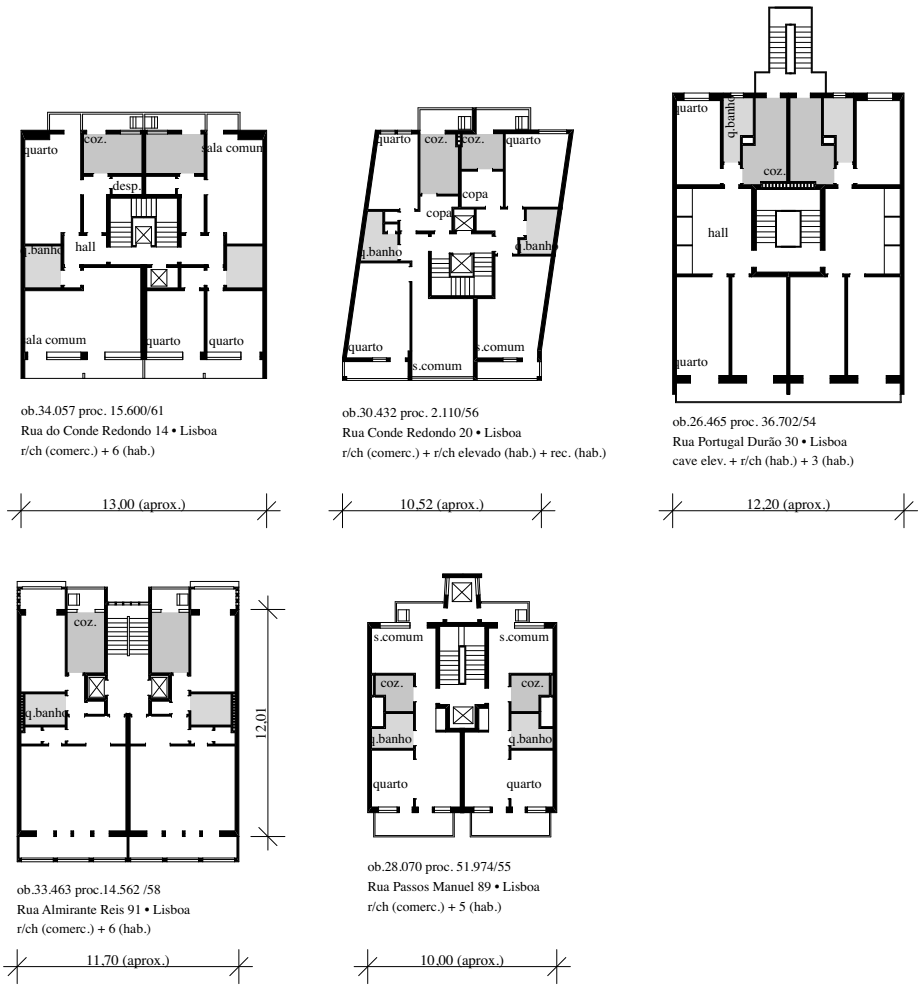
[765] Rua Conde de Redondo 14. Obra 34057/Processo 15600/1961 [AML]. Registado por R. C. Agarez (2009, p.149). [Freguesia de Coração de Jesus].
[766] Rua Conde de Redondo 20. Obra 30432/Processo 2110/1956 [AML]. *idem*, p. 148.
[767] Av. Defensores de Chaves 85 (1957). Obra 30347/Processo 50258/1957 [AML]. *idem*, p. 129. [Freguesias de Arroios e Avenidas Novas].
[768] Segundo Ricardo Costa Agarez, definida pelo Despacho 100/1960.
[769] Rua Ferreira Lapa 20 (1962). Obra 40925/Processo 58554/1962 [AML]. *idem*, p. 150. [Freguesia de Arroios].
[770] Rua Dr. Almeida Amaral 8 (1955). Obra 29205/Processo 50516/1955 [AML]. *idem*, p. 151. [Freguesia de Arroios].



Des. VIII. 15 – Edifícios em Lisboa. Modelo em esquerdo-direito compacto regular, sem saguões. Década de 1930. Planta de piso. Esc. 1/400

Fot. VIII. 45 – Rua Rodrigo da Fonseca, 105

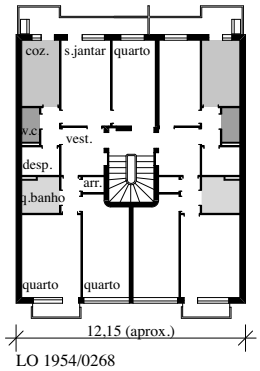
[@ Susana Oliveira Marques]



Des. VIII. 16 – Edifícios em Lisboa. Modelo esquerdo-direito regualr compacto. Décadas de 1950/1960. Planta de piso. Esc. 1/400

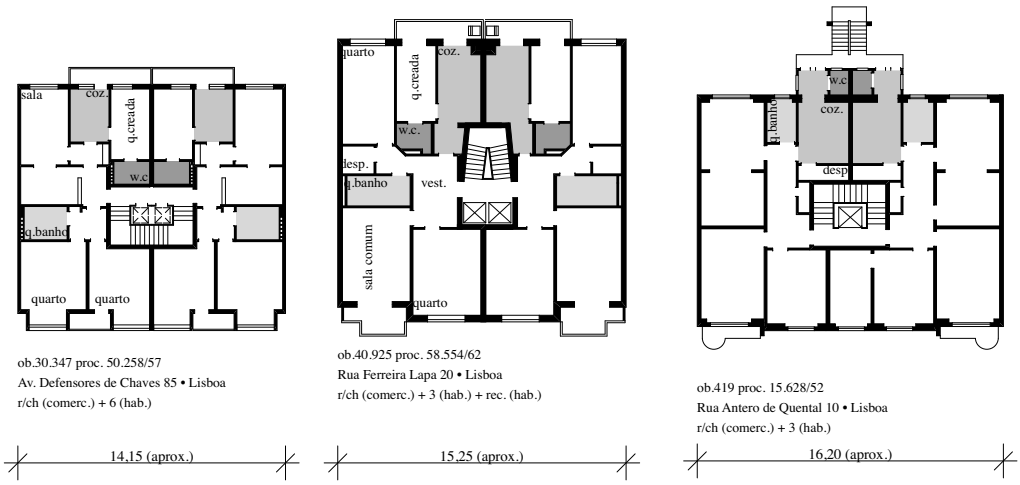
Fot. VIII. 46 – Rua do Conde de Redondo , 14

Fot. VIII. 47 – Rua do Conde de Redondo, 20



Des. VIII. 17 – Rua do Campo Lindo, Porto [LO 1954/0228]. Planta de piso. Esc. 1/400

Fot. VIII. 48 – Edifício na Rua do Campo Lindo, Porto [LO 1954/0228]. Década de 1950



Des. VIII. 18 – Edifícios em Lisboa. Modelo esquerdo-direito regular compacto. Décadas de 1950/1960. Planta de piso. Esc. 1/400

Fot. VIII. 49 – Av. Defensores de Chaves, 85

Fot. VIII. 50– Rua Ferreira Lapa, 20

Edifícios em esquerdo-direito, dois apartamentos por piso. Modelo frente/traseiras

Apesar de no caso lisboeta Agarez ter registado um conjunto significativo de exemplos de modelos em esquerdo-direito apenas com uma frente, como é o caso do edifício na Rua Marquês de Fronteira, 92[771] e na Rua General Farinha Beirão, 27, no Porto, não foram localizados modelos de habitação semelhantes no período entre 1920 e 1940. [**Des. VIII.20**]

A racionalização de acessos. Múltiplos apartamentos por piso

A partir de meados dos anos de 1950, na obra de Agarez, são publicados edifícios com vários apartamentos por patamar, entre eles edifícios com três apartamentos por caixa de escada, em que um é de menor dimensão e invariavelmente ventilado apenas por uma frente.[772] [**Des. VIII.21**]

Na mesma época foram identificadas pontualmente situações similares na Rua de Sá da Bandeira, 720-772[773], no Porto, constatando-se que esta opção de projecto é facilitada em lotes cuja dimensão de frente é igual ou superior a 16 metros.

A opção pela inclusão de três ou mais apartamentos por piso em lotes relativamente estreitos, entre paredes de meação, implica a localização de cozinhas em espaços confinantes com fachada urbana, opção tipológica que por volta da década de 50 se tornará corrente também no Porto. Factores como a necessidade de prever espaços de tratamento de roupa, a localização

[771] [Freguesia de São João da Pedreira, Campolide].
[772] Mais alguns exemplos registados em Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6.:
Av. Pedro Nunes 14, Obra 30095/Processo 42632/1957 [AML]. *idem*, p. 121.
Rua Oliveira Martins 31. Obra 35583/Processo 36830/1959 [AML]. *idem*, p. 134.
Av. Forças Armadas 109. Obra 28715/Processo 46600/1956 [AML]. *idem*, p. 141.
Rua da Beneficência 130. Obra 32096/Processo 10704/1958 [AML]. *idem*, p. 144.
[773] LO 1958/0338 [DMAG]

deste tipo de espaços no topo da cozinha, e a orientação solar, terão sido certamente determinantes na fixação deste modelo.

Blocos de 4 frentes, inseridos em frente urbana

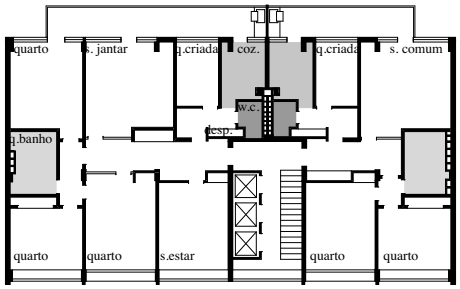
O edifício de habitação plurifamiliar com quatro frentes, implantado de modo isolado no lote, consiste num tipo de edifício corrente no panorama de construção lisboeta. A integração de corredores laterais exteriores de afastamento, com larguras entre 2,50 metros e 4,25 metros nos exemplos observados, permitem uma organização da habitação em que a maioria dos compartimentos sejam ventilados e iluminados a partir dessa fachada. Esta realidade constata-se nos edifícios na Avenida Álvares Cabral, 44 (1936)[774] e 38/42 (1936)[775], na Rua Fialho de Almeida, 3 (1934)[776], e na Avenida de Berna, 4 (1934)[777]. O afastamento dos edifícios ao limite do lote supunha um afastamento semelhante do edifício do lote contíguo. [Fig. VIII.2]

No Porto, os exemplares com quatro frentes identificados pontualmente na época em estudo não se inserem nesta lógica de articulação com os lotes adjacentes, ainda que se afastem poucos metros dos limites dos lotes contíguos.

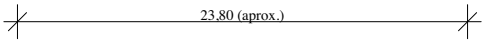
Os edifícios localizados na Rua Oliveira Monteiro, 450-472 (1936)[778] e na Rua da Boavista, 585/609 (1940)[779], no Porto, constituem exemplos concretos deste tipo de inserção em contexto portuense, ainda que não se trate de uma situação frequente. [Fig. VIII.3]

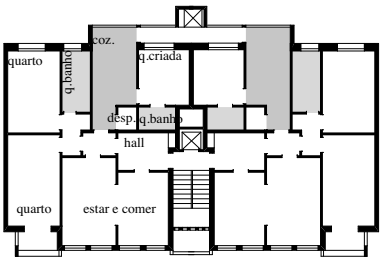
Ressalta-se, no entanto, que o bloco na Rua de Oliveira Monteiro, no Porto, apresenta uma matriz de distribuição bastante semelhante, por exemplo, ao edifício referido na Rua Fialho de Almeida, localizado em Lisboa.

[774] Obra 50194, Processo 6436/DAG/PG/1936 [AML]. [Freguesias de Campo de Ourique e Estrela].
[775] Obra 49909, Processo 1878/SEC/PG/1936 [AML].
[776] Obra 48539, Processo 495/SEC/PG/1934 [AML]. [Freguesias de São Sebastião da Pedreira].
[777] Obra 48061, Processo 1014/DAG/PG/1934 [AML]. [Freguesias de Avenidas Novas].
[778] LO 1936/0855 [AHMP].
[779] LO 1940/0586 [DMAG].



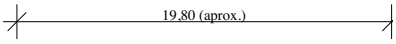
ob.35.224 proc. 22.912/58
Avenida Júlio Dinis 23 • Lisboa
r/ch (acesso gar.) + entresolo (equip.) + 5 (hab.)

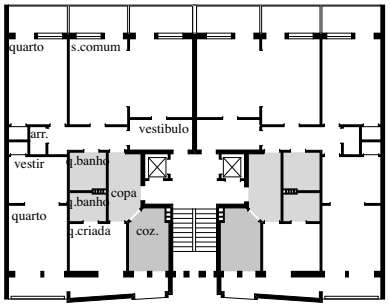




ob.30.302 proc. 56.852/**57**

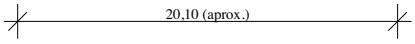
Rua Passos Manuel 99 • Lisboa
r/ch (comerc.) + ? (hab.)





ob.31.660 proc. 44.956/58

Rua Marquês de Fronteira 171 • Lisboa
r/ch (serviços+garagens) + 5 (hab.)



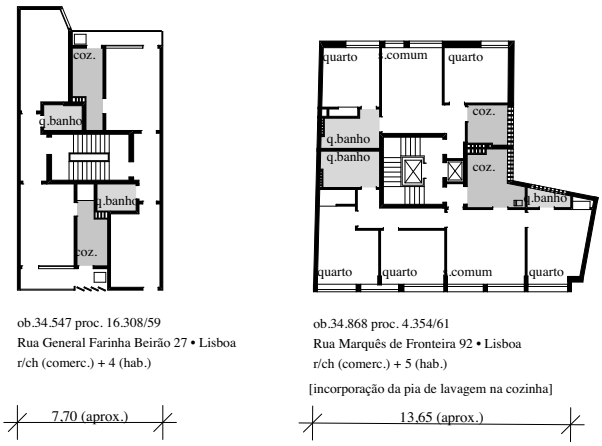
Des. VIII. 19 – Edifícios em Lisboa. Modelos em esquerdo-direito regular compacto. Décadas de 1950/1960. Planta de piso. Esc. 1/400

Fot. VIII. 51 – Rua Marquês de Fronteira, 171 [@ Susana Oliveira Marques]

Fot. VIII. 52 – Rua de Júlio Dinis, 23

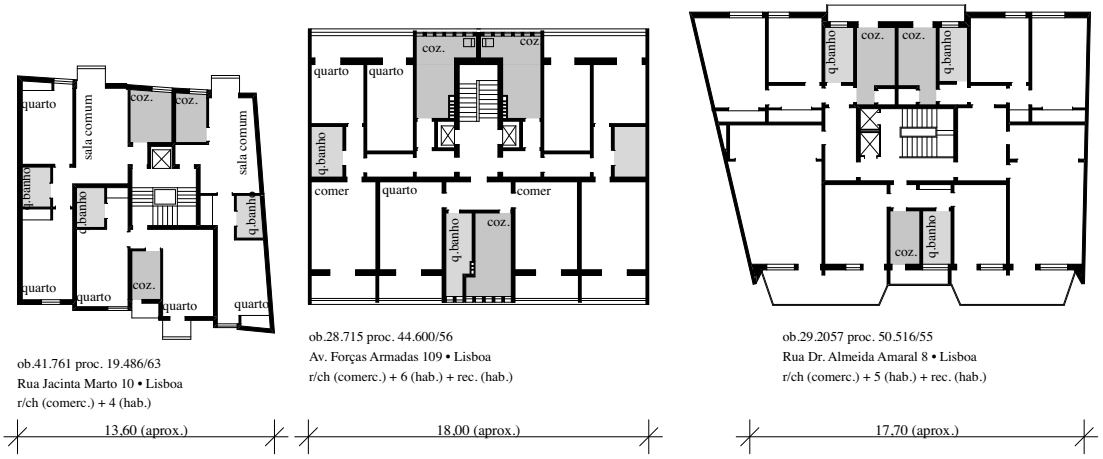
[© Carlos Albuquerque Castro]

Fot. VIII. 53 – Rua de Passos Manuel, 99



Des. VIII. 20 – Edifícios em Lisboa. Modelo frente-traseiras. Alguns exemplos. Planta de piso. Esc. 1/400

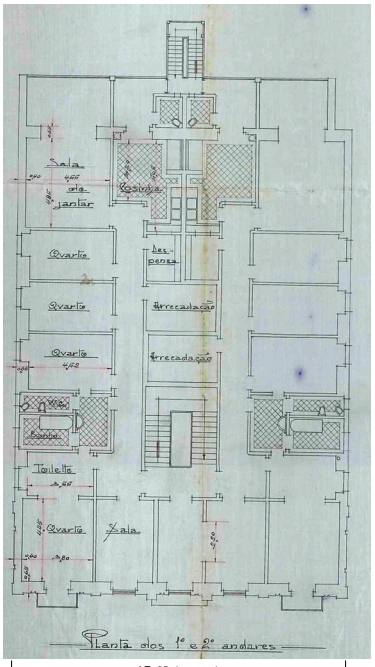
Fot. VIII. 54 – Rua General Farinha Beirão, 27



Des. VIII. 21 – Edifícios em Lisboa. Modelos com apartamentos mono-orientados. Planta de piso. Esc. 1/400

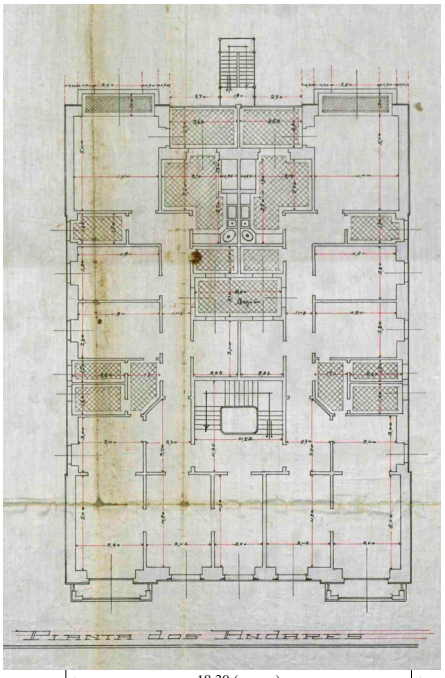
Fot. VIII. 55 – Rua Marques de Fronteira, 92 [@ Susana Oliveira Marques]

Fot. VIII. 56 – Rua Dr. Almeida Amaral, 8



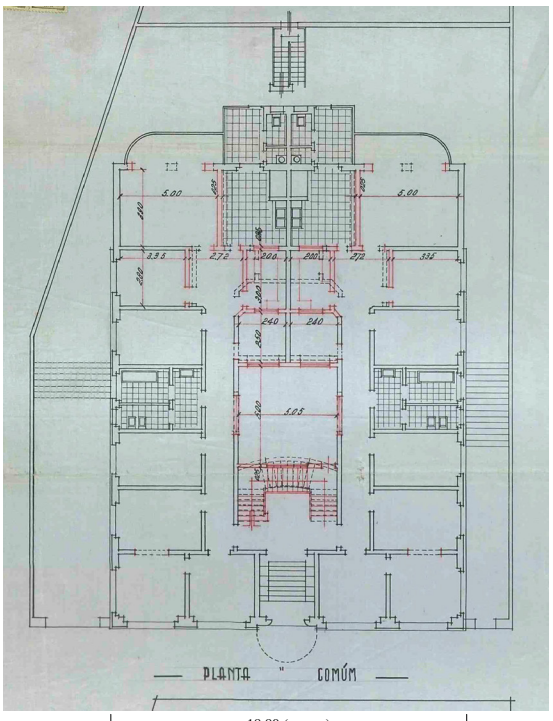
17,60 (aprox.)

ob.48061 proc. 1014/DAG/PG/**1934**
Avenida de Berna, 4 • Lisboa



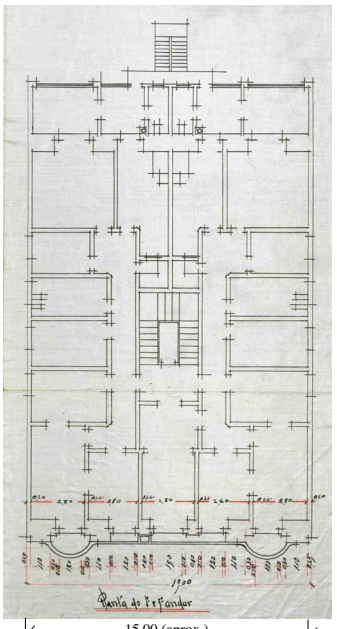
18,30 (aprox.)

ob.48539 proc. 495/SEC/PG/**1934**
Rua de Fialho Almeida, 3 • Lisboa



18,80 (aprox.)

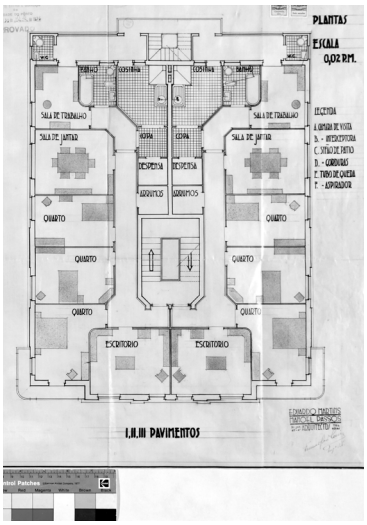
ob.50194 proc. 6436/DAG/PG/**1936**
Rua Álvares Cabral, 44 • Lisboa



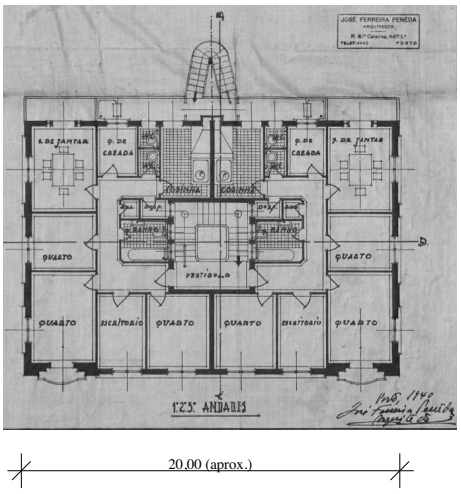
15,00 (aprox.)

ob.49909 proc. 1878/SEC/PG/**1936**
Rua Álvares Cabral, 38/42 • Lisboa

Fig. VIII. 2 – Edifícios em Lisboa. Blocos de 4 frentes inseridos em frente urbana. Alguns exemplos. Esc.1/400. [AML]



Rua de Oliveira Monteiro, 450-472, Porto [LO 1936/0855]. Planta de piso



Rua da Boavista, 585-609, Porto [LO 1940/0586]. Planta de piso

Fig. VIII. 3 – Edifícios no Porto. Blocos de 4 frentes inseridos em frente urbana. Alguns exemplos. Esc. 1/400 [AHMP, DMAG]

Fot. VIII. 57 – Rua de Oliveira Monteiro, 450-472, Porto [LO 1936/0855]

Fot. VIII. 58 – Rua da Boavista, 585-609, Porto [LO 1940/0586]

SÍNTESE. OPÇÕES LISBOETAS, PARTICULARIDADES PORTUENSES. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como se constatou ao longo deste capítulo, as manifestas diferenças de contexto entre a realidade do Porto e de Lisboa plasmam-se nos próprios tipos de edifícios e modelos de habitação construídos ao longo da 1ª metade do século XX. Apesar da proximidade da capital lisboeta, e da sua tradição de longa data no âmbito da habitação plurifamiliar urbana, no Porto, determinadas dimensões influenciam a perpetuação de determinadas opções tipológicas. Refere-se, por exemplo, a especificidade das estratégias de crescimento da cidade, ao nível das métricas de parcelamento do território, prolongamento e consolidação de ruas existentes; a permanência da construção lote a lote[780]; o próprio enquadramento regulamentar, com a promulgação de regulamentos aplicados apenas no Porto[781]; ou as próprias dinâmicas de investimento dos proprietários[782].

Enquanto que em Lisboa se observa a expansão e consolidação da cidade ao longo da 1ª metade do século XX através de malhas residenciais, no Porto a construção de quarteirões com alguma escala constitui um conjunto de experiências de carácter circunscrito, como se verifica na Rua de Sá da Bandeira ou na Rua de Ceuta. Não existiu capacidade de replicação simultânea deste tipo de intervenções em áreas mais afastadas do centro urbano, como na zona da Boavista ou das Antas, privilegiando-se a intervenção caso a caso, a substituição lote a lote.

Em Lisboa, a tradição de parcelamento revela opções por lotes de frente mais larga que no Porto, acima de 9 metros. Neste tipo de lotes, ao longo dos anos 30, tanto se constroem modelos de habitação relativamente estáveis, de configuração regular e compacta, associados a edifícios de carácter corrente e maior banalidade construtiva, como se experimentam soluções de maior complexidade de desenho e qualidade arquitectónica, incorporando saguões e explorando uma maior profundidade do edifício. Estas soluções não têm repercussão no Porto, face à diferença na métrica instituída.

---

[780] *cf.* Cap. II, *"A transformação do tecido urbano portuense na 1ª metade do século XX"*.
[781] *cf.* Cap. IV, *"O discurso normativo e a habitação plurifamiliar portuense"*.
[782] *cf.* Cap. VI, *"Um programa específico de habitação para a pequena e média burguesia urbana"*.

Em lotes de maior frente, os tipos de edifícios eleitos também divergem nos dois contextos. A associação de unidades de frente estreita e consequente duplicação de acessos, solução frequente no Porto, não constitui uma opção corrente em Lisboa. O modelo esquerdo-direito com uma única caixa de escadas é desde cedo adoptado enquanto solução optimizada de organização do programa do edifício, ainda que desde a década de 20 até ao início da década de 60, tenha gerado um número significativo de variantes nos modelos de habitação (com saguões centrais, laterais, configuração regular compacta, entre outras características).

Em Lisboa, mesmo em construção de menor qualidade arquitectónica, o tipo de edifício preferencial apresenta uma optimização ao nível dos acessos, inclusivamente no piso térreo. Privilegia-se o acesso à habitação através de vestíbulos comuns, em detrimento de entradas individualizadas, ou desmultiplicadas.

Tal como nos edifícios com frente estreita, em Lisboa, nas décadas de 1930 e 1940, fixa-se de igual modo um modelo de habitação em esquerdo-direito regular compacto, adaptável a dimensões de frente até 16 metros, que não têm paralelo no Porto. Nesta cidade, o preenchimento de lotes com edifícios com estas características é um fenómeno do início dos anos de 1950, numa fase em que as instalações sanitárias se posicionam de um modo sistemático na faixa central do edifício.

Em ambas as cidades, o recurso ao saguão enquanto dispositivo de ventilação é relativamente frequente, ainda que em Lisboa seja um elemento formalmente mais explorado do ponto de vista da sua rentabilização (incorporando quartos, por exemplo).

Ainda que o RGEU de 1951 tenha introduzido limitações significativas à incorporação de saguões nos edifícios de habitação, a sua proibição não consta textualmente no regulamento. Em 1956, através de regulamentação específica[783] a sua utilização é liminarmente proibida no Porto, o que favorece a fixação de determinado tipo de edifícios e modelos de habitação. Em Lisboa, despachos municipais promulgados em 1955 e 1960 direccionam-se no mesmo sentido,

[783] [S.N.] (1956b). Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto. Separata do Boletim Municipal nº 1036. Porto, Câmara Municipal do Porto

impondo paralelismos de fachada ou profundidades máximas para os edifícios de determinadas zonas da cidade.

IX. TIPOS DE EDIFÍCIOS E MODELOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR NA CIDADE DO PORTO. UMA SÍNTESE

Os processos analíticos e interpretativos empreendidos ao longo desta tese, focando aspectos específicos em distintos edifícios e partes de cidade, permitiram construir um conhecimento sistematizado e direccionado para o objectivo último de eleger um conjunto restrito de tipos de edifícios plurifamiliar em contexto portuense na 1ª metade do século XX.

Esta classificação, sem qualquer ambição de construção de uma normativa, orienta-se por parâmetros que partem da morfologia urbana, sendo que nesse processo se considera essencial a caracterização da matriz de concepção espacial dos edifícios, no sentido em que a especificidade desta matriz concorre para distintas formas de relação entre edifício e espaço público, e a consequente construção de uma identidade própria. Estes parâmetros integram opções estéticas, construtivas, programáticas e distributivas, e essencialmente uma relação particular entre edifício e contexto urbano.

Na concepção arquitectónica do prédio de rendimento portuense, construído de raiz na 1ª metade do século XX, estabeleceram-se como determinantes na definição dessa matriz de organização interna os seguintes parâmetros[784]:

- inserção urbana e forma do lote
  - edifício localizado entre paredes de meação
  - edifício em gaveto
  - edifício de remate de quarteirão
  - edifício isolado na parcela
- dimensão da frente do lote/edifício
  - edifício de frente estreita
  - edifício de frente alargada
  - edifício de grande frente
- forma de agregação das unidades residenciais
  - sem agregação
  - edifício geminado

[784] *cf*. "*Documentos de Referência"*, em particular o ponto *"Material pedagógico. Modelos de fichas de análise | Quadros síntese [Ponto 2]* e no capítulo *"Premissas de Investigação e metodologia"*, o ponto *"Parâmetros para a construção de processos interpretativos"*.

  - edifício com associação lateral
- apartamentos por núcleo de acesso/piso
  - um apartamento por piso
  - apartamentos em esquerdo-direito
  - vários apartamentos por piso
- soluções de ventilação e iluminação
  - saguões
  - pátios abertos
  - sistemas de ductos
- modelo e localização da caixa de escadas
- configuração da planta
  - regular
  - irregular (T, L, U, duplo C, etc.)
- localização das funções (entrar, estar, dormir, serviços, etc.).

Ao longo da análise, os edifícios foram agrupados segundo estes parâmetros[785], tendo como objectivo paralelo a identificação de elos de continuidade com a tradição portuense de edificação, assim como de importação de modelos de outros contextos.

Relativamente à inserção urbana, uma das evidências que se detecta quando se percorre a cidade do Porto e se inventariam exemplares aparentemente construídos no período entre 1920 e 1940, é que grande parte das edificações que se inserem em gavetos, remates de quarteirões ou lotes de configuração atípica, foram construídos neste período. A solução tradicional do edifício portuense implantado entre paredes de meação não aparentava apresentar soluções eficazes do ponto de vista construtivo, volumétrico ou ao nível da composição das fachadas, resultando estes lotes normalmente em zonas não construídas, ou em edifícios com empena à vista, que rapidamente se tornaram devolutos. Este facto permitiu que, na emergência da vaga de construção ocorrida a partir de 1920, uma parte considerável destas parcelas tenha sido rapidamente ocupada, visto que a sua configuração irregular já não colocava entraves à edificação, tendo em conta as possibilidades oferecidas pela construção em betão armado.

A análise centrou-se em edifícios entre paredes de meação, preferencialmente com duas frentes, a partir dos quais se podem colocar hipóteses de relação com algumas lógicas de

[785] Nomeadamente, os parâmetros que em cada caso se apresentam como mais relevantes na concepção de cada edifício.

inserção urbana e de concepção de longa data, sendo, portanto, mais permeáveis ao estabelecimento de elos de continuidade ou de ruptura. Os edifícios em gaveto, apesar da sua rápida disseminação pela cidade, apresentam características (configuração variada, extremamente dependente das condições particulares do lote), não se prestam a uma fácil comparação, ou não permitem observar de uma maneira objectiva as transformações tipológicas eventualmente ocorridas ao longo do tempo.

TIPOS DE EDIFÍCIOS PLURIFAMILIARES PORTUENSES

A análise de um conjunto alargado de prédios de rendimento portuenses, edificados entre as décadas de 20 e 50 do século XX, permite o reconhecimento de distintos tipos de edifício, usando parâmetros objectivos de classificação. Refere-se o sistema de acesso vertical (edifícios com um apartamento por piso, edifícios em esquerdo-direito, edifícios em galeria, por exemplo), os dispositivos de ventilação (como os edifícios com saguão) ou a inserção urbana (edifícios entre paredes de meação, edifício isolado, torre, por exemplo). No entanto, considera-se que a particularidade da habitação portuense transmissora de um fundamento tipológico de continuidade ao longo do tempo consiste, fundamentalmente, na dimensão da frente da parcela enquanto módulo estruturador, elegendo-se esta característica como critério preferencial de classificação.

A consideração da métrica tradicional de divisão do solo, nomeadamente a dimensão estreita da frente de lote (entre 5 e 7 metros, aproximadamente), constitui o parâmetro determinante na distinção entre os tipos de edifícios que seguem uma tradição construtiva consuetudinária, e os que se afastam dessa lógica.

Assim, em edificação plurifamiliar construída de raiz na 1ª metade do novecentos portuense, e estabelecendo como critério a hipotética ligação às 'lógicas da habitação portuense' construída a partir do século XVIII, é possível destacar cinco tipos fundamentais de edifícios materializados no prédio de rendimento. Estes edifícios reflectem cinco lógicas de concepção distintas, que darão origem a um extenso número de variantes formais que se constituíram como modelos de habitação, ao longo das décadas abrangidas por esta investigação (entre os anos 20 e 60 do século XX, aproximadamente).[786]

[786] Como parâmetros para a definição de variantes e modelos, recorre-se à análise de um conjunto de factores: tipo e localização dos acessos verticais, número de apartamentos por núcleo de acessos, configuração do edifício, forma de agregação das unidades residenciais, número e tipo de frentes de ventilação, existência de saguões, localização da cozinha.

Prédio de rendimento portuense [anos 20-60]. **Tipos de edifícios**
Edifício em lote de frente estreita [continuidade]
Edifício com frente alargada [hibridez e adaptação a novas lógicas**]**
Edifício em esquerdo-direito com configuração complexa [hibridez e adaptação a novas lógicas**]**
Edifício em esquerdo-direito regular compacto [fixação de um modelo]
Edifícios com grande frente e os edifícios quarteirão [importação]

Tabela IX.1 – Cinco tipos de edifícios portuenses. **Síntese**

[1] Edifício em lote de frente estreita: continuidade

Este tipo corresponde a um princípio de concepção que se vincula a uma lógica de construção em frente estreita, os tradicionais '6 metros' do cadastro antigo portuense[787], ampliando-se frequentemente por duplicação por simetria (geminação) ou por associação lateral em série. A frente estreita apresenta-se como uma estrutura generativa, um elo de continuidade.

[2] Edifício com frente alargada

O *edifício com frente alargada* e apenas um apartamento por piso insere-se normalmente em parcelas de dimensão de frente atípica, entre 8 e 10 metros, resultantes de espaços sobrantes. As soluções tipológicas implementadas neste tipo de lotes sugerem duas vias de referência: ou se adaptam as matrizes conhecidas, referentes aos modelos de frente estreita, ou se importam modelos frequentes noutros contextos, nomeadamente em Lisboa.

[3] Edifício em esquerdo-direito com configuração complexa: hibridez e adaptação a novas lógicas de concepção

Este tipo de edifício caracteriza-se por uma concepção que se desvincula da métrica tradicional de parcelamento portuense, estruturando-se segundo lógicas ou factores que se sobrepõem às práticas consuetudinárias de divisão cadastral, nomeadamente:

[787] Medida extremamente variável, entre 5,50 e 7 metros, na maioria dos casos.

- o programa do edifício e da habitação;
- a rentabilização dos acessos verticais (edifícios em esquerdo-direito; três ou mais apartamentos por piso);
- as soluções de ventilação (introdução de dispositivos como o saguão, pátios centrais/laterais, ductos verticais);
- os princípios de distribuição, a qualificação espacial ou os padrões de conforto (localização da cozinha/articulação com a sala de jantar, localização das instalações sanitárias, modelo e localização da caixa de escada);
- a configuração do edifício;
- o modo de agregação das unidades residenciais.

O *edifício em esquerdo-direito com configuração complexa* encontra como área privilegiada de implantação os lotes de maiores dimensões, resultantes de demolições resultantes de expropriações (como acontece nos quarteirões superiores da Rua de Ceuta), desactivação de fábricas ou associação de parcelas (como é o caso dos quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira), ou da ocupação de jardins e logradouros de edificações isoladas, quintas, entre outras situações (exemplos na Rua da Renegeração ou na Rua do Doutor Alves da Veiga, por exemplo). Como a matriz que está na sua génese procede de lógicas que não têm um vinculo tão marcado com as premissas construtivas portuenses – a que muito se deve a ausência de uma tradição de construção de habitação plurifamiliar – acaba por ser natural que as influências e referências de contextos estrangeiros sejam mais evidentes. Contudo, tal facto não invalida caminhos de continuidade em aspectos menos proeminentes, como algumas lógicas de distribuição, de relação com o espaço público, ou a manutenção de determinado tipo e dimensão de compartimentos nos espaços da habitação (separação entre zonas de estar e zonas de serviço, concentração destas zonas na parte posterior da habitação, por exemplo).

[4] Edifício em esquerdo-direito regular compacto (15m profundidade): permanência de um modelo

O tipo de edifício estruturado em esquerdo-direito com configuração regular e modelo compacto estabelece-se de igual modo como uma concepção que decorre de lógicas independentes das métricas tradicionais de parcelamento. Este princípio encontra condições para progressivamente se consolidar como opção preferencial a partir dos anos 50 do século XX, face às condições

impositivas (limitação de profundidade e paralelismo de fachadas) definidas no Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto [RPGCP], de 1956.

[5] Edifícios com grande frente: importação

Os prédios de rendimento com grande frente não se assumem como uma dominante na edificação portuense, ainda que se tenha identificado exemplares com relevância significativa, face à sua escala ou própria qualidade arquitectónica. Este tipo de edifícios estrutura-se quer pela associação lateral de unidades em esquerdo-direito, como através da introdução de soluções de acesso alternativas, como por exemplo as galerias de distribuição interior e exterior.

Os edifícios que ocupam a totalidade de quarteirões traduzem-se em soluções ainda mais pontuais, circunscrevendo-se quase que exclusivamente aos casos particulares dos quarteirões Norte da Rua de Sá da Bandeira. Estas unidades morfológicas revestem-se de particular interesse, já que a sua concepção acarreta necessariamente a discussão da relação entre o edifício e pátio/logradouro interior conformado.

A FRENTE ESTREITA COMO 'ESTRUTURA GENERATIVA'. CONTINUIDADE[788]

A característica distintiva deste tipo de edifício de habitação plurifamiliar é o facto de se inserir em lotes de frente estreita (até 7 metros, aproximadamente) e de manter essa lógica na concepção de edifícios de maior frente. Ou seja, a dimensão estreita de frente funciona como uma espécie de módulo, uma estrutura generativa ou esquema mental que permite reconhecer um elo de continuidade com as construções precedentes, ainda que em determinados casos se tente unificar a composição da fachada do edifício.

Em lotes com dimensão de frente superior a 12 metros, o lote é subdividido em parcelas menores, optando-se frequentemente pela geminação ou associação lateral de edifícios como estratégia de composição. Nesse sentido, multiplicam-se as caixas de escada de modo a que cada prédio tenha um acesso individualizado, e que cada patamar de escada dê acesso a apenas um apartamento.

Esta estratégia permite a redução do investimento ao possibilitar a participação de vários promotores, assim como a promoção de um modelo de habitação melhor adaptado ao estilo de vida do habitante portuense, por natureza mais resistente ao grande prédio de habitação plurifamiliar.

O tipo de edifício de frente estreita está directamente relacionado com uma matriz de concepção espacial que, para além das proporções do edifício (frente estreita e grande profundidade), apresenta como elemento definidor fundamental a localização e modelo de caixa de escadas.

Genericamente, este esquema reproduz as matrizes da habitação unifamiliar em lote de épocas anteriores: escada central, apoiada numa das paredes de meação, localização que se mantém desde final do século XVII; programa funcional bipartido, com concentração das zonas de serviço junto à fachada posterior ou volume anexo (sendo esta a localização preferencial da cozinha), ou nas frentes de fachada voltadas para o saguão interior. Foi localizado um número reduzido de edificações em que a cozinha se posiciona na zona central do edifício, apesar de nos

[788] *cf*. Vol. 2, ponto 10, DESENHO C1

modelos de habitação que resultam da sobreocupação de estruturas unifamiliares preexistentes esta se apresentar como uma solução recorrente[789]. Talvez a regulamentação existente, que de um modo cada vez mais afirmativo se preocupava com a gestão das dimensões mínimas dos saguões, tenha funcionado como elemento dissuasor da continuidade desta prática de disposição da habitação.

A independência do patamar da escada principal sobressai enquanto diferença fundamental relativamente aos tipos de habitação unifamiliar de períodos anteriores. O modelo de escada com patamar isolado, parâmetro elementar para a utilização independente do acesso vertical e definição de fogos privados[790], constitui um dos principais desafios no desenho da habitação face à largura do lote. Esta escada, tradicionalmente de modelo rectangular com dois lanços, mantém este desenho nas edificações de raiz a partir da década de 30.

No que diz respeito aos acessos verticais, em situações de menor largura da frente do edifício, a escada com apenas um lanço sofre igualmente o mesmo tipo de alteração de desenho no âmbito da construção de edifícios plurifamiliares de raiz. Este processo de concepção dos acessos verticais, contudo, não se traduz num fenómeno linear de adaptação imediata. Ainda que pontualmente, é possível localizar edifícios em que o sistema de acessos não se encontra completamente solucionado, e cuja resolução é promovida pelos próprios pareceres negativos elaborados ao nível do processo de licenciamento camarário.

Relativamente às soluções de ventilação, neste tipo de edifício a desmultiplicação das frentes de ventilação transforma-se num factor determinante, face à necessidade de incorporar o programa funcional da habitação num só piso, e à exigência regulamentar de ventilação e iluminação directa da maior parte dos compartimentos habitáveis que o compõem.

As soluções implementadas entre os meados dos anos 20 e meados dos anos 50 passam pela incorporação de saguões centrais, ou a concepção de um pequeno volume na fachada posterior, criando um pátio aberto de ventilação da cozinha e das instalações sanitárias.

---

[789] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

[790] Características de habitação dominantemente associadas aos edifícios plurifamiliares.

Para além de questões ligadas à forma da parcela e sua capacidade edificatória, a diversidade de modelos e variantes encontradas nos edifícios com saguão aparenta resultar de uma persistente experimentação em busca da optimização e simplificação das circulações na distribuição do apartamento, funcionando este dispositivo como um elemento fundamental na definição dos núcleos funcionais. [**Des. IX.1**]

Edifícios em lote de frente estreita (5-7 metros) e um apartamento por piso

[Quadro síntese: vol. 2, ponto 10, DESENHO C1]

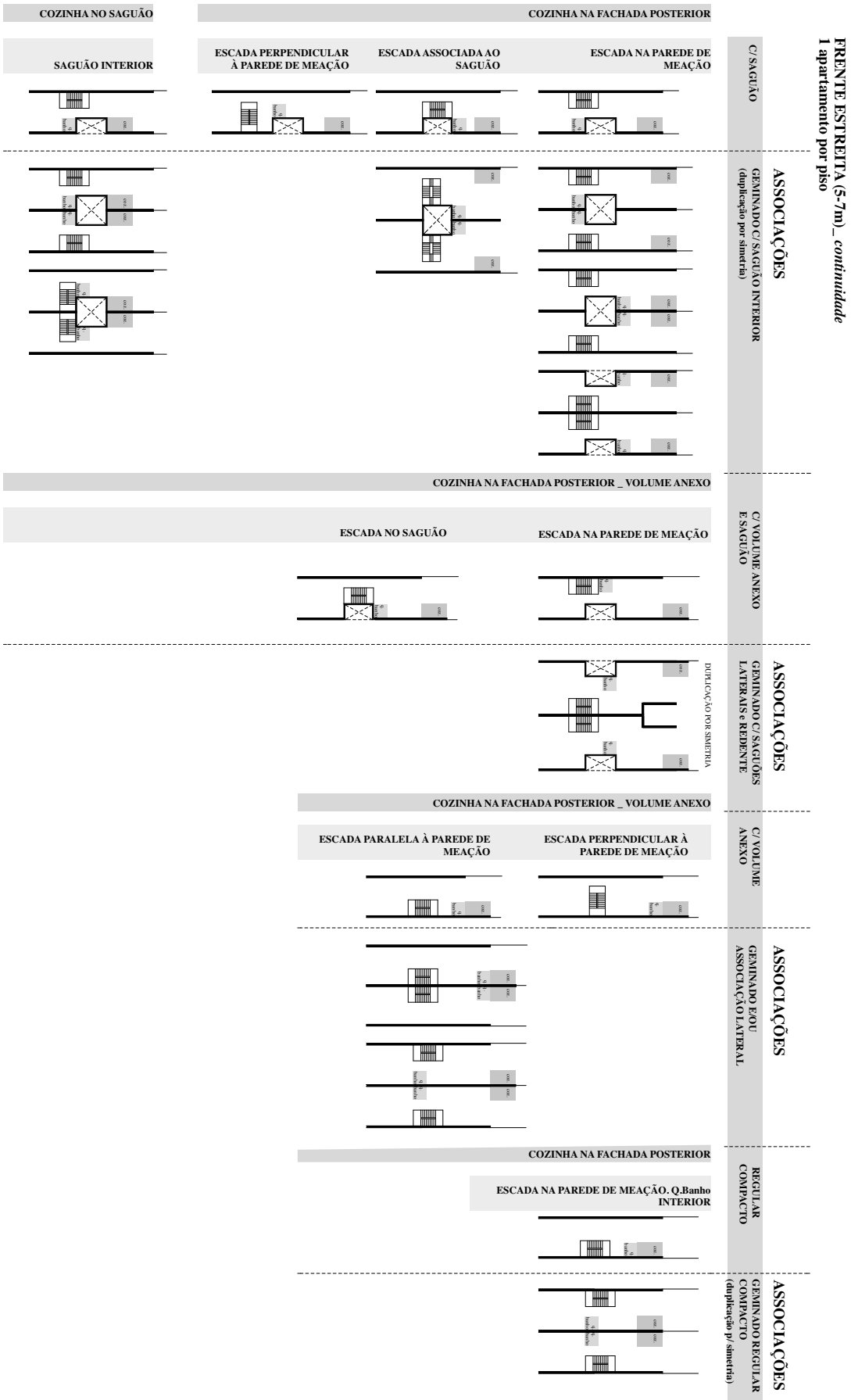
O prédio construído em lote de frente estreita, com dimensão variável de frente (normalmente entre 5,50 metros e 7 metros), desenha-se com configurações e profundidades variadas, apresentando como constantes a localização da escada na zona central do edifício, o recurso frequente à incorporação de saguões enquanto dispositivo de ventilação e a localização preferencial da cozinha na área adjacente à fachada posterior.

Foram identificadas diversas variantes deste tipo de edifício, resultantes genericamente de distintas opções na sua *configuração* (regular, com volumes na fachada posterior, entre outros), uma consequência frequente das particularidades de cada lote, e de distintas opções ao nível das *frentes de ventilação* (incorporação de saguão interior ou pátios laterais, por exemplo). Identificaram-se de igual modo variantes nos modelos construídos, decorrente da especificidade do modelo e posição do núcleo de escadas, ou da localização da cozinha.

Edifícios em lote de **frente estreita** (5-7 metros). um apartamento por piso
[com saguão interior] #variantes: cozinha associada à fachada posterior; cozinha associada ao saguão; escada na parede de meação ou no saguão
[com volume anexo e saguão interior] #variantes: escada associada à meação; escada associada ao saguão
[com volume anexo] #variantes: escada perpendicular à meação; escada paralela à parede de meação
[regular compacto]

as variantes referem-se a casos localizados, e não a um levantamento exaustivo

Tabela IX.2 – Edifícios em lote de frente estreita. **Variantes.** [**Des. IX.1**]



Des. IX. 1 – Quadro tipológico. Edifícios com **frente estreita**. 1 apartamento por piso (5-7m)

O tipo de edifício mais frequente consiste no *edifício de frente estreita com volume anexo*[791], que concentra as áreas de serviço em torno de uma espécie de pátio aberto. Do mesmo modo se deve referir o *edifício de frente estreita com saguão interior*, inserindo-se este último numa linha de continuidade com o tipo de edifícios unifamiliares em lote de frente estreita, que na passagem do unifamiliar para o plurifamiliar incorporava o saguão enquanto solução para colmatar a ausência de frentes de ventilação para todo o programa da habitação. Este dispositivo de iluminação e ventilação, em edificações de raiz, tem como vantagem a possibilidade de aumento considerável da profundidade do edifício, e de libertação das fachadas para espaços habitáveis.

Este edifício materializa-se num número considerável de variantes, nos quais, ao contrário do que se observa em contextos urbanos em que esta prática se encontra fortemente enraizada (Paris, por exemplo), a introdução do saguão central não significa obrigatoriamente uma polarização das zonas de serviço, funcionando por vezes apenas como dispositivo de ventilação e iluminação de áreas de circulação ou do próprio núcleo de acesso vertical. Os saguões são normalmente espaços de reduzida dimensão (largura entre 2 e 3 metros, profundidade até 4 metros), definindo áreas mínimas regulamentadas em função do tipo de compartimento servido[792]. A opção por introduzir um saguão central ocupa metros quadrados cruciais na edificação, razão pela qual que se encontrará este dispositivo essencialmente em edifícios geminados *[geminado c/ saguão interior]* a partir de 1930.

Nesta investigação, o *edifício com frente estreita regular compacto* identificou-se pontualmente, confirmando-se as constatações de investigações precedentes[793], que o descrevem como um tipo que tem repercussão essencialmente a partir dos anos 60, dando origem a modelos que se repetem na substituição lote a lote. Ou seja, esta matriz consolida-se a partir do momento em que a introdução de instalações sanitárias na faixa central dos edifícios se institui como prática corrente, incorporando condutas de ventilação (não obstante na década de 30 ser já possível encontrar edifícios com sistemas desta natureza). [**Fot. IX.1 e IX.2**], [Fig. IX.1, **Des. IX.2**]

---

[791] O tipo de edifício com volume anexo na fachada posterior difere do tipo de edifício em L essencialmente no que diz respeito às frentes de ventilação.

[792] Regulamentadas pelo RSEU (1903) e RGEU a partir de 1951.

[793] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

Praça da República, 203-205
[LO 1928/0947]

Avenida Rodrigues de Freitas 229-231 [LO 1930/0328]

Praça D. João I, ? [LO 1941/0359]

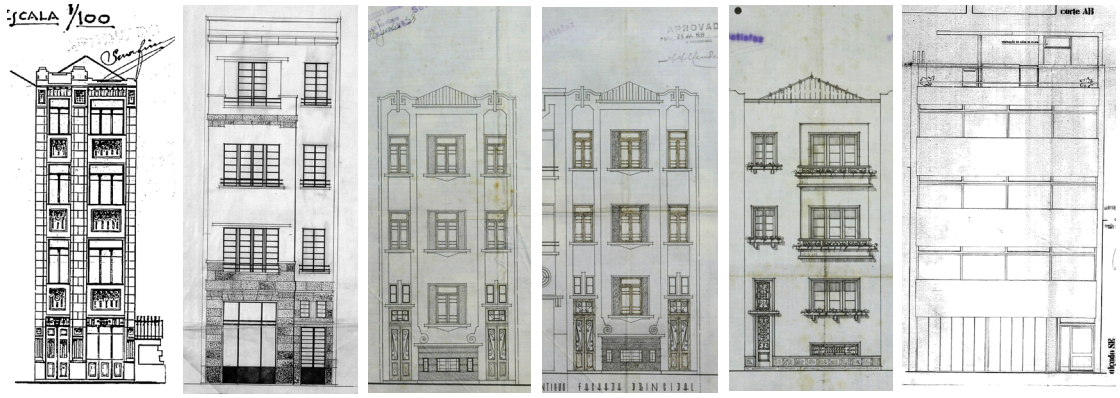
Fot. IX. 1 – Frente estreita (5-7m). Edifícios com Licença de obra de final da década de 1920 e início da década de 1940. Variações de linguagem. Diferentes soluções de ocupação do rés-do-chão.

Rua Alves da Veiga, 97-99
[LO 1944/0281]

Avenida do Brasil, 136-140
[LO 1954/094]

Rua da Constituição, 125
[LO 1956/0203]

Fot. IX. 2 – Frente estreita (5-7m). Edifícios com Licença de obra de meados da década de 1940 e meados da década de 1950. Variantes a partir da dimensão de frente do lote tradicional.



Avenida Rodrigues de Freitas, 229-231 [LO 1930/0328]

Rua de Rodrigues Sampaio, 45-49 [LO 1936/0112]

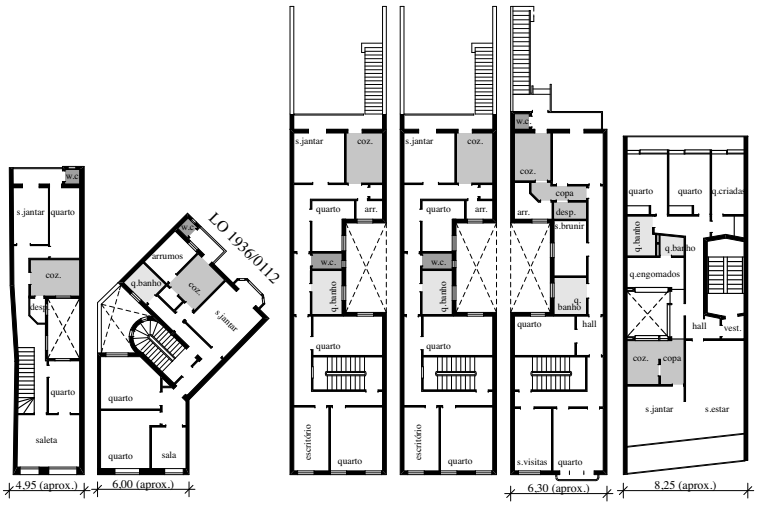
Rua de António Cândido, ? [LO 1939/0493]

Rua de António Cândido, ? [LO 1939/0509]

Rua de António Cândido, ? [LO 1945/0154]

Avenida de Brasil, 136-138, 140 [LO 1954/0094]

Fig. IX.1 – Edifícios com **frente estreita com saguão interior**. Alçados. Esc. 1/350 [AHMP, DMAG]



Des. IX.2 – Edifícios com **frente estreita com saguão interior.** Plantas do piso tipo. Esc. 1/500

Edifício geminado e edifício de frente estreita associado lateralmente

O *edifício geminado*, resultante da simples duplicação por simetria ou associação lateral de dois edifícios em lote com frente estreita, apresenta-se como uma solução em clara continuidade com a tradição construtiva precedente, racional e económica ao nível de investimento e de projecto. A subdivisão de unidades permite a partilha do investimento por dois proprietários, um menor número de inquilinos por edifício, e o acesso a apenas um apartamento por piso.

Associações
[geminado com saguão interior] #variantes: cozinha associada à fachada posterior; cozinha associada ao saguão
[geminado com saguões laterais e 'redentes'/pátios abertos]
[associação lateral com anexo]
[geminado regular compacto]

as variantes referem-se a casos localizados, e não a um levantamento exaustivo

Tabela IX.3 – Edifícios em lote de frente estreita. **Associações**

Este tipo de edifício surge como uma espécie de evolução de um tipo corrente na cidade, mas com um número reduzido de pisos e de ocupação, o edifício bifamiliar[794] com duas unidades residenciais associadas lateralmente.

O *edifício geminado* constrói-se com ou sem saguão central, mas é na primeira versão que encontra maior expressão *[edifício geminado c/ saguão interior]*. A incorporação de um saguão único para dois edifícios permite optimizar a dimensão deste dispositivo, regulada por disposição regulamentar, e reduzir metros quadrados à construção.

[794] *cf*. Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. p. 106.

Os casos estudados não permitem generalizar sobre as opções relativamente à localização da cozinha na disposição da habitação portuense. Tal como nos edifícios plurifamiliares de frente estreita, constata-se que no *edifício geminado*, no Porto e em construção de raiz, a posição preferencial da cozinha é a área adjacente à fachada posterior, apesar de na transformação de estruturas existentes e sua adaptação ao plurifamiliar, ter sido frequente precisamente a sua localização no interior do edifício, associada a um saguão[795]. [**Fot. IX.3,** Fig. IX.2**, Des. IX.3]**

Os casos pontuais em que se observou a localização da cozinha no saguão central em edifícios de raiz permite estabelecer duas interpretações. Por um lado, pode ser identificada uma linha de continuidade em que se insere, por exemplo, o edifício na Avenida do Brasil, 136-140[796], um exemplar de referência projectado pelo arquitecto Fernando Távora. Por outro, não pode ser desconsiderada a via da importação de modelos e referências de outros contextos, que aparentam estar na origem de concretizações como os edifícios localizados nos números 518-528[797] e 502-512[798] da Rua de Sá da Bandeira. Em todo o caso, parece ser aceitável afirmar que a via de influências não procede dos modelos lisboetas de habitação plurifamiliar construídos na 1ª metade do século XX, já que também neste contexto não é frequente localizar cozinhas ventiladas por saguões interiores, independentemente da sua dimensão. [**Fot. IX.4,** Fig. IX.3**, Des. IX.4]**

O *edifício geminado sem saguão*, *regular ou com volume anexo* consiste numa concepção menos habitual, visto que não tem a mesma eficácia que o tipo geminado com saguão. Foram identificados alguns exemplos que denotam a mesma estratégia de ampliação da dimensão de frente do edifício, sem perda da individualidade de cada unidade residencial, nomeadamente na Rua do Campinho, 11-17[799] e na Rua de Fonseca Cardoso, 107-115[800]. [**Fot. IX.5**]

[795] *ibidem*.
[796] LO 1954/0094 [DMAG].
[797] LO 1938/0260 [AHMP].
[798] LO 1939/0056 [AHMP].
[799] LO 1935/1663 [AHMP].
[800] LO 1954/0343 [DMAG].

Rua de Fernandes Tomás, 121-131
[LO 1930/0031]

Rua da Alegria, 617-623
[LO 1932/0468]

Rua de António Cândido, 262-272
[LO 1938/1052]

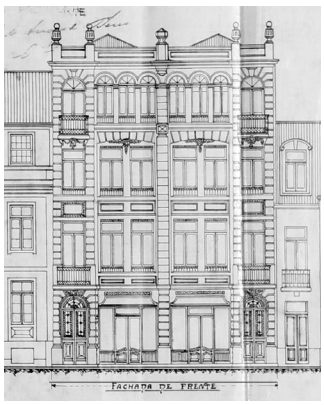
Fot. IX. 3 – Frente estreita (5-7m). Geminado. Associações por simetria. Edifícios com Licença de obra de meados da década de 1930. Modelos com cozinha na área adjacente à fachada posterior. Saguão central. Adaptação da linguagem e composição de fachada dos modelos de habitação unifamiliar.

Rua deSanta Catarina, 1185-1193
[LO 1938/0076]

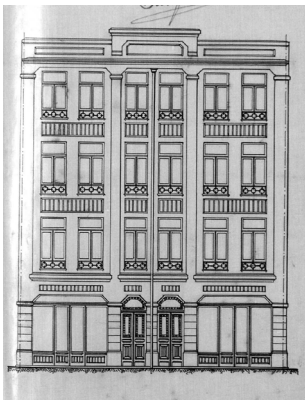
Rua de Sá da Bandeira, 518-528
[LO 1938/0260]

Rua de Sá da Bandeira, 502-512
[LO 1939/0056]

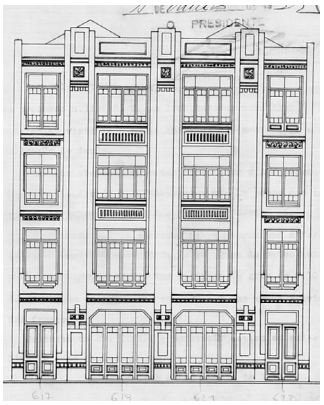
Fot. IX. 4 – Frente estreita (5-7m). Geminado. Associações por simetria. Edifícios com Licença de obra de meados da década de 1930. Modelos com cozinha na área adjacente ao saguão central. Modelo tipológico e linguagem importadas.



Rua de Alexandre Herculano, 400
[LO 1929/0644]

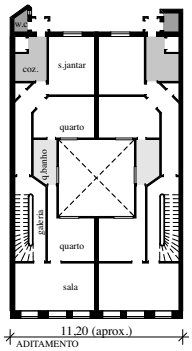


Rua de Fernandes Tomás, 121-131
[LO 1930/0031]

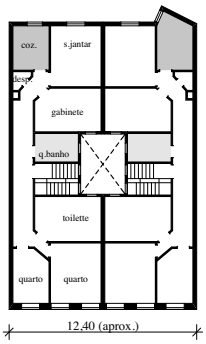


Rua da Alegria 617-623
[LO 1932/0468]

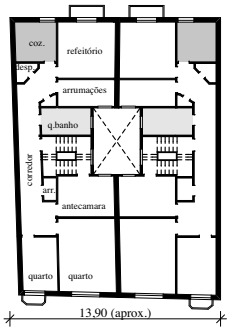
Fig. IX.2 – Edifício **geminado com saguão interior**. Duplicação por simetria. Cozinha associada à fachada posterior. Alçados. Esc. 1/350 [AHMP, DMAG]



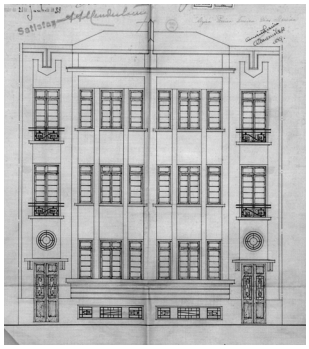
LO 1929/0644



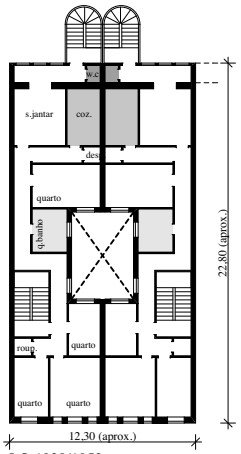
LO 1930/0031



LO 1932/0468

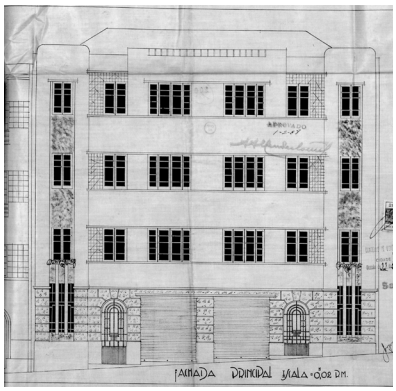


Rua de António Cândido, 262-272
[LO 1938/1052]

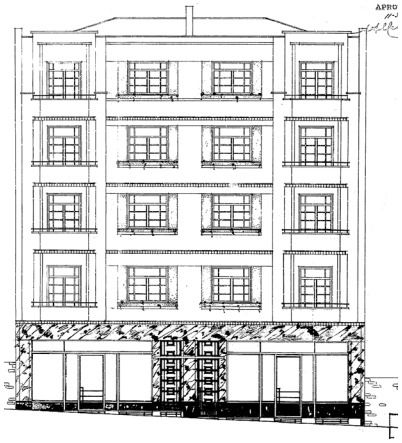


LO 1938/1052

Des. IX.3 – Edifício **geminado com saguão interior.** Duplicação por simetria. Cozinha associada à fachada posterior. Plantas do piso tipo. Esc. 1/500

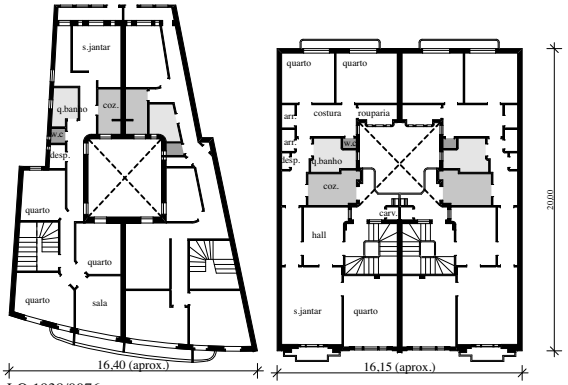


Rua de Santa Catarina, 1185-1193
[LO 1938/0076]

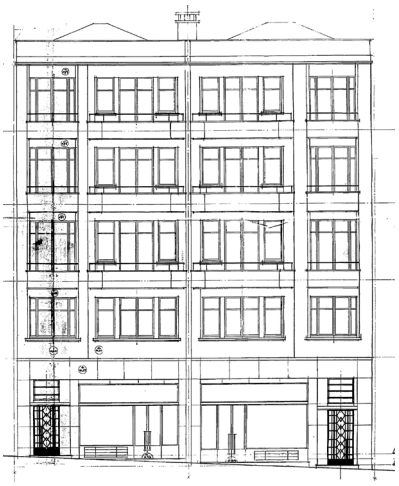


Rua de Sá da Bandeira, 518-528
[LO 1938/0260]

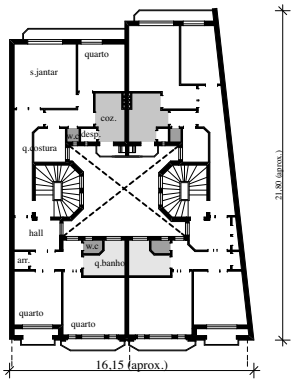
Fig. IX.3 – Edifício **geminado com saguão interior**. Duplicação por simetria. Cozinha associada ao saguão. Alçados. Esc. 1/350 [AHMP, DMAG]



LO 1938/0076 LO 1938/0260



Rua de Sá da Bandeira, 502-512 [LO 1939/0056]



LO 1939/0056

Des. IX.4 – Edifício **geminado com saguão interior**. Duplicação por simetria. Cozinha associada ao saguão central. Plantas do piso tipo. Esc. 1/500

Rua do Campinho, 11-17 [LO 1935/1663]

Rua de Fonseca Cardoso, 107-115 [LO 1954/0343]

Fot. IX. 5 – Edifício **geminado sem saguão**.

Algumas particularidades do programa do edifício com frente estreita

Relativamente à habitação unifamiliar corrente em lote de frente estreita, o programa da habitação do prédio de rendimento reduz-se e concentra-se num só piso, seguindo no essencial as lógicas distributivas preexistentes.

É relevante registar o desaparecimento de quartos sem iluminação ou ventilação natural (as tradicionais alcovas[801]), aparentemente motivado pela publicação do RSEU de 1903. Apesar deste regulamento não exigir explicitamente a proibição das alcovas, a introdução deste tipo de espaços na habitação também não é expressamente aceite. Em habitação unifamiliar de início de novecentos[802], é frequente localizar compartimentos com a designação 'quarto' acoplados à caixa de escada, por vezes iluminados indirectamente através de um compartimento na fachada[803]. Predomina igualmente a presença de compartimentos com a mesma localização e área, denominados como 'gabinetes' ou 'quarto de arrumações', com o óbvio intuito de evitar conflitos com uma interpretação mais restritiva da legislação em vigor.

Nos edifícios em lote com frente estreita, normalmente com apartamentos de áreas reduzidas, registam-se dois tipos de programa. O primeiro, de menor complexidade e naturalmente direccionado para a pequena e média burguesia, reproduz as necessidades básicas da habitação. Os apartamentos apresentam entre dois a quatro quartos, repartidos entre a fachada principal e a fachada do saguão, que ventila de igual modo a casa de banho. Nas áreas adjacentes à fachada posterior, localizam-se a cozinha, sala de jantar e instalação sanitária de serviço. Neste programa funcional não é referido o 'quarto de criada' e desvaloriza-se o espaço de recepção. A entrada no apartamento realiza-se com frequência directamente para o corredor de distribuição, criando-se impasses com a abertura da porta.

---

[801] # alcova [*cf*. Glossário. Doc. de referência. Ponto 1]

[802] Confira-se alguns exemplos em Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. pp. 191-193.

[803] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. p. 220.

Um segundo programa funcional, mais elaborado, ainda que espacializado de igual modo numa área contida, procura dotar a habitação de um maior número de compartimentos, incorporando 'quarto de criada', 'escritório', espaços para costura e espaços de recepção, ainda que se resumam a um vestíbulo de entrada. O vestíbulo surge quase sempre como um compartimento individualizado, de pequenas dimensões, que dá acesso ao corredor de distribuição, e em determinados casos articula-se com uma pequena sala de visitas ou escritório. O apartamento portuense, mesmo o de maior dimensão, não possui uma clara desmultiplicação dos espaços de recepção. Os edifícios que incorporam este tipo de apartamentos denotam normalmente referências e modelos importados (da França, Bélgica ou Suíça, por exemplo[804]), localizam-se nas ruas mais centrais da cidade. Nessa perspectiva, indiciam dominantemente uma clientela que ambiciona um novo padrão de habitação, ainda que em apartamentos de pequena dimensão. Pontualmente, ensaia-se a inversão da distribuição funcional corrente da habitação, através da localização da sala de jantar na zona da fachada principal.

Em ambos os programas de habitação, a sala de jantar assume-se, normalmente, como o compartimento de maior dimensão do apartamento, ainda que não seja significativamente maior do que os quartos (ou pelo menos que o quarto principal).

Entre o início dos anos 20 e final da década de 40, a instalação sanitária com banho varia de posição consoante a configuração do edifício e respectivas soluções de ventilação. Com efeito, nos exemplos analisados, este compartimento localiza-se preferencialmente no saguão ou no pátio lateral aberto, já que a frente estreita não possibilita a sua incorporação nas áreas das fachadas. Neste período, o compartimento de pequenas dimensões onde se instala uma pia de despejo ou as peças sanitárias (W.C.), oscila entre a tradicional localização na galeria de serviço/varanda junto à fachada posterior (nos programas mais simples) e a associação ao saguão (nos programas mais complexos).

A partir de 1950, o quarto de banho desloca-se para o centro do apartamento, permitindo a libertação das fachadas sem recurso à introdução de saguões. Essa alteração aparenta não só ser resultado de uma evolução dos meios técnicos de ventilação através do recurso a ductos

[804] *cf*. Capítulo VII. *"Referências e Transferências. Leituras a partir de 'A Arquitectura Portuguesa'"*, ponto *"Projectos/obras publicadas. Hipotéticas referências para os projectistas portuenses"*.

verticais, mas também de alterações regulamentares introduzidas pelo RGEU. Interessa sublinhar, no entanto, que já em meados dos anos 30 se propunham soluções com quartos de banho interiores, ventilados por sistemas verticais[805], aparentemente construídas (exemplo do edifício da Rua do Campinho, 11-17[806]), o que coloca a questão da permanência de certas localizações para determinado tipo de compartimentos, mais como o resultado de preferências e hábitos no âmbito da edificação e projecto, do que como o resultado de condicionantes ou imposições regulamentares.

O programa do rés-do-chão e ocupação do logradouro sofrem igualmente algumas alterações com a introdução de tipos plurifamiliares nos lotes de frente estreita: as oficinas e a construção de 'ilhas' no logradouro começam a rarear. A ocupação do piso térreo parece deixar de estar associada aos moradores dos edifícios, para se constituir como um espaço de arrendamento, ou de serviços comuns aos moradores. No logradouro, instalam-se estacionamentos, ou mantém-se a construção de anexos, que albergam as carvoeiras e onde na década de 40 ainda é possível encontrar galinheiros[807].

Observam-se soluções em que o piso térreo é ocupado com 'estabelecimentos' comerciais. Noutros casos, dedica-se todo o edifício à função habitacional (resultando normalmente numa sobreelevação deste piso), opção que provavelmente é definida não só pela lógica de rentabilidade de cada construção, mas também pela própria localização urbana do edifício. O estacionamento individual não se apresenta como um programa usual nos edifícios de frente

---

[805] Em algumas memórias descritivas são referidos "ventiladores especiais" nos quartos de banho [LO 1941/0571, DMAG]; "lanternins de ventilação" e "manga de ventilação" [LO 1944/0281, DMAG]; "chaminés de ventilação" [LO 1950/0189, DMAG].
No caso específico do contexto lisboeta, o *artigo 6º da secção V* (Latrinas, pias e casas de banho) do *Regulamento geral da construção urbana para a cidade de Lisboa*, aprovado em 1930, viabiliza a existência deste tipo de compartimentos. Desconhece-se se para a cidade do Porto teria sido promulgada legislação anterior ao RGEU contendo conteúdos semelhantes, mas este artigo poderá ter serviço de justificação para a aprovação de situações semelhantes no Porto.
"§ 6º. – Em casos especiais, as latrinas poderão deixar de ter as janelas ou frestas impostas neste artigo, desde que sejam convenientemente iluminadas e possuam um sistema de ventilação que assegure uma perfeita e constante renovação de ar " in [S.N.] (1944). Edificações Urbanas. Legislação Geral de Uso Corrente; Regulamentos e Posturas das Câmaras Municipais de Lisboa, Porto e Coimbra. Porto, Lopes da Silva. p. 69
[806] LO 1935/1663 [AHMP].
[807] Exemplos: edifício na rua do Bolhão, 117-125 [LO 1941/0254, DMAG]; edifício na Rua de António Cândido [LO 1939/0509, AHMP]; edifício na Rua de Ferreira Cardoso, 172-174 [LO 1936/1471, AHMP]; edifício na Rua de Diogo Brandão [LO 1939/0388, AHMP].

estreita, existindo em alguns casos passagens descobertas de acesso a estacionamento no logradouro.

Considera-se, também, pertinente reflectir sobre o próprio sistema de acessos, mesmo em edifícios totalmente ocupados por apartamentos. Em determinadas concepções opta-se por um acesso comum a todos os apartamentos, noutros segue-se a duplicação de acessos: uma entrada independente para o apartamento do rés-do-chão, a partir da rua, e outra entrada para a caixa de escadas dos restantes pisos: uma solução híbrida, que parece prolongar a resistência da edificação portuense à concepção de estruturas habitacionais de carácter assumidamente plurifamiliar, multiplicando ao máximo o número de entradas.

Em qualquer das situações, o vestíbulo de acesso do edifício é relativamente reduzido, incorporando-se, na maior parte das vezes, no corredor de ligação entre a entrada e a escada central de acesso aos diversos pisos.

NOVOS TIPOS DE EDIFÍCIOS. EXPERIMENTAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE REFERÊNCIAS DIVERSAS

A desvinculação da métrica tradicional da frente de lote enquanto referente de concepção arquitectónica

Do panorama construído na 1ª metade do século XX, faz parte um conjunto considerável de edifícios, localizados dominantemente na zona consolidada da cidade e em algumas ruas de expansão, que é difícil relacionar com uma suposta linha de continuidade histórica, sediada na métrica tradicional da frente de lote enquanto fenómeno estruturador na concepção da habitação plurifamiliar. Estes edifícios, apresentando como características arquitectónicas frentes de dimensão mais extensa, configurações irregulares, reentrâncias na fachada posterior ou pátios abertos de grande dimensão, sugerem formalizações consolidadas noutros contextos urbanos. Numa primeira análise, a importação de modelos denuncia-se pela escala (número de pisos e largura de frente) e linguagem, confirmando-se a maior parte das vezes também pela opção tipológica. [**Des. IX.5**]

Edifícios em lotes de frente alargada e um apartamento por piso

[Quadro síntese: vol. 2, ponto 10, DESENHO C2]

O *edifício com frente alargada* e apenas um apartamento por piso, em que a frente de lote oscila entre 8 e 10 metros, parece resultar de uma tentativa de adaptação a lotes sobrante ou de frente atípica, que não se inserem na métrica de parcelamento tradicional. Neste tipo de lotes, sublinham-se duas estratégias de desenho frequentes: o recurso a modelos consolidados noutros contextos, ou a dilatação de matrizes de concepção conhecidas, o que se traduz em distribuições funcionais com espaços desproporcionados nas áreas centrais dos edifícios. Em Lisboa, por exemplo, a edificação com 8 a 10 metros de frente constitui uma realidade habitual em áreas consolidadas na 1ª metade do século XX, nomeadamente em zonas como a Rua do Salitre (Santo António), Avenida Álvares Cabral (Campo de Ourique), Rua Fialho de Almeida (São

Sebastião da Pedreira, Bairro Azul), Avenida Almirante Reis (Areeiro), Rua de Sampaio Pina (Avenidas Novas), entre outras[808].

Edifícios com frente alargada (8-10 metros). um apartamento por piso
[regular compacto] #cozinha associada à fachada posterior; cozinha associada à fachada principal; escada na parede de meação; escada associada à fachada posterior; escada central
[em L] #cozinha associada à fachada posterior; cozinha associada ao pátio lateral
Associações
[geminado regular compacto]
[geminado c/pátio central] #variantes: cozinha associada à fachada posterior; cozinha associada ao pátio central
[geminado c/pátios laterais]
as variantes referem-se a casos localizados, e não a um levantamento exaustivo

Tabela IX.4 – Edifícios com frente alargada, sem referência à métrica tradicional de parcelamento. **Importação. Adaptação.** [**Des. IX.5**]

No caso portuense, um dos tipos identificados é o *edifício com frente alargada e configuração regular compacta*, que desenvolve modelos com diferentes origens e distinta qualidade arquitectónica.

O modelo que procura adaptar as matrizes conhecidas só aparenta apresentar soluções satisfatórias a partir da década de 1950. Isto é, desde o momento em que as possibilidades técnicas e regulamentares proporcionam a localização das instalações sanitárias na área central do edifício. Até essa data, desenham-se vestíbulos sobredimensionados, para resolver o excesso de área nessa zona.

Foram identificados ainda outros modelos, que aparentam proceder da adaptação de matrizes de concepção importadas, nomeadamente em sectores da Rua de Diogo Brandão[809], Rua do Bolhão,

[808] *cf*. capítulo VIII. *"O prédio de rendimento enquanto unidade de construção da cidade. Lisboa"*, particularmente o ponto *"Edifícios em lote de frente estreita, um apartamento por piso"*.

129-137[810] ou Rua do Doutor Alves da Veiga, 187-195[811] (ruas localizadas no centro da cidade). Estes edifícios, normalmente de profundidade mais reduzida (inferior a 15 metros) e largura superior a 12 metros, apresentam soluções atípicas para os anos 40 do século XX, em alguns casos localizando o núcleo de escadas na fachada principal, e noutros casos localizando a cozinha na fachada principal (Rua da Alegria, 176-190[812]). A análise das plantas e da própria linguagem dos alçados corrobora semelhanças com edifícios construídos, por exemplo, em Lisboa e Genebra, hipotético local de destino de viagens dos proprietários ligados à indústria têxtil ou de viagens de lazer dos projectistas mais informados[813] (o que sugere referências, directas ou indirectas). [**Fot. IX.6 e IX.7**]

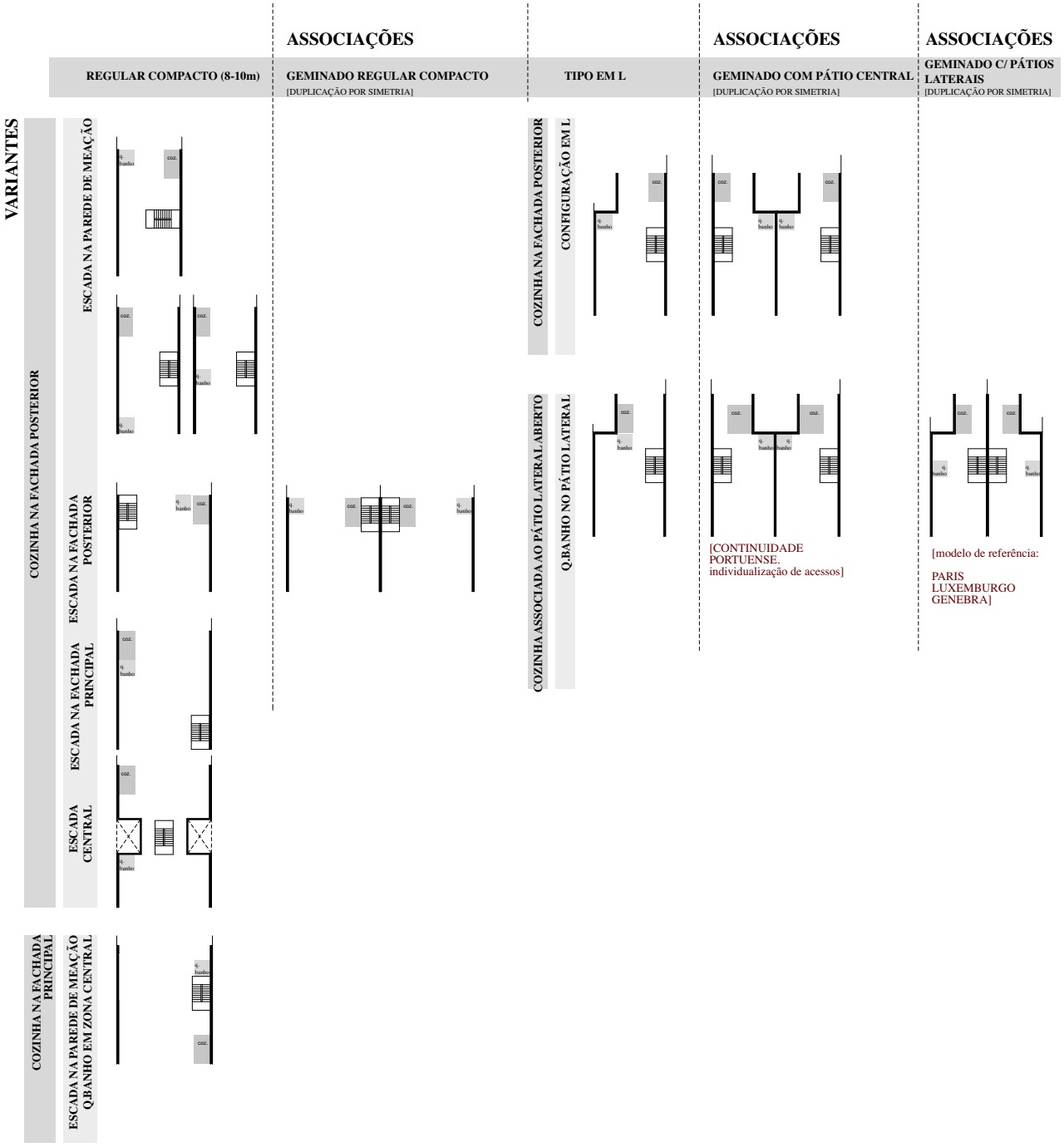
Num dos edifícios localizados na Rua do Bolhão[814] há que registar um facto relevante: a colocação, já no início dos anos 40, das instalações sanitárias em área central, recorrendo-se unicamente a condutas de ventilação, opção justificada em fase de licenciamento com a introdução de "ventiladores especiais".

O *edifício com frente alargada em L,* do qual foram identificadas variantes nos sectores analisados na Rua de Rodrigues Sampaio e Rua do Campo Lindo, indicia uma matriz semelhante a determinados modelos edificados em Lisboa. Neste tipo de edifícios, a incorporação de um pátio lateral promove a tripartição do programa funcional, localizando zonas de recepção em áreas adjacentes à fachada principal, compartimentos ligados ao quotidiano na zona do pátio aberto, e serviços junto à fachada posterior (ou vice-versa).

No Porto, nos escassos exemplos localizados com configuração em L, o apartamento apresenta uma distribuição similar, resumindo, no entanto, os espaços de recepção a uma única sala/sala de receber. Tal como no tipo em lote de frente estreita, o vestíbulo não constitui um

[809] LO 1937/0369, LO 1939/0388 [DMAG].
[810] LO 1941/0571 [DMAG].
[811] LO 1934/0689 [DMAG].
[812] LO 1945/0320 [DMAG].
[813] *cf*. capítulo VII, *"Referências e transferências"*, nomeadamente algumas notas sobre a divulgação de projectos de habitação estrangeiros, publicados na revista *"A Arquitectura Portuguesa"*.
[814] LO 1941/0571 [DMAG]

FRENTE ALARGADA _ *hibridez e adaptação a novas lógicas*
1 apartamento por piso



Des. IX. 5 – Quadro tipológico. Edifícios com **frente alargada**

Rua do Doutor Alves da Veiga, 187-195 [LO 1934/0689]

Rua de Diogo Brandão, ? [LO 1939/0388]

Rua do Bolhão, 129-137 [LO 1941/0571]

Fot. IX. 6 – Edifícios com dimensão de **frente alargada** e um apartamento por piso (8-10 m). Modelo **regular compacto**. Adaptação de linguagens tradicionais. Importação de modelos e linguagens ao longo da década de 1930 e 1940

Rua Rodrigues Sampaio, 155-161 [LO 1936/0624]

Rua da Alegria, 176-190 [LO 1945/0320]

Rua do Campo Lindo, 251 [LO 1952/0040]

Fot. IX. 7 – Edifícios com dimensão de **frente alargada** e um apartamento por piso (8-10 m). configuração **em L**

compartimento essencial na estruturação da habitação e privilegia-se o número de compartimentos em detrimento da sua área. [**Fot. IX.7**]

Como variantes, identificaram-se edifícios em que se associa a cozinha e o quarto de banho ao pátio lateral, ou se localiza a cozinha na fachada posterior, não resultando estas opções em diferenças substanciais na distribuição do programa funcional.

Geminação. Duplicação de acessos

A matriz de organização do *edifício com frente alargada em L* e do *edifício de frente alargada regular compacto*, aparece pontualmente reproduzida em edifícios de maior frente, gerada através de uma geminação/duplicação por simetria.

Apesar dos edifícios estudados sugerirem, na sua maioria, uma importação de modelos consolidados noutros contextos, a duplicação de unidades residenciais por simetria, mantendo a separação de acessos centrais, não deixa de ser um fenómeno de continuidade com a tradição de construção portuense, ancorada na individualização e contenção do investimento, contrariando de certa forma a lógica de economia que adviria da simples eliminação de um dos acessos.

No conjunto de edifícios analisados em contexto portuense foram identificadas três variantes: o *edifício geminado com pátio central,* o *edifício geminado regular compacto* e o *edifício geminado com pátios laterais,* apresentando variações nos modelos formalizados, não só nas soluções de ventilação, mas essencialmente na localização das instalações sanitárias e na articulação do binómio sala de jantar/cozinha. No caso do tipo de edifícios com pátio central, experimenta-se a localização tradicional da cozinha na fachada posterior, associada à sala de jantar. Noutros casos, ensaia-se de igual modo a localização da cozinha numa zona mais central, agregada não à sala de jantar, mas à instalação sanitária, antevendo uma prática que se tornaria frequente nos anos seguintes: a aglomeração dos serviços em zona próxima da entrada.

Rua da Firmeza, ? [LO 1939/0055]

Rua do Campo Lindo, 235-237 [LO 1953/0090]

Fot. IX. 8 – Edifícios com dimensão de **frente alargada. Geminado.** Associações/geminação com duplicação de acessos verticais. Estruturação de **pátio aberto central** ou **pátios laterais abertos**.

O único exemplar identificado como representação do *edifício geminado com pátios laterais*, localizado no sector analisado na Rua do Campo Lindo, 235-237[815] [**Fot. IX.8**], destaca-se pela formalização de princípios distributivos que se tornaram frequentes no tipo esquerdo-direito, a partir da década de 1950, mas ainda numa matriz de configuração e lógica próxima aos edifícios das décadas 30/40: cozinha próxima da entrada, associada a uma instalação sanitária; núcleos de divisão dia-noite e quarto de banho em zona central ventilado por condutas.

Este tipo de edifício, com configuração em duplo L, e clara influência de matrizes estrangeiras, aparenta inserir-se numa linha de edifícios de construção frequente em Paris, Genebra e Lisboa[816], em que os princípios de distribuição se começam a afastar da tradicional separação das áreas de serviço e sua localização na zona mais afastada da habitação, independentemente de uma configuração do edifício mais tradicional (ou irregular).

O edifício em esquerdo-direito [com configuração complexa]: adaptação a frentes entre 12 e 24 metros

[Quadro síntese: vol. 2, ponto 10, DESENHO C3]

O edifício em esquerdo-direito, que estrutura apenas um acesso vertical para dois apartamentos por piso, estabelece-se igualmente como um tipo de edificação que não se ancora na largura tradicional do lote enquanto módulo de referência. Factores como o programa do edifício e da habitação, as soluções de ventilação (introdução de dispositivos como o saguão, pátios centrais/laterais, ductos verticais), a configuração do edifício e os princípios de distribuição, qualificação espacial ou os padrões de conforto, assumem-se como preponderantes na concepção arquitectónica deste tipo de edifícios.

---

[815] LO 1953/0090 [DMAG]

[816] cf. capítulo VII, *"Referências e transferências. Leituras a partir de 'A Arquitectura Portuguesa'"*, no qual são referidas algumas vias de referência e representados determinados modelos implementados noutras cidades europeias, e também capítulo *"Premissas de Investigação e Metodologia"*, particularmente no ponto *"Parâmetros para a construção de processos interpretativos"*, no qual são representados alguns modelos em vigor em Paris, na época em estudo.

As principais variações observadas traduzem-se na incorporação de saguões centrais e/ou pátios laterais abertos na fachada posterior.

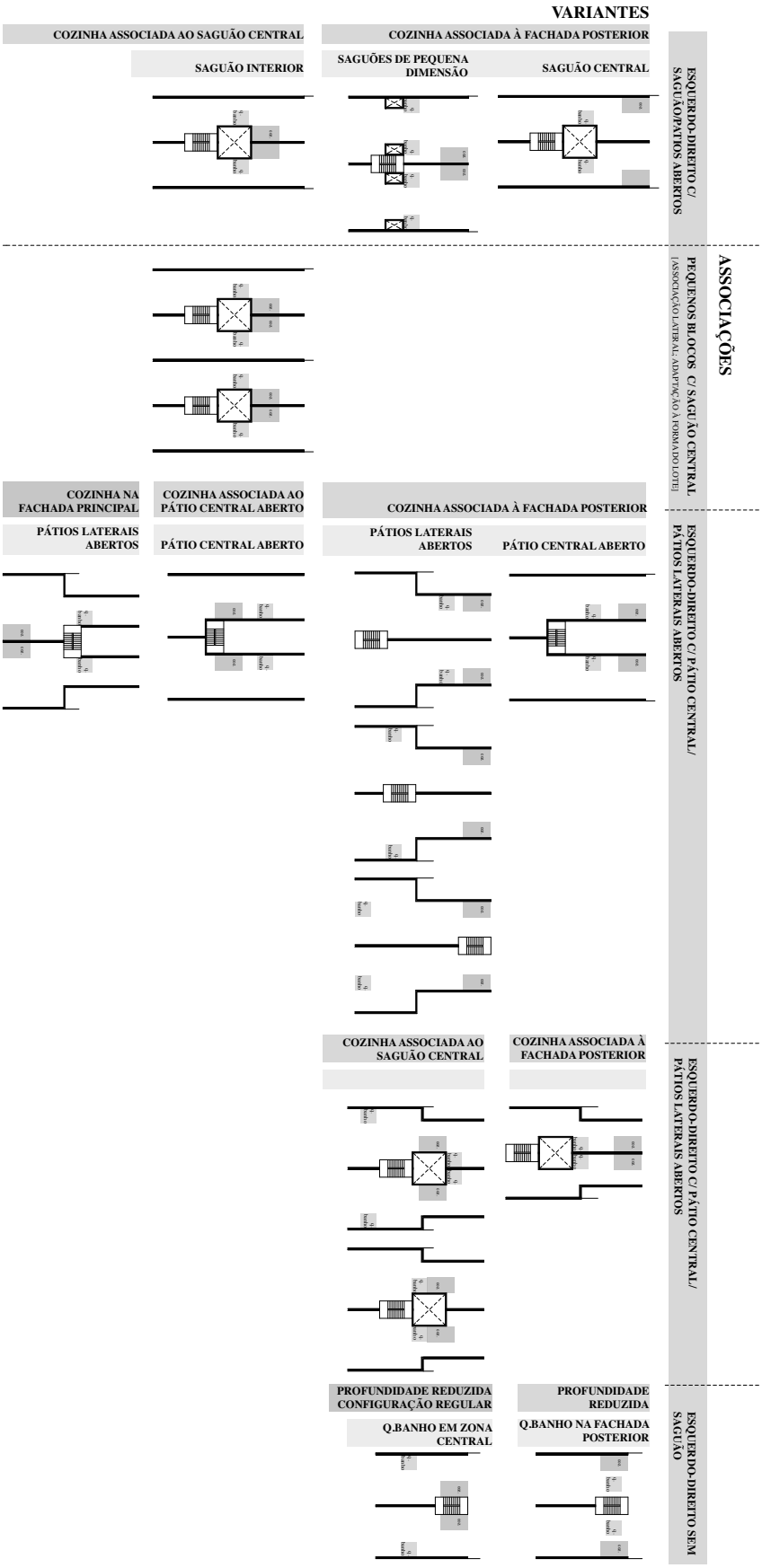
Edifícios em esquerdo-direito com configuração complexa. dois apartamentos por piso
[com saguão interior] #variantes: cozinha associada à fachada posterior; cozinha associada ao saguão central **[com pátio central/pátios laterais abertos]** #variantes: cozinha associada à fachada posterior; cozinha associada ao pátio central aberto; cozinha associada à fachada principal **[com pátio central e pátios laterais abertos]** #variantes: cozinha associada à fachada posterior; cozinha associada ao pátio central aberto **[sem saguão]**
Associações
[pequenos blocos com saguão central]

as variantes referem-se a casos localizados, e não a um levantamento exaustivo

Tabela IX.5 – Edifícios em esquerdo-direito com configuração complexa, sem referência à métrica tradicional de parcelamento. **Adaptação. Hibridez** [**Des. IX.6**]

O *edifício em esquerdo-direito com saguão central,* surge no Porto, pontualmente, através de modelos construídos em meados da década de 30 e encontra, possivelmente, referentes em edifícios projectados em Lisboa, na mesma época. Os edifícios construídos em Lisboa, por sua vez, são influenciados por modelos com ampla disseminação em contexto francês. A via de influência belga e francesa aparenta, também, estar presente na opção por edifícios em esquerdo-direito estruturados em T, com pátios laterais (e que se constroem igualmente em Lisboa), já que na tradição portuense, a multiplicação de frentes de ventilação passava normalmente por outra estratégia, nomeadamente a incorporação de um volume anexo apenas com as áreas de serviço.

Foram localizados edifícios com saguão central, saguões laterais ou soluções mistas, com medidas de frente entre 12,50 metros e 24 metros aproximadamente, o que demonstra adaptabilidade às condições do lote disponível, encontrando soluções tanto para a anexação de dois lotes tradicionais (cerca de 12 metros), como acontece no edifício na Rua de Lima Júnior,



Des. IX. 6 – Quadro tipológico. Esquerdo - direito com configuração complexa

Avenida da Boavista, 683-699
[LO 1932/0066]

Rua de Lima Júnior, 20
[LO 1951/0364]

Rua Duque de Loulé, 35
[LO 1950/0189]

Fot. IX. 9 – Edifícios em **esquerdo-direito com configuração complexa**, com **saguão interior**. Modelos e linguagem importados

Rua de Fernandes Tomás, 527-531
[LO 1939/0673]

Rua de Nossa Senhora de Fátima,
436-450 [LO 1949/0717]

Rua do Campo Lindo, 223
[LO 1955/0529]

Fot. IX. 10 – Edifícios em **esquerdo-direito com configuração complexa**, com **pátios centrais** ou **laterais abertos**. Modelos e linguagem importados

20[817] ou anexação de quatro lotes de que é exemplo o edifício na Rua da Boavista, 571-573[818]. Este tipo de edifício materializa-se igualmente em modelos inscritos em lotes com medidas de frente resultantes de novas lógicas de parcelamento (15/16 metros). [**Fot. IX.9 e IX.10**]

A configuração dos edifícios apresenta soluções variadas, assim como as próprias distribuições dos apartamentos, mesmo em edifícios de configuração semelhante. A localização da caixa de escadas não é fixa, surgindo tanto na fachada posterior como na fachada principal.

O programa da habitação, por outro lado, varia apenas em função da área disponível, não se fazendo sentir essa variação no número de quartos, mas antes na inclusão de espaços de recepção (sala de visitas, ou escritório), espaços de quotidiano (sala de estar, gabinetes), ou espaços de apoio e trabalho (sala de costura, por exemplo). Equaciona-se, de igual modo, a localização da cozinha em local mais próximo da entrada, onde se instalará de forma corrente a partir da década de 1950. Experimenta-se, também, a implantação da cozinha na fachada principal, ainda que até final da década de 40 a valorização de questões ligadas à orientação solar não sejam preponderantes (apenas um edifício localiza a cozinha na área adjacente à fachada urbana, na Rua da Boavista, 571-573[819], o conhecido Bloco da Carvalhosa, projectado pelo Arquitecto Arménio Losa. Em alguns modelos, articula-se a sala de jantar com outro espaço (sala de estar ou de visitas), mantendo-se, no entanto, a autonomia dos compartimentos (esquemas que se podem verificar nomeadamente edifícios projectados na Bélgica[820]).

Regularização progressiva. Diversidade programática

O *edifício em esquerdo-direito sem saguão*, no Porto, deu origem a modelos radicalmente diferentes, implementados em simultâneo num período curto de duas décadas, por oposição aos processos evolutivos observados noutros contextos (nomeadamente o francês). Os modelos construídos entre meados dos anos 30 e início dos anos 40 apresentam uma profundidade

[817] LO 1951/0364 [DMAG].
[818] LO 1947/0295 [DMAG].
[819] LO 1947/0295 [DMAG]
[820] *cf.* capítulo VII, *"Projectos/obras publicadas. Hipotéticas referências para os projectistas portuenses"*.

reduzida (cerca de 12 metros), uma frente extensa, e localizam os núcleos de acesso vertical e os serviços na fachada posterior. A sua configuração é irregular, indicando a adaptação ao lote como critério fundamental de rentabilização da operação imobiliária.

A partir de início dos anos 50 do século XX, pode constatar-se uma alteração radical nas soluções de projecto dos edifícios, que passam a desenhar-se com um modelo compacto, regular, com o núcleo vertical de acessos e os sistemas de ventilação localizados em posição central.

A fachada posterior regulariza-se, as instalações sanitárias deslocam-se para as áreas centrais, as cozinhas variam entre uma posição apoiada nas paredes de meação, e a sua associação com a caixa de escadas, que se começa a localizar quase que impreterivelmente na zona central. A profundidade dos edifícios não ultrapassa normalmente os 15 metros, dimensão que se tornará norma a partir de 1956, por imposição regulamentar[821].

Relativamente às áreas destinadas à habitação, sublinha-se a experimentação em torno do binómio sala/cozinha: a articulação de sala de estar e sala de jantar, autónomas ou num espaço único; a sala comum articulada com a cozinha; apenas sala de jantar, na fachada posterior, mas com ligação ao vestíbulo de entrada; a sala comum na fachada principal, claramente destacada da cozinha.

A separação dia-noite torna-se regra nestes esquemas de concepção mais compacta. A única excepção identificada consiste num modelo que, organizando um apartamento com dois quartos e outro com três, opta por colocar o quarto suplementar junto da entrada.[822]

[821] [S.N.] (1956b). Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto. Separata do Boletim Municipal nº 1036. Porto, Câmara Municipal do Porto. Art.º 30.
[822] Exemplos: LO 1954/0257; LO 1956/0328; LO 1954/0268; LO 1954/0425 [DMAG].

O esquerdo-direito regular e compacto: A fixação de um modelo

[Quadro síntese: vol. 2, ponto 10, DESENHO C4]

A partir de meados da década de 40 começam a surgir no Porto edifícios com uma planta cada vez mais regular e compacta, resultado de uma tentativa sistemática dos projectistas em maximizar a rentabilização do prédio de rendimento. Neste sentido, eliminam-se saguões, reduzem-se as circulações no interior do apartamento e suprimem-se todos os compartimentos complementares, nomeadamente a sala de costura, o escritório, a copa ou a sala de visitas. A distribuição do apartamento torna-se cada vez mais funcionalista, associando sala e cozinha numa fachada, e quartos na fachada oposta, num esquema de organização dia-noite. A fachada posterior do edifício regulariza-se, suprimindo-se reentrâncias, pátios abertos ou volumes anexos.

Com a entrada em vigor do *Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto* [RPRCP, 1956[823]], fixa-se a profundidade dos edifícios em 15 metros, o que aparentemente predispõe a estabilização de um modelo, que se irá construir em alguns dos sectores urbanos analisados, nomeadamente na Rua da Constituição, na Rua do Covelo e na Rua de Lima Júnior, mas também noutras áreas da cidade, como por exemplo na Rua do Moreira, em zona próxima do centro consolidado.

Este modelo de habitação, extremamente versátil e adaptável a diversas dimensões de frente de lote (idealmente entre 15 e 18 metros), constitui-se como a opção preferencial para preenchimento de novos troços de rua, sendo apenas preterido a partir da década de 1960, por um modelo de 12 metros de frente, numa época em que os processos de construção na cidade se direccionam para a substituição lote a lote. [**Fot. IX.11 e IX.12**]

[823] [S.N.] (1956b). Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto. Separata do Boletim Municipal nº 1036. Porto, Câmara Municipal do Porto.

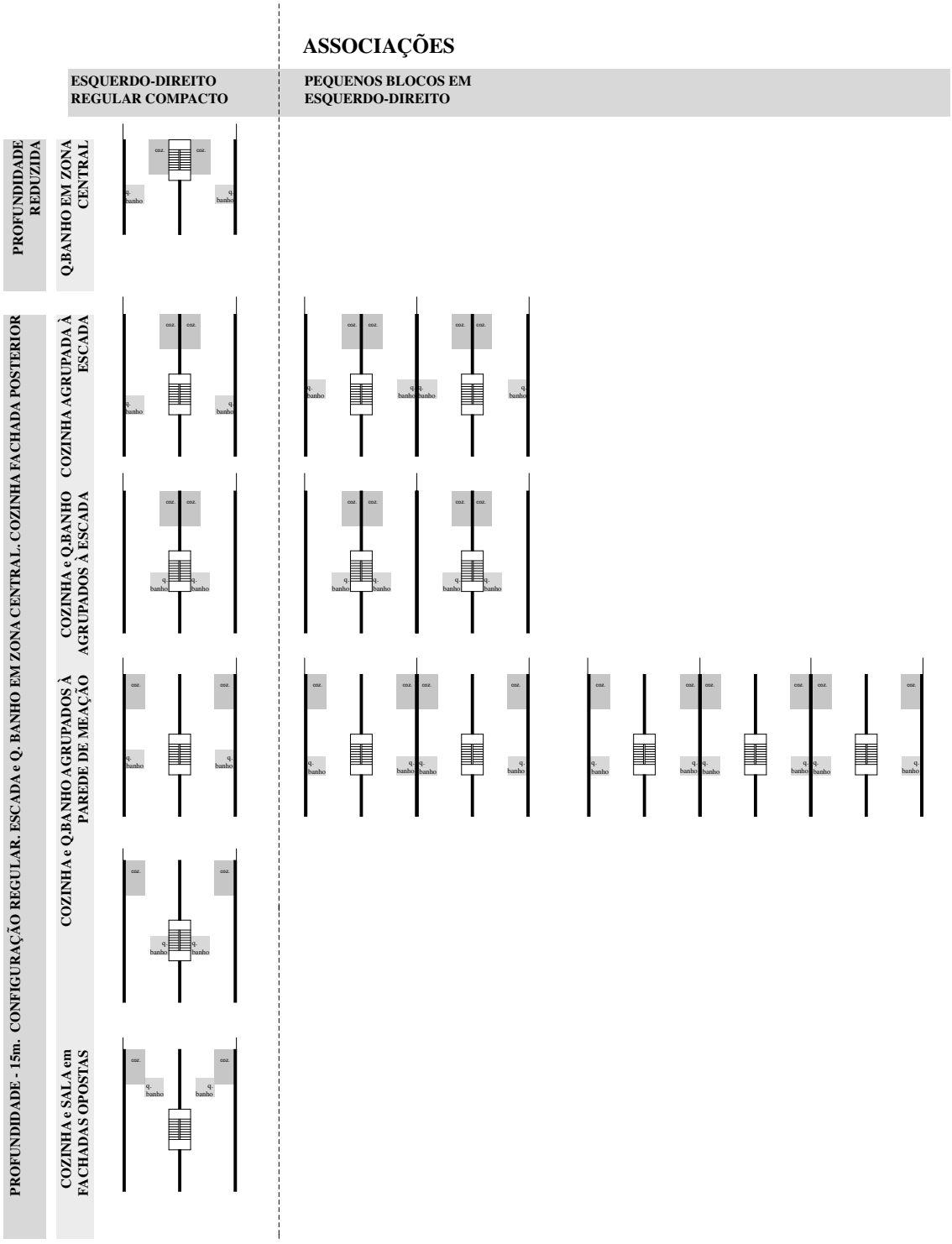
Edifícios em esquerdo-direito regular compacto. dois apartamentos por piso
[bloco em esquerdo-direito] # variantes: profundidade reduzida; profundidade 15m: cozinha agrupada à escada; cozinha e q. banho associados à escada ou à parede de meação; cozinha e sala associadas a fachadas opostas

Associações
[bloco em esquerdo-direito _2 unidades] # variantes: cozinha agrupada à escada; cozinha e q. banho associados à escada ou à parede de meação

as variantes referem-se a casos localizados, e não a um levantamento exaustivo

Tabela IX.6 – Edifícios em esquerdo-direito regular compacto, sem referência à métrica tradicional do cadastro. **Fixação de um modelo. [Des. IX.7**]

ESQUERDO-DIREITO c/ CONFIGURAÇÃO REGULAR _ *fixação de 1 modelo*
2 apartamentos por piso



Des. IX. 7 – Quadro tipológico. Esquerdo - direito com configuração regular

Rua de Olivença, 54-56
[LO 1952/0275]

Rua de Ceuta, 39-47 [LO 1955/0364]

Rua da Constituição, 115
[LO 1956/0202]

Fot. IX. 11 – Edifícios em **esquerdo-direito regular compacto**. **Bloco em esquerdo-direito**. Modelos e linguagem importados. Variações na ocupação funcional do rés-do-chão. Cozinha na àrea adjacente à fachada posterior.

Rua de Santos Pousada, 790-810
[LO 1957/0154]

Rua da Constituição, ?
[LO 1955/0295]

Rua da Boavista, 564-594
[LO 1958/0016]

Fot. IX. 12 – Edifícios em **esquerdo-direito regular compacto**. **Bloco em esquerdo-direito_ 2 unidades.** Associações. Modelos e linguagem importados. Variações na ocupação funcional do rés-do-chão. Cozinha na àrea adjacente à fachada posterior.

EDIFÍCIOS COM GRANDE FRENTE. BLOCOS: AUMENTAR A ESCALA DE CONSTRUÇÃO E DE INVESTIMENTO

[Quadro síntese: vol. 2, ponto 10, DESENHO C5]

A opção pela construção de edifícios de grande frente (com mais de 20 metros) na cidade consolidada e principais ruas de expansão só começa a ser frequente a partir dos anos 40, consequência da libertação de parcelas de terreno (fábricas devolutas, abertura de novos arruamentos, etc.), aliada a uma política de urbanização planeada, empreendida pelo recém-criado Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto (1940)[824].

Até essa data, o aumento da escala da edificação (e consequente investimento) em habitação de carácter plurifamiliar aparenta ser extremamente pontual, correspondendo a construções localizadas nas áreas de maior centralidade, em zonas em consolidação, como as ruas paralelas e perpendiculares à Avenida dos Aliados[825].

Tal como nos restantes tipos de edifícios identificados, ao longo da época em estudo, é possível distinguir diferentes lógicas e estratégias de concepção.

Edifícios com grande frente
[Associação de edifícios de frente estreita. Imagem unificada]
[Associação de edifícios c/ saguão e/ou '*redents*']
[Bloco com configuração complexa]
[Bloco regular. Associação de unidades esquerdo-direito_+ de 2 unidades]
[Testas/remates de quarteirão. Blocos c/ configuração complexa]
[Edifícios-quarteirão]

as variantes referem-se a casos localizados, e não a um levantamento exaustivo

Tabela IX.7 – Edifícios com grande frente.

[824] *cf.* capítulo II, "*Ruas enquanto laboratórios tipo-morfológicos no centro urbano"*, mais especificamente o ponto *"A transformação do tecido urbano portuense na 1ª metade do século XX"*.

[825] *cf.* capítulo de enquadramento *"Premissas de Investigação e Metodologia"*, em particular o ponto *"Objecto dos estudos específicos. Delimitação"*.

Associação de edifícios em lote de frente estreita. Imagem unificada. independência de unidades residenciais [anos 30]

A opção pela construção de prédios de grande dimensão, a partir da associação lateral de unidades residenciais de frente estreita, com acesso central independente, mas com composição de fachada única, aparenta ser uma excepção na década de 30 do século XX.

Este facto não ilude a constatação de que, nos exemplares localizados, se pode intuir um elo de continuidade com o tipo de edifício portuense de épocas precedentes, já que se trata de uma estratégia de concepção francamente consolidada na tradição portuense de construção, especialmente na época almadina.

É o caso do pequeno bloco de três pisos situado na Rua do Campo Lindo, 258-277[826], e do bloco com quatro pisos agrupando verticalmente dois apartamentos em duplex, e mantendo os acessos independentes, situado na Rua da Regeneração, 94-122[827]. A construção de blocos de habitação resultantes da associação em série de várias unidades residenciais de frente estreita, com acessos independentes e apenas um apartamento por piso não aparenta ser uma opção rentável, mas em meados dos anos 30, e em zonas mais afastadas do centro consolidado da cidade, traduz-se numa solução eficaz na resolução de lotes de grande frente. [**Fot. IX.13**]

Associação de edifícios com saguão e '*redents*'/Pátios abertos [anos 30]

A associação de *edifícios em esquerdo-direito com saguão central* ou com *'redents'/pátios laterais* na fachada posterior, constitui-se como outra solução localizada pontualmente em início da década de 30, para a construção em lotes de maior dimensão de frente.

A concepção deste tipo de edifício parte de uma lógica radicalmente distinta da descrita no ponto anterior. Enquanto que o *bloco a partir de edifícios em lote de frente estreita* se constrói através da associação de parcelas de frente com aproximadamente 6 metros, e da repetição de

[826] LO 1936/0017 [AHMP]
[827] LO 1934/0479 [AHMP]

edifícios nesses moldes, este tipo de edifícios desvincula-se de qualquer relação com métricas de parcelamento precedentes. A dimensão total de frente do talhão assume-se como um dado fundamental de projecto.

Como exemplos, refere-se a solução desenvolvida em início dos anos 40 no quarteirão conformado pela Rua de Sá da Bandeira e Rua da Firmeza[828], em que as unidades se adaptam ao lote, procurando a sua rentabilização. Trata-se da mesma estratégia desenvolvida em soluções edificadas no quarteirão Rua Marquês de Subserra (São Sebastião da Pedreira), Rua Artilharia 1 (Avenidas Novas) e Rua Rodrigo da Fonseca (São Mamede), em Lisboa (1938)[829]. [**Fot. IX.14**]

Topos/remate de quarteirão. Blocos c/ configuração complexa [anos 30/40]

Apesar de não constituírem regra na construção da cidade, em meados da década de 30, observa-se a construção de edifícios com dimensão consideravelmente superior ao usual no panorama portuense. Um conjunto significativo de casos corresponde a situações de excepção ao nível de inserção urbana, nomeadamente cunhais e testas de quarteirão, como é o caso do edifício que conforma um dos gavetos da Rua de Fernandes Tomás com a Rua de Sá da Bandeira[830], o topo do quarteirão no cruzamento da Rua de Fernandes Tomás com a Rua de Santa Catarina e Rua de Alexandre Braga[831], ou o edifício no cunhal da Praça Mouzinho de Albuquerque (Rotunda da Boavista) com a Avenida da Boavista[832]. [**Fot. IX.15 e IX.16**]

Estes edifícios estruturam-se a partir de um ou vários acessos centrais, organizando um número variável de unidades em esquerdo-direito; apresentam uma configuração complexa, resultante de uma necessidade de rentabilização e adaptação às condições próprias de cada lote.

[828] LO 1943/0393 [DMAG]
[829] Obra 52573. Processo 52573. 1938 [AML].
[830] LO 1936/1746 e LO 1937/0797 [AHMP].
[831] LO 1942/0178 [DMAG].
[832] LO 1938/1093 [AHMP].

Rua do Campo Lindo, 258-277 [LO 1936/0017]

Rua da Regeneração, 94-122 [LO 1934/0479]

Fot. IX. 13 – Edifícios **com grande frente. Associação de edifícios em lote de frente estreita. Imagem unificada**

Rua de Augusto Luso, 159-189 [LO 1937/1314]

Rua de Sá da Bandeira, 562-614 [LO 1943/0393]

Fot. IX. 14 – Edifícios **com grande frente**. **Associação lateral de edifícios com saguão central e pátios abertos** (*redents*)

Rua de Sá da Bandeira, 236-268 [LO 1939/0151]

Avenida da Boavista, 320-346 [LO 1938/1093]

Fot. IX. 15 – Edifícios **com grande frente**. **Edifícios testa /remate de quarteirão**

Edifícios-quarteirão [anos 30/40]

Já nos anos 40, claramente como situação excepcional na morfologia da cidade do Porto, constroem-se edifícios ocupando a totalidade dos quarteirões, de que são exemplo os sectores superiores da Rua de Sá da Bandeira (exemplo do Palácio do Comércio[833]), ou o edifício localizado no troço final da Avenida de Fernão Magalhães[834]. [**Fot. IX.17**]

A desactivação de áreas extensas, ocupadas por antigas fábricas, ou operações de expropriação de terrenos impulsiona a reestruturação de determinadas áreas centrais da cidade, promovendo o desenvolvimento de planos de pormenor por parte do recém-criado Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto [GU]. As estratégias de parcelamento implementadas procuram adaptar-se a novos tipos de edifícios e modelos de habitação, procurando responder aos interesses de investimento dos promotores privados particulares.

Numa época em que os serviços de urbanização procuram intervir activamente na construção planeada do centro da cidade, estas unidades morfológicas assumem um papel fulcral na experimentação em torno da formalização e caracterização do interior dos quarteirões. Até à data, o quarteirão urbano constituía-se tradicionalmente enquanto uma unidade fechada e parcelada em lotes estreitos à medida que iam surgindo oportunidades de construção da frente de rua, lógicas que claramente se tentam inverter através de uma progressiva abertura e desenho de espaços públicos.

Em meados da década de 40, no quarteirão conformado pela Rua de Sá da Bandeira, Rua do Bolhão, Rua Guedes de Azevedo e Rua Firmeza, o GU conseguiu implementar, ainda que parcialmente, determinados princípios ensaiados anteriormente sem sucesso no quarteirão onde se implanta o Palácio do Comércio: materializa-se efectivamente um espaço público interior,

[833] LO 1947/0051 [DMAG]
[834] Processo de Licença de obras não localizado.

acessível e de servidão pública, assim como um único alinhamento para as fachadas posteriores dos edifícios que o confrontam.

A matriz de concepção espacial destes edifícios aparenta ser claramente importada, já que o esquema de acessos em esquerdo-direito não resulta, como já se referiu, de uma evolução de esquemas preexistentes. A proporção do fogo também difere radicalmente das lógicas tradicionais, resultando em módulos de menor profundidade e maior frente. O programa da habitação varia em função da área disponível para o apartamento.

Estes tipos de edifícios, apesar da sua escala e qualidade arquitectónica, constituem experiências de excepção, não tendo impacto na construção restante da cidade.

Associação de edifícios em esquerdo-direito regular compacto [anos 50]

A partir de meados da década de 1950, a ampliação da dimensão de frente do edifício alcança-se fundamentalmente através da associação lateral de um número variável de módulos em esquerdo-direito, com acessos independentes, unificados através de um desenho único de fachada. Neste tipo de edifício, observam-se variantes significativas, desde a repetição de unidades semelhantes, à associação lateral de tipologias bastante distintas, resultado de um processo de adaptação à morfologia especifica de cada parcela.

Estes edifícios consolidam um modelo de habitação concreto, com profundidade de 15 metros, configuração regular e compacta, instalações sanitárias na zona central do edifício, distribuição de núcleos funcionais sala/cozinha e zona de quartos, ao longo das duas fachadas. Gera-se, deste ponto de vista, um conjunto de variantes coniventes com lógicas associadas à habitação funcional/racional implementada noutros contextos: simplificação do programa funcional, compactação de áreas, racionalização construtiva.

Constata-se uma manifesta simplificação na forma, conseguida através da regularização da configuração dos edifícios, que se limita a associar unidades residenciais lateralmente. Essa mesma abstracção compositiva dará lugar a uma progressiva abstracção urbana, através da indiferente localização de espaços de serviço nas áreas adjacentes à fachada principal, privilegiando factores ligados à orientação solar, em detrimento da representatividade urbana.

Edifício no cruzamento da Rua de Guedes de Azevedo com a Rua do Bolhão [LO 1945/0218]

Edifício no cruzamento da Rua de Sá da Bandeira com a Rua de Fernandes Tomás [LO 1936/1746]

Edifício no cruzamento da Rua da Firmeza com a Rua do Bolhão [LO 1948/0643]

Fot. IX. 16 – Edifícios **com grande frente**. **Edifícios-quarteirão**. Blocos com configuração complexa

Palácio do Comércio. Rua de Sá da Bandeira [LO 1947/0051]

Edifício no cunhal da Avenida Fernão Magalhães com a Rua das Antas [LO extraviado]

Fot. IX. 17 – Edifícios **com grande frente**. **Edifícios-quarteirão**

X. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS. TOPOLOGIAS, TIPOLOGIAS E MODELOS

O prédio de rendimento portuense constitui-se como um elemento chave para o entendimento da mudança de paradigma sobre o modo como se constrói e habita a cidade do Porto na 1º metade do século XX. O processo de criação de uma nova forma de habitar, articulada com programas paralelos de intervenção urbana por parte dos serviços camarários, ou com incursões pontuais de substituição lote a lote, gerou fenómenos relevantes de transformação a diversos níveis. Estes traduziram-se não só em mudanças na morfologia da cidade e modernização da sua imagem, mas também numa resposta às ambições de um 'habitar moderno' de uma população crescente numa cidade com novas dinâmicas urbanas.

A 1ª metade do século XX representa um período fundamental na transformação tanto do tecido urbano do centro do Porto, como das próprias estratégias de intervenção urbana: a passagem de estratégias 'de melhoramento' para lógicas 'de planeamento'. O prédio de rendimento possui um papel activo em ambas estratégias, participando num processo conjunto de contínua experimentação gerada no confronto entre as opções de âmbito tipológico, a morfologia da cidade e parcelamento cadastral.

A especificidade arquitectónica desta transformação verifica-se, de igual modo, na relação com um contexto temporal, físico, socio-económico, cultural, político e regulamentar, revelando volumetrias, programas, linguagens e opções tipológicas de edificação que, por um lado, reproduzem práticas correntes de construção no Porto e, por outro, incorporam e adaptam modelos consolidados noutros contextos. Nesta dinâmica de permanente elaboração, o prédio de rendimento portuense assume-se como um elemento de continuidade e perpetuação de uma identidade, cuja caracterização contribui para o entendimento não só das obras arquitectónicas e das formas de habitação, mas também (e fundamentalmente) para a compreensão, ainda que circunscrita, de um período da história da cidade do Porto e do papel da arquitectura nesse percurso.

[1] GENEALOGIA E CARACTERÍSTICAS PARTICULARES DO EDIFICADO

1. Complexidade e adaptabilidade. Permanência e importação

O prédio de rendimento portuense representa um fenómeno tardio relativamente a outros contextos urbanos, como Lisboa e outras cidades europeias (Paris, Genebra ou Bruxelas). Em Lisboa, por exemplo, sinaliza-se a génese dos prédios de rendimento construídos de raiz para habitação no início do século XVIII, antes da reconstrução pombalina. No Porto, a construção dos primeiros edifícios dedicados especificamente a habitação com apartamentos distribuídos em andares é referenciada apenas a partir de meados da década de 20 do século XX, data que é corroborada pela consulta dos processos de licenciamento camarário, cujos registos remetem de igual modo para esse enquadramento temporal. Até tal data, o modelo de habitação plurifamiliar implementa-se por sobreocupação de estruturas preexistentes de carácter unifamiliar. Diversos autores[835] interpretam o surgimento tardio deste tipo de edifícios com base num conjunto relevante de factores: a ausência de uma tradição palaciana, a preferência pela habitação individual (favorecida pela possibilidade de aquisição de terrenos a baixo custo), as particularidades de parcelamento e morfologia da cidade, ou mesmo a limitada capacidade de investimento ou endividamento do cidadão portuense (entre outros).

Estes edifícios, independentemente da sua escala, apresentam modelos de habitação com soluções complexas e configurações variadas, o que demonstra assinalável plasticidade e adaptabilidade, gerada no confronto com os lotes urbanos, o programa ou a legislação ao nível

[835] *cf*. a título de exemplo:
Nonell, Anni Günther (2002). Porto, 1763/1852. A construção da cidade entre despotismo e liberalismo. Porto, FAUP Publicações. 1 ed. ISBN 972-9483-57-4.
Pereira de Oliveira, José Manuel (1973). O Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento. Coimbra, Instituto de Alta Cultura. 1 ed.
Teixeira, Manuel (1996). Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As ilhas do Porto. Lisboa, CLM-Fundação Calouste Gulbenkian; JNICT. 2 ed.
Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando (1992). Arquitectura Tradicional Portuguesa. Lisboa, Publicações D. Quixote.
Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

da salubridade. Esta característica formal altera-se de forma significativa a partir de meados da década de 50, com a fixação de determinados modelos de habitação e o progressivo abandono de outros.

Na realidade, a construção tardia de edifícios de habitação plurifamiliar de raiz teve como vantagem o facto de que, num período relativamente curto (cerca de três a quatro décadas, a partir de meados dos anos 20), se empreendesse um processo de persistente experimentação de modelos. A maior escala dos edifícios e da dimensão de frente dos lotes, a definição dos programas, a estruturação dos sistemas de acesso, das infra-estruturas de águas e esgotos, e a própria organização de espaços e funções, produzia novos desafios na concepção das habitações, designadamente na sua relação com o espaço público, e na aferição aos modos de vida dos próprios destinatários.

Sem tempo nem experiência consolidada nesta área, os donos de obra, os construtores e os projectistas, oscilam entre a segurança do recurso a modelos que conhecem e sabem construir, nomeadamente a adaptação de esquemas tradicionais com origem na habitação unifamiliar (o que implicou o redesenho e autonomização de dispositivos como o acesso vertical, e a incorporação de saguões, enquanto sistemas de ventilação e iluminação), e a importação e adaptação de modelos de habitação consolidados noutros contextos urbanos, que no panorama portuense foram assumidos como manifesta novidade.

A análise das matrizes de concepção espacial dos edifícios explicita a sua genealogia: uma parte significativa dos edifícios incorpora a frente estreita do lote, corrente no parcelamento portuense, como módulo estruturador. Nesses casos, localizam-se os acessos verticais na zona central do edifício, dando-se acesso a apenas um apartamento por piso. Mesmo em edifícios de maior dimensão de frente, repete-se esta estrutura, através de uma duplicação ou associação lateral.

A opção por modelos com configurações complexas, em U, T, O, a incorporação de saguões de grande dimensão, pátios posteriores abertos na fachada posterior, a concepção de edifícios de grande frente, a diferente proporção do edifício, ou a localização de acessos verticais na fachada principal ou posterior, por exemplo, revela o recurso a soluções arquitectónicas implementadas noutras cidades. Do mesmo modo, as soluções em esquerdo-direito, ou com mais de dois apartamentos por piso e núcleo de escadas remete para o mesmo fenómeno de importação e adaptação, um processo que resulta, normalmente, numa hibridez de modelos.

Do mesmo modo, em situações em que a dimensão do lote aumenta ligeiramente relativamente à métrica de parcelamento tradicional, e face à ineficácia dos modelos conhecidos, a estratégia na concepção dos edifícios passa pela adaptação de soluções conhecidas em cidades com tradição consolidada na construção de habitação plurifamiliar.

Neste enquadramento, de um modo geral, até 1956, data de alterações regulamentares[836] com relevância significativa, as matrizes de concepção espacial do prédio de rendimento possuem um potencial generativo intrínseco. Os modelos de habitação geram-se a partir de processos de composição motivados por novas exigências programáticas, recorrendo-se a estratégias de deformação, dilatação, compressão e agregação, resultando numa vasta diversidade de materializações e variantes formais.

Neste âmbito, a simetria representa um recurso sistemático na composição do edifício, especialmente na agregação das suas unidades habitacionais, através de mecanismos de repetição ou associação lateral. Este instrumento de desenho constitui um veículo de racionalidade e economia, na procura da optimização da relação entre espaço livre e espaço construído. A composição simétrica participa ainda de uma procura de sistematização na construção (regras e regularidades), que se afastam claramente de um conceito fechado de ortogonalidade. Nesta perspectiva, no projecto de arquitectura, a sua conjugação com a deformação topológica assume relevância, já que estes instrumentos possibilitam a simultânea aplicação de repetições de esquemas e a sua aferição ou adaptação a um local específico.

A deformação topológica inscreve-se de igual modo no processo de composição, já que concorre na resolução efectiva de problemas de desenho. Consequentemente, afasta-se de um mero formalismo de concepção volumétrica ou planimétrica. Surge essencialmente da necessidade de ajustamento da forma dos edifícios e configuração das plantas às circunstâncias concretas dos lotes urbanos (resultantes frequentemente de parcelamentos antigos). No arco temporal em estudo, moldam-se de igual modo os edifícios para maximizar a área de construção, através de prolongamentos de compartimentos, volumes anexos, saguões com configurações complexas; subvaloriza-se o paralelismo das paredes e a repetição modular. O

[836] [S.N.] (1956b). Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto. Separata do Boletim Municipal nº 1036. Porto, Câmara Municipal do Porto.

edifício constrói-se como uma peça única, moldada à situação particular de cada lote urbano. Ao longo da 1ª metade do século XX, estas lógicas de concepção e desenho arquitectónico traduzem-se naturalmente numa maior complexidade construtiva, o que no caso portuense, não constitui um factor decisivo para o seu abandono em favor de uma maior simplificação.

2. Programas de habitação

As diferentes opções relativamente à definição do programa do prédio de rendimento portuense prendem-se essencialmente com as preferências do dono de obra e projectista e com os seus próprios enquadramentos culturais.

Na 1ª metade do século XX, o prédio de rendimento introduz inovações programáticas face aos modelos de habitação precedentes, ainda que de forma não generalizada: estacionamentos individuais ou colectivos, espaços de recepção, escritórios e lojas. Estes programas não induzem, no entanto, modos de habitar colectivos, sendo que essa ausência define de certo modo uma especificidade portuense relativamente a contextos, em que os edifícios incluem sistematicamente habitação do porteiro, salas de reunião, ou espaços de tratamentos de roupa (no caso de edifícios ligados à Arquitectura do Movimento Moderno[837]).

Apesar de manifestamente distinto dos modelos de habitação unifamiliar ao nível do programa, a singularidade do prédio portuense com apartamentos em andares aparenta construir-se numa mesma lógica de relação com a cidade. Os prédios de maior dimensão localizam-se no centro urbano, palco privilegiado dos investimentos dos industriais abastados da cidade, ou das Companhias de Seguros e das Instituições Bancárias, focadas nas necessidades de habitação e locais de trabalho dos profissionais liberais. Em zonas mais afastadas do centro, vão surgindo prédios de menor dimensão, junto a escolas ou outros equipamentos, claramente enquanto estruturas habitacionais que servirão uma 'classe média' emergente, ligada à função pública.

[837] Exemplo do Bloco da Carvalhosa, Arménio Losa e Cassiano Barbosa, na Rua da Boavista, 571-583 [LO 1947/0295], com habitação de porteiro no piso da cave; o Bloco Costa Cabral, Viana de Lima, na Rua de Costa Cabral, 744-760 [LO 1954/0045/], com área comum para secagem de roupa; ou o Bloco Montepio Geral, Agostinho Ricca, na Rua de Júlio Dinis, 656 e Rua de São Paulo, 48-60 [LO 1961/ 0504], com habitação de porteiro no piso térreo e área comum no último piso.

A especificidade programática do prédio de rendimento portuense estabelece-se de igual modo nos modelos de investimento, numa cidade com maiores restrições económicas e dificuldades de acesso a financiamento bancário por parte dos proprietários, e em que construir um prédio não se traduz necessariamente num investimento com retorno garantido. Exceptuando zonas como a Rua de Sá da Bandeira ou a Rua de Ceuta, e algumas ruas que irradiam a partir da Avenida dos Aliados, a construção deste tipo de edifícios realiza-se caso a caso, lote a lote. É frequente o investimento de dois proprietários em pequenos prédios, ainda que com uma imagem unificada, separando-se as entradas e duplicando-se os acessos verticais, solução pouco frequente em contextos como o de Lisboa.

Na generalidade da edificação portuense, o promotor é particular, ou uma pequena sociedade de dois proprietários, que aparentam pertencer a uma classe com alguma capacidade financeira, ainda que as diferentes escalas de construção – desde o edifício geminado ao pequeno bloco de rendimento – indiquem diferentes estratos sociais e capacidade de investimento.

Na construção de maior escala, encontra-se uma classe de industriais abastados (que investe no mercado imobiliário através das suas firmas), as companhias de seguros, os bancos e as cooperativas. São casos mais conhecidos a firma Ferreira e Filhos, Lda., a companhia de seguros 'A Garantia', os bancos Borges e Irmão e o Montepio Geral, ou a cooperativa 'O Problema da Habitação'). Estas entidades contratam arquitectos com prática profissional reconhecida, entre os quais José Porto, José Ferreira Peneda, Júlio José de Brito ou Manuel da Silva Passos Júnior.

No caso dos promotores ligados à indústria, percebe-se uma maior influência de novos modelos arquitectónicos e linguagens, potenciada pelas viagens de lazer ou viagens de negócios e de aquisição de maquinaria para as suas fábricas. Nesta perspectiva, alargam-se os territórios de influências a locais como França, Bélgica e Suíça (especificamente Paris, Bruxelas, Genebra e Lausanne), onde a construção de prédios de rendimento se encontra já consolidada.

Relativamente à formulação do programa funcional do apartamento, a análise dos textos críticos publicados em revistas de arquitectura na 1ª metade do século XX, permitiu deduzir que a habitação plurifamiliar seria pensada essencialmente em função do número de compartimentos do apartamento, e não segundo tipologias predefinidas. O programa incluía um número variável de espaços habitáveis, dependente de cada encomenda específica. Existia um entendimento prévio entre projectistas e donos de obra, sobre o seu número mínimo no desenho da habitação,

para que esta fosse rentável e satisfizesse as necessidades dos arrendatários. Em alguns textos específicos aponta-se como mínimo dez compartimentos[838].

A observação de alguns edifícios portuenses projectados desde 1925 até inícios de década de 1950, permite expor algumas opções correntes relativamente ao programa funcional e, hipoteticamente, inferir algumas particularidades relativamente à sua dimensão, variantes e constantes. [Desenhos C1 a C5][839]

O núcleo fundamental, ou seja, o programa mínimo da habitação comum a todos os edifícios analisados, é composto por vestíbulo, cozinha, quarto de banho, sala de jantar e um número variável de quartos e outros espaços de arrumos (despensa, por exemplo). O tipo de compartimentos que enquadram o espaço doméstico é sensivelmente sempre o mesmo, variando essencialmente o número de quartos consoante o tipo de habitação, e os compartimentos de apoio (como a copa, ou o escritório). São casos excepcionais aqueles que apresentam apartamentos com a inexistência de quarto de banho completo, ou a designação de uma sala comum (o que será frequente a partir da década de 1950).

Nos apartamentos de maior dimensão surgem espaços como o 'escritório' ou 'sala de trabalho', a 'sala de costura' e a 'sala de visitas'. O compartimento 'despensa' figura de igual modo em quase todas as plantas. A 'sala de jantar' assume-se normalmente como o espaço de maior dimensão da habitação, localizando-se preferencialmente em zona próxima à cozinha, sendo os restantes compartimentos de áreas e configuração similar entre si.

Não existe uma passagem progressiva dos compartimentos 'sala de jantar' e 'sala de estar', para a 'sala comum', espaço que surge designado nos processos de obras com maior frequência a partir da década de 1950, e se mantém até aos nossos dias. Numa visão alargada, a percepção é de que

[838] [S.N.] (1936). "Um prédio de rendimento. Projecto do arquitecto Cassiano Branco." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), (nº11, ano XXVIII, 3ª série), Fevereiro de 1936, pp. 5-25.
[839] cf. Vol. 2, Ponto 10

a 'sala comum' sempre existiu em plantas de área reduzida[840], enquanto único espaço da habitação dedicado exclusivamente a funções colectivas e de convívio[841].

Relativamente à distribuição geral dos apartamentos, observa-se que os compartimentos mais representativos são projectados nas áreas adjacentes à fachada principal (salas e quartos); é frequente a distribuição de compartimentos utilizados no quotidiano (quartos, sala de jantar, sala de estar, etc.) pelas diversas frentes/fachadas; o agrupamento de serviços nas áreas adjacentes à fachada posterior e fachada associada ao saguão constitui uma regra, mas não o agrupamento de zonas de águas.

A disposição geral das habitações destes edifícios realiza-se com recurso a determinados princípios, codificados segundo lógicas de distribuição[842]: o encadeamento de compartimentos em *"enfilade"*, com circulação paralela ou perpendicular à fachada; a disposição por articulação de núcleos, sendo estes núcleos polarizados segundo funções de representação, quotidiano e/ou serviços; ou a divisão noite/dia, que se tornará prática corrente a partir de inícios dos anos 50 (e que corresponde a um modelo de habitação com disposição mais compacta, simplificação da forma, e crescente 'abstracção urbana', em que se distribuem as funções segundo padrões que não decorrem da estruturação da cidade, privilegiando-se a insolação, por exemplo).

Até à fixação do modelo de habitação que distribui as áreas funcionais segundo actividades dia-noite, no Porto, verificou-se que não existem opções tipológicas afectas a modos de habitar específicos de uma época, mas antes premissas de distribuição (ponderadas na relação mediada entre conforto, programa, regulamento, funcionalidade e carácter simbólico). Este facto determinou que, nesta cidade, um número relativamente contido de tipos de edifícios, tenha

---

[840] De que são exemplos os edifícios na Rua de Augusto Rosa, 176-190 [LO 1032/1935], ou na Rua da Alegria, 327 [LO 1945/0370], no Porto.

[841] Sobre a distribuição dos apartamentos e as alterações ao nível do programa da habitação cf., por exemplo:
Eleb, Monique; Debarre-Blanchard, Anne (1995). L' invention de l'habitation moderne. Paris, 1880-1914. [Paris], [Bruxelles], Hazan, Archives d'Architecture Moderne. ISBN 2-85025-384-7.
Moley, Christian (1999). Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6.

[842] *cf*. categorização em função da "representação dos códigos do habitar" explicitada por Moley em *"Identifier les figures de l'immeuble. Figures élémentaires de l'immeuble"*: Moley, Christian (1999). Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6. pp. 69-123.

permitido a produção de um elevado número de modelos de habitação, com diversos esquemas distributivos.

3. Referências e transferências de outros contextos

O surgimento tardio do prédio de rendimento portuense relativamente a cidades como Lisboa, Paris ou Genebra, e a sua implementação num curto espaço de tempo (entre três e quatro décadas) aparenta ter como consequência um processo de experimentação intenso, marcado pela sobreposição e a colagem, moldando uma paisagem ecléctica, composta por referências tradicionalistas e internacionais, não necessariamente actualizadas e frequentemente anacrónicas, veiculadas através de diversificados 'agentes'.

Neste processo, percepciona-se um período de maior diversidade nos modelos de habitação adoptados (que poderá corresponder a uma maior intensidade de experimentação), a que se segue uma posterior repetição de soluções (correspondendo a uma estabilização das formas de organização da habitação). A instituição de tipos de edifícios ou de modelos de habitação preferenciais e economicamente viáveis observa-se em meados dos anos 50, com modelos esquerdo-direito com configuração regular compacta implantados em lotes de frente de maior dimensão (normalmente com 15 ou 16 metros), e posteriormente, a partir da década de 60, na substituição lote a lote com frente de 12 metros.

Esta leitura conjunta permite inferir que a consolidação das formas de habitação plurifamiliar, no Porto, se realiza a partir de uma significativa simplificação de modelos, até à sua adopção como solução corrente.

A análise de um conjunto extenso de edifícios sugere que as referências arquitectónicas variam amplamente, não só em função do contexto e da configuração urbana, mas igualmente de acordo com as preferências do projectista e de quem encomenda. Se bem que na 1ª metade do século XX portuense Paris fosse o destino preferencial de formação complementar de alguns alunos privilegiados da Escola de Belas-Artes, parece fazer sentido ter em conta outras vias de influência, que não se movem necessariamente em meios eruditos, ou através do ensino académico. Neste processo, talvez seja relevante referir contextos urbanos mais próximos, como Lisboa, e canais de tráfego de informação como as revistas de arquitectura, especulando sobre o seu papel mediador neste trajecto de influências e referências.

Nesta teia de relações, as 'imagens' de arquitectura parecem viajar de um modo mais livre que os modelos de habitação, realidade plasmada em edifícios portuenses das mais diversas autorias, cujas fachadas revelam linguagens claramente importadas de cidades como as anteriormente referidas, mas cuja matriz de distribuição em nada se relaciona com os modelos a que aparentemente reportam.

Por outro lado, os modelos de habitação lisboetas também não aparentam estabelecer-se como uma referência imediata, face à manifesta divergência nas opções tipológicas constatadas na análise dos edifícios, a que se acrescem evidentes diferenças nas características dos lotes e de enquadramento urbano. As diferenças na métrica do parcelamento dos lotes lisboeta e portuense constitui um factor relevante. No Porto, os lotes tradicionais apresentam larguras de cerca de 6/7 metros, resultando os lotes de maior frente em múltiplos desta dimensão. Em Lisboa, os lotes de frente estreita mais frequentes apresentam dimensões entre 8 e 10 metros, o que origina matrizes de concepção espacial bastante distintas. A associação de unidades de frente estreita e consequente duplicação de acessos é uma opção corrente no Porto. Numa lógica distinta, o modelo esquerdo-direito com uma única caixa de escadas constitui o modelo corrente lisboeta, cedo adoptado enquanto solução optimizada de organização do programa do edifício.

Nos edifícios com dois apartamentos por piso, não se identificaram igualmente similaridades imediatas. A opção por modelos esquerdo-direito com apenas um acesso central, não representa uma solução usada dominantemente no Porto, durante a década de 20 e 30. É corrente a construção de edifícios com dois apartamentos por piso, mas com acessos independentes. Os casos pontuais em esquerdo-direito referenciados a partir de meados da década de 40, exibem modelos próximos de outros contextos (França ou Bélgica), com configurações em U ou L, com saguão central ou pátios abertos. Pelo contrário, em Lisboa, o esquerdo-direito traduz-se num modelo de longa data reproduzindo-se consistentemente na 1º metade do século XX, ainda que com diferentes soluções formais (modelos compactos, saguão central, saguões laterais, profundidades variáveis, etc.).

A distribuição dos apartamentos dos edifícios portuenses de habitação construídos entre as décadas de 20 e 50, apresentam similaridades pontuais relativamente aos modelos lisboetas. Tal facto verifica-se tanto nas construções de frente estreita como de maiores dimensões, apesar das diferenças ao nível da largura da frente de lote, configuração do edifício ou das opções em função dos dispositivos de acesso central ou ventilação. Refere-se especificamente a localização preferencial da cozinha na área adjacente à fachada posterior, e da sala de jantar em zona

próxima à cozinha. Como diferença fundamental, ressalta o facto da articulação escritório/sala junto à entrada ser pouco frequente nos projectos portuenses, assim como a preferência pela localização dos quartos nas áreas adjacente às fachadas principal e posterior, em detrimento das frentes de ventilação criadas pelos saguões (o que constitui uma prática corrente em Lisboa).

Apesar das relações de influência que se possam estabelecer entre o contexto francês, o lisboeta e os modelos de habitação adoptados no Porto, algumas soluções não encontram paralelo nos prédios portuenses, como é o caso da ventilação e iluminação das cozinhas através do saguão central, que não é usada dominantemente no Porto.

[2] MORFOLOGIAS DO CENTRO DA CIDADE E CONTEXTOS ESPECÍFICOS

1. Dimensão urbana

Do ponto de vista da análise arquitectónica, o prédio de rendimento construído no Porto exibe especificidades que o ligam a um contexto específico.

Estes tipos de edifícios materializam-se com características, escalas e localizações muito diversas na cidade, assumindo um peso variável na transformação da sua morfologia. Os casos estudados permitiram constatar que os edifícios de grande dimensão (ao nível de extensão de fachada, número de pisos e mesmo escala de investimento) foram construídos essencialmente na Rua de Sá da Bandeira (década de 30 a 50) e na Rua de Ceuta (década de 50). Nas restantes áreas urbanas a sua construção fez-se por circunstância de oportunidade e à escala do 'lote a lote'. Do ponto de vista arquitectónico e urbano, esta especificidade distancia o prédio de rendimento portuense dos homólogos construídos em Lisboa, cidade com uma tradição consolidada no âmbito da habitação plurifamiliar.

Aparentemente, se estes novos edifícios, de maior dimensão e com linguagens renovadas, se integravam na escala e lógica organizativa do centro administrativo e comercial da cidade consolidada (e particularmente quando surgiram frentes de terreno com dimensão assinalável), o mesmo não se verifica noutras zonas da cidade. Nos arruamentos de expansão, os prédios de rendimento revelam um menor grau de ajuste relativamente ao tipo de construção que prevalecia – a edificação de pequena escala, sem particular regulamentação específica ao nível de cérceas ou de linguagens, nem manifesta lógica de conjunto (como se constata em alguns sectores na Avenida Fernão Magalhães, Rua da Alegria ou Rua de Costa Cabral, por exemplo, em que se observam significativas assimetrias volumétricas).

Não obstante esta realidade, localizaram-se conjuntos urbanos coesos e com assinalável extensão, em diversas ruas da cidade, compostos por prédios de rendimento com características arquitectónicas semelhantes, construídos sensivelmente na mesma época. É o que se verifica em sectores como os estudados na Rua de Fernandes Tomás, na Rua do Doutor Alves da Veiga, na Rua da Boavista, na Rua da Regeneração, na Rua de António Cândido, na Rua de Diogo Brandão, ou no quarteirão estudado na Rua do Campo Lindo, por exemplo. A volumetria, composição da fachada, tipo de materiais utilizados e o próprio programa permitem diferenciar

estes edifícios dos da envolvente construída. Neste sentido, estes conjuntos reforçam a sua coerência enquanto forma de habitação com uma identidade própria, reconhecível, constituindo-se nessa medida como formas urbanas relevantes para a compreensão da estruturação de determinadas 'partes de cidade' no Porto.

2. Os regulamentos, a transformação dos modelos de habitação e da forma da cidade

A consolidação de certos tipos de edifícios, modelos de habitação e tipologias assume-se genericamente como o resultado de um processo lento de validação de lógicas herdadas e partilhadas, um processo cultural do foro arquitectónico, social, económico e político.

No caso específico do Porto, a regulamentação constituiu um factor determinante nas metamorfoses tipológicas dos modelos de habitação ou fixação de determinados modelos e esquemas de organização, no período compreendido entre os anos 20 e os anos 50. Naturalmente, a imposição de regras por via legislativa não se assume como um aspecto isolado neste processo, face ao peso de variáveis como o programa do edifício, a cultura do projectista, as preferências do dono de obra, as características particulares dos lotes, ou a necessidade sempre presente de rentabilização máxima de cada operação imobiliária.

No Porto, os modelos de habitação dos edifícios e a distribuição dos apartamentos produzidos desde meados dos anos 30 até início dos anos 60 do século XX é extremamente diversa. Contudo, esta constatação não altera o facto de que, em algumas situações específicas, os regulamentos tiveram consequências efectivas nas práticas da Arquitectura. A proibição da incorporação do saguão, através dos regulamentos publicados em 1956[843], interrompeu experimentações tipológicas no âmbito da construção de raiz, provocando o desaparecimento rápido de tipos de edifícios, que desde os anos 20 vinham ganhando expressão na transformação da morfologia e da imagem da cidade. A proibição da incorporação deste dispositivo de ventilação e iluminação, e a limitação da profundidade dos edifícios (outra imposição expressa no Regulamento do Plano Regulador de 1956), para além de ter conduzido a alterações

[843] [S.N.] (1956b). Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto. Separata do Boletim Municipal nº 1036. Porto, Câmara Municipal do Porto

evidentes nos modelos de habitação, originou um manifesto empobrecimento ao nível de desenho e concepção do edificado. Impôs-se tacitamente um tipo de edifício, com configuração regular e condutas de ventilação, viabilizada por uma visão tecnocrática apoiada no argumento isolado da salubrização eficiente dos espaços da habitação.

No entanto, a construção de edifícios sem saguões, no Porto, não se inicia em meados dos anos 50 do século XX, com a proibição do saguão. Pelo contrário, materializa-se em modelos de longa data, edificados paralelamente às soluções arquitectónicas que o implementavam como dispositivo chave de concepção do edifício de habitação plurifamiliar. Naturalmente, o avanço das soluções técnicas de ventilação das áreas centrais da edificação, aliada à necessidade sempre presente de rentabilização e eliminação de espaços, ou vazios desnecessários, ditaria o progressivo desaparecimento dos modelos que incorporavam este dispositivo. Contudo, a proibição textual e taxativa do saguão por via regulamentar, no caso portuense, interrompe de forma abrupta vias de experimentação no âmbito da habitação plurifamiliar de raiz, que no caso portuense, na 1ª metade do século XX, tinham adquirido uma expressão relevante.

3. A dimensão da frente do lote e a matriz de concepção dos edifícios

Nos processos de transformação da morfologia do centro urbano portuense, até início da década de 30, numa lógica de 'melhoramento urbano', não se coloca em causa a métrica de parcelamento instituída, ou o modo tradicional de divisão do território: os edifícios de habitação plurifamiliar construídos de raiz adaptam-se ao lote tradicional, profundo e estreito, com uma largura de frente de aproximadamente 6/6,50 metros. A sua matriz de organização espacial assemelha-se à estrutura dos edifícios de habitação unifamiliar precedentes, procurando soluções de adaptação através da autonomização e funcionamento independente do núcleo de acesso vertical, e da introdução de saguões, enquanto dispositivo de ventilação das zonas centrais dos edifícios.

Numa fase intermédia de 'transição de lógicas' localizada temporalmente entre 1930 e 1940, observa-se um alargamento da dimensão de frente da parcela, provavelmente motivado pelas possibilidades oferecidas pelas alterações na técnica construtiva dos edifícios. Foram identificados lotes (entre paredes de meação) com dimensões entre 7,50 e 9 metros, nos quais se constroem edifícios com modelos de agregação por duplicação (com larguras de frente de 15/16 metros), incorporando um único saguão central.

Em meados da década de 30, início da década de 40, com a criação do 1º Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto, pondera-se a implementação de novos modelos morfológicos de desenho do quarteirão, com estudos de pormenor relativamente à divisão dos terrenos disponíveis: parcelam-se em lotes com dimensão totalmente distinta da métrica tradicional (cerca de 16 metros na Rua de Ceuta, por exemplo) ou de grande frente (como acontece nos quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira). Uma questão relevante é que, simultaneamente, se continua a dividir o território ou a construir seguindo dimensões conhecidas e longamente utilizadas, como se verifica na Rua do Bolhão ou na Rua de Rodrigues Sampaio.

No caso particular do Porto não aparenta existir uma relação de causalidade directa entre a dimensão do lote e a opção por determinado tipo de edifícios, no que diz respeito à habitação plurifamiliar construída de raiz. Tal facto é corroborado pela expressa variedade na concepção tipológica, em edifícios com a mesma largura de frente. Em alguns casos, seguem-se e adaptam-se modelos precedentes, já amplamente testados em lotes com dimensões de frente conhecidas. Noutras situações, associam-se dois lotes e experimentam-se novos modelos, associando-se o saguão como forma de rentabilização.

Já fora desta lógica de continuidade, que se desenham essencialmente aliadas à manutenção das dimensões tradicionais da parcela portuense, verifica-se uma experimentação paralela recorrendo a modelos de habitação importados, que pressupõe a exploração de diferentes tipos de edifícios e de frentes de lote de maior dimensão, preferencialmente superiores a 12 metros. Constata-se de igual forma que as possibilidades de experimentação oferecidas por lotes de grande frente, acima de 15/20 metros, são efectivamente superiores às disponibilizadas pela associação simples de dois lotes tradicionais de 6 metros.

A dimensão da frente de lote constitui-se, portanto, como um factor fundamental na concepção da habitação plurifamiliar construída de raiz, potenciando uma experimentação continua na concepção dos edifícios e das suas matrizes de organização. No entanto, ressalta-se a importância de associar a esta equação tipo-morfológica outras variáveis, tais como a evolução técnico-construtiva, a necessidade de rentabilidade das operações imobiliárias (e consequente compressão do apartamento), ou novas lógicas de organização funcional e social da habitação, e de ocupação dos logradouros.

De sublinhar são também as pequenas variações programáticas dos apartamentos, nos diversos

modelos de habitação plurifamiliar em andares, nomeadamente a localização, dimensionamento e valorização das áreas de serviço, casas de banho, cozinha; marcação do vestíbulo de entrada, etc.), assim como as próprias preferências e informações do projectista e proprietário de cada edifício.

[3] TIPOS DE EDIFÍCIOS E MODELOS DE HABITAÇÃO

A investigação conduzida possibilitou a delimitação de um conjunto de tipos de edifícios, cuja ligação às práticas correntes de construção do unifamiliar se pode medir nas opções que são feitas relativamente à dimensão da frente do edifício, sistemas de acesso vertical, dispositivos de ventilação e sistemas de abastecimento de águas e saneamento.

Na definição destas matrizes de concepção espacial, concorre paralela e simultaneamente um processo híbrido de adaptação e assimilação de referências e influências, que nem sempre se traduz na sua integração directa ou integral. Esta dinâmica resulta na produção de modelos de habitação com características diversas, naturalmente com distintos graus de ajustamento relativamente às especificidades locais das preexistências construídas, ou da própria morfologia da cidade.

Esta síntese encontra-se materializada num conjunto de desenhos (*vol. 2, ponto 10*), nos quais se constrói uma narrativa dos principais tipos de edifícios de habitação plurifamiliar portuense e se exemplificam as variantes/modelos de habitação localizados neste contexto particular, usando como referência um conjunto de edifícios que se considera representativo.

Edifício em lote de frente estreita. Continuidade
[Desenho C1]

No Porto, constatou-se a existência de um tipo de edifício que se gera num processo de continuidade das tradições de construção de habitação corrente, caracterizado pela frente estreita, com apenas um apartamento por piso e escada localizada em zona central, associada à parede de meação. O edifício *com frente estreita* amplia-se frequentemente por duplicação por simetria (geminação) ou por associação lateral em série, construindo-se tanto na cidade consolidada como nas principais ruas de expansão. Dá origem a um extenso número de modelos e variantes formais, decorrentes da especificidade das opções tipológicas relativamente ao modelo e localização do núcleo de acesso vertical, à localização da cozinha ou à introdução de dispositivos de ventilação e iluminação, como por exemplo o saguão.

Edifício em lote de frente alargada. Adaptação. Importação
[Desenho C2]

Este tipo de edifício surge em lotes de dimensão atípica, espaços sobrantes, ou situações urbanas de excepção, em que a frente do lote é ligeiramente superior à métrica tradicional de parcelamento (entre 8 e 10 metros). A dimensão superior da frente de lote encontra, com maior facilidade, paralelismos noutros contextos urbanos, facilitando a importação de modelos, e um consequente afastamento das matrizes tradicionais de construção portuense.

O edifício *com frente alargada* sugere concepções com diferentes referências: em alguns casos dilata-se a matriz conhecida, resultando frequentemente numa organização dos apartamentos com espaços desproporcionados (a menos que o edifício apresente profundidade reduzida), noutros casos importam-se modelos com tradição noutros contextos, como por exemplo em Lisboa. Nesta cidade, o parcelamento em lotes de 8 a 10 metros de largura é frequente em áreas consolidadas na 1ª metade do século XX. Os modelos de habitação implementados traduzem-se frequentemente em configurações *em L* ou *regular compacto*, ampliando-se por geminação ou duplicação por simetria.

Edifício em esquerdo-direito com configuração complexa. Hibridez. Adaptação a novas lógicas
[Desenho C3]

No Porto, constrói-se simultaneamente um número significativo de edifícios com características claramente distintas, exibindo frentes de maior dimensão, configuração irregular, a incorporação de saguões centrais, pátios laterais na fachada posterior ('*redents*') e pátios abertos de grande dimensão, ou com escadas localizadas na fachada urbana, desvinculando-se da métrica tradicional de parcelamento. Estes edifícios exibem matrizes de concepção importadas de outros contextos, adaptadas às frentes de lote disponíveis, ponderando com maior assertividade factores ou lógicas como o programa do edifício e da habitação (caracterizando-o de modo mais especifico), a rentabilização dos acessos verticais, os princípios de distribuição, a qualificação espacial e os padrões de conforto. Contudo, este facto não invalida caminhos de continuidade em aspectos menos proeminentes, como algumas lógicas de distribuição (a localização sistemática da cozinha em zona afastada da entrada, por exemplo), de relação com o espaço público (o rés-do-chão complanar com a rua, ou o carácter multifuncional do edifício), ou a

manutenção de determinado tipo e dimensão de compartimentos nos espaços da habitação (como a sala de visitas, ou o escritório).

O edifício em *esquerdo-direito com configuração complexa*, que concentra num único núcleo de escadas o acesso a dois apartamentos por piso, claramente não se filia numa linha de continuidade, nem se refere à largura tradicional do lote. Tanto se formaliza em talhões de terreno de dimensões similares aos edifícios de frente estreita, anexados, como em lotes de dimensão atípica, ou em lotes de grande dimensão de frente.

A principal variação nos modelos de habitação que decorrem deste tipo consiste nas diferentes soluções relativamente aos sistemas de acesso vertical, sistemas de ventilação e regularidade da configuração da planta. Dependendo do modelo adoptado, encontraram-se referências em edifícios construídos em Lisboa, Bruxelas ou Paris, cuja via de influência se manifesta, precisamente, na complexidade/regularidade da configuração do edifício, na incorporação do saguão central ou pátios laterais, na localização da caixa de escadas (especialmente quando colocada na fachada), ou na introdução de habitação no piso térreo, e consequente sobreelevação desse piso.

O edifício em *esquerdo-direito sem saguão*, no Porto, originou modelos radicalmente diferentes, sofrendo alterações bastante abruptas num espaço de duas décadas, por oposição aos processos evolutivos observados noutros contextos (nomeadamente o francês). Os modelos construídos entre meados da década de 30 e início da década de 40 apresentam profundidade reduzida (cerca de 12 metros), uma frente extensa, localizando os núcleos de acesso vertical e os serviços nas áreas adjacentes à fachada posterior. A sua configuração é irregular, indicando a adaptação ao lote como critério fundamental de rentabilização da operação imobiliária. A partir de início dos anos 50, pode constatar-se uma alteração radical na configuração e distribuição dos edifícios, que passam a desenhar-se com um modelo compacto, regular, com o núcleo vertical de acessos e os sistemas de ventilação colocados em posição central.

Edifício em esquerdo-direito regular compacto (15m profundidade). Fixação de um modelo [Desenho C4]

Nos tipos de edifícios filiados em lógicas independentes das métricas tradicionais de parcelamento, destaca-se um esquema de grande especificidade, estruturado em *esquerdo-*

direito com configuração regular e modelo compacto. Trata-se de um esquema que começa a ser sistematicamente usado a partir do início da década de 1950, especialmente após a promulgação do Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto [RPGCP, 1956], gerando variantes com diversas proporções e soluções de distribuição. Os modelos de habitação implementados não traduzem diferenças significativas ao nível das opções tipológicas, organizando o apartamento numa divisão de funções dia-noite, e recorrendo a sistemas de ventilação por condutas e consequente localização de instalações sanitárias nas áreas centrais do edifício. A cozinha mantém-se, frequentemente, localizada nas áreas adjacentes à fachada posterior.

Edifício com grande frente
[Desenho C5]

Os edifícios com *grande frente* representam um tipo de edifício completamente distinto dos referidos anteriormente, resultando normalmente da associação de várias unidades residenciais em esquerdo-direito, de frente estreita, ou da concepção de um bloco único, com acessos em galeria conjugando diferentes tipos de acesso central. A concepção de edifícios com soluções particulares na situação de gaveto constitui uma prática corrente, tal como a construção de edifícios de remate de topos de quarteirões existentes.

Os edifícios ocupando a totalidade do quarteirão surgem no Porto de forma bastante localizada, nomeadamente na zona Norte da Rua de Sá da Bandeira. Traduzem-se em unidades morfológicas com particular interesse, uma vez que a sua concepção coloca questões pertinentes relativamente à formulação dos espaços exteriores gerados no interior dos quarteirões (forma, carácter, tipo de acesso e programa, por exemplo).

PERSPECTIVAS. DO PRÉDIO DE RENDIMENTO À HABITAÇÃO CONTEMPORÂNEA. RELAÇÕES ENTRE INVESTIGAÇÃO, TEORIA E PROJECTO

1. A análise de um corpo alargado de edifícios no âmbito da habitação plurifamiliar portuense construída de raiz permitiu uma visão abrangente do processo de transposição de determinadas práticas de concepção para um modelo relativamente rígido, instituído sensivelmente em meados da década de 50 do século XX e que se mantém estável até aos dias de hoje.

A percepção deste processo de transformação fundamenta-se num estudo de carácter sistemático, ainda que interpretativo, no qual não é possível iludir a inevitabilidade da pesquisa de campo e a recolha extensiva de informação, o confronto com a realidade construída da obra arquitectónica, assim como com as suas particularidades. O avanço do conhecimento encontra-se suportado pela constatação de dados factuais presentes em fontes documentais, contrapondo-se a análises parciais ou a leituras generalistas.

Neste sentido, a investigação apoiada nesta perspectiva tipo-morfológica depende de parâmetros concretos de análise, a base para construção de processos interpretativos e de um conhecimento aprofundado das particularidades dos objectos arquitectónicos, num contexto e época definidos.

É esta análise que permite considerar que as opções tipológicas contemporâneas não colocam em causa um modelo de habitação concreto, genericamente estruturado em módulos esquerdo-direito de configuração regular, com uma organização interna que estabelece sistematicamente a separação entre 'zonas de dia' e 'zonas de noite'. Em edifícios de maior escala, experimentam-se outras soluções de acesso central como modo de rentabilização (galerias, por exemplo), mas usualmente não se questiona o modelo de referência.

2. Na prática e no ensino do projecto de Arquitectura, mais do que o encadeamento histórico de factos, estes processos interpretativos abrem a possibilidade de aquisição de ferramentas de construção de pensamento e de apoio a práticas de intervenção, através de duas vias: a proposta de metodologias específicas de inventariação e análise (focadas na identificação de conjuntos de edifícios com coerência urbana, e não em casos isolados) e a sua caracterização tipo-morfológica e integração num processo de transformação urbana.

No Porto, a inventariação de edifícios de produção corrente de tipo plurifamiliar não se encontra ainda realizada. Apesar de documentos como a *Carta do Património,* constante no Plano Director Municipal do Porto (2005)[844] conter um registo de edifícios caso a caso, a fundamentação da sua selecção recai nas qualidades arquitectónicas dos edifícios, ou na autoria de projecto, afastando-se de uma inventariação exaustiva.

Na investigação empreendida nesta tese propõe-se uma metodologia de inventariação de carácter sistemático, interpretativa, tendo em vista a identificação de conjuntos edificados com alguma coesão e coerência, fundamentando-se a sua delimitação em critérios de ordem temporal e urbana. Esta metodologia permite a identificação de novos casos de estudo, sectores urbanos ou partes de cidade com potencial valor patrimonial ou interesse no aprofundamento sobre a construção da cidade do Porto na 1ª metade do século XX.

A caracterização tipo-morfológica do prédio de rendimento, foco primordial desta investigação, encontra-se ancorada num conjunto concreto de parâmetros de análise que procuram esclarecer as opções dos projectistas relativamente à matriz de concepção espacial dos edifícios de habitação plurifamiliar construídos de raiz, num arco temporal e num contexto social, económico e regulamentar determinados. Esse conjunto de parâmetros constitui a base fundamental da análise, uma lógica e estrutura conceptual que naturalmente não se esgota num objecto arquitectónico, num conjunto delimitado de casos de estudo ou exemplos, nem numa época definida. O potencial interesse desta investigação do ponto de vista pedagógico, para o ensino e prática do projecto de Arquitectura, poderá estabelecer-se não só pelo conhecimento e construção teórica gerados sobre o prédio de rendimento portuense e transformação dos modos de habitar, mas também pela proposta de concretos instrumentos metodológicos de análise tipo--morfológica.

3. É um facto a existência de diferenças objectivas entre a adaptabilidade dos diferentes modelos de habitação em uso na 1ª metade do século XX e os modelos contemporâneos de

[844] *"Imóveis de Interesse Patrimonial, identificados na Planta de Ordenamento - Carta do Património e no Anexo I deste regulamento", actualizado em 2012. in [S.N.] (Setembro de 2005).* Regulamento do Plano Director Municipal do Porto.

habitação, e esta é uma questão chave para desenvolver novas perspectivas relativamente à reabilitação da habitação do passado e à concepção da habitação do futuro.

A demonstrada complexidade arquitectónica (configuracional, volumétrica, construtiva e decorativa) destes edifícios, contracena com uma aparente simplicidade da sua transformação, materializada na relativa facilidade com que estas estruturas se podem adaptar (reutilizar, reabilitar ou reocupar) na actualidade. O encadeamento de compartimentos facilita a anexação de espaços e consequente redimensionamento das áreas habitáveis, a localização periférica da cozinha permite a sua simples desactivação, e a independência entre a fachada e a atribuição funcional dos compartimentos facilita a reafectação funcional de todo o apartamento (ou edifício), o desdobramento de entradas e circulações permite distintos circuitos. Para o comprovar, basta referir a realidade da terciarização de edifícios de habitação construídos nas décadas de 30 e 40 ocorrida nas décadas de 70 e 80, ou actualmente o retomar da sua anterior função habitacional.

Um indicador decisivo para a avaliação da capacidade de metamorfose deste tipo de edifícios e respectivos modelos de habitação, é o volume de aditamentos ao projecto inicial constante no próprio Processo de Licença de Obras. Grande parte dos edifícios sofre ao longo do seu processo de avaliação camarária as mais diversas alterações: programa dos pisos, distribuição dos apartamentos no piso, distribuição funcional do apartamento, etc., mantendo apenas como constantes a configuração, a localização dos núcleos principais de circulação vertical e ventilação e a estrutura portante.

Na construção recente de habitação plurifamiliar, estão relativamente identificados alguns parâmetros de rigidez ou inibidores de transformações futura como, por exemplo: a excessiva especialização dos compartimentos e das próprias fachadas dos edifícios (de que são exemplos a cozinha e a lavandaria), a separação de núcleos funcionais, a dificuldade de anexação de compartimentos através da simples supressão de paredes, ou a inexistência de espaços de utilização versátil localizados em zona próxima da entrada. O modelo de habitação reproduzido contemporaneamente traduz-se no resultado de lógicas testadas e assimiladas desde o início dos anos 60 (de compressão de áreas, redução de custos, optimização construtiva e, acima de tudo, de adaptação a um modo de vida identificado como 'padrão' para a ‘classe média’).

Os modelos de habitação no Porto tornaram-se relativamente estáveis desde meados de 1950 até ao presente, mas existem questões que é necessário considerar no processo de transição da

habitação unifamiliar para o plurifamiliar de raiz na década de 20, e que aparentemente ainda não encontraram soluções satisfatórias. Refira-se, por exemplo, o desenho e caracterização dos espaços exteriores de carácter privado, nomeadamente o interior dos quarteirões (no caso da cidade consolidada), ou os espaços de transição entre os edifícios de habitação e os espaços de carácter público, como a própria rua. São questões que foram pontualmente equacionadas em intervenções residenciais de maior escala, no início da década de 60, designadamente no Campo do Luso/'Lima 5' (arquitectos José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos), ou no Complexo Residencial da Boavista/ 'Graham' (arquitecto Agostinho Ricca).

4. Na cidade do Porto, actualmente, reconhece-se um aumento exponencial da reabilitação de antigos prédios de rendimento, o que por si justifica a necessidade de uma identificação rigorosa das suas características particulares e dos parâmetros que definem a sua identidade (e consequente valor patrimonial).

As estratégias de intervenção e colocação no mercado de venda têm oscilado entre a recuperação de apartamentos peça a peça, geralmente por particulares individuais, e a aquisição da totalidade do prédio por construtoras ou empresas dedicadas ao ramo imobiliário (o que é facilitado pelo facto de muitos edifícios ainda pertencerem a um único proprietário).

Parte dos investidores apercebeu-se de um nicho de mercado de compradores (habitantes ligados a profissões liberais com maior cultura arquitectónica), com interesse em viver no centro da cidade e em edifícios com determinadas características identitárias, que valoriza este género de apartamentos e o modo como são reabilitados. Trata-se de um tipo de cliente que, na perspectiva dos promotores, não se identifica nem com as soluções padronizadas da construção corrente no âmbito da habitação plurifamiliar, nem com a sua localização na cidade.

Neste contexto, opta-se de um modo crescente por estratégias de reabilitação e colocação no mercado de venda mais limitadas, em que apenas de recuperam as fachadas e áreas comuns, facultando aos novos proprietários a possibilidade de organização dos espaços da habitação e escolha de materiais de revestimento interior. É possível localizar casos concretos de edifícios intervencionados recentemente constantes nesta investigação, com escalas distintas, nomeadamente na Rua de Sá da Bandeira 446-498 (cunhal com a Rua Fernandes Tomás), o edifício no número 502-512, também na Rua de Sá da Bandeira, ou o número 437-453 da Rua Fernandes Tomás (cruzamento com a Rua da Alegria). Prevê-se que estas estratégias de

intervenção se ampliem a um número exponencial de edifícios, face às qualidades arquitectónicas e potencialidades de transformação que foram sendo evidenciadas no presente estudo.

O alargamento do conhecimento acerca do prédio de rendimento, o seu reconhecimento na cidade, a percepção das suas características, e acima de tudo a sua integração nos processos longos de transformação da cidade do Porto, podem contribuir de um modo relevante para uma intervenção mais informada por parte dos promotores imobiliários e serviços camarários. Por outro lado, as metodologias e as ferramentas de análise, avançadas adequam-se a distintas obras arquitectónicas e permitem, de igual modo, um alargamento a outros enquadramentos temporais.

5. Noutra perspectiva, uma das constatações recorrentes para quem estuda arquitectura produzida na 1ª metade do século XX português, é que esta tem sido sistematicamente divulgada a partir de guias e inventários. No caso do Porto, recorre-se quase que exclusivamente à figura do 'Guia de Arquitectura moderna', registando-se os edifícios de maior qualidade arquitectónica ou de produção de autor reconhecido (projectados por arquitectos, por exemplo).

Ainda que não se tenha constituído como um objectivo específico, a presente investigação sugere um conjunto de instrumentos operativos para a sistematização e transmissão de conhecimento acerca da arquitectura de produção corrente, para além do evidente estudo empreendido relativamente a uma cidade concreta ou do seu edificado.

O modo como se conduziu a análise acabou por resultar na composição de uma matriz crítica e problematizadora, onde se inscrevem dados que não se esgotam na condição objectual dos edifícios. Estes dados decorrem de factos históricos, de intenções e projectos, concretizados ou não, referentes à intervenção nestes espaços urbanos. Procuram-se encadeamentos lógicos que clarifiquem os parâmetros que poderão validar a atribuição de valor à arquitectura (de habitação) corrente.

Na caracterização e divulgação do 'património corrente' portuense, julga-se ser essencial introduzir vertentes informativas que ultrapassem as particularidades arquitectónicas de cada edifício, inserindo-o fundamentalmente num processo cultural, de lenta assimilação ou transformação de lógicas herdadas. Esta pretensão poderá ser materializada através da inclusão de dados que informem o leitor acerca de dimensões históricas, urbanas, tipológicas,

referências[845]. A metodologia necessária para inverter a abordagem sistematicamente redutora empreendida neste tipo de documentos, poderá passar por um levantamento documental de cartografia e iconografia significativa, que de algum modo contribua para a construção de uma 'imagem referencial' relativamente aos processos de abertura, traçado e consolidação das ruas e construção dos quarteirões urbanos; a representação conjunta das matrizes de concepção do edificado, de modo a evidenciar a sua relação com a morfologia da cidade; a definição de parâmetros de análise/caracterização dos edifícios.

Assim, é expectável que a referenciação do tipo de documentação disponível nos Arquivos Municipais, assim como a diversidade de leituras e interpretações lançadas a partir de parâmetros concretos de análise – corpo da investigação conduzida –, suscitem modelos de divulgação das obras arquitectónicas distintos dos que sistematicamente se reproduzem. Como materialização efectiva deste tipo de abordagem, apresenta-se nos *Documentos de Referência*, *ponto 9*, um conjunto de três painéis e respectivo texto de catálogo, elaborados para a exposição itinerante "Cidade e Arquitectura. Património Arquitectónico do século XX: 1910-1974."[846]

6. O 'prédio de rendimento', expressão datada, refere-se a uma forma urbana de habitação com determinadas especificidades arquitectónicas.

Questionar e caracterizar o prédio de rendimento portuense, enquanto Arquitectura, implicou esclarecer o seu papel na génese e consolidação da forma e significado de partes de cidade do Porto. Ao longo desta investigação, procurou-se demonstrar esse imbricamento através de vários enfoques, de múltiplas vertentes de análise da arquitectura enquanto materialidade e desenho. Constatou-se que a relevância deste tema, que num estádio inicial se intuía como inquestionável face à verificação de um número significativo de exemplares na cidade do Porto, se adensou pela via da sua dimensão urbana. O prédio de rendimento estabelece-se como o

[845] Por exemplo, Nº de Licença de Obras; Dono de Obra; Projectista; Localização; Tipo de Lote; Época de formação do cadastro; Agregação; Configuração; Profundidade do edifício; Acessos principais; Dispositivos de ventilação; Princípios de distribuição; *Alinhamentos da(s) fachada(s)*

[846] 3 painéis: "Quarteirões portuenses enquanto laboratórios tipo-morfológicos: Rua de Ceuta, Rua Sá da Bandeira, Rua de Rodrigues Sampaio". Exposição itinerante colectiva, integrada no âmbito do Programa de Bolsas de Investigação "Cidade e Património Arquitectónico do Século XX: 1910-1974", desenvolvido pela Fundação da Juventude, em parceria com a Ordem dos Arquitectos/Secção Regional do Norte". Inaugurada a 5.10.2012, no Porto.

elemento base da experimentação tipológica e morfológica empreendida num conjunto extenso de sectores urbanos na 1ª metade do século XX e, nesse sentido, na construção do espaço público da cidade contemporânea.

Questionar e caracterizar o prédio de rendimento portuense, enquanto Arquitectura, significou fazer uma análise objectiva das suas 'formas no tempo': desenhos, registos fotográficos e documentais, memórias descritivas, a sua própria construção e transformação. Trata-se do confronto sistemático com o discurso das formas, dos documentos e do projecto, veículo fundamental para a identificação de constantes e variantes que permitem identificar lógicas comuns numa aparente diversidade. Nesse ponto de vista, esta investigação traçou um percurso que se afasta da teorização de base subjectiva.

Questionar e caracterizar o prédio de rendimento portuense, enquanto objecto de Investigação, resultou num encadeamento de abordagens que o perspectivam a partir de um número contido de pontos de vista, informando o seu conhecimento sem qualquer pretensão de o esgotar. Analisam-se sistematicamente as formas da arquitectura para interpretar, e não para quantificar, já que se considera que a identidade arquitectónica se manifesta na reprodução de lógicas de continuidade, e não no número de repetições de determinado elemento ou modelo.

Apresentam-se metodologias de inventariação e de análise concretas, apoiadas em parâmetros identificados, que relacionam o prédio de rendimento e ruas, habitação e espaço urbano, arquitectura e cidade. Verificou-se que estas abordagens metodológicas, lógicas de pensamento e estratégias de investigação constituem campos abertos a outros tipos de edifícios, outras partes de cidade, outros contextos.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES ICONOGRÁFICAS

1. Arquivo Histórico Municipal do Porto [AHMP]

Livros de Plantas

Nºs: 098, 200, 201, 221, 382, 396, 411, 442

Cartografia

Planta topográfica da Cidade do Porto, de Augusto Gerardo Telles Ferreira, Esc. 1:500, 1878-1892

Planta Topográfica _1892: [documentos 277.tif]; [documentos 278.tif]

Planta da Cidade do Porto, 1903 [D-CDT-B5-001-002cont..tif]

Planta Topográfica da Cidade do Porto, 1937 [D-CDT-A5-026cont.06.jpg]

Levantamento aerofotogramétrico

Fotografia aérea de 1939

Fotoplano de 1958

PT/CMP/DMA/D-ALB-GRA: Gravuras

Planta Redonda, de Georges Balck, 1813 [D-ALB-GRA-14-01]

Plano da Cidade do Porto, de José Francisco de Paiva, 1824 [D-ALB-GRA-14-02]

Oporto, 1833, de W.B. Clarke [D-ALB-GRA-14-03]

Planta Topográfica da Cidade do Porto, de Joaquim da Costa Lima, 1839 [D-ALB-GRA-14-04]

Planta da Cidade do Porto, de Frederico Perry Vidal, 1865 [D-ALB-GRA-14-05]

PT/CMP/DMA/D-PST: Postais

D-PST 0114.jpg

D-PST 0298.jpg

D-PST 0301.jpg

D-PST 0302.jpg

D-PST 0303.jpg

D-PST 0304.jpg

2. Arquivo de Fotografia do Porto - CPF/MC [AFP-CPF/MC]

Registos fotográficos da 'Casa Alvão'

PT/CPF/FOT/ALV/004591

PT/CPF/FOT/ALV/004645

PT/CPF/FOT/ALV/004698

PT/CPF/FOT/ALV/004724

PT/CPF/FOT/ALV/005460

PT/CPF/FOT/ALV/005528

PT/CPF/FOT/ALV/006624
PT/CPF/FOT/ALV/022332
PT/CPF/FOT/ALV/007/002/028958, CPF2007PALVOD60@AL028958.jpg, disponível em: http://digitarq.dgarq.gov.pt?ID=1201611
PT/CPF/FOT/ALV/007/030658, CPF2007PALVOD58@AL030658.jpg, disponível em: http://digitarq.dgarq.gov.pt?ID=1201710

Registos fotográficos da 'Fotografia Beleza'

3. Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente. Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto [CITTA]

Carta Militar de Portugal. 1948
Planta da Cidade do Porto. 1960

4. Biblioteca Nacional de Portugal

"Planta da cidade do Porto contendo o palácio de Christal, nova alfândega, e diversos melhoramentos posteriores a 1844 [Material cartográfico] / por F. Perry Vidal"
1965, http://purl.pt/3556

NÚCLEOS DOCUMENTAIS

Arquivo Histórico Municipal do Porto [AHMP]
CARTA DA CIDADE - SÉRIE ESTUDOS [PT/CMP/DMA/D-CMP/2]
CARTA DA CIDADE - SÉRIE PROJECTOS [PT/CMP/DMA/D-CMP/3]
GPU (Gabinete do Estudo do Plano de Urbanização) - ESTUDOS [PT/CMP/DMA/D-CMP/4]
GPU (Gabinete de Estudo do Plano de Urbanização) - PROCESSOS [PT/CMP/DMA/D-CMP/5]
LICENÇA DE OBRAS [PT/CMP/DMA/D-CMP/9]

Divisão Municipal de Arquivo Geral [DMAG]
LICENÇAS DE OBRAS

Arquivo Municipal de Lisboa. Bairro da Liberdade [AML]
PROCESSOS DE OBRAS

Repositório Aberto da Universidade do Porto. Faculdade de Medicina

Teses inaugurais apresentadas à Escola Médico-cirúrgica do Porto

https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/1879/simple-search?filterquery=Dissertação+Inaugural&filtername=type&filtertype=equals

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Teoria e História da Arquitectura e da cidade portuguesa

[S.N.] (Novembro de 1981). "Periódicos portugueses de arquitectura." in Jornal Arquitectos, (1).

Caldas, João Vieira (1997). Cinco Entremeios sobre o Ambíguo Modernismo. Arquitectura do séc. XX. Portugal. BECKER, A., Tostões, A. and WANG, W. Portugal – Frankfurt 97, S.A, Frankfurt am Main, Deutsches Architektur – Museum, Munchen: Prestel-Verlag, pp. 23-31.

Carneiro, Luís Soares (2015). Conferência Marques da Silva 2015. Casas Ermas. A Arquitectura dos irmãos Rebelo de Andrade e os Discursos do Moderno. Porto. FAUP. http://tv.up.pt/videos/xybw1o4b.

Cowan, Robert (2005). The Dictionary of Urbanism. Tisbury, Wiltshire, Streetwise Press.

Fernandes, José Manuel (2005). Arquitectura modernista em Portugal (1890-1940). Lisboa, Gradiva. 2 ed. ISBN 972-662-339-1.

Fernandez, Sérgio (1988 [1985]). Percurso. Arquitectura portuguesa: 1930-1974. Porto, Edições da FAUP. 2 ed.

Figueiredo, Rute (2005). "Arquitectura e discurso crítico na transição do séc. XIX para o séc. XX." in Arte e Teoria, (7), pp. 167-178.

Figueiredo, Rute (2007). Arquitectura e discurso crítico em Portugal. Lisboa, edições Colibri.

Gros, Marielle Christine (1982). O Alojamento social sob o fascismo. Porto, Edições Afrontamento.

Maia, José João (2000, 1º). "Transição epidemiológica, infra-estruturas urbanas e desenvolvimento: a cidade do Porto." in Análise Social XXXV (156), pp. 583-604.

Matias, Isabel (2002). "O pensamento higienista na segunda metade do século XIX". Higiene e Salubridade no Porto (1850-1930), vol.5. Matias, I. and Trevisan, A. Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo, Escola Superior Artística do Porto, pp. 9-30.

Mesquita, Marieta Dá (1999). "Fontes Para a História da Arquitectura Contemporânea Portuguesa - Um Primeiro Olhar Sobre "A Construcção Moderna"." in GEHA - Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo, (Ano 2 - Nºs 2/3), Março/Outubro de 1999, pp. 105-118.

Mesquita, Marieta Dá, ed. (2011). Revistas de Arquitectura. Arquivo(s) da Modernidade. Casal de Cambra, Caleidoscópio ISBN 978-989-658-110-7.

Mesquita, Marieta Dá; Serrano, Inês (2006). "Uma releitura de um projecto de Ventura Terra através d' "A Construcção Moderna"." in Arte e Teoria, (8), Junho de 2006, pp. 181-188.

Mesquita, Marieta Dá; Serrano, Inês (2007). "A leitura da cidade pelos seus contemporâneos." in Arte e Teoria, (10).

Nunes, Paulo Simões (2011). A cultura arquitectónica em Portugal na dobra do século XIX para o século XX: a influência estrangeira nas páginas d'A Construcção Moderna (1900-1919). Revistas de Arquitectura. Arquivo(s) da modernidade. Mesquita, M. D. Casal de Cambra, Caleidoscópio. ISBN 978-989-658-110-7.

Oliveira, Angela; Furtado, Gonçalo (2009) "Revistas Portuguesas de Arquitectura: Evolução nos últimos dois decénios (1988-2008) e revisão dos seus antecedentes." Resdomus, Grupo FCT Atlas da Casa, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, pp. 1-18.

Pereira, Michel Toussaint Alves (2009). Da arquitectura à teoria da arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX. Tese de Doutoramento. Lisboa, FAUTL.

Pereira, Nuno Teotónio (1997). A arquitectura de Regime, 1938-1948. Arquitectura do séc. XX. Portugal. Becker, A., Tostões, A. and Wang, W. L. Lisboa – Frankfurt 97, Frankfurt am Main, Deutsches Architektur – Museum, Munchen: Prestel-Verlag.

Portas, Nuno (1964). A Arquitectura para hoje: finalidades, métodos, didácticas. Dissertação para concurso de Professor de Arquitectura na ESBAL. Lisboa.

Portas, Nuno (1969). A cidade como Arquitectura: apontamentos de método e crítica. Lisboa, Livros horizonte.

Portas, Nuno (1997). "A Arquitectura da Habitação no Século XX Português". BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfred, org. – Arquitectura do séc. XX. Portugal. Lisboa, Portugal – Frankfurt 97, S.A., Frankfurt am Main, Deutsches Architektur – Museum, Munchen, Prestel-Verlag, pp. 117-121.

Ramos, Rui Jorge Gacia Ramos (2011). Introdução. Para outras leituras da história. Leituras de Marques da Silva. Reexaminar a modernidade no início do século XXI: arquitectura, cidade, historia, sociedade, ciência, cultura Porto, Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, pp. 11-12. ISBN 979-972-99852-7.

Ramos, Rui Jorge Garcia (2011). Raízes e caminhos: Marques da Silva e a arquitectura do século XX. Leituras de Marques da Silva. Reexaminar a modernidade no início do século XXI: arquitectura, cidade, historia, sociedade, ciência, cultura. Porto, Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, pp. 15-27. ISBN 979-972-99852-7.

Ramos, Rui Jorge Garcia Ramos (2010). Ser moderno em 1900: a arquitectura de Ventura Terra e Raul Lino. Caminhos e identidades da modernidade: 1910, o Edifício Chiado em Coimbra, Coimbra.

Ramos, Rui Jorge Garcia Ramos (2015). Modernidade Inquieta. Arquitectura e identidades em construção: desdobramento de um debate em português. Porto, Afrontamento. 1 ed. ISBN 978-972-36-1397-1.

Reis, Sofia (2007). 74-86. Arquitectura em Portugal: Uma leitura a partir da Imprensa. Dissertação de Mestrado. Coimbra, FCT-UC.

Rodrigues, Maria João Madeira (1978). "Tradição, Transição e Mudança. A Produção do Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista." in Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa (84).

Seixas, Paulo Castro (2003). Higienismo: Textos que Fizeram Cidade. Literatura e Medicina. I Encontro de Estudos sobre Ciências e Culturas. (org), I. P. Porto, Universidade Fernando Pessoa, pp. 119-137.

Serrano, Inês (2011). A Higiene e Salubridade na Arquitectura através de A Construcção Moderna - artigos e projectos. Revistas de Arquitectura. Arquivo(s) da Modernidade. Mesquita, M. D. Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp. 370-281.

Solà-Morales, Ignasi (2003). “Prácticas teóricas, prácticas históricas, prácticas arquitectónicas” Inscripciones. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, pp. 257-266.

Teixeira, Manuel C. (1992, 1º). "As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940." in Análise Social, XXVII, (115), pp. 65-89.

Tostões, Ana (1997 [1994]). Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50. Porto, FAUP Publicações. 2 ed. ISBN 972-9483-30-2.

História da cidade e do planeamento portuense

AA. VV. (1993). A Cidade do Porto na Obra do fotógrafo Alvão, 1872:1946. Porto, Edição da Fotografia Alvão.

Barata Fernandes, Francisco; Pinto, Rui (2001). Rua de Ceuta PORTO 1901-2001: Guia de arquitectura moderna. Porto, SRNOA e Civilização Editora.

Barata, Francisco (1998). "La regla y la excepción. Dos proyetos de Távora para Porto." in DPA 14.

Campello, António Ferreira de Lima Cabral (2012). Um olhar sobre a arquitectura do prédio de rendimento e a Rua de Sá da Bandeira como sua metonímia. Tesis de Doctorado. Barcelona, Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona. Universidade Politécnica de la Cataluña - UPC.

Castro, Armando (2001). O Porto, Cidade viva, em retrospectiva: A malha social e urbana entre 1935 e 1945. CASA de Serralves: retrato de uma época. Porto, Casa de Serralves.

Cruz, Maria Antonieta (1999). Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do século XIX. Porto, Fundação Engº António de Almeida. ISBN 972-8386-23-0.

Fernandes, Francisco Barata (1999). Fragmentos de Cidade na Cidade Contemporânea. Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. ISBN 972-9483-38-8.

Ferrão, Bernardo José (1997 [1985]). Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas: 1758/1813. Uma contribuição para o estudo da cidade Pombalina. Porto, Edições da FAUP. 3 ed. ISBN 972-9483-02-7.

Garrett, Antão de Almeida (1974). História da evolução dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto. Porto, Secção de Planeamento Urbanístico. Centro de Estudos de Engenharia Civil-I.A.C. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Gravato, Maria Adriana Pacheco Rodrigues (2004). Trajecto do Risco Urbano. A arquitectura na cidade do Porto, nas décadas de 30 a 50 do século XX, através do estudo do conjunto da Avenida dos Aliados à Rua de Ceuta. Tese de Mestrado. Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Jorge, Ricardo (1885). Higyene Social applicada à Nação Portuguesa: Parte I: Clima-população-mortalidade. Porto, Civilização.

Jorge, Ricardo (1888). Saneamento do Porto: Relatório apresentado à Commissão Municipal de Saneamento. Porto, Typ. de António José da Silva Teixeira.

Jorge, Ricardo (1897). Origens e desenvolvimento da População do Porto. Notas históricas. Porto, Typographia Occidental.

Lameira, Gisela (2012a). Do melhoramento ao planeamento na primeira metade do séc. XX. RUAS enquanto laboratórios tipo-morfológicos no centro urbano. EURAU12 Porto | Espaço Público e Cidade Contemporânea: Actas do 6o European Symposium on Research in Architecture and Urban Design, FAUP, Porto.

Lameira, Gisela (2012b). Hygienism, salubrity and regulations. The Oporto's collective dwelling in the 1st half of the 20th century. Heritage 2012 – Heritage and Sustainable Development, Porto, Green Lines Institute.

Lameira, Gisela (2012c). "A investigação disciplinada. Propostas pragmáticas de (re)aproximação entre teorias e práticas arquitectónicas." in Revista de História da Arte 'Práticas da Teoria', Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, (10). ISSN 1646-1762.

Lameira, Gisela (2013a). O cadastro portuense na primeira metade do séc. XX. Laboratórios tipo-morfológicos no centro urbano. PNUM 2013 - Annual Conference of Portuguese Network of Urban Morphology, Coimbra, PNUM.

Lameira, Gisela (2013b). O plurifamiliar portuense na 1ª metade do séc. XX. Produção arquitectónica: génese, transformação, adaptabilidade. 2ºCIHEL e 1ºCCRSEEL, Lisboa, LNEC.

Lameira, Gisela (2014a). Contemporary Oporto fragments: oppositions on the morphological relationship between collective housing and the city. EURAU2014 Istanbul _ Composite cities Proceedings. Istanbul**,** pp. 036001-0036023. ISBN 978-975-561-452-6.

Lameira, Gisela (2014b) "A simetria e a topologia na concepção dos planos do plurifamiliar portuense na 1ª metade do séc. XX." RESDOMUS. Grupo FCT Atlas da Casa, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, pp. 1-21.

Meireles, Maria Adelaide (1982). Catálogo dos Livros de Plantas. Porto, Camâra Municipal do Porto Arquivo Histórico.

Mendes, Manuel (1998). Porto - Cultura da Cidade, Paisagem doméstica, Morfologias da casa, 1895-1969 (continuidades, contaminações, metamorfoses). in http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3200.pdf.

Mendes, Manuel (2001). Rua Sá da Bandeira PORTO 1901-2001: Guia de arquitectura moderna. AA. VV. Porto, SRNOA e Civilização Editora.

Mendes, Manuel (1990). École et Projects 1940-1986. Experiénces Simultanées de l' évolution de l' Architecture. OPUS INCERTUM - Architectures à Porto. Liège, Pierre Mardaga, pp. 42-84.

Mendes, Manuel Augusto Soares (2010). Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo. Tese de Doutoramento. Porto, FAUP.

Mendes, Manuel, coord. (2001). (In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses. Fotografias de José Manuel Rodrigues. Porto, FAUP publicações.

Mónica, Maria Filomena (1987, 5º). "Capitalistas e industriais (1870-1914)." in Análise Social, XXIII, (99), pp. 819-863.

Mota, Nelson (2010b). O espaço doméstico burguês do Porto no final do século XIX: fronteiras entre o público e o privado. I Encontro CITCEM «Família, Espaço e Património», Universidade do Minho, 26 e 27 de Novembro de 2010.

Nonell, Anni Günther (2002). Porto, 1763/1852. A construção da cidade entre despotismo e liberalismo. Porto, FAUP Publicações. 1 ed. ISBN 972-9483-57-4.

Nonell, Anni Gunther, coord. (1992). O Mercado do Bolhão: Estudos e Documentos (Fotografia: António Carvalho Valente). Porto, Edições Câmara Municipal do Porto.

Oliveira, Vitor Araújo de (2004). A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto. Dissertação de mestrado. Porto, FAUP, FEUP.

Oliveira, Vitor; Pinho, Paulo (2008). "Urban form and planning in Lisbon and Oporto." in Planning Perspectives, (23:1), pp. 81-105.

Pereira de Oliveira, José Manuel (1973). O Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento. Coimbra, Instituto de Alta Cultura. 1 ed.

Pires, Maria do Carmo Marques (2000). A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de Habitar. Porto, FAUP Publicações. 1 ed. ISBN 972-9483-42-6.

Séren, Maria do Carmo; Pereira, Gaspar Martins (2000). “O Porto oitocentista”. História do Porto. Oliveira Ramos, L. A. Porto, Porto Editora.

Siza, Maria Tereza, ed. (2001). Tripé da Imagem. O Porto e os seus Fotógrafos. Porto, Porto Editora.

Tavares, Rui (1992). A Carta Topográfica da Cidade do Porto de 1892 - Uma base cartográfica para a gestão urbanística municipal. Uma Cartografia Exemplar. O Porto em 1892. Exposição Comemorativa do 1° Centenário da Carta Topográfica de A. G. Teles Ferreira. Porto, Arquivo Histórico Municipal.

Teixeira, Manuel (1996). Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As ilhas do Porto. Lisboa, CLM-Fundação Calouste Gulbenkian; JNICT. 2 ed.

Trevisan, Alexandra (2002). Higiene e Salubridade urbana nas primeiras décadas do séc. XX. Higiene e Salubridade no Porto (1850-1930). . Trevisan, A. M., Isabel. Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo.

Trevisan, Alexandra (2013). Influências Internacionais na arquitectura moderna no Porto (1926-1956). Tese de doutoramento, Universidad de Valladolid.

Trevisan, Alexandra; Matias, Isabel (2002). Higiene e Salubridade no Porto (1850-1930). Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo.

Vale, Clara Pimenta (2013). "Códigos de Posturas da Cidade do Porto entre o Liberalismo e a República. Influências e reflexos na forma de construir corrente." I Congresso Internacional de História da Construção Luso-brasileira, Vitória do Espírito Santo, Brasil, UFES 4 a 6 de Setembro de 2013.

Vale, Clara Pimenta (Agosto de 2012) "Dinâmicas Urbanas e propriedade horizontal: Eixo da Boavista." InComunidade. Nº2.

Vale, Clara Pimenta; Almeida, Vitor Abrantes (2010). Os processos de licenças de obra na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista. Actas do Reabilitar 2010. Encontro Nacional. Conservação e Reabilitação de Estruturas, Lisboa, LNEC.

Vale, Clara Pimenta; Almeida, Vitor Abrantes (2012a). Entre tradição construtiva e modernidade arquitectónica. Caracterização construtiva da habitação corrente da cidade do Porto no segundo quartel do século XX. Actas do 4º Congreso de patología y rehabilitación de edificios. PATORREB 2012 PATOLOGÍA, Santiago de Compostela, Colegio Oficial de Arquitectos de Galicia.

Vale, Clara Pimenta; Almeida, Vitor Abrantes (2012b). "Urban Dynamics and Horizontal Property: Case Study of the Boavista Axis, Porto, Portugal." in Nuts & Bolts of Culture, Technology and Society. Construction History. Vol.2, pp. 265-272.

Vale, Clara Pimenta do (2011). Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto-O Eixo da Boavista (1927-1999) - Contributo para a História da Construção em Portugal no Século XX. Tese de Doutoramento. Porto.

História da habitação

Boudon, Françoise (1988). "La «maison à loyer» de la ville hausmannienne." in Revue de l'Art, 79, (63-72).

Cabestan, Jean-François (2004). La conquête du plain-pied. L'immeuble à Paris au XVIIIe siècle, Éditions A. & J. Picard. ISBN 2-7084-0726-0.

Eleb, Monique; Châtelet, Anne-Marie (1997). Urbanité, sociabilité et intimité. Des logements d'aujourd'hui. Paris, Les Éditions de L´Épure. ISBN 2-907687-29-8.

Eleb, Monique; Debarre-Blanchard, Anne (1995). L' invention de l'habitation moderne. Paris, 1880-1914. [Paris], [Bruxelles], Hazan, Archives d'Architecture Moderne. ISBN 2-85025-384-7.

Eleb-Vidal, Monique; Châtelet, Anne-Marie; Mandoul, Thierry (1990). Penser L'habité: le logement en questions PAN 14. Paris, Pierre Mardaga éditeur. 2 ed. ISBN 2-87009-458-2.

Flamand, Jean-Paul (2004). L'Abécédaire de la maison, Éditions de La Villette.

Griffini, Enrico (1932). Costruzione Razionale della Casa. Milano, Ulrico Hoepli.

Ledent, Gérald (2014). Potentiels Relationnels. L'aptitude des dispositifs physiques de l'habitat à soutenir la sociabilité. Bruxelles, le cas des immeubles élevés et isolés de logement. Doctorat. Louvain, Académie Universitaire Louvain. Faculté d'architecture, d'ingénierie architecturale, d'urbanisme.

Loyer, François (1987). Paris, XIXe siècle. L'immeuble et la rue. Paris, Hazam.

Marchand, Bruno (1992). Typologie des logements collectifs a Geneve. Proposition de classement selon des contextes différenciés. Doctorat. Lausanne, Ecole Polytechique Federale de Lausanne.

Marcus, Sharon (1999). Apartment Stories. City and home in nineteenth-century Paris and London. United States of America, University of California Press. Berkeley and Los Angeles, California. London, England.

Mesquita, Marieta Dá (2005). "Sebastiano Serlio - Imagens e projectos de Habitação urbana corrente." in Arte e Teoria, (7), pp. 30-37.

Moley, Christian (1991). L' immeuble en formation. Genèse de l'habitat collectif et avatars intermédiaires. Liège, Pierre Mardaga, éditeur. ISBN 2-87009-377-2.

Moley, Christian (1998). L' architecture du logement. Culture et logiques d'une norme héritée. Paris, Anthropos. ISBN 2-7178-3424-9

Moley, Christian (1999). Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6.

Pinson, Michel; Pinson-Charlot, Monique (2007). Sociologie de la bourgeoisie. Paris, La Découverte.

Rodrigues, Isabel Maria (2001a) "Edificação das Avenidas de Ressano Garcia (I)." Boletim Lisboa Urbanismo - Ano 2001 **15**.

Rodrigues, Isabel Maria (2001b) "Edificação das Avenidas de Ressano Garcia (II)." Boletim Lisboa Urbanismo - Ano 2001 **16**.

Rybczynski, Witold (2001). La casa. Historia de una idea. Hondarribia, Editorial Nerea, S.A. 6 ed. ISBN 84-89569-14-2.

Silva, Raquel Henriques da (1997). A 'Casa Portuguesa' e os Novos Programas, 1900-1920. Arquitectura do séc. XX. Portugal. BECKER, A., Tostões, A. and WANG, W. Portugal – Frankfurt 97, S.A., Frankfurt am Main, Deutsches Architektur – Museum, Munchen: Prestel-Verlag**,** pp. 15-21.

História da habitação portuguesa

Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6.

Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

Caldas, João Vieira; Pinto, Maria Rocha; Rosado, Ana (2014). "O prédio de rendimento joanino." in Cadernos do Arquivo Municipal, 2ª Série, Nº1 (janeiro-junho 2014), pp. 130-156. ISSN 2183-3176.

Gonçalves, José Fernando Edifícios modernos de habitação colectiva-1948/61. Desenho e Standard na Arquitectura Portuguesa. Tesis doctoral, UPC - Department de Proyectos d'Arquitectura.

Lameira, Maria Gisela Antunes (2002). A condição experimental da habitação contemporânea. Adaptabilidade e dimensões na habitação plurifamiliar. Prova Final de Licenciatura. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP).

Lameira, Maria Gisela Antunes (2010). A Rua de Sá da Bandeira no Porto. Topologia(s) do Habitar Colectivo. Tese de Mestrado. Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL)

Mattoso, José (dir); Vaquinhas, Irene (coord), eds. (2011). História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea, Círculo dos leitores ISBN 978-989-644-149-4.

Mendes, Manuel (2010a). "Andar" Mundano. Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo. Tese de Doutoramento. Porto, FAUP.

Mendes, Manuel (2010b). Canhões? não. Casa s.f.v. Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo. Tese de Doutoramento. Porto, FAUP**,** pp. 400-403.

Mendes, Manuel (2010c). "Casa Apalaçada II". Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo. Tese de Doutoramento. Porto, FAUP**,** pp. 364-366.

Mendes, Manuel (2010d). (Entre) meações. Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo. Tese de Doutoramento. Porto, FAUP**,** pp. 370-373.

Mendes, Manuel (2010e). "Ilha dos Ricos". Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo. Tese de Doutoramento. Porto, FAUP, pp. 376-377.

Mesquita, Marieta Dá (2002). "As Casas de Muitos Andares nos Estados Unidos ou a Escola de Chicago Vista por um Engenheiro Português em 1900." in JA-Jornal Arquitectos, (205), Março / Abril de 2002, pp. 11-18.

Mesquita, Marieta Dá (2006). "Casas Urbanas de Lisboa - Memórias e Metamorfoses." in Arte e Teoria, (8), Junho de 2006, pp. 136-145.

Mota, Nelson (2010a). A Arquitectura do quotidiano. Público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do séc. XIX. Coimbra, eldlarq. Departamento de Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. (versão publicada de tese de mestrado policopiada com o mesmo título, 2006). ISBN 978-972-99821-5-6.

Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando (1992). Arquitectura Tradicional Portuguesa. Lisboa, Publicações D. Quixote.

Pedrosa, Patrícia Santos (2010). Habitar em Portugal nos anos 1960: ruptura e antecedentes. Um caminho pelo interior do discurso. Tese de Doutoramento. Barcelona, ETSAB. Universitat Politècnica de Catalunya.

Pereira, Gaspar Martins (1995). Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910). Porto, Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0368-3.

Ramos, Rui Jorge Garcia (2005). "Produções correntes em arquitectura: a porta para uma diferente gramática do projecto do início do século XX." in NW noroeste. Revista de História. Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, (1), pp. 53-80.

Ramos, Rui Jorge Garcia (2010 [2004]). A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português. Porto, Faup publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título). ISBN 978-972-9483-97-4.

Ramos, Tânia Liani Beisl (2006). Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados. Os casos Português e Brasileiro. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 1 ed. ISBN 972-31-1130-6.

Reis, Nuno Miguel Arenga (2009). O saguão na habitação urbana. O interior da casa em torno de um vazio vertical nuclear. Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Silva, Susana Serpa (2011). Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais. História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea. Mattoso, J. and Vaquinhas, I., Círculo dos leitores.

Inventários e Guias de Arquitectura (habitação portuguesa)

AA. VV. (2001). PORTO 1901-2001: Guia de arquitectura moderna. Porto, SRNOA e Civilização Editora.

Afonso, João, ed. (2006). IAPXX - Inquérito à Arquitectura do século XX em Portugal. Lisboa, Ordem dos Arquitectos.

Becker, Annette; Tostões, Ana; Wang, Wilfred, eds. (1997). Arquitectura do séc. XX. Portugal. Lisboa – Frankfurt 97, Frankfurt am Main, Deutsches Architektur – Museum, Munchen: Prestel-Verlag. 1 ed.

Fernandes, Fátima; Cannatà, Michele (2002). Guia da Arquitectura Moderna. Porto 1925-2002. Porto, Asa Editores.

Ferreira, Fátima Cordeiro G.; Dias, Francisco da Silva; Carvalho, José Silva; Pereira, Nuno Teotónio; Ponte, Teresa Nunes da (1987). Guia Urbanistico e Arquitectónico de Lisboa. Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses. 2 ed.

Janeiro, Maria de Lurdes; Fernandes, José Manuel (1991). Arquitectura Modernista em Lisboa, 1925-1940. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Pereira, Nuno Teotónio; Buarque, Irene (1995). Prédios e vilas de Lisboa. Lisboa, Livros Horizonte.

Tostões, Ana, ed. (2004). Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920-1970. Lisboa, IPPAR, Ministério da Cultura.

Guias de Arquitectura

[S.N.] (1996). Registre D'Arquitectura Moderna a Catalunya, 1925-1965. Barcelona, Actar. ISBN 9788489698062.

Aranda, Óscar da Rocha; Munoz Fajardo, Ricardo (2007). Madrid modernista: guía de arquitectura. 2ª edición revisada. Madrid, Editorial Tébar. ISBN 9788400085346.

Argan, Giulio Carlo (1965). Sul concetto di tipologia architettonica. Progetto e Destino. Milano, Il Saggiatore**,** pp. 75-81.

Bottoni, Piero (2010). Antologia di Edifici Moderni in Milano, Lampi di Stampa. ISBN 9788848809719.

Casciato, Maristella; Panzini, Franco; Polano, Sergio (1980). Olanda 1870-1940: Citta, Casa, Architettura Milano, Electa editrice.

Charollais, Isabelle; Lamunière, Jean-Marc; Nemec, Michel (1999). L'architecture à Genève 1919-1975. République et Canton de Genève. Direction du patrimoine er des sites DAEL, Payot-Lausanne. ISBN 9782884747561.

Gausa, Manuel; Cervelló, Marta; Pla, Maurici (2001). Barcelona Guía de arquitectura moderna 1860-2002. Barcelona, Actar. ISBN 84-89698-32-5.

Güell, Xavier; Flores, Carlos (1996). Guía arquitectura de España 1929/1996. Barcelona, Caja de Arquitectos. ISBN 84-920718-9-3.

Hernandez Crós, J Emili; Mora, Gabriel; Pouplana, Xavier (1973). Guia arquitectura de Barcelona. Barcelona, COACyB La Gaya Ciencia. 2 ed.

Hultin, Olof; Johansson, Bengt Oh; Martelius, Johan; Waern, Rasmus (1998). The Complete Guide to Architecture In Stockholm. ISBN 9789186050757.

Kaipia, Journi; Putkonen, Lauri (1997). Arkitekturguide Till Finland, Forlagsaktiebolaget Otavas

Lind, Olav; Lund, Annemarie (1996). Copenhagen Architecture Guide, Danish Architectural press.

Regulamentos. Legislação. Planeamento

[S.N.] (1842). Codigo Administrativo. Lisboa, Imprensa Nacional

[S.N.] (1903). Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas. Lisboa, Imprensa nacional

[S.N.] (1924). Ministério do Interior - Direcção Geral de Administração Política e Civil. Lei n.º 1670. D.R. n.º 208, Série I de 1924-09-15

[S.N.] (1925). Regulamento da Comissão de estética da Cidade. Câmara Municipal do Porto. Porto, Tipografia Central

[S.N.] (1930c). Regulamento Geral de Construção Urbana (Edital de 6 de Dezembro de 1930). Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa

[S.N.] (1939). Elementos de inquérito para o estudo do plano de urbanização da cidade do Porto. Vol.1, Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização. Câmara Municipal do Porto.

[S.N.] (1944). Edificações Urbanas. Legislação Geral de Uso Corrente; Regulamentos e Posturas das Câmaras Municipais de Lisboa, Porto e Coimbra. Porto, Lopes da Silva.

[S.N.] (1951). Regulamento Geral das Edificações urbanas. Lisboa

[S.N.] (1955). Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro. Decreto-Lei n.º 40333. D.R. n.º 223, Série I de 1955-10-14

[S.N.] (1956a). Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro. Decreto-Lei n.º 40616. D.R. n.º 108, Série I de 1956-05-28.

[S.N.] (1956b). Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto. Separata do Boletim Municipal nº 1036. Porto, Câmara Municipal do Porto

[S.N.] (1960). Regime regulamentar de Obras Particulares (Segundo o Edital de 29/1/1929 com as alterações introduzidas por disposições posteriores que se mencionam à margem do texto). Porto, Câmara Municipal do Porto.

[S.N.] (1962). Plano Director da Cidade do Porto, Câmara Municipal do Porto. Gabinete de Urbanização

[S.N.] (1966). Plano de Melhoramentos, 1956-66. Porto, Boletim Municipal.

[S.N.] (Setembro de 2005). Regulamento do Plano Director Municipal do Porto

Barros, José Augusto Corrêa de (1881). Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto. Porto, Câmara Municipal do Porto.

Campos, Ezequiel (1932). Prólogo ao Plano da Cidade do Porto. Porto, Empresa Industrial Gráfica.

Garrett, Antão de Almeida (10 de Agosto de 1948). Ante-Plano Geral de Urbanização

Garrett, Antão de Almeida (1952). Plano Regulador da Cidade do Porto. Porto, Publicações da C.M.P

Gomes, Armando Dias (1965). Código de posturas do Município do Porto de 1905. Porto, C.M. Gabinete de História da Cidade.

Instituto Nacional de Estatística (1971). A Cidade do Porto. Súmula Estatística (1864-1968). Séries de Estatísticas Nacionais, nº2. Lisboa, INE

Marques, Manoel; Lopes, Amoroso ([s.d]). Anteprojectos das novas artérias de ligação à Praça do Município

Moraes, Augusto César da Cunha (1916). Os melhoramentos na cidade do Porto. Porto, Câmara Municipal do Porto.

Teoria e Investigação

[S.N.], ed. (1998). 35. Estruturas Matemáticas. Geometria e Topologia. Enciclopédia Einaudi, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Argan, Giulio Carlo (1996 [1963]). On the Typology of Architecture Theorizing a new agenda for Architecture. An anthology of Architecural Theory 1965-1995. Nesbitt, K. New York, Princeton Architectural Press**,** pp. 242-246.

Aymonino, Carlo (1965). La formazione del concetto di tipologia edilizia: introduzione al corso di caratteri distributivi degli edifici. Venezia, Cluva.

Baglivo, Jenny A.; Graver, Jack E. (1983). Incidence and Symmetry in Design and Architecture. Cambridge, Cambridge University Press.

Berman, Marshall (1989 [1982]). Tudo o que é Sólido se Dissolve no Ar: a aventura da modernidade. Lisboa, Edições 70.

Bohigas, Oriol (1974). Arquitectura, historia y teoría de los signos : el symposium de Castelldefels, Publicaciones del Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluña y Baleares.

Borie, Alain; Micheloni, Pierre; Pinon, Pierre (2006). Forme et déformation des objects architecturaux et urbains. Marseille, Éditions Parenthèses.

Burry, Mark; Burry, Jane (2012 [2010]). The new mathematics of architecture. London, Thames & Hudson. ISBN 978-0-500-29025-5.

Caniggia, Gianfranco; Maffei, Gian Luigi (1984). Il progetto nell'edilizia di base. Veneza, Marsilio.

Caniggia, Gianfranco; Maffei, Gian Luigi (1993). Lettura dell'edilizia di base. Veneza, Marsilio.

Colomina, Beatriz (1998). La publicité du privé de Loos à Le Corbusier Orléans, éditions HYX. ISBN 2-910385-11-6

Colquhoun, Alan (1969). "Typology and Design Method." in Perspecta, 12, pp. 71-74.

Corsini, Maria Grazia (1997). "Residential building types in Italy before 1930: the significance of local typological processes." in Urban Morphology, 1, pp. 34-48. ISSN 1027-4278.

Costa, Rui Manuel Pinto; Vieira, Ismael Cerqueira Vieira "O trabalho académico como fonte histórica: As teses inaugurais da escola médico-cirurgica do Porto (1827-1910)." CEM nº3/ Cultura. Espaço & Memória.

Croizè, Jean-Claude; Frey, Jean-Pierre; Pinon, Pierre (1991). Recherches sur la Typologie et les Types Architecturaux. Paris, L'Harmattan.

Devillers, Christian (1974). "Typologie de l'habitat et morphologie urbaine." in Architecture d'Aujourd'hui, (174), pp. 18-22.

Dubois, Philippe (1992). O acto fotográfico. Lisboa, Vega.

Eliot, T. S. (1997 [1923]). A Função da Crítica. Ensaios de Doutrina Crítica. Lisboa, Guimarães Editores.

Foucault, Michel "Qu'est-ce qu'un auteur?", in Bulletin de Ia Société Française de Philosophie, (63e année, n.o 3. juillet-septembre1969), pp.73-95 (suivi d'une discussion: pp. 96-104).

Foucault, Michel (2005 [1969]). A Arqueologia do Saber. Coimbra, Edições Almedina. 1 ed. Éditions Gallimard.

Foucault, Michel (2009 [1969]). O que é um autor? Lisboa, Nova Vega, Limitada. 7 ed. ISBN 978-972-699-303-2.

Gil, Fernando (2000). "Inventar". Enciclopédia Einaudi. Lisboa, INCM. 41, pp. 174-252.

Grassi, Giorgio (1988 [1983]). Questioni di progettazione. Architettura Lingua morta. Architecture dead language. Orteli, L., Quaderni di Lotus. Electa.

Gumbrecht, Hans Ulrich (1998). Modernização dos Sentidos. São Paulo, Editora 24.

Heynen, Hilde (1999). Architecture and modernity. Massachusetts, MIT Press.

Jannière, Hélène (2009). "Les difficultés de la critique dans les années 1930: discours critique des revues et définitions de l'architecture moderne." in Collections électroniques de l'INHA [En ligne], Actes du Ve congrès national d'archéologie et d'histoire de l'art, La critique architecturale aux XIXe et XXe siècles, mis en ligne le 02 avril 2009.

Kant, Immanuel (2001 [1781]). Crítica da razão pura. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação. 5 ed.

Koselleck, Reinhart (2004 [1979]-a). Autor's Preface. Futures Past. On the semantics of Historical Time. New York, Columbia University Press.

Koselleck, Reinhart (2004 [1979]-b). Futures Past. On the semantics of Historical Time. New York, Columbia University Press.

Koselleck, Reinhart (2004 [1979]-c). Modernity and the planes of historicity. Futures Past. On the semantics of Historical Time. New York, Columbia University Press.

Koselleck, Reinhart (2004 [1979]-d). Perspective and temporality: A contribution to the historiographycal exposure of the historical world. Futures Past. On the semantics of Historical Time. New York, Columbia University Press.

Kruft, Hanno-Walter (1994 [1985]). A history of architectural theory from Vitruvius to the present. New York, Priceton architectural press. ISBN 1-56898-010-8.

Kruger, Mário (Dezembro de 2001). "A Arte de Investigar em Arquitectura". investigação em arquitectura [?], ecdj. Coimbra, FCTUC, Departamento de arquitectura.

Kubler, George (2004 [1962]). A Forma do Tempo. Lisboa, Vega.

Lucan, Jacques (2009). Composition, non-composition. Architecture et théories, XIXe - XXe siècles. Lausanne, Presses polytechniques et universitaires romandes.

Madrazo, Leandro (1995). The Concept of Type in Architecture. An Inquiry into the Nature of Architectural Form. Zürich, Swiss Federal Institute of Technology.

March, Lionel; Steadman, Philip (1971). The Geometry of environment. An Introduction to spacial organization in design. London, RIBA Publications Limited.

Martí Arís, Carlos (1993). Las variaciones de la identidad. Ensayo sobre el tipo en arquitectura. Barcelona, Demarcación de Barcelona del Colegio de Arquitectos de cataluna y Ediciones del Serbal. 1 ed. ISBN 84-7628-102-1.

Martí Arís, Carlos (2000). Las formas de la residencia en la ciudad moderna. Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras. Barcelona, Ediciones UPC. 2 ed. ISBN 84-8301-383-5.

Mattoso, José (2007). Introdução à biografia de D. Afonso Henriques. D. Afonso Henriques. Debates, T. e. Lisboa, Lisboa.

Moneo, Rafael (1978). "On Typology." in Oppositions 13, (summer 1978).

Monestiroli, Antonio (1993). La arquitectura de la realidad. Barcelona, Demarcación de Barcelona del Colegio de Arquitectos de cataluna y Ediciones del Serbal. 1 ed. ISBN 84-7628-116-1.

Montaner, Josep Maria (2002 [1999]). Arquitectura y crítica. Barcelona, GG. 3 ed. ISBN 84-252-1768-7.

Montclos, Jean-Marie Pérouse de La monographie d'architecture: Documents & methodes. nº10.

Muratori, Saverio (1959). Studi per una operante storia urbana di Venezia. Roma, Istituto Poligrafico dello Strato.

Oechslin, Werner (Oct. 1986). "Premises for de Resumption of the Discussion of Typology." in Assemblage, (Nº. 1), pp. 36-53.

Paz, Octavio (2010 [1991]). In Search of the Present. 1990 Nobel Lecture. Bilingual Edition. USA, Harvest Edition.

Pizza, Antonio (2000). La Construcción del Pasado. Reflexiones sobre Historia, Arte y Arquitectura. Madrid, Celeste Ediciones, S.A. ISBN 84-8211-239-2.

Popper, Karl (1999). "Ciência: problemas, objectivos, responsabilidades". O Mito do Contexto, em defesa da ciência e da racionalidade. Lisboa, Edições 70**,** pp. 109-142.

Portas, Nuno (1974). Teoria de las tipologias como estruturas generativas en el marco de la producción urbana. Arquitectura, historia y teoría de los signos, Barcelona, Publicaciones del Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluna y Baleares.

Quatremère de Quincy, A.C. (1832). Dictionnaire Historique D'Architecure. Tome second. Paris, Librairie D'Adrien Le Clere et C.

Raymond, Henri (1987). Le type Architectural: une question toujours d'actualité. Recherches sur la typologie et les types architecturaux, L'Harmattan**,** pp. 8-12.

Rodrigues, Maria Joäo Madeira (2002). O que é a Arquitectura. Lisboa, Quimera editores.

Rodrigues, Maria João Madeira (1998). "Valor. Introdução ao estudo da História da Arquitectura e do Urbanismo." in GEHA. Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo, (1).

Rodrigues, Maria Joäo Madeira; Sousa, Pedro Fialho de; Bonifácio, Horácio Manuel Pereira (2005). O vocabulário técnico e crítico de arquitectura. [Coimbra], Quimera. 4 ed. ISBN 972-589-017-5.

Rossi, Aldo (1966). L'Architettura della città. Padua, Marsilio Editori.

Souriau, Étienne (2004 [1990]). Vocabulaire d'esthétique. Paris, Presses Universitaires de France. 2ª ed.

Teyssot, Georges (2011a). "Heterotopias e História dos Espaços" (1998). Da Teoria da Arquitectura: doze ensaios. Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 31-44.

Teyssot, Georges (2011b). "Por uma topologia de constelações do quotidiano" (2011). Da Teoria da Arquitectura: doze ensaios. Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 17-28.

Teyssot, Georges (2011c). "Norma e Tipo. Variações sobre Riehl, Demolins e Schultze-Naumburg" (2003). Da Teoria da Arquitectura: doze ensaios. Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 65-95.

Vidler, Anthony (1977a). The idea of Type. The transformation of the Academic Ideal, 1750-1830. Oppositions Reader. Selected Readings from A Journal for Ideas and Criticism in Architecture 1973-1984 (1998). Hays, K. M. New York, Princeton Architectural Press.

Vidler, Anthony (1977b). "The third typology." in Oppositions 7, (winter 1977).

Weisstein, Eric W. Topology, http://mathworld.wolfram.com/Topology.html.

Weyl, Hermann (1989 [1952]). Symmetry. Princeton, New Jersey, Princeton University Press.

Williams, Kim (1998). Symmetry in architecture. http://www.mi.sanu.ac.rs/vismath/kim/index.html.

Outras publicações

[S.N.] (1929). in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, Maio, Junho e Julho de 1929.

[S.N.] (1930a). "Prédios com frentes para as ruas de Santa Catarina e Passos Manuel na cidade do Porto. Proprietário: Ex.mo Sr. Manuel José Pereira Leite Junior. Arquitecto: Ex.mo Sr. Francisco de Oliveira Ferreira." in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, Fevereiro de 1930

[S.N.] (1930b). "Projecto dum edifício especialmente destinado á clinica do Dr. Alberto Gonçalves. Na Avenida dos Aliados-Cidade do Porto. Arquitecto: Francisco de Oliveira Ferreira." in Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, Maio de 1930.

[S.N.] (1936). "Um prédio de rendimento. Projecto do arquitecto Cassiano Branco." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), (nº11, ano XXVIII, 3ª série), Fevereiro de 1936, pp. 5-25.

[S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores.

[S.N.] (Abril de 1937). "Um prédio de rendimento. Projecto do notavel artista J. Pereira da Silva, de colaboração com o distinto Engenheiro António José de Ávila Amaral. Proprietário: Francisco Lopes da Costa." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº25, ano XIX, 3ª série, Abril de 1937.

[S.N.] (Abril de 1953). in "A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação. Revista bimestral técnica e artística", nº3 e 4, ano XLVI, 4ª série, Abril de 1953.

[S.N.] (Abril/Maio de 1936). "A cerâmica e a higiene." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº13 e 14, ano XXVIIII, 3ª série, Abril/Maio de 1936.

[S.N.] (Agosto de 1941). "Institutos J. Bordet - P. Heger em Bruxelas." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº77, ano XXXIV, 3ª série, Agosto de 1941.

[S.N.] (Dezembro de 1936). "Um prédio notável. Projecto de Jacinto Marques Robalo- Cálculos de cimento: Eng. A. de Ávila Amaral. Construtor: Joaquim Fernando. Proprietário: Manuel Ramos." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº21, ano XXVIII, 3ª série, Dezembro de 1936.

[S.N.] (Fevereiro de 1926). "Arquitectura Tradicional Portuguesa. Ante-projecto para a transformação duma casa velha, existente na rua de Mertola, em Beja, pertencente ao sr. Francisco Romana. Arquitectos: Amilcar Pinto e Frederico de Carvalho ", in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, nº2, ano XIX, 1ª série, Fevereiro de 1926.

[S.N.] (Fevereiro de 1936a). "Secção Jurídica. Construtores - suas habitações." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº11, ano XXVIII, 3ª série, Fevereiro de 1936.

[S.N.] (Fevereiro de 1936b). "Um prédio de rendimento. Projecto do arquitecto Cassiano Branco." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº11, ano XXVIII, 3ª série, Fevereiro de 1936.

[S.N.] (Fevereiro de 1941). "Prédio em Lisboa." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº71, ano XXXIII, 3ª série, Fevereiro de 1941.

[S.N.] (Fevereiro de 1943). in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas)", nº95, ano XXXV, 3ª série, Fevereiro de 1943.

[S.N.] (Janeiro de 1937a). "Arquitectura de Hoje pelo estrangeiro." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº22, ano XIX, 3ª série, Janeiro de 1937.

[S.N.] (Janeiro de 1937b). "Um prédio de rendimento. Propriedade do Sr. Júlio José dos Santos. Plano e execução do Engº António José de Ávila Amaral." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº22, ano XIX, 3ª série, Janeiro de 1937.

[S.N.] (Julho a Dezembro de 1951). "Grupo de imóveis em Paris. Arqts Georges massé e jean ginsberg." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº166, ano XLIV, 3ª série, Julho a Dezembro de 1951.

[S.N.] (Julho de 1928a). in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna", nº7, ano XXI, 1ª série.

[S.N.] (Julho de 1928b). "Sobre o mobiliário 'Estilo Antigo e Moderno'", "O modernismo no mobiliário, por Léon Girard, A. Ponteneuve e J. E. Ruhlmann." in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, nº7, ano XXI, 1ª série, Julho de 1928.

[S.N.] (Junho de 1940). "Arquitecto João Simões. 2. Prédio de Rendimento, na Rua Augusto Machado." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº63, ano XXXIII, 3ª série, Junho de 1940.

[S.N.] (Junho de 1943). "A casa de banho." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº99, ano XXXVI, 3ª série, Junho de 1943.

[S.N.] (Março de 1911). "Predio do Sr José Luiz Vinagre. Architecto: Norte Junior." in A Architectura Portugueza, nº3, anno IV, 1ª série, Março de 1911.

[S.N.] (Março de 1932). "Projecto de um prédio de rendimento na Avenida Almirante Reis - Lisboa. Proprietários: Ex.mos Srs. Inácio Martins do Rego e Antonio Ventura Rego. Arquitecto: Jacinto Marques Robalo." in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, nº3, ano XXV, 2ª série, Março de 1932.

[S.N.] (Março de 1945). "A cozinha." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº119, ano XXXVII, 3ª série, Março de 1945.

[S.N.] (Novembro de 1909). "Casa do sr. dr. Fortunato Guimarães. Na Avenida Duque de Loulé." in A Architectura Portugueza, nº11, anno II, 1ª série, Novembro de 1909.

[S.N.] (Novembro de 1910). "Propriedade para rendimento, Do Sr. Manoel Brandão. Na avenida Duque de Loulé, tornejando para a rua Gonçalves Crespo. Architecto Norte Junior." in A Architectura Portugueza, nº11, anno III, 1ª série, Novembro de 1910, p. 41.

[S.N.] (Novembro de 1936). in "A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas)", nº20, ano XXVIII, 3ª série, Novembro de 1936.

[S.N.] (Novembro de 1942). "Pormenores de construção. 1. Janela de sala de estar, pelos arq W. Gropius e Maxwell Fry. 2. Janela de sala de estar, pelo arq. Maxwell Fry. 3. Janela com abertura para o exterior (sistema 'joka' de Munster)." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº92, XXXV, 3ª série, Novembro de 1942.

[S.N.] (Novembro e Dezembro de 1950). "Casa de Habitação em Milão." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº163, ano XLIII, 3ª série, Novembro e Dezembro de 1950.

[S.N.] (Outubro de 1925). "Arquitectura Moderna Portuguesa. Predio para rendimento. Na rua Latino Coelho, tornejando para a rua Filipe Folque. Projéto e construção do seu proprietario e construtôr civil diplomado pela C. M. de Lisboa, Sr. José Dias Simões." in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, nº10, ano XVIII, 1ª série, Outubro de 1925.

[S.N.] (Outubro de 1929). "Interior de uma casa moderna." in A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna, nº10, ano XXII, 1ª série, Outubro de 1929.

[S.N.] (Outubro de 1943). "Instalações sanitárias." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas) nº103, Outubro de 1943.

[S.N.] (Setembro de 1928). in "A Arquitectura Portuguesa. Revista Mensal da Arte Arquitectural Antiga e Moderna", nº9, ano XXI, 1ª série, Setembro de 1928.

[S.N.] (Setembro de 1937). "Arquitectura de hoje pelo estrangeiro. O prémio de 'René Gillion'." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº30, ano XXX, 3ª série, Setembro de 1937.

A.C., A (Agosto de 1945). "Um problema." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº125, ano XXXVIII, 3ª série, Agosto de 1945.

Antas, Álvaro Cândido Furtado de (1902). Insalubridade do Porto. Porto, Officinas do "Commercio do Porto".

Baía Júnior, José da Silva Ferreira (1909). Contribuição para a Hygiene do Porto. Porto, Typ. a vapor da "Encyclopedia Portugueza".

Bluteau, Rafael (1789). Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Morais Silva. Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Braga, José Rodrigues (1894). Subsidios para a hygiene da habitação: ventilação, iluminação, aguas e remoção de immundices. Porto, Typographia Peninsular.

Breyner, Gonçalo de Melo (Junho de 1937). "O bom gôsto na arquitectura, pelo distinto arquitecto Gonçalo de Melo Breyner." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº27, ano XXX, 3ª série, Junho de 1937.

Fontes, Adriano (1908). Contribuição para a Hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em água potavel. Porto, [s.n.].

Garrett, Antão de Almeida (Janeiro de 1936). "Da Capital do Norte. Betão armado." in A Arquitectura Portuguesa, cerâmica e edificação (reunidas), nº10, ano XXVIII, 3ª série, Janeiro de 1936.

Jorge, Ricardo (1899). Demografia e hygiene da cidade do Porto: Parte I: Clima-população-mortalidade. Porto, Câmara Municipal do Porto/Repartição Municipal de Saúde e Higiene.

Lemos, António Ferreira Gomes (1914). Contribuição para o estudo da higiene do Porto: ilhas. Porto, Imprensa Nacional de Jayme Vasconcellos.

Lisboa, Academia das Ciências de (2001). Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa, Verbo. ISBN 9789722220460.

Monteiro, A (Março de 1911). "Predio do Sr. Antonio da Silva Cunha. Na rua Augusta tornejando para a rua da Betesga. Architecto: José Christiano de Paula Ferreira da Costa." in A Architectura Portugueza, nº3, anno IV, 1ª série, Março de 1911.

NC (Agosto de 1912). "Predio dos Ex.mos Srs. João Leal & Irmãos. Nas ruas Saraiva Carvalho e Ferreira Borges. Architecto, sr. Ernesto Korrodi." in A Architectura Portugueza, nº8, anno V, 1ª série, Agosto de 1912.

Oliveira, António Augusto Chaves de (1886). Estudo sobre os diversos systemas de remoção das immundicias adoptados nas principaes cidades da Europa e sua applicação à cidade do Porto. Porto, Typographia de A. J. da Silva Teixeira.

Oliveira, J (Janeiro de 1911). "Prédio para rendimento do Sr. Apollinario Contreras Pinheiro. Na rua Pinheiro Chagas, tornejando para a rua Filippe Folque. Architecto - Norte Junior." in A Architectura Portugueza, nº1, anno IV, 1ª série, Janeiro de 1911, pp. 1-5.

Ortigão, Ramalho (Janeiro de 1908). "Prefacio." in A Architectura Portugueza, nº1, anno I, 1ª serie, Janeiro de 1908, pp. 1-2.

Pereira, Joaquim Arantes (1894). Contribuição para a hygiene do Porto: analyse microbiologica do ar. Porto, Typographya Occidental.

Rodrigues, Francisco de Assis (1875). Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura Lisboa, Imprensa Nacional.

Segurado, João Emilio dos Santos Edificações. Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand. 4 ed.

Viollet-Le-Duc, M. (1869). Dictionnaire Raisonné de l'Architecture française du XIe au XVIe siècle. Tome VIII. Paris, A. Morel, éditeur.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

1. GLOSSÁRIO

Agregação (esquema, forma de)

1. ato ou efeito de agregar(-se)
2. reunião em grupo
3. união
(...)
De agregar+-ção[847]

Como 'formas de agregação', designa-se o modo como o edifício associa diferentes unidades habitacionais com núcleo de acessos independente.

Alcova

1. pequeno quarto interior de dormir
2. quarto de casal
3. figurado abrigo; refúgio
Do árabe al-qubbâ, «tenda»[848]

"quarto pequeno adjacente a uma sala"[849]

Espaço habitável frequente em habitação unifamiliar urbana portuense do século XIX, sem janelas para as fachadas, estando normalmente associado à caixa de escadas.

Analogia

1. relação de semelhança entre objetos diferentes, quer por motivo de semelhança, quer por motivo de dependência causal
2. BIOLOGIA relação entre órgãos que executam funções idênticas, embora não tenham a mesma estrutura e posição relativa
3. DIREITO aplicação, a um caso não previsto na lei, de um preceito jurídico que regula casos semelhantes
Raciocínio por analogia
raciocínio através do qual se infere, de uma semelhança comprovada, uma semelhança não comprovada
Do grego analogia, «proporção matemática», pelo latim analogĭa-, «analogia», pelo francês analogie, «idem»[850]

---

[847] *agregação* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-14 23:35:27]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/agregação.

[848] *alcova* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-14 23:38:24]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/alcova

[849] *alcova in [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores*.p. 187

[850] *analogia* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-14 23:44:29]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/analogia

"ANALOGIE. Similitude de fonction entre des choses pouvant être situées sur des plans de réalité différents. Dans ce sens, le terme le plus proche, sans être cependant synonyme, est celui de correspondance. C'est l'analogie qui est à la base du symbolisme; d'où son importance dans la production esthétique." [851] *(Étienne Souriau)*

Anamnese

1. recordação pouco precisa; reminiscência
2. FILOSOFIA conceito essencial da filosofia de Platão (filósofo grego, 427-347 a. C.), segundo o qual a alma, ainda que cativa do corpo, pode, através de um processo de rememoração, recuperar o conhecimento anteriormente perdido
Do grego anámnesis, «recordação», pelo francês anamnèse, «idem»[852]

«ANAMNESE: acto de trazer voluntariamente à memória ideias ou factos passados».[853]

Apartamento (fogo, célula)

1. parte independente de um edifício de habitação destinado a residência particular; andar
2. divisão de casas
3. aposento
Do francês appartement, «idem»[854]

Unidade habitacional independente.

"1. Aposento particular, afastado do serviço comum de uma casa; quarto. 2. Cada uma das unidades de moradia privativa de um edifício de habitação colectiva dotado de acesso e áreas de uso comum. (...) ETIM fr. appartement (1559) e, este, do it. appartamento (1538), de appartare 'separar', de parte (...)"[855]

"APARTAMENTO, s. m. do b. lat. partimentum, formado do verbo partiri, dividir, ou também à parte (ilegível), fr. appartement, it. appartemento, hesp. apartamiento, ing. apartement, que faz parte da habitação: - (archit.) em geral

---

[851] Souriau, Étienne (2004 [1990]). Vocabulaire d'esthétique. Paris, Presses Universitaires de France. 2ª ed., p. 111
[852] *anamnese* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-14 23:53:34]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/anamnese
[853] Lisboa, Academia das Ciências de (2001). Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa, Verbo. ISBN 9789722220460.
[854] *apartamento* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-14 23:56:54]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/apartamento.
[855] *apartamento in [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores*. p. 321.

é uma divisão, ou plano com os commodos necessarios; em particular, é quarto de casas, cama - logar separado e retirado (...)"[856] *(Francisco de Assis Rodrigues)*

"APPARTEMENT n. m. C'est ce qui est 'à part' du reste. (...) Le mot prendra son sens contemporain au début du XIXe siècle, lorsque se développera la construction de maisons de rapport découpées en un ou plusieurs logements par étage : l'appartement est ainsi un logement inclus au sein d'un immeuble qui en compte plusieurs. (…) »[857] *(Jean Paul Flamand)*

Nos Processos de Licença de Obra portuenses, localizou-se a expressão *"appartements" referindo*-se a habitações de dimensão reduzida, sem quarto ou com apenas um quarto, provavelmente para aluguer de um tipo de clientela bastante específico.[858]

Arrendamento

1. ato ou efeito de arrendar
2. locação de coisa imóvel
3. DIREITO contrato pelo qual alguém se obriga a proporcionar a outrem o gozo temporário de coisa imóvel mediante retribuição (renda)
4. preço por que se dá ou toma uma coisa de renda; renda
De arrendar+-mento[859]

Arrendamento urbano (regime jurídico)

Lei nº 79/2014, de 19-12-2014. "Revê o regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil e procedendo a segunda alteração à Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro, à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 157/2006, de 8 de Agosto, e à segunda alteração ao Decreto-Lei nº158/2006, de 8 de Agosto."[860]

[856] Rodrigues, Francisco de Assis (1875). Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura Lisboa, Imprensa Nacional.
[857] Flamand, Jean-Paul (2004). L'Abécédaire de la maison, Éditions de La Villette. pp. 16-17.
[858] Exemplo do edifício DKW, localizado na Rua de Sá da Bandeira, 629-673 [1947/0042], da autoria do arquitecto Arménio Losa. Num aditamento ao processo de licenciamento, datado de 1951, observa-se a introdução de pequenas unidades de habitação no último piso do edifício, com cozinha, quarto de banho, sala e apenas um quarto, designadas como *"appartements"*.
[859] *arrendamento* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-15 00:02:46]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/arrendamento
[860] https://dre.pt/home/-/dre/65949849/details/maximized?p_auth=WUB0Yw5z&serie=I

Bloco (edifício em)

(...)
3. edifício de vários andares, que faz parte de um conjunto de prédios
4. conjunto; grupo
Do neerlandês bloc, «tronco»[861]

"8. ARQ. obra ou forma em que uma das dimensões não predomina sobre as outras. 9. ARQ. cada um dos edifícios que fazem parte de um conjunto arquitectónico"[862]

Edifício conformado por diversas unidades, com um ou mais núcleos de acesso vertical, mas concebido como um todo, com fachada única. Edifício em barra.

Burguesia (classe social)

1. a classe média da sociedade
2. qualidade de burguês
3. (Idade Média) habitante do burgo
(...)
De burguês+-ia[863]

"1. HIST na Idade Média, qualidade ou condição de burguês ('habitante livre') 2. HIST SOC classe social surgida na Europa, com o desenvolvimento dos Burgos medievais e o influxo do comércio na sociedade feudal, e que principia a gozar, com o seu enriquecimento, de crescente liberdade e poder, passando a dominar a sociopolítica e economicamente as outras classes, a partir da Revolução Francesa (1789) 3. SOC conjunto dos burgueses, isto é, os que exercem profissões liberais, estando mais ou menos ligados às esferas dirigentes e detentoras da economia; classe média (...) camadas formadoras da burguesia estratificada a partir da Revolução Industrial, que se distinguem pela riqueza de que são detentoras e pelas suas relações mais ou menos directas com os meios de produção (...)"[864]

[Definição]

"Os seus habitantes - os francs bourgeois, os burghers, os borghese e os burgers, os burgueses - crearíam uma nova civilização urbana. A palavra bourgeois apareceu pela primeira vez em França no início do século XI. Referia-se aos mercadores e aos comerciantes que viviam nas cidades amuralhadas, governando-se através de conselhos

---

[861] *bloco* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-15 00:05:39]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/bloco
[862] *bloco in* [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 604
[863] *burguesia* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-15 00:07:43]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/burguesia.
[864] *burguesia in* [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 685.

eleitos, e na maior parte dos casos só deviam obediência ao Rei (que estabeleceu a cidade livre, ou franca) em vez de ao senhor feudal."[865]

[Características]

"Les bourgeois sont riches, mais d'une richesse multiforme, un alliage fait d'argent, de beaucoup d'argent, mais aussi de culture, de relations sociales et de prestige. Comme les difficultés sociales se accumulent, les privilèges s'accumulent."[866]

"La grande bourgeoisie cultive cette forme de capital par un travail spécifique de sociabilité. Alors que le sens commun tend à attribuer au grand bourgeois des attitudes individualistes, les grandes familles fortunées, d'autant plus qu'elles se situent depuis plus longtemps aux sommets de la société, fonctionnent sur un mode collectif. Le groupe développe une sociabilité intense qui dépasse le seul cercle familial. Les dîners, les cocktails, les soirées de gala, les vernissages, les premières théâtrales et autres mondanités ne sont pas des loisirs anodins. If s'agit d'une forme de travail social, dans lequel les femmes jouent un rôle central. Elles ont en charge les réceptions, les cérémonies, les loisirs des enfants, pour lesquels elles ont créé des groupes informels, les rallyes, sur lesquels nous reviendrons."[867]

[os espaços da burguesia]

"Que ce soit à Paris, à Londres, à Madrid ou à Bruxelles, à Marseille, à Bordeaux ou à Lyon, les quartiers résidentiels de la haute société sont toujours des quartiers neufs, construits par elle et pour elle-même. Ces quartiers sont aujourd'hui parfois de vieux quartiers, comme celui du cours Arnozan à Bordeaux, ou le faubourg Saint-Germain à Paris. Mais ils furent bien, à leur époque, construits par la haute société et les grandes familles s'y installèrent dans un habitat que personne d'autre n'avait occupé avant elles."

"Les formes architecturelles, les équipements urbains et commerciaux, l'allure des passants marquent socialement ces quartiers et font l'un des facteurs importants de la socialisation adéquate des jeunes, tout en procurant aux familles résidents un cadre conforme à leurs attentes et à leurs modes de vie. Ce cadre ne saurait être négligé dans les processus de reproduction sociale. Il est l'une des instances de socialisation des jeunes, à l'instar de la famille ou de l'école. Il suffit de penser dans cette optique aux façades hiératiques de certaines avenues parisiennes, comme l'avenue Henri-Martin, au luxe de la moindre épicerie, à l'élégance des passants, à la présence de commerce rares, comme les antiquaires, pour se rendre compte que ces éléments constitutifs de la ville et de son spectacle peuvent aussi être au principe de goûts, de préférences, de dispositions, tant les images et le vécu de l'enfance sont structurants des dispositions adultes."

---

[865] Rybczynski, Witold (2001). La casa. Historia de una idea. Hondarribia, Editorial Nerea, S.A. 6 ed. ISBN 84-89569-14-2. p. 36.
[866] Pinson, Michel; Pinson-Charlot, Monique (2007). Sociologie de la bourgeoisie. Paris, La Découverte. p. 6.
[867] *idem*, p. 14.

"Il faut donc que les familles fortunées aient d'abord investi un quartier et l'aient façonné à leur usage exclusif pour que celui-ci acquière une valeur exceptionnelle. Ce sont les familles de renom qui créent les beaux quartiers, les belles adresses, ce que nous avons appelé la griffe spatiale."[868]

[a burguesia portuense]

Em "O Porto, Cidade viva, em retrospectiva: A malha social e urbana entre 1935 e 1945,"[869] Armando Castro descreve as particularidades políticas, sociais, económicas e urbanas contemporâneas da projectação e construção da Casa de Serralves (1925-1945). Este texto é particularmente interessante, pois além da contextualização de época (em que se enquadra o período em investigação), fornece indicações acerca dos seus proprietários (e da sua classe social), nomeadamente o Conde de Vizela e o industrial Delfim Ferreira, empreendedor de uma série de prédios de rendimento de grande dimensão (localizados na Rua de Sá da Bandeira, por exemplo). Refere-se de igual forma à "burguesia mercantil portuense", caracterizando-a da seguinte forma, no que concerne ao ambiente cultural e material dos anos "30 e 40":

"A grande burguesia industrial, herdeira histórica dos próceres mercantis - aliás eles próprios não foram grandemente dados ao 'mecenato' -, pouco soube transmitir às gerações futuras. Encolhida num quase autismo social, só se quis distinguir por sinais superficiais, ocasionais e dispersos da sua posição social privilegiada. Além de não ter apoiado significativamente actividades artísticas, nem sequer pôs de pé grandes construções paralelas às catedrais burguesas oitocentistas no género do Palácio da Bolsa. Consumiu-se em artigos ostentatórios de luxo (automóveis, vestuário, jóias) ou em festas dentro de um círculo restrito". [870]

De uma forma resumida, o autor considera que o ambiente característico dos anos 30/40 portuenses eram culturalmente pobres, sendo que a actividade artística era reprimida ou 'reorientada' pela 'direcção política, com fins 'propagandísticos'. Considera também que o papel da grande burguesia industrial foi de igual modo pouco relevante na construção dessa mesma cultura, enquanto "*grau de desenvolvimento da instrução, da alfabetização, da escolaridade, dos conhecimentos científicos, da actividade artística nas suas variadíssimas e ricas expressões da literatura às artes plásticas, da arquitectura à musica, da escultura a muitas outras das suas manifestações*."[871]

Sobre a burguesia portuense do século XIX:

Para a Maria Antonieta Cruz, a burguesia é "*(...) um grupo social 'fluído' cujos contornos se esfumam numa aparente impossibilidade de delimitação. (...) as palavras 'burguês' e 'burguesia' abarcam hoje, como no século XIX, múltiplos significados*."[872], "*Como podemos verificar, alguns traços característicos, ou apenas caricaturais, estão quase sempre presentes nos textos em que existem alusões à burguesia: o grande apego ao trabalho, uma certa ostentação*

---

[868] *idem*, p. 53.
[869] Castro, Armando (2001). O Porto, Cidade viva, em retrospectiva: A malha social e urbana entre 1935 e 1945. CASA de Serralves: retrato de uma época. Porto, Casa de Serralves.
[870] *idem*, p. 20.
[871] *ibidem*
[872] Cruz, Maria Antonieta (1999). Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do século XIX. Porto, Fundação Engº António de Almeida. ISBN 972-8386-23-0. p. 23

e, sobretudo, a incultura resultante duma apressada promoção social, que se reflectia em todos os actos do quotidiano. As imagens são, no entanto, diversas, por vezes mesmo antagónicas."[873]

Cânone

1. preceito; regra geral
2. padrão; norma
3. Foro
(...)
Do grego kanón, «régua», pelo latim canŏne-, «regra; cânone»[874]

"norma, princípio geral do qual se inferem regras particulares 3. p. ext. maneira de agir; modelo, padrão (...) ETIM lat. 'lei, regra, medida, regras de gramática (...)"[875]

CÂNONE, enquanto instrumento de apreensão de métricas. Cânone enquanto princípio, regra de ordem métrica.
"As métricas, isto é, as ordens canónicas de metrificação e transmissão da rítmica, são decisivas na organização estética do espaço e do tempo, onde, como acentuámos, está incluída uma virtualidade ontológica."[876] *(Maria João Madeira Rodrigues)*

Casa

1. qualquer edifício destinado a habitação
2. construção destinada a habitação, por oposição a apartamento; moradia, vivenda
3. cada uma das divisões de uma habitação; compartimento, dependência
4. local onde se vive; domicílio, morada
5. família, lar
6. compartimento anexo a um edifício
7. estabelecimento comercial
8. empresa, firma
9. conjunto dos membros de uma família
(...)
Do latim casa-, «cabana; choupana»[877]

"1. Edifício de formatos e tamanhos variados, ger. de um ou dois andares, quase sempre destinados a habitação2. Cada uma das dependências em que é dividida a habitação <c. de jantar> <c. de banho> 3. família; lar (...)"[878]

---

[873] *idem*, pp. 27-28
[874] *cânone* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-15 00:40:38]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/canone
[875] *cânone in* [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 685
[876] Rodrigues, Maria João Madeira (2002). O que é a Arquitectura. Lisboa, Quimera editores. p. 58
[877] *casa* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-15 00:45:30]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/casa

"CASA, s. f. do lat. casa, choupana, ou domus, edifício para habitação, fr. maison, ing. house, it. casa, (archit.) toma-se por um só apartamento, ou collectivamente pela habitação ordinária de uma família, que consta de várias peças, como saleta, sala, alcovas, casa de jantar, gabinetes, corredores, cozinha, despensa, etc."[879] *(Maria João Madeira Rodrigues)*

Casa (de apartamentos) em andar; casas de andares; prédios de andares

Designa-se como 'casa (de apartamentos) em andar', ou 'casas de andares', 'prédios de andares', o edifício de de habitação em que os fogos se distribuem por pisos.

Categorização

ato ou efeito de categorizar[880]

"1. acto ou efeito de classificar por ou em categorias"
[categoria. 1 conjunto de pessoas ou coisas que possuem muitas características comuns e podem ser referidas por um conceito ou concepção genérica; classe (...). 1.1 FIL no aristotelismo, cada um dos conceitos que formam o conjunto dos géneros ou divisões primeiras do ser (substância, qualidade, quantidade, relação, etc.) 1.2 p. ext. FIL em Immanuel Kant (1724-1804), cada um dos conceitos fundamentais do entendimento puro (unidade, pluralidade, totalidade, etc.), que são formas a priori capazes de constituir os objectos do conhecimento 1.3 p. ext. FIL cada um dos conceitos genéricos, abstractos, fundamentais, de que se pode servir a mente para elaborar e expressar pensamentos, juízos, julgamentos, etc."]"[881]

Metodologia associada aos processos de análise tipológica. Nesta investigação em particular, a categorização empreendida resulta de uma motivação impulsionada pela própria metodologia de pesquisa, pela necessidade de ordenar a informação localizada, mais do que por uma visão teórica da arquitectura, ou de uma ideia fixa

---

[878] *casa in* [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 830.
[879] Rodrigues, Maria João Madeira (2002). O que é a Arquitectura. Lisboa, Quimera editores. p. 100.
[880] *categorização* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-04-02 20:03:15]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/categorização.
[881] *categorização in* [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 845

relativamente ao modo se projectava, construía ou transformava a cidade há 70 anos atrás. Trata-se, portanto, de uma ferramenta de sistematização de conhecimento e de hierarquização da diversidade de informação recolhida.

Compartimento

1. divisão criada num espaço para alojar pessoas ou guardar coisas
2. divisão fechada de uma carruagem de comboio
3. subdivisão de uma superfície em formas regulares
De compartir+-mento[882]

"1. cada uma das divisões de uma casa, de um móvel, de uma certa área, etc., para alojar pessoas ou guardar animais ou objectos <o guarda-roupa tinha um c. aveludado (...) ETIM it. Compartimento (1535) 'id.', de compartire, der. de partire <lat. Partire 'separar, dividir'"[883]
Divisão, divisória, 'casa'. Espaço habitável interior independente de uma habitação, associado a uma função específica, ou de utilização flexível.

"PIÈCE. n. f. La signification particulière de ce mot en matière d'habitation est attestée depuis la fin du XVIIe siècle, en tant que partie close sur elle-même ou, en tout cas, nettement délimitée d'un logement – maison individuelle ou appartement dans un immeuble collectif. Jusqu'alors, l'habitat ne comportait vraiment de pièces séparées. Les diverses fonctions domestiques se distribuaient au sein de l'espace de vie, sans séparation nette ni cloison. (…) »[884] *(Jean-Paul Flamand)*

Composição

1. ato ou efeito de compor
2. forma como os elementos de um todo se organizam; organização, disposição
3. todo resultante da disposição das partes componentes; combinação
4. aquilo de que uma coisa é constituída; estrutura
5. produção literária, artística ou científica
(...)
Do latim compositiōne-, «ação de juntar; composição; arranjo»[885]

---

[882] *compartimento* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-15 16:24:08]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/compartimento

[883] *compartimento in* [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 1003

[884] cf. Flamand, Jean-Paul (2004). L'Abécédaire de la maison, Éditions de La Villette. pp. 220-222

[885] *composição* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-15 15:55:06]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/composição

"1 Acto ou efeito de construir um todo. 2 modo pelo qual os elementos constituintes do todo se dispõem e integram; organização 3 p. met. a coisa composta 5 ART. PLÁST conjunto dos diversos elementos estruturados numa obra de arte (...)"[886]

"COMPOSIÇÃO, s. m. Conjunto de elementos artísticos para a realização de um todo."[887]*; "(...) a acção de reunir as diversas partes do edifício de modo a produzir uma ordem intelectual e emocional (...)."*[888]*(Maria João Madeira Rodrigues)*

"COMPOSITION. (...) Dans son acception la plus générale, le terme de composition désigne l'ordre, les proportions et les corrélations qu'ont entre elles les différentes parties d'une oeuvre d'art, particulièrement lorsque cet ordre et ces corrélations ont été l'effet d'une décision expresse de l'artiste. Ce mot s'emploie aussi pour désigner l'activité par laquelle l'artiste réalise ces corrélations."[889] *(Étienne Souriau)*

Configuração (dos edifícios)

1. forma externa de um corpo; aspecto geral; figura; feitio
2. INFORMÁTICA forma como um sistema é definido ou organizado, atendendo por vezes a necessidades específicas (...)
Do latim configuratiōne-, «semelhança»[890]

"1 forma exterior de um corpo ou de um conjunto <a. c. de um octaedro> 2 p. ext. aspecto geral de um conjunto de seres ou de coisas <a. c. do fundo do mar> (...) 4 arranjo estrutural das partes de um corpo ou de um conjunto <a c. de um átomo> 5 p. ext. arranjo de elementos interligados para operar como um todo ou um sistema; estrutura (...) ETIM lat. 'dar forma, conceber' (...)"[891]

Como 'configuração' dos edifícios, entende-se a sua 'figura' geométrica[892].

---

[886] *composição in [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores*. p. 1008

[887] Rodrigues, Maria João Madeira; Sousa, Pedro Fialho de; Bonifácio, Horácio Manuel Pereira (2005). O vocabulário técnico e crítico de arquitectura. [Coimbra], Quimera. 4 ed. ISBN 972-589-017-5. p. 90

[888] Rodrigues, Maria João Madeira (2002). O que é a Arquitectura. Lisboa, Quimera editores. p. 70

[889] Souriau, Étienne (2004 [1990]). Vocabulaire d'esthétique. Paris, Presses Universitaires de France. 2ª ed. p. 447

[890] *configuração* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-15 16:20:01]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/configuração

[891] *configuração in* [S.N.] (2002). Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 1003

[892] Sobre a identificação das "figuras elementares dos edifícios" *cf.* o capítulo *"Identifier les figures de l'immeuble"* em Moley, Christian (1999). Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6. pp. 69-123

Co-propriedade

posse de uma propriedade em comum com outrem[893]

Posse de propriedade em conjunto, de acordo com o investimento realizado. Em habitação plurifamiliar, significa a aquisição de fracção do edifício, em conjunto com parcela de áreas comuns. cf. Regime da Propriedade Horizontal, e legislação associada, publicada a partir de 1955[894].

"COPROPRIÉTÉ. *n. f. Dans le domaine de l'immobilier, c'est le régime juridique auquel se trouvent soumis les propriétaires qui se partagent de façon indivise les différents lots d'un même ensemble de logements. Dans une copropriété, tous les copropriétaires ont les mêmes droits sur l'immeuble considéré dans son ensemble, quelle que soit l'importance de leur part dans l'ensemble. Par ailleurs, chaque copropriétaire reste propriétaire unique de son ou de ses lot(s), et propriétaire indivis avec les autres copropriétaires des parties communes.* »[895] *(Jean-Paul Flamand)*

Corrente. Produção corrente

1. que corre
2. que se desenrola no momento presente; atual
3. que decorre de uma forma habitual; normal; banal; comum
4. vulgar
5. fácil
6. expedito
7. fluente
(...)
Do latim currente-, particípio presente de currĕre, «correr»[896]

"10. Aquilo que é usual, comum, corriqueiro ou trivial"[897]

---

[893] *co-propriedade* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-15 16:22:36]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/copropriedade

[894] Decreto-Lei nº40333. Regime da Propriedade horizontal. Diário do Governo I série nº 223 (14.10.1955), Portugal, 1955.
Sobre o impacto da legislação relativamente ao regime da propriedade horizontal sobre a construção, *cf*. Vale, Clara Pimenta; Almeida, Vitor Abrantes (2012b). "Urban Dynamics and Horizontal Property: Case Study of the Boavista Axis, Porto, Portugal." in Nuts & Bolts of Culture, Technology and Society. Construction History. Vol.2, pp. 265-272.

[895] Sobre a questão da co-propriedade em contexto francês e a sua especificidade relativamente ao contexto português, *cf*. Flamand, Jean-Paul (2004). L'Abécédaire de la maison, Éditions de La Villette. pp. 61-64

[896] *corrente* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-15 16:25:59]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/corrente.

[897] *corrente in* [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 1003

Entende-se como 'produção corrente', toda a arquitectura que é fruto da actividade quotidiana dos arquitectos, não se destacando necessariamente pela sua qualidade, ou pela excepcionalidade da encomenda, programa ou situação urbana. Trata-se de um tipo de arquitectura que não se evidencia normalmente na cidade, pautando-se, portanto, por traços de aparente anonimato, ou mesmo banalidade, ou seja, uma espécie de arquitectura do dia-a-dia, arquitectura do quotidiano.

Esta ideia tem sido debatida directamente por determinados autores, nomeadamente Nuno Portas[898], Rui Jorge Garcia Ramos[899], entre outros, e implicitamente através de investigações direccionadas para um tipo de produção arquitectónica de carácter comum, como Francisco Barata Fernandes[900], Marieta Dá Mesquita[901], Nuno Teotónio Pereira[902].

Rui Jorge Garcia Ramos situa este tipo de abordagem, em Portugal, nas reflexões do arquitecto Nuno Portas: *"Julgamos ser na obra teórica de Nuno Portas, sobretudo no trajecto entre a publicação de 'A Arquitectura para hoje' (1964) e de 'A cidade como Arquitectura' (1969), onde encontramos um primeiro entendimento disciplinar do*

---

[898] Portas, Nuno (1964). A Arquitectura para hoje: finalidades, métodos, didácticas. Dissertação para concurso de Professor de Arquitectura na ESBAL. Lisboa.
Portas, Nuno (1969). A cidade como Arquitectura: apontamentos de método e crítica. Lisboa, Livros horizonte.

[899] Ramos, Rui Jorge Garcia (2005). "Produções correntes em arquitectura: a porta para uma diferente gramática do projecto do início do século XX." in NW noroeste. Revista de História. Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, (1), pp. 53-80.
Ramos, Rui Jorge Garcia (2010 [2004]). A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português. Porto, Faup publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título). ISBN 978-972-9483-97-4.

[900] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.
Barata, Francisco (1998). "La regla y la excepción. Dos proyetos de Távora para Porto." in DPA 14.
Barata Fernandes, Francisco; Pinto, Rui (2001). Rua de Ceuta PORTO 1901-2001: Guia de arquitectura moderna. Porto, SRNOA e Civilização Editora.

[901] Mesquita, Marieta Dá (1999). "Fontes Para a História da Arquitectura Contemporânea Portuguesa - Um Primeiro Olhar Sobre "A Construcção Moderna"." in GEHA - Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo, (Ano 2 - Nºs 2/3), Março/Outubro de 1999, pp. 105-118.
Mesquita, Marieta Dá; Serrano, Inês (2007). "A leitura da cidade pelos seus contemporâneos." in Arte e Teoria, (10).
Mesquita, Marieta Dá (2002). "As Casas de Muitos Andares nos Estados Unidos ou a Escola de Chicago Vista por um Engenheiro Português em 1900." in JA-Jornal Arquitectos, (205), Março / Abril de 2002, pp. 11-18.
Mesquita, Marieta Dá; Serrano, Inês (2006). "Uma releitura de um projecto de Ventura Terra através d' "A Construcção Moderna"." in Arte e Teoria, (8), Junho de 2006, pp. 181-188.
Mesquita, Marieta Dá (2005). "Sebastiano Serlio - Imagens e projectos de Habitação urbana corrente." in Arte e Teoria, (7), pp. 30-37.
Mesquita, Marieta Dá (2006). "Casas Urbanas de Lisboa - Memórias e Metamorfoses." in Arte e Teoria, (8), Junho de 2006, pp. 136-145.

[902] Pereira, Nuno Teotónio; Buarque, Irene (1995). Prédios e vilas de Lisboa. Lisboa, Livros Horizonte.

sentido de uma arquitectura de série, que se distingue da obra designada como singular ou de autor. A valorização desta outra produção é reconhecida na obra de Nuno Portas, e sucessivamente clarificada na sua intervenção, pela atribuição de significado à produção corrente como instrumento essencial para uma construção qualificada da cidade democrática. (...) A leitura da cidade não pode ser realizada exclusivamente pelos landmarks de uma história da arquitectura e pela sua vanguarda, correndo o risco de rejeitarmos a produção arquitectónica mais extensa de um tempo. Com este entendimento, Nuno Portas não só atribui um lugar à produção corrente na prática profissional, mas sobretudo inaugura a inevitabilidade da sua presença na crítica e na investigação contemporânea no campo da arquitectura."[903]

Sublinha-se que nesta investigação, a designação "arquitectura de produção corrente" não equivale a "casa corrente", esta última referente a um tipo de edificado particular, construído em épocas temporais anteriores ao século XX.

Disposição (esquema de)

1. colocação ordenada; distribuição metódica; arranjo; arrumação
2. estado de saúde ou de espírito; temperamento
3. tendência; inclinação; vocação
4. intenção; vontade
5. utilização
6. prescrição legal; preceito
(...)
Do latim dispositiōne-, «idem»[904]

"Acto ou efeito de dispor. 1 posição ocupada por vários elementos; distribuição, arranjo (...)"[905]

No âmbito desta investigação, a expressão 'esquema de disposição' refere-se ao modo como as diferentes áreas funcionais se organizam no apartamento, em função das frentes de ventilação. Estes esquemas diferem fundamentalmente no grau de compacidade da planta e nos ângulos ou frentes de ventilação. [906]

"plano desagregado":
Edifícios com disposição de núcleos articulados a partir de um saguão central;

---

[903] Ramos, Rui Jorge Garcia (2010 [2004]). A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português. Porto, Faup publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título). ISBN 978-972-9483-97-4. pp. 215-216.
[904] *disposição* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-15 17:21:56]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/disposição.
[905] *disposição in* [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 1370.
[906] cf. "*Identifier les figures de l'immeuble. Figures élémentaires de l'immeuble*", *in* Moley, Christian (1999). Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6. pp. 69-123.

"plano compacto":

Edifícios em que os núcleos de organizam unicamente em função da fachada principal e fachada posterior;

"plano em esquadria":

Edifícios em que os núcleos funcionais se articulam em função de 3 frentes de ventilação: fachadas principal e posterior, e uma frente gerada por um pátio lateral. Edifícios configurados em L

Dispositivo[907]

que encerra disposição, ordem ou preceito
1. mecanismo ou arranjo adaptado para um determinado fim
2. MILITAR disposição, no terreno, das frações em que uma unidade militar se articula, de acordo com a sua utilização prevista
(...)
Do latim disposĭtu-, particípio passado de disponĕre, «dispor; distribuir» +-ivo[908]
"1 relativo a disposição. 2 que prescreve; que ordena. 3 aquilo que dispõe; norma, preceito, artigo (...)"[909]

Distribuição (esquema de); [cf. disposição]

1. ato ou efeito de distribuir; repartição
2. disposição; arranjo
3. ordem segundo a qual uma coisa está disposta; classificação
4. serviço de entrega de bens ou serviços
(…)
Do latim distributiōne-, «idem»[910]

"Acto ou efeito de distribuir. 1 acto ou efeito de dispor de acordo com certo critério; disposição, divisão, ordenamento <d. das matérias no livro> (...) 5 ARQ disposição dos espaços internos e da sua articulação, num

---

[907] *cf.* noção de dispositivo desenvolvida em:
Eleb, Monique; Châtelet, Anne-Marie (1997). Urbanité, sociabilité et intimité. Des logements d'aujourd'hui. Paris, Les Éditions de L´Épure. ISBN 2-907687-29-8.
Eleb, Monique; Debarre-Blanchard, Anne (1995). L' invention de l'habitation moderne. Paris, 1880-1914. [Paris], [Bruxelles], Hazan, Archives d'Architecture Moderne. ISBN 2-85025-384-7.
Eleb-Vidal, Monique; Châtelet, Anne-Marie; Mandoul, Thierry (1990). Penser L'habité: le logement en questions PAN 14. Paris, Pierre Mardaga éditeur. 2 ed. ISBN 2-87009-458-2.

[908] *dispositivo* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-15 17:31:33]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/dispositivo.

[909] *dispositivo in [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores*. pp. 1370-1371

[910] *distribuição* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-11-15 17:36:40]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/distribuição.

projecto ou numa construção 5.1 p. ext. ARQ design. comum a vestíbulos e/ou corredores que servem à circulação e comunicação entre diferentes espaços internos do projecto arquitectónico e da construção (...)"[911]

Nesta investigação, entende-se como "modo de distribuição", a ordem segundo a qual o programa funcional do apartamento se espacializa, ou seja, o modo como os compartimentos se organizam em conjunto com os espaços de circulação.

A "distribuição em fila" (*'enfilade') e* "distribuição por articulação de núcleos funcionais" constituem exemplos frequentes, no âmbito do apartamento do prédio de rendimento.

Esquema (mental)

1. representação das funções e relações de um objeto, independentemente da sua forma
2. figura ou diagrama simplificado
3. exposição sumária da articulação e das ideias essenciais de um projeto, de um discurso, de uma obra
4. resumo
(…)
Do grego skhêma, «figura», pelo latim schema, «forma; esquema; figura»[912]

"1. figura que dá uma representação muito simplificada e funcional de um objecto, movimento, etc. 2 descrição ou imagem mental restrita aos traços essenciais de um objecto, processo, etc.; sinopse, plano, programa 3 estrutura, esqueleto de algo. 4 resultado de um estudo que visa estabelecer normas, metas, quotas, etc.; plano, planeamento, arranjo (...) 7 FIL no Kantismo, um produto da faculdade humana da imaginação com a tarefa de estabelecer uma conexão entre as categorias puras do entendimento e a experiência sensível, o que permite a ocorrência do acto cognitivo (...) desenho, disposição, esboço, esqueleto, estrutura, figura, método, minuta, plano, planta, programa, projecto, rascunho, resumo, risco, sinopse, sistema, traçado".[913]

A ideia de 'esquema mental', nesta investigação abordada enquanto senso comum, pode de alguma maneira encontrar fundamento e profundidade no conceito de 'esquematismo', desenvolvido por Immanuel Kant, na obra *Crítica da Razão Pura* (1781)[914], nomeadamente no segundo livro da *Analítica transcendental*, intitulado *Analítica dos princípios*. O 'esquematismo', segundo Kant, consiste numa função intelectual em que os conceitos puros são substituídos por esquemas que permitem aplicação imediata, possibilitando atingir a essência das coisas com extrema rapidez, sem, no entanto, estes estarem vinculados a uma imagem, ou a um objecto específico. A discussão da ideia de 'esquema', na acepção Kantiana, aparenta ser passível de inúmeros nexos com a epistemologia da arquitectura,

---

[911] *distribuição in* [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 1376.
[912] *esquema* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-12-26 23:39:40]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/esquema
[913] [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 1607
[914] Kant, Immanuel (2001 [1781]). Crítica da razão pura. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação. 5 ed.

adensando-se quando Kant distingue 'esquema' de 'imagem', referindo que apesar de ambas serem um produto da imaginação, 'imagem' é uma entidade fixa e concreta, enquanto que 'esquema' se refere a um conjunto de regras, e não pode reduzir-se a nenhuma imagem. Sobre os 'fenómenos de esquematismo', confira-se igualmente a síntese elaborada por Maria João Madeira Rodrigues. [915]

'esquema' não equivale a 'tipo', equivalendo antes a uma representação possível:

"Le schéma, par définition, fixe et synthétise quelques caractéristiques d'un objet, considérées comme essentielles, et en élimine d'autres, jugées peu importantes. Le schéma n'est pas le type, il est une configuration du type, se situant ainsi comme une intermédiaire entre un concept et une image formelle. En effet, réduire le type à un schéma le prive d'une grande partie des caractères typologiques qui lui sont spécifiques. cf. Marcelo Rebecchini, il fondamento tipologico dell'architettura, Bulzoni Editore, Roma, 1978". [916]

Esquema (tipológico)

Designa-se como 'esquema' [tipológico] a representação bidimensional do projecto de distribuição/ configuração do edifício e das suas células. Planta. Plano de arquitectura. Conceptualmente, corresponde a uma representação da 'matriz de concepção espacial' de um edifício. cf **#tipo | tipologia, modelo, protótipo [glossário]**

Espaços de representação

Compartimentos dedicados a 'práticas burguesas' de sociabilidade, como 'receber'. Em apartamentos lisboetas ou parisienses de maior dimensão, é frequente localizar compartimentos como o 'salão', ou uma série de salas interligadas[917]. Os edifícios de habitação plurifamiliares portuenses, de dimensão mais contida e programa funcional menos complexo, resumem frequentemente os espaços de representação a um escritório e a uma sala de visitas/saleta articulada.

---

[915] Rodrigues, Maria João Madeira (2002). O que é a Arquitectura. Lisboa, Quimera editores. pp. 55-58.

[916] Marchand, Bruno (1992). Typologie des logements collectifs a Geneve. Proposition de classement selon des contextes différenciés. Doctorat. Lausanne, Ecole Polytechique Federale de Lausanne.

[917] *cf.*
Loyer, François (1987). Paris, XIXe siècle. L'immeuble et la rue. Paris, Hazam.
Boudon, Françoise (1988). "La «maison à loyer» de la ville hausmannienne." in Revue de l'Art, 79, (63-72).
Confira-se de igual modo a categorização em função da "representação dos códigos do habitar" explicitada por Moley em *"Identifier les figures de l'immeuble. Figures élémentaires de l'immeuble"*: Moley, Christian (1999). Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6. pp. 69-123.

Harmonia

1. *disposição bem ordenada entre as partes de um todo, ordem, proporção, simetria*
2. *acordo, conformidade*
3. *coerência*
4. *entendimento entre as pessoas, concórdia, paz*
5. *combinação agradável de sons*
6. *qualidades que tornam a frase ou o discurso agradável ao ouvido*
7. *MÚSICA arte de combinar os sons simultaneamente*
8. *MÚSICA tudo o que se refere à formação e sequência dos acordes, bem como às relações tonais*

Do grego harmonía, «idem», pelo latim harmonĭa-, «idem», pelo francês harmonie, «idem»[918]

"1 combinação de elementos diferentes e individualizados, mas ligados por uma relação de pertinência, que produz uma sensação agradável e de prazer. 2 ausência de conflitos; paz, concórdia (...) ART.PLÁST proporção agradável; beleza de linha, forma e volume (...) ETIM gr. Harmonia"[919]

"HARMONIE (...) L'harmonie est le rapport accordant les différentes parties d'un ensemble complexe (...) de telle sorte que cette réunion forme un tout cohérent, heureux, satisfaisant pour l'esprit et les sens. (...) dans le domaine de l'art, un homme qui crée organise les parties d'un tout afin que leur convenance réciproque amène ce tout à son unité. Les proportions de l'ensemble sont ainsi fondamentales pour da réussite de l'œuvre." [920] *(Étienne Souriau)*

Higienismo

Corpo de pensamento, investigação e práticas em torno das questões da higiene e saúde pública[921].

---

[918] *harmonia* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-12-27 00:24:08]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/harmonia.

[919] [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 1954.

[920] Souriau, Étienne (2004 [1990]). Vocabulaire d'esthétique. Paris, Presses Universitaires de France. 2ª ed. pp. 816-817

[921] sobre as questões do higienismo em contexto portuense, cf.:

Jorge, Ricardo (1899). Demografia e hygiene da cidade do Porto: Parte I: Clima-população-mortalidade. Porto, Câmara Municipal do Porto/Repartição Municipal de Saúde e Higiene.

Jorge, Ricardo (1885). Higyene Social applicada à Nação Portuguesa: Parte I: Clima-população-mortalidade. Porto, Civilização.

Jorge, Ricardo (1888). Saneamento do Porto: Relatório apresentado à Commissão Municipal de Saneamento. Porto, Typ. de António José da Silva Teixeira.

Trevisan, Alexandra (2002). Higiene e Salubridade urbana nas primeiras décadas do séc. XX. Higiene e Salubridade no Porto (1850-1930). . Trevisan, A. M., Isabel. Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo.

"Hygiénisme n. m. Par hygiénisme on entend ici l´ensemble du corps de pensée, fondé sur des connaissances scientifiques et pratiques, visant à orienter les interventions publiques destinées à garantir la santé."[922] *(Jean-Paul Flamand)*

Ilha

2. grupo de casas pobres
Do latim insŭla-, «idem», pelo catalão illa, «idem»[923]

"2. aquilo que pelo seu isolamento ou incomunicabilidade em relação ao que o cerca, se assemelha a uma ilha (...)."[924]

Unidades de habitação mínimas para o operariado, sem quaisquer condições de salubridade, que eram construídas em linha nos espaços de logradouro das habitações burguesas, no Porto. [925]

Latrina

1. lugar para dejeções; privada; retrete
Do latim latrīna-, «idem»[926]

"2. m.q. sanita. Compartimento fechado, dotado de sanita ou de escavação no solo para dejecções; casa de banho, sanitário (...)[927]

Em 1839, *"As latrinas não correspondem às modernas sanitas, em que existe um sistema de remoção dos dejectos por água. As latrinas têm um local de acumulação de dejectos imediatamente debaixo ou em local próximo e os*

---

[922] Flamand, Jean-Paul (2004). L'Abécédaire de la maison, Éditions de La Villette. p. 159
[923] *ilha* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-12-27 00:24:58]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ilha
[924] [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 2037
[925] sobre as 'ilhas' portuenses, *cf*. Teixeira, Manuel (1996). Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As ilhas do Porto. Lisboa, CLM-Fundação Calouste Gulbenkian; JNICT. 2 ed.
[926] *latrina* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-12-27 00:28:00]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/LATRINA.
[927] [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores.

mesmos são removidos periodicamente, geralmente para fertilização agrícola. Em meios rurais os dejectos humanos eram juntos aos dejectos dos animais."[928] *(Clara Vale)*

Logradouro

1. aquilo que pode ser logrado
2. terreno contíguo a uma habitação, para serventia
3. terreno público para pastagem de gados
4. terreno inculto
5. espaço ao ar livre para uso público
De lograr+-douro[929]

"(De lograr + suf.-douro,-doiro). 1. O que é ou pode ser gozado, fruído ou logrado por alguém. 2. Espaço livre, não construído, de uso público. Os jardins são óptimos logradouros. 3. Espaço contíguo ou anexo a uma casa e que serve para diversos fins; rossio, terreiro. 4. Pastagem para os gados e que é de uso público."[930]

"Logradouro é a área de terreno livre de um lote, ou parcela, adjacente à construção nele implantada e que, funcionalmente, se encontra conexa com ele, servindo de jardim, quintal ou pátio. O logradouro inclui as zonas de terreno livre do lote existentes sobre partes enterradas de edifícios."[931]
"Logradouro: área do prédio correspondente à diferença entre a sua área total e a área de implantação da construção principal."[932]

Por definição geral, o conceito de logradouro remete-se a um modo de utilização do espaço (uso), e não a uma configuração espacial específica: os espaços de logradouro. Já a definição técnica contemporânea, define o logradouro como o espaço livre de carácter privado associado às formas de residência.

Lote

1. objeto ou reunião de objetos que se leiloam de uma vez

---

[928] Vale, Clara Pimenta (2013). "Códigos de Posturas da Cidade do Porto entre o Liberalismo e a República. Influências e reflexos na forma de construir corrente." I Congresso Internacional de História da Construção Luso-brasileira, Vitória do Espírito Santo, Brasil, UFES 4 a 6 de Setembro de 2013.
[929] *logradouro* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-12-27 00:34:43]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/logradouro.
[930] Lisboa, Academia das Ciências de (2001). Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa, Verbo. ISBN 9789722220460. p. 2295.
[931] in "Memorando. Definições de espaços e de áreas utilizados na Ficha Técnica da Habitação", Ministério das obras públicas, transportes e comunicações, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/fth/memorando_areas.pdf.
[932] in Regulamento do Plano Director Municipal do Porto, Setembro de 2005 (Artigo 4º. Definições. Ponto 31, p. 5).

2. cada uma das partes de um todo que se reparte; quinhão
3. grupo; magote; conjunto; classe
4. qualidade de uma mercadoria
5. carga em toneladas ou metros cúbicos que um navio desloca
6. parcela de terreno para urbanização ou pequena exploração agrícola
Do frâncico lôt, «idem», pelo francês lot, «quinhão»[933]

"(...) parte de um todo que se divide. 1JUR porção de um todo dividido entre diversas pessoas (...) 3 JUR porção de terra autónoma que resulta de loteamento ou desmembramento 3.1 JUR terreno de pequenas dimensões, urbano ou rural que se destina a construções ou à pequena agricultura (...)".[934]

Lote: Área de terreno resultante de uma operação de loteamento licenciada ou autorizada nos termos da legislação em vigor. [935]

Matriz (de concepção espacial)

2. lugar onde alguma coisa se gera; origem; fonte
Do latim matrīce-, «fonte; origem; útero»[936]

"(...) o essencial, na caracterização da matriz de organização interna de uma habitação urbana que preveja a seriação e seja agrupável em banda, é: o número de frentes, as principais dimensões (comprimento e largura) e a localização e modelo de escadas e acessos." [937] cf #**tipo, esquema**

Na concepção da habitação plurifamiliar portuense, construída de raiz na 1ª metade do século XX, consideram-se como essenciais os seguintes parâmetros, na definição da 'matriz de concepção espacial', considerando edifícios inseridos entre paredes de meação: tipo de inserção urbana (entre paredes de meação, cunhal, etc..); dimensão da frente do lote/edifício (frente estreita, grande frente, etc.); nº de apartamentos por piso/localização relativamente à caixa de escadas (um apartamento por piso, esquerdo-direito, etc..); configuração da planta (regular, em T, L, U, etc.): características e localização dos dispositivos principais de ventilação e acesso).

---

933 *lote* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-12-27 00:36:00]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/lote
934 [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 2312.
935 in Regulamento do Plano Director Municipal do Porto, Setembro de 2005 (Artigo 4º. Definições. Ponto 32, p. 5)
936 *matriz* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-12-27 00:38:04]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/matriz
937 Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. p. 123.

Modelo

1. imagem ou desenho que representa o objeto que se pretende reproduzir esculpindo, pintando ou desenhando
2. pessoa exemplar, perfeita, digna de ser imitada
3. exemplo
4. forma
5. pessoa que serve de estudo aos pintores e escultores
6. protótipo de alta costura

"(...) 'Modelo' é um objecto acabado, uma obra que se deve repetir. (...)"[938] *cf. #**tipo***

[modelo de habitação]

Entende-se como 'modelo de habitação' todas as concretizações materiais que derivam de determinado 'tipo', 'esquema' ou 'matriz de concepção espacial' no âmbito das formas de habitação.

[urbano/modelo de cidade]

Define-se na relação entre forma urbana e forma da residência.

Pátio

1. recinto descoberto, no interior de um edifício
2. terreno murado contíguo à casa
3. vestíbulo; átrio
4. conjunto de casas pobres, nos bairros antigos de Lisboa
(...)
Do latim pactu-, «convénio», pelo provençal pătu, păti, «lugar de pasto comum»[939]

"1 recinto térreo ou calçado, murado e descoberto no interior de uma edificação ou anexo a ela. 2 espaço descoberto que, em muitos edifícios, vai desde a entrada externa até à construção principal; átrio, adro (...)".[940]

Considerou-se nesta investigação, que o que distingue o espaço-pátio do espaço-saguão, para além da dimensão, é o tipo de frentes que se vira para estes espaços. O saguão constitui-se como um espaço de serviço, cuja principal função é ventilar e iluminar, enquanto que no caso do pátio, são estabelecidas relações funcionais de outra ordem (um espaço de estar ou distributivo, por exemplo). Neste sentido, o termo "*pateo interior*", utilizado por exemplo na legislação de 1903, é o equivalente a 'saguão'.

---

[938] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. p. 37.
[939] *pátio* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-12-27 01:15:38]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pátio
[940] [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 2785.

Na legislação portuguesa no âmbito da construção, na 1ª metade do XX, é possível encontrar o termo 'pátio' numa alusão ao espaço 'saguão' (ver termo 'saguão').

[pátio aberto posterior/pátio lateral aberto]

Nesta investigação, e na ausência de uma designação própria, usa-se o termo 'pátio aberto posterior' ou 'pátio aberto lateral', para designar os espaços reentrantes na fachada posterior dos edifícios, o equivalente os "*redents*" dos edifícios franceses, ou aos "rabos de bacalhau", como eram conhecidos estes dispositivos em Lisboa.

Plano/Planta (de distribuição)

1. representação de uma construção ou conjunto de construções, de um jardim, terreno, etc., a duas dimensões; planta; traçado; desenho
2. reprodução à escala, geralmente de uma máquina; diagrama
3. projeto elaborado com um objetivo específico e em que se estabelecem as várias etapas para o atingir
4. conjunto das disposições necessárias para executar um projeto; planificação; programa
5. estrutura de uma obra ou trabalho; esboço
6. projeto; ideia
7. GEOMETRIA superfície lisa (que pode considerar-se gerada por uma reta que se move em torno de um eixo a ela perpendicular)
8. superfície lisa, perpendicular à direção do olhar, que representa as distâncias numa cena real ou figurada
9. imagem ou cena com uma determinada dimensão ou distância em relação a uma objetiva
10. terreno liso; planície
(...)
Do latim planu-, «idem»[941]

"6. representação em projecto horizontal de uma construção, um conjunto de construções, um jardim <p. do edifício> 7 p.ext. esboço ou desenho de uma obra qualquer (...)".[942]

"PLAN. n. m. Dans de champ de la production architecturale, le plan est la représentation graphique, en deux dimensions, d'un édifice à construire ou d'un lieu à aménager. Cette représentation est codée ; elle peut être réalisée à différentes échelles selon l'étendue ou la complexité du bâtiment à représenter ; enfin, elle doit être aussi précise et détaillée que nécessaire pour expliciter la nature et la qualité des lieux à bâtir ou à aménager. Le plan est donc le dessin sur une surface plane d'un espace en réduction (…). »[943] *(Jean-Paul Flamand)*

Designou-se como 'plano' a representação bidimensional do projecto de distribuição e configuração do edifício e das suas células. Representação do plano horizontal do edifício. Planta.

---

[941] *plano* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-12-27 01:16:39]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/plano
[942] [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 2893.
[943] Flamand, Jean-Paul (2004). L'Abécédaire de la maison, Éditions de La Villette. pp. 222-223.

Em 1939:

"Nesta altura a designação de 'planta' refere-se apenas a um plano de alçados, geralmente sem representação de caixilhos. A representação em planta, como a entendemos actualmente, nesta altura só aparece esporadicamente, quando questões de alterações de alinhamento se colocam."[944] *(Clara Vale)*

Plurifamiliar (habitação)

Construção que se destina ao alojamento de várias famílias, e que além de conter unidades individualizadas autónomas, pressupõe a existência de espaços partilhados (acessos; espaços de uso colectivos, etc.).

"Entende-se por habitação pluri-familiar o conjunto de unidades de alojamento familiar (ou fogos) que integram uma mesma unidade de construção (edifício ou prédio)". [945] *(Nuno Teotónio Pereira)*

[**habitação colectiva, na tradição arquitectónica francesa**]

Segundo Monique Eleb, 'plurifamiliar' é um termo anglo-saxão. Em contexto francês, a expressão 'logement' consiste num termo genérico, sendo as expressões utilizadas para se referir ao prédio de rendimento *"maison de rapport à loyer"*, *"immeuble à loyer"*, *"immeuble d'appartments (bourgeois)"*, cuja primeira manifestação data de 1730, em França (1º edifício com casas sobrepostas). De igual modo, o termo *"appartement"*, remete de imediato para um tipo de habitação burguês. A autora esclarece que em França não se usa a expressão 'plurifamiliar' no foco da discussão dos modelos de habitação, porque coloca no centro uma questão ideológica, política (relacionada com a família). Já o termo *"collectif"*, chega ao contexto da habitação através da habitação social, por oposição à *"habitation individuelle"*. [946]

Em Portugal, e mais especificamente em Lisboa, os autores João Vieira Caldas, Maria Rocha Pinto e Ana Rosado[947] referem a 'Habitação Joanina' como uma das primeiras manifestações de habitação multifamiliar, construída de raiz, localizando temporalmente a construção destes prédios de rendimento na 1ª metade do século XVIII (ou seja, em período anterior à reconstrução pombalina).

---

[944] Vale, Clara Pimenta (2013). "Códigos de Posturas da Cidade do Porto entre o Liberalismo e a República. Influências e reflexos na forma de construir corrente." I Congresso Internacional de História da Construção Luso-brasileira, Vitória do Espírito Santo, Brasil, UFES 4 a 6 de Setembro de 2013.

[945] Pereira, Nuno Teotónio; Buarque, Irene (1995). Prédios e vilas de Lisboa. Lisboa, Livros Horizonte. p. 8.

[946] Informações partilhadas por Monique Eleb no seminário de doutoramento "Housing and dwelling", organizado pelo Grupo de investigação Atlas da Casa (CEAU/FCT), FAUP, 26.10.2012, na discussão da presente investigação.

[947] Caldas, João Vieira; Pinto, Maria Rocha; Rosado, Ana (2014). "O prédio de rendimento joanino." in Cadernos do Arquivo Municipal, 2ª Série, Nº1 (janeiro-junho 2014), pp. 130-156. ISSN 2183-3176.

Posturas (municipais, códigos de)

"As posturas municipais, leis emitidas por cada cidade para regular aspectos vários do seu funcionamento, começam a ser compiladas em diversos municípios portugueses, como Códigos de Posturas, a partir das transformações político-administrativas que saíram da revolução liberal. (…) várias são as cidades que editam pequenos livros com os Códigos de Posturas, onde, para além de se regularem outros aspectos do funcionamento da cidade, designadamente hábitos de utilização do espaço e coisa pública, licenças de utilização e funcionamento de actividades, ordem pública ou coimas, também se começam a regulamentar aspectos da construção de edifícios e da utilização das vias públicas, mormente aqueles que interferem directamente com a salubridade e segurança das populações."[948] *(Clara Vale)*

Prédio

1. porção delimitada de solo com as construções que nele existirem
2. propriedade rústica ou urbana; imóvel
3. herdade; fazenda; campo
4. edifício destinado a habitação; casa
5. edifício de vários andares
(...)
Do latim praedĭu-, «propriedade»

"1. imóvel construído, para qualquer finalidade; casa, edifício, construção. 2. construção de vários andares, industrial, comercial ou residencial. p. rústico: o que é destinado a actividades agrícolas. p. urbano: aquele que, dentro ou fora do perímetro urbano, se destina a moradia. ETIM lat, propriedade, bens de raiz, terras (...)".[949]

"Predio, f. m. herdade de campo, ou urbana como casas, e tudo o que serve para morada, (...)"[950] *in Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Morais Silva, Tomo segundo, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.*

"Prédio: unidade de propriedade fundiária, na titularidade de uma pessoa singular ou colectiva, ou em regime de compropriedade."[951]

---

[948] Vale, Clara Pimenta (2013). "Códigos de Posturas da Cidade do Porto entre o Liberalismo e a República. Influências e reflexos na forma de construir corrente." I Congresso Internacional de História da Construção Luso-brasileira, Vitória do Espírito Santo, Brasil, UFES 4 a 6 de Setembro de 2013.

[949] [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 2957.

[950] Bluteau, Rafael (1789). Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Morais Silva. Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

[951] [S.N.] (Setembro de 2005). Regulamento do Plano Director Municipal do Porto. Artigo 4º. Definições. Ponto 38, p. 6.

Prédio de rendimento

Designa-se como 'prédio de rendimento' o edifício de habitação urbana, construído de raiz e por promoção privada, isolado ou inserido em frente urbana. É composto geralmente por quatro ou mais pisos com acessos comuns, em que a função habitacional se encontra distribuída por pisos, normalmente com um a quatro fogos por patamar. A sua finalidade principal é o arrendamento a terceiros, não obstante albergarem frequentemente a morada do proprietário. Apresentam normalmente um programa hierarquizado, com espaços em cave (arrecadações, ou estacionamentos no caso dos edifícios de maior dimensão), estabelecimentos no piso térreo, escritórios no primeiro piso e habitação nos restantes (programa variável consoante os requisitos do dono de obra).

Nesta investigação, nos processos de Licença de Obras camarários portuenses foram localizadas as seguintes designações: *prédio*, *prédio de rendimento* (décadas entre 1920 e 1940); *bloco de rendimento* (composto por 'n' moradias), *prédio de habitações*, *bloco destinado a habitações*, *prédio de rendimento*, *construção de bloco habitacional para 'n' famílias e comércio, imóvel de rendimento*, *bloco habitacional*.

Nos anos 20, nas revistas de arquitectura, é frequente localizar a designação 'casa de rendimento', assim como em manuais de edificação. [952]

Propriedade horizontal (regime) *cf.* #co-propriedade

Propriedade por andares. Regime da Propriedade Horizontal, e legislação associada:
(Decreto-Lei n.º 40333. D.R. n.º 223, Série I de 1955-10-14), diploma revogado em 1967 e substituído por Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de Novembro de 1966, D.G. n.º 274, I Série, e posteriormente pelo Decreto-Lei n.o 267/94 de 25 de Outubro.

"Diz-se que um prédio está constituído em PROPRIEDADE HORIZONTAL, quando está dividido em fracções autónomas, nomeadamente apartamentos ou andares e garagens, desde que registadas separadamente, devendo ter saída própria para uma parte comum do prédio ou para a via pública. Assim, um simples lugar de garagem como tal assinalado no solo com traços delimitadores não constitui fracção autónoma, embora o seu uso possa estar reservado a uma fracção autónoma." [953]

[952] Segurado, João Emilio dos Santos Edificações. Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand. 4 ed.
[953] http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/docs/CodigoCivil.pdf

Processo de Obra/Processo de Licença de Obras [LO]

Compilação dos documentos provenientes dos procedimentos camarários obrigatórios para apreciação e aprovação de qualquer edificação urbana particular que se pretendesse erigir na cidade. [954]

Regra. Estrutura generativa

1. norma; princípio; preceito; lei
2. o que é usual ou habitual
3. exemplo
4. regulamento
5. estatuto
6. linha direita
7. processo de resolver problemas
(...)
Do latim regŭla-, «idem»

"1 aquilo que regula, dirige, rege; principio, norma, preceito. 2 norma, fórmula que indica o modo apropriado de falar, pensar, agir em determinados casos. 3 aquilo que foi determinado, ou se tem como obrigatório, pela força da lei, dos costumes, etc. (...)".[955]

Diversos autores utilizam a expressão regras ou estruturas generativas, quando se referem às questões ligadas à habitação.

Nuno Portas (1974) descreve-as como:

"(...) as possíveis estruturas latentes ou leis de construção (o núcleo de regras de articulação das significações espaciais) que possa explicar independentemente das mudanças de contexto o jogo da invariância ou variação ou das variações profundas ou superficiais – regras que poderíamos chamar generativas. Para este conhecimento 'construtivo' destinado a revelar a combinatória de elementos formais ou significantes...exigiria a passagem imediata ao nível da relação dos tipos de discurso com a prática sociocultural, porque toda a arquitectura é produzida segundo este esquema, entre um sistema de significação própria e um processo social que não se esgota nele."[956]

Nuno Portas aborda a questão das regras generativas/análise estrutural no âmbito do método tipológico: *"As duas operações básicas deste método são a da classificação baseada em comparações pela qual se constituem conjuntos heterogéneos e distribuições significativas, etc. e a análise estrutural que procura a lei de construção do conjunto a*

[954] Promulgada em 1924, a Lei nº1670 "Autoriza as câmaras municipais a embargarem quaisquer obras, construções ou edificações, quando iniciadas ou feitas por particulares sem licença da respectiva câmara municipal ou com inobservância de prescrições constantes de licença por esta concedida."

[955] [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 3131

[956] Bohigas, Oriol (1974). Arquitectura, historia y teoría de los signos : el symposium de Castelldefels, Publicaciones del Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluña y Baleares. pp. 185-201

partir da qual se pode deduzir ou derivar a existência ou organização dos elementos (...) O método tipológico corresponde a este duplo processo...".[957]

Já Christian Moley[958] (1991) faz uma diferente abordagem da questão das regras generativas. Para este autor, as regras generativas são uma alternativa ao método tipológico, indubitavelmente ligado à morfologia urbana, às "formas da casa nas formas da cidade", e mais adequado, por conseguinte, à análise/reabilitação de centros antigos densos e a sua principal limitação: "Admitindo que não existem hoje códigos sociais equivalentes aqueles que noutra época fundavam os tipos arquitecturais consagrados ou decretados, é forçoso constatar que a tipologia não alimenta a reflexão sobre as relações actuais entre habitação e modos de habitar."[959] Neste contexto, introduz aquilo que ele chama um método topológico de análise em que "O principio primeiro da aproximação generativa, aquela que segue aqui, é de se ligar mais à formação e à transformação que às formas tomadas pelos habitats". Esta aproximação é, no âmbito do que nos propomos estudar, bastante profícua (modos de vida; adaptabilidade), ainda que o âmbito de estudo seja completamente diferente (Christian Moley estuda aspectos da habitação na periferia francesa).

Regulamento (urbanos, de edificação)

1. *ato ou efeito de regular, regulamentação*
2. *conjunto de regras ou normas*
3. *regra, norma, prescrição*
4. *estatuto*
5. *DIREITO disposição oficial que explica e regula a aplicação de uma lei ou um decreto*[960]

"1. acto ou efeito de regular, de estabelecer regras. 2 estatuto, instrução que prescreve o que deve ser feito (…) 5 conjunto de disposições governamentais que contém normas para a execução de uma lei, decreto (…). Código, decreto, decreto-lei, determinação, , dispositivo, estatuto, lei, norma, ordem, ordenação, preceito, prescrição, regimento, regra, regulamentação".[961]

"A system of control through which statutory standards on matters such as safety and energy conservation are enforced by local authorities."[962] *(Robert Cowan)*

---

[957] Portas, Nuno (1974). Teoria de las tipologias como estruturas generativas en el marco de la producción urbana. Arquitectura, historia y teoría de los signos, Barcelona, Publicaciones del Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluna y Baleares.

[958] Moley, Christian (1991). L' immeuble en formation. Genèse de l'habitat collectif et avatars intermédiaires. Liège, Pierre Mardaga, éditeur. ISBN 2-87009-377-2.

[959] Moley, Christian (1991). L' immeuble en formation. Genèse de l'habitat collectif et avatars intermédiaires. Liège, Pierre Mardaga, éditeur. ISBN 2-87009-377-2. pp. 5-8

[960] *regulamento* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-04-03 17:54:41]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/regulamento.

[961] [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 3132.

[962] Cowan, Robert (2005). The Dictionary of Urbanism. Tisbury, Wiltshire, Streetwise Press. p. 42.

Rés-do-chão

1. *pavimento de uma casa ao nível da rua*
2. *num edifício, andar que fica ao nível da rua, abaixo do 1º andar*[963]

"Rés-do-chão: pavimento de um edifício que apresenta em relação à via pública, ou à cota natural do terreno confinante com a via pública, uma diferença altimétrica até 1,20 metros, medida no ponto médio da frente principal do edifício."[964]

"REZ-DE-CHAUSSÉE. n. m. invar. Le rez-de-chaussée est l´étage inférieur d'un bâtiment en relation avec la chaussée, 'au ras' de celle-ci, c'est à dire de la voie publique. En France, depuis la formation des villes au Moyen âge, avec les à plusieurs étages, dans la ville verticale, donc, le rez-de-chaussée occupe trois fonctions principales. Ce niveau bas d'une maison, d'un immeuble, est d'abord un lieu d'habitation ou d'activités : logement privé, loge de concierge (ou bureau de gardien dans les résidences d'aujourd'hui), commerces, services collectifs, ateliers ; dans les maisons nobles, on y trouvait les écuries, les remises, les logements de la domesticité. Sa seconde fonction consiste à être un lieu de transition, de distribution des circulations entre le niveau du sol du bâtiment et les âtres étages de celui-ci : l´étage inférieur, comme la cave, le cellier, les parkings ou autres espaces de service d'aujourd'hui, et les étages supérieurs. La troisième, à être l'espace qui fait la transition entre le dedans d'un bâtiment, à son niveau inférieur, et le dehors de celui-ci : entre le domestique – 'la maison', et l'urbain, entre un espace privatif et un espace public, chacun d'eux ayant son mode de fonctionnement, sa règlementation d'usage, son image. « [965] *(Jean-Paul Flamand)*

Saguão[966]

1. *pátio estreito e descoberto entre dois edifícios ou no interior de um edifício*
2. *espécie de alpendre à entrada dos conventos*[967]

"ARQ 1. área coberta, como um alpendre, à entrada de um convento ou casa, da qual se passa aos pátios, corredores, escadas, etc. 2 área descoberta, como um pátio, no interior de uma construção. 3 área livre, traseira,

---

[963] *Rés-do-chão* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-04-03 17:53:16]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/Rés-do-chão.

[964] [S.N.] (Setembro de 2005). Regulamento do Plano Director Municipal do Porto. Artigo 4º. Definições. Ponto 39, p. 6.

[965] Flamand, Jean-Paul (2004). L'Abécédaire de la maison, Éditions de La Villette. pp. 237-239

[966] *cf.* estudo específico sobre a utilização do dispositivo saguão em contexto lisboeta: Reis, Nuno Miguel Arenga (2009). O saguão na habitação urbana. O interior da casa em torno de um vazio vertical nuclear. Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

[967] *saguão in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-04-04 12:28:48]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/saguão*

formada por blocos de prédios ou que deixa no interior de quarteirões, us. Para iluminar e ventilar os aposentos internos das salas, apartamentos, etc., que não dão para a rua (…) ".[968]

"COURETTE n.f. Petite cour donnant le jour à des pièces secondaires au cœur d'un bâtiment d'habitation. Encore appelée ´cour intérieure' ou 'cour de service', elle apparaît pour l'essentiel aux XIXe siècle, avec le développement des immeubles de rapport : elle est la nécessaire ouverture minimale sur l'extérieur pour assurer un peu d'air, sinon de soleil, dans des pièces de service, tout en permettant la plus grande densité d'occupation de la parcelle par le bâti. »[969] *(Jean-Paul Flamand)*

Na legislação portuguesa no âmbito da construção, na 1ª metade do XX, é possível encontrar o termo 'pátio' numa alusão ao espaço 'saguão'. O termo "pateo interior", utilizado por exemplo na legislação de 1903, é o equivalente a 'saguão'.
Dispositivo proibido no âmbito da construção portuense a partir de 1956, face à promulgação do Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto. [970]

Simetria[971]

1. *qualidade do que é simétrico*
2. *conformidade de tamanho, forma, posição entre as partes de um todo situadas em lados opostos de uma linha média*
3. *harmonia resultante de certas combinações e proporções, de motivos ou elementos de composição artística*
   Do grego symmetría, «justa proporção», pelo latim symmetrĭa-, «idem»

Simetria bilateral: simetria relativa a um só plano ou a um só eixo
Simetria radiada (ou radial): simetria relativa a vários planos que passam por uma mesma reta (eixo central), ou a várias retas que passam por um mesmo ponto (centro da radiação)
Transformação por simetria. Matemática: operação em que – relativamente a um ponto (centro), relativamente a uma reta (eixo) ou relativamente a um plano (plano de simetria) – a cada ponto A (original) se associa outro ponto A' (imagem de A), de modo que o segmento de reta AA' tem, respetivamente, o centro como ponto médio, o eixo como mediatriz e o plano de simetria como plano mediador. [972]

---

[968] [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores.
[969] Flamand, Jean-Paul (2004). L'Abécédaire de la maison, Éditions de La Villette.
[970] [S.N.] (1956b). Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto. Separata do Boletim Municipal nº 1036. Porto, Câmara Municipal do Porto.
[971] Sobre o conceito de simetria, confira-se:
Weyl, Hermann (1989 [1952]). Symmetry. Princeton, New Jersey, Princeton University Press.
Williams, Kim (1998). Symmetry in architecture. http://www.mi.sanu.ac.rs/vismath/kim/index.html.
March, Lionel; Steadman, Philip (1971). The Geometry of environment. An Introduction to spacial organization in design. London, RIBA Publications Limited.
[972] *simetria in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-04-04 12:51:34]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/simetria.*

"1 conformidade, em medida, forma e posição relativa, entre as partes dispostas em cada lado de uma linha divisória, um plano médio, um centro ou eixo. 2 p.ext. semelhança entre duas metades. 3 p.ext semelhança entre duas ou mais situações ou fenómenos; concordância, correspondência. 4 conjunto de proporções equilibradas. 5 frm. harmonia, beleza resultante de proporções equilibradas (...)". [973]

"Symmetry, as wide or as narrow as you may define its meaning, is one idea by which man through the ages has tried to comprehend and create order, beauty, and perfection."[974] *(Hermann Weyl)*

[Matemática]

"An intrinsic property of a mathematical object which causes it to remain invariant under certain classes of transformations (such as rotation, reflection, inversion, or more abstract operations). The mathematical study of symmetry is systematized and formalized in the extremely powerful and beautiful area of mathematics called group theory.

Symmetry can be present in the form of coefficients of equations as well as in the physical arrangement of objects. By classifying the symmetry of polynomial equations using the machinery of group theory, for example, it is possible to prove the unsolvability of the general quintic equation.

In physics, the extremely powerful Noether's symmetry theorem states that each symmetry of a system leads to a physically conserved quantity. Symmetry under translation corresponds to momentum conservation, symmetry under rotation to angular momentum conservation, symmetry in time to energy conservation, etc."[975] *(Eric W. Weisstein)*

Tipo [tipologia, modelo, protótipo]

1. *conjunto de características que distinguem uma classe*
2. *TIPOGRAFIA cunho ou carácter tipográfico*
3. *modelo; exemplar*
4. *BIOLOGIA grande grupo ou categoria sistemática que se divide em subtipos ou em classes, como artrópodes, cordados, talófitas, etc.*
5. *BIOLOGIA qualquer táxon selecionado como representante de um grupo*
6. *BIOLOGIA espécime utilizado para denominar uma espécie ou subespécie, apesar de não ter que ser o representante mais característico dessa espécie ou subespécie; proterótipo*
7. *género cuja designação é a base do nome da família a que pertence*
8. *personagem cujas características psicológicas, morais, sociológicas e físicas, em geral fixadas pela tradição, a tornam representativa de uma classe ou de um grupo de indivíduos*
9. *figurado pessoa que se salienta pela excentricidade*
   popular indivíduo; sujeito
   figurado símbolo; figura
   Do grego týpos, «idem», pelo latim typu-, «idem»[976]

---

[973] [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 3330.

[974] Weyl, Hermann (1989 [1952]). Symmetry. Princeton, New Jersey, Princeton University Press. p. 5

[975] Weisstein, Eric W. "Symmetry." From MathWorld--A Wolfram Web Resource. http://mathworld.wolfram.com/Symmetry.html

[976] *tipo in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-04-04 13:25:03]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/tipo*

"1 objecto ou coisa que serve ou se usa para produzir outro igual ou semelhante; modelo. 2 coisa ou indivíduo que possui em grau elevado os caracteres distintivos de uma classe, um grupo etc.; símbolo <aquela construção é o t. da arquitectura neoclássica (...)."[977]

"Tipo, s. m. (gr. typos) 1. Molde que dá origem a outros moldes. 2. Modelo original trabalhado a partir de um arquétipo e determinando a forma de uma série de objectos dele derivados. Emprega-se quase sempre em sentido figurado. Diversos objectos podem derivar do mesmo tipo, representando este a ligação genética entre eles. A tipificação representa uma das intenções da produção de objectos belos."[978]

[ideia de 'tipo']

"In the overall context of the architectural tradition, the idea of Type has much deeper implications than those that are confined to the classification and study of building forms. Type embraces transcendental issues of aesthetic, epistemological and metaphysical character; issues that have to do with the most generic problem of Form. Certainly, the essential meaning of Type is intimately related with the more transcendental problem of Form."[979] *(Leandro Madrazo)*

[tipo arquitectónico]. [tipos (de edifícios)]

"L'emploi du mot type en français est moins souvent technique et plus souvent métaphorique. Ce n'est pas qu'on ne l'applique à quelques arts mécaniques, témoin le mot typographie. On en use aussi comme d'un mot synonyme de modèle, quoiqu'il y ait entre eux une différence assez facile à comprendre. Le mot type présente moins l'image d'une chose à copier ou à imiter complètement, que l'idée d'un élément qui doit lui-même servir de règle au modèle. Ainsi on ne dira point (ou du moins auroit – on tort de le dire) qu'une statue, qu'une composition d'un tableau terminé et rendu a servi de type à la copie qu'on en a faite ; mais qu'un fragment, qu'une esquisse, que la pensée d'un maitre, qu'une description plus ou moins vague, aient donné naissance dans l'imagination d'un artiste a un ouvrage, on dira que le type lui en a été fourni dans telle ou telle idée, par tel ou tel motif, telle ou telle intention. Le modèle, entendu dans l'exécution pratique de l'art, est un objet d'après lequel chacun peut concevoir des ouvrages qui ne se ressembleroient pas entre eux. Tout est précis et donné dans le modèle ; tout est plus ou moins vague dans le type. Aussi voyons-nous que l'imitation des types n'a rien que le sentiment et l'esprit ne puissent reconnoitre, et rien qui ne puisse être contesté par la prévention et l'ignorance. C'est ce qui est arrivé, par exemple, à architecture.
En tout pays, l'art de bâtir régulier est né d'un germe préexistant. Il faut un antécédent à tout ; rien, en aucun genre, ne vient de rien ; et cela ne peut pas ne point s'appliquer à toutes les interventions des hommes. Aussi voyons-nous

---

[977] [S.N.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 3525.
[978] Rodrigues, Maria João Madeira; Sousa, Pedro Fialho de; Bonifácio, Horácio Manuel Pereira (2005). O vocabulário técnico e crítico de arquitectura. [Coimbra], Quimera. 4 ed. ISBN 972-589-017-5. p. 259
[979] Madrazo, Leandro (1995). The Concept of Type in Architecture. An Inquiry into the Nature of Architectural Form. Zürich, Swiss Federal Institute of Technology. p. 4.

que toutes, en dépit des changements postérieurs, ont conservé toujours visible, toujours sensible au sentiment et à la raison, leur principe élémentaire. C'est comme une sorte de noyau autour duquel se sont agrégés, et auquel se sont coordonnés par la suite les développements et les variations de formes dont l'objet étoit susceptible. Ainsi nous sont parvenues mille choses en tout genre ; et une des principales occupations de la science et de la philosophie, pour en saisir les raisons, est d'en rechercher l'origine et la cause primitive. Voilà ce qu'il faut appeler type en architecture, comme dans toute autre partie des inventions et des institutions humaines. »[980] *(Quatremère de Quincy)*

"Un tipo arquitectónico es un concepto que describe una estructura formal. Esta definición implica tres corolarios de capital importancia, a saber:
- El tipo es de naturaleza conceptual, no objetual: engloba a una familia de objetos que poseen todos la misma condición esencial pero no se corresponde con ninguno de ellos en particular;
- El tipo comporta una descripción por medio de la cual es posible reconocer a los objetos que lo constituyen: es un enunciado lógico que se identifica con la forma general de dichos objetos;
- El tipo se refiere a la estructura formal: no le incumben, por tanto, los aspectos fisionómicos de la arquitectura; hablamos de tipos desde el momento que reconocemos la existencia de 'similitudes estructurales' entre ciertos objetos arquitectónicos, al margen de sus diferencias en el nivel más aparente o epitelial."[981] *(Carlos Martí Arís)*

*"'**Tipo**', em arquitectura, é a estrutura conceptual, a matriz de organização espacial que está presente, mesmo com distintas soluções formais, num determinado conjunto de obras que se seleccionaram com um objectivo específico. '**Modelo**' é um objecto acabado, uma obra que se deve repetir. '**Tipologia**' é um estudo, o processo que permite identificar, descrever e relacionar artefactos, objectos, obras agrupáveis segundo determinado tipo.*[982] *(...) Se a obra arquitectónica realizada se repete uma e mais vezes, de forma intencional ou não, essa obra está a servir de 'modelo'. Se se trata de um projecto de algo que se pretende previamente testar para depois se produzir em série, então essa primeira realização experimental denominar-se-á '**protótipo**'. Quando um arquitecto ao longo da sua obra, projecta recorrendo sempre a modelos que em determinadas análises tipológicas podem ser referenciadas a um mesmo 'tipo', significa que fez uma **opção tipológica** e que trabalha com determinada 'tipologia'. "*[983] *(Francisco Barata Fernandes)*

---

[980] Quatremère de Quincy, A.C. (1832). Dictionnaire Historique D'Architecure. Tome second. Paris, Librairie D'Adrien Le Clere et C. p. 629.
[981] Martí Arís, Carlos (1993). Las variaciones de la identidad. Ensayo sobre el tipo en arquitectura. Barcelona, Demarcación de Barcelona del Colegio de Arquitectos de cataluna y Ediciones del Serbal. 1 ed. ISBN 84-7628-102-1. p. 16.
[982] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. p. 35.
[983] Barata Fernandes, Francisco (1999 [1996]). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto, Faup Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8. p. 37.

[arquétipo]

"Arquétipo é a transcrição do grego ἀρχετυpoz que significa um modelo primitivo, simultaneamente original e originário (...). De facto, é sobretudo no seu aspecto platónico que a palavra arquétipo teve no passado implicações estéticas. Os arquétipos, segundo Platão, são as Ideias, isto é, os modelos transcendentes e perfeitos de toda a coisa, dos quais o homem tem a reminiscência e de alguma maneira a nostalgia. E esta nostalgia da perfeição original tem um sabor estético, que se reencontra em todas as formas derivadas e poéticas do platonismo (...)."[984] *(Étienne Souriau)*

[**'tipo'** ***versus*** **'tipologia'**]

Sobre a diferença fundamental entre a ideia 'tipo', recuperada por Quatremère de Quincy, e a introdução do termo 'tipologia' na teoria arquitectónica nos anos 60:

"Durante o período pós-guerra, o historiador de arte italiano Giulio Carlo Argan publicou um influente artigo sobre 'tipologia', numa enciclopédia de arte. [985] *(...) Nada há de questionável na revisão de Argan sobre a noção do tipo arquitectónico em si, que aliás forneceu a base teórica para as explorações de arquitectos como Aldo Rossi e Rafael Moneo. Contudo, surge um problema ao aplicar o preceito de 'tipologia' – em oposição ao 'tipo' neoclássico – às plantas de edifícios, reservando o termo 'morfologia' para as formas da cidade. A origem nas ciências biológicas de ambos s termos, e sobretudo de 'tipologia' que ignora o uso arquitectónico do conceito de tipo desenvolvido durante os séculos XVIII e XIX, é problemática. Argan, de facto, parece ignorar a diferença disciplinar, criando a confusão de terminologia entre 'tipo' e 'tipologia'. (...) Enquanto o renascimento da noção de tipo por Quatremère correspondeu a um regresso da teoria arquitectónica a 'ideais' platónicos, idealistas, a introdução do termo 'tipologia' pôs em circulação, sem conhecimento do autor italiano e dos seus leitores, ideias cuja origem se situava realmente na etnografia e na criminologia do século XIX."* [986] *(Georges Teyssot)*

Topologia, topológico, análise topológica

1. estudo da disposição e das propriedades dos diferentes elementos de um conjunto
2. topogr. descrição pormenorizada do relevo de um lugar
3. PSICANÁLISE LINGUÍSTICA estudo da colocação ou disposição de certas classes de palavras na superfície estrutural e manifesta da frase
4. MATEMÁTICA estudo das propriedades dos conjuntos e dos subconjuntos, através do recurso a conceitos fundamentais como vizinhança, interior, exterior, limite, continuidade, etc.
5. GEOMETRIA estudo das propriedades dos corpos que se mantêm inalteradas numa deformação
6. INFORMÁTICA estudo e descrição das interligações que compõem uma rede de computadores, tanto do ponto de

---

[984] Souriau, Étienne (2004 [1990]). Vocabulaire d'esthétique. Paris, Presses Universitaires de France. 2ª ed. p. 58

[985] Argan, Giulio Carlo (1965). Sul concetto di tipologia architettonica. Progetto e Destino. Milano, Il Saggiatore**,** pp. 75-81.

[986] Teyssot, Georges (2011c). "Norma e Tipo. Variações sobre Riehl, Demolins e Schultze-Naumburg" (2003). Da Teoria da Arquitectura: doze ensaios. Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra**,** pp. 65-95. pp. 65-66

vista físico, como estrutural. [987]

Topologia: estudo das propriedades do espaço, do lugar; estudo das invariantes

[matemática][988]

*"**Topology** is the mathematical study of the properties that are preserved through deformations, twistings, and stretchings of objects. Tearing, however, is not allowed. A circle is topologically equivalent to an ellipse (into which it can be deformed by stretching) and a sphere is equivalent to an ellipsoid. Similarly, the set of all possible positions of the hour hand of a clock is topologically equivalent to a circle (i.e., a one-dimensional closed curve with no intersections that can be embedded in two-dimensional space), the set of all possible positions of the hour and minute hands taken together is topologically equivalent to the surface of a torus (i.e., a two-dimensional a surface that can be embedded in three-dimensional space), and the set of all possible positions of the hour, minute, and second hands taken together are topologically equivalent to a three-dimensional object."*[989] *(Eric W. Weisstein)*

"Topology can be used to abstract the inherent connectivity of objects while ignoring their detailed form."[990]

[*Topological transformations*]

The transformation of one object to another, without cutting or splicing, maintains its topological identity. The object can be stretched because distances and volumes are not important in topological transformations. The most famous example is the pretzel transformation, shown in the diagram above, which demonstrates how a handcuff-shaped object attached to a ring can be taken off the ring by using topological transformations."[991] (Mark Burry, Jane Burry)

[equivalência topológica]

Dois objectos são topologicamente equivalentes no plano, se existir uma transformação topológica (ou 'deformação') que transforme um objecto no outro.

---

[987] *topologia in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-04-04 16:11:11]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/topologia*

[988] *Sobre as questões ligadas à topologia enquanto conceito matemático, cf. também [S.N.], ed. (1998). 35. Estruturas Matemáticas. Geometria e Topologia. Enciclopédia Einaudi, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.*

[989] *Weisstein, Eric W. "Topology." From MathWorld--A Wolfram Web Resource. http://mathworld.wolfram.com/Topology.html*

[990] *idem*

[991] Burry, Mark; Burry, Jane (2012 [2010]). The new mathematics of architecture. London, Thames & Hudson. ISBN 978-0-500-29025-5. p. 265.

[invariante]

Ideia de 'invariante': propriedades das figuras que se mantêm inalteradas por determinado grupo de transformações. Invariantes**:** posição*;* distância**;** ângulos e proporção*;* paralelismo**;** razão anarmónica*;* ordem de vizinhança. [992]

[grafo]

"Mapping is a fundamental act in any process of abstraction or pattern recognition (...). As we have seen, mapping is not necessarily a means of visual representation. It is a way of structuring information."[993]

[teoria dos grafos]

"In mathematics, the study of graphs to represent relations between certain objects, which are represented as a collection of vertices, or nodes, and a collection of edges that connect pairs of nodes. Graphs may be undirected, in which case there is no distinction made between the two nodes connected by an edge, or the edges may be directed from one node to another. The essential quality being represented is connectedness; they are scaleless and non-metrical. The discipline was born in 1736 when Leonhard Euler published his paper on the Seven Bridges of Konigsberg and demonstrated a route around the city that crossed each bridge exactly once. Apart from the direct mapping to spatial organization, in architecture graphs are a useful way of relating building services and systems, understanding complex construction processes, viewing dependencies and/or constraints in digital geometrical models, and understanding the flow of data and generation of information in systems."[994] *(Mark Burry, Jane Burry)*

[congruência]

Na geometria euclidiana: dois objectos geométricos no plano são congruentes se existir um movimento (translação, rotação ou reflexão) no plano, que transforme um no outro. Nesta operação geométrica podem ser alteradas propriedades com a 'posição' e a 'orientação'.

[**forma arquitectónica. Topologia enquanto instrumento de adaptação e deformação**]

"La notion d'adaptation au contexte est ici centrale. La déformation apparaît comme une des techniques d'adaptation (à côté de l'articulation par espace de transition ou par symétrie que nous n'avons qu'évoquée) des objets architecturaux à leurs milieux, particulièrement au milieu urbain. On comprendra aussi pourquoi notre appréhension de la forme architecturale doit être très minutieuse si l'on ne veut pas confondre les objets réels avec les types auxquels ils se rattachent. D'ailleurs, les typologies, dans leur vocation à privilégier les éléments formels invariants, courent le risque de le faire au détriment des éléments accidentels qui échappent aux modèles mais n'en sont pas moins signifiants, comme nous l'avons vu. D'autre part, la soumission des formes architecturales à leurs contextes (morphologie urbaine, parcelle…) si elle devient répétitive, peut même, d'une manière paradoxale,

---

[992] *cf.* March, Lionel; Steadman, Philip (1971). The Geometry of environment. An Introduction to spacial organization in design. London, RIBA Publications Limited.

[993] *idem*, p. 28.

[994] Burry, Mark; Burry, Jane (2012 [2010]). The new mathematics of architecture. London, Thames & Hudson. ISBN 978-0-500-29025-5. p. 259

transformer des accidents en règles, et des déformes en types. Ces nouveaux types peuvent éventuellement servir de modèles, et ce phénomène n'est pas un des moindres aspects dynamiques du phénomène de déformation qui deviendrait ainsi un mode détourné de transfert de modèles."[995] *(A. Borie, P. Micheloni, P. Pinon)*

[995] Borie, Alain; Micheloni, Pierre; Pinon, Pierre (2006). Forme et déformation des objects architecturaux et urbains. Marseille, Éditions Parenthèses. pp.189-190

2. MATERIAL PEDAGÓGICO. MODELOS DE FICHAS DE ANÁLISE | QUADROS SÍNTESE

Quadro síntese – Parâmetros de análise tipológica e topológica

Modelo de ficha 1 – **Lote**. Categorização da edificação em função do **lote**

Modelo de ficha 2 – **Edifício**. Categorização da edificação em função da **forma de agregação**

Modelo de ficha 3 – **Edifício**. Categorização da edificação em função da **configuração**

Modelo de ficha 4 – **Edifício**. Categorização da edificação em função da **localização dos dispositivos de acesso principal**

Modelo de ficha 5 – **Edifício**. Categorização da edificação em função dos **dispositivos de ventilação**

Modelo de ficha 6 – **Fogo**. Categorização do fogo em função dos **princípios de distribuição**

Modelo de ficha 7 – **Fogo**. Categorização do fogo em função da **localização da cozinha**

Modelo de ficha 8 – **Fogo**. Categorização do fogo em função da **relação sala de jantar/cozinha**

REF.	Categorização da edificação em função do LOTE
	Lote profundo e estreito (até 7 m) - L1
	Lote profundo e estreito (até 9 m) - L2
	Lote profundo e estreito (até 12 m) - L3
	Lote com grande frente (13 a 18 m) - L3
	Lote com grande frente (a partir de 18 m) - L4a
	Lote com grande frente e profundidade reduzida (a partir de 18 m) - L4b
	Situação urbana particular (gaveto) - L5
	Situação urbana particular (testa/remate) - L6
	Situação urbana particular (quarteirão) - L7

REF.	Categorização da edificação em função da FORMA DE AGREGAÇÃO
	Sem agregação - A1
	Associação lateral (unidades individualizadas)- A2
	Associação lateral (bloco - unificação de imagem) - A3
	Duplicação por simetria (unidades individualizadas) - A4
	Duplicação por simetria (bloco - unificação de imagem) - A5

REF.	Categorização da edificação em função da CONFIGURAÇÃO
	C - C1
	L - C2
	H - C3
	U - C4
	O - C5
	duplo L - C5
	duplo C - C6
	T - C7
	bloco rectangular - C8

REF.	Categorização da edificação em função da CONFIGURAÇÃO GEOMÉTRICA
	Congruente
	Não congruente

REF.	Categorização da edificação em função da TOPOLOGIA
	Equivalente
	Não equivalente

REF.	Categorização da edificação em função da localização dos DISPOSITIVOS DE ACESSOS PRINCIPAL
	Escada principal na fachada urbana - DE1
	Escada principal na fachada posterior - DE2
	Escada principal interior - DE3
	Escada principal adjacente à fachada saguão - DE4

REF.	Categorização da edificação em função dos DISPOSITIVOS DE VENTILAÇÃO
	Sem saguão - S1
	Saguão principal central - S2
	Saguão principal central (associado) - S3
	Saguão principal lateral - S4
	Pátio aberto posterior - S5
	Saguão secundário - S6
	Saguão secundário + pátio aberto posterior - S7
	Saguão principal + pátio aberto posterior - S8

REF.	Categorização da célula em função dos PRINCÍPIOS DE DISTRIBUIÇÃO
	Disposição em fila/ 'enfilade' (encadeamento de compartimentos) - PD1
	Disposição por núcleos (representação/quotidiano/serviços) - PD2
	Disposição por núcleos (quotidiano/serviços) - PD3
	Disposição por núcleos (dia/noite) - PD4
	Disposição compacta - PD5

REF.	Categorização da célula em função DA LOCALIZAÇÃO DA COZINHA
	Saguão - Cz1
	Fachada posterior - Cz2
	Fachada principal - Cz3

REF.	Categorização da célula em função DA RELAÇÃO SALA JANTAR/COZINHA
	Agrupadas na fachada posterior - SJ1
	Agrupadas na fachada principal - SJ2
	Separadas - SJ3

Quadro síntese. – Parâmetros de análise tipológica e topológica

LOTE	tipos de edifícios em função do lote						
	CADASTRO			DIMENSIONAMENTO			
	Época de formação	Nº de frentes	Situação urbana		Profundidade	Configuração	TIPOS DE EDIFÍCIOS/LOTE *
LICENÇA DE OBRA							
LO 1953/00	década 30/40	2	parcela	6m	20m	regular	L1

Categorização da edificação em função do LOTE *	
L1	Lote profundo e estreito (até 7 m)
L2	Lote profundo e estreito (até 9 m)
L3	Lote profundo e estreito (até 12 m)
L4	Lote com grande frente (13 a 18 m)
L5	Lote com grande frente (a partir de 18 m)
L6	Lote com grande frente e profundidade reduzida (a partir de 18 m)
L7	Situação urbana particular (gaveto)
L8	Situação urbana particular (testa/remate)
L9	Situação urbana particular (quarteirão)

Modelo de ficha de análise. 1 – Lote. Categorização da edificação em função do lote

EDIFÍCIO	formas de agregação em função dos núcleos de acesso				
	DIMENSIONAMENTO (geral) Frente	Nº de NÚCLEOS de ACESSO CENTRAL	IMAGEM do edifício		FORMA DE AGREGAÇÃO *
LICENÇA DE OBRA					
LO 1953/00	14m	2	fachadas individualizadas	1	A4

Categorização da edificação em função da FORMA DE AGREGAÇÃO*	
A1	Sem agregação
A2	Associação lateral (unidades individualizadas)
A3	Associação lateral (bloco - unificação de imagem)
A4	Duplicação por simetria (unidades individualizadas)
A5	Duplicação por simetria (bloco- unificação de imagem)

Modelo de ficha de análise. 2 – Edifício. Categorização da edificação em função da forma de agregação

EDIFÍCIO	tipos de configuração em função das formas de agregação				
	Nº de acessos por piso	**Figura de referência** (em função das frentes de ventilação) [#glossário]	Frentes de ventilação		TIPOS DE CONFIGURAÇÃO *
LICENÇA DE OBRA					
LO 1953/00	2	plano desagregado	pátio aberto	duplicação por simetria	C6
LO 1953/00		plano rectangular compacto plano em esquadria	redentes/reentrâncias		

Categorização da edificação em função da CONFIGURAÇÃO *	
C1	C
C2	L
C3	H
C4	U
C5	O
C6	duplo L
C7	duplo C
C8	T
C9	bloco rectangular

Modelo de ficha de análise. 3 – Edifício. Categorização da edificação em função da configuração

EDIFÍCIO	matriz de organização espacial em função do dispositivo ACESSO VERTICAL					
	TIPO DE ACESSO VERTICAL		ELEVADOR		Nº de fogos por núcleo	LOCALIZAÇÃO ACESSOS PRINCIPAIS *
	Principal	Serviço				
LICENÇA DE OBRA						
LO 1953/00	fachada principal		associado à escada	20	2	DE1
LO 1953/00						

	Categorização da edificação em função da localização dos DISPOSITIVOS DE ACESSO PRINCIPAL *
DE1	Escada principal na fachada urbana
DE2	Escada principal na fachada posterior
DE3	Escada principal interior
DE4	Escada principal na fachada saguão

Modelo de ficha de análise. 4 – Edifício. Categorização da edificação em função da localização dos dispositivos de acesso principal

EDIFÍCIO	matriz de organização espacial em função do dispositivo SAGUÃO			
	TIPO DE SAGUÃO*		PROFUNDIDADE (edifício)	
	Principal (ventilação cozinha)	Secundário (i.s., circulações, etc..)		
LICENÇA DE OBRA				
LO 1953/00	x		20m	S4
LO 1953/00				

	Categorização da edificação em função dos DISPOSITIVOS DE VENTILAÇÃO *
S1	Sem saguão
S2	Saguão principal central
S3	Saguão principal central (associado)
S4	Saguão principal lateral
S5	Pátio aberto posterior
S6	Saguão secundário
S7	Saguão secundário + pátio aberto posterior ('redents')
S8	Saguão principal + pátio aberto posterior ('redents')

Modelo de ficha de análise. 5 – Edifício. Categorização da edificação em função dos dispositivos de ventilação

FOGO	distribuição topológica das funções em função dos princípios de distribuição				
	PARTIÇÕES				PRINCÍPIOS DE DISTRIBUIÇÃO *
	Nº e Tipo	Ordenamento		Eixo de partição	
LICENÇA DE OBRA					
LO 1953/00	2 (dia/noite)	sala+cozinha - fachada principal; quartos - fachada posterior		horizontal	PD4
LO 1953/00					

	Categorização do fogo em função dos PRINCÍPIOS DE DISTRIBUIÇÃO *
PD1	Disposição em fila
PD2	Disposição por núcleos (representação/quotidiano/serviços)
PD3	Disposição por núcleos (quotidiano/serviços)
PD4	Disposição por núcleos (dia/noite)
PD5	Disposição compacta

Modelo de ficha de análise. 6 – Fogo. Categorização do fogo em função dos príncipios de distribuição

FOGO	distribuição topológica das funções em função da locaização da cozinha		
	COZINHA Localização relativamente à entrada	Ventilação	LOCALIZAÇÃO DA COZINHA *
LICENÇA DE OBRA			
LO 1953/00	afastada	fachada posterior	CZ2
LO 1953/00			

	Categorização do fogo em função da LOCALIZAÇÃO DA COZINHA *
CZ1	Saguão
CZ2	Fachada posterior
CZ3	Fachada principal

Modelo de ficha de análise. 7 – Fogo. Categorização do fogo em função da localização da cozinha

FOGO	distribuição topológica das funções em função da localização da cozinha		
	COZINHA (localização)	SALA DE JANTAR (localização)	RELAÇÃO SALA DE JANTAR/ COZINHA *
LICENÇA DE OBRA			
LO 1953/00	fachada principal	fachada posterior	SJ3
LO 1953/00			

	Categorização do fogo em função da RELAÇÃO SALA JANTAR/COZINHA *
SJ1	Agrupadas na fachada posterior
SJ2	Agrupadas na fachada principal
SJ3	Separadas

Modelo de ficha de análise. 8 – Fogo. Categorização do fogo em função da relação sala de jantar/cozinha

3. CRONOLOGIA INDICATIVA. LEGISLAÇÃO. REGULAMENTOS. CARTAS. LEVANTAMENTOS. PLANOS

CRONOLOGIA INDICATIVA. Legislação. Regulamentos. Cartas. Levantamentos. Planos

		LEGISLAÇÃO e REGULAMENTOS		
		PRINCIPAIS REGULAMENTOS APROVADOS NO PORTO		
		PRINCIPAIS REGULAMENTOS APROVADOS EM LISBOA		
		REGULAMENTOS GERAIS		
		LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE HABITAÇÃO		
		REGULAMENTOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO		
		CARTAS, LEVANTAMENTOS e MAPAS		
		CARTOGRAFIA - PORTO		
		CARTOGRAFIA - LISBOA		
		PLANOS		
		PLANEAMENTO - PORTO		
		PLANEAMENTO URBANO - LISBOA		
				FONTES
	1812	Mapa da Cidade de Lisboa e de Belém - I. Tomkyns		
	1813	Planta Redonda - George Balck		
	1824	Plano da Cidade do Porto - José Francisco de Paiva		
		Mapa da Cidade de Lisboa e de Belém - I. Tomkyns		
	1833	Oporto - W. B. Clarke		
		Lisbon - W. B. Clarke		
	1835	Posturas, Câmara Municipal do Porto (edital conjunto)	Posturas municipais: “leis emitidas por cada cidade para regular aspectos vários do seu funcionamento”; “regulamentar aspectos da construção”	(Vale, 2013)
	1836	Código Administrativo: aprovado por decreto de 31 de Dezembro.	Estabelecimento de competências dos municípios.	(Vale, Abrantes, 2010)
	1839	Planta Topográfica da C. do Porto - Joaquim da Costa Lima		
		Posturas, Câmara Municipal do Porto (compilação)	Obrigatoriedade de obtenção de licença camarária para edificar (requerimento, planta _plano de alçados).	(Vale, 2013)
	1842	Código Administrativo, aprovado por decreto de 18 de Março.	Atribuição de competências aos municípios para promulgar posturas e regulamentos.	(Vale, Abrantes, 2010)
	1844	Planta Geral da Cidade de Lisboa - F. Perry Vidal		(Vale, 2013)
	1855	Código de Posturas Municipaes do Porto		
	1856	Carta Topográphica da Cidade de Lisboa- F. Folque		
	1861	Plano de Melhoramentos da C. do Porto, Eng. Correia de Barros		
	1863	Construções que ameaçam ruína (Lei de 16-7-1863)		
	1864	Obrigatoriedade de edificação nos terrenos confinantes com a via pública (Lei de 31-12-1864)		
	1865	Planta da Cidade do Porto - Frederico Perry Vidal		
	1867	Lei de 2 de Julho (alteração ao decreto de 31 de Dezembro de 1864)		(Vale, Abrantes, 2010)
	1869	Código de Posturas do Município [do Porto] (Acordão do Conselho de Distrito de 4-3-1869)		
	1879	Carta Topográphica da Cidade de Lisboa - DGTG		
	1889	Código de Posturas do Município		
	1892	Planta Topográfica da C. do Porto - Telles Ferreira		
	1895	Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários maiores e menores nos trabalhos de construções civis: aprovado por decreto de 6 Junho	Necessidade de um técnico responsável pela obra	(Vale, Abrantes, 2010)
	1897	Regulamento para projectos, provas e vigilância das pontes metálicas		
	1899	Planta...- CML		
	1901	Regulamento Geral de Saúde		
	1902			
	1903	Planta da Cidade do Porto - STCMP		
RSEU		RSEU - Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas (Decreto de 14-2-1903)		
	1904			
	1905	Código de Posturas do Município do Porto (Edital de 11-2-1905)		
	1906			
	1907			
	1908			
	1909			
	1910			
	1911			
	1912			
	1913			
	1914	Ministério do Interior - Direcção Geral da Administração Política e Civil (Decreto n.º 902, D.R. n.º 177, Série I de 1914-09-30)	“Decreto n.º 902, determinando várias providências para o desenvolvimento da construção de edifícios na cidade de Lisboa”	
	1915	Ministério do Fomento - Secretaria Geral (Lei n.º 438, D.R. n.º 186, Série I de 1915-09-15)	“Lei n.º 438, inserindo várias disposições relativamente às indemnizações determinadas pela expropriação de prédios em que haja estabelecimentos industriais ou comerciais”	
		Regulamento da Comissão de Estética da Cidade		
	1916			

	1917			
	1918	Ministério do Comércio - Secretaria Geral (Decreto n.º 4036. D.R. n.º 67, Série I de 1918-04-03)	"Decreto n.º 4036, aprovando o regulamento para o emprêgo do beton armado, que faz parte integrante do mesmo decreto"	
		Presidência do Ministério (Decreto n.º 4137. D.R. n.º 87, Série I de 1918-04-25)	"Decreto n.º 4137, estabelecendo várias providências atinentes a promover a construção de casas económicas"	
	1919	Regulamento do Município do Porto relativo à Instalação do Saneamento		
	1920			
	1921			
	1922			
	1923			
	1924	Ministério do Interior - Direcção Geral de Administração Política e Civil (Lei n.º 1670. D.R. n.º 208, Série I de 1924-09-15)	"Autoriza as câmaras municipais a embargarem quaisquer obras, construções ou edificações, quando iniciadas ou feitas pelos particulares sem licença da respectiva câmara municipal ou com inobservância de prescrições constantes de licença por esta concedida"	
		Postura sobre obras particulares do Município do Porto		
	1925	Regulamento da Comissão de Estética da Cidade		
	1926			
	1927			
	1928	Ministério das Finanças - Secretaria Geral (Decreto n.º 15467. D.R. n.º 109, Série I de 1928-05-14)	"Promulga várias disposições sôbre contribuïção predial, imposto complementar e imposto pessoal de rendimento"	
		Ministério do Comércio e Comunicações - Secretaria Geral do Ministério - Repartição Central (Decreto n.º 16055. D.R. n.º 243, Série I de 1928-10-22)	"Promulga várias disposições sôbre a construção e venda de casas económicas"	
	1929	Regulamento de obras particulares na cidade do Porto (Edital de 28-1-1929)		
		Distâncias entre prédios contíguos (Edital de 24-5-1929, modificado por proposta de 14-7- 1938)		
		Regulamento para a Instalação do Saneamento Urbano da Cidade do Porto		
		Regulamento para o abastecimento e consumo de água (Edital de 28-10-1929)		
RPM		Ministério do Comércio e Comunicações - Direcção Geral de Estradas (Decreto n.º 16781. D.R. n.º 95, Série I de 1929-04-27)	Aprova o regulamento de pontes metálicas	
RGCU	**1930**	RGCU - Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Lisboa (Edital de 6-12-1930)		
	1931	Ministério da Instrução Pública - Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes - Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes (Decreto n.º 19760. D.R. n.º 116, Série I de 1931-05-20)	"Aprova o regulamento do ensino artístico"	(Vale, Abrantes, 2010)
	1932	Planta Topográfica da Cidade do Porto - STCMP		
		Prólogo ao Plano da Cidade do Porto, Eng. Ezequiel de Campos		
	1933	Presidência do Conselho - Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social (Decreto-Lei n.º 23052. D.R. n.º 217, Série I de 1933-09-23)	"Autoriza o Govêrno a promover a construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos do Estado"	
	1934			
RBA	**1935**	Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Gabinete do Ministro (Decreto n.º 25948. D.R. n.º 240, Série I de 1935-10-16)	Aprova e manda pôr em execução o regulamento do betão armado	
	1936	Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Junta de Electrificação Nacional (Decreto n.º 26591. D.R. n.º 112, Série I de 1936-05-14)	Actualiza o regulamento de segurança dos ascensores e monta-cargas eléctricos, constituído pelo Decreto n.º 9940	
	1937	Planta Topográfica da Cidade do Porto - STCMP		
	1938	Plano Geral de Urbanização, Arq. Marcello Piacentini (1938-1940)		
		Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Gabinete do Ministro (Decreto-Lei n.º 28912. D.R. n.º 186, Série I de 1938-08-12)	"Autoriza o Govêrno a promover na cidade de Lisboa a construção de 2000 casas económicas e a dar o seu concurso à instalação de 1000 pequenas casas desmontáveis"	
	1939			
	1940	Planta de Lisboa em 1940 - José Peres Barroso		
		Plano Geral de Urbanização, Arq. Giovanni Muzio (1940-1943)		
	1941	MInistério das Finanças. Direcção Geral das Contribuições e Imposto (Decreto-Lei n.º 31561. D.R. n.º 237, Série I de 1941-10-10)	"Insere várias disposições relativas à isenção de contribuïção predial dos prédios urbanos construídos, ampliados e melhorados a partir da data da publicação do presente diploma"	
		Varandas envidraçadas nas traseiras de prédios (Proposta de 14-8-1941)		
		Ligação dos prédios urbanos aos aquedutos de águas pluviais (Edital nº 9/41, de 21-8-1941)		
	1942			
	1943	Ministério das Obras Públicas e Comunicações (Portaria n.º 10367. D.R. n.º 73, Série I de 1943-04-14)	"Aprova o regulamento geral de abastecimentos de água"	
		Ministério das Obras Públicas e Comunicações (Decreto n.º 33021. D.R. n.º 188, Série I de 1943-09-02)	"Introduz algumas alterações no regulamento do betão armado, aprovado pelo Decreto n.º 25948"	
		Regulamento do Serviço de Saneamento da Cidade do Porto (Portaria de 29-11-1943)		
		Instalação de elevadores em prédios (edital nº 9/43, de 26-5-1943)		
	1944	Regulamento sobre construção civil na parte referente à defesa contra incêndios (Edital nº 6/44, de 14-3-1944)		
		Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água à Cidade do Porto e Concelhos Limítrofes (Portaria de 4-9-1944)		
	1945	Ministério do Interior - Direcção Geral de Administração Política e Civil (Decreto n.º 35106. D.R. n.º 246, Série I de 1945-11-06)	"Insere várias disposições relativas à ocupação e atribuïção de casas destinadas a famílias pobres"	
		Ministério das Obras Públicas e Comunicações (Lei n.º 2007. D.R. n.º 98, Série I de 1945-05-07)	"Estabelece as bases a que deve obedecer a construção de casas de renda económica"	
	1946	Regulamento geral das canalizações de esgoto (Portaria n.º 11338. D.R. n.º 99, Série I de 1946-05-08)		

	1947	Plano Regulador do Porto, Eng. Antão Almeida Garrett (1947-54)		
		Ministérios das Finanças e das Obras Públicas (Decreto-Lei n.º 36212. D.R. n.º 78, Série I de 1947-04-07)	"Insere disposições relativas à construção de casas de renda limitada"	
	1948	Carta Militar de Portugal - IGE		
		Planta... - CML		
		Ministério da Justiça (Lei n.º 2030. D.R. n.º 143, Série I de 1948-06-22)	"Promulga disposições sobre questões conexas com o problema da habitação, nomeadamente expropriação por causa de utilidade pública prevista na lei, sublocação, direito de preferência e acção de despejo."(A grande reforma subsequente no domínio do arrendamento)"	
	1949			
	1950			
RGEU	**1951**	Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro (Decreto-Lei n.º 38382. D.R. n.º 166, Suplemento, Série I de 1951-08-07)	"Aprova o Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Revoga o Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, os artigos 9.º e 10.º do Decreto n.º 902, os Decretos n.os 14268 e 15899 e o Decreto-LeLei n.º 472"	
	1952			
	1953			
	1954			
	1955	Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro (Decreto-Lei n.º 40333. D.R. n.º 223, Série I de 1955-10-14)	"Estabelece o regime da propriedade horizontal"	
RPRCP	**1956**	RPRCP - Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto (Separata do Boletim Municipal nº 1036, de 18 de Fevereiro de 1956)		
		Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro (Decreto-Lei n.º 40616. D.R. n.º 108, Série I de 1956-05-28)	"Aprova o plano de melhoramentos de 1956 para a cidade do Porto a executar pela Câmara Municipal da mesma cidade"	
	1957			
RSCCS	**1958**			
	1959			
	1960	Planta Topográfica da Cidade do Porto - STCMP		
		Plano Director da Cidade do Porto, Arq. Robert Auzelle (1960-1962)		
RSEP	**1961**	Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro (Decreto n.º 44041. D.R. n.º 268, Série I de 1961-11-18)	Aprova o Regulamento de Solicitações em Edifícios e Pontes - Revoga várias disposições das Decretos n.os 16781, 25948 e 41658 (Regulamentos de Pontes Metálicas, do Betão Armado e de Segurança das Construções contra os Sismos)	
	1962	Alturas e outras características das edificações a construir na cidade de Lisboa, Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa		
	1963			
	1964			
REAEd	**1965**	Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro (Decreto n.º 46160. D.R. n.º 15, Série I de 1965-01-19)	Aprova o Regulamento de Estruturas de Aço para Edifícios	
	1966	Carta Militar de Portugal - IGE		
		Ministério da Justiça- Gabinete do Ministro (DECRETO-LEI N.º 47344 - DIÁRIO DO GOVERNO N.º 274/1966, SÉRIE I DE 1966-11-25477358)	"Aprova o Código Civil e regula a sua aplicação - Revoga, a partir da data de entrada do novo Código Civil, toda a legislação civil relativa às matérias que o mesmo abrange." [Revoga Lei da Propriedade Horizontal, de 1955]	
REBA	**1967**	Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro (Decreto n.º 47723. D.R. n.º 119, Suplemento, Série I de 1967-05-20)	"Aprova o Regulamento de Estruturas de Betão Armado - Revoga o Regulamento do Betão Armado, aprovado pelo Decreto n.º 25948, com as alterações introduzidas pelos Decretos n.os 33021 e 42873, e considera igualmente revogadas as disposições relativas a estruturas de betão armado constantes dos artigos 11.º a 14.º do Regulamento de Segurança das Construções contra os Sismos, aprovado pelo Decreto n.º 41658"	
	1968			
	1969	Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro (Decreto-Lei n.º 49033. D.R. n.º 126, Série I de 1969-05-28)	"Institui, no Ministério das Obras Públicas, o Fundo de Fomento da Habitação, organismo com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira - Extingue, a partir de 1 de Julho de 1969, o Serviço de Construção de Casas Económicas instituído junto da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais pelo Decreto-Lei n.º 28912 e abate vários lugares nos quadros do Ministério das Obras Públicas"	
	1970			
	1971			
	1972			
	1973			
	1974			
	1975			
	1976			
	1977			
	1978	Levantamento Aerofotogramétrico - DGPU		
		Plano Director Municipal, Arq. Duarte Castel-Branco (1978-1987)		
		Carta Militar de Portugal - IGE		

	1979			
	1980			
	1981			
	1982			
	1983	Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes (Decreto-Lei n.º 235/83. D.R. n.º 125, Série I de 1983-05-31)	Aprova o Regulamento de Segurança e Acções para Estruturas de Edifícios e Pontes	
		Ministérios das Finanças e do Plano e da Habitação, Obras Públicas e Transportes (Decreto-Lei n.º 349/83. D.R. n.º 174, Série I de 1983-07-30)	Altera diversas disposições do Decreto-Lei n.º 264/82, de 8 de Julho, que estabelece o regime de financiamento à construção do sector cooperativo	
		Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes (Decreto-Lei n.º 349-C/83. D.R. n.º 174, 7.º Suplemento, Série I de 1983-07-30)	Aprova o Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado	
	1984			
	1985			
REAE	**1986**			
	1987	Cartografia Digital - CML		
	1988			
	1989			
	1990			
	1991			
	1992	Cartografia Digital, Porto - STCMP		
	1993			
	1994	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Decreto-Lei nº267/94, de 25-10-1994)	"Altera o regime da propriedade horizontal constante do Código Civil e o Código do Registo Predial"	
	1995			
	1996			
	1997	Carta Militar de Portugal - IGE		
	1998	Cartografia Digital - CML		
	1999			
	2000	Revisão do Plano Director Municipal do Porto, Arq. Manuel Fernandes de Sá (2000-...)		
	2001			
	2002			
	2003	Cartografia Digital - CML		
	2004			
	2005	Planta da Situação Existente, Porto - STCMP		
	2006			
	2007			
	2008			
	2009			
	2010			
	2011			
	2012			
	2013			
	2014	Assembleia da República (Lei nº79/2014, de 19-12-2014)	"Revê o regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil e procedendo à segunda alteração à Lei n.o 6/2006, de 27 de fevereiro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.o 157/2006, de 8 de agosto, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.o 158/2006, de 8 de agosto."	

4. LISTAGEM DOS EDIFÍCIOS EM ESTUDO. PORTO

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
24 DE AGOSTO, Campo									
	(lote)	LO 1939/0469		24 DE AGOSTO, Campo		"Construir casa"	SILVA, António Martins da	ARS Arquitectos: CUNHA LEÃO; MORAIS SOARES, FORTUNATO CABRAL	
ADOLFO CASAIS MONTEIRO, Rua de									
	Isolado (3 frentes)	LO 1940/0207		ADOLFO CASAIS MONTEIRO, Rua de				ALMEIDA JÚNIOR, Artur (arquitecto)	
AGRA, Rua de									
				AGRA, Rua de	115-131				**F67**
ALEGRIA, Rua da									
	Isolado (lote)	LO 1932/0468	D-CMP/9(653), f. 461-488- Z-16	ALEGRIA, Rua da	617-623		MONTEIRO, Luís Clemente	SÁ, Inácio Pereira de; JORGE, Joaquim Mendes (engenheiro)	
	Isolado (grande frente)	LO 1939/0326		ALEGRIA, Rua da	343 B-34 3E		BARBOSA, António Augusto Pinto	BRITO, Júlio José	**Si124**
	Isolado (grande frente)	LO 1945/0320		ALEGRIA, Rua da	176-190	"Construir prédio de rendimento"; "4 pavimentos, uma habitação cada"	SANTOS, José Ribeiro dos	BARBOSA DE ABREU, Cassiano (arquitecto); RODRIGUES, Lima Lopes (engenheiro)	**Si77**
	Isolado (lote)	LO 1945/0370		ALEGRIA, Rua da	327, 329-329A	"Construir prédio de rendimento"; "prédio de rendimento com 21 moradias"	Cooperativa "O Problema da Habitação "; Maria Neves Araújo Afonso Gomes Almeida e outros	ABREU, Mário Augusto Ferreira de (arquitecto)	
	Isolado (grande frente)	LO 1949/0225		ALEGRIA, Rua da		"Construir prédio de rendimento"	AMORIM, Artur Alves	FERREIRA, Fernando (arquitecto)	
	(cunhal)	LO 1952/0710		ALEGRIA, Rua da	2,4,6,10	"Prédio para comércio e habitação"	MACHADO, Adolfo Augusto da Costa	BARBOSA, Luis Ferreira (mestre de obras)	
		LO 1953/0636		ALEGRIA, Rua da	165A-165B-165C-165D	"Construir um prédio"	NOVAIS, Jorge de Abreu do Couto Amorim	MAGALHÃES, Luiz Coelho de Fonseca (engenheiro civil)	
		LO 1955/0343		ALEGRIA, Rua da	922-924-928-930	"Imóvel de rendimento"; "prédio de rendimento composto por 4 habitações e 1 estabelecimento"	FREITAS, José Correia de	FREITAS, José Márcio Correia Leite Carneiro (arquitecto)	
	(cunhal)	LO 1957/0196		ALEGRIA, Rua da	400	"Construir prédio de rendimento"	CARRAPATOSO, João	ABREU, Mário Augusto Ferreira de (arquitecto)	
				ALEGRIA, Rua da	71,73	"Construir novo edifício"; "Construção de um prédio com r/c, sobreloja e 3 andares"	AMORIM, Artur Alves de	FERREIRA, Fernando de Sá e Santos (arquitecto)	
		?		ALEGRIA, Rua da	1732-1880			LOUREIRO, José Carlos (arquitecto); PÁDUA RAMOS, Luis (arquitecto)	**B95**
				ALEGRIA, Rua da	92-96				**Si80**
				ALEGRIA, Rua da	179-191				**Si78**
ALEXANDRE BRAGA, Rua de									
	Isolado (lote)	LO 1929/0628		ALEXANDRE BRAGA, Rua de				SILVA, José Marques (arquitecto)	
ALEXANDRE HERCULANO, Rua de									

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
	Isolado (lote)	LO 1929/0644	D-CMP/9(540), f. 292-307- F	ALEXANDRE HERCULANO, Rua de	400		ALMEIDA, José Domingues de	SÁ, Inácio Pereira de (mestre de obras); ALMEIDA, José Domingues de?	
		LO 1932/0012	D-CMP/9(642), f. 87-98	ALEXANDRE HERCULANO, Rua de	44-60		PAIVA, José	PEREIRA, Manuel (arquitecto); JORGE, Joaquim Mendes (engenheiro); FREITAS, José Coelho de (mestre de obras)	**S41**
		LO 1935/0957	D-CMP/9(733), f. 410-430	ALEXANDRE HERCULANO, Rua de	66-88		ALMEIDA, António Augusto de	SANTOS, Aucíndio Ferreira dos (arquitecto); RAMIRES, Mário Rodolfo R. (engenheiro auxiliar); SILVA, António Rodrigues da (mestre de obras)	**S42**
	Isolado (cunhal)	LO 1937/0113	D-CMP/9(840), f. 111-158	ALEXANDRE HERCULANO, Rua de	251-261		ALMEIDA, José Domingues de (propr.)	BRITO, Júlio José de (arquitecto e engenheiro civil); BASTIAN, Jorge Vieira (engenheiro civil)	
		LO 1953/0304		ALEXANDRE HERCULANO, Rua de	26, 36,40	"Construção de um prédio para habitação e comércio"; "Construção de um bloco habitacional para 6 famílias e estabelecimentos"	LELLO, José Manuel Bernardes Pereira	SANTOS, Aucíndio dos (arquitecto)	
		LO 1957/0609		ALEXANDRE HERCULANO, Rua de	90-92-102		SANTOS JÚNIOR, António Rodrigues dos	RODRIGUES, Manoel (arquitecto); MACHADO, António (arquitecto)	**S43**
				ALEXANDRE HERCULANO, Rua de	106-108				**S44**
				ALEXANDRE HERCULANO, Rua de	138 -148 -150.				**S46**
				ALEXANDRE HERCULANO, Rua de	383			ABREU, Mário Augusto Ferreira de (arquitecto) (?)	**S71**
ALIADOS, Avenida dos									
		LO 1929/0085		ALIADOS, Avenida dos	141-147		LOPES, António Maria	JANEIRA, António Ferreira da Silva (arquitecto)	
ALVARES CABRAL, Rua de									
	(cunhal), 3 pisos	LO 1935/1379		ALVARES CABRAL, Rua de					
		ver		ALVARES CABRAL, Rua de	20		FERREIRA ALVES,	AZEVEDO, Rogério (arquitecto); GODINHO, Januário (arquitecto)	**C45**
				ALVARES CABRAL, Rua de	9 a 17				**C46**
ANIBAL CUNHA, Rua de									
	3 pisos	LO 1939/0312		ANIBAL CUNHA, Rua de			TEIXEIRA, António de Araújo	ARS Arquitectos: CUNHA LEÃO; MORAIS SOARES, FORTUNATO CABRAL	
ANTÓNIO CÂNDIDO, Rua de									

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
	Parcialmente construído	LO 1930/0313	D-CMP/9(591), f. 62-77	ANTÓNIO CÂNDIDO, Rua de	290-332		DIAS, Silvano Alves	AZEVEDO, Rogério dos Santos (arquitecto)	
		LO 1938/ 0351	D-CMP/ 9(924) f. 6-20	ANTÓNIO CÂNDIDO, Rua de	278		BARCELOS, José Alberto de Sousa Carvalho	ABREU, Mário (arquitecto); REGO, António Augusto Guimarães Teixeira (engenheiro civil)	
	AC1	LO 1938/1052	D-CMP/ 9(961) f. 43-73 L	ANTÓNIO CÂNDIDO, Rua de	262-272		MOREIRA, Alzira Pereira Ferreira Dias	FREITAS, José Coelho de (construtor civil)	**P36**
	AC1	LO 1939/0493		ANTÓNIO CÂNDIDO, Rua de			DIAS, Felismino Ferreira		
	AC1	LO 1939/0509		ANTÓNIO CÂNDIDO, Rua de			PINTO, Lourenço Ferreira Dias		
	AC1	LO 1945/0154		ANTÓNIO CÂNDIDO, Rua de			VALE, José Mário Moreira		
AUGUSTO LESSA, Rua de									
				AUGUSTO LESSA, Rua de	51-77				**P56**
AUGUSTO LUSO, Rua de									
		LO 1935/1874	D-CMP/9(763), f. 709-723 Z12	AUGUSTO LUSO, Rua de	20-36		NUNES, Elisa Costa	SOUSA, Serafim Martins de (arquitecto); LIMA JÚNIOR, José Ribeiro da Silva (engenheiro)	**C86**
		LO 1937/1314	D-CMP/ 9(884), f. 96-127 Q	AUGUSTO LUSO, Rua de	159-189		MESQUITA, Maria José de Jesus (propr.); NETO, João de Sousa (propr.); OLIVEIRA, Carlos Pereira de (propr.)	FERREIRA, Francisco de Oliveira (arquitecto); REGO, António Augusto Guimarães Teixeira (engenheiro civil)	
AUGUSTO ROSA, Rua de									
		LO 1935/1032	D-CMP/ 9(735), f. 292-309	AUGUSTO ROSA, Rua de	176 -190			PENEDA, José Ferreira (arquitecto)	**S81**
BELA QUENTAL, Rua de									
		LO 1930/0313		BELA QUENTAL, Rua de					
ANTERO DE QUENTAL, Rua de									
				ANTERO DE QUENTAL, Rua de	659				**C1**
				ANTERO DE QUENTAL, Rua de	72-98				**C6**
BOAVISTA, Avenida da									
		LO 1923/2014		BOAVISTA, Avenida da					
		LO 1932/0066	D-CMP/ 9(644), f. 467-485 - Z38	BOAVISTA, Avenida da	683-699		SOUSA, Inácio de	LOPES, António Teixeira (arquitecto); GUIMARÃES, Henrique dos Santos Peres (engenheiro)	
		LO 1932/0133	D-CMP/9(645), f. 202-217	BOAVISTA, Avenida da	727-739		COSTA, Domingos de Gusmão Martins da	JORGE, Joaquim Mendes (engenheiro)	
	(cunhal isolado)	LO 1938/1093		BOAVISTA, Avenida da	320 -346				**C79**
BOAVISTA, Rua da									

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
		LO 1930/0268		BOAVISTA, Rua da	847-863				**C83**
BOAVISTA, Rua da									
	(bifamiliar em banda)	LO 1930/0268	Vol. 590	BOAVISTA, Rua da	453-463 ou 612 a 604				
	BV1	LO 1937/0568	D-CMP/ 9(857), f. 181-199 U	BOAVISTA, Rua da	374-382		CARDOSO, Guilherme Ferreira	LIMA JÚNIOR, José Ribeiro da Silva (engenheiro); BASTIAN, Jorge Vieira (engenheiro civil)	
	BV2	LO 1940/0586		BOAVISTA, Rua da	585-591-593-597-601-605-609		RAPOSO, Maria Emília Moreira Martins	PENEDA, José Ferreira (arquitecto)	
	BV2	LO 1947/0295		BOAVISTA, Rua da	571-573				**C90**
	(cunhal)	LO 1950/0448		BOAVISTA, Rua da	44	"Bloco habitacional"	SANTOS, Joaquim Ferreira dos	PINHEIRO, Germano Sousa de Castro (arquitecto)	
	BV1	LO 1958/0016		BOAVISTA, Rua da	594, 586, 572, 564		MATOS, Augusto		
BOLHÃO, Rua do									
		LO 1938/1110	D-CMP/ 9(965), f. 195-203	BOLHÃO, Rua do	118	"PROJECTO. Alterar"	CAMPOS, Emílio de Azevedo	LIMA JÚNIOR, José Ribeiro da Silva (engenheiro)	
	B1	LO 1941/0254		BOLHÃO, Rua do	117, 119, 123, 125	"PRÉDIO. Construir"	SILVA, Jaime	PINTO, Amândio Duarte (engenheiro)	
		LO 1941/0571		BOLHÃO, Rua do	129, 133 e 137	"PRÉDIO. Construir"	PEDROSA, António de Freitas	ALMEIDA, José Domingues de (mestre de obras)	**Si131**
	B1	LO 1941/0571		BOLHÃO, Rua do					
	B1	LO 1942/0590		BOLHÃO, Rua do	141, 145 e 149	"PRÉDIO. Construir"	PEDROSA, Carlos de Freitas	ALMEIDA, José Domingues de (mestre de obras)	
		LO 1945/0218		BOLHÃO, Rua do	1		ALMEIDA, Alfredo Resende Gomes de	ARAUJO, Francisco Jacinto Sarmento Correia (engenheiro)	
		LO 1948/0643		BOLHÃO, Rua do	124, 128, 132, 138, 146	"Construção de prédio"	FERREIRA& Filhos, Lda.	PASSOS JUNIOR, Manuel da Silva	
		LO 1950/0691		BOLHÃO, Rua do	67-71		BARBEDO, Augusta Adelaide Coelho	SÁ, Manuel Lima Fernandes (engenheiro civil)	
		LO 1977/0400		BOLHÃO, Rua do	158-170		EDP- Electricidade de Portugal	LIMA, Alfredo Viana de (arquitecto)	
BONJARDIM, Rua do									
				BONJARDIM, Rua do	428				
				BONJARDIM, Rua do					
BONFIM, Rua do,									

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
		LO 1932/0868	D-CMP/9(638), f. 405-414- G	BONFIM, Rua do,	72-76		AZEVEDO, Manuel Pinto de; CARVALHO, Carlos Manuel Mendonça de Azevedo (propr.)	PONTES, Carlos Nogueira (mestre de obras); BARBOSA, Serafim Laínho Alvares (engenheiro)	-
		LO 1955/0049		BONFIM, Rua do,	90-98	"Construir bloco habitacional"; "Bloco que se compõe de 2 prédios"	PINTO, Adérito Moreira	BRITO, Júlio José de (arquitecto)	-
	cunhal	LO 1935/0111		BONFIM, Rua do,				MORAES, Leandro (arquitecto)	**B39**
				BONFIM, Rua do,	418-420				**B28**
				BONFIM, Rua do,	410-414				**B29**
BRAGAS, Rua do									
	Isolado (bloco)	LO 1939/0400		BRAGAS, Rua do	30-40-58				**C13**
BRASIL, Avenida de									
		LO 1954/0094		BRASIL, Avenida de	136-138, 140		LEITE, Eugénio Machado Pereira Pinto	FERRÃO, Bernardo (engenheiro)	**F65**
CAMILO, Avenida de									
				CAMILO, Avenida de	352				**C39**
CAMPINHO, Rua do									
	Isolado (lote)	LO 1935/1663	D-CMP/9(755), f. 686-712 B	CAMPINHO, Rua do	11 - 17		CERQUEIRA, Joaquim	LIMA JÚNIOR, José Ribeiro da Silva (engenheiro)	
				CAMPINHO, Rua do	48-70				**Si61**
Item 1									
				Item 1					
CAMPO LINDO, Rua do									
	CL1	LO 1936/0017	D-CMP/9(771), f. 131-154- E	CAMPO LINDO, Rua do	258-277		OLIVEIRA, António Carlos Rodrigues de	ABREU, Mário (arquitecto); BASTIAN, Jorge Vieira (engenheiro)	
	CL1	LO 1952/0040		CAMPO LINDO, Rua do	251	"Prédio de rendimento"; "Construção de um prédio de rendimento para 4 moradias com entrada comum, de 3 andares e r/c"	FERREIRA, Berta Durão de Matos	ABREU, Mário Augusto Ferreira de (arquitecto)	
	CL1	LO 1953/0090		CAMPO LINDO, Rua do	235-237	"Construir prédio para rendimento"; "Prédio de rendimento"	CAULINO, Maria Alice Gama Gonçalves	GRANJA, Francisco Fernandes da Silva (arquitecto)	**P22**
	CL1	LO 1955/0529		CAMPO LINDO, Rua do	223	"Construir prédio de rendimento"	FERREIRA, Manuel José	GRANJA, Francisco Fernandes da Silva (arquitecto)	
				CAMPO LINDO, Rua do	325-331-335-343-357				**P19**
	CL1	LO 1954/0257							
	CL1	LO 1954/0268							
CÂNDIDO DOS REIS, Rua de (??)									
		LO 1930/0745		CÂNDIDO DOS REIS, Rua de (??)					
CEDOFEITA, Rua de									
				CEDOFEITA, Rua de					
CEUTA, Rua de									
		LO 1952/0215		CEUTA, Rua de	16				
		LO 1952/0331		CEUTA, Rua de	20, 26, 28, 34				

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
		LO 1953/0081		CEUTA, Rua de	54, 60, 66				
		LO 1954/0425		CEUTA, Rua de	38-44-48				
		LO 1954/0698		CEUTA, Rua de	53, 57				
		LO 1955/0105		CEUTA, Rua de	75-79-83-89				
		LO 1955/0364		CEUTA, Rua de	39, 43, 47				
		LO 1955/0660		CEUTA, Rua de	31-33				
		LO 1957/0175		CEUTA, Rua de	70-88				
COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, Avenida dos									
				COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, Avenida dos	301-309				**P45**
CONCEIÇÃO, Rua da									
		LO 1937/1233	D-CMP/ 9(881), f. 158-183	CONCEIÇÃO, Rua da	44-50		COELHO, Joaquim Pinto	REGO, António Teixeira (engenheiro civil); JORGE, Joaquim Mendes (engenheiro); LIMA JÚNIOR, José Ribeiro da Silva (engenheiro); BASTIAN, Jorge Vieira (engenheiro civil)	
		LO 1938/0437	D-CMP/ 9(927) f. 271-289 D	CONCEIÇÃO, Rua da	21-29		VICENTE, Manuel	MARQUES, Manuel (arquitecto); BASTIAN, Jorge Vieira (engenheiro civil)	**V142**
				CONCEIÇÃO, Rua da	39-45				**V140**
				CONCEIÇÃO, Rua da	31-37				**V141**
CONDE FERREIRA, Rua de									
		LO 1934/0099		CONDE FERREIRA, Rua de					
CONSTITUIÇÃO, Rua de									
	CN1	LO 1951/0131		CONSTITUIÇÃO, Rua de	27-47			LOSA, Arménio (arquitecto)	**B115**
	CN1	LO 1950/0620		CONSTITUIÇÃO, Rua de				TUDELA, Fernando (arquitecto); BARBOSA, Fernando (arquitecto)	
	CN1	LO 1952/0478		CONSTITUIÇÃO, Rua de					
	CN1	LO1956/0202		CONSTITUIÇÃO, Rua de	115			RODRIGUES, Manoel (arquitecto); MACHADO, António (arquitecto); MÁXIMO, César (engenheiro civil)	
	CN1	LO 1956/0203		CONSTITUIÇÃO, Rua de	121-125			MÁXIMO, César (engenheiro civil)	
	CN1	LO 1956/0267		CONSTITUIÇÃO, Rua de			SILVA, Dimas Rodrigues da	RODRIGUES, Manoel (arquitecto); MACHADO, António (arquitecto); MÁXIMO, César (engenheiro civil)	
	CN1	LO 1955/0295		CONSTITUIÇÃO, Rua de				MÁXIMO, César (engenheiro civil)	
		LO 1963/0292		CONSTITUIÇÃO, Rua de					
CORTE REAL, Rua de									
				CORTE REAL, Rua de	160-168				**F71**
COSTA CABRAL, Rua de									
	Isolado (bloco)	LO 1954/0045		COSTA CABRAL, Rua de	744-750 e 760	"Construir um imóvel"	GONÇALVES, Fernando Rocha	LIMA, Alfredo Viana de (arquitecto)	**P50**
				COSTA CABRAL, Rua de					

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
				COSTA CABRAL, Rua de	1694				**P63**
				COSTA CABRAL, Rua de	1799				**P70**
COVELO, Rua do									
	COV1	LO 1957/0253		COVELO, Rua do	380	"Prédio de habitações para rendimento"	CARVALHO, Joaquim Ribeiro	MÁXIMO, César (engenheiro)	
	COV1	LO 1957/0249							
	COV1	LO 1957/0306							
	COV1	LO 1957/0582							
	COV2	LO 1952/0438							
	COV2	LO 1959/0289							
	COV2	LO 1957/0112							
	COV2	LO 1956/0328							
	COV2	LO 1955/0466							
DIOGO BRANDÃO, Rua de									
	DB1	LO 1936/0699	D-CMP/9(797), f. 465-476	DIOGO BRANDÃO, Rua de	18		MOREIRA JÚNIOR, José António	LIMA JÚNIOR, José Ribeiro da Silva (engenheiro)	
	DB1	LO 1936/0835	D-CMP/9(803), f. 284-302	DIOGO BRANDÃO, Rua de	26-28		VÍTOR, Avelina de Sousa	ABREU, Mário (arquitecto); BASTIAN, Jorge Vieira (engenheiro)	
	DB1	LO 1937/0369	D-CMP/9(850), f. 142-169	DIOGO BRANDÃO, Rua de	36		MARTINS, José de Oliveira	ALEGRE, Joaquim de Oliveira Ribeiro (engenheiro civil)	
	DB2	LO 1938/0296	D-CMP/9(921), f. 393-414 L	DIOGO BRANDÃO, Rua de	29		RAMALHO, Arnaldo Penas de Magalhães	JORGE, Joaquim Mendes (mestre de obras); ALLA, António (engenheiro civil)	**C27**
		LO 1938/0704		DIOGO BRANDÃO, Rua de	35-41	"Construção de um prédio"	SILVA, Alzira Pereira da Silva	MAGALHÃES	
	DB2	LO 1939/0388		DIOGO BRANDÃO, Rua de		"Construir prédio para habitação"	SANTOS, Abílio Teixeira dos	PINTO, Amandio Duarte (engenheiro civil)	
	DB1	LO 1939/0622		DIOGO BRANDÃO, Rua de		"Construir prédio de rendimento"; "Construir casa de rendimento"	SANTOS, Aureliano	SILVA, Fortunato Fernandes da (?)	
		LO 1961/0616		DIOGO BRANDÃO, Rua de	35-41		SILVA, Arminda Vieira da; SILVA, Laura Vieira da	FREITAS, José Márcio Correia Leite Carneiro (arquitecto)	
		LO 1973/0527		DIOGO BRANDÃO, Rua de	55-57-63	"Construir prédio"	NETO, Alice Moreira da Silva	NETO, José António Moreira da Silva (engenheiro civil)	
		LO 1983/0384		DIOGO BRANDÃO, Rua de	77		NEVES, Alcinho Martinho das	MACHADO, António Serafim Ferreira (arquitecto)	
DOM AFONSO V, Praça de									
				DOM AFONSO V, Praça de	35-55				**L46**
DOM JOÃO IV, Rua de									
	(bifamiliar)	LO 1935/1238	D-CMP/9(742), f. 297-310 D	DOM JOÃO IV, Rua de	737-749		PINTO, José Joaquim	LOSA, Arménio (arquitecto); SANTOS, Aucíndio Ferreira dos (arquitecto); BARRETO, Manuel da Costa Pinto (engenheiro civil); FREITAS, José Coelho de (construtor)	**B80**

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
		LO 1935/1318	D-CMP/9(744), f. 173-187	DOM JOÃO IV, Rua de	473		FIGUEIREDO, António dos Santos	PENEDA, José Ferreira (arquitecto); LIMA JÚNIOR, José Ribeiro da Silva (engenheiro)	
	Isolado (cunhal)	LO 1954/0445		DOM JOÃO IV, Rua de	528-530	"Bloco de rendimento composto por 20 moradias"	SANTOS, José Ribeiro dos	FREITAS, José Márcio Correia Leite Carneiro (arquitecto)	
DR ALVES DA VEIGA, Rua de									
		LO 1934/0689	D-CMP/ 9(692), f. 642-656 - V	DR ALVES DA VEIGA, Rua de	187-195		COSTA, Álvaro Ribeiro da	SANTOS, Amândio Ferreira dos (arquitecto); JESUS, David Alexandre Vieira de (mestre de obras)	
		LO 1944/0281		DR ALVES DA VEIGA, Rua de	97, 99		BASTO, Maria Natália de Morais	FERREIRA, Fernando de Sá e Santos	
	AV1	LO 1948/0240		DR ALVES DA VEIGA, Rua de	66	"Construção de prédio (10 moradias)"	Cooperativa "O Problema da Habitação"	ABREU, Mário Augusto Ferreira de	
	AV1	LO 1950/0217		DR ALVES DA VEIGA, Rua de	56,58		Cooperativa "O Problema da Habitação"; Diamantina Silva Bizarro Soares; Maria Adriana Pinto da Silva de Faria Soares; Manuel Bizarro Soares; Diamantina Silva Bizarro Soares; Maria Adriana Pinto da Silva de Faria Soares; Manuel Bizarro Soares	ABREU, Mário Augusto Ferreira de	
	AV2	LO 1962/0690							
DR ADRIANO DE PAIVA, Rua do									
				DR ADRIANO DE PAIVA, Rua do	265-269				**P28**
DUQUE DE LOULÉ, Rua de									
	Isolado (bloco grande frente)	LO 1950/0189		DUQUE DE LOULÉ, Rua de	5/8	"Construção de um edifício"; "Construção de um prédio de rendimento"; "duas habitações por andar"	FUNDAÇÃO COUTO, Instituição particular de solidariedade social	COSTA, José Maria Moura da (?)	
				DUQUE DE LOULÉ, Rua de	98				**S52**
				DUQUE DE LOULÉ, Rua de	132				**S59**
ENTREPAREDES, Rua de									
				ENTREPAREDES, Rua de	4 a 10				**S73**
FÁBRICA, Rua da									
				FÁBRICA, Rua da	74				**V123**
FERNANDES TOMÁS, Rua de									

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
	(não realizado)	LO 1924/0991	D-CMP(425), f. 387-389	FERNANDES TOMÁS, Rua de	30-56		COUTINHO, Agostinho Ferreira	CARVALHO, António Rodrigues (mestre de obras)	
	(unifamiliar)	LO 1927/0887	D-CMP(511), f. 523-531	FERNANDES TOMÁS, Rua de	próximo do 348		SOUTO, Fernando Monteiro	DUARTE, José Francisco (mestre de obras)	
	FT1	LO 1930/0031	D-CMP/9(584), f. 222-237 S	FERNANDES TOMÁS, Rua de	121-131		CERQUEIRA, Ermelinda Rosa Ramires	SÁ, Inácio Pereira de (mestre de obras)	
	FT1	LO 1930/0804	D-CMP(577), f. 30-38	FERNANDES TOMÁS, Rua de	111-119		COSTA, Francisco	PONTES, Carlos Nogueira (mestre de obras	
	FT1	LO 1931/0225	D-CMP/9(620), f. 161-191 Z (6)	FERNANDES TOMÁS, Rua de	39-45		GONÇALVES, Luís	DIAS, Homero Ferreira (arquitecto); BASTIAN, J. (engenheiro civil)	
		LO 1932/0055	CMP(643), f. 378-392	FERNANDES TOMÁS, Rua de	141-149		SANTA, José Soares	SANTOS, Aucíndio Ferreira dos (arquitecto); GARRETT, Antão de Almeida (engenheiro)	
	(cunhal)	LO 1932/0464	D-CMP(653), f. 428-443 D	FERNANDES TOMÁS, Rua de	437-453		SILVA, Manuel Correia da	SÁ, Inácio Pereira de (mestre de obras)	
	FT1	LO 1933/1130	D-CMP(668), f. 228-244	FERNANDES TOMÁS, Rua de	133-137		MENDES, Inácia Maria Pereira	AZEVEDO, Rogério dos Santos (arquitecto)	**B67**
	(aditamento LO 1931/0225)	LO 1934/0051	CMP(706), f. 357-366	FERNANDES TOMÁS, Rua de					
	(cunhal não realizado)	LO 1935/1235	D-CMP/9(741), f. 248-263	FERNANDES TOMÁS, Rua de	142-154		COSTA, Afonso Rodrigues da	MOREIRA, José Emílio da Silva (arquitecto); SOUSA, Fernando Augusto de Sá e (engenheiro civil)	
	(bifamiliar)	LO 1935/1821		FERNANDES TOMÁS, Rua de					
	(cunhal)	LO 1936/0340		FERNANDES TOMÁS, Rua de					
	(cunhal 3 pisos)	LO 1936/0433	D-CMP(788), f. 240-257 E	FERNANDES TOMÁS, Rua de	2 a 28		SOUSA, Júlia Gonçalves de Oliveira e	PENEDA, José Ferreira (arquitecto)	**B64**
		LO 1936/0707	D-CMP(798), f. 39-64-Z5	FERNANDES TOMÁS, Rua de	1 a 35		TAVARES, José Dias	PENEDA, José Ferreira (arquitecto); BARBOSA, Daniel Maria Vieira (engenheiro)	**B63**
		LO 1938/0136	D-CMP/9(915), f. 332- 352Z(17)	FERNANDES TOMÁS, Rua de	385-387-389-391-393-395-401- 405		COSTA, Afonso Rodrigues da	DIAS, Homero Ferreira (arquitecto); REGO, António Augusto Guimarães Teixeira (engenheiro civil)	

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
	(bifamiliar)	LO 1938/0345	D-CMP(923), f. 373-390	FERNANDES TOMÁS, Rua de	32-36-34 0-44 -48		SAMPAIO, Germano	ROCHA, Augusto Alberto Correia da (arquitecto); LEÃO, Cunha (arquitecto); SOARES, Morais (arquitecto); CABRAL, Fortunato (arquitecto)	**B65**
	Isolado (lote)	LO 1938/0378	D-CMP(924), f. 252-276 E	FERNANDES TOMÁS, Rua de	326-332		BARBOSA, Edmundo Lopes	MOREIRA, José Emílio da Silva (arquitecto); REGO, António Augusto Guimarães Teixeira (engenheiro civil)	
	Isolado (grande frente)	LO 1939/0673		FERNANDES TOMÁS, Rua de	527-531	"HABITAÇÃO. Ampliar(2)"			**Si79**
	(aditamento)	LO 1939/0735		FERNANDES TOMÁS, Rua de			COSTA, Rodrigues Afonso	DIAS, Homero Ferreira (arquitecto)	
	Isolado (testa de quarteirão)	LO 1942/0178		FERNANDES TOMÁS, Rua de	623, 633, 641, 643				
	FT1	LO 1952/0568		FERNANDES TOMÁS, Rua de	47-107	"Construção de prédio"	INDUSTRIAL DO OURO Lda., Empresa; Contrato - Compra e Venda e Administração de Bens, Lda.	BONITO, Fernando Ferreira (?)	**B66**
	Isolado (grande frente)	LO 1956/0517		FERNANDES TOMÁS, Rua de	642-644-648-652		Eduardo Rodrigues de Freitas (Fernandos Pereira???)		
FERNANDES TOMÁS, Travessa de									
		LO 1937/1806	D-CMP/9(904), f. 34-59	FERNANDES TOMÁS, Travessa de	183-187				
FERNÃO MAGALHÃES, Avenida de									
		LO 1938/0389		FERNÃO MAGALHÃES, Avenida de					
		LO 1949/0736		FERNÃO MAGALHÃES, Avenida de	785-767, 773, 779		ROCHA JÚNIOR, Manuel Ferreira de	PINTO, António Ferreira (mestre de obras)	
		LO 1949/0736		FERNÃO MAGALHÃES, Avenida de	765-767, 773, 779	"Construir um prédio"; "Construção de prédio de rendimento"	ROCHA JÚNIOR, Manuel Ferreira de	PINTO, António Ferreira (mestre de obras)	
				FERNÃO MAGALHÃES, Avenida de	1256-1272				**Ca65**
				FERNÃO MAGALHÃES, Avenida de	1108-1112				**Ca66**
FERREIRA CARDOSO, Rua de									
		LO 1936/01471		FERREIRA CARDOSO, Rua de	172-174				**B52**
FIRMEZA, Rua da									
	(bifamiliar 2 pisos)	LO 1924/0299	D-CMP/9(412), f. 454-464	FIRMEZA, Rua da			BASTOS, Bernardo de Oliveira Caldas	RIBEIRO, Manuel Ferreira (mestre de obras)	

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
		LO 1938/0011	D-CMP/9(910), f. 111-140 M	FIRMEZA, Rua da	477, 493				
		LO 1939/0055	(495-511)	FIRMEZA, Rua da		"PRÉDIO. Construir"	FONSECA, Carlos Pinto da	PENEDA, José Ferreira (arquitecto)	
		LO 1939/0159		FIRMEZA, Rua da	440, 450, 458, 462	"Prédio. Construir"	PENEDA, José Ferreira; SANTOS, Joaquim Ferreira dos; CARDOSO, Manuel Guedes	PENEDA, José Ferreira (arquitecto)	
		LO 1945/0457		FIRMEZA, Rua da	572, 582, 588	"Construção de prédio"	FERREIRA & Filhos, Lda.;	PASSOS JUNIOR, Manuel da Silva (arquitecto)	
	(não construída)	LO 1954/0385		FIRMEZA, Rua da	Não construído	"Construção de prédio"	AGOSTINI Flora Olga		
	?	LO 1954/0445		FIRMEZA, Rua da			SANTOS, José Ribeiro dos	LEITE, José Marcio Correia; FREITAS, Carneiro de	
	Isolado (cunhal)	LO 1955/0299		FIRMEZA, Rua da	314, 318, 320, 324, 326	"Construção de 7 prédios"	SILVA, Olga Abrantes Loureiro da	PROENÇA, Afonso Fernando da Silva (engenheiro civil)	
				FIRMEZA, Rua da	384-394				**Si120**
FONSECA CARDOSO, Rua de									
		LO 1932/0182	D-CMP/9(679), f. 663-677	FONSECA CARDOSO, Rua de	52		NEVES, Júlia Moreira das	QUEIRÓS, João (arquitecto)	
		LO 1935/1624	D-CMP/9(754), f. 264-290	FONSECA CARDOSO, Rua de	131-143		PAIVA, Tibério Augusto	LIMA JÚNIOR, José Ribeiro da Silva (engenheiro)	
		LO 1936/1009	D-CMP/9(808), f. 51-80	FONSECA CARDOSO, Rua de	134-150		BARCELOS, José Alberto de Sousa Carvalho	ABREU, Mário (arquitecto); BASTIAN, Jorge Vieira (engenheiro)	**Si152**
		LO 1938/0396	D-CMP/9(925) f. 508-528C	FONSECA CARDOSO, Rua de	145-147 e 163		GANDRA, António Soeiro Moreira	LIMA JÚNIOR, José Ribeiro da Silva (engenheiro)	
		LO 1938/1033	D-CMP/9(959) f. 662-699	FONSECA CARDOSO, Rua de	93		LIMO, Custódio Ferreira	PINTO, Amândio Duarte (engenheiro auxiliar)	
		LO 1944/0304		FONSECA CARDOSO, Rua de	20	"Projecto de conjunto para um prédio de oito habitações e caves para a arrumação das mesmas"; "Pretende executar 4 numa 1ª fase"	MOTA, Silvia Moreira Neves da	LOPES, Amoroso (arquitecto)	
		LO 1954/0343		FONSECA CARDOSO, Rua de	1	"Construir bloco destinado a habitação"; "bloco de rendimento"	FREITAS, Josefa Rodrigues de	SANTOS, Rui José Malgrand e Príncipe e (engenheiro)	
		LO 1955/0036		FONSECA CARDOSO, Rua de	123-125-127-129	"Construir um bloco destinado a habitações"	FREITAS, José Rodrigues de	SANTOS, Rui José Malgrand e Príncipe e (engenheiro)	

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
		LO 1955/0615		FONSECA CARDOSO, Rua de		"Bloco destinado a habitações e estabelecimentos"; "Construção de bloco de rendimento"	FREITAS, Josefa Rodrigues de; RITO, Abel Santos	SANTOS, Rui José Malgrand e Príncipe e (engenheiro)	
		LO 1956/0020		FONSECA CARDOSO, Rua de	100-106	"Construir prédio de rendimento"	CHAVES, Henrique soares	GRANJA, Francisco Fernandes da Silva (arquitecto)	
				FONSECA CARDOSO, Rua de	88				**Si153**
FORMOSA, Rua									
		LO 1938/1225		FORMOSA, Rua	53-57				
				FORMOSA, Rua	146				**Si82**
				FORMOSA, Rua	158-160				**Si84**
FREIXO, Rua do									
	(bifamiliar)	LO 1937/1115		FREIXO, Rua do					
GENERAL SILVEIRA, Rua de									
				GENERAL SILVEIRA, Rua de	23B-25				**C24**
				GENERAL SILVEIRA, Rua de	23-23A				**C25**
GUERRA JUNQUEIRO, Rua de									
				GUERRA JUNQUEIRO, Rua de	178-198				**M47**
GONÇALO CRISTÓVÃO, Rua de									
	Isolado (bloco)	LO 1957/0295		GONÇALO CRISTÓVÃO, Rua de	308-312				**Si141**
		LO 1934/0652		GONÇALO CRISTÓVÃO, Rua de	12				**Si127**
GUEDES DE AZEVEDO, Rua de									
		LO 1944/0429		GUEDES DE AZEVEDO, Rua de	17, 19, 21, 25, 31, 33		SOUSA, Armando dos Santos; SILVA, Carlos Alberto Coelho da; SILVA, Luciano Fernando Coelho da	GRANJA, Francisco Fernandes da Silva	
	Isolado (grande frente)	LO 1954/0412		GUEDES DE AZEVEDO, Rua de	216-230		FREITAS, Eduardo Rodrigues	SANTOS, Aucindio dos	
JOÃO DAS REGRAS, Rua de									
		?		JOÃO DAS REGRAS, Rua de	120-122	"Construção de prédio com cave, rez-do-chão e quatro andares"; "Construir bloco residencial"	FARIA, Maria Luisa de Almeida	TUDELA, Fernando (arquitecto)	**Si155**
JOÃO DE DEUS, Rua de									
	Isolado (bloco)	LO 1956/0077		JOÃO DE DEUS, Rua de	71		CARDOSO, Augusto Manuel Ferreira		
		LO 1947/0699		JOÃO DE DEUS, Rua de	91 e 103	"Prédio de rendimento"	COSTA, José Pereira da	LIMA, Alfredo Viana de (arquitecto)	
JOSÉ FALCÃO, Rua de									
		LO 1928/0456	D-CMP/ 9(524), f. 347-359	JOSÉ FALCÃO, Rua de			VICENTE, Manuel (propr.)	FREITAS, José Coelho de (mestre de obras); PEREIRA, Manuel (arquitecto); JORGE, Joaquim Mendes (engenheiro)	

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
		LO 1952/0131		JOSÉ FALCÃO, Rua de	190,198,204, 208	"Prédio de rendimento com estação de camionagem"	LINHARES, Caetano Cascão	BRITO, Júlio José de (arquitecto)	
LATINO COELHO, Rua de									
		LO 1957/0166		LATINO COELHO, Rua de	37-93				**B101**
				LATINO COELHO, Rua de	5 a 9				**B102**
				LATINO COELHO, Rua de	329 -337				**B97**
LIBERDADE, Praça da									
		LO 1936/1782		LIBERDADE, Praça da					
				LIBERDADE, Praça da	58-60				**Si1**
LIMA JÚNIOR, Rua de									
	LJ1	LO 1951/0364		LIMA JÚNIOR, Rua de	20	"Construir prédio de rendimento"			
		LO 1952/0438		LIMA JÚNIOR, Rua de	12	"Construção de 3 prédios"; "Construção de 3 prédios de conjunto para habitação"	FREITAS, Josefa Rodrigues de	RODRIGUES, Manuel Evangelista (engenheiro)	
				LIMA JÚNIOR, Rua de	3				**P23**
MAGALHÃES LEMOS, Rua de									
		LO 1930/0005	D-CMP/ 9(584), f. 33-45 F	MAGALHÃES LEMOS, Rua de	83-1 01		ESTEVES, Amélia	GUIMARÃES, António Peres Dias (arquitecto); ESTEVES, Francisco Xavier (engenheiro civil)	
		LO 1932/0745	D-CMP/ 9(634), f. 294-306 - F	MAGALHÃES LEMOS, Rua de	109- ?		LIMA JÚNIOR E COMPANHIA, LIMITADA	PENEDA, José Ferreira (arquitecto)	**Si33**
		LO 1935/2038	D-CMP/ 9(768), f. 371-411	MAGALHÃES LEMOS, Rua de	111- 133		MONTEPIO GERAL	BRITO, João de (engenheiro industrial)	**Si32**
MARQUES DA SILVA, Rua Arquitecto									
				MARQUES DA SILVA, Rua Arquitecto	44 -62				**M76**
				MARQUES DA SILVA, Rua Arquitecto	193-259				**M75**
				MARQUES DA SILVA, Rua Arquitecto	74				**M75**
				MARQUES DA SILVA, Rua Arquitecto	193 -259		SILVA, José Lourenço da	GODINHO, Januário	**M74**
MÁRTIRES DA LIBERDADE, Rua dos									
				MÁRTIRES DA LIBERDADE, Rua dos	259-265				**C11**
				MÁRTIRES DA LIBERDADE, Rua dos	75-83				**C19**

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
				MÁRTIRES DA LIBERDADE, Rua dos	182				**C15**
				MÁRTIRES DA LIBERDADE, Rua dos	87				**C18**
				MÁRTIRES DA LIBERDADE, Rua dos	120				**C20**
MATERNIDADE, Rua da									
				MATERNIDADE, Rua da	147-159				**M102**
NATÁRIA, Rua da									
		LO 1951/0068		NATÁRIA, Rua da	38-46-58-60-70-80		SILVA, Manuel Pereira da Silva; ROCHA, Esméria de Jesus	SANTOS, Joaquim Soares de Fontes Santos (?)	**C128**
NAULILA, Rua da									
	(unifamiliar em banda)	LO 1931/0900		NAULILA, Rua da	51-6 5		SOUSA, Serafim Martins de (arquitecto)		**B121**
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, Rua de									
	Isolado (lote)	LO 1955/0687		NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, Rua de	231				**C105**
		LO 1949/0717		NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, Rua de	436-450				**C107**
OLIVEIRA MONTEIRO, Rua de									
	Isolado (bloco)	LO 1936/0855	D-CMP/9(804), f. 41-65	OLIVEIRA MONTEIRO, Rua de	450-472		GAMA, Maria Rosa de Carvalho Borges da	MARTINS, Eduardo (arquitecto); PASSOS, Manuel (arquitecto); LIMA, Fernando Cardoso (engenheiro); ROCHA, Augusto Barata da (engenheiro)	**C104**
	OM.1	LO 1937/1314		OLIVEIRA MONTEIRO, Rua de	257				**C85**
JOÃO DE OLIVEIRA RAMOS, Rua de									
				JOÃO DE OLIVEIRA RAMOS, Rua de	47				**Si160**
OLIVENÇA, Rua da									
	Isolado (bloco)	LO 1952/0275		OLIVENÇA, Rua da	54,56	"Construir um edifício"	LINO, Custódio Ferreira	BARBOSA DE ABREU, Cassiano (arquitecto);	
				OLIVENÇA, Rua da	54-56		LINO, Custódio Ferreira	BARBOSA DE ABREU, Cassiano (arquitecto); RODRIGUES, Lima Lopes (eng.)	
PASSEIO ALEGRE, Rua do									
				PASSEIO ALEGRE, Rua do	1016 -102 8				**F47**
CAMPO ALEGRE, Rua do									
				CAMPO ALEGRE, Rua do	126-152				**M83**
PEDRO NUNES, Praça de									
	PN.1	LO 1936/0299	D-CMP/9(782), f. 333-345	PEDRO NUNES, Praça de	88		OSÓRIO, Eurico Vaz	BRITO, Júlio José de (arquitecto e engenheiro); BASTIAN, Jorge Vieira (engenheiro)	**C63**
		LO 1938/1166		PEDRO NUNES, Praça de	88				**C63**

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
	PN.1	LO 1936/1061	D-CMP/ 9(810), f. 147-168	PEDRO NUNES, Praça de	110-114		OLIVEIRA, Alfredo Monteiro Soares de	VIANA, Jorge Manuel (engenheiro)	**C64**
		LO 1935/1508		PEDRO NUNES, Praça de	74		OLIVEIRA, Laura Albertina Cogorno de; OLIVEIRA, Henrique Cogorno de	GODINHO, Januário (arquitecto); GUIMARÃES, António Peres Dias de (Engenheiro civil)	**C62**
PEDRO IVO, Rua de									
				PEDRO IVO, Rua de	124				**P25**
PEREIRA REIS, Rua de									
				PEREIRA REIS, Rua de	278				**P57**
				PEREIRA REIS, Rua de	53-57-63-69-73				**P60**
GOA, Praça de									
				GOA, Praça de	56				**N14**
PINTO BESSA, Rua de									
				PINTO BESSA, Rua de	172-180				**Ca29**
PINHEIRO MANSO, Rua de									
	Isolado (em banda)	LO 1941/0586		PINHEIRO MANSO, Rua de	228-254				
PRIORADO, Largo do									
		LO 1935/1854	D-CMP/ 9(762), f. 541-563 B	PRIORADO, Largo do	104-120	"PRÉDIO . Construir (3)"	SANTOS, António Pinto dos Santos	LOPES, António Júlio Teixeira (arquitecto); PASSOS, Manuel (arquitecto); REGO, António Teixeira (engenheiro)	**C59**
		LO 1937/1265	D-CMP/ 9(883), f. 170-186 G	PRIORADO, Largo do	80-84	"PRÉDIO . Construir "	MARINHO, António Queirós	BRITO, Júlio José de (arquitecto e engenheiro); BASTIAN, Jorge Vieira (engenheiro)	
				PRIORADO, Largo do	34-38				**C58**
RAMALHO ORTIGÃO, Rua de									
		LO 1942/0184		RAMALHO ORTIGÃO, Rua de					
REGENERAÇÃO, Rua da									
	RG1	LO 1933/0391	(683), f. 584-595	REGENERAÇÃO, Rua da	50-56				
	RG1	LO 1934/0479	D-CMP/9(719), f. 712-749	REGENERAÇÃO, Rua da	94- 122		COELHO, Alexandre Alves	TORRES, Edgardo Martins (engenheiro auxiliar)	
	RG1	LO 1950/0072							
	RG1	LO 1956/0260							
REPÚBLICA, Praça da									
	Isolado (lote)	LO 1928/0947		REPÚBLICA, Praça da	203-205		RAMALHÃO, Maria Helena da Costa Moreira	FERREIRA, FRancisco de Oliveira (arquitecto)	
				REPÚBLICA, Praça da	146				**Si142**
RODRIGUES DE FREITAS, Avenida de									
Isolado (lote muito estreito)		LO 1930/ 0328		RODRIGUES DE FREITAS, Avenida de	229-231				
RODRIGUES SAMPAIO, Rua de									
		LO 1934/0015	D-CMP/ 9(705), f. 80-99 Z4	RODRIGUES SAMPAIO, Rua de	176-184		CARMO, António do	LOPES, António Júlio Teixeira (arquitecto); BASTIAN, Jorge Vieira (engenheiro civil)	

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
		LO 1934/0652	D-CMP/ 9(691), f. 401-416	RODRIGUES SAMPAIO, Rua de	36-4 6		FEIO, Israel dos Santos	JORGE, Joaquim Mendes (mestre de obras)	
		LO 1934/0652		RODRIGUES SAMPAIO, Rua de					
	RS2	LO 1935/1597	D-CMP/ 9(752), f. 879-892	RODRIGUES SAMPAIO, Rua de					
	RS2	LO 1935/1651	D-CMP/ 9(755), f. 542-551	RODRIGUES SAMPAIO, Rua de	176				
	RS1	LO 1936/0112	D-CMP/ 9(775), f. 67-91	RODRIGUES SAMPAIO, Rua de	45-4 9		VASCONCE LOS, Francisco dos Santos Pereira de	LOPES, António Júlio Teixeira (arquitecto); BASTIAN, Jorge Vieira (engenheiro)	
	RS1	LO 1936/0624	D-CMP/ 9(828), f. 160-177	RODRIGUES SAMPAIO, Rua de	155-161		GONÇALVE S, Alberto Nogueira	FERREIRA, Francisco de Oliveira (arquitecto); LIMA JÚNIOR, José Ribeiro da Silva (engenheiro); BASTIAN, Jorge Vieira	
	RS1	LO 1936/1624	D-CMP/ 9(828), f. 160-177	RODRIGUES SAMPAIO, Rua de	155-161				
		LO 1937/0090		RODRIGUES SAMPAIO, Rua de					
		LO 1937/0242	D-CMP/ 9(845), f. 423-448	RODRIGUES SAMPAIO, Rua de	186-194		MONTEIRO, João Joaquim	MARQUES, Manuel (arquitecto); LOPES, Amoroso (arquitecto); BASTIAN, Jorge Vieira (engenheiro civil)	**Si36**
		LO 1938/0105	D-CMP/ 9(914), f. 30-43	RODRIGUES SAMPAIO, Rua de	50				
	RS2	LO 1940/0242		RODRIGUES SAMPAIO, Rua de	160, 162, 164, 168, 170				
		LO 1941/0359		RODRIGUES SAMPAIO, Rua de	175		Banco Borges e Irmão	BRITO, Júlio José (arquitecto)	
	RS1	LO 1943/0460		RODRIGUES SAMPAIO, Rua de	115, 117, 119		GILBERTO LIMA, Lda.	GOUVEIA, João Fernando Machado	
	RS1	LO 1944/0058		RODRIGUES SAMPAIO, Rua de	169, 175, 179		Fábrica de Fiação de Tecidos de Fafe	BRITO, Júlio José de (arquitecto)	
	RS1	LO 1946/0515		RODRIGUES SAMPAIO, Rua de	139-153		ASSOCIAÇÃ O Humanitária dos BVP	GRANJA, Francisco Fernandes da Silva	
		LO 1957/0520		RODRIGUES SAMPAIO, Rua de	198-204		MONTEIRO, João Joaquim		
	RS2	LO 1957/0520		RODRIGUES SAMPAIO, Rua de	198-204	"Construção de prédio"		LIMA, Alfredo Viana de (arquitecto); SÁ, Armando Moreira (engenheiro)	
	RS1	LO 1960/0639		RODRIGUES SAMPAIO, Rua de	123-133		Ordem dos Engenheiros. Secção Regional Norte	SÁ, Manuel Lima Fernandes (engenheiro civil)	
SÁ DA BANDEIRA, Rua de									

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
	SB1	LO 1936/1746		SÁ DA BANDEIRA, Rua de	446-450-454-458-464-468, na Rua de Sá da Bandeira	"6ª categoria. Construir prédio"	Companhia de Seguros "Garantia"	BRITO, Júlio José de (arquitecto e engenheiro civil)	**Si117**
	SB1	LO 1937/0797		SÁ DA BANDEIRA, Rua de	472-478-484-490-494-498 de Sul para	"6ª categoria. Construir prédio"	Companhia de Seguros "Garantia"	BRITO, Júlio José de (arquitecto e engenheiro civil)	**Si115**
	SB1	LO 1938/0260		SÁ DA BANDEIRA, Rua de	518, 522, 524, 528	"6ª categoria. Construir 2 prédios"	PENEDA, Emília Ferreira Cavadinha; SANTOS, Joaquim Ferreira dos	PENEDA, José Ferreira (arquitecto)	**Si117**
	SB1	LO 1938/0941		SÁ DA BANDEIRA, Rua de	532, 538, 544	ª Categoria. Construir prédio"	DUPOISOT, Berthe	PENEDA, José Ferreira (arquitecto)	
	SB1	LO 1939/0056		SÁ DA BANDEIRA, Rua de	502, 506, 508, 512	"6ª Categoria. Construir 2 prédios"	PINTO, Augusto Ribeiro Pinto; BARBOSA, José Martins	ALEGRE, Joaquim de Oliveira Ribeiro (engenheiro civil); PORTO, José (arquitecto); Empresa Engenheiros Reunidos, Lda	**Si116**
		LO 1939/0151		SÁ DA BANDEIRA, Rua de	236, 244, 246, 252, 254, 260, 268	"6ª Categoria. Construir 1 prédio"	Singer Sewing Machine Company	ALMEIDA JÚNIOR, Artur de (arquitecto)	**Si104**
		LO 1942/0272		SÁ DA BANDEIRA, Rua de	141, em Sá da Bandeira; Praça D. João I, 5 a 43		Maurício Macedo e Cª	AZEVEDO, Rogério dos Santos (arquitecto)	
	SB3	LO 1943/0393		SÁ DA BANDEIRA, Rua de	562-574-578-592-594-596-610-612-614, em Sá da Bandeira		Ferreira e Filhos, Lda	PASSOS JUNIOR, Manuel da Silva (arquitecto)	**Si121**
	SB4	LO 1945/0272		SÁ DA BANDEIRA, Rua de	561-569-577-585-589-597-607-615-619	"6ª categoria. Construir prédio"	Ferreira e Filhos, Lda	PASSOS JUNIOR, Manuel da Silva (arquitecto)	**Si129**
	SB4	LO 1947/0042		SÁ DA BANDEIRA, Rua de	629-633-637-641-647-651-655-659-663-669 e 673	"Obra de 6ª categoria"	GUIMARÃES JÚNIOR, José Amaral	LOSA, Arménio (arquitecto)	**Si128**
	SB2	LO 1947/0051		SÁ DA BANDEIRA, Rua de	465-467-471-481-487-493-495-501-505-511-517-523-529-531	"6ª categoria. Construir prédio"	Ferreira e Filhos Lda	MARTINS, Maria José Marques da Silva (arquitecta)	**Si118**
	SB3	LO 1948/0096		SÁ DA BANDEIRA, Rua de	630-636-642-650-658-662-670 e 676, em Sá da Bandeira	"6ª categoria. Construir prédio"	J. de Oliveira, Filhos Lda	CRUZ, António Augusto da (engenheiro civil); PORTO, José (arquitecto)	**Si122**
		LO 1958/0338		SÁ DA BANDEIRA, Rua de	720-726-732-740-746-752-760-766-772	"6ª categoria. Construir prédio"	Joaquim Ferreira dos Santos	RICCA, Agostinho (arquitecto); CARMO, Benjamim do	
		LO 1960/0128		SÁ DA BANDEIRA, Rua de					
		LO 1963/0206		SÁ DA BANDEIRA, Rua de					
				SÁ DA BANDEIRA, Rua de	377-389				**Si113**
				SÁ DA BANDEIRA, Rua de	397-409				**Si114**
		LO 1945/0218							
		LO 1977/0400							
		LO 1948/0643							
SANTA CATARINA, Rua de									
	Isolado (lote)	LO 1925/1293	D-CMP/ 9(465), f. 458-464	SANTA CATARINA, Rua de	447	"PROJE CTO. Alterar"	GARRET, Maria Margarida Maia de Almeida	PENEDA, José Ferreira (arquitecto); RIBEIRO, Manuel Ferreira (mestre de obras)	

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
	Isolado (grande frente)	LO 1932/0534	D-CMP/ 9(655), f. 213-233 -K	SANTA CATARINA, Rua de	568-594				
	Demolido ou não realizado (cunhal)	LO 1934/0018	D-CMP/ 9(705), f. 108-127	SANTA CATARINA, Rua de	993(confi rmar)				
	Demolido ou não realizado (cunhal)	LO 1935/1928	D-CMP/ 9(764), f. 228-239	SANTA CATARINA, Rua de	993(confi rmar)		SILVA, António Moreira da Silva	PENEDA, José Ferreira (arquitecto); LIMA JÚNIOR, José Ribeiro da Silva (engenheiro)	
	(bifamiliar)	LO 1936/1132	D-CMP/ 9(812), f. 210-236	SANTA CATARINA, Rua de	1175 -117 9	"PRÉDIO . Construir "	QUEIRÓS, Abílio Sequeira Pinto	QUEIRÓS, João (arquitecto); BASTIAN, Jorge Vieira (engenheiro)	
	(ampliação)	LO 1937/0090	D-CMP/ 9(839), f. 463-478	SANTA CATARINA, Rua de	1561	"Prédio. Construir. 6ª categoria "		LOSA, Arménio Taveira (arquitecto)	
		LO 1938/0076	D-CMP/ 9(912), f. 192-209	SANTA CATARINA, Rua de	1185 -119 3	"PRÉDI O. Construir "	MOREIRA, José Veloso	JORGE, Joaquim Mendes (mestre de obras); ALA, António (engenheiro civil)	
	Isolado (grande frente)	LO 1938/0421(adi t. 1932/0534)	D-CMP/ 9(926), f. 125-137	SANTA CATARINA, Rua de		"PROJEC TO. Alterar"	ÂNGELO, Abílio de Passos	KORRODI, Ernesto (arquitecto); KORRODI, Camilo (arquitecto)	
	?	LO 1938/0700	D-CMP/ 9(938), f. 1-11	SANTA CATARINA, Rua de	376	"PRÉDI O. Alterar"	CARVALHO, Armando Augusto Lobao	LIMA JÚNIOR, José Ribeiro da Silva (engenheiro)	
	(cunhal)	LO 1938/1223 (adit.)	D-CMP/ 9(975), f. 401-438	SANTA CATARINA, Rua de	993(confi rmar)	"PRÉDIO . Ampliar"		PENEDA, José Ferreira (arquitecto)	
				SANTA CATARINA, Rua de	2 a 10				**Si89**
				SANTA CATARINA, Rua de	122-130				**Si95**
				SANTA CATARINA, Rua de	533			AZEVEDO, Rogério (arquitecto)	**Si119**
				SANTA CATARINA, Rua de	1085				**Si158**
SANTOS POUSADA, Rua de									
	(cunhal)- (não realizado)	LO 1935/1235	D-CMP/ 9(741), f. 248-263	SANTOS POUSADA, Rua de	6 a 14	"Construi r prédio"			
	(não realizado)	LO 1937/1100		SANTOS POUSADA, Rua de	1041 -104 9			GUIMARÃES, António Peres; GODINHO, Januário (arquitectos) ?	
		LO 1948/0071		SANTOS POUSADA, Rua de	128, 134, 136, 140, 142, 144	"Construção de 3 prédios"	MONTEIRO, João Carlos Arroncheca e outros	MARQUES, Manuel (arquitecto)	
	Isolado (bloco)	LO 1953/0339		SANTOS POUSADA, Rua de	1330	"Construção de um prédio"; "Construção de um prédio de rendimento"		LOSA, Arménio Taveira (arquitecto)	**B114**

	SECTORES EM ESTUDO	LICENÇA DE OBRA	PROCESSO	LOCAL	NÚMERO DE POLÍCIA	PRETENSÃO	PROPRIETÁRIO	PROJECTISTA	REF. (PDM PORTO)
		LO 1957/0154		SANTOS POUSADA, Rua de	790-794-796-810	"Construir um prédio de rendimento"	NORO, António Salvador e outro	GRANJA, Francisco Fernandes da Silva (arquitecto)	
		LO 1957/0547		SANTOS POUSADA, Rua de	754-558-762	"Construir prédio de rendimento"	JÚNIOR, Gaspar Gomes de Sousa	ABREU, Mário Augusto Ferreira de (arquitecto)	
				SANTOS POUSADA, Rua de	928				**B105**
SÃO DINIS, Rua de									
				SÃO DINIS, Rua de	559				**P16**
SERPA PINTO, Rua de									
		LO 1957/0397		SERPA PINTO, Rua de		"Bloco de rendimento"			
				SERPA PINTO, Rua de	105-123				**C132**
VANZELERES, Rua de									
				VANZELERES, Rua de	120 -136				**C77**

5. PROGRAMAS DOS EDIFÍCIOS EM ESTUDO. PORTO

RUA	Licença de Obra	cave	r/ch	Acesso a apartamento no r/ch	sobreloja	1ºandar	2ºandar	3ºandar	4ºandar	5ºandar	6ºandar	7ºandar	8ºandar	Anexos
24 de Agosto, Campo	**LO 1939/0469**		Loja			Habitação	Habitação							
Alegria, Rua da	**LO 1932/0468**		Loja			Habitação	Habitação							
Alegria, Rua da	**LO 1945/0320**		Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Alegria, Rua da	**LO 1945/0370**		Habitação (piso sobrelevado)	independente a partir da rua		Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação (rec.)				
Alegria, Rua da	**LO 1955/0343**	Arrumos	Estabelecimento +habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Alegria, Rua da	**LO 1949/0736**		Estabelecimento (c/ sobreloja)			Escritório	Escritório	Habitação	Terraço					
Alegria, Rua da	**LO 1952/0710**		Estabelecimento			Escritório	Escritório	Habitação						
Alegria, Rua da	**LO 1953/0636**		Estabelecimento			Habitação	Habitação	Habitação						?
Alegria, Rua da	**LO 1957/0196**		Estabelecimento			Habitação	Habitação	Habitação						
Alexandre Braga, Rua de	**LO 1929/0628**	Armazém	Loja			Escritório	Habitação	Habitação	Habitação					
Aliados, Avenida	**LO 1929/0085**	Arrecadações	Estabelecimento			Escritório	Escritório	Habitação	Habitação	Habitação				
Alves da Veiga, Rua de	**LO 1934/0689**		Habitação (piso sobrelevado)	independente a partir da rua		Habitação	Habitação							
Alves da Veiga, Rua de	**LO 1944/0281**		Habitação (ao nivel da rua)	independente a partir da rua		Habitação	Habitação							
Alves da Veiga, Rua de	**LO 1948/0240**		Habitação (ao nivel da rua)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Alves da Veiga, Rua de	**LO 1950/0217**		Habitação (ao nivel da rua)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Alves da Veiga, Rua de	**LO 1962/0690**	Garagem comum	Estabelecimentos +garagem comum			Habitação	Habitação	Habitação						
Alves da Veiga, Rua de	**LO 1960/0396**		?			Habitação +estabelecimentos	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação				Abrigos para carros
António Cândido, Rua de	**LO 1945/0154**	Arrumos	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação							
António Cândido, Rua de	**LO 1938/1052**	Carvoeiras	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação							
António Cândido, Rua de	**LO 1939/0509**		Habitação (piso sobrelevado)	independente a partir da rua		Habitação	Habitação							Carvoeiras +galinheiros
Augusto Rosa, Rua de	**LO 1935/1032**	Loja	Estabelecimento			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Boavista, Avenida	**LO 1938/1093**	?	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Boavista, Avenida	**LO 1932/0066**	Habitação	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação							
Boavista, Rua da	**LO 1937/0568**	Arrumos	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Boavista, Rua da	**LO 1947/0295**	Habitação	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Boavista, Rua da	**LO 1958/0016**		Habitação (ao nivel da rua)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Boavista, Rua da	**LO 1950/0448**	Armazém	Estabelecimento			Habitação	Habitação	Habitação						
Boavista, Rua da	**LO 1940/0587**	Loja +garagens	Armazém			Habitação	Habitação	Habitação						
Bolhão, Rua do	**LO 1977/0400**	?	Lojas*			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação (porteiro)		
Bolhão, Rua do	**LO 1941/0254**	Loja	Lojas*			Habitação	Habitação	Habitação						Galinheiros +carvoeiras
Bolhão, Rua do	**LO 1941/0571**	Loja	Lojas*			Habitação	Habitação	Habitação						
Bolhão, Rua do	**LO 1942/0590**	Loja	Lojas*			Habitação	Habitação	Habitação						
Bolhão, Rua do	**LO 1948/0643**	Armazéns	Estabelecimentos		armazéns	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação				
Bolhão, Rua do	**LO 1945/0218**	Estabelecimentos	Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Bolhão, Rua do	**LO 1950/0691**		Consultório +Estabelecimento			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Bonfim, Rua do	**LO 1932/0868**		Lojas			Habitação	Habitação							
Bonfim, Rua do	**LO 1935/1111**		Lojas			Habitação	Habitação	Habitação						
Bragas, Rua dos	**LO 1939/0400**		Lojas			Habitação	Habitação	Habitação						
Campinho, Rua do	**LO 1935/1663**		Estabelecimento			Habitação	Habitação	Habitação						
Campo Lindo, Rua do	**LO 1936/0017**		Lojas			Habitação	Habitação							

RUA	Licença de Obra	cave	r/ch	Acesso a apartamento no r/ch	sobreloja	1ºandar	2ºandar	3ºandar	4ºandar	5ºandar	6ºandar	7ºandar	8ºandar	Anexos
Campo Lindo, Rua do	**LO 1953/0090**	Arrumos	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Campo Lindo, Rua do	**LO 1952/0040**		Habitação (ao nivel da rua)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Campo Lindo, Rua do	**LO 1955/0529**		Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Campo Lindo, Rua do	**LO 1954/0257**		Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						Arrecadações
Campo Lindo, Rua do	**LO 1954/0268**		Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						Quintais
Casais Monteiro, Rua de	**LO 1940/0207**	Habitação	Habitação duplex			Habitação	Habitação							Garagens
Ceuta, Rua de	**LO 1954/0425**	?	Estabelecimentos			Escritórios	Habitação	Habitação	Habitação	“Appartements”	“Appartements”	Habitação (porteiro)		
Ceuta, Rua de	**LO 1953/0081**	Armazém	Estabelecimentos			Escritórios	Escritórios	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação			
Ceuta, Rua de	**LO 1955/0660**	Armazém	Estabelecimentos			Escritórios	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação				
Ceuta, Rua de	**LO 1955/0364**	Armazém	Estabelecimentos			Escritórios	Escritórios	Escritórios	Habitação	Habitação	Habitação			
Ceuta, Rua de	**LO 1952/0331**	Armazéns	Estabelecimentos		Estabelecimentos	Escritórios	Escritórios	Habitação	Habitação	Habitação				
Ceuta, Rua de	**LO 1955/0105**	Arrecadações	Estabelecimentos			Escritórios	“Appartements”	“Appartements”	“Appartements”					
Ceuta, Rua de	**LO 1952/0215**													
Conceição, Rua de	**LO 1950/0323**		Oficina			Habitação	Habitação	Habitação						
Conceição, Rua de	**LO 1938/0437**		Loja			Habitação	Habitação	Habitação						
Conceição, Rua de	**LO 1937/1233**		Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação						
Conceição, Rua de	**LO 1962/0560**		Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação						
Conde Ferreira, Rua de	**LO 1961/0103**	?	Habitação (sobrelevada)			Habitação	Habitação	Habitação						
Conde Ferreira, Rua de	**LO 1934/0099**	Arrumos	Habitação (ao nivel da rua)	independente a partir da rua		Habitação	Habitação							
Conde Ferreira, Rua de	**LO 1962/0643**	Arrumos	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Constituição, Rua da	**LO 1956/0202**	Arrecadações (c. sobrelevada)	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Constituição, Rua da	**LO 1956/0267**	Arrecadações	Habitação +estabelecimento	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						Quintais comuns
Constituição, Rua da	**LO 1956/0203**	Arrecadações	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						Quintais comuns
Constituição, Rua da	**LO 1951/0131**	Garagem comum	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Constituição, Rua da	**LO 1952/0478**	?	Estabelecimento			Habitação	Habitação	Habitação						
Constituição, Rua da	**LO 1963/0292**	Armazém	Comércio			Habitação	Habitação	Habitação						
Costa Cabral, Rua de	**LO 1954/0425**	Garagem comum e arrumos	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação				
Covelo, Rua do	**LO 1957/0253**		Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						Garagens individuais
Covelo, Rua do	**LO 1957/0306**		Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
D.João IV, Rua de	**LO 1954/0445**		Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Diogo Brandão, Rua	**LO 1938/0296**	Armazém	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação							
Diogo Brandão, Rua	**LO 1937/0369**	Habitação	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Diogo Brandão, Rua	**LO 1939/0388**	Habitação	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						Galinheiros +carvoeiras
Diogo Brandão, Rua	**LO 1939/0622**	Habitação	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Diogo Brandão, Rua	**LO 1936/0835**	Habitação	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação								
Diogo Brandão, Rua	**LO 1936/0699**		Habitação	?		Habitação	Habitação							
Diogo Brandão, Rua	**LO 1961/0616**		Garagem e arrumos			Habitação	Habitação	Habitação						
Diogo Brandão, Rua	**LO 1983/0383**	Armazém	Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Diogo Brandão, Rua	**Lo 1973/0527**	Garagem e arrumos	Armazém			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					

RUA	Licença de Obra	cave	r/ch	Acesso a apartamento no r/ch	sobreloja	1ºandar	2ºandar	3ºandar	4ºandar	5ºandar	6ºandar	7ºandar	8ºandar	Anexos
Diogo Brandão, Rua	**LO 1937/0369**													
Dom João IV, Rua de	**LO 1956/0239**		Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação							
Dom João IV, Rua de	**LO 1962/ 0321**		Garagem colectiva			Habitação	Habitação							
Duque de Loulé, Rua de	**LO 1937/0113**	?	?			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação				
Duque de Loulé, Rua de	**LO 1950/0189**													
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1936/0433**		Lojas+escritório			Habitação	Habitação							
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1936/0136**		Lojas			Habitação	Habitação	Habitação						
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1936/0707**		Lojas			Habitação	Habitação	Habitação						
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1938/0136**		Lojas			Habitação	Habitação	Habitação						
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1933/1130**		Loja			Habitação	Habitação	Habitação						
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1931/0225**		Garagem			Habitação	Habitação	Habitação						
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1932/0464**		Estabelecimentos +lojas			Habitação	Habitação	Habitação						
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1956/0517**	Armazém	Estabelecimentos			Escritórios	Escritórios	Habitação	Habitação	Habitação				
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1942/0178**	Armazéns	Estabelecimentos			Escritórios	Escritórios	Habitação	Habitação					
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1939/0673**	Arrumos +pias lavagem	Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação						
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1930/0031**		Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação						
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1930/0804**		Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação						
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1932/0055**		Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação						
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1945/0285**		Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação						
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1938/0378**		Estabelecimento +habitação (ao nível da rua)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1952/0568**													
Fernandes Tomás, Rua de	**LO 1960/0626**													
Fernão Magalhães, Avenida	**LO 1961/0250**	?	Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Fernão Magalhães, Avenida	**LO 1938/0389**		Estabelecimento +habitação	?		Habitação	Habitação							
Fernão Magalhães, Avenida	**LO 1949/0736**		Escritório			Habitação	Habitação	Habitação						
Fernão Magalhães, Avenida	**LO 1963/0074**		Armazém			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Ferreira Cardoso, Rua de	**LO 1936/1471**	Arrecadações	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						Coradouros +galinheiros
Ferreira Cardoso, Rua de	**LO 1943/0321**	Arrumos	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Firmeza, Rua da	**LO 1954/0445**		Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Firmeza, Rua da	**LO 1955/0299**		Estabelecimentos +habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Firmeza, Rua da	**LO 1945/0457**	Armazém	Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação				

RUA	Licença de Obra	cave	r/ch	Acesso a apartamento no r/ch	sobreloja	1ºandar	2ºandar	3ºandar	4ºandar	5ºandar	6ºandar	7ºandar	8ºandar	Anexos
Firmeza, Rua da	**LO 1954/0385**	Arrecadações	Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação						
Firmeza, Rua da	**LO 1938/0011**	Armazém	Armazém			Habitação	Habitação							
Firmeza, Rua da	**LO 1939/0159**	Lojas	Armazém			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Firmeza, Rua da	**LO 1939/0055**	?	?			Habitação	Habitação							
Fonseca Cardoso, Rua de	**LO 1932/0182**	Arrumos	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação							
Fonseca Cardoso, Rua de	**LO 1944/0304**	Arrumos	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Fonseca Cardoso, Rua de	**LO 1956/0020**	Garagens	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Fonseca Cardoso, Rua de	**LO 1935/1624**	Habitação	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação								
Fonseca Cardoso, Rua de	**LO 1938/0396**	Habitação	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação							
Fonseca Cardoso, Rua de	**LO 1938/1033**	Habitação	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Fonseca Cardoso, Rua de	**LO 1936/1009**		Habitação	híbrido		Habitação	Habitação							
Fonseca Cardoso, Rua de	**LO 1954/0343**		Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Fonseca Cardoso, Rua de	**LO 1953/0189**	Garagem comum	Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	**Lavagem individual**				
Fonseca Cardoso, Rua de	**LO 1955/0036**	Arrumos	Estabelecimento			Habitação	Habitação	Habitação						
Fonseca Cardoso, Rua de	**LO 1953/0189**	?	?			Habitação	Habitação	Habitação						
Fonseca Cardoso, Rua de	**LO 1955/0615**		?			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Formosa, Rua	**LO 1938/1225**		Armazém			Habitação	Habitação	Habitação						
Gonçalo Cristóvão, Rua de	**LO 1934/0652**	Garagens individuais +arrumos	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação							
Gonçalo Cristóvão, Rua de	**LO 1957/0295**													
Guedes de Azevedo, Rua de	**LO 1954/0412**		Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação						
Guedes de Azevedo, Rua de	**LO 1944/0429**	Garagem	Armazém +estabelecimento			Habitação	Habitação	Habitação						
João de Deus, Rua de	**LO 1947/0699**	Habitação	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
José Falcão, Rua de	**LO 1952/0131**	Garagem pública	Garagem pública			Habitação	Habitação	Habitação						
José Falcão, Rua de	**LO 1928/0456**		Estabelecimentos			Habitação	Habitação							
Latino Coelho, Rua de	**LO 1957/0166**													
Lima júnior, Rua de	**LO 1951/0364**		Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Lima júnior, Rua de	**LO 1952/0438**		Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Magalhães Lemos, Rua de	**LO 1932/0745**	Lojas	Lojas			Escritórios	Habitação							
Magalhães Lemos, Rua de	**LO 1930/0005**	?	Estabelecimento comercial			Escritórios	Habitação	Habitação	Terraço coberto					
Magalhães Lemos, Rua de	**LO 1935/2038**	?	Estabelecimento			Escritórios	Escritórios	Habitação	Habitação					
Natária, Rua da	**LO 1951/0068**	?	?			Habitação	Habitação	Habitação						
Nossa Senhora de Fátima, Rua de	**LO 1949/0717**		Garagem comum			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação				Lavadouros individuais

RUA	Licença de Obra	cave	r/ch	Acesso a apartamento no r/ch	sobreloja	1ºandar	2ºandar	3ºandar	4ºandar	5ºandar	6ºandar	7ºandar	8ºandar	Anexos
Nossa Senhora de Fátima, Rua de	**LO 1955/0687**	Sala de crianças + habitação de porteiro +arrecadações individuais + arrecadações +garagens individuais	Comércio +habitação			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Terraço/jardim				
Oliveira Monteiro, Rua de	**LO 1936/0855**		Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Olivença, Rua de	**LO 1952/0275**	Armazém	Sala de exposições			Habitação	Habitação	Habitação						
Pedro Nunes, Praça	**LO 1936/0299**	Garagens ind.; arrumos	Habitação			Habitação								
Pedro Nunes, Praça	**LO 1936/1061**		Habitação			Habitação	Habitação							
Ramalho Ortigão, Rua de	**LO 1942/0184**	?	Estacionamento		Escritórios +estacionamento	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Reneração, Rua de	**LO 1933/0391**		Habitação	híbrido		Habitação	Habitação							
República, Praça	**LO 1928/0947**	?	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Rodrigues de Freitas, Avenida	**LO 1930/0328**		Loja			Habitação	Habitação	Habitação						
Rodrigues Sampaio, Rua de	**LO 1960/0639**		Ordem dos engenheiros											
Rodrigues Sampaio, Rua de	**LO 1957/0520**	Armazém +arrecadação	Lojas		Escritórios	Escritórios	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Secagem de roupa			
Rodrigues Sampaio, Rua de	**LO 1937/0242**		Loja			Escritórios	Escritórios	Habitação	Habitação					
Rodrigues Sampaio, Rua de	**LO 1934/0652**		Garagem			Escritórios	Escritórios	Habitação						
Rodrigues Sampaio, Rua de	**LO 1936/0112**		Estabelecimento +carvoeiras			Habitação	Habitação	Habitação						
Rodrigues Sampaio, Rua de	**LO 1943/0460**		Estabelecimento +arrumos			Habitação	Habitação	Habitação	Arrumos +lavadouros					
Rodrigues Sampaio, Rua de	**LO 1940/0242**	?	Estabelecimento comercial			Habitação	Habitação	Habitação						
Rodrigues Sampaio, Rua de	**LO 1934/0015**		Estabelecimento			Habitação	Habitação	Habitação						
Rodrigues Sampaio, Rua de	**LO 1936/0624**		Estabelecimento			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Rodrigues Sampaio, Rua de	**LO 1936/1624**		Estabelecimento			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Rodrigues Sampaio, Rua de	**LO 1941/0359**		Estabelecimento			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Rodrigues Sampaio, Rua de	**LO 1946/0515**		Bombeiros voluntários											
Rodrigues Sampaio, Rua de	**LO 1935/1597**	Arrumo	Armazém			Escritórios	Escritórios	Habitação						
Rodrigues Sampaio, Rua de	**LO 1944/0058**		Armazém			Consultórios +escritórios	Habitação	Habitação						
Rodrigues Sampaio, Rua de	**LO 1935/1651**	?	?			?	Habitação	Habitação	Habitação					
Rodrigues Sampaio, Rua de	**LO 1938/0105**		?			Habitação	Habitação	Habitação						
Sá da Bandeira, Rua de	**LO 1947/0051**	Garagem comum +armazéns +arrumos	Estabelecimentos +café+restaurante			Escritórios +gabinetes	Escritórios +gabinetes	Escritórios +gabinetes	Escritórios +gabinetes	Habitação	Habitação	Terraços cobertos		
Sá da Bandeira, Rua de	**LO 1939/0056**	?	Estabelecimentos			Escritórios	Habitação	Habitação	Habitação					
Sá da Bandeira, Rua de	**LO 1954/0698**	Armazém	Estabelecimentos			Escritórios	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação				

RUA	Licença de Obra	cave	r/ch	Acesso a apartamento no r/ch	sobreloja	1ºandar	2ºandar	3ºandar	4ºandar	5ºandar	6ºandar	7ºandar	8ºandar	Anexos
Sá da Bandeira, Rua de	**LO 1939/0151**	Armazéns	Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação				
Sá da Bandeira, Rua de	**LO 1943/0393**	Armazéns	Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação				Garagens individuais
Sá da Bandeira, Rua de	**LO 1948/0096**	Garagem comum (pública)	Estabelecimentos			Escritórios +habitação	Escritórios +habitação	Escritórios +habitação	Escritórios +habitaçã o	Escritórios +habitação				
Sá da Bandeira, Rua de	**LO 1938/0941**	Lojas	Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Sá da Bandeira, Rua de	**LO 1936/1746**		Estabelecimentos			Escritórios	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação				
Sá da Bandeira, Rua de	**LO 1937/0797**		Estabelecimentos			Escritórios	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação				
Sá da Bandeira, Rua de	**LO 1938/0260**	Armazém	Estabelecimento			Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Sá da Bandeira, Rua de	**LO 1958/0338**	Armazéns	Estabelecimento		?	Escritórios	Escritórios	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Habitaçã o	
Sá da Bandeira, Rua de	**LO 1942/0272**	Armazéns +habitação (porteiro)	?		Escritórios dos estabelecim entos	Escritórios	Escritórios	Escritórios	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Habitaçã o	
Sá da Bandeira, Rua de	**LO 1947/0042**	VER												
Sá da Bandeira, Rua de	**LO 1945/0272**					Ateliers de alta costura, salão de chá, ateliers, salas	Estabelecim entos, cabeleireiro de senhoras, salas	Habitação	Habitação	Habitação				
Sá da Bandeira, Rua de	**LO 1960/0128**													
Sá da Bandeira, Rua de	**LO 1963/0206**													
Santa Catarina, Rua de	**LO 1934/0018**		Habitação (ao nível da rua)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						Carvoeiras + pias de lavagem
Santa Catarina, Rua de	**LO 1937/0090**		Habitação (ao nível da rua)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Santa Catarina, Rua de	**LO 1938/0076**		Garagens individuais			Habitação	Habitação	Habitação						
Santa Catarina, Rua de	**LO 1925/1293**	Loja	Estabelecimentos			Habitação	Habitação							
Santa Catarina, Rua de	**LO 1936/1132**		Estabelecimentos			Habitação	Habitação	Arrumos						
Santa Catarina, Rua de	**LO 1932/0534**		Escritórios+lojas			Escritórios	Escritórios	Escritórios						
Santos Pousada, Rua de	**LO 1957/0154**	Recolha de carros ?	Recolha de carros ?			Recolha de carros ?	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação				
Santos Pousada, Rua de	**LO 1948/0071**		Habitação +estabelecimentos			Habitação	Habitação	Habitação						
Santos Pousada, Rua de	**LO 1957/0547**	Armazéns +garagem colectiva (2 pisos)	Habitação (ao nivel da rua)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação	Habitação					
Santos Pousada, Rua de	**LO 1953/0339**	Garagens comuns	Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						
Serpa Pinto, Rua de	**LO 1957/0397**		Habitação (piso sobrelevado)	vestíbulo comum		Habitação	Habitação	Habitação						Garagens individuais

6. LISTAGEM DOS EDIFÍCIOS REFERENCIADOS NA BIBLIOGRAFIA. PORTO

Notas: * não localizado; *** sem parcelas de habitação

Catálogo "(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943"[996]

Neste catálogo, entre *Intermediário*[997] e *Rendimento*, são referidos edifícios nas seguintes localizações:

PLURIFAMILIAR	**LICENÇA DE OBRAS**[998]
Rua de Alexandre Braga, 94	LO 628/1929
Rua de Magalhães Lemos, 109	LO 745/1932
Rua de Fernandes Tomás, 137	LO 1130/1933
Rua de Conde Ferreira, 176-180	LO 99/1934
Rua de Gonçalo Cristóvão, 12	LO 652/1934; 1374/1935
Rua da Conceição, 25-29	*LO 534/1935
Rua de Augusto Rosa, 176-190	LO 1032/1935
Rua de Fernandes Tomás, 12-30	*LO 433/1936
Rua de Fernandes Tomás, 9-31/ Rua de Santo Ildefonso, 553	LO 0707/1936
Praça de Pedro Nunes, 110-114	LO 1061/1936
Rua de Sá da Bandeira, 468-498/ Rua de Fernandes Tomás, 706	LO 1746/1936
Praça da Liberdade, 128	LO 1782/1936
Praça da Liberdade, 58	***LO 56/1937
Rua de Diogo Brandão, 36	LO 369/1937
Rua do Freixo, 1801-1823	LO 1115/1937
Rua de Ferreira Cardoso, 172-174	LO 1471/1937
Rua de Fernandes Tomás, 9-31/ Rua de Santo Ildefonso, 553	LO 0707/1936
Rua de Sá da Bandeira 522-524	LO 260/1938
Avenida de Fernão Magalhães, 1108-1112/ Rua de Cunha Espinheira, 94	LO 389/1938
Rua de Sá da Bandeira 502-512	LO 56/1939
Rua de Sá da Bandeira, 260	LO 151/1939
Rua de Fernandes Tomás, 515-531	LO 673/1939
Rua de Adolfo Casais Monteiro, 92	LO 207/1940
Rua Alexandre Herculano, 385	*LO 824/1936; LO 713/1939
Rua de D. João IV, 1000-1006	*LO 126/1937; LO 619/1949
Rua de Passos Manuel, 178	***LO 330/1944
Unifamiliar, bifamiliar em banda, edifício de imagem única	**LICENÇA DE OBRAS**
Avenida da Boavista, 847-863	LO 268/1930
Rua de Naulila, 51-65	LO 900/1931
Rua de Faria Guimarães, 131-159	*1934
Largo do Priorado, 104-120	LO 1854/1935
Rua de Santos Pousada, 1041-1049	LO 1100/1937
Rua de António Cândido, 278	LO 351/1938
Rua de Diogo de Sousa, 365-401	*1937
Rua de António Cândido, 278	LO 351/1938
Rua de Fernandes Tomás, 32-48	LO 0345/1938
Rua da Alegria, 343-343E	LO 326/1939
Rua de Pinheiro Manso, 228-254	LO 586/1941

[996] Mendes, Manuel, coord. (2001). (In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses. Fotografias de José Manuel Rodrigues. Porto, FAUP publicações.

[997] Expressão utilizada pelo autor, da qual interpretamos: tipo de edifício unifamiliar ou bifamiliar em banda, unificados num edifício bloco.

[998] No catálogo só figuram as localizações dos edifícios. A identificação e referenciação dos processos de Licença de Obras é da responsabilidade da autora.

7. LISTAGEM DOS EDIFÍCIOS REFERENCIADOS NA BIBLIOGRAFIA. LISBOA

Inventário "*Arquitectura Modernista em Lisboa, 1925-1940*"[999]

Nota:

Neste inventário, localizou-se um conjunto de edifícios inseridos em conjuntos urbanos, com interesse comparativo. Na publicação não são reproduzidas plantas-tipo dos edifícios, apenas a planta de localização e fotografia. Em alguns casos, identifica-se o autor e data de edificação. Não é referida na publicação a identificação de arquivo, tendo sido registada pela autora após pesquisa nos Arquivos Municipais de Lisboa. Datas limite: 1925-1940

[1925-1940]

LOCALIZAÇÃO	ANO	REFERÊNCIA DE ARQUIVO
1 - Rua de Almeida Brandão 3 a 5	1932	Obra: 978 Processo: 2087/DAG/PG/1932
4 - Conjunto R. Nova de São Mamede (7 a 35) - R. do Salitre (169 a 187)	1933/37	
Rua Nova de São Mamede 17-17A	1933	Obra: 47355 Processo: 2133/SEC/PG/1933
Rua do Salitre 179-179A		Obra: 46937 Processo: 13822/DAG/PET/1934
Rua do Salitre 171-171A		Obra: 47924 Processo: 2395/SEC/PG/1933
Rua do Salitre 175-175C		Obra: 47974 Processo: 1132/SEC/PG/1934
Rua do Salitre 185-185A		Obra: 48034 Processo:1072/DAG/PG/1934
Rua do Salitre 177-177A		Obra: 48279 Processo: 1686/SEC/PG/1934
5 - Conjunto Av. Pedro Álvares Cabral 2/IO. 12/14. 16.22. 24/26. 30/32.34.40. 46. 54	1936/37	Obra: Processo:
Avenida Álvares Cabral, 16-16B		Obra: 48218 Processo: 2794/SEC/PG/1934
13 - Quarteirão R. Marquês Subserra 9 a 17/Artilharia 1 46 e 48/ Rodrigo Fonseca 105 a 113/ Av. Joaquim António Augusto Aguiar, 64, 66, 70	1935/36	Obra: Processo:
14 - Conjunto R. Padre António Vieira 21 a 23/ Rodrigo da Fonseca 121, 129, 131/ Sampaio Pina 58, 62, 64, 70, 72/ Artilharia 1 98 e 100		Obra: Processo:
20 - R. Alexandre Braga 4/6	1932	Obra: 45306 Processo: 486/SEC/PG/1932
23- Av. António Augusto de Aguiar 100	1932	Obra: Processo:
25 - Av. Casal Ribeiro 26. Edifício de 1935-38	1935-38	Obra: 49408 Processo: 1425/DAG/PG/1935
26 - Av. Praia da Vitória 15, 17/19 e Av. Defensores de Chaves 14-16		Obra: Processo:
Av. Defensores de Chaves 14-14D		Obra: 48246 Processo:1625/SEC/PG/1934

[999] Janeiro, Maria de Lurdes; Fernandes, José Manuel (1991). Arquitectura Modernista em Lisboa, 1925-1940. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

27 - Av. Defensores de Chaves. 27.	1937	Obra: Processo:
33 - Av. Óscar Monteiro Torres, 40		Obra: Processo:
34 - Praça do Campo Pequeno 57 e 58	1932 /1933	Obra: Processo:
36- Av. Barbosa do Bocage 18/20 e 24		Obra: Processo:
37 - Av. de Berna 4 e 6	1934	Obra: 48061 Processo:1014/DAG/PG/1934
38 - Av. 5 de Outubro 209/211	1926/1929	Obra: Processo:
40 - A v. da República, 88 e R. José Carlos dos Santos 26	1935	Obra: Processo:
41 - Avenida da República 2	1935	Obra: Processo:
43 - Conjunto Bairro Azul		Obra: Processo:
46 - Conjunto "Bairro das Colónias"		Obra: Processo:
47 - Conjunto "Bairro das Colónias"		Obra: Processo:
50 - Edifício de Habitação, Praça do Chile, 1/2/3		Obra: Processo:
51-51A - Rua Barão Sabrosa/ R. Veríssimo Sarmento/ Azinhaga das Olaias		Obra: Processo:
70 e 70A - Conjunto das Ruas Artur Lamas/Pinto Ferreira/ Alexandre O Neil		Obra: Processo:
77 - R. Garcia da Orta 32	1935	Obra: Processo:
78 - R. das Praças 76/82		Obra: Processo:
79 - Av. 24 de Julho 70		Obra: Processo:

"O saguão na habitação urbana. O interior da casa em torno de um vazio vertical nuclear" [1000]

Nota:

Casos de habitação plurifamiliar, registados no Arquivo Municipal de Lisboa, recolhidos por Nuno Arenga Reis. Não é referida na publicação a identificação de arquivo, tendo sido referenciada pela autora após pesquisa no Arquivo Intermédio de Lisboa. Datas limite: 1891-1942

[1891-1942]

LOCALIZAÇÃO	AUTOR	ANO	REFERÊNCIA DE ARQUIVO
Avenida da Liberdade, 232, Lisboa	autor desconhecido	1891	
Rua Castilho, 73-73A, Lisboa,	autor desconhecido	1942	Obra: 8946 Processo: 11914/DAG/PG/1942
Avenida Duque D'Ávila, 26·30, Lisboa, planta do piso tipo	arq. Norte Júnior	1920	Obra: 30427 Processo: 1086/DAG/PG/1920
Avenida 5 de Outubro, 126·138, Lisboa, planta do piso tipo	autor não identificado	1920	
Avenida Duque D'Ávila, 26·30, Lisboa, planta do piso tipo	arq. Norte Júnior	1920	
Rua Braamcamp, 10, Lisboa, planta do piso tipo	autor não identificado	1921	
Rua Fernão Lopes, 8, Lisboa, plantas dos pisos tipo	autores não identificados	1903	
Rua Fernão Lopes, 4, Lisboa, plantas dos pisos tipo	autores não identificados		
Rua Castilho, 65, Lisboa, plantas dos pisos tipo	autores não identificados	1937	Obra: 50875 Processo: 3944/SEC/PG/1937
Avenida da Liberdade, 232, Lisboa, plantas dos pisos tipo	autores não identificados	1891	
Avenida da Liberdade, 262, Lisboa, plantas dos pisos tipo	autores não identificados	1903	
Rua Braamcamp, 10, Lisboa; plantas dos pisos tipo		1921	
Avenida 5 de Outubro, 126-138, Lisboa		1920	
Avenida Visconde Valmor, 41, Lisboa		1918	
Avenida Praia da Vitória, 75, Lisboa		1938	
Rua Castilho, 69, Lisboa		1941	Obra: 18028 Processo: 7094/DSC/PG/1941
Rua Castilho, 73, Lisboa, plantas dos pisos tipo	autores não identificados	1941	
Avenida Luís Bívar, 9-29, Lisboa		1923	Obra: 4131 Processo: 4129/SEC/PG/1923
Rua Castilho, 63, Lisboa, plantas dos pisos tipo	autores não identificados	1939	Obra: 52630 Processo: 49384/DSC/PG/1939

[1000] Reis, Nuno Miguel Arenga (2009). O saguão na habitação urbana. O interior da casa em torno de um vazio vertical nuclear. Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Avenida da Liberdade, 202·204, Lisboa		1900	Obra: 20397 Processo: 1928/DAG/PG/1902
Rua Fernão Lopes, 6, Lisboa		1903	
Avenida Visconde Valmor, 33·35, Lisboa; plantas dos pisos tipo	autores não identificados	1913	
Avenida Duque D'Ávila, 30			
Avenida Duque D' Ávila, 26-28, Lisboa	arq. Manuel Joaquim Norte Júnior	1920	Obra: 30427 Processo: 1086/DAG/PG/1920
Avenida Duque D' Ávila, 22-24, Lisboa	autor desconhecido	1919	
Avenida Duque D' Ávila, 20, Lisboa	arq. Manuel Joaquim Norte Júnior	1921	
Av. Duque de Ávila, 30, Lisboa		1920	
Av. Duque de Ávila, 20, Lisboa		1921	
Av. Praia da Vitória, 75, Lisboa		1938	
Rua Castilho, 69, Lisboa		1941	
Rua Castilho, 57, Lisboa		1941	
Rua Castilho, 73, Lisboa		1941	
Rua Braamcamp, 10, Lisboa		1921	
Avenida Duque D'Àvila, 26-28, Lisboa	arq. Norte Júnior	1920	
Avenida da Liberdade, 262, Lisboa		1903	
Avenida 5 de Outubro, 126-138, Lisboa,		1920	
Avenida Duque D'Avila, 20, Lisboa	arq. Norte Júnior	1921	
Rua Fernão Lopes, 6, Lisboa		1903	
Avenida Praia da Vitória, 73-75, Lisboa	atribuídos ao arq. Cassiano Branco	1938·42	
Rua Fernão Lopes, 6, Lisboa		1903	
Avenida da Liberdade, 202-204, Lisboa		1900	
Rua Castilho, 63, Lisboa		1939	

"*Prédios e Vilas de Lisboa*" [1001]

Nota: Casos de habitação plurifamiliar. Edifícios isolados. Não existem plantas na publicação, apenas identificação através de fotografia. Não é identificado o autor. Não é referida na publicação a identificação de arquivo, tendo sido referenciada após pesquisa nos Arquivos Municipais de Lisboa. Datas limite: 1920-1940

[1920-1940]

LOCALIZAÇÃO	Textos que acompanham cada edifício na publicação	REFERÊNCIA DE ARQUIVO
Av. Almirante Reis, 197	"Prédio característico do final da década de 20. Cave e 5 pisos, desprovido de ascensor, ainda não exigido pela regulamentação da época. Grande exuberância decorativa no tratamento da fachada, da entrada principal e da escada."	Obra: 45676 Processo: 1131/DAG/PG/1932
Rua Fialho de Almeida, 3	"Prédio construído cerca de 1930, com 6 pisos e Lojas no piso térreo. Bairro Azul."	
Rua Fialho de Almeida, 4	"Prédio no Bairro Azul constituído em Lote inteiro, com 5 pisos e 2 fogos/piso."	
Rua Fialho de Almeida, 20/22	"Dois prédios iguais em Lote subdividido. Construção do final dos anos 20. 5 pisos com 1 fogo/piso. Bairro Azul."	Obra: 49163 Processo: 707/DAG/PG/1935
Rua Filipe da Mata, 91-95-99	"Prédio de 4 pisos, com 2 fogos/piso, construído no final da década de 20. Escada de serviço em estrutura metálica."	Obra: 45407 Processo: 666/SEC/PG/1932
Rua Lopes, 49	"Prédio do Bairro Lopes, com 3 pisos e cave e escada central iluminada por grande janelão."	Obra: 34168 Processo: 42900/DSC/PG/1941
Rua Sousa Viterbo, 9	"Prédio do Bairro Lopes, com 3 pisos e escada central iluminada por janelões."	
Rua Sousa Viterbo, 5	"Prédio do Bairro Lopes com 3 pisos, escada central interior e 2 fogos/piso. Corpo balançado na fachada."	
Rua Sousa Viterbo, 19/21	" Pequeno prédio dos anos 30 no Bairro Lopes, representando uma variante com escada interior."	
Av. Rovisco Pais, 24	" Prédio de 4 pisos e cave construído em Lote estreito na década de 30."	
Rua de Cabo Verde, 14/16	"Conjunto de 2 prédios geminados de bom desenho modernista, com 3 pisos e 2 fogos/piso. Recessos laterais com entrada para garagens privativas."	
Rua Padre António Vieira, 6	"Pequeno prédio de 4 pisos e andar recuado e 1 fogo/piso. Altura inferior à cércea permitida. Construção dos anos 30. Alto do Parque."	Obra: 34.144 Processo: 58.486/60
Rua Artilharia Um; Rua Marquês de Sub-Serra, 9/11/13/15/17; Rua Rodrigo da Fonseca	"Grande conjunto de prédios obedecendo a um projecto-tipo do arquitecto Lacerda Marques, cons-truído no final da década de 30."	
Rua Rodrigo da Fonseca 105		Obra: 48479 Processo:

[1001] Pereira, Nuno Teotónio; Buarque, Irene (1995). Prédios e vilas de Lisboa. Lisboa, Livros Horizonte.

		2288/SEC/PG/1934
Rua Sampaio Pina, 50-54	"Prédio construído em Lote largo, durante a década de 30, na urbanização do Alto do Parque."	Obra: 50128 Processo: 5774/SEC/PG/1936
Rua Sampaio Pina, 64-70	Prédios geminados em Lote subdividido. Construção dos anos 30 no Alto do Parque."	Obra: 50275 Processo: 9932/DAG/PG/1936
Av. Almirante Reis, 217	"Prédio construído nos anos 30 em lote estreito, com 1 fogo/piso. Integrado em extensa frente de prédios da mesma época."	
Av. Almirante Reis, 221	"Prédio dos anos 30 construído em lote largo, com 2 fogos por piso."	
Av. João XXI, 58/60	"Conjunto de 2 prédios iguais, integrados em extensa frente construída nos anos 30."	
Av. João XXI, 53/55	"Conjunto de 2 prédios iguais em lote subdividido, construído nos anos 30. Cobertura em terraço. 2 fogos/piso e estabelecimentos no r/c."	
Rua Garcia da Orta Rua de S. Félix, 1	"Prédio de concepção moderna dos anos 30 de boa qualidade de desenho. Varandas balançadas, cobertura de terraço e entrada para o estabelecimento no cunhal. Projecto do arquitecto Carlos Ramos."	
Rua Nova de S. Mamede, 5/7/9	"Construído na década de 30, sendo uma das obras mais interessantes de Cassiano Branco."	
Av. António Augusto de Aguiar, 19	"Prédio construído integrado no grande quarteirão, também com frente para a Av. Sidónio Pais, edificado sob a orientação do Ministro Duarte Pacheco cerca de 1940. Na tentativa da criação de um 'estilo português', este conjunto procurou impor um modelo, o que teve funestas consequências para a produção arquitectónica no nosso país. Largo emprego de cantaria, revestimento de marmorite e pavimentos ainda de vigamento de madeira."	

"O Moderno Revisitado: Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950" [1002]

Nota: Casos de habitação plurifamiliar. Edifícios isolados. Publicação sistemática da planta-tipo. Não é referida na publicação a identificação de arquivo, tendo sido registada após pesquisa nos Arquivos Municipais de Lisboa. Datas limite: 1950 – 1960

[1950-1960]

LOCALIZAÇÃO	AUTOR	ANO	Notas GL	REFERÊNCIA DE ARQUIVO
Av. António Augusto Aguiar, 1 e A. Fontes Pereira de Melo 5	Licínio Cruz, arq.	1954 (lic.)		
Av. António Augusto Aguiar, 3 e Av. Sidónio Pais, 4	José de Lima Franco; Manolo González	1953 (lic.)		
Av. Fontes Pereira de Melo 3 e Av. Sidónio Pais, e	Rodrigues Lima e Aníbal Barros da Fonseca	1955 (lic.)		
Largo de São Sebastião da Pedreira, 29	Sérgio Gomes	1957	Bloco entre paredes de meação, esquerdo-direito (p.116)	
R. Marquês de Fronteira, 4, Av. António Augusto Aguiar e Estrada de Benfica	J. Albuquerque	1954 (lic.)	Bloco entre paredes de meação, galeria (p.119)	
R. Andrade Corvo, 27	Joaquim Ferreira	1956 (lic)	Planta	
R. Pedro Nunes 14	Tavares Silva, eng.	1955	Bloco entre paredes de meação, esquerdo-direito (p.121)	
Av. Duque de Ávila, 203	Sérgio Gomes	1956	Planta	
Av. Duque de Ávila, 169	Carlos Silva Pinheiro	1956	Planta	
Av. Miguel Bombarda, 1	Mário Ramos da Cruz		Bloco entre paredes de meação, esquerdo-direito (p.124)	
Av. da República, 28	Fernando Silva	1956	Planta (nível da entrada)	
Av. Miguel Bombarda 93	Bráula Reis, Trindade Chagas	1957	Bloco entre paredes de meação, esquerdo-direito (p.127)	Obra: 32.204 Processo: 1.198/57
Av. Visconde de Valmor 20	L. Franco; M. González	1955	Planta	
R. D. Filipa de Vilhena 28		1961	Bloco entre paredes de meação, 1 apartamento piso (p.129)	Obra: 34617 Processo: 62.960/61
R. Defensores de Chaves 85		1957		Obra: 30.347

[1002] Agarez, Ricardo Costa (2009). O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1 ed. ISBN 978-972-8543-13-6.

				Processo: 50.258/57
Av. Júlio Dinis, 23		1958/1965	Bloco entre paredes de meação, esquerdo-direito (p.133)	Obra: 35.224 Processo: 22.912/58
Av. Elias Garcia 162, 164/Av. Poeta Mistral 2, 4, 6	Nuno Teotónio Pereira (anteprojecto)	1951		
R. Oliveira Martins, 31		1959	Bloco entre paredes de meação, 3 apartamentos por piso (p.134)	
Av. de Roma 31		1956		
Av. de Roma 32		1952		
Av. Estados Unidos da América 127		1957		
Av. Cinco de Outubro 351		1952		
Av. das Forças Armadas 105		1955		
Av. das Forças Armadas 109		1956		Obra: 28.715 Processo: 44.600/56
R. Portugal Durão 30		1954	Esquerdo-direito em lote estreito	Obra: 26465 Processo: 36702/54
R. da Beneficência 38		1957	Esquerdo-direito em lote estreito	
R. Tomás de Cabreira 6		1956		
R. da Beneficência 130			Bloco entre paredes de meação, 1 apartamento piso (p.129)	
Av. Madame Curie 15		1956		
R. Rodrigues Sampaio 1		1950		
R. Sociedade Farmacêutica 40		1953		
R. Conde de Redondo 20		1956	Esquerdo-direito em lote estreito	Obra: 30.432 Processo: 2.110/56
R. Conde de Redondo 14		1961	Esquerdo-direito em lote estreito	Obra: 34.057 Processo: 15.600/61
R. da Sociedade Farmacêutica 5		1956	4 apartamentos por piso	
R. Ferreira Lapa 20		1962	Esquerdo-direito em lote estreito	Obra: 40.925 Processo: 58.554/62
Cç. de Santo António 6		1955		
R. Dr. Almeida Amaral 8		1955	Esquerdo-direito em lote estreito	Obra: 29.2057 Processo: 50.516/55
R. General Farinha Beirão 27		1959	Esquerdo-direito em lote estreito	Obra: 34.547 Processo: 16.308/59
R. de Ponta Delgada 44		1956	3 apartamentos por piso	
R. de Arroios, 156		1956	Esquerdo-direito em lote estreito	
R. Passos Manuel 89 e 91		1955	duplex	Obra: 28.070 Processo: 51.974/55
R. Passos Manuel 99		1957	Esquerdo-direito	Obra: 30.302

		em lote estreito	Processo: 56.852/57
R. Jacinta Marto 10	1963	3 apartamentos por piso	Obra: 41.761 Processo: 19.486/63
R. Antero de Quental 10	1952	Esquerdo-direito em lote estreito	Obra: 419 Processo: 15.628/52
R. Antero de Quental 33	1955	4 apartamentos por piso	
R. Almirante Reis 94	1957	3 apartamentos por piso	
R. Almirante Reis 91	1958	Esquerdo-direito em lote estreito	Obra: 33.463 Processo: 14.562/58
R. Maria Andrade 64	1955	Esquerdo-direito em lote estreito	

8. EDIFÍCIOS REFERENCIADOS NA CARTA DO PATRIMÓNIO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DO PORTO

PDM Porto. Setembro de 2005. Outubro de 2012. Imóveis com interesse patrimonial. Selecção de edifícios de habitação

Número Carta	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	Nível Clas.	Data introdução		NOTAS
A7	Bloco Plurifamiliar em Aldoar, SACH	Moçambique (R. de), 397 -477		2012		
B6	Blocos Plurifamiliares (Bairro do Duque de Saldanha)	Duque de Saldanha (R. do), 120		2005		**Plurifamiliar. Promoção municipal**
B11	Edifício de Habitação	Joaquim António de Aguiar (R. de), 114		2012		**Anos 70?**
B28	Edifício de Habitação e Comércio	Bonfim (R. do), 418-420		2005		**Bloco anos 60?**
B29	Edifício de Habitação e Comércio	Bonfim (R. do), 410-414		2005		**Bloco anos 60?**
B39	Edifício de Habitação e Comércio	Camilo (Av. de), 352		2005		
B52	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Ferreira Cardoso (R. de), 172-174		2005		**LO 1936/01471**
B63	Edifício de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Fernandes Tomás (R. de), 1-35		2005		**LO 1936/0707**
B64	Edifício de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Fernandes Tomás (R. de), 2-22		2005		**LO 1936/0433**
B66	Bloco de Habitação Coletiva “Ouro”.	Fernandes Tomás (R. de), 47 -107	IVC45	2012		**LO 1952/0568**
B67	Edifício de Habitação e Comércio	Fernandes Tomás (R. de), 137		2005		**LO 1933/1130**
B80	Edifício de Habitação e Comércio	D. João IV (R. de), 737-749		2005		**LO 1954/0445**
B95	Parque Residencial Luso -Lima	Alegria (R. da), 1732 -1880	IVC37	2012		**?**
B101	Edifício Quatro Ruote	Latino Coelho (R. de), 37-93		2005		**LO 1957/0166**
B102	Edifício de Habitação e Comércio	Latino Coelho (R. de), 5-9		2005		**Cunhal**
B105	Bloco Plurifamiliar	Santos Pousada (R. de), 928		2005		**?**
B114	Bloco Plurifamiliar	Santos Pousada (R. de), 1330		2005		**LO 1953/0339**
B115	Bloco Habitacional	Constituição (R. da), 27-47		2005		**LO 1951/0131**
C1	Edifício de Habitação	Antero de Quental (R. de), 659		2005		**?**
C6	Conjunto de Habitações	Antero de Quental (R. de), 72-98		2005		
C11	Edifício de Habitação e Comércio	Mártires da Liberdade (R. dos), 259-265		2005		
C13	Edifício de Habitação e Comércio	Bragas (R. dos), 30-40-58		2005		**LO 1939/0400**
C15	Edifício de Habitação	Mártires da Liberdade (R. dos), 182		2005		
C18	Edifício de Habitação	Mártires da Liberdade (R. dos), 87		2005		
C19	Bloco de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Mártires da Liberdade (R. dos), 75 -83		2012		
C20	Edifício de Habitação	Mártires da Liberdade (R. dos), 120		2005		
C24	Edifício de Habitação e Comércio	General Silveira (R. do), 23B-25		2005		
C25	Edifício de Habitação e Comércio	General Silveira (R. do), 23-23A		2005		
C26	Edifício de Habitação e Comércio (Solar)	Cedofeita (R. de), 41 -67	IP47	2012		
C27	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Diogo Brandão (R. de), 29		2005		
C29	Edifício de Habitação e Comércio (antigo Tribunal do Trabalho)	Cedofeita (R. de), 137 -149	IP47	2012		
C30	Edifício de Habitação e Comércio	Cedofeita (R. de), 152 -156	IP47	2012		
C31	Edifício de Habitação e Comércio	Cedofeita (R. de), 158 -162	IP47	2012		
C32	Edifício de Habitação e Comércio	Cedofeita (R. de), 178 -190	IP47	2012		
C34	Edifício de Habitação e Comércio	Cedofeita (R. de), 163	IP47	2012		
C35	Edifício de Habitação e Comércio (Palacete)	Cedofeita (R. de), 171	IP47	2012		
C36	Edifício de Habitação e Comércio (Palacete)	Cedofeita (R. de), 304 -310	IP47	2012		
C39	Edifício de Habitação e Comércio	Camilo (Av. de), 352		2005		
C45	Edifício de Habitação Ferreira Alves & Irmão	Álvares Cabral (R. de), 20	IVC7	2005		
C46	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Álvares Cabral (R. de), 9-17	IVC7	2005		
C51	Dois Edifícios de Habitação.	Sacadura Cabral (R. de), 33 -41		2012		
C58	Edifício de Habitação e Comércio	Priorado (L.), 34-38		2005		

Número Carta	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	Nível Clas.	Data introdução		NOTAS
C59	Edifícios de Habitação Plurifamiliar	Priorado (L.), 104-120		2005		**LO 1935/1854**
C62	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Pedro Nunes (P. de), 74		2005		**LO 1935/1508**
C63	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Pedro Nunes (P. de), 86		2005		**LO 1938/1166**
C64	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Pedro Nunes (P. de), 110-114		2005		**LO 1936/1061**
C70	Torre Habitacional "Montepio Geral"	Júlio Dinis (R. de), 648-656		2005		
C71	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Júlio Dinis (R. de), 860		2012		
C72	Edifício de Habitação Maria Ludovina Tovar Leite	Boavista (Av. da), 780		2005		**?**
C77	Edifício de Habitação.	Vanzeleres (R. dos), 120 -136.		2012		
C78	Edifício de Habitação e Comércio	Vanzeleres (R. dos)		2005		
C79	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Boavista (Av. da), 320 -346		2012		**LO 1938/1093**
C82	Edifícios de Habitação Plurifamiliar Geminados	Oliveira Monteiro (R. de), 257		2005		**LO 1937/1314**
C83	Edifícios de Habitação Geminados	Boavista (R. da), 847-863		2005		**LO 1930/0268**
C85	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Boavista (R. da)		2005		**?**
C90	Bloco da Carvalhosa	Boavista (R. da), 571 -573	IVC44	2012		**LO 1947/0295**
C92	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Boavista (R. da), 264		2005		
C95	Conjunto Habitacional da Bouça (Operação SAAL na Rua da Boavista)	Águas Férreas (R. das)	IVC55	2012		
C99	Edifícios de Habitação Plurifamiliar	Paula Vicente (R. de), 193 -209		2012		
C104	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Oliveira Monteiro (R. de), 450-460		2005		**LO 1936/0855**
C105	Edifício “Parnaso”	Nossa Senhora de Fátima (R. de), 231	IVC36	2012		**LO 1955/0687**
C107	Edifício de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Nossa Senhora de Fátima (R. de), 436-450		2005		**LO 1949/0717**
C123	Bloco de Habitação Plurifamiliar	Açores (R. dos), 265		2005		
C128	Bloco de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Natária (R. da), 38 -80		2012		**LO 1951/0068**
C132	Edifício de Habitação e Bairro	Serpa Pinto (R. de), 105-123		2005		
Ca29	Edifícios de Habitação	Pinto Bessa (R. de), 172-180		2005		
Ca65	Edifício de Habitação e Comércio	Fernão de Magalhães (Av. de), 1256-1272		2005		
Ca66	Edifício de Habitação e Comércio	Fernão de Magalhães (Av. de), 1108-1112		2005		
F7	Edifício de Habitação	S. José (R.), 29	IVC25	2005		**area periférica**
F8	Edifício de Habitação	Santo Antonino (R. de), 124	IVC25	2005		
F9	Edifício de Habitação	Beneditina (R. da), 76	IVC25	2005		
F13	Edifício de Habitação	Alegre (R.), 75	IVC25	2005		
F14	Edifício de Habitação	Alegre (R.), 35	IVC25	2005		
F15	Dois Edifícios de Habitação	Alegre (R.), 9-11-13	IVC25	2005		
F16	Edifício de Habitação	Alegre (R.), 16	IVC25	2005		
F17	Edifício de Habitação	Montebelo (R. do), 59	IVC25	2005		
F18	Edifício de Habitação	Montebelo (R. do), 34	IVC25	2005		
F19	Edifício de Habitação	Adro da Foz (R. do), 7	IVC25	2005		
F21	Edifício de Habitação	S. João da Foz (R. de), 103	IVC25	2005		
F22	Edifício de Habitação	S. João da Foz (R. de), 88	IVC25	2005		
F23	Edifício de Habitação	S. João da Foz (R. de), 58	IVC25	2005		
F24	Edifício de Habitação	S. João da Foz (R. de), 54-54A	IVC25	2005		
F25	Casas geminadas	S. João da Foz (R. de), 43-45		2005		
F35	Edifício de Habitação de gaveto	Laranjeiras (R. das), 86-94 (s/. porta)	IVC25	2005		
F36	Edifício de Habitação.	Laranjeiras (R. das), 102 -104	IVC25	2012		

Número Carta	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	Nível Clas.	Data introdução		NOTAS
F38	Edifício de Habitação	Motas (R. das), 34	IVC25	2005		
F39	Edifício de Habitação	Motas (R. das), 85	IVC25	2005		
F40	Edifício de Habitação	Padre Luis Cabral (R. do), 908	IVC25	2005		
F41	Edifício de Habitação	Padre Luis Cabral (R. do), 889	IVC25	2005		
F42	Edifício de Habitação	Padre Luis Cabral (R. do), 873-883	IVC25	2005		
F43	Edifício de Habitação	Padre Luis Cabral (R. do), 830-834	IVC25	2005		
F47	Bloco Plurifamiliar	Passeio Alegre (R. do), 1016-1028	IIM6; IVC25	2005		
F49	Edifício de Habitação	Bela (R.), 12	IVC25	2005		
F50	Edifício de Habitação	Bela (R.), 16	IVC25	2005		
F51	Edifício de Habitação	Bela (R.), 11	IVC25	2005		
F52	Edifício de Habitação	Bela (R.), 17	IVC25	2005		
F53	Edifício de Habitação	Passeio Alegre (Tv. do), 8	IVC25	2005		
F55	Edifício de Habitação	Padre Luis Cabral (R. do), 1052/1060	IVC25	2005		
F58	Edifício de Habitação (Quinta)	Senhora da Luz (R. da), 13-27	IVC25	2005		
F59	Edifício de Habitação	Cerca (R. da), 80	IVC25	2005		
F60	Edifício de Habitação	Alto de Vila (R. do), 289	IVC25	2005		
F61	Três Edifícios de Habitação Geminados	Alto de Vila (R. do), 368-382-392	IVC25	2005		
F65	Bloco Habitacional	Brasil (Av. do), 136-140		2005		**LO 1954/0094**
F67	Conjunto de 5 Habitações	Agra (R. da), 115-131		2005		
F71	Bloco Plurifamiliar	Corte Real (R. de), 160-168		2005		
F72	Edifício de habitação	Diu (R. de), 135		2005		
F73	Edifício de Habitação	Diu (R. de), 236-238		2005		
L2	Edifício de Habitação	Sobreiras (R. de), 546	IVC25	2005		
L6	Edifício de Habitação	Ouro (R. do), 282		2005		
L8	Edifício de Habitação	Ouro (R. do), 232		2005		
L9	Edifício de Habitação	Ouro (R. do), 220-221-222		2005		
L10	Edifício de Habitação	Senhor da Boa Morte (R. do), 11-13		2005		
L11	Edifício de Habitação	Aleixo (R. do), 3		2005		
L12	Edifício de Habitação	Aleixo (R. do), 7		2005		
L13	Edifício de Habitação	Ouro (Calç. do), 52-70		2005		
L14	Edifício de Habitação (palacete)	Ouro (R. do), 200-202		2005		
L20	Edifício de Habitação.	Condominhas (R. das), 207		2012		
L21	Bairro d'O Comércio do Porto	Granja de Lordelo (R. da), 2 -128.	IP43	2012		
L22	Conjunto Edifícios de Habitação	Condominhas (R. das), 89-109		2005		
L23	Conjunto de seis Moradias Geminadas	Progresso (R.), 67-147		2005		
L25	Edifício de Habitação (projecto comum ao L26)	Condominhas (R. das), 773		2005		
L26	Edifício de Habitação (projecto comum ao L25)	Condominhas (R. das), 775		2005		
L36	Edifício de Habitação e Comércio	Boavista (Av. da), 1032-1044		2005		
L40	Edifício de Habitação	Serralves (R. de), 445-463		2005		
L46	Bloco Plurifamiliar	D. Afonso V (P. de), 35-55		2005		
L50	Edifício de Habitação	Tânger (R. de), 1369-1391		2005		
L51	Edifício de Habitação	Boavista (Av. da), 3067		2005		
L55	Cooperativa de Lordelo do Ouro	Prof. Augusto Nobre (R. do), 193		2005		
L57	Bairro «O Lar Familiar»	Carlos Dubini (R. de), ---		2005		

Número Carta	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	Nível Clas.	Data introdução		NOTAS
L56	Conjunto de Edifícios de Habitação	Cima (R. de), 64 -66		2012		
M3	Bairro Inês (ou Ignez, ou Ignês)	Sobre -O -Douro (R. de)	IP51	2012		
M6	Edifício de Habitação.	Cristelo (R. do), 14 -18	IP51	2012		
M7	Edifício de Habitação.	Cristelo (R. do), 20 -26	IP51	2012		
M8	Edifício de Habitação e Cruzeiro.	Cristelo (R. do), 28 -30	IP51	2012		
M9	Edifício de Habitação.	Cristelo (R. do), 41 -45	IP51	2012		
M10	Edifício de Habitação.	Cristelo (R. do), 47-49	IP51	2012		
M14	Edifício de Habitação.	Pedras (Cais das), 37 -39		2012		
M15	Edifício de Habitação.	Basílio Teles (Alam.), 13 -14		2012		
M16	Edifício de Habitação.	Basílio Teles (Alam.), 15 -16.		2012		
M18	Edifício de Habitação.	Outeiro (R. do), 16 -22.		2012		
M19	Edifício de Habitação.	Campo do Rou, 31		2005		
M20	Edifício de Habitação.	Campo do Rou (Tv. do), 25		2005		
M21	Edifício de Habitação.	Campo do Rou (Tv. do), 8		2005		
M22	Edifício de Habitação.	Casal do Pedro (R. do), 16		2005		
M23	Edifício de Habitação.	Casal do Pedro (R. do), 10		2005		
M24	Edifício de Habitação.	Casal do Pedro (R. do), 2.		2012		
M25	Edifício de Habitação	Fonte de Massarelos (R. da), 35-37		2005		
M26	Edifício de Habitação	Fonte de Massarelos (R. da), 31-33		2005		
M28	Edifício de Habitação	Fonte de Massarelos (R. da), 18		2005		
M33	Edifício de Habitação	Bicalho (R. do), 54		2005		
M34	Frigorífico do Bacalhau	Ouro (R. do), 62 -120.		2012		
M40	Bairro Viterbo de Campos	Entre Campos (R. de), Prof. Abílio Cardoso (R. do) e Prof.Carlos Alberto Ferreira de Almeida (R. do).		2012		
M41	Bairro Sidónio Pais	Entre Campos (R. de), Entre Campos (Tv. de), Prof. Henrique; David (R. do), Prof. José Valente (R. do).		2012		
M43	Conjunto formado por habitação e logradouro arborizado, sito na Rua do Campo Alegre, n.os 855 a 1021.	Campo Alegre (R. do), 855 -877 -1021	IIM3	2012		
M47	Edifício Plurifamiliar Pereira da Costa	Guerra Junqueiro (R. de), 178-198		2005		
M59	Edifícios de Habitação Geminados	Boavista (Av. da), 1081-1083		2005		
M60	Edifício de Habitação	Boavista (Av. da), 919		2005		
M61	Edifício de Habitação e Jardim	Boavista (Av. da), 881		2005		
M62	Edifícios de Habitação Geminados	Boavista (Av. da), 741-753		2005		
M64	Edifícios de Habitação Geminados	Boavista (Av. da), 665-675		2005		
M65	Edifício de Habitação e Comércio	Boavista (Av. da), 645-647		2005		
M68	Edifício de Habitação Jaime S. Tavares	Mousinho de Albuquerque (Pr. de), 154-155		2005		
M74	Conjunto de Habitações José Lourenço da Silva.	Arquiteto Marques da Silva (R. do), 193 -259		2012		
M75	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Rua Arquitecto Marques da Silva (R. do), 193-259 Arquitecto Marques da Silva (R. do), 74		2005		
M76	Bloco de Habitações	Arquiteto Marques da Silva (R. do), 44 -62		2012		
M79	Edifício de Habitação (Quinta - Solar)	Rainha D. Estefânia (R. da), 151	IIM5	2005		
M80	Edifício de Habitação	Rainha D. Estefânia (R. da), 142	IIM5	2005		
M81	Edifício de Habitação e Jardim	Rainha D. Estefânia (R. da), 49-63	IIM5	2005		

Número Carta	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	Nível Clas.	Data introdução		NOTAS
M83	Bloco Plurifamiliar	Campo Alegre (R. do), 126-152		2005		
M85	Edifício de Habitação e Comércio	Vilar (R. de), 123-129		2005		
M88	Edifício de Habitação	Vilar (R. de), 54-54A		2005		
M90	Edifício de Habitação	D. Manuel II (R. de)		2005		
M95	Conjunto de Edifícios de Habitação	Miguel Bombarda (R. de), 641-643		2005		
M97	Edifício de Habitação	D. Manuel II (R. de), 240		2005		
M98	Edifício de Habitação	D. Manuel II (R. de), 226		2005		
M99	Edifício de Habitação	D. Manuel II (R. de), 160		2005		
M102	Bloco de Habitação Plurifamiliar	Maternidade (R. da), 147-159		2005		
M103	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Boa Hora (R. da), 77-85		2005		
M106	Edifício de Habitação	Júlio Dinis (R. de), 509-521		2005		
N10	Edifício Plurifamiliar	Montevideu (Av. de), 866 -904	IP63 (CIP)	2012		
N14	Bloco Plurifamiliar	Goa (P . de), 56		2005		
N15	Moradia Plurifamiliar	Funchal (R. do), 84-104		2005		
N16	Três Moradias Geminadas	Gondarém (R. de), 1148-1178		2005		
N19	Moradias Geminadas	Marechal Saldanha (R. do), 438-454		2005		
N20	Moradias Geminadas Joaquim S. S. Moreira	Gondarém (R. de), 658-680		2005		
N25	Moradias Geminadas	Boavista (Av. da), 4862-4844		2005		
N28	Edifício de Habitação	Igreja de Nevogilde (Tv. da), 83		2005		
P3	Bairro (Companhia de Seguros Garantia)	Amial (R. do), 1023-1061		2005		
P4	Bairro de Moradias Geminadas	Ribeira Grande (R. da).		2012		
P6	Conjunto de quatro Moradias Geminadas	Amial (R. do), 844-850		2005		
P13	Moradias Geminadas	Delfim Maia (R. de), 290		2005		
P16	Bloco Plurifamiliar	S. Dinis (R. de), 559		2005		
P19	Bloco Plurifamiliar	Campo Lindo (R. do), 325-331-335-343-357		2005		
P22	Edifício de habitação Plurifamiliar	Campo Lindo (R. do), 235-237		2005		**LO 1953/0090**
P23	Edifício de Habitação	Lima Júnior (R. de), 3		2005		
P25	Bloco Plurifamiliar	Pedro Ivo (R. de), 124		2005		
P28	Bloco Plurifamiliar	Dr. Adriano de Paiva (R. do), 265-269		2005		
P36	Edifício de Habitação Plurifamiliar	António Cândido (R. de), 262-272		2005		**LO 1938/1052**
P42	Edifício de Habitação e Comercio	Combatentes da G. Guerra (Av. dos), 685-701		2005		
P45	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Combatentes da G. Guerra (Av. dos), 301-309		2005		
P50	Bloco de Costa Cabral	Costa Cabral (R. de), 744-750-760		2005		**LO 1954/0045**
P53	Bloco Plurifamiliar	Diogo Cão (R. de), 1239-1251		2005		
P54	Bloco Plurifamiliar	Dr. Joaquim Pires de Lima (R. do), 460		2005		
P56	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Augusto Lessa (R. de), 51-77		2005		
P57	Edifício da Rua de Pereira Reis	Pereira Reis (R. de), 278	IIM4	2012		
P59	Bloco Plurifamiliar	Luis Woodhouse (R. de), 325-347		2005		
P60	Edifício de Habitação e Comércio	Pereira Reis (R. de), 53-57-63-69-73		2005		
P63	Bloco Plurifamiliar	Costa Cabral (R. de), 1694		2005		
P67	Bloco Plurifamiliar	Honório de Lima (R. de), 88-104		2005		
P70	Bloco Habitacional	Costa Cabral (R. de), 1799		2005		

Número Carta	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	Nível Clas.	Data introdução		NOTAS
R7	Bloco Plurifamiliar	António Ramalho (L. de), 10-30		2005		
R10	Bloco Plurifamiliar	Sidónio Pais (Av. de), 198		2005		
R15	Bloco Plurifamiliar do Pinheiro Manso/ Majólica	Boavista (Av. da), 2438 -2460	IP57 (CIP)	2012		
S14	Edifício de Habitação	Gustavo Eiffel (Av.), 174	IP51	2012		
S15	Dois Edifícios de Habitação	Gustavo Eiffel (Av.), 270 -276	IP51	2012		
S16	Edifício de Habitação e Comércio	Gustavo Eiffel (Av.), 278 - 280282	IP51	2012		
S17	Dois Edifícios de Habitação	Gustavo Eiffel (Av.), 284 -292	IP51	2012		
S18	Dois Edifícios de Habitação	Gustavo Eiffel (Av.), 294 -300	IP51	2012		
S19	Edifício de Habitação	Guindais (Esc. dos), 29 -31.	IP51	2012		
S20	Edifício de Habitação	Miradouro (R. do), 15	IP51	2012		
S21	Edifício de Habitação	Miradouro (R. do), 40 -52A	IP51	2012		
S22	Edifício de Habitação	Arnaldo Gama (R. de), 64	IP51	2012		
S23	Edifício de Habitação	Arnaldo Gama (R. de), 80	IP51	2012		
S26	Edifícios de Habitação	S. Luís (R. de), 22 -40	IP51	2012		
S28	Edifício de Habitação	Sol (R. do), 94 -106.	IP51	2012		
S29	Edifício de Habitação	Sol (R. do), 31 -39	IP51	2012		
S31	Edifício de Habitação	Corticeira (R. da), 2	IP51	2012		
S32	Edifício de Habitação e Comércio	Fontainhas (Passeio das), 18 -21	IP51	2012		
S33	Edifício de Habitação e Comércio	Fontainhas (Passeio das), 42	IP51	2012		
S34	Edifício de Habitação.	Fontainhas (Passeio das), 45 -48.	IP51	2012		
S35	Dois edifícios de habitação	Fontainhas (R. das), 65-69		2005		
S36	Bairro de Gaspar Cardoso	Fontainhas (R. das), 60-66		2005		
S38	Edifício de habitação	Fontainhas (R. das), 109		2005		
S39	Edifício de habitação	Fontainhas (R. das), 137		2005		
S40	Edifício de habitação e comércio	Camarão (L. do), 27-29		2005		
S41	Edifício de habitação	Alexandre Herculano (R. de), 46 - 60		2005		**LO 1932/0012**
S42	Edifício de habitação	Alexandre Herculano (R. de), 66 - 88		2005		**LO 1935/0957**
S43	Edifício de Habitação, Escritórios e Comércio	Alexandre Herculano (R. de), 90 -92-102		2012		**LO 1957/0609**
S44	Edifício de Habitação	Alexandre Herculano (R. de), 106-108		2012		
S46	Edifício Geminado de Habitação e Comércio	Alexandre Herculano (R. de), 138 -148 -150.		2012		
S51	Conjunto de Edifícios de Habitação e Comércio	Alexandre Herculano (R. de), 169 -239	IP51	2012		**?**
S52	Edifício de Habitação e Comércio	Duque de Loulé (R. do), 98	IP51	2012		
S59	Edifício de habitação e garagem	Duque de Loulé (R. do), 132		2005		
S71	Edifício de habitação e comércio	Alexandre Herculano (R. de), 383		2005		
S73	Edifício de habitação e comércio	Entreparedes (R. de), 4-10		2005		
S81	Edifício de Habitação e Comércio	Augusto Rosa (R. de), 176 -190	IP51	2012		**LO 1935/1032**
Si1	Edifício de Habitação, Escritórios e Comércio	Liberdade (P. da), 58 -60	IP65 (CIP)	2012		
Si32	Edifício de Habitação e Comércio	Dr. Magalhães Lemos (R. do), 109 -123	IP65 (CIP)	2012		**LO 1935/2038**
Si33	Edifício de Habitação e Comércio	Dr. Magalhães Lemos (R. do), 105	IP65 (CIP)	2012		**LO 1932/0745**
Si36	Edifício de Habitação, Comércio e Escritórios	Rodrigues Sampaio (R. de), 184-204		2005		**LO 1937/0242**
Si37	Edifício de Habitação e Comércio	Bonjardim (R. do), 223		2005		

Número Carta	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	Nível Clas.	Data introdução		NOTAS
Si38	Dois Edifício de Habitação e Comércio	Bonjardim (R. do), 302-312		2005		
Si39	Dois Edifício de Habitação e Comércio	Bonjardim (R. do), 292-300		2005		
Si40	Edifício de Habitação e Comércio	Formosa (R.), 431		2005		
Si43	Edifício Rialto	D. João I (P. de), 21-43		2005		
Si57	Edifício de Habitação e Comércio	Santo Ildefonso (R. de), 1-13		2005		
Si58	Edifício de Habitação e Comércio	Santo Ildefonso (R. de), 44-46		2005		
Si59	Edifício de Habitação e Comércio	Santo Ildefonso (R. de), 116-128		2005		
Si60	Edifício de Habitação e Comércio	Poveiros (P. dos), 16		2005		
Si61	Edifício de Habitação e Comércio	Campinho (R. do), 48-70		2005		
Si62	Edifício de Habitação e Comércio	Campinho (R. do), 18		2005		
Si64	Edifício de Habitação e Comércio	S. Lázaro (Passeio de), 15 -17 -19.		2012		
Si64	Edifício de Habitação e Comércio	Fernandes Tomás (R. de), 515 -531.		2012		**?**
Si65	Edifício de Habitação	S. Lázaro (Passeio de), 46		2005		
Si66	Edifício de Habitação e Comércio	Santo Ildefonso (R. de), 213-215		2005		
Si67	Edifício de Habitação e Comércio	Santo Ildefonso (R. de), 219-221-223		2005		
Si68	Conjunto de Edifícios de Habitação e Comércio	Santo Ildefonso (R. de), 230-264		2005		
Si69	Edifício de Habitação e Comércio	Santo Ildefonso (R. de), 253-261		2005		
Si70	Edifício de Habitação e Comércio	Santo Ildefonso (R. de), 269-271-273		2005		
Si71	Edifício de Habitação e Comércio	Santo Ildefonso (R. de), 318		2005		
Si77	Edifício de Habitações Plurifamiliares	Alegria (R. da), 176-190		2005		**LO 1945/0320**
Si78	Edifício de Habitação e Comércio	Alegria (R. da), 179-191		2005		
Si79	Edifício de Habitação e Comércio	Fernandes Tomás (R. de), 527-531		2005		**LO 1939/0673**
Si80	Edifício de Habitação	Alegria (R. da), 92-96		2005		**?**
Si82	Edifício de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Formosa (R.), 146		2005		
Si84	Edifício de Habitação e Comércio	Formosa (R.), 158-160		2005		
Si88	Edifício de Habitação e Casa Reis & Filhos	Trinta e Um de Janeiro (R. de), 247		2005		
Si89	Edifício de Habitação e Livraria Latina	Santa Catarina (R. de), 2-10		2005		
Si95	Edifício de Habitação e Comércio	Santa Catarina (R. de), 122-130		2005		
Si99	Edifício de habitação Comércio (antigo Grande Bazar do Porto)	Santa Catarina (R. de), 198-200		2005		
Si100	Edifício de Habitação e Comércio	Santa Catarina (R. de), 209-213		2005		
Si101	Edifício de habitação Comércio	Santa Catarina (R. de), 250		2005		
Si104	Edifício Singer	Sá da Bandeira (R. de), 260-276		2005		**LO 1939/0151**
Si113	Edifício de Habitação e Comércio	Sá da Bandeira (R. de), 377-389		2005		
Si114	Edifício de Habitação e Comércio	Sá da Bandeira (R. de), 397-409		2005		
Si115	Edifício da Companhia de Seguros Garantia	Sá da Bandeira (R. de), 468-498		2005		**LO 1937/0797; LO 1936/1746**
Si116	Edifício de Habitação e Comércio	Sá da Bandeira (R. de), 502-512		2005		**LO 1939/0056**
Si117	Edifício de Habitação e Comércio	Sá da Bandeira (R. de), 522-524		2005		**LO 1938/0260**
Si118	Palácio do Comércio	Sá da Bandeira (R. de), 505		2005		**LO 1947/0051**
Si119	Edifício de Habitação e Comércio	Santa Catarina (R. de), 533		2005		
Si120	Edifício de Habitação e Comércio	Firmeza (R. da), 384-394		2005		
Si121	Edifício de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Sá da Bandeira (R. de), 574-614		2005		**LO 1943/0393**
Si122	Bloco de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Sá da Bandeira (R. de), 630-676		2005		**LO 1948/0096**
Si123	Bloco de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Gonçalo Cristóvão (R. de)		2005		
Si124	Conjunto de três Edifícios de Habitação	Alegria (R. da), 343-343E		2005		**LO 1939/0326**

Número Carta	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	Nível Clas.	Data introdução		NOTAS
Si127	Edifício de Habitação	Gonçalo Cristóvão (R. de), 12		2005		**LO 1934/0652**
Si128	Edifício de Escritórios e Habitação DKW	Sá da Bandeira (R. de), 635 -675	IVC52	2012		**LO 1947/0042**
Si129	Edifício de Habitação Plurifamiliar e Comércio	Sá da Bandeira (R. de), 567-619		2005		**LO 1945/0272**
Si131	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Bolhão (R. do), 129-144		2005		**LO 1941/0571**
Si132	Edifício de Habitação e Comércio	Bonjardim (R. do), 448-452		2005		
Si133	Edifício de Habitação e Comércio	Bonjardim (R. do), 421-425		2005		
Si134	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Bonjardim (R. do), 500-504/514		2005		
Si135	Três Edifícios de Habitação e Comércio	Bonjardim (R. do), 516-530		2005		
Si136	Edifício de Habitação e Comércio	Bonjardim (R. do), 560		2005		
Si137	Edifício de Habitação e Comércio	Bonjardim (R. do), 566-582		2005		
Si138	Edifício de Habitação e Comércio	Bonjardim (R. do), 606-608		2005		
Si141	Edifício de Habitação, Comércio e Escritórios	Gonçalo Cristóvão (R. de), 308-312		2005		**LO 1957/0295**
Si142	Edifício de Habitação e Comércio	República (P . da), 146		2005		
Si148	Edifício Cooperativa Povo Portuense	Paraíso (R. do)		2005		
Si149	Edifício de Habitação e Comércio	Fonseca Cardoso (R. de)		2005		
Si152	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Fonseca Cardoso (R. de), 134-150		2005		**LO 1936/1009**
Si153	Edifício de Habitação	Fonseca Cardoso (R. de), 88		2005		
Si154	Edifício de Habitação, Comércio e Escritórios	João das Regras (R. de)		2005		
Si155	Edifício de Habitação, Comércio e Escritórios	João das Regras (R. de), 120-122		2005		
Si157	Edifício de Habitação	Bonjardim (R. do), 890		2005		
Si158	Edifício de Habitação	Santa Catarina (R. de), 1085		2005		
Si160	Edifício de Habitação Plurifamiliar	João de Oliveira Ramos (R. de), 47		2005		
V14	Edifício de Habitação e Comércio	Parada Leitão (P. de), 45	IP51	2012		
V15	Edifício de Habitação e Loja	Parada Leitão (P. de), 21 -23	IP51	2012		
V16	Edifício de Habitação.	Parada Leitão (P. de), 13	IP51	2012		
V17	Edifício de Habitação.	Mártires da Pátria (Campo dos), 62 -63	IP51	2012		
V18	Edifício de Habitação.	Mártires da Pátria (Campo dos), 60 -61	IP51	2012		
V19	Edifício de Habitação.	Mártires da Pátria (Campo dos), 56 -58	IP51	2012		
V20	Edifício de Habitação.	Mártires da Pátria (Campo dos), 49 -50	IP51	2012		
V21	Edifício de Habitação.	Mártires da Pátria (Campo dos), 46 -48	IP51	2012		
V22	Edifício de Habitação.	Mártires da Pátria (Campo dos), 45	IP51	2012		
V23	Edifício de Habitação.	Prof. Abel Salazar (L. do), 24	IP51	2012		
V24	Antigo Edifício de Habitação e Comércio / «A Tasquinha»	Prof. Abel Salazar (L. do), 24	IIP51	2005		
V25	Edifício de Habitação.	Carmo (R. do), 17 -18	IP51	2012		
V26	Edifício de Habitação.	Carmo (R. do), 9	IP51	2012		
V30	Edifício de Habitação.	Cedofeita (R. de), 29 -27.	IP47	2012		
V31	Edifício de Habitação.	Cedofeita (R. de), 21 -23.	IP47	2012		
V32	Edifício de Habitação.	Cedofeita (R. de), 15 -19.	IP47	2012		
V33	Edifício de Habitação.	Cedofeita (R. de), 84	IP47	2012		
V35	Edifício de Habitação.	Cedofeita (Tv. de), 34 -36 -38.		2012		
V36	Edifício de Habitação e Comércio	Oliveiras (R. das), 61		2005		
V37	Edifício de Habitação.	Oliveiras (R. das), 46-50		2005		
V38	Edifício de Habitação.	Oliveiras (R. das), 40-44		2005		
V40	Edifício de Habitação e Comércio	Carlos Alberto (P. de), 68	IP47	2012		

Número Carta	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	Nível Clas.	Data introdução		NOTAS
V41	Edifício de Habitação e Comércio	Cedofeita (R. de), 6	IP47	2012		
V43	Edifício de Habitação e Comércio	Carlos Alberto (P. de), 88		2005		
V45	Edifício de Habitação e Comércio	Carlos Alberto (P. de), 93		2005		
V47	Edifício de Habitação e Comércio	Carlos Alberto (P. de), 102		2005		
V48	Edifício de Habitação e Comércio	Carlos Alberto (P. de), 110 -112.		2012		
V49	Antigo Edifício de Habitação e Comércio / Fundação Dr. Luís de Araújo	Carlos Alberto (P. de), 115		2005		
V54	Edifício de Habitação e Comércio	Gomes Teixeira (P. de), 24		2005		
V56	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Sá Noronha (R. de), 29-37		2005		
V58	Edifício de Habitação e Comércio	Sá Noronha (R. de), 18-22		2005		
V59	Edifício de Habitação e Comércio	Sá Noronha (R. de), 55		2005		
V60	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Sá Noronha (R. de), 30-36		2005		
V61	Dois Edifícios de Habitação e Comércio	Sá Noronha (R. de), 38		2005		
V62	Edifício de Habitação e Comércio	Guilherme Gomes Fernandes (P. de), 100		2005		
V63	Edifício de Habitação e Comércio	Moinho de Vento (L. do), 4		2005		
V65	Edifício de Habitação	Sá Noronha (R. de), 109		2005		
V66	Dois Edifício de Habitação	Sá Noronha (R. de), 113-121		2005		
V67	Edifício de Habitação e Comércio	Sá Noronha (R. de), 76-80		2005		
V68	Edifício de Habitação e Comércio	Sá Noronha (R. de), 82-88		2005		
V108	Edifício de Habitação e Comércio	Almada (R. do), 13-15-17		2012		
V113	Edifício de Habitação e Comércio	Almada (R. do), 119		2005		
V117	Três Edifícios de Habitação e Comércio	Fábrica (R. da), 16-24		2005		
V123	Edifício de Habitação e Comércio	Fábrica (R. da), 74		2005		
V140	Edifício de Habitação e Comércio	Conceição (R. da), 39-45		2005		
V141	Edifício de Habitação	Conceição (R. da), 31-37		2005		
V142	Edifício de Habitação	Conceição (R. da), 21-29		2005		**LO 1938/0437**
V143	Edifício de Habitação e Comércio	Mompilher (L. de), 5-8		2005		
V156	Edifício de Habitação e Comércio	Almada (R. do), 333-339		2005		
V157	Edifício de Habitação e Comércio	Almada (R. do), 333-339		2005		
V158	Edifício de Habitação e Comércio	Almada (R. do), 333-339		2005		

9. PAINÉIS EXPOSITIVOS. "QUARTEIRÕES PORTUENSES ENQUANTO LABORATÓRIOS TIPO-MORFOLÓGICOS"*[1003]

A pretexto da elaboração de uma exposição itinerante colectiva, integrada no âmbito do Programa de Bolsas de Investigação *"Cidade e Património Arquitectónico do Século XX: 1910-1974"*, desenvolvido pela Fundação da Juventude em parceria com a Ordem dos Arquitectos/Secção Regional do Norte, alguns dos trabalhos de investigação parcelares conduzidos no âmbito da elaboração da tese tiveram como objectivo a proposta de instrumentos operativos para a sistematização e transmissão de conhecimento acerca da arquitectura de produção corrente.

Perspectivando a partir de sectores urbanos/quarteirões que se consideram referenciais na cidade do Porto, localizados na Rua de Sá da Bandeira/Rua do Bolhão, Rua de Rodrigues Sampaio e Rua de Ceuta, propôs-se a composição de uma matriz crítica e problematizadora, na qual se procurou inscrever um conjunto de dados que não se esgotam nas particularidades arquitectónicas dos edifícios.

Estes dados decorrem de factos históricos, de intenções e projectos concretizados ou não, referentes à intervenção nestes espaços urbanos. Procuram-se encadeamentos lógicos que por um lado ultrapassem o 'espartilho objectual' que domina o 'Guia de Arquitectura' e o 'Inventário', e por outro clarifiquem os parâmetros que poderão validar a atribuição de valor à arquitectura de habitação de produção corrente.

Neste sentido, o conjunto de três painéis que se apresenta representa uma formalização que não se resume nem se esgota na cidade do Porto e no seu edificado residencial, ambicionando pelo contrário, testar instrumentos de análise e divulgação extensíveis a outras 'partes de cidade' e ao seu património construído.

[1003] 3 painéis: "Quarteirões portuenses enquanto laboratórios tipo-morfológicos: Rua de Ceuta, Rua Sá da Bandeira, Rua de Rodrigues Sampaio". Exposição itinerante colectiva, integrada no âmbito do Programa de Bolsas de Investigação "Cidade e Património Arquitectónico do Século XX: 1910-1974" desenvolvido pela Fundação da Juventude em parceria com a Ordem dos Arquitectos/Secção Regional do Norte". Inaugurada a 5.10.2012, no Porto.

Cidade e Arquitectura. Património Corrente. Trechos urbanos_quarteirões

MAPA REFERENCIAL

1

(tipo-morfologia)

- trecho/quarteirão urbano_ cadastro actual (esc.1/500)
- plantas de piso-tipo_ habitação plurifamiliar
- nº do processo de Licenciamento

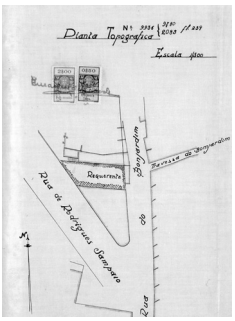
LO 1900/000
(Divisão Municipal de Arquivo Geral
Câmara Municipal do Porto)

Autor do proj. de arquitectura
Dono de Obra
Datas
Localização

Tipo de lote
Época de formação do cadastro

Nº de pisos
Configuração do edifício
Profundidade

Acessos principais
Dispositivos de ventilação
Princípios de distribuição



2

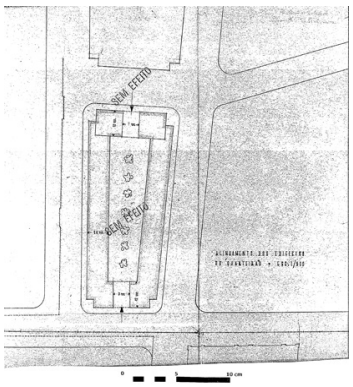
(identificação_imagem)

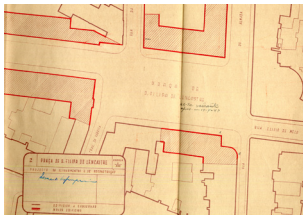
- 'identificação' e 'referenciação' de edifícios
- planta de implantação_Licenciamento
- fotografias de época_Licenciamento
- fotografia actual

3

(análise do edificado_critérios)

- 'proposta de análise' de 1 edifício
- matriz de critérios aferidos à caracterização da edificação corrente
- perspectiva de cruzamento entre cidade/arquitectura

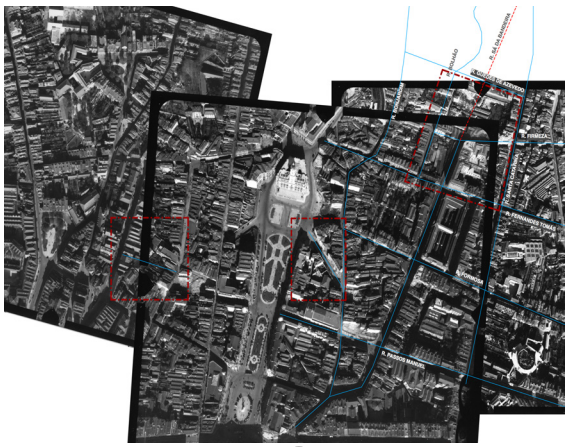




4

(processo de construção_lógicas)

- selecção de 'documentos históricos'
- pontos de referenciação ao processo de construção da cidade/intervenção urbana
- ideias, projectos, estudos urbanos



5

(referenciação histórica e espacial)

- 'planta referencial' comum aos trechos/quarteirões em estudo
- imagens referentes à Planta Aérea da Cidade do Porto, de 1939
- fotomontagem das zonas
- indicação das áreas em estudo

(património corrente_temas)

6

- 'textos analitícos'
- deslocamento da autoria e da excepcionalidade do edificado
- introdução de (outras) temáticas e problemáticas
  - *"Metamorfoses tipológicas e morfológicas.*
  - *"Métricas da parcela"*
  - *"A experimentação sobre a unidade - quarteirão"*
  - *"A relação lote/edifício"*
  - *"Novo paradigma. Os edifícios de grande frente"*

CRÉDITOS (textos, desenhos, fotografias e imagens) _
Desenhos, textos, fotografias actuais por ***Gisela Lameira****.*
*Fotografias, desenhos, e restantes documentos de época pertencentes aos núcleos documentais e iconográficos do Arquivo Histórico (**AHCMP**) e Divisão de Arquivo Geral (**AGCMP**) da Câmara Municipal do Porto.*

QUARTEIRÕES PORTUENSES
enquanto LABORATÓRIOS TIPO-MORFOLÓGICOS

PORTO

Trechos na Rua de Rodrigues Sampaio **(RS1** e **RS2)**. Plantas de piso-tipo. Esc. 1/500

LO 1944/58
(Divisão Municipal de Arquivo Geral CMP)

Autor do projecto de arquitectura
Júlio José de Brito, arq.
Dono de Obra
Fábrica de Fiação de Tecidos de Fafe
Datas
Licenciamento, 1944
Localização
Rua de Rodrigues Sampaio, nº165/179

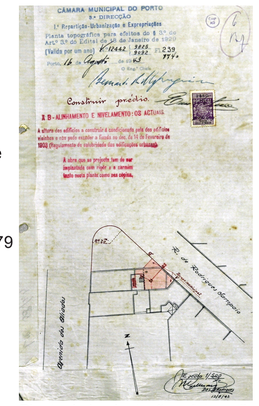
Tipo de lote
Divisão tradicional (lotes aprox. 6 m, associados em 2)
Época de formação do cadastro
Anos 20/30 (séc.XX)

Nº de pisos
rch+3
Configuração do edifício
Plano compacto, irregular
Profundidade
Aprox. 8 m

Acessos principais
Caixa de escadas central, apoiada na meação
Dispositivos de ventilação
Sem saguão

Princípios de distribuição
1 apartamento por piso, Bipartição serviços/quotidiano

Alinhamentos da fachada
Fachada posterior irregular



Planta de implantação e fotografias da época_LO 1944/58 (AGCMP)

Trecho **RS1**_LO 1944/58

1957

Fotografias de época_LO 1957/520 (AGCMP)

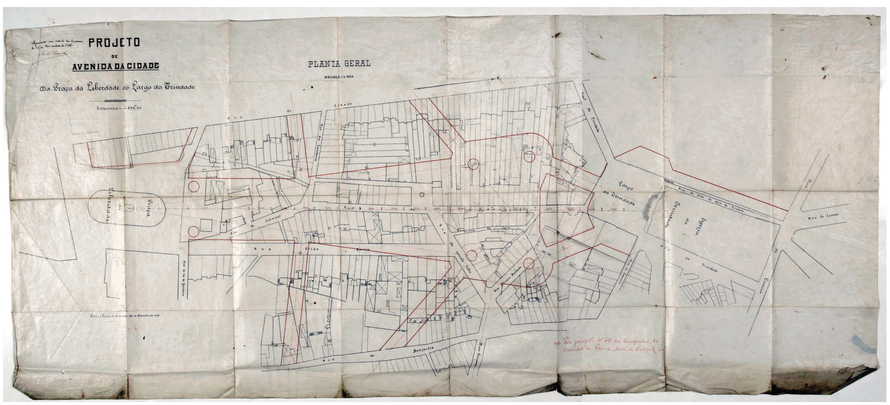
Trecho **RS2**_LO 1957/520

rua de
Rodrigues Sampaio

Alçado parcial da Rua de Rodrigues Sampaio_frente voltada a Norte **(RS1)**

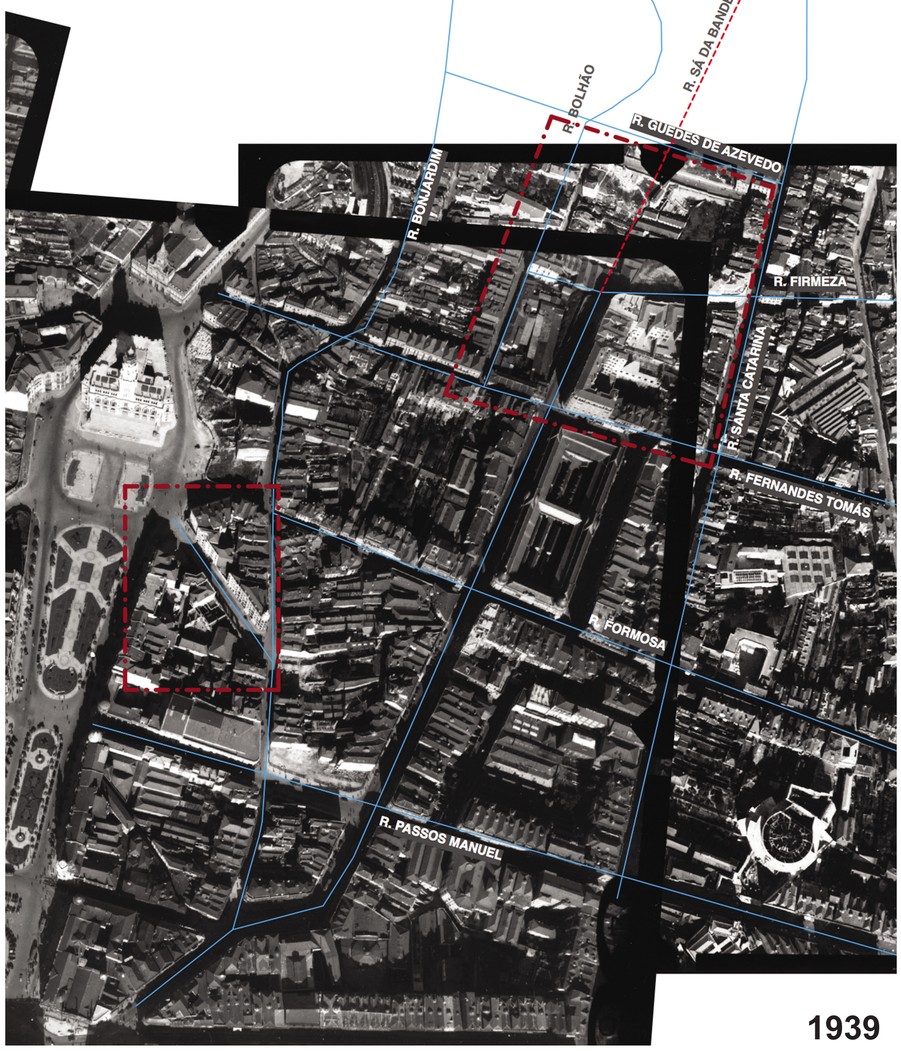
Trechos_RS1 e RS2
Anos 30/40

Transição de lógicas de intervenção urbana
Inserção à face da rua
Edifícios com **r/ch + 3/4 pisos** (no geral)
Lote com métrica tradicional
Flexibilidade na ocupação do lote
Diversidade tipológica
Irregularidade



1915

"Projecto da Avenida da cidade desde a Praça da Liberdade à Praça da Trindade" (AHCMP)



1939

Fotografia Aérea 1939 (AHCMP) _ marcação da implantação da Rua de Rodrigues Sampaio e Rua de Sá da Bandeira/Bolhão

1. Metamorfoses tipo-morfológicas. Métrica da parcela

Na 1ª metade do séc. XX, de um modo geral, mantém-se a forma consolidada de divisão do território, em que predomina o lote em profundidade, com frente estreita, e o edifício à face da rua com logradouro posterior.

Será apenas a partir das intervenções do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto (G.U.), no início dos anos 40, que se verificarão variações significativas de conceito e processo de parcelamento, e em situações muito localizadas. Em todo o caso, numa fase intermédia (anos 30), o cadastro parece adaptar-se progressivamente a novos modelos construtivos e tipológicos, actualizando a sua estrutura fundiária: a frente de lote aumenta, através da anexação de parcelas estreitas e profundas; o perímetro da frente toma também formas particulares em situações de ângulo e de remate de quarteirões preexistentes.

O processo de abertura e consolidação da Rua de Rodrigues Sampaio (**anos 20/30**), uma radial da Avenida dos Aliados, inscreve-se nos processos conjuntos de estruturação da malha central descritos para a Rua de Sá da Bandeira, sendo que o quarteirão a Sul (**RS1**) e a Norte (**RS2**) foram consolidados nos anos 40 (na generalidade). A divisão cadastral original aparenta uma previsão de lotes de cerca de **12 metros** de frente, aproximadamente, ainda que no trecho RS1 se observe uma enorme flexibilidade na ocupação dos lotes (o que resulta em edifícios de maior frente, em detrimento de outros, bastante estreitos). No quarteirão RS2 é também interessante verificar a estratégia de divisão cadastral para ocupação de lotes de configuração triangular (lotes sem perpendicularidade à frente de rua).

Número do painel
1/3

Nome do Bolseiro
Gisela Lameira

Contacto
giselalameira.arq@gmail.com

Organização
fundação da juventude 23 anos

Parceria
ORDEM DOS ARQUITECTOS SECÇÃO REGIONAL DO NORTE

Município
PORTO Câmara Municipal

QUARTEIRÕES PORTUENSES
enquanto **LABORATÓRIOS TIPO-MORFOLÓGICOS**

PORTO

Trechos na Rua de Sá da Bandeira **(SB1** a **SB4)** e Rua do Bolhão **(B1)**. Plantas de piso-tipo. Esc. 1/500

Quarteirão **SB3**_Vista do saguão, edifício LO 1943/393

Quarteirão **SB4** e **SB2**

Quarteirão **SB4**_Pátio de serviço

Trecho **B1**_LO 1942/590

Trecho **B1**
Planta de implantação_LO 1942/590

rua de Sá da Bandeira

rua do Bolhão

Quarteirões _ SB1 a SB4
Anos 30/40

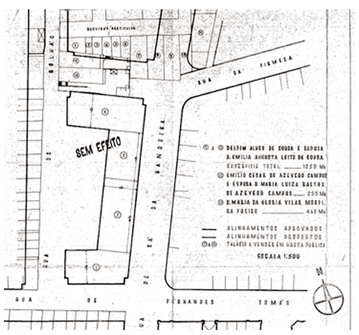
Transição de lógicas de intervenção (**SB1, SB3**)
Inserção à face da rua
Edifícios com **r/ch + 4/5 pisos**
Duplicação de lotes; Duplicação de unidades;
Saguões centrais; redentes

Planeamento (**SB2; SB4**)
Edifícios - quarteirão
Edifícios de **grande frente**

Trecho _B1
Anos 30/40

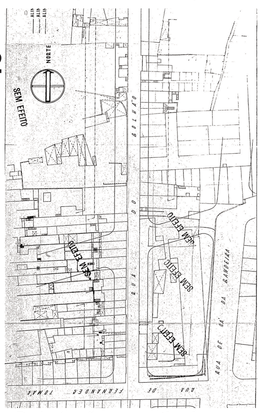
Transição de lógicas de intervenção
Edifícios com **r/ch + 4 pisos**
Inserção à face da rua
Frente com cerca de 12 metros
Configuração compacta;
1 apartamento por piso
Serviços na fachada posterior

1941



Quarteirão **SB4**_Estudos **não concretizados**

1942



Rua do Bolhão" _ Projecto **não concretizado** (AHCMP)

1. Metamorfoses tipo-morfológicas. Métrica da parcela

É interessante verificar que já depois da criação do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal (G.U.), diversas áreas continuaram a consolidar-se pacificamente, através da divisão dos terrenos seguindo a métrica tradicional (independentemente da possibilidade de outras dimensões). É caso do troço **B1**, na Rua do Bolhão (início anos 40), constituído por 3 edifícios ocupando lotes com aprox. 12,5 metros de frente (anexação de 2 lotes tradicionais).

Em todo o caso, no lado Nascente da Rua de Sá da Bandeira (finais dos anos 30), verificamos já algumas alterações/alargamentos: a frente do quarteirão **SB1** exibe 4 parcelas, duas das quais com dimensões aprox. de 15,5 metros, produto de uma divisão cadastral de 4 parcelas de aprox. 7,75 metros.

2. Experimentação sobre a unidade quarteirão

No início da década de 40, o G.U. inicia experiências não em torno da parcela cadastral, mas do próprio quarteirão enquanto unidade morfológica de construção da cidade, processo visível nos trechos superiores da Rua de Sá da Bandeira: duas unidades quarteirão (**SB2, SB4**) e uma ocupação extensa de frente urbana de um quarteirão preexistente (**SB3**), resultando de demolições ou expropriações com algum impacto.

Os quarteirões a Poente (**SB2, SB4**) foram alvo de diversos estudos de configuração. Apesar da maior parte se traduzir em projectos 'sem efeito', é interessante sublinhar a evolução das propostas, numa progressiva tentativa de alteração da lógica de construção do quarteirão, tradicionalmente fechado e parcelado em lotes estreitos.

3. A relação lote/edifício

Neste processo de transformação do cadastro urbano, os próprios modelos edificatórios de habitação se adaptam e actualizam, num processo de experimentação conjunta, fazendo surgir com alguma escala e coerência, um número significativo de variantes para a habitação plurifamiliar de raiz e de promoção privada, o **prédio de rendimento** portuense. Neste se testam modelos de distribuição do fogo, através de experimentação em torno dos núcleos de acesso central e ventilação, da localização dos núcleos de serviço e inserção de estruturas como elevadores.

Os edifícios com frente entre **12** e **13** metros, e **15** metros (aprox.), resultam da associação de dois lotes tradicionais (ou lotes alargados para 7,5 metros, já mais recentes), e apresentam soluções variadas, desde uma clara duplicação por simetria de duas unidades, com acessos centrais independentes e saguão comum (**SB1** - LO 1939/56, LO 1938/260), a soluções em que tipologia é pensada unitariamente, com apenas um fogo por piso, e sem saguão (Rua do Bolhão - **B1**, por ex.)

Novo paradigma. Edifícios de grande frente

As extensas frentes urbanas dos edifícios projectados para os quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira são clara excepção na tradição de construção de habitação no Porto. Relativamente às tipologias adoptadas, a experimentação faz-se na definição de tipologias com modelos compactos de distribuição; na operacionalização de dispositivos como o saguão. Experimentam-se também diferentes soluções para a disposição das caixas de escadas: na fachada principal (LO 1943/393), posterior (LO 1945/272, LO 1947/51), ou no centro do edifício (LO 1948/643).

Número do painel
2/3

Nome do Bolseiro
Gisela Lameira

Contacto
giselalameira.arq@gmail.com

Organização
fundação da juventude 23 anos

Parceria
ORDEM DOS ARQUITECTOS SECÇÃO REGIONAL DO NORTE

Município
PORTO Câmara Municipal

QUARTEIRÕES PORTUENSES
enquanto LABORATÓRIOS TIPO-MORFOLÓGICOS

PORTO

Trechos na Rua de Ceuta **(C1 e C2)**. Plantas de piso-tipo. Esc. 1/500

LO 1955/660

(Divisão Municipal de Arquivo Geral CMP)

Autor do proj. de arquitectura
Manuel Paulo Teixeira
de Magalhães, arq.
Dono de Obra
Arnaldo Ferreira Gonçalves
Datas
Licenciamento, 1955
Localização
Rua de Ceuta, nº31/33

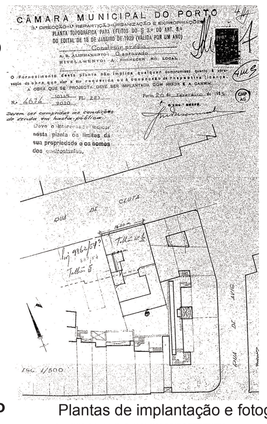
Tipo de lote
Lote de grande frente,
divisão em talhões
Época de formação do cadastro
Anos 40 (séc.XX)

Nº de pisos
rch+5

Configuração do edifício
Plano compacto, irregular
Profundidade
Aprox. 25 m

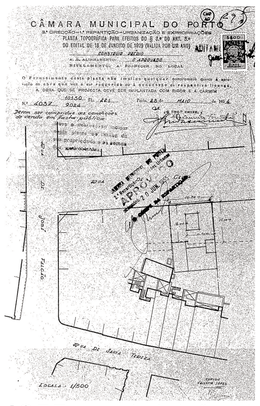
Acessos principais
Caixa de escadas central,
na fachada saguão
Dispositivos de ventilação
Saguão aberto

Princípios de distribuição
Configuração bastante irregular,
4 fogos por piso,
de diferentes dimensões



Plantas de implantação e fotografias de época_LO 1955/660 (AGCMP)

Trecho **C2**_LO 1955/660



1955

Implantação e fotografias de época_LO 1955/364 (AGCMP)

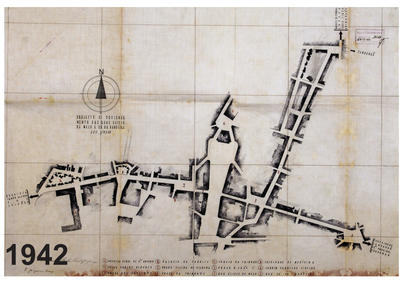
Trecho **C2**_LO 1955/364

Trecho_C1 e C2

Anos 40 (finais); anos 50

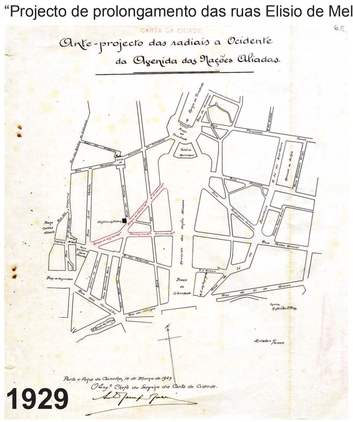
Planeamento
Edifícios com **r/ch + 5/6 pisos**
Inserção à face da rua
Frente c/ cerca de 16 metros
(talhões centrais)
Diversidade tipológica
Adaptabilidade

rua de Ceuta

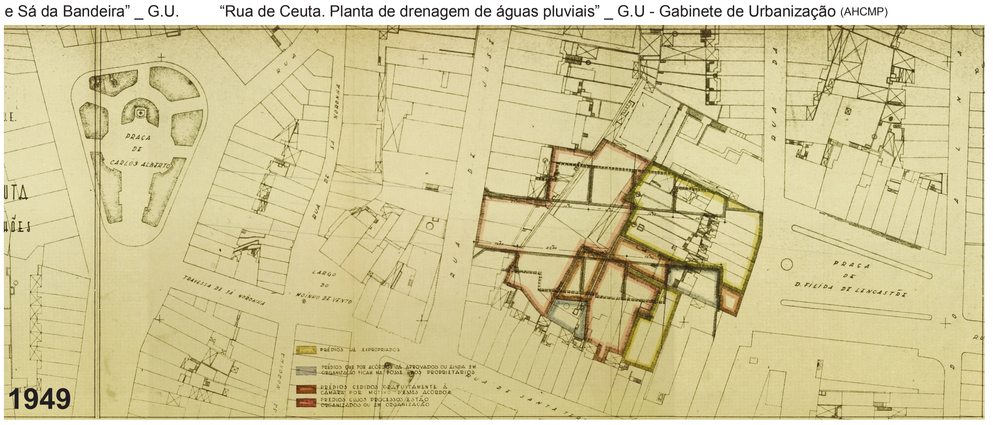


"Projecto de prolongamento das ruas Elisio de Melo e Sá da Bandeira" _ G.U.

"Rua de Ceuta. Planta de drenagem de águas pluviais" _ G.U - Gabinete de Urbanização (AHCMP)



"Ante-projecto das radiais (...)"_ projecto não concretizado (AHCMP)



"Rua de Ceuta. Divisão em Talhões". Abril de 1949_ G.U. (AHCMP)

1. Experimentação sobre a unidade quarteirão

Ao contrário da Rua de Sá da Bandeira, a Rua de Ceuta é uma rua nova, aberta e consolidada num tempo curto, e que se desenvolve ao longo de apenas 107 metros, com 20 metros de largura. Prolonga a Rua de Elísio de Melo a partir da Praça Filipa de Lencastre, sendo uma tentativa de formalização de uma ideia antiga (de finais de oitocentos) de constituir um atravessamento que ligasse o centro urbano, a Avenida dos Aliados, aos novos centros que se começavam a estruturar a Poente da Cidade.

Na Rua de Ceuta, tal como nos quarteirões superiores da Rua de Sá da Bandeira, observa-se uma manifesta alteração da divisão cadastral corrente até aos anos 40, consequência de uma intervenção planeada e estudo de pormenor a nível do quarteirão e não da parcela.

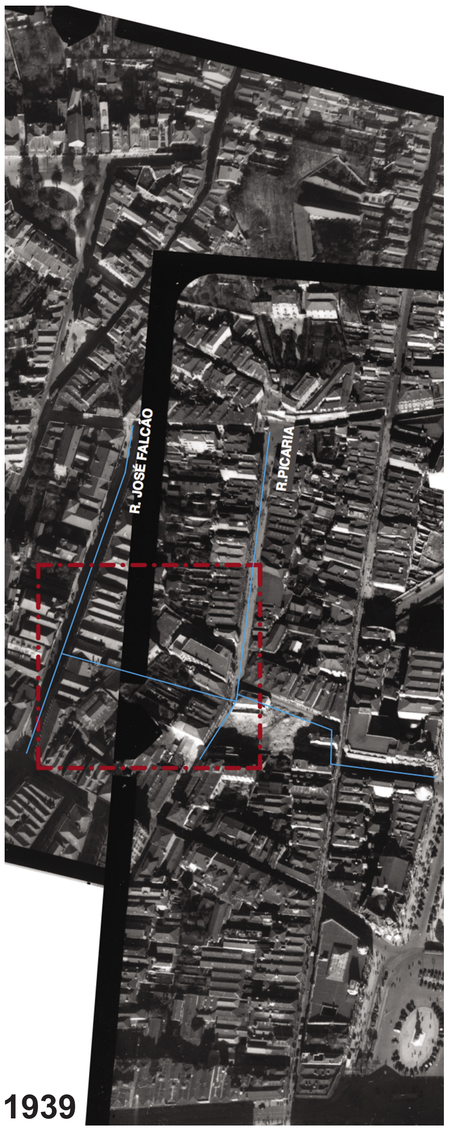
2. A relação lote/edifício

Como frentes urbanas, foram constituídos 5 talhões de terreno, a Norte (**C1**) e a Sul (**C2**), para os quais se definiu uma cércea de 5 pisos mais rés-do-chão. Como modulação, estabeleceu-se que cada frente de rua seria dividida de forma que os lotes centrais tivessem a mesma dimensão, e os lotes extremos fossem de excepção. A dimensão da frente de lote aumenta para aproximadamente **16,3 metros** (talhões centrais), sendo que os talhões extremos/cunhais possuem maior dimensão (entre 18,70 e 33 metros, aprox.).

Projectados **entre 1951 e 1956**, os edifícios apresentam programas com comércio no rés-do-chão, e habitação ou escritórios nos pisos superiores. Na frente urbana virada a Sul, encontramos sinais claros de uma alteração nas linguagens arquitectónicas, empreendidas pelos arquitectos mais envolvidos no debate dos ideias do Movimento Moderno no Porto.

Na Rua de Ceuta é possível verificar uma enorme diversidade de tipologias, em edifícios com frentes de lote idênticas, o que demonstra de forma clara a adaptabilidade da solução tipológica relativamente à divisão cadastral.

Mais do que pela qualidade da sua arquitectura, a Rua de Ceuta deveria ser olhada na contemporaneidade como um paradigma da tentativa de articulação da diversidade e natureza ecléctica que sempre caracterizou o edificado portuense. Este carácter transparece no estabelecimento de regras que procuram dar unidade ao artefacto urbano enquanto um todo. Destaca-se, a este nível, a operatividade das linhas horizontais dos 'modernos' brise-soleil que percorrem as fachadas Sul, e a plasticidade ritmada dos cheios/vazios que organizam as fachadas Norte.



Fotografia Aérea 1939 (AHCMP) _ implantação da Rua de Ceuta

Número do painel
3/3

Nome do Bolseiro
Gisela Lameira

Contacto
giselalameira.arq@gmail.com

Organização
fundação da juventude 23 anos

Parceria
ORDEM DOS ARQUITECTOS SECÇÃO REGIONAL DO NORTE

Município
PORTO Câmara Municipal